

HISTÓRIAS, NAÇÕES E MEMÓRIAS INSURGENTES



organização
Clovis Antonio Brighenti
Hernán Venegas Marcelo

aran
duká

HISTÓRIAS, NAÇÕES E
MEMÓRIAS INSURGENTES

aran duká

Aranduká

www.aranduka.com.br
contato@aranduka.com.br
Caixa Postal 185 , Avenida Iguatemi, 99
Naviraí, Mato Grosso do Sul, Brasil
CEP 79.950-970

Editora

Amanda Ferraz da Silveira

Conselho Editorial

Alma Guadalupe Melgarito Rocha
Amanda Ferraz da Silveira
Anibal Alejandro Rojas Hernandez
Antônio Carlos Diegues
Antônio Carlos Wolkmer
Bartomeu Melià SJ (*in memorian*)
Bruna Balbi Gonçalves
Carlos Frederico Marés de Souza Filho
Carmen Alice Cohene Mercado
Clovis Antonio Brighenti
Daniel Sandoval Cervantes
Edson Damas da Silveira
Helene Sivini Ferreira
Horacio Machado Araújo
Joaquim Shiraishi Neto
Jorge Ramón Montenegro Gomez
Juan Pablo Neri
Juliana Santilli (*in memorian*)
Katya Izaguirre Torres
Levi Marques Pereira
Luis Tapia Mealla
Magali Vianca Copa Pabón
Manuel Munhoz Caleiro
Marcelo Bogado
Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega
Maria Inês Ladeira
Patrícia Albornoza Guzmán
Pedro Pachaguay Yujra
René Kuppe
Rosa Sebastiana Colmán
Rosembert Ariza Santamaría
Tiago Resende Botelho
Walter Antillón Montealegre

organização
Clovis Antonio Brighenti
Hernán Venegas Marcelo

HISTÓRIAS, NAÇÕES E MEMÓRIAS INSURGENTES

aran
duká

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Histórias, nações e memórias insurgentes / organização Clovis Antonio Brighenti, Hernán Venegas
Marcelo. -- 1. ed. -- Naviraí, MS : Aranduká, 2023.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-994270-9-1

1. América Latina - História 2. Ciências sociais 3. História - Estudo e ensino 4. Insurgência
5. Memórias I. Brighenti, Clovis Antonio. II. Marcelo, Hernán Venegas.

23-164415

CDD-900

Índices para catálogo sistemático:

1. História 900

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Realizado o depósito legal obrigatório na Biblioteca Nacional
Lei 10.994, de 14 de dezembro de 2004



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Clovis Antonio Brighenti e Hernán Venegas Marcelo 7

PARTE I ESTADO E CULTURA

ESTADO NACIÓN EN IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE - PROPUESTAS PARA UNA COMPARACIÓN A PARTIR DE CASOS REGIONALES

Samuel Oliveros Calderón 17

LOS PROYECTOS EXTRACTIVOS Y EL DISCURSO DESARROLLISTA: EXPRESIONES DEL RACISMO AMBIENTAL EN MÉXICO

Yolanda Mexicalxóchitl García Beltrán 41

ORDEM JURÍDICA E IDENTIDADE NACIONAL NO CREPÚSCULO DO IMPÉRIO: SILVIO ROMERO E A TENTATIVA DE CONSTITUIÇÃO DE UM POVO

Samuel Martins dos Santos 63

TRADIÇÃO *VERSUS* MODERNIDADE: O CONFLITO ENTRE OS OFÍCIOS CAMARÁRIOS E A INTENDÊNCIA-GERAL DA POLÍCIA NA GÊNESE DO ESTADO DO BRASIL

Thiago Enes 85

DESENVOLVIMENTO E CULTURA: JOÃO APOLINÁRIO ENTRE OS DEBATES DO ISEB, DA CEPAL E DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA DURANTE O REGIME MILITAR BRASILEIRO (1964-1974)

Tânia da Costa Garcia e Thales Reis Alecrim 109

FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO EM CONTEXTO INTERNACIONAL: O CONSULADO BRASILEIRO EM NOVA IORQUE (1840-1860)

Ilana de Macedo Vaz e Cláudia Maria das Gracias Chaves 123

LAS SERIES AUDIOVISUALES COMO EXPERIENCIA CULTURAL: ENTRE ENTRETENIMIENTO Y NARRATIVA DE IDENTIDADES NACIONALES LATINOAMERICANAS EN LA SERIE LOS ARCHIVOS DEL CARDENAL (2011)

Cesar Reina e Rosangela de Jesús Silva 143

PARTE II INSURGÊNCIAS

MEMÓRIAS FEMININAS DAS REVOLUÇÕES CENTRO-AMERICANAS: EL SALVADOR DE ANA MARÍA GASTEAZORO E A NICARÁGUA DE GIOCONDA BELLI

Luiz Felipe Viel Moreira e Marcela Cristina Quinteros 171

MULHERES NA ARTE BRASILEIRA: AS MEMÓRIAS DE HELENA PEREIRA DA SILVA OHASHI E O CENÁRIO ARTÍSTICO NO SÉCULO XX

Martinho Alves da Costa Júnior e Paula Nathaiane de Jesus da Silva 195

INTERLOCUÇÕES DE GÊNERO NOS NACIONALISMOS NA AMÉRICA LATINA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Tânia Regina Zimmermann e Ilsyane do Rocio Kmitta 213

A LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO FEMININO ENTRE AS KAINGANG DO TOLDO CHIMBANGUE (1970-2020)

Andreza Bazzi e Humberto José da Rocha 223

“O BÁRBARO MAIS BÁRBARO QUE O BÁRBARO”: A “INVENÇÃO” DO TAPUIA, DO SERTÃO E A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Paulo Robério Ferreira Silva e João Batista de Almeida Costa 243

A HISTÓRIA INDÍGENA COMO ALTERNATIVA DE REELABORAÇÃO DAS HISTÓRIAS NACIONAIS

Liana Rayssa Mota Amorim e Soraia Sales Dornelles 265

HISTÓRIAS A CONTRAPELO DA REVOLUÇÃO HAITIANA

Loudmia Amicia Pierre-Louis e Hernán Venegas Marcelo 285

ENTREVISTA

LA INSURGENCIA MEMORIAL Y MONUMENTAL EN AMÉRICA LATINA

Por Hernán Venegas Marcelo, con Carolina Vanegas Carrasco 307

AUTORAS E AUTORES 315

APRESENTAÇÃO

A proposta do livro dá continuidade aos trabalhos do corpo docente e discente do Programa de Pós-graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Brasil. Nestes dois últimos anos os resultados desses trabalhos foram materializados no livro “Histórias transnacionais - o Sul global em perspectiva” (Editora Aranduká, 2021) e, este que agora apresentamos, “Histórias, Nações e Memórias Insurgentes”, também em parceria com a Editora Aranduká.

A insurgência é um eixo norteador deste livro, o que se revela na própria concepção sobre a História. Ela, a História, é enxergada como um saber disciplinar cuja “jurisdição” é o passado, mas não unicamente o passado de tradições nacionais que nos foi ensinado e legado do ponto de vista patrimonial. A reivindicação das populações ancestrais por direitos e terras, o resgate de memórias desses povos e de minorias sociais e culturais, os movimentos feministas, a derrubada simbólica e física de monumentos celebrativos em diversas geografias têm fraturado as outrora rígidas fronteiras culturais do Estado-Nação. Sem dúvidas, grupos étnicos e outras identidades têm se insurgido frente a uma interpretação parcial, distorcida e excludente desse passado, de histórias ensinadas e pesquisadas, também de matriz eurocêntrica.

O plural das histórias que compõem o livro nos leva a certa insurgência frente a um tipo de conhecimento histórico escolar legado sobre o passado de tradições nacionais e de herméticas fronteiras culturais. Aquele passado, que silencia memórias e histórias, está presente em livros didáticos de História e em monumentos celebrativos que remetem a traumas do colonialismo como a escravidão indígena e africana. “Histórias, nações e memórias insurgentes” é um livro que ecoa tais problemáticas e as traz ao âmbito acadêmico, dando voz a sujeitos subalternos, indo ao passado e ao presente e transpondo fronteiras disciplinares e geográficas. Ao fazer isso o livro revela e problematiza as diversas faces do Estado e torna protagonistas aos excluídos da História.

Precisamente, a obra está organizada em duas partes, acompanhado o debate historiográfico dos textos que compõem essa obra. Na primeira parte, denominada **Estado e Cultura** se faz um diálogo com os contornos epistêmicos e ideológicos que embasam o tema do Estado dentro e fora das fronteiras nacionais; desse Estado que deseja incorporar o conceito de nação como caminho de mão única. Ele é apresentado nesta primeira parte do livro de forma comparada; desde seu lado sombrio; problematizando sua constituição jurídica e identitária; explorando as interfaces com a cultura, o contexto internacional e suas expressões identitárias em séries audiovisuais. Na segunda parte do livro denominado **Insurgências**, traremos os aportes dos coletivos insurgentes, que criaram fissuras no conceito e prática de Estado-Nação e continuam a modificá-lo atualmente. Sua insurgência se revela no protagonismo e empoderamento das mulheres na história e cultura da América Latina, Centro América e o Caribe. Esta segunda parte também problematiza o lugar do

indígena na história ensinada e pesquisada no Brasil; insurge-se contra narrativas que assombram a historiografia e reflete sobre as expressões memoriais e monumentais de tal insurgência no contexto latinoamericano.

Abrimos a parte um do livro - **Estado e Cultura** - com o artigo de Samuel Oliveros Calderón **Estado nación en Iberoamérica y El Caribe - propuestas para una comparación a partir de casos regionales**. Segundo o autor, o “artigo aborda comparativamente a matriz do processo de formação e evolução do Estado-nação na Ibero-América e no Caribe, as particularidades da gênese desse processo, que levou à formação de Estados nacionais através da concepção de modelos socioculturais exclusivos em correspondência com os interesses das classes e dos sectores sociais que o implementaram”. A partir dessa premissa o autor analisa os vários problemas congêntos ligados à desintegração nacional e à exclusão cultural. No caso da Iberoamérica, os temas antropogeográficos e socioculturais têm peso relevante nas configurações sociais, em última análise questionando o próprio Estado-Nação.

A pesquisadora Yolanda Mexicalxóchitl García Beltrán analisa a ação do Estado mexicano sob o suporte do racismo ambiental. Com o título do artigo **Los proyectos extractivos y el discurso desarrollista: expresiones del racismo ambiental en México**, a obra se propõe a “explorar a utilidade do conceito de racismo ambiental para compreender os problemas sociais que envolvem a implementação de grandes projetos de desenvolvimento e extrativismo (...). As narrativas de progresso e modernidade, que legitimam esses empreendimentos escondem a distribuição desigual de seus benefícios e seus impactos, as noções de racismo ambiental e injustiça ambiental contribuem para uma melhor compreensão do problema no caso mexicano?” pergunta a autora. O México está mergulhado em uma “uma nova conquista”, devido a investida no Estado em projetos de mineração, lixões, hidrelétricas, gasodutos, parques eólicos, solares dentre outros que afetam as populações indígenas e outros grupos étnicos. O artigo propõe analisar em que medida as estruturas coloniais do passado se mantêm com esses projetos de desenvolvimento.

O artigo de Samuel Martins dos Santos, **Ordem jurídica e identidade nacional no crepúsculo do império: Silvio Romero e a tentativa de constituição de um povo**, analisa as singularidades do processo de independência do Brasil em relação a outros países do continente, em especial a instituição de uma monarquia ao invés de república. O autor se propõe a debater o tema do “pensamento jurídico a respeito da criação de uma concepção de povo e de nação na crise do Brasil Império, e advento do período republicano. Particularmente, o texto enfoca a obra de Silvio Romero, identificado com a geração de 1870, que a partir da crise das instituições imperiais e a necessidade de uma concepção compartilhada de povo para servir de referência para a antevista república desenvolver modelos de modernização para o Brasil”. O autor aponta que o conceito de

povo empregado naquele contexto histórico, gerou processos de “excludência e racismo”, gerando enraizamento destas práticas.

Thiago Enes com o artigo **Tradição versus modernidade: o conflito entre os ofícios camarários e a Intendência-Geral da polícia na gênese do Estado do Brasil**, se propõe a analisar os conturbados momentos iniciais da Intendência-Geral do Brasil e os antagonismos com as instituições locais, “divergências que resultaram em grandes prejuízos à população”. A obra faz um percurso histórico sobre a conformação e a consolidação dos Estados Nacionais modernos, demonstrando a influência da inspiração iluminista. Os Estados-Nações advindos desse processo “passaram a gozar de importantes e alargadas atribuições, que incluíam questões de ordem econômica, de higiene e saúde, inseridas sob o genérico conceito cameralista de ‘felicidade pública’, pressupostos basilares de um direito cada vez mais científico”. Avalia o autor que em decorrência da ação meramente burocráticas, a Intendência-Geral do Brasil foi sendo desautorizado de suas atribuições e autoridades, o que gerou imensos choques e conflitos administrativos.

Na sequência, Tânia da Costa Garcia e Thales Reis Alecrim analisam a influência de João Apolinário no debate sobre o desenvolvimento do Brasil e das teorias da dependência. Com o artigo **Desenvolvimento e cultura: João Apolinário entre os debates do Iseb, da Cepal e das teorias da dependência durante o regime militar brasileiro (1964-1974)**, o autor contextualiza a chegada de João Apolinário ao Brasil em 1963. Naquele momento histórico o “desenvolvimento e o subdesenvolvimento estavam em questão, seja na cultura e na política, seja na economia e na sociedade. À medida que Apolinário leu e entrou em contato com esses problemas, ele inseriu-se nas discussões e propôs intervenções”. Os temas do desenvolvimento e da dependência eram centrais nas teorias do Iseb e da Cepal. De acordo com os autores, Apolinário “acreditava que a superação do subdesenvolvimento não se daria pela economia, mas pela cultura que emergiria como verdadeiramente nacional. Por esse motivo, apontamos alguns marcos e ideias que consideravam a cultura como um campo de batalha contra essa situação histórica, permitindo, dessa forma, o desenvolvimento”.

Dando continuidade à obra, Ilana de Macedo Vaz e Cláudia Maria das Graças Chaves trazem o debate sobre a **Formação do Estado brasileiro em contexto internacional: o consulado brasileiro em Nova Iorque (1840-1860)**. O artigo analisa “os discursos internacionalistas dos dirigentes políticos do governo imperial brasileiro em meio à construção do Estado enquanto nação. A perspectiva principal é a do Consulado Geral brasileiro em Nova Iorque, lócus de discussões acerca das relações exteriores do império do Brasil com os Estados Unidos, cujos cônsules e funcionários se correspondiam com os ministros brasileiros da Secretaria de Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro”. Diversos temas estão em pauta, em especial os debates em torno da formação do Estado-Nação; as relações

brasileiras com os Estados Unidos no aspecto da equivalência com o sistema escravocrata; o lugar do Brasil na América, entre outros. Temas que eram parte de um “projeto político conservador que, por serem influenciados pela conjuntura internacional, auxiliam a compreensão do processo de construção do Estado brasileiro”, finalizam as autoras.

As pesquisas de Cesar Reina e Rosangela de Jesus Silva resultaram na produção do artigo **Las series audiovisuales como experiencia cultural: entre entretenimiento y narrativa de identidades nacionales latinoamericanas en la serie *Los archivos del cardenal* (2011)**. Para os autores “el presente artículo propone una aproximación teórica sobre cómo las series audiovisuales han dejado de ser un simple producto de entretenimiento, para convertirse en una experiencia cultural capaz de construir narrativas sobre las identidades nacionales en Latinoamérica”. Como fonte primária, os autores trabalham com a série chilena *Los Archivos del Cardenal* (2011), através de alguns capítulos por eles selecionados, relativos à primeira temporada. Os autores concluem que a configuração histórica das séries mostra-se como veículos de representação simbólica e visual, e as características técnicas e narrativas possibilitam expressar as identidades nacionais. Alertam para entendermos que as atividades culturais, os sentidos e as mediações se transformam de acordo com as épocas e contextos sociais.

Abrindo a parte dois do livro – **Insurgências** - iniciamos com o artigo de Luiz Felipe Viel Moreira e Marcela Cristina Quinteros, **Memórias femininas das revoluções Centro-Americanas: El Salvador de Ana María Gasteazoro e a Nicarágua de Gioconda Belli**. O artigo tem como fonte primária as memórias de duas mulheres que participaram dos processos revolucionários em El Salvador e Nicarágua. Ana Margarita Gasteazoro e Gioconda Belli, respectivamente, evidenciam as percepções que tinham de seus países, nos processos revolucionários nas décadas de 1970 e 1980, em especial o tema de gênero. Os autores analisam como essas mulheres “lidavam com suas origens nas elites salvadorenha e nicaraguense em relação à sua participação nas guerras civis e à impressão da utopia que perseguiram”. O artigo analisa a obra de Belli, publicada em 2001 *El país bajo mi piel*, pela qual relata sua visão da revolução sandinista, e a entrevista de Ana Margarita, concedida no final da década de 1980 traduzida do inglês apenas em 2019, com o título *Díganle a mi madre que estoy en el paraíso*. Para os autores, ambos os textos têm o poder de expor as percepções de cada uma delas sobre a guerra, a nação e a luta de classes desde uma perspectiva de gênero.

O artigo **Mulheres na arte brasileira: as memórias de Helena Pereira da Silva Ohashi e o cenário artístico no século XX**, de Martinho Alves da Costa Júnior e Paula Nathaiane de Jesus da Silva, analisa as pinturas de Helena Pereira da Silva Ohashi. Segundo os autores, “a trajetória da artista se entrelaça com as artes plásticas por seus vínculos familiares, e também por se apresentar enquanto mulher e pintora que conquista seu espaço

enquanto tal na arte brasileira por volta dos anos 1950 - 1960. Para este artigo, o cenário artístico brasileiro e suas convenções em relação às mulheres artistas são analisadas a partir dos registros deixados por Helena em sua autobiografia (1969), considerando questões como: O que era ser mulher e artista na metade do século XX? Os espaços de arte eram compartilhados em igualdade tanto por artistas homens quanto por artistas mulheres? Havia alguma distinção entre os sexos masculino e feminino no cenário artístico brasileiro deste período?”. Por fim, o artigo pretende suscitar debates sobre a história das mulheres dentro da historiografia recente.

Tânia Zimmermann e Isyane do Rocio Kmita debatem as **Interlocuções de gênero nos nacionalismos na América Latina: breves considerações**. As autoras indagam sobre a presença de gênero nos debates acadêmicos sobre nação e nacionalidade, identificando que essa ausência se vincula ao silêncio nas representações históricas. Observam as autoras que “nações e nacionalismos enquanto um tema demasiadamente circunscrito ao masculino estabelece que a integração nacional pouco ou nada se relaciona com as questões de gênero e sexualidade. No entanto, escritos como os de Stoelcke e de Walby têm demonstrado a visibilidade da presença feminina nos projetos nacionais ainda que de forma sexuada, ou seja, como reprodutoras biológicas e transmissoras de suas culturas além de significantes de diferenças étnicas/nacionais e participantes de lutas nacionais, políticas, econômicas e militares”. Além de beber nas fontes de Stoelcke e de Walby, as autoras se apoiam em Curiel e Segato para dizer que os nacionalismos estão “intrinsecamente permeados pela diversidade e não na construção de identidades superficiais e desvinculadas da territorialidade”.

Na sequência apresentamos o artigo **A luta pela terra e pela educação como instrumento de empoderamento feminino entre as Kaingang do Toldo Chibanguê (1970-2020)**, produzido por Andreza Bazzi e Humberto José da Rocha. O artigo dialoga com a experiência de uma comunidade do povo Kaingang em Santa Catarina, e o protagonismo das mulheres entre as décadas de 1970 e 2020. A TI Toldo Chibanguê está localizada no tema terra-educação, na perspectiva do empoderamento dessas mulheres e, conseqüentemente, da própria cultura indígena. O artigo retoma “o processo histórico de luta pela terra, contextualizando o trabalho no espaço-tempo. Na segunda seção, discutimos o protagonismo feminino – de gênero –, destacando o papel da liderança feminina Fen’Nó sob a perspectiva teórica da inflexão decolonial. Na terceira seção, voltamos a atenção para a discussão sobre a Educação no sentido da continuidade da luta, articulando ideias de memória e empoderamento indígena como desdobramento do processo histórico”. O artigo destaca que o processo da referida Terra Indígena é um exemplo de mobilização social, por articular os temas da terra com educação, no qual as mulheres Kaingang são protagonistas.

“O bárbaro mais bárbaro que o bárbaro”: a “invenção” do tapuia, do Sertão e a formação da sociedade brasileira escrito por Paulo Robério Ferreira Silva e João Batista de Almeida Costa, dá sequência à obra com uma análise sobre a invenção do “índio” em toda América e no Brasil a colonização inventou o Tapuia. Tomado como o indígena inimigo a ser conquistado ou eliminado, esse grupo genérico se opunha ao Tupi, considerado amigo e dócil, resultando em uma hierarquização na qual os tapuias figuravam na condição análoga à animal. Tendo como referência as teorias decoloniais, “o objetivo deste estudo é analisar, por meio de documentos dos séculos XVI e XVII, a emergência da ideia de que os tapuias eram “os bárbaros mais bárbaros que os bárbaros”, como constatou Gabriel Soares de Souza (1851), na segunda metade do século XVI e como isto impactou os processos de formação da sociedade colonizadora”. Os autores discutem como essa conceituação colonial adentrou o século XIX e no avanço para a hinterlândia do Brasil esses indígenas foram considerados “muro do demônio”, por atrapalharem o avanço para o Oeste do Brasil.

Na sequência, as pesquisadoras Liana Rayssa Mota Amorim e Soraia Sales Dornelles abordam **A história indígena como alternativa de reelaboração das histórias nacionais**. Para as autoras, a América Latina está sendo palco de diversas tensões entre Estados e povos indígenas que resultam em conflito não apenas por direito a territórios e recursos naturais, mas pelo próprio reconhecimento e participação como sujeitos históricos. “Os povos indígenas pressionam a renovação não apenas da operação historiográfica, mas, principalmente, das memórias históricas resultantes dessa operação que muitas vezes lhes relegaram lugares subalternos, isto é, quando não foram totalmente invisibilizados. Perante a essas exigências que os movimentos de povos originários, dos Andes ao Cone Sul, fazem é que consideramos que a História Indígena como um campo marcado pela interdisciplinaridade e compromisso com a visibilidade indígena potencializa o processo de reescrita das histórias nacionais do continente latino-americano.” As autoras objetivam discutir se a produção historiográfica recente oferece subsídios para a reformulação das memórias nacionais, promovendo a historicização das atuações indígenas nos processos de construção nacional.

Para finalizar a seção de artigos, Loudmia Amicia Pierre-Louis e Hernán Venegas Marcelo trazem ao debate o Haiti com o trabalho **Histórias a contrapelo da Revolução Haitiana**. Eles fazem um balanço dos estudos históricos produzidos sobre a Revolução Haitiana e os enxergam com o olhar crítico, de quem escova a história a contrapelo, para se insurgir frente às narrativas sobre a Revolução Haitiana e sobre a história do Haiti. Os silenciamentos sobre a Revolução Haitiana; o lugar desta na historiografia das Revoluções Atlânticas e os estudos históricos renovados sobre a Revolução Haitiana - produzidos dentro e fora do país - estruturam o capítulo. Sua escrita dialoga com estudos da memória

e com autores como Michel-Rolph Trouillot, Roberto Breña, Juan Antonio Hernández, Elizabeth Grou, Alejandro Enrique Gomez, Enzo Traverso, Carlo A. Célius e Hector Michel. Também se alicerça nas teorias decoloniais. Por fim, “espera-se que esse relato, insurgente e subalterno, desperte o interesse dos leitores por uma outra história do Haiti, revelando a polifonia da sua história e a universalidade dos seus atores”, como afirmam no resumo do capítulo seus autores, Pierre-Louis e Venegas.

O livro conclui com uma entrevista concedida pela especialista em arte pública e monumentos, Carolina Vanegas Carrasco. **La insurgencia memorial y monumental en América Latina** é o título da entrevista que, por sua vez, foi fruto de parcerias prévias como relatado na sua introdução. Vanegas, a entrevistada, responde às perguntas elaboradas por Hernán Venegas Marcelo com a maestria e expertise de uma intelectual singular. Ao longo da entrevista foram intercaladas três imagens, sugeridas por Carolina Vanegas, que contribuem para melhor acompanhar seu relato e tornar mais nossa, engajada e prazerosa sua leitura.

Esperamos ter atendido às expectativas de que a leitura dos capítulos desta obra - pensada e organizada em tempos de pandemia - seja instigante e que direcione os olhares dos leitores e das leitoras com uma dose de insurgência, para outras histórias, nações e memórias.

Uma boa leitura.
Foz do Iguaçu, junho de 2023.
Os organizadores

parte I

ESTADO E CULTURA

ESTADO NACIÓN EN IBEROAMÉRICA Y EL CARIBE - PROPUESTAS PARA UNA COMPARACIÓN A PARTIR DE CASOS REGIONALES

Samuel Oliveros Calderón

Resumen: En el artículo se aborda de forma comparativa la matriz del proceso de formación y evolución del Estado-nación en Iberoamérica y El Caribe, las particularidades de la génesis de ese proceso, que condujo a la formación de Estados nacionales mediante la concepción de modelos socioculturales excluyentes en correspondencia con los intereses de clases y sectores sociales que lo implementaron. Se analiza cómo esa premisa configuró diversos problemas congénitos vinculados con la desintegración nacional y la exclusión cultural; en el contexto del desenvolvimiento de diferentes procesos antropogeográficos y socioculturales, dentro de los cuales la diversidad cultural y espacial tienen un peso considerable, como lo demuestra la experiencia iberoamericana y caribeña, al interactuar esos referentes con los complejos problemas del desarrollo de las nacionalidades y naciones. Se concluye sopesando la trascendencia del fenómeno sociocultural en la formación del estado nacional y la necesidad de su transición hacia una nueva cualidad integradora pluricultural y multinacional en la cual la proyección de la diversidad cultural se encumbra, junto a otros factores socio históricos, en eslabón fundamental de la existencia de la nueva sociedad.

Palabras claves: Estado nación; diversidad cultural; exclusión cultural; desafíos actuales.

Resumo: O artigo aborda comparativamente a matriz do processo de formação e evolução do Estado-nação na Ibero-América e no Caribe, as particularidades da gênese desse processo, que levou à formação de Estados nacionais através da concepção de modelos socioculturais exclusivos em correspondência com os interesses das classes e dos sectores sociais que o implementaram. Analisa-se a forma como esta premissa configura vários problemas congénitos ligados à desintegração nacional e à exclusão cultural; no contexto do desenvolvimento de diferentes processos antropogeográficos e socioculturais, nos quais a diversidade cultural e espacial tem um peso considerável, como demonstra a experiência ibero-americana e caribenha, quando estes referenciais interagem com os problemas complexos do desenvolvimento de nacionalidades e nações. Conclui com a transcendência do fenómeno sociocultural na formação do Estado nacional e a necessidade da sua transição para uma nova qualidade multicultural e multinacional em que a projeção da diversidade cultural se eleva, juntamente com outros fatores socio-históricos, numa ligação fundamental da existência da nova sociedade.

Palavras-chave: Estado-nação; diversidade cultural; exclusão cultural; desafios atuais.

INTRODUCCIÓN

Concretar una visión comparada del proceso de formación de los Estados nacionales

en Iberoamérica y el Caribe¹ se erige en una empresa ardua, por la dificultad de trazar rasgos comunes a las diversas regiones que integran las áreas objeto de estudio. A pesar de las semejanzas en los análisis y debates entre investigadores sociales, sobre esta cuestión la misma comprende sustanciosas singularidades que hacen esta experiencia única. En ello inciden diversos factores desenvueltos desde la época de la conquista y la colonización en los siglos XVI y XVII, el impacto de las reformas introducidas en la segunda mitad del siglo XVIII por las metrópolis coloniales ibéricas, el ascenso de las áreas marginales y su vinculación con el mercado mundial; entre otros factores. Un momento crucial en este proceso lo constituyeron los resultados de la separación política de los antiguos virreinos y capitanías generales de sus metrópolis coloniales europeas alcanzados entre 1810 y 1898², los cuales trascendieron en la etapa poscolonial, haciendo más compleja la concreción de un perfil generalizado de ese fenómeno sociohistórico.

Una de las valoraciones iniciales de esta problemática nos llevaría a considerar a partir de una visión comparada entre las diversas regiones de Norte y Sur América, Centroamérica y El Caribe, a el proceso de la independencia como un parte aguas que impulsó la culminación de formación de las naciones y de los Estados-nación, al mismo tiempo que sentó premisas para la sustentación de los proyectos tempranos de unidad e integración en las diversas áreas emancipadas³; algunos de ellos de corta duración por diversas causas internas y externas, entre los que podemos considerar la formación de la Gran Colombia (1819-1830), las Provincias Unidas de Centroamérica (1823-1836), la Confederación Peruano – Boliviana (1836-1839), las Provincias Unidas del Río la Plata⁴ (1816-1854) y el proyecto de la Confederación Antillana. Sobre este proyecto escribe Venegas (1995, p. 21), “La concepción de la Confederación Antillana y, más que esta, de la lucha en pos de determinados grados de unidad en el Caribe Insular, es una idea largamente acariciada por muchos de los más preclaros intelectuales y políticos de estas tierras en los dos últimos siglos”.

El establecimiento de los conquistadores en los centros poblados por millones de indígenas, cabeza de los grandes imperios de México y Perú, núcleos preexistentes de un patrón regional de poblamiento, con sus realidades socioeconómicas y culturales, así

1 En esta primera parte de nuestra propuesta nos sustentamos en las ideas expuestas en el trabajo “El Estado nación Iberoamericano, reflexiones sobre sus desafíos identitarios” publicado en **Interculturalidades: visões multilaterais desde a UNILA, MAIA, F.P.S.** (Org.), Boavista Press, Roosevelt, N.J., EUA, 2018. p. 68-78.

2 Nos referimos al proceso en la parte continental y las posesiones coloniales del Caribe que habían logrado la independencia: Haití, Santo Domingo, Cuba y Puerto Rico; mientras en otros territorios de la zona caribeña, la dominación colonial se ha extendido hasta el presente

3 Una excepción sería el caso del Brasil que mantiene la integralidad del territorio colonizado por los portugueses luego de proclamada su emancipación bajo la forma imperial entre 1821 y 1889

4 Tener en cuenta que la región platina estaba conectada a diversos problemas que la diferenciaban con otras regiones del continente, un ejemplo de ello son las relaciones establecidas entre jesuitas y guaraníes vs la alianza hispano-portuguesa a mediados del siglo XVIII, proceso de amplio impacto en la conformación de los futuros Estados naciones en el Cono Sur, entre otras cuestiones específicas del área como la existencia de las naciones indígenas desplegadas en ese vasto territorio, las que fueron atomizadas por las fronteras establecidas al finalizar la etapa colonial

como con una organización conferida al espacio regional a partir de la relación establecida previamente entre el hombre y tan variada geografía contribuyeron; también apoyados en el empleo de la táctica de *divide y vencerás*, empleada tanto en el nivel étnico cultural como en el regional, al deslinde político posterior en esas regiones.

La evolución del proceso de génesis y desarrollo del estado nacional en la región, lo dilatado del medio geográfico y la diversidad antropológico-cultural, ofrecen un entorno poliédrico lleno de contradicciones, que se profundiza en lo sociohistórico como resultado del camino recorrido desde el espacio colonial al nacional⁵; aunque en este tránsito no se producen –en el decurso histórico de la región– conflictos étnicos de gravedad, xenofobia o fundamentalismos, característicos de otras regiones del mundo. Parece ser que la identidad en la diferencia y la diversidad cultural de esa condición cultural, que es ser latinoamericano, actuaron como claves de la singularidad de este proceso en Iberoamérica.

El análisis de la formación del estado nacional en la región no es posible abordarlo mediante el modelo europeo⁶. La problemática actual demuestra que cualquier apreciación debe partir de sus raíces endógenas sin menospreciar otros modelos, experiencias y factores externos influyentes en este proceso. Teniendo en cuenta los sucesos mundiales ocurridos entre 1830 y el final de la Segunda Guerra Mundial, la descolonización posterior y el auge de la formación de nuevos Estados nación, Hobsbawm (1998, p. 179-180) precisó:

Si bien en teoría, (...) estos movimientos de liberación nacional en el tercer mundo tuvieron por modelo el nacionalismo de occidente, en la práctica los Estados que intentaron construir generalmente eran, como también hemos visto, lo contrario de las entidades étnicas y lingüísticamente homogéneas que en Occidente se ha dado en considerar como la forma clásica del “estado nación”.

Este historiador marxista británico agrega (HOBSBAWM, 1998, p. 189), que la creación de los nuevos Estados luego de la Segunda Guerra Mundial reflejaba tres fuerzas: la descolonización, la revolución y la intervención de las potencias extranjeras en las regiones en que se produjo este proceso:

La descolonización significó que, en general se crearon Estados independientes partiendo de las zonas de administración colonial que existían dentro de sus fronteras coloniales. Es obvio que estas fronteras se habían trazado sin tener en cuenta a sus habitantes, a veces sin que estos lo supieran siquiera, y, por lo tanto no tenían ningún significado nacional, ni tan sólo protonacional, para sus habitantes, excepto para minorías nativas educadas por la potencia colonial y occidentalizadas, cuya importancia numérica variaba pero generalmente era exigua.

5 Sobre todo porque América Latina es un continente con una diversidad regional marcada por diversas aristas, desde las geográficas hasta las socioculturales, políticas y económicas. Como valora H. Venegas, “la historia de América Latina es la de sus regiones” impactadas por fuerzas centrífugas y centrípetas que la han modelado en su devenir histórico, ver: Venegas, 2010, p.26

6 En la última década del siglo pasado, como resultado del desmembramiento de la URSS y de Yugoslavia se formó en Europa un gran número de Estados-nación nuevos, más que en cualquier época anterior de su historia. Este separatismo no tiene ninguna comparación con el caso latinoamericano en la actualidad.

La lucha antifascista de los pueblos contra la ocupación extranjera generó no sólo un potente movimiento de emancipación política, también creó las premisas para otras reivindicaciones sociales y culturales, estableciendo lo que VEGA (2002, p. 13) considera:

Un hito en el discurso de la identidad lo constituyó el proceso de descolonización que tuvo lugar en Asia, África y América Latina, después de finalizar la Segunda Guerra Mundial. El fin del orden colonial desbrozó el camino de la independencia a pueblos cuyas culturas habían quedado sumergidas. La emancipación de sus antiguas metrópolis hizo que los liderazgos de algunos de esos Estados-nacionales emergentes pusieran la atención en formular políticas culturales dirigidas a reivindicar los valores preteridos de etnias y nacionalidades.

Con respeto a esta cuestión no resulta ocioso considerar que:

El Estado no se da nunca naturalmente: siempre debe ser creado (...) el marco, las márgenes, importan poco. Es el corazón lo que vale y lo que hay que considerar antes que nada. (En otros términos, el problema de las fronteras) no hay que abordarlo nunca desde el exterior sino desde el interior (FEBVRE, 1955, p. 280-281).

Es atinado llamar la atención sobre dos elementos claves en la propuesta de este historiador francés: el estado nacional como una invención del hombre a partir de diversos referentes históricos e identitarios, y su abordaje desde el interior de los procesos antropogeográficos y socioculturales. En lo relacionado con América Latina salta a la vista el proceso de transculturación ocurrido a partir de la conquista y la colonización, como laboratorio de un proceso único de encuentro de las culturas europeas, indígena y africana por primera vez en la historia de la humanidad. También, la constitución del criollo como identidad no solo racial, sino más bien espacial, sociocultural, costumbrista y del imaginario social; que se torna una clave importante en la génesis, evolución y formación del estado nacional en esta región.

A partir de las conmemoraciones por el bicentenario de la independencia de América Latina proliferaron valoraciones académicas desde diversas Ciencias Sociales y concepciones históricas filosóficas sobre esta problemática. Eso indica que es un tema no agotado y merece nuevas reflexiones. Distintos estudios y enfoques sobre diferentes expresiones del estado plurinacional y el multiculturalismo, han facilitado visiones novedosas sobre la génesis y formación del Estado-nación, con predominio monoétnico y monolingüe, caracterizador de la época moderna de surgimiento y desarrollo de la sociedad capitalista (PARSON, 1987, p. 93-144,).

Una estimación de la relevancia histórica del proceso de la lucha por la independencia en Iberoamérica, debe partir de la consideración integral de sus objetivos. A menudo, al hacer una evaluación de los resultados que tuvo se enfatiza fundamentalmente en su carácter, objetivos y tareas; derivando su significado de esta tríada. Esto es válido desde el punto

de vista de que la epopeya independentista se ubica en la época moderna, coincidente con el triunfo y consolidación de las naciones en los marcos de la sociedad capitalista occidental; esencialmente europea y norteamericana, tomadas como modelo para la exégesis.

Resulta inveterada la costumbre de seguir ese enfoque historiográfico, independientemente de que la emancipación de las colonias abrió la época, en América Latina, de la formación de los Estados nacionales al mismo tiempo que iniciaba una limitada apertura hacia el capitalismo. Por otro lado, en occidente, la revolución política, industrial y educativa fue precedida por un largo período de irrupción y establecimiento de las relaciones capitalistas, que condujeron a la formación de los Estados nacionales.

El transcurso de la lucha por la liberación colonial hispano-portuguesa en América, concebida como una revolución de liberación nacional, apuntaba a superar este esquema debido a la combinación de las múltiples tareas que se debían cumplir durante y después de este proceso. Sobresalía la necesidad de la solución de importantes aspectos de la nueva sociedad emergida de la lucha por la independencia, como la problemática del indígena, los sectores populares y los esclavos recién liberados.

Para la continuación del análisis que se está presentando, resulta necesario distinguir estado, nación y estado-nación, independientemente de que el objetivo de esta comunicación no permita abordarlos dilatadamente. El término estado remite a una entidad política y jurídica popularmente conocida como país; también supone una unidad político-territorial más o menos centralizada, dotada de autoridades constituidas y reconocidas, con organización administrativa burocrática permanente, ordenamiento jurídico específico, y aparatos represivos y de autodefensa.

El concepto de nación, en cambio, representa una entidad sociocultural cuyos límites en muchos casos no se corresponden con las fronteras estatales. La nación⁷ se refiere a un colectivo humano estable e históricamente constituido, cuyas raíces son culturales antes que jurídico-políticas y su existencia se sustenta en antecedentes históricos, de religión, de tradiciones y costumbres según Gagnon A. (apud CONNOR W., 2000, p. 94-95).

La formación de los Estados nacionales es una expresión de la consolidación de una identidad específica y la toma de conciencia de ella, hasta la formulación de un proyecto de autogobierno enmarcado en un proyecto político. El uso del concepto estado-nación terminó por absorber ambas denominaciones al considerar que una nación disponía de su propio estado. Hoy día los Estados son oficialmente “naciones”, y las agitaciones políticas básicamente tienden a ser contra extranjeros, a quienes los Estados hostigan y pretenden excluir prácticamente (HOBSBAWM, 1998, p. 173).

⁷ Según la concepción del Materialismo Histórico, la nación es una comunidad humana estable, históricamente formada, surgida sobre la base de la comunidad de cuatro rasgos principales, a saber: la comunidad de idioma, de territorio, de vida económica y de psicología, manifestada esta última en la práctica colectiva de peculiaridades específicas de la cultura nacional.

La formación del estado nacional está conectada con los avatares del desarrollo de las nacionalidades y naciones. Constituye un momento de un proceso en el cual sus componentes interactúan dialécticamente en el transcurso del devenir histórico. La aparición de las naciones está precedida por el nacimiento –y acompañada por la maduración– de las nacionalidades y la conciencia nacional, una vez estabilizados los nexos económicos y territoriales a partir de cierto nivel de la división social del trabajo. Los rasgos distintivos de la nacionalidad determinan la identidad de la nación, que se expresa ‘en las particularidades de la cultura nacional, o en su *peculiar fisonomía espiritual*, reflejo de las condiciones materiales de vida de un pueblo, su historia y tradiciones” (DÍAZ DE ARCE, 1988, p. 4).

La otra arista de la cuestión nacional compete a las relaciones de dominación y de clase en los aspectos tanto internos como externos, que gravitan sobre la sociedad (opresión nacional y clasista), y comprende la lucha por la independencia y el establecimiento del estado nacional; aunque su existencia no constituye un prerequisite para la integración de la nación, sí representa un paso decisivo en ese sentido (DÍAZ DE ARCE, 1988, p. 5).

EL CAMINO IBEROAMERICANO Y CARIBEÑO DE LA FORMACIÓN DEL ESTADO–NACIÓN

La experiencia latinoamericana demuestra que este proceso no siempre se produce en un orden lógico, sino por el contrario, la creación de un estado se puede erigir en el laboratorio de la formación de un Estado–nación y, desde este, terminar de conformarse la nacionalidad, que puede asumir características multiétnicas y plurinacionales simultáneamente con su evolución en el tiempo. En la compleja problemática de la formación del estado nacional en América Latina, actuó como un acelerador el proceso independentista librado por las colonias hispano–lusitanas, ubicado en plena época de auge de las naciones modernas en los marcos de la sociedad capitalista. En este fenómeno se advierte el influjo de factores internos y externos originados desde el siglo XVIII, en particular por las transformaciones de la sociedad colonial –muchas al calor de las reformas borbónicas–, en particular la nueva orientación económico–social influenciada por el desarrollo de la revolución industrial y las revoluciones norteamericana y francesa.

En lo concerniente al período posindependentista en Iberoamérica, la reforma liberal de mediados del siglo XIX no pudo sentar las bases para la consolidación del estado nacional, aunque aportó premisas para la modernización capitalista de la sociedad. La subordinación diplomática y financiera, típica de países semicoloniales y dependientes, hace que los atributos del estado nacional se presentaran muy disminuidos bajo las nuevas formas que adquirió la dependencia económica de los principales centros capitalistas.

Entre las complicaciones que apremiaban soluciones se encontraban los límites fronterizos de los Estados recién surgidos. ¿Qué hacer? ¿Respetar las divisiones administrativas

coloniales impuestas por España y Portugal; crear nuevas entidades de acuerdo con las transformaciones de la sociedad americana, acaecidas en la última etapa de la dominación colonial; o adoptarlos considerando el desarrollo de los procesos que la emancipación impuso a las fuerzas independentistas?

La solución del problema de las fronteras de los nuevos Estados era una cuestión esencial, ya que servirían de ámbito para el proceso de culminación de la formación de las nuevas naciones; esos límites cumplirían una función mayúscula: permitir integrar social y racialmente los Estados nacionales durante la etapa poscolonial. El proceso independentista en Iberoamérica por un lado aceleró la formación de los Estados nacionales y por otro contribuyó a su diferenciación, no sólo entre los jóvenes Estados, sino también con respecto a los que se dieron en otras regiones del mundo. Desde las posiciones del republicanismo liberal se alzó la concepción bolivariana que superó muchos de los proyectos emancipadores hasta entonces conocidos, de los cuales se diferenció por el alcance de las tareas propuestas y las medidas adoptadas para la solución de la compleja situación de los emergentes Estados-nación.

¿Cuáles fueron algunas de esas peculiaridades diferenciales?

- La unidad como vía para alcanzar la culminación del proceso independentista y consolidar los nuevos estados.
- La solidaridad continental como medio para lograr la derrota definitiva de las fuerzas colonialistas.
- La creación del estado integrador la Gran Colombia, superador de las divisiones territoriales establecidas por la administración colonial hispana y estímulo para el establecimiento de otras uniones integradoras en el resto de los estados participantes, como demostración de la posibilidad de creación de entes estatales no contentivos de las fronteras coloniales heredadas de la dominación colonial.
- La proyección de la liberación social del hombre, con la introducción de la legislación pertinente y de medidas democrático-revolucionarias.
- La creciente incorporación de las masas populares, sectores medios y pequeños propietarios al proceso independentista.
- La concepción de la educación como vehículo de consolidación de los nuevos estados.

Estas peculiaridades condicionaron no sólo la formación de las nuevas naciones en una parte importante de la región, sino también la consolidación de la nueva sociedad americana surgida de la emancipación. Sin embargo, los resultados obtenidos en la práctica social no justificaron la proclamación de un “nuevo orden”⁸ –como se proponía el

⁸ Ese “nuevo orden” no estaba determinado solo por la proclamación de la forma republicana de gobierno, sino por la adopción de un profundo proceso de reformas socioeconómicas que completarían la liberación del hombre y la liquidación

proyecto bolivariano—, que sucumbió ante sus enemigos internos y externos en pocos años.

Las fuerzas conservadoras paralizaron el desenvolvimiento de la revolución por la independencia y debilitaron sus tareas, pero de las excolonias emergieron los nuevos Estados y las nacionalidades, aunque no fuera factible resolver la exigencia histórica de las transformaciones socio económicas y culturales imprescindibles para completar ese proceso.

El incumplimiento de este requisito histórico hizo más compleja la génesis y consolidación de las nuevas naciones; condicionadas también por la vigencia de muchos componentes de la estructura colonial, no sólo las referidas a las “divisiones político–administrativas” introducidas en América, en razón de las reformas del siglo XVIII, sino también procedentes de la organización económica colonial y del orden socioclasista asociada a ella. En la sociedad colonial de esos momentos, las nuevas actividades económicas revalorizaron la producción, sustentadas en el eje agro exportador vinculado al mercado mundial. Con estos remanentes socio económicos se produjo el paso hacia la nueva sociedad.

Esta problemática no podía dejar de reflejarse en el proceso de formación de los Estados nacionales en las antiguas colonias ibéricas. Su desarrollo llevó el sello no sólo de las luchas intestinas entre las diferentes facciones dominantes, sino también de las propuestas de planes –y sus intentos de concreción– expuestos por los pensadores ilustrados, liberales y conservadores, utopistas y socialistas; cuyas ideas reflejaban el complejo social latinoamericano de la primera mitad del siglo XIX. Sin embargo, los Estados emergentes se abocaron a la construcción de sus respectivos Estados nacionales sobre la base de las estructuras coloniales heredadas; “de ahí que el predominio de las grandes capitales virreinales y de las capitanías generales transitara entre una y otra época histórica con visos de normalidad” (VENEGAS, 2000, p. 30).

El debate se concentraba alrededor de las libertades individuales y la estructura y formas del gobierno: era una lucha por alcanzar las metas que otros pueblos ya habían logrado. Legislar y educar para algunos es la solución, mientras que para otros es borrar completamente el pasado, sin reconocer los aportes positivos pretéritos.

Los sectores conservadores de la oligarquía y los intelectuales que la apoyaban estaban interesados en liquidar las reformas modernizadoras y, en particular, desplazar a los partidarios del ideal republicano avanzado del tipo bolivariano⁹ con la desintegración de

de las bases del sistema colonial

⁹ Antes, en el antiguo territorio del Virreinato de Nueva España, en México, las fuerzas republicanas independentistas radicales habían sido neutralizadas por las fuerzas coloniales y los sectores conservadores. En Río de la Plata, entre 1810 y 1815 no se había proclamado la independencia; al fracaso del estado centralizado de 1820 a 1824, heredero del virreinato, siguió un periodo hasta 1852 caracterizado por la desvinculación entre las antiguas provincias virreinales, erigidas en semiestados o independientes como Paraguay. Situación que se correspondía con los intereses de la élite porteña y los sectores ilustrados, interesados en la plantación de la dominación colonial virreinal por la de la provincia de Buenos Aires.

la Gran Colombia en 1830, así como el fracaso de la Federación Centroamericana y la Confederación peruano-boliviana entre 1836 y 1839.

Este diseño ilustrado, contemporáneo o posterior al bolivariano, partía de presupuestos diferentes; su atención se concentraba en elaborar una filosofía capaz de orientar el rumbo de los nuevos Estados hacia la civilización, tomando como brújula la sociedad europea o la norteamericana. En esos estudios sociológicos e históricos se desconoce y reniega la herencia colonial, pretendiendo borrar el pasado y suplantarlo por una cultura importada.

El proyecto ilustrado no concebía integrar al indígena y a las masas populares al proceso civilizatorio; se proponía consolidar el poder de la oligarquía criolla y los sectores intelectuales y profesionales asociados a él. Su propuesta no sólo era exógena, sino también excluyente. Se sustentaba en la idea de que las buenas instituciones por sí solas, junto a la educación, conducirían a la civilización o serían la clave para llegar a ella; el apoyo de este parecer estaba en los recursos naturales y la estimulación a la afluencia de capitales y a la inmigración, fundamentalmente europea. Otros elementos que caracterizan esas posiciones son las referencias a:

- La vinculación ventajosa de los recursos naturales de la región con los de Europa y Estados Unidos, como centros de la ciencia y el capital.
- Papel modelador del estado para lograr la civilización, mediante la atención a la educación y a la cultura, como impulsos para el desarrollo económico.
- Rechazo a la actuación y participación de los indígenas, negros y pobres, en el proceso democrático y económico.
- Libertad política racional y moderada, enmarcada en el despliegue de la dominación oligárquica.

La educación, en este modelo, constituía una pieza clave de la instrucción, una forma de ilustración *culturizadora*; por tanto, no se estimaba en su vertiente de formación para la incorporación social, ajustada a las circunstancias de las jóvenes repúblicas. La educación popular, como vía para el acceso al medio social, era rechazada en la concepción elitista de la oligarquía y de los civilizadores; de manera análoga a lo que sucedía con el componente indígena y la herencia ibérica de la cultura.

Un balance de la trascendencia del proceso independentista, no puede soslayar el impacto creador de la lucha por la liberación de las excolonias en la formación de los Estados nacionales en América Latina; a lo que se anexa la posibilidad de integración social y económica de las repúblicas que se incorporaron al concierto mundial. Esto no es óbice para tender un velo a las limitaciones con que se ha producido este proceso en la región; en particular con la implantación, durante la etapa posterior a la independencia, de medidas democrático-revolucionarias para la transformación de la sociedad. Los

obstáculos –políticos, económicos, regionales, externos– y la lentitud de este fenómeno han trasladado hasta nuestros días el cumplimiento de algunas de esas tareas.

Examinada en su perspectiva histórica, la región ha demandado la necesidad de llevar hasta el final las tareas pendientes derivadas del proceso de la lucha por la independencia; y de esa forma retomar –de acuerdo con la transición democrática–, las propuestas surgidas en medio de la lucha de liberación de unidad e integración, como continuidad histórica de la época abierta en América Latina por la lucha anticolonial.

Las historias nacionales convalidaron las propuestas de naciones que fueron Estados surgidos al calor de algunas de las antiguas divisiones político–administrativas coloniales. La nación se proclamó, sobre todo, en el ámbito de la prensa, las constituciones, la instrucción y la literatura en general; pero en el contexto mundial y regional de la conversión de la historia en disciplina científica, debía de terminar por construirse. Los límites estatales¹⁰ hicieron caso omiso de realidades preexistentes, en particular de los pueblos y naciones indígenas; de esa forma la colonia sobrevivía en la fisonomía republicana de la era poscolonial.

CENTROAMÉRICA: DE LA INDEPENDENCIA A LA FORMACIÓN DEL ESTADO NACIÓN, FEDERACIÓN E INTEGRACIÓN

Entre 1810 y 1821 se produjo el proceso de liquidación del Virreinato de la Nueva España y la proclamación del Imperio de Agustín de Iturbide en México en 1821. Su imperio se anexó en 1822 el territorio de las provincias que integraron la antigua Capitanía General de Guatemala¹¹ que había proclamado su independencia en 1821. Luego del derrocamiento del Imperio de Iturbide por las fuerzas republicanas mexicanas; se conformó en 1823 la Confederación de las Provincias Unidas de Centroamérica; libres e independientes de México y de España, según el acta de la Asamblea Nacional Constituyente (MARURE, 1968, p.45).

Este incipiente estado auspició la integración regional mediante el establecimiento de un estado federal, que sentó las bases de los lazos de la unidad centroamericana, rotos después de la caída del caudillo de la Federación Centroamericana Francisco Morazán (1830 a 1838) por las luchas intestinas en la zona, en la que Guatemala se convirtió en el centro de la destrucción de la federación a partir del ascenso al poder del dictador clerical

10 Observando el mapa de la América Latina actual, se aprecia que algunas de las fronteras establecidas son herencias de las divisiones impuestas por las potencias coloniales iberoamericanas durante la época colonial, reconocidas luego de la independencia como límites de los nuevos Estados, función así el *utis posseditis iuri*. Mientras otras provienen de conflictos internos, guerras o acuerdos de las oligarquías dominantes en las que los pueblos quedaron marginados de esas negociaciones. De todos los sectores sociales los más afectados fueron las comunidades y pueblos indígenas sobrevivientes de la colonización europea, ahora sometidos a nuevas formas excluyentes y de explotación.

11 También llamado reino de Guatemala, compuesto por las provincias de Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicaragua y Costa Rica; se extendía territorialmente desde México hasta Colombia.

conservador Rafael Carrera en 1841; etapa en la que se erigieron fuertes obstáculos para la integración de la zona, solo convenientes a la oligarquía y al capital extranjero. La lucha entre las facciones oligárquicas tenían su origen desde la época colonial, en el contexto de la antigua Capitanía General de Guatemala.

Desde la Carta de Jamaica de 1815, Bolívar (1947, p. 171-174), reflexionando sobre la posible organización del Estado nación en América Latina, consideró

Los Estados del istmo de Panamá hasta Guatemala formarán quizá una asociación. Esta magnífica posición entre los grandes mares, podrá ser con el tiempo el emporio del universo, sus canales acortaran las distancias del mundo, estrecharan los lazos comerciales de Europa, América y Asia. Seguramente la unión es lo que nos falta para completar la obra de nuestra regeneración. Sin embargo nuestra división no es extraña; porque tal es el distintivo de las guerras civiles formadas generalmente entre los partidos: conservadores y reformadores.

La economía centroamericana desde mediados del siglo XIX se orientó hacia la exportación de metales preciosos, cacao, índigo, café, algodón y del banano desde fines del siglo XIX y principios del XX. “La evolución de la actividad de exportación del banano en América Central muestra a través de su historia como un sólo producto pudo dominar las estructuras económicas de varios países, determinando la naturaleza de su incorporación a la economía internacional” (ELLIS, 1983, p. 71).

La mayor parte de la población se dedicaba a actividades agropecuarias fundamentalmente, destinadas a cubrir el consumo a partir de áreas geográficas aisladas, desvinculadas del mercado interno por su carácter de subsistencia, trascendiendo en una escasa integración nacional; a lo que se puede agregar alto grado de analfabetismo, escasa atención a la educación y salud, altos índices de mortalidad infantil y ausencia de programas sociales y culturales.

Como resultado del impacto en la zona de la crisis mundial de 1929 a 1933 los precios de los productos de exportación bajaron sustancialmente afectando a la sociedad. En los países centroamericanos en el periodo comprendido entre 1930 y 1945, en general, no aumentó ni la capacidad productiva interna ni se diversificó la exportación y los precios del café sufrieron durante los años 30 el descenso más violento y persistente de su historia y como resultado de ello

Excluyendo la nación costarricense, la sociedad centroamericana en su conjunto padeció un reforzamiento de las formas externas de dominación y vio agudizarse el estilo oligárquico mediante el cual una elite social conservo su poder inalterable durante tres o cuatro lustros (CUEVA, 1990, p. 171).

En el plano político Centroamérica vivió la década de los treinta bajo la férula de oprobiosos regímenes oligárquico-dictatoriales y de tiranías semicoloniales que

constituyeron una simple prolongación de la dominación imperialista: Jorge Ubico en Guatemala, Maximiliano Hernández Martínez en El Salvador, Tiburcio Carias Andino en Honduras y Anastasio Somoza en Nicaragua.

Mientras en otros países de la región la crisis permite cierta flexibilidad, facilitándole activar la política de industrialización sustitutiva de importaciones y la oligarquía cedió parte de su poder; en Centroamérica la crisis no significó una ruptura para la sociedad, Torres Rivas (1990, p.149) valora acertadamente esta etapa cuando escribe,

En el istmo en cambio, este periodo se caracteriza por el agudamiento de las contradicciones y debilidades que “el desarrollo hacia afuera” –subrayado por el autor- había venido acumulando parcialmente a lo largo de los tres últimos decenios, más que alteración en el sentido del proceso de desarrollo se transita durante esta etapa por la misma ruta, sin intentar otras alternativas que eviten el largo estancamiento de esos años.

La demanda generada por la guerra y la recuperación europea al finalizar la contienda tuvieron un impacto favorable en la evolución económica de la región; aunque como valoró G. Pierre-Charles (1972, p. 352), “no produjo beneficio en la región en comparación con otros países suramericanos y por el contrario obstruyó las tendencias positivas que se venían dando en el incipiente sector industrial”. El cierre de los mercados europeos para los productos de la agroexportación como el azúcar y el café, no dejó otra alternativa que vender a los Estados Unidos bajo el sistema de cuotas a nombre del esfuerzo común de la lucha contra el nacistascismo; lo que le permitió la contención de la lucha social.

Todavía entre mediados de la década de los años cuarenta y cincuenta, la matriz agraria seguía siendo el polo de desarrollo más importante; la agricultura de exportación y la comercialización de sus productos originaban la principal masa de ahorros de la región, reforzando su carácter agroexportador; a pesar de que desde la década del 30 tal modelo había exhibido su incapacidad estructural para servir de eje al desarrollo centroamericano. El crecimiento continuó descansando, escribe Torres Rivas (1983, p. 17) “básicamente en las declinantes oportunidades de la producción y la exportación agrícolas”.

Al finalizar la II Guerra Mundial, Centroamérica entró en la fase de su desarrollo modernizante, condicionado por factores endógenos, auspiciado por los sectores medios y la pequeña burguesía, frente a la oligarquía y los militares conservadores que veían en el progreso un enemigo de sus intereses. Un primer acto en la región de la modernización fue el movimiento que barrió las dictaduras oligárquicas. El gobierno norteamericano aceptó la revolución dirigida por la pequeña burguesía a pesar de su apoyo de masas y su liderazgo progresista por la inexperiencia y heterogeneidad del movimiento revolucionario; mientras que por otro lado el ejército conservaba el mando y las transformaciones propuestas, no constituían una amenaza para el capitalismo. Por lo tanto, el desarrollo de los países centroamericanos no afectaba la dependencia de EEUU, observa Pierre-Charles (1972,

p. 354) “a pesar de que el estallido democrático se dirigió no sólo contra las dictaduras, sino también contra sus tradicionales aliados: los monopolios extranjeros”.

En este escenario los dictadores centroamericanos no contaron con el apoyo de Washington frente a los movimiento pluriclasistas que reclamaron la democracia, tampoco el ejército - sobre todo los jóvenes oficiales - se opuso de forma decisiva, ya que sus intereses eran coincidentes en mayor medida con los de la pequeña burguesía que con los de la oligarquía. Por estas razones los movimientos en la zona triunfaron con relativa facilidad a partir de 1944; instaurando gobiernos civiles y cívico militares como los de J. Arévalo en Guatemala, J. Figueres en Costa Rica, O. Romero en El Salvador y R. Villeda más tarde en Honduras¹².

De forma general, estos fueron los antecedentes de la Revolución de octubre en Guatemala y por lo tanto del contexto de los diez años de primavera en el “país de la eterna tiranía”. Al analizar el programa de la revolución durante esa década hasta los investigadores más conservadores se ven obligados a reconocer que en sus principales objetivos se dirigía al establecimiento de condiciones democráticas a través de reformas burguesas, e incluso la historiografía liberal norteamericana la valoró Alexander (1957, p. 124) “como un proceso que en sus rasgos generales tenía semejanzas con la Revolución Mexicana” y llegaron exponer no tenía un carácter comunista y estaba encaminada a modernizar social y económicamente al país.

Luego de la llamada “Revolución de octubre” de 1944 que derrocó la dictadura de J. Ubico, se desarrollaron elecciones en 1944 y 1951. La victoria electoral de J. Arévalo - pedagogo - en 1944 y la de J. Arbenz - Coronel del ejército - en las elecciones de 1951, por mayoría de votos, fue vista como una muestra de la consolidación de la revolución y un éxito de la democracia al trasladar el poder por esta vía para un nuevo periodo de gobierno por primera vez en su historia.

Una de las medidas más controvertidas fue la reforma agraria realizada en la etapa de Arbenz, dirigida a transformar parte de la base económica y del régimen de propiedad de la tierra en el país sobre la concepción de una modernización capitalista, sin embargo esas transformaciones son valoradas regularmente en la visión historiográfica liberal, como extremista y pro comunista, apreciación encaminada a justificar la actitud intervencionista de la *United Fruit Co*, la de la CIA y del Departamento de Estado de EE.UU contra el gobierno guatemalteco. En sus memorias el expresidente Dwight Eisenhower (1963, p. 165) escribió: “El régimen de Arbenz pretendió convertir a Guatemala en el primer estado comunista en el hemisferio occidental”. Esta evaluación del gobierno de

12 El único país de la región en el que se sostuvo la dictadura militar iniciada en los años 30 del pasado siglo fue en Nicaragua; Somoza se vio obligado a introducir algunas reformas cosméticas en 1945. Un viraje nacionalista en Nicaragua se erigió en un grave peligro para los privilegios de los Estados Unidos en el istmo. El régimen de Somoza garantizaba plenamente sus intereses canaleros ante la posibilidad de planes nacionalistas de negociar una nueva ruta canalera en la zona.

Estados Unidos se inició desde la época de la presidencia de Arévalo (1945-1951) con las primeras medidas socioeconómicas y culturales adoptadas.

Con respecto a la integración regional el gobierno guatemalteco dio pasos importantes para restablecer los lazos de la unidad centroamericana, rotos desde la época del caudillo de la Federación Centroamericana Francisco Morazán (1830- 1838) por las luchas intestinas en la zona, en la que Guatemala se convirtió en el centro de la destrucción de la Federación Centroamericana. El 12 de septiembre de 1946, menos de un año de Arévalo asumir la presidencia, se firmó El Pacto de la Santa Ana (ODECA, 1957, p. 353-354) entre los gobiernos de Guatemala y El Salvador que propició la firma del Proyecto de Pacto de Unión Confederada de los Estados Centroamericanos de abril de 1947 (ODECA, 1957, p. 355-367), “la cual llamaba a observar neutralidad en las relaciones con los otros, no permitir en su jurisdicción cualquier conspiración organizada contra otro estado y someter las diferencias a una Corte de Justicia Centroamericana, cuya creación se auspiciaba por el mismo pacto”.

Uno de los grandes avances en la integración regional alcanzada en la etapa, en la que la política exterior de Guatemala tuvo gran incidencia, fue la adopción de la Carta de la Organización de Estados Centroamericanos – llamada Carta de San Salvador -, firmada en octubre de 1951, entre Costa Rica, El Salvador Guatemala, Honduras y Nicaragua, inspirada en los ideales de unidad centroamericana y para el provechoso acercamiento entre las repúblicas hermanas. En la carta se señala en su primer artículo, como propósito, que los países firmantes constituyen la Organización de Estados Centroamericanos (ODECA) para fortalecer los vínculos que los unen, auspiciar el desarrollo económico, social y cultural de forma cooperada y para la solución pacífica de las desavenencias, el respeto mutuo, igualdad jurídica y no intervención. La organización respetaba los acuerdos y compromisos de las naciones firmantes en las demás organizaciones como la OEA y la ONU.

El auge de la lucha por la liberación nacional luego de la II Guerra Mundial hizo pensar en la posibilidad de transformaciones democráticas en la región, pero la intervención de los Estados Unidos en la coyuntura de la Guerra Fría, alejó esta posibilidad del horizonte histórico latinoamericano. Esa estrategia anticomunista retrasó la formación de la conciencia y legalizó las mayores operaciones conservadoras en la historia de la región bajo la ideología anticomunista. Se reimplantaron las dictaduras, cuya política represiva y de aniquilamiento físico de la oposición daría comienzo con el derrocamiento del gobierno de Arbenz, en 1954, “poniéndole fin a los esfuerzos de una integración sobre bases democrático revolucionarias en la zona” (ROITMAN, 2007, p. 224) y auspiciando al finalizar la década, otra forma de integración: económica (Mercado Común Centroamericano) y militar (Consejo de Defensa Centroamericano) solo conveniente a los planes

geopolíticos Estadounidenses.

Las posibilidades que creó la Revolución Guatemalteca para reiniciar un proceso integracionista en la zona, heredero de los ideales unionistas desde posiciones democráticas, fueron un preámbulo para el derrotero de la integración en el siglo pasado y cobran trascendencia para la comprensión de la trayectoria de la integración de la región con el resto de América Latina en el presente.

EL CARIBE: PROCESO DE FORMACIÓN NACIONAL, INDEPENDENCIA, DESCOLONIZACIÓN E INTEGRACIÓN

En la complejidad de una visión histórica sobre la formación de las naciones en el Caribe se destaca la contradicción entre la geopolítica y la fisonómica identitaria de la región estructurada en la época moderna¹³; es decir, de acuerdo a los intereses de las potencias europeas en la zona¹⁴. La región pasó a ser de trampolín, una vez agotado el oro y exterminada gran parte de su población aborigen, para el asalto al continente en los siglos XVI y XVII; reservorio para piratas y corsarios de Inglaterra, Francia, Holanda. Posteriormente se convirtió en la zona comercial más importante, basada en la exportación del azúcar, de las grandes potencias europeas hasta principios del siglo XIX¹⁵.

Cada uno de estos momentos se corresponde con la hegemonía de una o varias potencias, siglos XVI y XVII: españoles, a los que se le sumaron ingleses, franceses, holandeses y daneses. Siglos XVIII y XIX españoles, ingleses y franceses. El siglo XVII marcó la presencia permanente de esos poderes imperiales europeos y el inicio de un proceso de modernización en los territorios ocupados que privilegiaba la explotación de géneros tropicales, de gran demanda en Europa, además de la esclavitud y la trata negra.

También en el siglo XVII irrumpió en esas posiciones el sistema de plantaciones y con él la conexión atlántica de tres continentes de amplia repercusión en el desarrollo del capitalismo, fundamentalmente el europeo de esa época. Condicionó, no sólo el apogeo de la plantación y de la hegemonía británica; sino también el inicio del ciclo de las revoluciones a ambos lados del atlántico, “la plantación no fue sólo una unidad económica, sino también una de las entidades donde se fraguó el mestizaje¹⁶ de razas,

13 En esta parte de nuestra propuesta nos sustentamos en las ideas expuestas en el trabajo Aproximación a el caribe en la modernidad atlántica, identidad e integración em Histórias transnacionais [livro eletrônico]: o Sul global em perspectiva / organização Rosângela de Jesus Silva, Endrícia Geraldo. -- Naviraí, MS : Aranduká, 2021. p. 173-190.

14 Holandeses, franceses e ingleses pudieron establecerse solamente en las áreas periféricas del imperio español. Tras su inicial fracaso en Brasil, el colonialismo holandés quedó reducido a un pequeño territorio del Caribe suroriental. La irrupción de los europeos en la zona creó condiciones para la existencia de fuertes claves de la cultura europeas en la sociedad caribeña.

15 Siglo XX-XXI, zona turística, de extracción de la bauxita y de grandes depósitos financieros de la época de la globalización del capital.

16 El mestizaje que se va a producir en el Caribe es único en el mundo. El Caribe fue el lugar del encuentro de las tres razas: la aborigen, la blanca y la africana, más de quinientos años después encontramos descendientes de estas razas en el Caribe. Luego, gracias a los procesos migratorios encontramos chinos, japoneses, e indios del este; todo lo cual apunta a

etnias y culturas del Caribe actual (SANTANA, 2008, p. 207). Sólo merece apuntarse que la relación plantación-esclavitud africana-transculturación, en el Nuevo Mundo y sobre todo en el Caribe, es en extremo compleja por diversas razones y ha conducido a constantes debates, sin embargo en esa complejidad la mano de obra esclava y el azúcar tuvieron un lugar reconocido, como señala Willians (2011, p. 22).

De hecho, fue el azúcar lo que elevó el estatus de estas insignificantes islas: de simples nidos de piratas a la dignidad de ser colonias máspreciadas que hasta el siglo XIX conoció el mundo occidental. Fue el negro, sin el cual estas islas hubieran quedado sin cultivar y quizás también hubieran estado en el fondo del mar, quien convirtió a estas islas en los trofeos de guerra y diplomacia tan codiciado por estadistas de todas las naciones. Esos “fardos” de negros, esos “troncos”, como comúnmente se les llamaba, eran sinónimo de azúcar y de otros productos tropicales.

A mediados del siglo XIX se inicia la penetración norteamericana en la región y a fines de ese siglo se consolida, desplazando a las potencias europeas. La influencia norteamericana, inclusive, su impacto de los EEUU se distingue de las demás potencias porque su expansión imperialista y control, integra diversas estrategias de dominación: la intervención militar, aduanera, política, diplomática y cultural. La liquidación o la metamorfosis del sistema colonial europeo fue suplantado por el neocolonialismo norteamericano sin renunciar a la invasión, ocupación temporal o la dominación directa de algunas naciones de la región.

Es obvio que en el proceso de independencia en El Caribe tendría un papel considerable no sólo la dominación de varias potencias, los diferentes segmentos de la emigración que llegó por cualquier vía y los procesos sincréticos incluyendo los de la lengua, que se desarrollaron en el territorio caribeño desde los primeros siglos de la colonización; sino que también cobran importancia en esta cuestión el fenómeno de la introducción de la economía de plantaciones y de la esclavitud¹⁷, ambas junto a otros factores contribuyeron a localizar en ámbitos más específicos la apertura hacia la abolición de la esclavitud y la independencia. Por lo tanto, son categorías imprescindibles del análisis de la formación de la nación y de la nacionalidad en la región.

Fue precisamente la plantación, sobre todo la azucarera, la que en buena medida moldeó la vida económica, política, social y cultural de los países del Caribe, a diferencia de América Latina, donde el régimen de hacienda y el minero jugaron, en cambio, un destacado papel. Sin embargo, tanto la esclavitud como la economía de plantación estaban muy lejos

una riqueza étnica y cultural apreciable que puede catalogarse como única en el mundo, sobre todo porque de ello se ha derivado un mestizaje no sólo racial, sino también cultural.

17 Como es conocido en una plantación los dueños cuidaban de que la dotación de africanos procedieran de diferentes etnias o del mismo origen tribal o cultural, procedían de diferentes regiones y por lo tanto con lenguas y creencias religiosas diversas, e inclusive en ocasiones con rivalidades tribales ancestrales, factores utilizados por traficantes y plantadores para dividirlos y de paso evitar la formación de una conciencia común frente a la explotación. No obstante ese proceso de deculturación tuvo su contrario dialéctico en la transculturación y el sincretismo que facilitaron la unidad de negros criollos, mulatos y cuarterones en muchas colonias para enfrentar a sus explotadores.

de presentar grados de desarrollo homogéneos dentro de la misma región del Caribe. Las Antillas de colonización inglesa y francesa experimentaron un temprano auge azucarero, basado enteramente en el trabajo esclavo que se prolongaría desde mediados de siglo XVII hasta finales del siglo XVIII, al producirse la Revolución Haitiana (1791-1804). Las Antillas de colonización española, en cambio, si bien es cierto que conocieron la producción azucarera desde los primeros años de la colonización, igualmente a partir del trabajo esclavo del negro, vinieron a experimentar una época de apogeo en la economía de plantación azucarera sólo en el siglo XIX, que se extendería hasta las primeras décadas del presente siglo. Este tardío auge azucarero no descansó, sin embargo, únicamente en la esclavitud, ni siquiera en Cuba, sino también en el trabajo libre asalariado, ya que la abolición se produjo en Santo Domingo en 1801 y en Puerto Rico en 1873, en tanto que Cuba lo hizo en 1886, casi un siglo después de haberse logrado la emancipación de la vecina colonia francesa de Saint-Domingue, en 1793 (MARTINEZ, 1997, p. 84-85).

El problema de la economía de plantaciones en la región caribeña presenta una rica variedad por subregiones, que denotan la presencia de diferencias existentes entre la economía de plantación de una subregión a otra. No es menos cierto que aún dentro de estas últimas también había una gran diversidad. Por ejemplo, en lo que se refiere al Caribe hispano son significativas las diferencias que se presentaban entre Cuba, Santo Domingo y Puerto Rico. El mismo fenómeno encontraríamos en la subregión francesa, por ejemplo, entre Saint-Domingue, Guyana francesa y Saint Martin, e incluso entre Guadalupe y Martinica. Similar situación ocurriría entre las posesiones inglesas y holandesas si se hiciera un análisis al interior de cada una de esas subregiones. Estas diferencias subregionales se expresaron, sin duda alguna, en la política abolicionista que conoció el Caribe.

Sin embargo, las diferencias existentes de una colonia a otra al interior de cada subregión no se expresaron necesariamente en el abolicionismo, con excepción del Caribe hispano, en donde hubo una diversidad y complejidad mayor en las causas que determinaron la abolición, lo que dio lugar a que en Santo Domingo se produjera en 1801 y 1822, en Puerto Rico en 1873 y en Cuba en 1886. En cambio, en el resto del Caribe, la abolición respondió a medidas tomadas en los centros de poder colonial europeo, para ser aplicadas al unísono en sus territorios. La excepción la constituye el caso de Saint Domingue, en la subregión francesa.

En Haití, el Santo Domingo francés, un sector reducido de los libres de color había llegado a constituirse en un estrato etnosocial relativamente próspero, propietario de tierras y de esclavos. Ese sector dirigía también las milicias de color que guardaban la seguridad y el orden interior contra agresiones de las potencias europeas rivales del Caribe y posibles rebeliones de los esclavos. En la medida que cobraron importancia política y representación social se resistirían a ceder sus prerrogativas a los plantadores blancos y a ser excluidos social y políticamente por estos. Los plantadores franceses trataron de tomar medidas segregacionistas cada vez más rigurosas contra el grupo emergente. De ese modo, se agudizarían los conflictos entre los blancos y la gente de color libre en vísperas de la revolución haitiana (IBARRA, 2008, p. 155-156).

En lo que respecta al tardío abolicionismo de las Antillas españolas, si exceptuamos a

Santo Domingo como un caso singular, habría que agregar que entendemos que el mismo está ligado, en última instancia, al escaso desarrollo del capitalismo en España, donde el capital industrial no lograba subordinar al capital comercial, como ocurría en Inglaterra, Francia, Holanda y otros países europeos. De ahí que por más presión diplomática que Inglaterra ejerciera contra España, para que ésta aboliera la trata y posteriormente la misma esclavitud, no conseguía sus fines pues esta última, como modo de producción subordinado al capitalismo; seguía respondiendo a las necesidades económicas de España durante el siglo XIX.

El desarrollo de la esclavitud había dejado de ser rentable para las potencias coloniales europeas, fundamentalmente Inglaterra ya en la primera mitad del siglo XIX, esa fue la razón de que la esclavitud se abolió en las colonias inglesas quince años antes que en las francesas y cincuenta años antes que en las españolas. La emancipación del negro era un cambio jurídico social y político. “Pero la emancipación no era un cambio económico. El nuevo hombre libre quedó tan dependiente y tan a merced de su rey azúcar como cuando era esclavo” (WILLIAMS, 2011, p. 24).

El proceso de descolonización e independencia fue un acelerador de la formación del Estado nación en la región, aunque el mismo tuviera características singulares entre los diversos territorios isleños e inclusive con los que forman parte de la cuenca caribeña. Como se conoce el Saint Domingue Colonial, hoy República de Haití, fue el primero en romper los lazos coloniales en 1804; mientras que en Centroamérica¹⁸ la independencia se produjo entre 1810 y 1824 y en las Antillas españolas (Santo Domingo, Cuba y Puerto Rico) la ruptura colonial se dilató entre 1824 y 1898. A comienzos del siglo XX, en la región, sólo Haití y el Caribe hispánico¹⁹ eran naciones independientes con una identidad nacional definida e inclusive vinculados históricamente con otras naciones de América Latina por diversos nexos socio económicos y culturales. El resto del Caribe mantenía la dependencia colonial de sus respectivas metrópolis europeas y de los Estados Unidos, ya estrenado como potencia colonial en la zona luego de 1898.

El historiador puertorriqueño Antonio Gaztambide (2007, p.41) explica cómo Betances, Hostos y Martí intentaron construir una confederación de repúblicas antillanas, no solo como muro de contención a las pretensiones imperialistas de Europa y Estados Unidos, también afirma que este proyecto confederativo y republicano fue gestado para proteger las independencias de los pueblos antillanos y facilitar la de Cuba y Puerto Rico.

La irrupción de los Estados Unidos en el Caribe, después de la intervención en Cuba

18 El territorio de la República de Belice ubicada en el istmo centroamericano con costas al Caribe mantuvo su estatus colonial hasta 1983.

19 Santo Domingo, Cuba y Puerto Rico. A comienzos del siglo xx, aun estaban ocupadas por las fuerzas norteamericanas, en Cuba: 1899-1902 y Puerto Rico 1899-1915, declarado Estado Libre Asociado (ELA) por la enmienda Foraker del Congreso de Estados Unidos en 1915.

en 1898 al finalizar la guerra de liberación que libraba el pueblo cubano contra España; mediante el control de Puerto Rico y la ocupación militar de Cuba 1898-1902, fueron el prólogo de un siglo lleno de desembarcos de marines, control de aduanas e intervenciones políticas y diplomáticas. Luego de la nueva intervención en Cuba 1906 a 1909, se realizaron otras entre 1906 y 1933: Nicaragua, Haití, República Dominicana. Estas intervenciones se producían bajo las concepciones geopolíticas del Gran Garrote (“*Big Stick*”) y la Diplomacia del Dólar (*Dólar Diplomacy*).

Por esas razones, el intelectual dominicano electo presidente en 1963 Juan Bosch, al finalizar la dictadura de Leonidas Trujillo, llamó a ese siglo XX en relación con las intervenciones norteamericanas en la región, como el siglo del Imperio norteamericano y de los años de las balas y de los dólares. En las palabras de Bosch:

Esa situación llegó a ser tan alarmante que los países de lengua española de la América acabaron uniéndose para defenderse y plantearon en conferencias continental la necesidad de que se estableciera el principio de no intervención como fundamento de las relaciones interamericanas (BOSCH, 2007, p. 553).

A inicios de la década del 30 del siglo XX, Inglaterra a partir del llamado Estatuto de Westminster, de 1931, introdujo algunos cambios cosméticos en su sistema colonial que no abarcó sus posiciones del Caribe, sujetadas aún al sistema colonial; aunque el curso de la Segunda Guerra Mundial (1939-1945) y los resultados de esta contienda contribuyeron modificar el estatus colonial de muchas de las posiciones europeas. Estados Unidos²⁰ aprovechó la coyuntura bélica para consolidar su control en la cuenca; bases militares para adoctrinamiento de tropas, aprovisionamiento de medios bélicos y alimentos, para las operaciones en los frentes de guerra tanto del Océano Pacífico como del Atlántico, control absoluto del Canal de Panamá y de la producción petrolera de la región. Todo ello sentó las bases para el desplazamiento definitivo de la hegemonía del capital colonial europeo en la Cuenca del Caribe.

En las décadas de los años treinta y cuarenta del siglo pasado, cobró auge una conciencia Pancaribeña que dio continuidad a las inquietudes de diversas personalidades e intelectuales²¹, no sólo de las Antillas hispánicas sino también de las inglesas y francesas a través de estudios y publicaciones e inclusive aparecieron organizaciones de diferentes orígenes, que canalizaron esas inquietudes generalmente de carácter anticolonialista.

20 Estados Unidos, luego de la crisis económica de 1929 a 1933 y los complejos años treinta con el ascenso del fascismo europeo y el militarismo japonés, se vio obligado a introducir cambios en sus relaciones hacia Centro, Sur América y el Caribe; suplantó su política intervencionista del *Big Stick* y la diplomacia del dólar en la zona por una nueva mascarada de “Buena Vecindad”.

21 Entre otros, C.R. James, Eric Williams de Trinidad, W. Adolphe Roberts de Jamaica; el colombiano Germán Arciniegas, los cubanos Ramiro Guerra y Fernando Ortiz; a los que siguieron en las décadas siguientes intelectuales como Fran Fanon y Hayme Cesaire, Juan Bosh; cuyas propuestas tuvieron gran repercusión en una mentalidad caribeña antirracista y liberacionista.

Fueron pioneros en la visión de un Caribe que iba más allá de las barreras lingüísticas y los lazos coloniales; estudiaron las experiencias históricas comunes para hacer sus propuestas emancipatorias. Sus análisis abarcaron desde el exterminio de la población aborígen hasta la penetración e injerencia norteamericana en la región. Obviamente la esclavitud, la trata y la economía de plantaciones como categorías de investigación para el conocimiento de los pueblos caribeños, fueron cuestiones centrales en sus propuestas²².

De manera que el nacionalismo en las Indias Occidentales fue un gran salto para ese momento. Pero, simultáneamente, llevaba consigo el bagaje del pasado, ya que el sentido de región para este grupo de pensadores estaba confinado a esos territorios que compartían la experiencia de ser una colonia británica, y donde se hablaba el idioma inglés. Sin embargo, a principio de los años 30 y 40 ya la semilla de una conciencia pan caribeña más amplia estaba siendo sembrada en una serie de libros escritos por eruditos que a la vez eran activistas anticolonialistas: CLR James y Eric Williams de Trinidad, el jamaícuino W. Adolphe Roberts y el colombiano Germán Arciniegas (GIRVAN, 2005. p. 2-3).

Muchos de estos intelectuales, sobre todo caribeños, estudiaron el fenómeno de la existencia de una homogeneidad en lo heterogéneo de etnias, razas, lenguas y culturas entre los diversos territorios componentes de la región, denominadas indistintamente en el presente como Gran Caribe o también de la Cuenca del Caribe²³; cualquier análisis de esta problemática está conectada de una forma u otra a la consideración de la identidad entendida en los términos de identidad cultural e identidad en la diferencia en lo filosófico, lo que no puede dejar de tenerse en cuenta para abordar los problemas de la identidad cultural en el Caribe, “en donde los factores que tienden a la diferenciación tienen tanto peso específico como aquellos que aportan a la semejanza” (SANTANA, 2008, p. 203).

De aquí que, desde muy temprano, en algunos casos desde fines del siglo XVIII, se han escrito en la región diversos estudios sobre peculiaridades léxicas y lingüísticas generales del idioma hablado en uno u otro de los asentamientos de la cultura caribeña. En la comprensión del variado universo lingüístico del Caribe, es fundamental la cuestión de la concurrencia de diferentes potencias coloniales. Éstas, en el transcurso de una dominación que sin duda alguna puede catalogarse como la más larga de todo el Hemisferio Occidental (pues ha subsistido hasta el siglo XXI), no solamente coexistieron de forma unas veces beligerante y otras pacífica, sino que también se traslaparon y trocaron en una vertiginosa sucesión de mutaciones de banderas, gobiernos, idiomas, instituciones e incluso formas de vida (MATEO; ALVAREZ, 2006-2006, p. 46-47).

PERSPECTIVAS ACTUALES

Desde la segunda mitad del siglo XIX y durante el XX se consolidó la matriz

22 Sus propuestas, fundamentalmente las de C.L.R. James y E. Williams, inspiraron en el Caribe anglofono a los integrantes del New World Group en los años sesenta, a elaborar una visión caribeña sustentada en la “plantación americana” y superar las diferencias subregionales sustentadas en metrópolis, grupos étnicos, lenguaje. Sus experiencias estuvieron dirigidas a resaltar las similitudes en cuanto a historia, matriz colonial, resistencias, componentes culturales.

23 Ambas denominaciones consideran las 25 naciones independientes y los territorios dependientes.

dependiente del estado nación iberoamericano y caribeño. Desde el punto de vista regional eso se tradujo en una débil formación nacional, en particular debido a la escasa integración social e inclusive nacional de los Estados. Primero durante la reforma liberal; después llegaron las transformaciones democrático–burguesas a partir de la crisis de 1929-33 y el proceso revolucionario–nacionalista posterior a la Segunda Guerra Mundial. Tanto una como las otras tuvieron un efecto parcial en la consolidación de los Estados nacionales.

La transición democrática que vivió la región desde la segunda mitad del siglo XX hasta los inicios del presente siglo, no ha tenido la suficiente fuerza transformadora económica y socio cultural, además, se debilitó por la influencia de obstáculos internos y externos. Esa transición ha estado signada por su parcialidad, pero ha estimulado la posibilidad de acometer la solución de los problemas pendientes respecto a la integración nacional y continental, que ha sido una tarea aplazada desde la independencia. Así se han impuesto nuevos retos a las ciencias sociales y humanísticas en la aprehensión de este fenómeno.

La experiencia iberoamericana y caribeña demuestra que la formación del estado nacional está conectada con complejos problemas del desarrollo de las nacionalidades y naciones, cuyos componentes interactúan dialécticamente en el transcurso de su devenir histórico. En ello trasciende el fenómeno sociocultural, por su incidencia en la formación del estado nacional y por la necesidad de su paso hacia una nueva cualidad integradora pluricultural y multinacional, en la que la diversidad cultural y lingüística se constituya en eslabón fundamental de la existencia de la nueva sociedad.

En la concreción de la nueva sociedad, las fronteras no tendrán el peso actual, como delimitadoras de las naciones. No serán delineadas desde el exterior sino desde el interior, a partir de diversos referentes históricos e identitarios y de los procesos antropogeográficos y socioculturales. En estos últimos la cultura y la lengua tienen un peso considerable por su horizontalidad, en contraposición con la verticalidad que ha predominado desde la independencia de las naciones iberoamericanas y caribeñas, en la conformación del Estado–nación.

Muchos de los defensores de la globalización neoliberal proclamaron la muerte natural del Estado–nación, o más bien su fin; muy pronto estuvieron claros sus costes y la poca rentabilidad para el capital globalizador, e inmediatamente se transformó la visión sobre la cuestión.

Actualmente sobresalen dos propuestas generales sobre la transformación del Estado–nación: una responde a los intereses del capital financiero globalizado; la otra a los pueblos y Estados–naciones emergentes desde la segunda mitad del siglo pasado y primeras décadas del presente. No se vislumbra que esta problemática acabe en el presente siglo, el 30 de noviembre de 2021 en El Caribe se produjo la proclamación de un nuevo estado: la República de Barbados, un poco después, 24 de marzo del 2022 Jamaica

solicitó su conversión en república independiente a la Corona Británica; en medio de la existencia de posesiones semicoloniales y coloniales que aún perduran en esta región.

REFERENCIAS

- ALEXANDER, R. **Comunism in Latinoamérica**, New Brunswick, 1957.
- ALONSO, P. (comp.). **Construcciones impresas, panfletos, diarios y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920**. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- BOLÍVAR, E.; WALLERSTEIN, I. **Raza, nación y clase**. IEPALA, Madrid, 1991.
- BOLIVAR, S. **Obras Completas**. La Habana: Editorial Lex, 1947. tomo XV.
- BOSCH, J. **De Cristóbal Colón a Fidel Castro El Caribe, frontera imperial**. Ciencias Sociales, La Habana, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CONNOR, W. Etnonationalism: The quest for understanding. *In*: GUTIÉRREZ, Teresa (coordinadora). **Canadá**. Un Estado posmoderno. México, 2000.
- CUEVA, A. **El desarrollo del capitalismo en América Latina**. México: Siglo XXI, 1960.
- DÍAZ DE ARCE, O. **El proceso de formación de los estados nacionales en América Latina**. La Habana: MES, 1988.
- ELLIS, F. **Las transnacionales del Banano en Centroamérica**. Costa Rica: EDUCA, 1983.
- EISENHOWER D. **Mandate for change**. The White House years 1953-1956, New York, 1963.
- FEBVRE, L. Introducción geográfica a la Historia. *In*: **La evolución de la humanidad. Síntesis colectiva dirigida por Henri Berr**. UTEHA, México, 1955.
- GAZTAMBIDE, A. La geopolítica del antillanismo en el Caribe del siglo XIX. **Memo-rias**, Año 4, Nº 8. Uninorte. Barranquilla. Colombia, Noviembre, 2007.
- GIRVAN, N. **El Gran Caribe**, Conferencia en Memoria de John Clifford Sealy, Puerto España, Trinidad, Abril 5, 2001. 24 p.
- HOBBSBAWM, E. **Naciones y nacionalismo desde 1780**, Crítica (Grijalbo Mondadori S. A.), Barcelona, 1998.
- IBARRA, J. Marx y las interpretaciones culturalistas de la esclavitud americana colonial. **A contra corriente**, Vol. 5, No. 2, 2008, p. 141-168.

JAMES, C. L. R. **Los Jacobinos Negros**. Colección Nuestros Países, Serie Estudios, Casa de las Américas, 2010.

LAMMING, G. **Los placeres del exilio**, Fondo Editorial Casa de las Américas, La Habana, 2010.

MARURE, A. **Bosquejo histórico de las revoluciones en Centroamérica, 1811-1826**, Libro del mes, Revista Conservadora del Pensamiento Centroamericano, Nicaragua, agosto de 1968.

MATEO, M.; ALVAREZ, L. Los contextos caribeños: Lenguas, etnias, geografía, **Anales del Caribe**, Casa de las Américas, La Habana, p. 46-68.

Organización de Estados Centroamericanos (ODECA). Secretaria General. **Documentos de la Unión Centroamericana**. Edición del Ministerio de Educación Pública, Guatemala, 1957.

PALTI, ELIAS J. **La nación como problema. Los historiadores y la cuestión nacional**, FCE, Argentina, 2006.

PARSONS, T. **El sistema de las sociedades modernas**, Trillas, México, 1987.

ROITMAN, M. **Las razones de la democracia en América Latina**, Ciencias Sociales, La Habana, 2007.

SANTANA, J. **Utopía Identidad e Integración en el pensamiento latinoamericano y cubano**, Ciencias Sociales, La Habana, 2008.

SCOTT, M. **Teoría de la frontera, los límites de la política cultural**, Gedisa, España, 2003.

SOTELO I. **El Estado Social**; antecedentes, origen, desarrollo y declive, Editorial Trotta, Fundación Alfonso Martín Escudero, Madrid, 2010.

TORRES RIVAS, E. **Interpretación del desarrollo social centroamericano**, EDUCA, Costa Rica, 1990.

TORRES RIVAS, E. **Crisis del poder en Centroamérica**, EDUCA, Costa Rica, 1983.

VEGA, J. **Región e identidad**, Ediciones Holguín, Holguín, 2002.

VENEGAS, H. **La confederación Antillana: realidad y esperanza**, ECOS, Año 3 (1995), N° 4, p. 21-30.

VENEGAS, H. **Metodología de investigación en historia regional y local**, Editora Búho, C. por Archivo General de la Nación, Santo Domingo, 2010.

WILLIAMS, E. **El negro en el Caribe y otros textos, colección nuestros países**, Casa de las Américas, La Habana, 2011.

LOS PROYECTOS EXTRACTIVOS Y EL DISCURSO DESARROLLISTA: EXPRESIONES DEL RACISMO AMBIENTAL EN MÉXICO

Yolanda Mexicalxóchitl García Beltrán

Resumen: Proponemos explorar la utilidad del concepto “racismo ambiental” para entender la problemática social en torno a la implementación de los grandes proyectos de desarrollo y extractivos, al mismo tiempo que discutimos estas nociones (desarrollo y extractivismo). La narrativa del progreso y la modernidad, que legitiman estos emprendimientos ocultan la inequitativa distribución de sus beneficios y sus impactos, ¿contribuyen las nociones de racismo ambiental y de injusticia ambiental a la mejor comprensión de la problemática en el caso mexicano? Poblaciones campesinas, mestizas, indígenas y afrodescendientes son afectadas por proyectos mineros, tiraderos tóxicos, hidroeléctricas, gasoductos, parques eólicos y solares, etc, pero son también los artífices de las mayores oposiciones y resistencias ante el embate de lo que, desde el activismo, no duda en clasificarse como “una nueva conquista”. Por ello, este texto tiene como propósito analizar la relación que viejos entramados colonialistas guardan con esos proyectos de desarrollo, convirtiéndose incluso en parte constitutiva de su lógica y de los intereses que los alientan. En países con luchas antirracistas de larga trayectoria, como Brasil y Colombia, el concepto racismo ambiental ha sido retomado. En México, esto no ha ocurrido, sin embargo, los procesos de racialización marcan tanto la implementación de estos proyectos como las luchas que se oponen a ellos ¿Cómo incorporarlos al análisis?

Palabras clave: racismo ambiental; desarrollo; extractivismo; pueblos indígenas; resistencias.

Resumo: Propomos explorar a utilidade do conceito de racismo ambiental para compreender os problemas sociais que envolvem a implementação de grandes projetos de desenvolvimento e extrativismo, discutindo essas noções (desenvolvimento e extrativismo). As narrativas de progresso e modernidade, que legitimam esses empreendimentos escondem a distribuição desigual de seus benefícios e seus impactos, as noções de racismo ambiental e injustiça ambiental contribuem para uma melhor compreensão do problema no caso mexicano? As populações camponesas, mestiças, indígenas e afrodescendentes são afetadas por projetos de mineração, lixões, hidrelétricas, gasodutos, parques eólicos, solares etc., mas também são os arquitetos da maior oposição e resistência ao ataque do que, do ativismo, ele não hesita em se classificar como “uma nova conquista”. Por isso, este texto tem por objetivo analisar a relação que antigos arcabouços coloniais mantêm com esses projetos de desenvolvimento, tornando-se inclusive parte constitutiva de sua lógica e dos interesses que os animam. Em países com lutas antirracistas de longa data, como Brasil e Colômbia, o conceito de racismo ambiental foi retomado. No México, isso não aconteceu, porém, os processos de racialização marcam tanto a implementação desses projetos quanto as lutas que se opõem a eles. Como incorporá-los à análise?

Palavras-chave: racismo ambiental; crescimento; extrativismo; povos indígenas; resistores.

INTRODUCCIÓN

Este trabajo pretende contribuir a la discusión y al análisis de los procesos socioambientales actuales que se distinguen por la emergencia de conflictividad y por darse en un contexto de mercantilización desmedida (especialmente de los bienes naturales) como producto del sistema capitalista. Por ello, consideramos relevante reivindicar el papel de los pueblos indígenas como legítimos dueños de esos bienes y del territorio, pero a la vez como objeto de despojo y receptores de los daños colaterales de este proceso que, como veremos, tiene como trasfondo cuestiones más profundas que aquellas meramente economicistas; la historicidad, la cultura y los elementos identitarios se hacen presentes no solo desde los pueblos, sino también desde el mismo capital y sus múltiples mecanismos. Así, proponemos ahondar en estos aspectos desde el concepto “racismo ambiental”, categoría que aporta a la comprensión y profundidad de las problemáticas gestadas desde la colonización de la región latinoamericana, y particularmente de México, donde la disputa por el territorio siempre ha estado presente. De esta forma, las prácticas coercitivas para apoderarse de éste y de otros elementos naturales no son algo nuevo, sin embargo, en la medida en que el nuevo mercado se afanzaba y el despojo se materializaba, surgía también la resistencia de los pueblos originarios.

Actualmente, la embestida del capital se hace presente principalmente a través de dos elementos: 1) los proyectos de desarrollo¹ que, de acuerdo con Edgar Talledos (2018, p. 21), “se relacionan a la modernización territorial y administrativa de las zonas donde se incrustan [...] pretenden acarrear “beneficios” [...] hablan sobre las “ventajas” que ofrecen y las “ventanas de oportunidades” que abren para todos los ciudadanos”, y 2) las actividades extractivas que Gudynas (2015, p. 13) define de manera clásica como “un tipo de extracción de recursos naturales, en gran volumen o alta intensidad, y que están orientados esencialmente a ser exportados como materias primas sin procesar, o con un procesamiento mínimo” pero que, como él mismo afirma, se han especializado:

cuando ocurre una extracción, ésta puede ser directa, entendida como aquella en la que se toman los recursos en ambientes naturales o poco modificados, para ser utilizados directamente por los humanos [...] La extracción también puede ser indirecta, en el sentido de que existe un paso previo de transformación sustancial de la Naturaleza, y es sobre un ambiente modificado a partir del cual se obtienen los recursos (GUDYNAS, 2015, p. 11).

De este modo, la minería, el *fracking*, la explotación forestal, los monocultivos para la producción de biocombustibles entre otras, se ubican como actividades extractivas,

¹ Preferimos llamar “proyectos de desarrollo” a lo que otros autores clasifican como “megaproyectos” debido a que más allá de las dimensiones de éstos, lo que está en el centro del debate es la apropiación de la naturaleza, el desplazamiento de otros modos de vida, los impactos y bajo qué condiciones se imponen.

mientras las obras de infraestructura y de acaparamiento territorial como carreteras, vías férreas, aeropuertos, parques eólicos y fotovoltaicos, hidroeléctricas, gasoductos, etc forman parte de los proyectos de desarrollo. En suma, ambas categorías parecen ser parte medular de la economía global hoy en día, expandiéndose e invadiendo espacios donde habitan minorías étnicas y sectores marginados. Por otro lado, es importante mencionar que justamente la palabra “desarrollo” y la concepción de este tipo de emprendimientos como promotores de la “modernidad” refieren a concepciones occidentales y fuertemente ligados a la institucionalidad que promueve el crecimiento económico desplazando, en *pos* del “progreso”, modos de vida tradicionales y de autoconsumo. Empero, como bien apunta Yásnaya Aguilar (2021), el principal y primer gran proyecto de desarrollo fue “desindeginizar”, establecer el orden colonial y privilegiar el mestizaje ya que “conforme más se va consolidando el Estado mayor es el embate de los proyectos extractivos” (AGUILAR, 2021).

Por lo tanto, este trabajo centra su atención en los procesos de racialización de larga data y que parecen seguir vigentes e implícitos en la implementación de los proyectos de desarrollo y las actividades extractivas, así como en las luchas que los rechazan. Para ello, además de la presente introducción dividimos el texto en cuatro apartados: el primero dedicado al aspecto conceptual del “racismo ambiental”, sus orígenes y vigencia; el segundo enfocado en América Latina de manera general para visibilizar cómo la colonialidad y el extractivismo se relacionan a nivel regional; un tercero especializado en el caso particular mexicano y cómo fue gestándose la racialidad de manera histórica. El cuarto y último explora la relación de los pueblos indígenas, la conflictividad socioambiental y la etnicidad. Finalmente, se presentan las conclusiones.

¿POR QUÉ RACISMO AMBIENTAL? ORÍGENES Y DISCUSIÓN DEL CONCEPTO

Para estudiar la relación de los proyectos de desarrollo y las actividades extractivas con el racismo, primero debemos definir qué es éste, pues, aunque parece un concepto familiar y se utiliza hoy de manera indiscriminada, sus raíces teóricas e históricas son difíciles de explicar. Como varios autores han afirmado, las razas, biológicamente, no existen, pues aunque los seres humanos tienen características diferenciadas, conforman una sola especie y son producto de la misma genética (MARÍN, 2003). Por lo tanto, el racismo es una construcción ideológica que surge a partir de elementos sociales, culturales, religiosos, y, sobre todo, económicos. En efecto, los orígenes del racismo pueden ser rastreados en la conquista y colonización de los territorios africanos y americanos que tuvo lugar durante los siglos XIX y XVI, respectivamente, y que significaron el sometimiento de los pueblos.

Denigrar para oprimir, fue la regla de oro, que permitió justificar todo el orden económico y social injusto [...] esta perversión ideológica, generó el racismo colonial, que busca justificar la superioridad de unos sobre otros, a partir de categorizaciones y jerarquías biológicas y culturales [...] se construyeron la impunidad del genocidio de los amerindios y el tráfico de esclavos africanos (MARÍN, 2003, p. 2).

Así, el racismo está sustentado en un imaginario conformado por la idea de superioridad cultural y económica, por ende, se busca justificar la dominación a través de la diferencia. La Red Integra de Investigación Interdisciplinaria sobre Identidades, Racismo y Xenofobia en América Latina fundada por el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (Conacyt) y conformada por académicos y científicos mexicanos afirma que

las razas no existen, el racismo sí. El concepto raza es en realidad una construcción histórico-cultural que ha servido para justificar una jerarquía social basada en la supuesta inferioridad de unas personas o grupos por su fisionomía [...] El racismo es una forma estructural de dominación que inferioriza a grupos y personas, que se expresa en ideas, prácticas institucionales y en la vida cotidiana, y que está basado en la creencia de la existencia de “razas” humanas (RED INTEGRA, 2017, p. 1-2).

Otra definición es la que ofrecen Rutledge Dennis y George Mason (2004) quienes enfatizan la idea de que el racismo se origina cuando se asocian los comportamientos, la moral y los valores de un grupo con su aspecto físico. Algunos analistas más destacan que, a pesar de que hablar de racismo podría ser mal interpretado como una validación de la existencia de distintas razas, resulta necesario para cuestionar sus bases y combatir la desigualdad. Por ello, para Peter Wade (2022) algunos términos identitarios como “indígena” y “afrodescendiente” no deben ser utilizados a partir de categorías raciales, sino étnicas, culturales e históricas. También para Wade, el racismo debe ser entendido como “un conjunto de estructuras, procesos e ideas que surgieron y persistieron principalmente para asegurar el dominio de los colonizadores sobre los colonizados en el contexto del colonialismo europeo en diferentes regiones del mundo” (2022, p. 176).

Sin embargo, más allá de su definición lo que importa es su caracterización y parece haber un consenso desde la academia en el hecho de que el racismo implica relaciones de poder, la creación de desigualdades políticas y económicas y el saqueo o acaparamiento de los recursos naturales como forma de acumulación de ganancias y control monetario y territorial. En este sentido, Mariana Mora señala que una particularidad del racismo es el hecho de que, bajo su argumentación, “ciertos grupos sociales son más susceptibles a una muerte prematura debido a las condiciones de explotación y opresión a las que están sujetos” (MORA, 2007, p. 8), y por esto es que está vinculado con el extractivismo y la desposesión que marcan la pauta para considerar algunas vidas desechables. Así, resulta relevante hablar de “racismo ambiental” para profundizar en cómo algunas poblaciones

consideradas inferiores por el aparato estatal y el sector privado, son golpeadas por los impactos de los proyectos de desarrollo y las actividades extractivas.

“Racismo ambiental” es un concepto surgido a fines de la década del 80 en el marco de las movilizaciones impulsadas por afrodescendientes en Estados Unidos para evidenciar y erradicar la presencia de tiraderos tóxicos en sus comunidades. El concepto de “racismo ambiental”, asociado al de “justicia ambiental”, se esgrimió como arma política en diversas movilizaciones. Durante las décadas del 80 y 90 se fundaron en ese país numerosas organizaciones destinadas a denunciar y combatir la inequitativa distribución de males ambientales asociada a procesos de racialización. Justicia –e injusticia– ambiental adquieren un significado más amplio que racismo ambiental al referirse a situaciones que involucran discriminación no necesaria o no exclusivamente “racial” o étnica, sino también económica (BASTIAN, 2022).

En 1987, la publicación del reporte *Toxic Waste and Race in the United States* elaborado por la United Church of Christ, marcó un parteaguas en el estudio y la visibilización de los problemas ambientales con corte racial, al denunciar que en el estado de Carolina del Norte una comunidad predominantemente afroamericana era sitio para depositar residuos tóxicos. El informe utiliza el concepto “racismo ambiental” para describir lo que, considera, son acciones intencionales para instalar vertederos peligrosos en zonas habitadas por afroamericanos, hispanos, nativos americanos y asiáticos pobres. Aun hoy, esta sigue siendo una realidad en los Estados Unidos de América, como han declarado organizaciones ecologistas para levantar la alerta sobre lo que ocurre en el que han denominado “Corredor del cáncer”; se trata 160 kilómetros ubicados entre Baton Rouge y Nueva Orleans donde habitan principalmente afroamericanos y se instalaron más de 150 petroquímicas y refinerías que contaminan el aire con sustancias tóxicas y cancerígenas (se ha documentado que los casos de cáncer en la región son considerablemente altos comparados con los del resto del país, pues se ubican en un promedio de 200 a 400 por cada millón de habitantes mientras en otras poblaciones se contabilizan entre 6 y 50 por cada millón). Incluso, la Organización de las Naciones Unidas se ha referido a este caso como “racismo ambiental” ya que “plantea amenazas graves y desproporcionadas a varios derechos humanos de sus residentes” (ORGAZ, 2021).

Así, “racismo ambiental” y “justicia ambiental” son conceptos estrechamente unidos no solo por su componente cultural y étnico, sino también económico al ser generalmente los afectados sectores pobres. Ambos conceptos transitaron del escenario político al académico en los trabajos de Bullard (2000), Laura Pulido (2015), Martínez-Alier (1992), entre otros. En estos esfuerzos han documentado las relaciones entre patrones de vivienda y contaminación industrial; entre los oficios relacionados con desechos y la designación étnica y racial, se ha reconstruido la historia del racismo ambiental en USA, entre otros temas y perspectivas.

Aunque la mayor parte de los estudios de corte cuantitativo sobre justicia ambiental

de las últimas dos décadas se han realizado en las zonas urbanas estadounidenses y han encontrado que las poblaciones en situación de pobreza y las llamadas minorías étnicas y raciales reciben el mayor impacto ambiental provocado por la industria, y están, además, desproporcionadamente expuestas a los riesgos derivados del uso y la producción de tecnología (GRINESKI, 2015), existen también estudios importantes acerca de otros países del Norte Global como Canadá, Australia, Francia, Italia y Portugal, que refieren resultados similares.

Según la ya citada Grineski, la literatura que analiza el tema en los países del Sur Global va en incremento y por ello sugiere algunas variaciones en los patrones de injusticia: en Bangalore, India, son los trabajadores con los ingresos más altos quienes se encuentran expuestos a mayores niveles de contaminación, relacionada con el tráfico. La misma situación se ha documentado para las ciudades mexicanas de Ciudad Juárez y Tijuana. ¿Qué resultados se encontrarían en nuestro país, considerando la embestida de proyectos extractivos? ¿Qué hallazgos tendríamos si rastreáramos el tema del racismo en los testimonios de los “afectados” ambientales; de quienes se han opuesto a los megaproyectos y de quienes abogan por éstos? ¿Cómo considerar los procesos de racialización al interpretar los diversos mapas que sobreponen comunidades indígenas y proyectos mineros?

En países con luchas antirracistas de larga trayectoria, como Brasil y Colombia, el concepto fue retomado por activistas en la última década del siglo pasado. Sin embargo, en México parece no haber sido discutido ya que los procesos de racialización han sido muy distintos a los ocurridos en Estados Unidos, y en otros países de América Latina. Las distintas vertientes del indigenismo desarrolladas en el siglo XX coincidieron en el interés por diluir las identidades indias en una única identidad nacional a través del mestizaje. A pesar de proclamarse antirracista, la integración racial o el mestizaje reemplazó la confrontación entre blancos e indios por una nueva polarización entre indios y mestizos, en la que el mestizo mantiene el lugar hegemónico. Las poblaciones afrodescendientes, por otra parte, no han sido reconocidas históricamente. Los indigenistas revolucionarios, sin desearlo, heredaron a las instituciones federales que nos han gobernado hasta hoy una carga ideológica profundamente racista (GALL, 2001).

La controversia sobre la validez científica de las teorías racistas persistió hasta la década del 70 del siglo pasado. Los argumentos a favor de la inexistencia de razas superiores e inferiores se apuntalaron con la develación del genoma humano que, a principios del siglo actual certificó, en términos biológicos y genéticos, las dificultades de hallar diferencias y especificidades raciales. Sin embargo, los procesos de racialización de grupos sociales y el racismo como una ideología que jerarquiza a individuos y grupos, no han cesado (BASTIAN, 2022).

AMÉRICA LATINA: COLONIALISMO, ETNICIDAD Y EXTRACTIVISMO

Como hemos visto ahora, el racismo surge fundamentalmente de los procesos de conquista y colonización de que fueron objeto los territorios africanos, asiáticos y latinoamericanos, aunque aquí fundamentalmente queremos enfocarnos en éstos últimos. Más allá de relatar sucesos desde su historicidad, lo que nos interesa es dar cuenta de cómo, a la par que la colonia se afianzaba con la ocupación territorial y el sometimiento de los pueblos en América Latina, se iba instaurando también un sistema económico desigual y fundamentado en actividades extractivas. Incluso, algunos estudiosos como Semo (1973), ubican el inicio del periodo colonial como la emergencia del capitalismo mismo. Así, durante la colonia se fue desarrollando una economía basada en la minería (sobre todo en países como México y Bolivia), en regiones agrícolas y ganaderas y en un sistema de comercio local e internacional (las coronas europeas sustrajeron cuantiosas reservas de oro y plata que se convirtieron en su principal soporte y de 1545 a 1565 se hicieron importantes descubrimientos mineros).

Semo (1973), identifica lo que llama tres modos de producción: el despotismo tributario, el feudalismo y un capitalismo embrionario que, dice, convergen en el nacimiento y desarrollo de ese nuevo sistema económico. Sin embargo, a la par que se originaba éste, tenía lugar una clara distinción racial entre europeos e indios que se iba expresando a través de una invención jerarquizada; los territorios y la división del trabajo se racializan para legitimar el despojo. Por lo tanto, sin el racismo la consumación de ese orden colonial no hubiera sido posible y son de hecho, cuestiones indivisibles. Al mismo tiempo que se instauraba una dominación social bajo criterios raciales, se constituía un nuevo sistema de explotación, de control territorial, de los bienes naturales y de la repartición de actividades; la construcción de razas como un imaginario social fue a la vez el medio que permitió el surgimiento de clases.

Como Gómes apunta (2019, p. 69):

De esta forma, la acumulación de capital como fin absoluto del capitalismo está basada en la segregación racial, una vez que la noción de raza está siempre presente en el pensamiento y la práctica de poder occidental, constituida por las implicaciones hacia afuera del Occidente, es decir, de la guerra civilizatoria constante contra los pueblos del mundo, y hacia adentro, con la inclusión de los pueblos colonizados en entramados de subordinación en el interior del sistema.

Así, los pueblos se ven sumergidos en un modelo que los segrega, pero, a la vez y de manera contradictoria, son obligados a ser parte de él. Resulta fundamental, además, tener en cuenta que éstos representaban la mano de obra necesaria para materializar las actividades extractivas y la posterior acumulación de ganancias; de ahí el surgimiento de las llamadas Repúblicas de Indios y de Españoles que fueron dos estructuras distintas

bajo una misma vertiente, fundamentalmente en el Virreinato de la Nueva España. La primera, implicó la fragmentación territorial de la población originaria debido al control político y la expansión de las actividades económicas, y además estableció un área de aislamiento donde se les otorgaban a las indígenas tierras para trabajar. Sin embargo, la recaudación de tributos implicaba justamente el acaparamiento del producto de ese trabajo y, particularmente, de los bienes naturales (como la entrega de especias, de otras materias primas y de minerales bajo la denominada mita²). Esto implicaba, además, no solo un despojo sino una actitud completamente paternalista donde se consideraba a los habitantes originarios inferiores y a la vez se facilitaba la implementación de otros mecanismos religiosos e ideológicos. Por tanto, los beneficiados de la minería, la agricultura y las actividades productivas fueron los comerciantes y el Estado, al mismo tiempo que se evangelizaba y adoctrinaba a los pueblos. Además, “como principal sector de la economía colonial, la minería pagaba los costes administrativos del imperio, a los funcionarios eclesiásticos y seculares, altos y bajos; a los virreyes, oidores, gobernadores...” (STEIN; STEIN, 2006, p. 33).

De esta forma, la colonización creó y fue acentuando esas brechas económicas y raciales en las que “pocos tienen mucho y muchos tienen poco” (GÓMEZ, 2019, p. 73). Se explotan por igual el entorno, la biodiversidad y la condición humana al tiempo que se desvalorizan cosmovisiones, modos de vida y conjuntos sociales complejos, invisibilizándolos. En toda América Latina se repitió el mismo patrón, donde cuestiones de raza, de clase, culturales y religiosas se volvieron indivisibles para exaltar imaginarios occidentales y desechar aquellos diferentes, que no encajaban en él y que tenían que ser adaptados. En consecuencia, la propiedad de la tierra se convierte en un símbolo de poder y de riqueza, aunque realmente ésta es trabajada por los indígenas y los esclavos. No obstante, la actividad económica de las colonias americanas se constituye como un gran soporte para las naciones europeas debido a su carácter exportador que permite el desarrollo del capitalismo en ellas a partir de la acumulación originaria, pero, paradójicamente, las mismas colonias quedan excluidas de éste, al ser meras proveedoras de *commodities*³ bajo esquemas que reproducen y perpetúan la pobreza.

Por otro lado, es importante mencionar que durante el periodo colonial tuvo lugar un régimen racial más profundo que aquel marcado por la división europeos-indígenas, pues surgieron las llamadas “castas” como una “nueva estructura social, que se conformó

2 La mita minera fue implementada sobre todo en Perú y Bolivia, y consistía en una especie de trabajo forzado el cual obligaba a hombres adultos a trabajar en las minas de plata, oro y mercurio.

3 Este concepto refiere a “productos indiferenciados cuyos precios se fijan internacionalmente, o productos de fabricación, disponibilidad y demanda mundial, que tienen un rango de precios internacional y no requieren tecnología avanzada para su fabricación y procesamiento. Ambas definiciones incluyen desde materias primas a granel hasta productos semielaborados o industriales. Para el caso de América Latina, la demanda de *commodities* está concentrada en productos alimentarios, como el maíz, la soja y el trigo, así como en hidrocarburos (gas y petróleo), metales y minerales (cobre, oro, plata, estaño, bauxita, zinc, entre otros” (SVAMPA, 2013, p. 31).

con el choque de culturas ocurrido en el siglo XVI entre europeos, indios y africanos” (VÁZQUEZ; CAMPOS; TORIJANO, 2016, p. 45) y la eventual aparición de mulatos, criollos, mestizos, zambos, castizos, etc. Esto es relevante porque refleja, una vez más, como las cuestiones étnicas se utilizaron como criterios de estratificación.

Así, es fundamental analizar los procesos de conquista y colonización que tuvieron lugar en América Latina como el origen de relaciones sociales racializadas, de una nueva estructura económica basada en el extractivismo y el acaparamiento territorial, así como la apertura al mercado internacional, pues esto explica mucho del panorama actual que atraviesa la región y que es nuestro objeto de estudio fundamentalmente desde el aspecto socioambiental. En efecto, actualmente tienen lugar disputas por el territorio y los bienes naturales ante el arribo de compañías trasnacionales que tienen como finalidad incrementar las actividades extractivas (la minería sigue siendo prioritaria), de infraestructura y otros proyectos de desarrollo (energéticos, turísticos, industriales), donde los pueblos indígenas resultan excluidos y afectados. David Harvey utiliza el concepto “acumulación por desposesión” para referirse a esto, pues, considera, es una continuidad de la acumulación originaria⁴.

Por tanto, en América Latina las pautas mercantiles impuestas por la colonización continúan y se complejizan, agudizando las inequidades y reproduciendo en el imaginario esas relaciones racializadas que, no obstante, encuentran resistencia. Por ello, no es de sorprender que actualmente en Latinoamérica tengan lugar conflictividades de corte socioambiental que emanan como producto de las afectaciones y el saqueo producto de esas actividades extractivas y los proyectos de desarrollo que se contraponen con las luchas que los pueblos indígenas emprenden como oposición a la devastación ambiental y territorial.

El Atlas de Justicia Ambiental contabiliza 3,614 conflictos socioambientales en el mundo, de los cuales 1,028 ocurren en América Latina, lo que representa más del 28%. La mayoría están relacionados con extracción minera, seguidos de aquellos por la tenencia de la tierra, el manejo del agua y los combustibles fósiles o proyectos de energía (EJ Atlas, 2022).

BASES PARA PENSAR LAS PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTALES Y SU COMPONENTE RACIAL EN MÉXICO

Como hemos visto, en América Latina tuvo un proceso de conquista y colonización

⁴ La “acumulación originaria” es un **término marxista** para referirse al “proceso que eliminó la propiedad privada y separó los medios de producción de los productores directos para dar paso al trabajo asalariado, a la falta de acceso a la tierra y a la concentración de la riqueza en unas cuantas manos, pero para Harvey no tiene sentido denominar como originario algo que, considera, sigue sucediendo. De esta manera, acuña “acumulación por desposesión” porque le parece que refiere mejor a los procesos que engloba el capitalismo actual (GARCÍA, 2021, p. 60).

abrumador porque transformó todos los aspectos sociales, políticos, culturales, religiosos y económicos de los pueblos, transformando con ello también su relación con el territorio y con los bienes naturales, así como el acceso a ellos. México, por supuesto, no fue la excepción y estos cambios estuvieron acompañados de fuertes aspectos raciales que, como comentamos, fueron construcciones ideológicas que, en sí mismas, facilitaron el control de “el otro”⁵ y la imposición occidental. Así, es importante poner sobre la mesa dos cuestiones: 1) el discurso que enarboló la modernidad, ya desde el siglo XVI, como un ideal a alcanzar y que continua vigente hoy en día y 2) la importancia del mestizaje.

La modernidad parece surgir desde 1492 como un justificante para ejercer la violencia en las tierras “descubiertas” (DUSSEL, 1994); Europa es la modernidad y por lo tanto, el modelo a seguir.

La Modernidad se originó en las ciudades europeas medievales, libres, centros de enorme creatividad. Pero “nació” cuando Europa pudo confrontarse con “el Otro” y controlarlo, vencerlo, violentarlo; cuando pudo definirse como un “ego” descubridor, conquistador, colonizador de la Alteridad constitutiva de la misma Modernidad. De todas maneras, ese Otro no fue “descubierto” como Otro, sino que fue “en-cubierto” como “lo Mismo” que Europa ya era desde siempre. De manera que 1492 será el momento del “nacimiento” de la Modernidad como concepto, el momento concreto del “origen” de un “mito” de violencia sacrificial muy particular y, al mismo tiempo, un proceso de “en-cubrimiento” de lo no-europeo (DUSSEL, 1994, p. 8).

Esto significa pues, que desde el momento mismo en el que emerge la modernidad está implícita la negación de ese otro, su exclusión. Se piensa que éste debe adaptarse a los cánones impuestos, modificando todo lo que hasta entonces concebía como realidad. A su vez, la modernidad está estrechamente ligada al “progreso”, a la noción de cambio en aras del bienestar, pues aunque resulta muy difícil definirla, y ésta puede ser entendida también como una época o una actitud (PÉREZ, 2017), nos referimos a ella como proyecto que concibe el futuro como un ideal moral. De este modo, modernidad y progreso surgen en América Latina y en México en estrecha relación con la división racializada impuesta entre conquistadores y conquistados y, más tarde, entre castas.

Así, a inicios del siglo XIX, emerge el movimiento independentista durante el cual los criollos⁶ cobraron protagonismo. Empero, una vez consumada la emancipación en 1821 comienza la construcción del Estado-nación mexicano. Esto es sumamente importante porque

gobiernos y sociedades [...] rompieron con las prácticas y la legislación del régimen de castas. Sin embargo, también mantuvieron sus lógicas de discriminación y dieron nueva vida y nuevos sentidos a las categorías de criollo, indio, negro y mestizo, así como las prácticas de

⁵ “La otredad” es un término planteado y analizado por Enrique Dussel (1994) para referirse a aquellos que no entraban dentro de esa occidentalización y que, por lo tanto, fueron invisibilizados.

⁶ Descendientes de europeos nacidos en las colonias americanas.

emblanqueamiento (NAVARRETE, 2022, p. 134).

En 1824, con la elaboración de la primera constitución que reconoce al país como una república, se abolió la distinción de castas; es a partir de entonces que el mestizo emerge como la gran figura unificadora que da cohesión y sustenta la patria. No obstante, como Navarrete refiere (2022), en la práctica la discriminación y las distinciones sociales no terminaron de facto. La sucesión histórica de México es amplia y compleja y no pretendemos aquí resumirla o analizarla, pero sí es importante comprender que la racialización, el extractivismo y las concepciones iniciales de modernidad y progreso se originaron en la época colonial, continuaron formando parte de la nación independiente y, aunque se han transformado, son hoy todavía parte constitutiva de ella.

Así, durante el porfiriato⁷ y después de la revolución mexicana de 1910, inició la incorporación del país al auge industrial que ya tenía lugar en el mundo y que había comenzado en Gran Bretaña a finales del siglo XVIII. De esta manera, se consolidó la relación entre el Estado y el capitalismo descrito por Semo (1994), bajo el estandarte modernizador; se deja de lado la producción artesanal para privilegiar la de masa, se abren las puertas a la comercialización y por ende a un mercado más amplio. Con ello, se hace latente una necesidad cada vez mayor de materias primas, vías de comunicación y combustibles, así como de alimentos y recursos energéticos como producto del crecimiento demográfico y, en especial, de las ciudades. No obstante, los pueblos indígenas son, una vez más, excluidos o, en el mejor de los casos, incluidos como mano de obra barata en un proceso de globalización que provoca una crisis identitaria (PARRA, 2004).

Hay otros aspectos importantes en el periodo posrevolucionario que involucran la etnicidad, como la reforma agraria llevado a cabo por el presidente Lázaro Cárdenas de 1936 a 1940, producto de la cual se repartieron tierras a indígenas y campesinos y surgieron el ejido y la comunidad como principales formas de propiedad. No obstante, aunque la intención de la reforma era prohibir el latifundio y lograr una mayor equidad social, este proceso terminó por afectar a algunos pueblos originarios ya que “les impuso la restricción de no poder vender ni rentar sus propias tierras y les hizo obligatorio un régimen organizativo ajeno a sus usos y costumbres e igual para todas, aun siendo tan diversas” (MORETT; COSSÍO, 2017, p. 128-129). Esto se hizo especialmente latente en las poblaciones del norte, de origen nómada.

Ya en la segunda mitad del siglo XX comienza a hablarse internacionalmente y desde las instituciones del “desarrollo” como aspecto constitutivo e indispensable de las sociedades industrializadas. Este concepto, surgido del estructuralismo, tiene un

⁷ Nombre que recibe el periodo durante el cual Porfirio Díaz fue presidente de México (1876-1911), y que estuvo caracterizado por la construcción de vías férreas, infraestructura, relaciones comerciales, etc, aunque bajo una clara desigualdad social.

componente fuertemente economicista y está estrechamente relacionado con el de “crecimiento” (CHIRINOS; GONZÁLEZ, 2010), que también privilegia la acumulación de capital (no obstante, en los últimos años esto ha sido ampliamente discutido a partir de otros aspectos como el bienestar social, una mejor calidad de vida, etc). Esto tuvo por supuesto un impacto en México que implementó políticas desarrollistas sobre todo a partir de 1940, con la llegada al poder de Manuel Ávila Camacho, quien firmó acuerdos comerciales y frenó el reparto agrario.

Ahora bien, es en los últimos años que distintas reformas han permitido abiertamente la acumulación por desposesión y la multiplicación de las actividades extractivas y proyectos de infraestructura en México, siendo las más célebres las del gobierno encabezado por Carlos Salinas de Gortari, quien en 1992 modificó el artículo 27 constitucional para permitir la venta de terrenos ejidales y comunales, en el contexto de las negociaciones del Tratado de Libre Comercio con Estados Unidos de América y Canadá. Estas políticas han respondido entonces abiertamente a intereses económicos y a la inserción del país ya no solo en el capitalismo, sino en el neoliberalismo.

Hasta aquí, se han querido resumir los aspectos más esenciales del contexto mexicano a partir de los cuales se desprende lo siguiente: 1) los pueblos indígenas han sido, a través de la historia, invisibilizados; durante la conquista y la colonización, durante la construcción del Estado-nación fundado en el mestizaje, en las políticas del siglo XX y en las reformas constitucionales contemporáneas han sido relegados. Por otro lado, se ha “mantenido como principio la idea de integrarlos a la nación. Esta política ha seguido varias estrategias, diseñadas de acuerdo con los intereses de los distintos gobiernos que han detentado el poder de la nación en cada sexenio” (VALDIVIA, 2013, p. 1). Empero, esa idea de integración no está basada en el reconocimiento de la multiculturalidad, y puede resumirse en las palabras de Lázaro Cárdenas: “nuestro problema indígena no está en conservar ‘indio’ al indio ni en indigenizar a México, sino en mexicanizar al indio” (VALDIVIA, 2013, p. 2). 2) Desde la etapa colonial, el control del territorio y de los bienes naturales ha sido clave para el dominio económico, sustentado en actividades extractivas. En los últimos años, diversos factores nacionales e internacionales han permitido no solo su continuidad, sino su incremento, acompañadas de grandes proyectos de desarrollo. 3) En tanto legítimos dueños de ese territorio y de los elementos naturales, los pueblos indígenas han sido objeto de despojo por parte del sector privado y del mismo Estado para la implementación de esos proyectos que, además, tienen impactos desiguales donde algunos reciben los beneficios y otros las afectaciones estableciendo relaciones de “injusticia ambiental” fuertemente racializadas.

ILUSTRANDO EL RACISMO AMBIENTAL EN MÉXICO

El racismo es un fenómeno complejo que engloba varias aristas, y por ello hablar de sus implicaciones ambientales resulta también complicado, pues no podemos pensar el ambiente de manera aislada, sino siempre en concordancia con el aspecto social. Como se ha afirmado hasta ahora, no podemos comprenderlo sin tomar en cuenta su historicidad y las circunstancias que han llevado no a su eliminación, sino a su reafirmación. Estas circunstancias son también las mismas que incorporaron a México al capitalismo, el mercado global y la neoliberalización. Por ello, como parte de la modernidad, del ideal de progreso, de desarrollo y, sobre todo, de crecimiento económico es que se han priorizado las actividades extractivas y la implementación de grandes proyectos de desarrollo. Más aún, se ha privilegiado también la participación del capital trasnacional y privado en éstos.

A la vez, en México habitan 68 pueblos indígenas que conformados por, aproximadamente, 16,933,283 personas que representan el 15.1% de la población total. Además, el 2.0% de los mexicanos se identifica como afrodescendiente⁸ (IWGIA, 2021). Estos pueblos, como producto de la reforma agraria cardenista y la repartición de tierras, habitan hoy, primordialmente, en ejidos y comunidades.

José Luis Zaragoza y Ruth Macías definen el ejido como la persona moral mexicana, de pleno derecho, con capacidad y personalidad jurídica por medio del cual se da en propiedad a un núcleo o grupo de población, un conjunto de bienes que constituyen su patrimonio, sujeto a un régimen de propiedad social inalienable, imprescriptible, inembargable e intransmisible para que se exploten racional e integralmente [...] La comunidad es la persona moral con personalidad jurídica, titular de derechos agrarios reconocidos por resolución presidencial restitutoria o de confirmación y titulación, sobre un conjunto de bienes que incluyen tierras, pastos, bosques y aguas, sujeto a un régimen de propiedad social inalienable, imprescriptible, inembargable e intransmisible [...] que funciona conforme a los principios de democracia interna, cooperación y autogestión, y según sus tradiciones y costumbres (GARCÍA; SIPRIANO, 2021, p. 116-117).

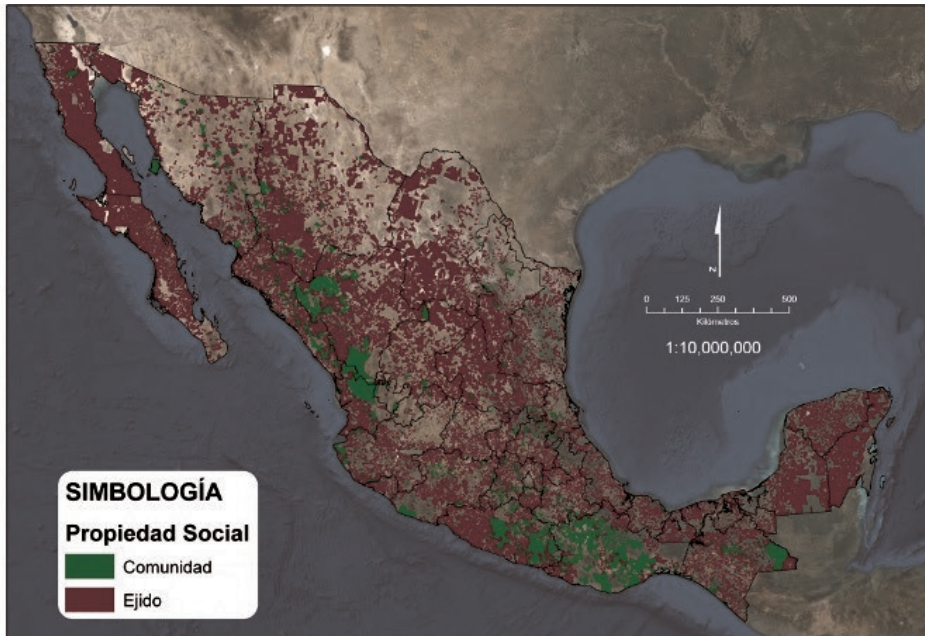
Por lo tanto, bajo estos títulos de propiedad se reconoce a los pueblos originarios no solo como legítimos dueños del territorio, sino también de los bienes naturales que se ubican en él. Por otro lado, se establece la prohibición de vender o transferir las tierras. Aunque ejido y comunidad son similares, la principal diferencia estriba en el hecho de que esta última tiene un componente étnico de facto, al concebir el derecho a la organización interna independiente basada en tradiciones y costumbres propias. Actualmente, el país tiene 29,690 ejidos y 2,392 comunidades (AZAMAR; GARCÍA, 2021) que corresponden a 84.5 y 17.4 millones de hectáreas respectivamente (véase mapa 1). Esto es particularmente relevante porque

⁸ Aunque la historia de los pueblos afrodescendientes en México está concatenada a la de los pueblos indígenas, en este texto no nos centramos en ella, pues sus particularidades requerirían un estudio más detallado. Por ejemplo, recientemente en el 2019 fueron reconocidos constitucionalmente como parte de la pluriculturalidad de la nación (CÁMARA DE DIPUTADOS, 2019).

poco más de la mitad de las tierras de México se encuentran en posesión de ejidos y comunidades agrarias; esto significa que la mayoría de los montes, bosques, selvas, matorrales, superficie de labor, minas, bancos de materiales, cuerpos de agua y litorales son de propiedad social. En los casi 32 mil ejidos y comunidades, más de 5.6 millones de ejidatarios, comuneros y poseionarios ofertan al país y, en algunos casos, al mercado externo, alimentos, ganado, materias primas y forrajes -en primer lugar, pero también materiales de construcción, artesanías y servicios turísticos; además, brindan invaluable servicios ambientales, de conservación de la biodiversidad, captura de carbono y recarga de acuíferos (MORETT; COSÍO, 2017, p. 125-126).

En este sentido, los territorios habitados por indígenas ocupan una gran parte de la superficie nacional y juegan un papel relevante en la economía mexicana, así como en aspectos ecológicos y de combate al cambio climático. No obstante, aunque 15,584 comunidades y ejidos concentran la mayor parte de los bosques, selvas y matorrales y 2,543 de ellos el 52% de las Áreas Naturales Protegidas (CONSEJO CIVIL MEXICANO PARA LA SILVICULTURA SOSTENIBLE, 2022), esta riqueza biológica no es sinónimo de económica, pues el Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (Coneval), clasifica a los hablantes de alguna lengua indígena como el sector más vulnerable con la mayor cantidad de personas en condiciones de pobreza extrema, con un promedio del 35.7% (gráfica 1).

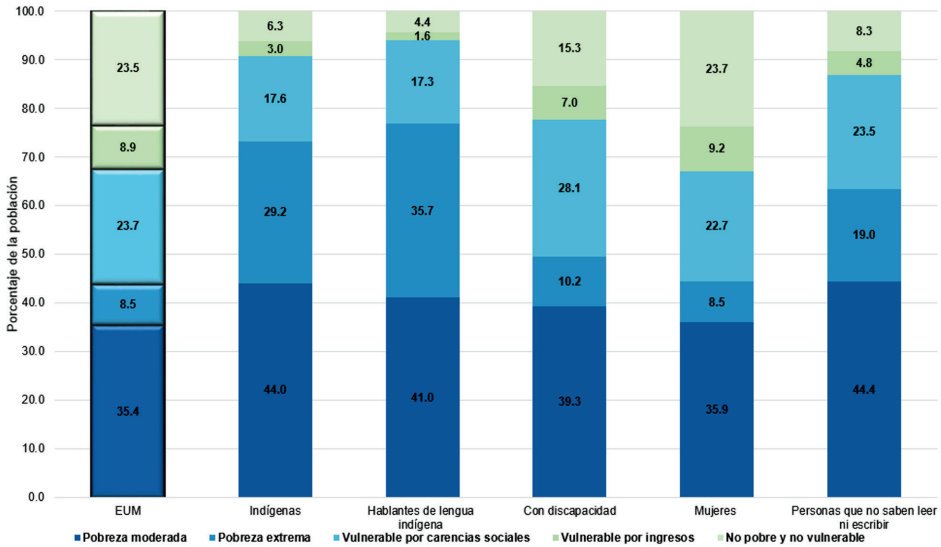
Mapa 1. Propiedad social en México (ejidos y comunidades)



Fuente: Consejo Civil Mexicano para La Silvicultura Sostenible, 2022.

Sin embargo, es justamente esta gran diversidad natural la que convierte a los territorios indígenas en zonas tan codiciadas por el capital que busca expandirse y explotar al máximo sus recursos. Especialmente, y al igual que en el período colonial, la minería ocupa un papel preponderante, aunque ahora se adhieren también la extracción de bienes e instalación de proyectos asociados a la generación de energía como una cuestión fundamental. Actualmente hay 25,267 concesiones mineras en el país, que abarcan 21.3 millones de hectáreas, aunque de acuerdo con el gobierno federal, en algún momento llegaron a sumar 117 millones de hectáreas, es decir, más del 50% de la superficie nacional (EL ECONOMISTA, 2019). Del mismo modo, la generación de energía renovable y la implementación de técnicas novedosas como el *fracking*⁹ cobran relevancia.

Gráfica 1. Porcentaje de pobreza de acuerdo a sectores vulnerables en México



Fuente: Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social, 2020.

Básicamente, la minería y la producción de energía se vieron beneficiadas por la promulgación de sus respectivas leyes; en 1992, el presidente Carlos Salinas de Gortari envió al Congreso una propuesta de Ley Minera para validar a las concesiones como figuras legales de extracción. También, ese mismo año se decreta la Ley del Servicio Público de Energía Eléctrica; ambas, en esencia, abrieron la puerta al capital extranjero. Posteriormente, en el 2014 se aprobaron las reformas referentes a electricidad e hidrocarburos

⁹ Es una técnica que permite extraer un tipo de gas que se encuentra atrapado entre las rocas, a gran profundidad. Por medio de pozos se fractura la roca con la inyección de una mezcla de agua, arena y sustancias químicas a elevada presión que fuerza el flujo y salida de los hidrocarburos de los poros (Alianza Mexicana contra el Fracking, s/f).

impulsadas por el presidente Enrique Peña Nieto que ratificaban la participación privada en estas actividades.

De esta manera, destacan dos hechos relevantes:

1) Por un lado, una clara contradicción en los discursos y acciones gubernamentales que reconocen desde 1990 (año en el que México firmó el Convenio 169 de la Organización Internacional del Trabajo¹⁰) el derecho de los pueblos indígenas a ser consultados sobre cualquier tema o situación que afecte su territorio, así como la pluriculturalidad de la nación desde 1992, entre otros múltiples acuerdos que ha suscrito el país como la Convención de Naciones Unidas sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas en el 2007 y, de manera opuesta, la implementación de mecanismos que incentivan la venta de tierras y perpetúan la pobreza como las reformas al artículo 27 constitucional, o la propia Ley Minera que en su artículo 6 asegura que “la exploración, explotación y beneficio de los minerales o sustancias a que se refiere esta Ley son de utilidad pública, serán preferentes sobre cualquier otro uso o aprovechamiento del terreno” (CÁMARA DE DIPUTADOS, 2014, p. 3) y que los concesionarios tienen derecho a “obtener la expropiación, ocupación temporal o constitución de servidumbre de los terrenos indispensables para llevar a cabo las obras y trabajos de exploración, explotación y beneficio” (CÁMARA DE DIPUTADOS, 2014, p. 12).

En el mismo sentido, la Ley de Hidrocarburos afirma que:

La industria de Hidrocarburos a que se refiere esta Ley es de utilidad pública. Procederá la constitución de servidumbres legales, o la ocupación o afectación superficial necesarias, para la realización de las actividades de la industria de Hidrocarburos, conforme a las disposiciones aplicables en los casos en los que la Nación lo requiera. [...] La servidumbre legal de hidrocarburos comprenderá el derecho de tránsito de personas; el de transporte, conducción y almacenamiento de materiales para la construcción, vehículos, maquinaria y bienes de todo tipo; el de construcción, instalación o mantenimiento de la infraestructura o realización de obras y trabajos necesarios para el adecuado desarrollo y vigilancia de las actividades amparadas por virtud de un Contrato o Asignación, así como todos aquéllos que sean necesarios para tal fin.

2) Por otro lado la proliferación de proyectos extractivos y de desarrollo que impactaron primordialmente a los ejidos y comunidades propiedad de los pueblos indígenas quienes comenzaron a recibir sus afectaciones en diversos aspectos (político, económico, social, cultural y ambiental) y que, al día de hoy, se han reflejado incluso en serias alteraciones a la vida cotidiana, en la violación de los derechos humanos, en daños a la salud (por ejemplo, la aparición de cáncer asociada a la actividad minera), en el desplazamiento

10 Este convenio ha sido firmado por más de 100 países, y entre sus puntos más importantes menciona que “los pueblos interesados deberán tener el derecho de decidir sus propias prioridades en lo que atañe al proceso de desarrollo, en la medida en que éste afecte a sus vidas, creencias, instituciones y bienestar espiritual y a las tierras que ocupan o utilizan de alguna manera, y de controlar, en la medida de lo posible, su propio desarrollo económico, social y cultural. Además, dichos pueblos deberán participar en la formulación, aplicación y evaluación de los planes y programas de desarrollo nacional y regional susceptibles de afectarles directamente (OIT, 2014).

forzado producto de las tácticas violentas para materializar el despojo, etc.

Por ende, y como las mismas leyes reflejan, para el Estado las actividades extractivas e industriales son más importantes que cualquier otra, incluso si eso implica hacer uso de mecanismos como la expropiación o la servidumbre que claramente se contraponen con la libre autodeterminación de los pueblos; la concepción gubernamental de “desarrollo” continúa excluyéndolos, igual que en otros momentos históricos que fomentaron una fuerte racialización de los territorios pues, como César Enrique Pineda afirma, lo que está implícito es una asociación directa que concibe al indígena como sinónimo de atraso y, por tanto, cuyo pensamiento debe ser “blanqueado” (PINEDA, 2021).

No es casualidad entonces que gran parte de los conflictos socioambientales ocurran en territorios indígenas y que, justamente, tengan como propósito principal defender este territorio. Por ejemplo, del 2009 al 2013 María Fernanda Paz (2017) registró 162 casos de conflictividad socioambiental, de los cuales 62 ocurrieron en localidades indígenas teniendo como principal detonante los daños asociados a la minería, aunque también las obras de infraestructura como carreteras, aeropuertos y acueductos tuvieron un papel importante, seguidos de aquellos relacionados con la generación de energía. En un conteo más general y reciente, el Atlas Mezinal de la Universidad Nacional Autónoma de México, documentó la presencia de 535 proyectos extractivos o de desarrollo en poblaciones indígenas y afrodescendientes (UNAM, 2022).

Sin embargo, y de acuerdo a las concepciones básicas del conflicto, éste resulta productivo porque permite el surgimiento de nuevas formas de relacionarse y de organizarse. De esta manera, del mismo modo que surgen amenazas para los territorios como las actividades extractivas y los grandes proyectos de desarrollo, nacen también múltiples resistencias y oposiciones que, precisamente, han tenido a los pueblos indígenas como principales protagonistas. Así, se hace palpable el rechazo a los parques eólicos en el Istmo de Tehuantepec, al Proyecto Integral Morelos en Puebla, Tlaxcala y Morelos, al Tren Maya en Yucatán y Quintana Roo y a los acueductos en Sonora, por citar algunos ejemplos; de norte a sur las comunidades originarias se movilizan en defensa de sus vidas, y lo hacen desde un posicionamiento político y social que reivindica su etnicidad. Como Bettina Cuz, líder de la Asamblea de Pueblos Indígenas del Istmo de Tehuantepec en Defensa de la Tierra y el Territorio, asegura: “si perdemos ese territorio perdemos el control, perdemos quien somos [...] se está poniendo precio a bienes intangibles que antes no estaban en el mercado” (CRUZ, s/f).

Hay entonces detrás de esa visión de mercado que utiliza el territorio indígena como una mercancía, una profunda desigualdad en el acceso a la riqueza y a los bienes naturales, pero también una lógica violenta que determina quién debe recibir los beneficios y quién las afectaciones, es decir, quién resulta más valioso. La racialización está

basada en políticas de desarrollo social neoliberal “que engendran cuerpos devaluados y deshumanizados” (MORA, 2017, p. 317), y es en eso en lo que estriba justamente el racismo, en considerar que algunos son desechables. En este sentido, la relación entre el racismo y el extractivismo o la desposesión se hace latente porque siempre ha estado ahí, unida por los mismos intereses. El racismo ambiental se materializa a partir del dominio y el control, no solo territorial; son las vidas las que están bajo amenaza.

CONCLUSIONES

Este trabajo abordó la concepción general e histórica del racismo desde distintos aspectos, poniendo énfasis en el período colonial en México y en América Latina, pues fue durante este período que se fundamentaron las desigualdades económicas a partir del control territorial y la racialización. Aunque es bien sabido que la “raza” carece de sustento biológico, socialmente la existencia del “racismo” no está a discusión. Como hemos dado cuenta, fue precisamente la argumentación de superioridad racial la que permitió consumir el dominio de los pueblos originarios en América, aunque su trasfondo demuestra profundos aspectos etnocéntricos.

Diversos factores perpetuaron el aislamiento de los pueblos originarios siendo, en el caso mexicano, el mestizaje uno de ellos; la construcción del Estado-nación y el período posrevolucionario fracasaron en sus intenciones de incorporar a los pueblos indígenas a este proceso de unificación identitaria. La ideología del mestizaje construyó una imagen de México como nación homogénea en términos culturales que no ha sido removida del imaginario por el multiculturalismo neoliberal inspiradora de las políticas públicas relativas a la diversidad cultural en el siglo XXI. Esta supuesta homogeneidad ocultó las especificidades culturales de la misma forma que la marginación y la desigualdad.

Hoy en día resulta estéril pensar el racismo sin asociarlo con intereses económicos desde sus orígenes y, desde una visión marxista, con cuestiones de clase que se hicieron visibles a partir de la revolución industrial y de la incorporación de las naciones más jóvenes y atrasadas al mercado internacional.

En suma, la ocupación territorial y la extracción de los bienes naturales fue clave para consolidar el dominio colonial, el capitalismo y para poner en marcha el desarrollismo en México en el siglo XX; lo es hoy también para perpetuar el neoliberalismo, por lo que siempre ha estado vinculada al poder y a la racialización del espacio, transformándose y complejizándose. Por ello, etnicidad, racismo, territorio, bienes naturales y acumulación forman un conjunto indivisible a partir del cual se pueden pensar hoy las desigualdades asociadas al despojo físico y simbólico y a la devaluación de las vidas de “otros”, que, se asume, pueden asumir las externalidades de la irrupción de actividades extractivas y

proyectos de desarrollo.

Así, a pesar de que “racismo ambiental” es un concepto que surge en otro tiempo y geografía, permite comprender las problemáticas específicas del caso mexicano porque el fenómeno que describe es atemporal y, responde más bien, a una cuestión estructural. Asia, África y las poblaciones más marginadas que habitan en los países del Norte Global han enfrentado también una dominación racializada y el despojo de sus cuerpos y territorios. Por tanto, el “racismo ambiental” siempre ha estado ahí, existiendo incluso antes de su definición. Sin embargo, es necesario reconocer la urgencia de trabajos académicos que ahonden en él desde las particularidades del país, pues aunque existen varios e importantes aportes acerca de las movilizaciones ambientales contemporáneas en México, ha sido poco utilizado y estudiado. Por ello, este texto busca contribuir en ese sentido, aportando elementos para la discusión.

REFERENCIAS

AGUILAR, Y. **Seminario sobre discriminación étnico-racial en México**. Ponencia. 2021. Disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=Ppl5ZAT7pX8> Consultado: 11 de marzo de 2022.

ALIANZA MEXICANA CONTRA EL FRACKING. **¿Qué es el fracking?** Página web. 2022. Disponible en: <https://nofrackingmexico.org/que-es-el-fracking/> Consultado: 16 de marzo del 2022.

AZAMAR, A.; GARCÍA, Y. Diagnóstico y riesgos de la energía eólica en México. **Revista de Geografía Agrícola**. No 67, Chapingo, julio-diciembre del 2021. p. 27-45.

BASTIAN, Á. I. **Racismo ambiental**. *¿Concepto útil para el contexto mexicano?* (Documento inédito). Universidad Autónoma del Estado de Morelos, 2022.

BASTIAN, Á. I. Comunicación personal. (7 de marzo de 2022). Ciudad de México.

BULLARD, R.; JOHNSON, G.; TORRES, Á. African American son the Frontline of Environmental Assault. *In*: BRAITHWAITE, R.; TAYLOR, S.; TREADWELL, H. (Orgs.). **Health Issues in the Black Community**. New York: Jossey-Bass, 2009. p- 33-61.

BULLARD, R.; MOHAI, P.; SAHA, R.; WRIGHT, B. **Toxic Wastes and Race at Twenty 1987—2007**. Cleveland: Justice and Witness Ministries, 2007.

CÁMARA DE DIPUTADOS. Ley Minera. **Diario Oficial de la Federación**. Ciudad de México, 26 de junio de 1992, p. 1-34.

CÁMARA DE DIPUTADOS. **La Cámara de Diputados reconoce a los pueblos y comunidades afromexicanas**. Boletín. 28 de junio de 2019. Disponible en: <http://www5.diputados.gob.mx/index.php/esl/Comunicacion/Boletines/2019/Junio/28/1888-La-Camara-de-Diputados-reconoce-a-los-pueblos-y-comunidades-afromexicanas> Consultado: 16 de marzo de 2022.

CHIRINOS, N.; GONZÁLEZ, S. El concepto de desarrollo: posiciones teóricas más relevantes. **Revista Venezolana de Gerencia**. No 50, Zulia, p. 294-320, 2010.

COLOSA, A.; GRAFTON, B.; MOHAI, P.; HARDIN, R.; HINTZEN, K.; ORVIS, S. Evolution of the environmental justice movement: activism, formalization and differentiation. **Environmental Research Letters**. No. 10, p. 1-12, 2015.

CONSEJO CIVIL MEXICANO PARA LA SIVILCULTURA SOSTENIBLE. **Mapas**. Recursos cartográficos. 2022. Disponible en: <https://www.ccmss.org.mx/mapas/> Consultado: 15 de marzo de 2022.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLÍTICA DE DESARROLLO SOCIAL. **Medición de la pobreza**. Información pública gubernamental. 2020. Disponible en: https://www.coneval.org.mx/Medicion/MP/Paginas/Pobreza_2020.aspx Consultado: 16 de marzo de 2022.

CRUZ, Bettina. **Defensora de derechos humanos**. Video. s/f. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=sr09UaKeZm8> Consultado: 17 de marzo de 2022.

DENNIS, Rutledge M.; MASON, G. Racism. *In*: KUPER, A.; KUPER, J. (Orgs.) **The social science encyclopedia**. London: Routledge, 2004. p. 843-845.

DUSSEL, E. **1492 El Encubrimiento del otro. Hacia el origen del “mito de la Modernidad”**. La Paz: Plural, 1994.

EJ Atlas. **Environmental Justice Atlas**. Mapa Interactivo. 2022. Disponible en: <https://ejatlas.org/> Consultado: 13 de marzo de 2022.

EL ECONOMISTA. **AMLO da a conocer cifras de las concesiones mineras de anteriores sexenios**. Nota periodística. 24 de diciembre del 2019. Disponible en: <https://www.economista.com.mx/politica/AMLO-da-a-conocer-cifras-de-las-concesiones-mineras-de-antiores-sexenios---20191224-0006.html> Consultado: 16 de marzo de 2022.

GALL, O. Estado federal y grupos de poder regionales frente al indigenismo, el mestizaje y el discurso multiculturalista: pasado y presente del racismo en México. **Debate Feminista**. Vol. 24, p. 88-115, octubre de 2001.

GARCÍA, Y. **La implantación de centrales de energía eólica: impactos territoriales e identitarios en la población indígena de Baja California**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2021.

GARCÍA, Y.; SIPRIANO, J A. Conflictos ambientales en México y Canadá: impactos socioterritoriales en la población originaria. *In*: AZAMAR, A.; RODRÍGUEZ, C. (Orgs.) **Llover sobre mojado**. Conflictos socioambientales frente al extractivismo y megaproyectos en tiempos de crisis múltiple. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2021. p. 102- 127.

GOMEZ, O. La indisoluble relación entre racismo, capitalismo y colonialismo: lecturas desde la etnicidad de las luchas territoriales. *In*: ESPÍNOZA, G. MEZA, A. (Orgs.). **Reconfiguraciones socioterritoriales**. Entre el despojo capitalista y las resistencias

comunitarias. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2019. p. 65-86.

GRINESKI, S.; COLLINS, T.; ROMO, M. L. Environmental injustice along the US–Mexico border: residential proximity to industrial parks in Tijuana, Mexico. **Environmental Research Letters**. No. 10, p. 1-10, 2015.

GUDYNAS, E. **Extractivismos**: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Bolivia: Centro de Documentación e Información Bolivia, 2015.

IWGIA. **Pueblos indígenas en México**. Página web. 18 de marzo de 2021. Disponible en: <https://www.iwgia.org/es/mexico/4149-mi-2021-mexico.html> Consultado: 14 de marzo de 2022.

MARÍN, José. Las “razas” biogenéticamente no existen, pero el racismo sí como ideología. **Revista Diálogo Educativo**. Vol 4, No 9, Paraná p. 1-7, mayo-agosto de 2003.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **De la economía ecológica al ecologismo popular**, Barcelona: Icaria, 1992.

MORA, M. Racismo y criminalización en México: Reflexiones críticas desde La Montaña de Guerrero. In: SIERRA, M. T.; BASTOS, S. (Orgs.) **Pueblos indígenas y estado en México: la disputa por la justicia y los derechos**. Ciudad de México: CIESAS, 2017. p. 310-330.

MORETT, C.; COSÍO, C. Panorama de los ejidos y comunidades agrarias en México. **Agricultura, sociedad y desarrollo**. No 1, Vol. 14, Texcoco, p. 125-152, enero-marzo del 2017.

NAVARRETE, F. Blanquitud vs. blancura, mestizaje y privilegio en México de los siglos XIX a XXI, una propuesta de interpretación. **Estudios Sociológicos del Colegio de México**. No 40, Ciudad de México, p. 127-162, febrero del 2022.

OIT. **Convenio Núm. 169 de la OIT sobre Pueblos Indígenas y Tribales**. Perú: Organización Internacional del Trabajo, 2014.

ORGAZ, C. Qué es el “Corredor del Cáncer” de Estados Unidos y por qué es tan peligroso vivir allí. **BBC News**. Nota periodística. 2021. Disponible en: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-58768373> Consultado: 13 de marzo de 2022.

PARRA, F. Modernidad y postmodernidad: desafíos. **Pharos, arte ciencia y tecnología**. No 1, Vol 11, Santiago, p. 5-22, mayo-junio del 2014.

PAZ, M. F. Luchas en defensa del territorio. Reflexiones desde los conflictos socioambientales en México. **Acta Sociológica**. No 73, Ciudad de México, p. 197-219, mayo-agosto de 2017.

PÉREZ, J. M. Redescripción del concepto clásico de modernidad. **Sociología Histórica**. No 7, Murcia, p. 11-40, 2017.

PINEDA, C. **Seminario sobre discriminación étnico-racial en México**. Ponencia. 2021. Disponible en <https://www.youtube.com/watch?v=Ppl5ZAT7pX8> Consultado: 11 de marzo de 2022.

PULIDO, L. Geographies of race and ethnicity: White supremacy vs White privilege in environmental racism research. **Progress in Human Geography**. No. 6. Vol. 39, p. 809-817, 2015.

RED INTEGRAL. **Comunicado de la Red Integra respecto a la Encuesta sobre Movilidad Social Intergeneracional del INEGI**. Documento público. 2017. Disponible en: <https://redintegra.org/comunicado-de-la-red-integra-respecto-a-la-encuesta-de-sobre-movilidad-social-intergeneracional-del-inegi/> Consultado: 12 de marzo de 2022.

SEMO, E. **Historia del capitalismo en México**. Los orígenes 1521/1763. México: ERA, 1973.

STEIN, S.; STEIN, B. **La herencia colonial de América Latina**. México: Siglo XXI, 2006.

SVAMPA, Maristella. «Consenso de los Commodities» y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**. No 244. Buenos Aires, p. 30-46, marzo-abril de 2013.

TALLEDOS, E. ¿Qué es un megaproyecto? *In*: ZACAULA, A.; NETZAHUALCOYOTZI, R.; SANDOVAL, J. M.; PORTO, J. (Orgs.) **Planes geoestratégicos, securitización y resistencia en las Américas**. Macapá: UNIFAP, 2018. p. 21-41.

UNAM. **Atlas Mezinal**. Mapa interactivo. 2022. Disponible en: <https://www.puicmezinal.unam.mx/atlas/pag/mezinal.php#projects> Consultado: 16 de marzo de 2022.

VALDIVIA, Teresa. Reconocimiento de derechos indígenas: ¿Fase superior de la política indigenista del siglo XX? **Nueva Antropología**. No 78. Vol. 26, México, p. 9-41, enero-junio 2013.

VÁZQUEZ, J. C. CAMPOS, C. F.; TORIJANO, O. Aproximación Interdisciplinaria a las Reminiscencias del Sistema de Castas Colonial en México. **Diálogos Latinoamericanos**. No 25, Aarhus, p. 44-56, diciembre de 2016.

WADE, P. El concepto de raza y la lucha contra el racismo. **Estudios Sociológicos del Colegio de México**. No 40, Ciudad de México, p. 163-192, febrero de 2022.

ORDEM JURÍDICA E IDENTIDADE NACIONAL NO CREPÚSCULO DO IMPÉRIO: SILVIO ROMERO E A TENTATIVA DE CONSTITUIÇÃO DE UM POVO

Samuel Martins dos Santos

Resumo: O processo de independência do Brasil teve uma singularidade em relação à América Latina, ao proclamá-la e instituir uma monarquia a questão central da institucionalidade contemporânea foi postergada, no referente ao debate sobre uma concepção de povo a servir de fundamento para o poder da república. O presente artigo tem como tema o debate no pensamento jurídico a respeito da criação de uma concepção de povo e de nação na crise do Brasil Império, e advento do período republicano. Particularmente, o texto enfoca a obra de Silvio Romero, identificado com a geração de 1870, que a partir da crise das instituições imperiais e a necessidade de uma concepção compartilhada de povo para servir de referência para a antevista república desenvolve modelos de modernização para o Brasil. O problema formulado questiona como tais questões foram desenvolvidas no pensamento jurídico nacional, destacadamente de Silvio Romero, quais as características da sua equação e de que modo tais discursos criaram consensos a respeito do povo brasileiro. A partir da metodologia indutiva e técnica bibliográfica, foram obtidos como resultados que se trata de um tema de grande importância naquele contexto histórico, possuindo impacto na caracterização de discursos restritivos da concepção de povo no Brasil, inclusive com características de exclusão e racismo, apresentando-se como elementos relevantes para o conhecimento da profundidade do enraizamento destas práticas como também para o desenvolvimento de estratégias para a sua superação.

Palavras-chaves: Povo; Silvio Romero; crise do império; geração de 1870; república.

***Abstract:** The process of independence of Brazil had a singularity in relation to Latin America, by proclaiming it and instituting a monarchy, the central question of contemporary institutionalism was postponed, with regard to the debate on a conception of people to serve as a foundation for the power of the republic. The present article has as its theme the debate in legal thought about the creation of a conception of people and of nation in the crisis of Brazil Empire, and the advent of the republican period. Particularly, the text focuses on the work of Silvio Romero, identified with the generation of 1870, who, from the crisis of imperial institutions and the need for a shared conception of people to serve as a reference for the anticipated republic, develops models of modernization for Brazil. . The problem formulated asks how such questions were developed in national legal thought, especially Silvio Romero, what are the characteristics of their equation, and how such discourses created consensus among the Brazilian people. From the inductive methodology and bibliographic technique, it was arrived as results that it is a topic of great importance in that historical context, and that has an impact on the characterization of restrictive discourses of the conception of people in Brazil, including characteristics of exclusion and racism, presenting itself as relevant elements for the knowledge of the depth of the rooting of these practices as well as for the development of strategies to overcome them.*

Keywords: People; Silvio Romero; empire crisis; 1870s generation; republic.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como tema a identificação de um debate no final do período imperial que foi colocado pela institucionalidade republicana, visto que, desde a independência e a Constituição Política do Império do Brasil de 1824, a figura do Poder Moderador possuiu uma característica fundacional da organização do Estado. Com a crise do Império, no entanto, e a impossibilidade política de um novo monarca, a semântica política contemporânea colocou em maior circulação conceitos como a forma de governo republicana, a necessidade de uma nação brasileira, critérios de representação política, entre outros.

Nesse contexto, um grupo de pensadores que ficou conhecido como geração de 1870 (ALONSO, 2002) foi fortemente pautado por estas questões, seja por visualizar a crise do império, como também pela imperiosa necessidade de criação de novos elementos para a organização do Estado e da Sociedade no Brasil: O que é a nação brasileira? Quem é o povo no Brasil? São algumas questões que esse grupo se esforçou para responder.

Essa geração foi objeto de inúmeros estudos. Em relação aos primeiros textos, estes devem ser analisados com ressalvas, pois, mormente, contêm mais a representação dos fatos que os atores pretendiam apresentar, perpassadas pela herança romântica da época, do que estudos com objetivo de isenção. Sobre as análises posteriores, é possível apontar uma tendência de catalogação dos grupos que faziam parte desse contexto, as divisões são várias: positivistas, liberais, intelectuais, por escolas (ou doutrinas), por partidos e, também, por regiões.

Segundo Ângela Alonso, torna-se necessário prevenir análises anacrônicas a respeito desses intelectuais. A autora expõe que mais interessantes que a busca por autonomia entre as ideias e as práticas, se revelam as análises das articulações entre essas duas esferas, apontando um redimensionamento do problema, a partir da conjugação entre o complexo das categorias cognitivas e o conjunto de práticas sociais. Assim, propõe uma análise política do movimento intelectual, com vistas a relacionar as ideias com os interesses dos seus atores (2002, p. 37).

Antes de ingressarmos no estudo do pensamento e dos projetos de modernização para o Brasil desenvolvidos por Sylvio Romero, ponto principal de análise, vale destacar o que há de novo no contexto de 1870. Nesse momento são colocados em questão inúmeros valores e instituições do período imperial, destacaremos o esgotamento da concepção jurídico-política, que implica a redefinição da ordem jurídica, como também a crítica ao indianismo romântico, ensejando o questionamento da identidade nacional, por fim, apontaremos alterações nas práticas dos operadores do Direito ocorridas no período.

A figura do Imperador representava a nação brasileira, com isso se formou um regime representativo com a incorporação restrita do *demos* na política. Renato Lessa indica

um paradoxo no regime imperial, pois ao mesmo tempo em que na Assembleia Constituinte de 1823 e no parlamento posterior predominou o objetivo de limitação do Poder Moderador, por outro lado ele foi requisitado como uma forma de resguardo da vontade nacional sem inclusão do povo:

O Poder Moderador, fonte da inversão do sistema representativo, aparece como único elo capaz de resguardar a vontade nacional, maculada pela fraude e pela manipulação das eleições. No limite, para as elites partidárias era preferível a previsibilidade da tutela - que era fonte de suas identidades políticas - à incerteza e o risco da competição política aberta (LESSA, 1989, p. 53-54).

Trata-se de uma arquitetura institucional com tendente alijamento do povo, uma república moderna com uma concepção de povo absolutamente diminuta. Os liberais radicais foram afastados do poder desde a Assembleia Constituinte de 1823. Passado o conturbado período regencial, no qual revoltas populares foram violentamente reprimidas para a manutenção do regime, os partidos firmaram uma conciliação no início do Segundo Reinado e ficaram divididos entre conservadores e liberais, ou melhor, saquaremas e luzias¹.

No liberalismo conservador brasileiro, a doutrina francesa da restauração foi constitucional, e a Lei número 234, de 23 de novembro de 1841 - Criando o Conselho do Estado, responsáveis pela centralização do poder e organização de uma instância de aconselhamento ao Infante sobre os negócios do Estado predominante, com destaque para Guizot e Cousin. Os luzias desenvolveram uma concepção de vontade nacional baseada em Hobbes, Locke, Rousseau e Montesquieu, na qual a perda da liberdade natural era recompensada pelos direitos civis de propriedade; os saquaremas se aproximavam do utilitarismo de Jeremy Bentham, Hobbes e John Stuart Mill, próximo aos anos 70 aumentam as referências a Alexis de Tocqueville, Thiers, Broglie, Lamartine e outros (ALONSO, 2002, p. 54).

A política estatal era restrita ao Parlamento como um clube fechado de acesso condicionado a convites. As promessas de emancipação do Direito não ultrapassavam o comprometimento com o regime escravista. No risco de qualquer desajuste entre esses vasos comunicantes, a figura sagrada do Imperador cuidava do equilíbrio e harmonia das demais instituições jurídicas-políticas (MERCADANTE, 1972, p. 141-144; ALONSO, 2002, p. 60).

As práticas políticas conservadoras e o discurso dos bacharéis, indiferentes à realidade escravocrata, impunham aos desavisados a sensação de que o regime era eterno. Todavia, a estabilidade do tempo saquarema não foi absoluta. Na segunda metade do século XIX as fissuras do regime, tanto internas quanto externas, começaram a aparecer.

¹ Nesse momento destaca-se a Lei número 105, de 12 de maio de 1840 - Interpreta alguns artigos da reforma.

O Manifesto de 1870 é indicativo do fim do equilíbrio saquarema, um terceiro partido não se enquadrava na mentalidade conservadora do clube imperial. Trata-se de um texto com conteúdo genérico e pragmático, no qual a reivindicação sobre a descentralização do poder, numa federação, surge como pauta mais consistente (LESSA, 1999, p. 61).

Externamente ao restrito parlamento, destacam-se o desmonte do regime escravista, a desconexão dos recursos do tráfico negro, como também o desenvolvimento do café a partir de 1850, elementos que impulsionaram a economia brasileira, repercutindo na mudança cultural nas cidades, multiplicação dos meios de informação e aumento do contato com o exterior. Isto é, usando a expressão conhecida de Sylvio Romero, “um bando de ideias novas” começaram a circular pelo país. A instabilidade dos gabinetes parlamentares e as constantes intervenções do Poder Moderador, a partir de 1868, desmitificaram a ideia do Imperador como um árbitro em caso de crise, suas ações aumentam o grupo dos descontentes e ao mesmo tempo minam as bases da legitimidade da instituição². O Brasil é a única monarquia da América Latina e a inflexibilidade do Imperador revela seu anacronismo num país em processo de modernização capitalista (LESSA, p. 1999, p. 52).

A Proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889 não foi um grande momento histórico como a historiografia tradicional tentou retratar. O regime já estava minado em várias bases e a proclamação impunha mais perguntas do que respostas para o país. Contudo, antes do ingresso na Primeira República, vale destacar o questionamento da identidade nacional desenvolvida no período imperial pela “geração de 1870”.

A inauguração do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - IHGB, no século XIX, cumpriu uma importante função, na elaboração de uma simbologia e invenção de tradições para o Estado nacional brasileiro. Os debates no IHGB estiveram inicialmente pautados pela viabilidade do Brasil e posteriormente, a partir da segunda metade do século XIX, ganhou ênfase a questão sobre a invenção de povo para o Estado Brasileiro. Com destaque, ainda que em retrospectiva, do concurso sobre como escrever a História do Brasil em 1844, vencido por Carl Friederich von Martius, que projetou uma elaboração da história do país com base no mito das três raças, o negro, o índio e o branco, responsáveis pela formação do povo brasileiro. Essa historiografia excluía a violência do processo colonizador, responsável pela dizimação de grupos inteiros para o desenvolvimento de uma tradição mítica de integração entre os povos e as culturas diversas (SCHWARCZ, 1993, p. 112; ALONSO, 2002, p. 58).

A “geração de 1870” desenvolveu uma crítica contra a harmonia romântica, as razões apresentadas pelos autores vinculados ao regime imperial foram consideradas insuficientes para a interpretação do Brasil. No entanto, essa crítica não foi desenvolvida com o objetivo

² A participação do Estado brasileiro na Guerra do Paraguai também contribuiu para a conscientização sobre a especificidade do Império brasileiro na América Latina.

de reconhecimento da pluralidade dos grupos na formação da identidade nacional. Em função das concepções científicas que chegaram a partir de 1870, podemos assinalar que houve uma redefinição, e não uma ampliação da identidade nacional brasileira.

Aqui vale indicar a continuidade da concepção hierárquica na formação da sociedade brasileira entre o regime imperial e republicano; a concepção de que os grupos formadores da identidade nacional são hierarquicamente desiguais persiste como indício da perspectiva elitista dos grupos emergentes e a redefinição ocorre sobre os critérios de justificação científica das hierarquias e não para a abolição das mesmas.

O principal elemento aglutinador do período é a crítica contra a estabilidade saquarema e, nesse sentido, a redefinição da identidade nacional a partir da “geração de 1870” aponta mais para um problema do que para uma solução. A demonstração das patologias presentes na sociedade brasileira não possui um conteúdo propositivo sobre a identidade nacional, muito menos um interesse de recomposição das inúmeras identidades que foram negadas no decorrer do período colonial e imperial, de modo que a questão continua aberta.

A “geração de 1870” é responsável por uma ressignificação da concepção de povo. Podemos indicar uma ampliação com vistas a englobar os grupos ascendentes e um alargamento da esfera pública na medida em que os centros urbanos ganham maior importância (ALONSO, 2002, p. 297).

Vale destacar que a redefinição da concepção de povo a partir dos anos de 1870 ainda é caracterizada pelo critério elitista, a legislação eleitoral desempenhou um papel importante para a delimitação do povo no período imperial. A Lei dos Círculos de 1855, que sofreu alterações em 1860, estabelecia um grande número de votantes e um estreito círculo de eleitores, visto que inicialmente era formado um colégio eleitoral para a posterior eleição dos políticos. Na análise de José Murilo de Carvalho, tal mecanismo revelou sua faceta conservadora e restritiva, que indicou a baixa circulação de pessoas (inferior a 350) pelos cargos representativos e posições importantes no período imperial (1996, p. 112).

A votação indireta foi suprimida pela Lei Saraiva de 1881, que dispôs para o exercício do direito do voto, a condição de comprovação da renda líquida anual superior a 200\$000 (dezentos mil réis). Assim, se por um lado ampliou a base dos eleitores, por outro dificultou o acesso de grande parte da população ao exercício desse direito político, em função do critério censitário claramente excludente.

A crise do período imperial foi desenvolvida de forma impermeável à abertura das instituições para os homens livres, pobres, negros, alforriados, inviabilizando um sentido progressista da concepção republicana. Isto é, a política, mesmo em momento de crise, se caracterizou pela concepção conservadora e elitista.

Vale destacar que não havia um controle absoluto por parte das elites sobre os grupos

populares. A turbulência da época abriu espaços para manifestações de insatisfação popular que ganhariam dimensão a partir do federalismo no Rio Grande do Sul, o Contestado e da Guerra de Canudos, na Primeira República. A característica predominante, todavia, foi o afastamento do povo do cenário político.

E os juristas nesse contexto? Conforme acentuado pelos estudiosos, o bacharelismo liberal foi caracterizado, no período imperial, pela indiferença em relação às condições materiais, tratavam-se de grupos comprometidos com o status quo que se utilizavam do discurso jurídico num sentido retórico e conservador.

As inaugurações das Faculdades de Direito, na primeira metade do século XIX, ocorreram com o objetivo de criação de quadros para o Estado nacional. O ensino dos bacharéis foi desenvolvido a partir de uma ótica formalista, o liberalismo num contexto escravocrata e a circulação dos graduados pelos cargos importantes do Império deram o tom da cultura jurídica no Brasil do século XIX (WOLKMER, 2003, p.73-104).

A “geração de 1870” também foi responsável pela mudança nas perspectivas dos operadores do Direito. A influência do cientificismo e do positivismo alterou a perspectiva dos juristas que, a partir de então, conceberam a sociedade com um problema a ser resolvido. Nessa época ganhou importância o critério de utilitarismo social, as obras continham uma apresentação dos problemas nacionais e ao final deveriam propor mudanças, isto é, o valor da obra era reconhecido pelos projetos que o texto propunha (CAMPOS, 1998, p. 11).

Nesse período, difundiu-se a ideia de política científica, a partir da qual as relações sociais e institucionais, inclusive jurídicas, deveriam ser concebidas pela ciência como instrumento de organização social. Vale destacar que não se trata de um fenômeno brasileiro. Em vários países do mundo ocidental ficou caracterizada, nesse período, a transposição dos juristas eloquentes para os juristas cientistas. Essa revisão da cultura jurídica impunha uma nova concepção de Direito e do papel dos juristas na sociedade (PETIT, 2000).

Com a crise do Império, os juristas estavam defronte a grandes questões para a reorganização do Estado nacional no Brasil, haja vista a complexidade da Primeira República. Dessa maneira, essa pesquisa passará por uma restrição de análise a uma descendência do pensamento jurídico-brasileiro. Tal construção visa uma tentativa de aproximação do real a partir da formação, dos discursos e dos projetos de três juristas fortemente influenciados pelas questões equacionadas na “geração de 1870”. Conforme poderemos atestar, Sylvio Romero foi um jurista contemporâneo que estabeleceu bases de reflexões, análises e propostas que fizeram escola no pensamento jurídico brasileiro (SANTOS, 2008).³

³ O desenvolvimento a seguir, sobre a formação desses juristas, não é movido por nenhum interesse na história dos grandes homens, ou mitificação de seu legado, mas visa apresentar sucintamente a formação e elementos importantes de um ramo do pensamento jurídico na Primeira República, também destacaremos suas experiências políticas desses juristas e os respectivos cargos ocupados, como elementos chaves para a compreensão das propostas de modernização para o Brasil desenvolvida individualmente.

As principais perguntas norteadoras da análise serão as seguintes: A condição periférica está presente no pensamento do jurista selecionado? Como os problemas do Brasil são equacionados e quais as propostas apresentadas para as suas soluções? Por fim, como Silvio Romero equaciona o paradoxo moderno entre ordem jurídica e identidade nacional?

O acontecimento de 15 de novembro de 1889 desencadeou uma crise que repercutiu em guerras civis, golpes de estado, assassinatos políticos e seria minimamente controlada apenas dez anos depois⁴. Isto é, muitas questões estavam em aberto e o que nos interessa são as formas como o autor selecionado as equacionou, as respostas que apresentaram e os projetos propostos.

Trata-se de um período de reconstrução do Estado nacional não apenas no Brasil, mas também em muitos lugares do Ocidente. Podemos dizer que o nosso interesse está voltado para as respostas singulares apresentadas pelo autor em análise, num contexto periférico, para as questões universais dispostas pela ordem jurídica republicana, sobre, por exemplo, o povo, o contrato social, a identidade nacional, o pacto federativo, a democracia e a modernização.

SYLVIO ROMERO E A AURORA REPUBLICANA

Sylvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero nasceu no dia 21 de abril de 1851 em Lagarto – Sergipe, filho dos portugueses André Ramos Romero e Maria Joaquina Vasconcelos da Silveira, seu pai era comerciante. Na primeira infância morou no Engenho Moreira, numa epidemia de febre amarela perdeu a mãe, uma irmã e alguns escravos de estimação, posteriormente ia se referir com boas lembranças a esse período, pois segundo o autor nessa época começou sua curiosidade para entender o Brasil: “Tudo que sinto do povo brasileiro, todo meu brasileiro, todo meu nativismo, vem principalmente daí. Nunca mais pude arrancar d’alma, por mais que depois viesse a conhecer os defeitos de nossa gente, que são também meus defeitos” (1959, p.19).

Outro elemento da infância, marcante na personalidade de Sylvio Romero, foi sua relação com os irmãos mais velhos, caracterizada por brincadeiras violentas e maus tratos que o levaram a desenvolver a paciência, sofreguidão, desconfiança e, até mesmo, a resistência, elementos que o autor considerou como formadores de sua tendência aos estudos. Segundo Arno Wehling, trata-se de indícios explicativos da sua personalidade bipolar, caracterizada por sentimentos extremos de amor e ódio. Bons exemplos disso são a simpatia, quase veneração, desenvolvida no decorrer da vida por Tobias Barreto e rejeição e degradação em relação a Machado de Assis (1976, p. 17).

⁴ Com a instituição não-escrita da política dos governadores por Campos Sales (LESSA, 1999; CARVALHO, 1887, p. 32-34).

Aos doze anos mudou-se para o Rio de Janeiro e ingressou no Ateneu Fluminense. Em 1868 Sylvio Romero vai para o Recife e ingressa na Faculdade de Direito. Entre 1869 e 1873 o autor desenvolve uma crítica ao romantismo, destacando a importância dos estudos sobre o naturalismo e o caboclisto, nesse período também ocorre sua adesão ao movimento republicano.

Em 1871 aprofunda estudos sobre o caráter nacional, inaugurando uma fase que culminaria na obra *História da Literatura Brasileira* publicada em 1888, o trabalho fica caracterizado por estudos sobre o folclore, a literatura, contos populares e outras vertentes da cultura brasileira.

O período entre 1870 e 1914 é caracterizado pelo nacionalismo étnico-linguístico (HOBSBAWM, 2002, p.125-158). Nesse aspecto é interessante observar os estudos de Sylvio Romero sobre as vertentes da cultura brasileira, não como um capricho ou demonstração de erudição livresca, mas como um esforço intelectual para a identificação do caráter nacional brasileiro. Isto é, a literatura era considerada pelo autor como uma fonte para o conhecimento do país.

Um elemento que corrobora para essa afirmação é a concepção ampliada que Sylvio Romero tem da literatura. Por influência alemã, o autor concebe que o termo: “Compreende tôdas as manifestações da inteligência de um povo, economia, arte, criações populares, ciências... e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas belas letras, que afinal cifram-se quase exclusivamente na poesia” (ROMERO, 1949, p. 44).

As teorias científicas destacam-se como um dos elementos marcantes em sua formação, às quais o autor aderiu com convicção, compartilhando do que foi denominado de cientificismo.⁵ Por esse termo devemos conceber mais que a propagação das ciências, pois se trata do deslocamento das ciências para o âmbito das concepções de mundo, abarcando todas as esferas das relações humanas (WEHLING, 1976, p. 45-46).

A crítica ao romantismo e ao ecletismo⁶ desenvolvida por Sylvio Romero encontra respaldo na dimensão cientificismo. Entre as principais influências podemos destacar os seguintes autores e, resumidamente, apresentar alguns elementos influentes no pensamento do jurista sergipano. Augusto Comte (1798-1857) foi uma grande influência para toda a “geração de 1870” e, também, no pensamento romeriano,⁷ sobretudo pela negação da metafísica, pelo interesse nos estudos empíricos e no desenvolvimento do determinismo.

5 Tão importante quanto Sylvio Romero para a propagação do cientificismo no Brasil foi Capistrano de Abreu, pelo menos na sua primeira fase, que exerceu influência na formação de Francisco de Oliveira Vianna, jurista que será tratado nos próximos capítulos dessa pesquisa (WEHLING, 1976; ODALIA, 1997, p. 131).

6 Trata-se de um a corrente filosófica com larga influência no Brasil na virada do século XIX e XX, caracterizada por uma sobreposição da ação sobre a reflexão, da qual decorre a formação de um pensamento a partir de diferentes gêneros ou opiniões (CRUZ COSTA, 1967, p. 346; 417). O cientificismo presente em Romero se opunha a essa concepção mesclada de filosofia, ainda que não tenha conseguido superá-la por completo.

7 A utilização do termo romeriano indica as obras e reflexões de Sylvio Romero.

Trata-se de uma corrente que minorou a importância da especulação para o estudo de como a realidade surge, apresenta-se e se desenvolve (RIBEIRO, 1986, p. 16).

Outra influência foi Charles Darwin, que com a publicação de “A Origem das Espécies” (1859) expôs a teoria da evolução por seleção natural, incluindo a necessidade de competição entre as espécies e a inferioridade de certas raças. As principais características do darwinismo se encontram na possibilidade de melhoria racial como consequência de uma superioridade do tipo, como também na justificativa da extinção das espécies inferiores.⁸

O que vale assinalar dessa influência é a concepção da História desenvolvida por Sylvio Romero como uma luta na qual venceriam os mais aptos. Tal interpretação não foi restrita ao pensamento desse autor e ao Brasil, pois se trata de um conjunto de discursos conservadores que, no processo de independência das colônias e formação dos Estados nacionais na periferia do capitalismo, visavam à justificação da superioridade do centro, como elemento de imposição de concepções de vida e recomposição da ordem exploratória (SANTOS, 2002, p. 19-62; SCHWARCZ, 1993, p. 23-64).

No pensamento romeriano também destacamos a influência do Conde de Gobineau, segundo o qual as raças estavam fadadas à miscigenação. O autor ficou famoso, sobretudo, com a publicação do “Essai sur l’Inégalité des Races Humaines”, em quatro volumes (1853 a 1855).⁹

O francês defendia a superioridade da etnia branca e ao visitar o Brasil, também se pronunciou negativamente quanto ao futuro do país, em sua opinião composto por etnias inferiores, excetuando seu nobre interlocutor, D. Pedro II. Esses discursos trouxeram um grande mal-estar para a elite brasileira, comprometida com a organização do Estado nacional de um país marcado pela escravidão e formação colonial. Especificamente em relação a Sylvio Romero, além da desigualdade entre as raças, o jurista sergipano incorporou ao pensamento de Gobineau uma ampliação da ideia de miscigenação, que deveria englobar não apenas elementos étnicos, mas também culturais:

Enriquecendo a idéia de Gobineau, que a mistura racial é condição lamentável mas necessária de civilização, Silvio englobou também o aspecto cultural no termo mestiçagem, de maneira abranger a assimilação de bens culturais, a vasta mistura de usos, costumes, instituições, que ocorre incessantemente na formação do Brasil. Para ele, mestiçagem é racial e é também o que se chama hoje contato cultural, difusão cultural, aculturação (CÂNDIDO, 1978, XXI).

8 Essas colocações desenvolvidas nas ciências biológicas foram transpostas para os estudos sociais pelo seu primo, Francis Galton, que com a obra *Inquiries Into Human Faculty and its Development* (1883) desenvolveu sistematicamente uma teoria social de melhoria das raças. E, com isso, foi responsável pelo desenvolvimento da eugenia, que estabeleceu a utilização de todos os meios disponíveis para assegurar a sobrevivência das “raças mais dotadas” (JAPIASSU, 1991, p. 245).

9 Sobre a importância de Darwin, Gobineau, e outros, na formação do pensamento racial e suas relações com a organização dos Estados contemporâneos ver, por exemplo: ARENDT, 1990; HELLER, 1955, p. 164-174; SCHWARCZ, 1993; SANTOS, 2002.

Em 1876 Sylvio Romero sai de Recife rumo ao sudeste para ocupar o cargo de Juiz municipal em Parati, alojando-se em 1979 na capital carioca. Como professor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, o jurista destaca em um texto de 1912 a necessidade do aprofundamento dos seguintes autores para o estudo do Brasil: Hebert Spencer, Ammon e Lapouge e a escola social de Le Play (ROMERO, 2001, p. 229). Tal amplitude de influências dificulta a explanação sobre a sua obra, visto que não há uma separação nos níveis de especialização desenvolvidos pela academia posteriormente.¹⁰ Sua obra contém temas sobre cultura, etnografia, política e Direito, às vezes, em um mesmo texto.

Sobre as principais linhas do pensamento romeriano, vale a ressalva da sua crítica ao positivismo ortodoxo (WEHLING, 1976, p. 73), isso porque neste as sociedades evoluem de maneira uniforme nos estágios fetichista, teológico-metafísico e científico ou positivo, ao passo que a influência spenceriana em Sylvio Romero possibilita o reconhecimento do progresso de maneira matizada e com descompasso evolutivo.

A crítica ao positivismo ortodoxo possui grande importância para a compreensão de sua análise sobre o Brasil, como também em relação ao seu projeto de modernização. Esse aspecto foi tratado de forma mais detida na obra “Doutrina contra doutrina: evolucionismo e positivismo no Brasil” (1895), na qual Romero critica a concepção estanque de evolução dos positivistas, como também a sua apresentação como a única filosofia, de cunho também religioso, em condições de emancipar a sociedade:

Nem o budhismo, nem o brahmanismo, nem o mosaismo, nem o mahometismo, nem o christianismo foram jamais doutrinas feitas de um só jacto, de uma só peça, nem se estenderam em qualquer época sobre a humanidade inteira. Queremos dizer que, além de não terem sido jamais doutrinas universaes, não tiveram ellas próprias, cada uma de per si, sempre e sempre, um só e determinado aspecto. Cada uma d’essas religiões obedeceu também á lei do desenvolvimento, passando por fases diversas até chegar a constituição definitiva de seus respectivos dogmas (ROMERO, 1895, p. 22)¹¹.

Além da crítica ao positivismo ortodoxo, as influências de Ammon e Lapouge são fundamentais para as análises que desenvolvemos, sobretudo, em função da perspectiva antropológica que enfatiza os elementos étnicos como predominantes nas análises do jurista recifense.

Conforme poderemos perceber, em Sylvio Romero a questão étnica ocupa um espaço central no equacionamento dos problemas do Brasil, haja vista a miscigenação decorrente da presença indígena e da escravidão moderna na formação do povo brasileiro. Em texto de 1911, ele escreveu:

10 Especialização desenvolvida pela academia, especificamente, a partir da década de 30.

11 No presente trabalho todos os textos de época tiveram mantida a redação original.

A antropossociologia de Ammon e Lapouge serve, principalmente, para mostrar a persistência e a importância do fator étnico (maxime num país onde se tem dado o cruzamento de três raças diversas), habilitando-nos para tomar determinadas medidas na educação popular (ROMERO, 2001, p. 231).

Num texto de 1906, “A Escola de Le Play no Brasil”, como também em “As Zonas Sociais e a Situação do Povo” do mesmo ano, Sylvio Romero expõe a influência de Le Play no desenvolvimento de suas análises, pensamento que enfatiza a importância do meio físico e social na formação do homem e da sociedade. Nesses textos o autor aponta várias linhas de pesquisa, que deveriam ser desenvolvidas para o conhecimento da realidade brasileira e, a partir disso, divide o território brasileiro em treze regiões, com destaque posterior para as diversas culturas de cada uma (ROMERO, 1906, p. 53-55).

Junto com Tobias Barreto, o autor foi uma referência da Escola do Recife, sendo um dos mais aguerridos defensores das concepções científicas, inclusive em relação ao Direito moderno: “A partir de Romero, o direito ganha um estatuto diferente no Brasil. Passa a combinar com antropologia, se elege como ‘sciencia’ nos moldes deterministas da época e se dá o direito de falar e determinar os destinos e os problemas da nação” (SCHWARCZ, 2004, p.155).

Nessa pluralidade de influências, o cientificismo não é perpassado pela especialização, pelo contrário, nas análises desenvolvidas pelo autor o meio social, as instituições jurídicas, a História, a Literatura, a Biologia se interpenetram no estudo do país. A partir da utilização das metodologias científicas, Sylvio Romero busca identificar o caráter nacional, a universalidade da ciência tem como foco a especificidade do Brasil. O aprofundamento do cientificismo foi denominado, posteriormente, de metodologia objetiva (VIANNA, 1955, p. 477-493), caracterizada pela intenção de conhecimento da realidade do Brasil, como ela se desenvolveu, apresentou-se e quais suas tendências futuras.

Tal metodologia teve em Sylvio Romero um dos seus principais precursores.¹² Segundo Arno Wheling esse método não é descoberta de Sylvio Romero, visto que este se encontra presente em suas influências, destacadamente em Herbert Spencer. Ocorre, todavia, que a partir de tal pressuposto o sergipano desencadeia uma argumentação minoritária na “geração de 1870”, que irá ganhar dimensão nas gerações posteriores. Trata-se da consciência modernizadora que busca compreender o Brasil para propor caminhos para sua modernização. Se no período imperial podemos assinalar uma tendência ao conservadorismo, a crise do regime proporciona o desenvolvimento de ideias de modernização (WEHLING, 1976, p. 79).

¹² Vale destacar que a metodologia objectivista não foi exclusiva a Sylvio Romero, Alberto Torres e Oliveira Vianna, por exemplo, o positivista Pedro Lessa também se utilizava de tal método.

O equacionamento de um projeto de modernização adequado ao país passava, necessariamente, pelo estudo da realidade. Sylvio Romero afirmou que o Brasil era um país em formação e a partir da concepção do povo brasileiro, composto por três raças, o jurista desenvolve suas análises na busca do caráter nacional. No período entre 1870-1880 o autor enfatizou que o Brasil tinha um Estado, mas não uma nação, a ausência de nação decorria da apatia do povo brasileiro sobre as questões do Estado:

Ao observador competente não escaparão a pouca aptidão e o nenhum gosto de nosso povo pela gestão direta e hábil de seus negócios. Tal o motivo capital da pasmosa decadência de todas as instituições populares, que foram transplantadas para o Brasil, onde ainda não se aclimaram, como sejam o júri, o sistema representativo, as câmaras municipais, as assembleias provinciais (ROMERO, 1949, p. 30).

Na opinião de Sylvio Romero, que foi amigo de Louis de Couty, o Brasil não tem povo. Essa afirmação foi um elemento de justificação para um sem número de críticas que ele desenvolveu contra instituições liberais inseridas no Brasil, sem a devida adequação à realidade do país. Nesse sentido, o autor se opunha à grande naturalização que estava em debate no final do período imperial, pois em sua opinião não era possível formar, em um dia e por decreto, elementos de identidade nacional que os países desenvolvidos haviam demorado séculos para constituir.

Em acordo com as teorias raciais que propagavam a desigualdade entre as raças, destacadamente a inferioridade dos negros e dos índios, o autor tinha uma visão negativa do brasileiro, caracterizado pelo desequilíbrio, queixoso, mais contemplativo do que pensador e mais lírico que científico (LEITE, 1976, p. 190-193).

Fiel a Gobineau, o jurista sergipano dispunha que a miscigenação era inexorável para o país. Ainda que a concepção de povo estivesse em formação, o nacionalismo romeriano sempre se esforçava para indicar a possibilidade da constituição de um povo brasileiro, condizente com as necessidades de fortalecimento do Estado nacional.

Conforme dispusemos anteriormente, o período em que Sylvio Romero escreve é caracterizado pelo nacionalismo étnico-linguístico de modo que as análises etnográficas ocuparam um espaço central na sua pesquisa sobre a formação de um povo no Brasil. Resumidamente, podemos expor seus posicionamentos em 1888 quanto aos estudos étnicos e suas relações com o povo brasileiro da seguinte forma:

- O povo brasileiro não corresponde a uma raça determinada e única;
- É um povo que representa uma fusão; é um povo mestiçado;
- Esta característica é verdadeira, quer em relação à herança colonial, índios e negros, ou ao futuro, com a chegada de italianos e alemães pela imigração;
- O elemento branco tende a predominar com a internação e o desaparecimento

progressivo do índio, com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração europeia;

- Comparando o Norte e o Sul do país, nota-se um desequilíbrio, que vai tendo conseqüências econômicas e políticas: ao passo que o Norte tem sido erroneamente afastado da imigração, esta vai crescendo no Sul, aumentando as diferenças entre essas regiões já existentes em função do clima;
- O meio de trazer o equilíbrio seria distribuir a colonização regularmente e cuidadosamente por todas as zonas do país (ROMERO, 1949, p. 105).

Ainda que seja notória a adesão de Sylvio Romero às teorias raciais, vale destacar que o autor foi responsável pela valorização do negro na História do Brasil. Isto porque no romantismo oitocentista a identidade nacional foi vinculada ao mestiçamento entre o branco e o índio, como indica a obra “O Guarani” de José de Alencar. Sylvio Romero opôs a esse discurso a importância do negro na formação do povo brasileiro. Na sua busca étnico-lingüística pelo caráter nacional brasileiro, o autor se opunha com vigor aos estrangeirismos da capital carioca, inclusive em relação à ordem jurídica, que no seu entender estava fadada ao fracasso pelo vício crônico da importação indiferente à realidade brasileira.

O passado escravista e a condição colonial dificultavam a formação de uma harmonia no discurso de Sylvio Romero, pois se por um lado buscava conhecer o Brasil a partir do cadinho entre as três raças, por outro se deparava com obstáculos decorrentes dessa formação histórica para o acesso do país à modernidade (SCHNEIDER, 2005, p. 127).

A predominância das atividades acadêmicas nas biografias de Sylvio Romero prejudica a análise de seu trabalho, no contexto da consolidação do capitalismo e refundação do Estado brasileiro no modelo republicano. A busca por uma racionalidade na sua obra, feita por inúmeros autores, indicou contradições que muitas vezes obstaram a percepção da complexidade do legado de um jurista comprometido com o fortalecimento do Estado nacional na periferia do capitalismo (LEITE, 1976, p. 184-193; CÂNDIDO, 1978, X).

Prova da impossibilidade de Sylvio Romero ser exclusivamente rotulado como um acadêmico é a quantidade de vezes que o jurista se aventurou em campanhas e gestões políticas: concorreu a uma vaga ao Senado Federal em 1890 e foi derrotado; para Deputado Federal em 1894, sendo também derrotado; repetiu a mesma candidatura e resultado em 1898; foi eleito Deputado Federal entre 1900 e 1902; e na tentativa de reeleição foi novamente derrotado, elementos indicadores de que o professor Sylvio Romero teve um significativo envolvimento com a política (SCHNEIDER, 2005, p. 113).

Expostos alguns elementos marcantes da formação intelectual de Sylvio Romero e considerando as premissas supracitadas, vale uma aproximação das opiniões do autor quanto aos debates ocorridos a partir de 1870. Sobre a república, o jurista escreveu:

Acho-a razoável e acertada, impondo-lhe apenas uma condição: não sonhemos a república de pura forma com suas manias igualitárias pelo modelo francês. Lutemos pela república que funde a liberdade e o desenvolvimento cultural da nação.

A este problema prende-se muito de perto o da federação, que alguns tentam erroneamente fazer desde já com a monarquia. Creio que mais cedo ou mais tarde este anelo político será levado a efeito, porque ele se tem alastrado amplamente entre o partido liberal e republicano (ROMERO, 1949, p. 28).

A partir da falta de uma nação, Sylvio Romero indica a impossibilidade de implantação da república formal e igualitária nos moldes franceses, seu nacionalismo étnico-lingüístico aponta a necessidade do desenvolvimento cultural para a fundação da nação.

Interessante observar que a condição supracitada expõe a impossibilidade de uma república igualitarista, convergente com as influências e reflexões romerianas sobre as diferenças étnicas, isto é, considerando que o caráter nacional é composto por três raças em condições distintas de desenvolvimento, o igualitarismo é um equívoco de importação na opinião do autor.

Sua adesão ao movimento republicano não impediu que fosse criterioso quanto à implantação do regime. A impossibilidade de reprodução de uma república francesa, como também o reconhecimento de que não existe república moderna sem nação fazem parte do rol dos critérios que se desenvolveriam em críticas no decorrer da obra do autor. Em texto de 1888, escrito poucos dias após a abolição da escravidão, Sylvio Romero expõe as principais questões da época:

[...] pela face política, federalismo, república e organização municipal; pela face econômica, o velho e temeroso problema da emancipação dos escravos está substituído por três outros: o aproveitamento da força produtora do proletariado, a organização do trabalho em geral, a boa distribuição da propriedade territorial, pelo lado social: colonização estrangeira, grande naturalização, reforma do ensino teórico e técnico (ROMERO, 1949, p. 22).

Conforme podemos perceber não são poucas as questões colocadas por Sylvio Romero. O autor havia chegado à capital em 1879 e acompanhava de perto o movimento abolicionista e a derrocada do regime imperial, posicionando-se, todavia, como estrangeiro na ebulição política carioca. Exemplos disso são as ressalvas em relação ao papel dos abolicionistas no fim da escravidão. No texto supracitado o autor comenta a abolição e desenvolve críticas contra a fama que os abolicionistas ganharam como heróis do movimento, ressaltando a importância dos negros para o fim do regime escravocrata:

E seja logo o meu primeiro assunto, a raça negra foi liberta porque o merecia, a quem libertou foi principalmente o povo brasileiro. Não foi S. Alteza, a regente, como dizem os monarquistas; não foi o Sr. João Alfredo, como dizem os pretendentes; não foi o Sr. Joaquim Nabuco, como dizem os liberais; não foi o Sr. José do Patrocínio, como dizem os democratas; não foi o Sr. Dantas, como dizem os despeitados... Não foi nada disto, a coisa vem um pouco de mais

longe (ROMERO, 1959, p. 30).

Segundo o autor, existiam três caminhos para a escravidão no Brasil: a manutenção do *status quo ante*, a abolição gradual ou a imediata. Se a primeira alternativa se revelava difícil, em relação à última Sylvio Romero aponta a imprudência da supressão repentina do sistema produtivo do país e aproveita para desenvolver mais uma crítica ao movimento abolicionista da capital, que lhe parecia leviano ao debater questões de tal complexidade em matinês e jantares. O autor propunha uma solução de emancipação autônoma e popular, com os seguintes argumentos:

A solução que preguei, a que dei o nome de emancipação autônoma e popular, foi a única que se pôs em prática. Nada de deixar dependendo do governo geral uma questão de caráter social e econômico, disse eu. E acrescentava que o indivíduo, a família, o município, a província fôssem libertando os seus escravos, os nossos irmãos de côr, ao que eram impelidos, além de motivos morais, pelo fato do escravo começar já então a ser um trambólho, uma desvantagem diante do trabalho livre (ROMERO, 1949, p. 27).

O debate sobre o pacto federativo também fez parte das reflexões de Romero. A forma da distribuição de terras e formação dos grandes latifúndios criara um sistema no qual os grandes proprietários rurais detinham bastante poder, por outro lado a centralização jurídica-política do regime imperial possibilitou a manutenção da unidade nacional por um acordo de alijamento do povo no cenário político. Na derrocada do império, o debate sobre o pacto federativo constituir-se-ia numa das principais questões do período republicano. Os militares propunham a organização da nação de “cima para baixo”, por outro lado os liberais defendiam, num primeiro momento, a implantação de um regime no qual o Estado não interviesse em questões econômicas (REIS, 1988, p. 193).

O que estava na pauta, sobretudo, era a manutenção da unidade de um país com imensa extensão territorial, necessitando equacionar governabilidade com os interesses regionais dos grandes proprietários de terras. Em que pese a frase positivista da bandeira nacional, o resultado institucional é favorável aos liberais, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, é fortemente influenciada pelo federalismo norte-americano (KUGELMAS, 1980, p. 57).

O posicionamento de Sylvio Romero sobre esse debate é cauteloso, divergindo do federalismo radical e da soberania dupla, manifestando-se da seguinte maneira: “Sou ectário da república unitária, livre, autônoma, compatível com a boa e vasta descentralização administrativa e econômica e compatível também com a unidade política, espiritual e étnica do país” (ROMERO, 1888, p. 28).

A questão da centralização do poder tinha repercussões tanto em relação ao federalismo como também em relação ao tipo de regime proposto, se presidencialista ou

parlamentarista. Com os primeiros anos da república, a turbulência das duas ditaduras militares e a instabilidade institucional depois de 1889, Sylvio Romero se manifestou sobre esse debate de forma mais sistemática.

Em um conjunto de cartas encaminhadas em 1893 ao Conselheiro Rui Barbosa, defensor do modelo norte-americano, o jurista recifense expõe seus posicionamentos quanto ao tipo de regime mais adequado para o Brasil, desenvolvendo nessas correspondências suas primeiras críticas ao modelo liberal e presidencialista da Constituição Federal de 1891.

Sylvio Romero aponta um total de 12 (doze) vícios crônicos do presidencialismo, sobre os quais apresentamos os principais argumentos de forma resumida. O autor indica a facilidade do presidencialismo de se transformar em militarismo, com tendência para sua manutenção indefinida, apresentando como exemplo os dois presidentes militares dos primeiros anos da República brasileira. Posteriormente, Sylvio Romero indica que o presidencialismo é uma espécie de ditadura, destacadamente nos povos latino-americanos, para os quais a lei não é um limite de obediência, sendo desconsiderada pelo mais fútil motivo e decaído o regime no mais inepto dos governos:

Partindo da ilusão do perpétuo sustentáculo das gentes militares, supondo ingenuamente poder viver no ar, sustentando nas pontas das baionetas e nas bocas dos canhões, creditando infantilmente poder viver divorciado da nação, das classes operárias, das classes industriais, das classes conservadoras, caindo em disparatada crença de ser praticável operação de reduzir um povo inteiro à seleção de um só grupo, um só grêmio, reduzindo a esfera do governo a uma região asfixiante, onde falta o ar, consumido pelo pneumatismo específico que lhe é inerente, o regime presidencial, por vícios intrínsecos e por achaques de origem, é inábil, ineficaz, impraticável para fundar no Brasil uma república democrática, livre, que a todos possa abrigar, que a todos chame à colaboração da grande obra de nossa regeneração (ROMERO, 1976, p. 13).

O interesse pela realidade objetiva brasileira leva Sylvio Romero à consideração dos recentes acontecimentos políticos e a diferença entre o movimento republicano e a instabilidade jurídico-política pós-1889 redimensionam suas análises institucionais. Na opinião do autor, o presidencialismo possui pouca maleabilidade, necessária ao jogo político nas democracias contemporâneas, convertendo-se em um ambiente propício a revoluções e instabilidades. Sylvio Romero aponta, como exemplo, as lutas na República da Argentina, no México, no Peru, na Bolívia, considerando pertinente uma ação preventiva do Estado brasileiro para evitar conflitos e guerras civis.

Outro problema do presidencialismo é a diminuição do poder do legislativo, que indicaria o desprestígio da concepção moderna de representatividade, na medida em que sua principal instituição revelar-se-ia enfraquecida. Como consequência, a ausência do debate parlamentar diminuiria o nível reflexivo das questões jurídicas-políticas, possibilitando o exercício abusivo do poder pelo executivo.

O autor faz uma recomposição do problema moderno entre as concepções plebiscitárias e a necessidade de governabilidade, e desenvolve críticas àqueles que defendem a centralização do poder como condição fundamental para a organização do Estado, na medida em que tais argumentos expõem o povo como incompetente e justifica o exercício do poder por um número restrito de pessoas, em 1893 escreveu:

Em nome do progresso humano, indefinido nas suas aspirações, em nome da validade crescente da democracia contemporânea, protestamos contra essa sobrevivência da fase do absolutismo régio e aristocrático. Esquecem-se aqueles doutores do patriciado (é o nome novo da aristocracia do dinheiro) que não existem viciados sem viciadores, e que estes não estão por certo senão no grêmio dos poderosos, dos grandes, dos privilegiados, dos patricios, que se aparelham para arrancar ao povo uma carta de perpétuo mando (ROMERO, 1976, p. 25).

Tal formação centralizada do poder, característica do presidencialismo, compõem-se na sua perspectiva em ambiente propício para práticas de corrupção, haja vista a separação e distanciamento do povo. Distintamente dos vícios do militarismo e do ditatorialismo, a corrupção não suspende as liberdades civis, mina, por outro lado, as finanças do Estado e enfraquece a legitimidade do regime. Concluindo esse resumo, vale destacar que o jurista sergipano aponta o presidencialismo como inimigo da democracia liberal, pois está atrelado à influência positivista da Constituição Federal de 1891. Na sua opinião, os seguidores de Comte são demasiadamente sistemáticos, sem interesse pelas questões do povo e isolados em utopias, sendo perigosos à democracia liberal em função de suas propostas ditatoriais.¹³

O que vale destacar nessas cartas enviadas a Rui Barbosa são as críticas que Sylvio Romero começa a desenvolver contra a república liberal constituída em 1891. A importância da Carta Constitucional, o alijamento e falta de interesse do povo para o exercício da cidadania, as descon siderações cotidianas da ordem jurídica por governantes e governados, o militarismo e a tendência à formação de estados de exceção são, entre outras, as críticas desenvolvidas por Sylvio Romero a partir de suas análises sobre os caóticos anos da Primeira República.

Com o passar dos anos ocorre um aprofundamento das críticas nos discursos de Sylvio Romero. Em texto de 1906 sobre a morte do sociólogo francês Edmond Demolins, o jurista analisa a formação do povo brasileiro levando em consideração o meio físico, a sociedade e as instituições. O autor divide o país por zonas sociais, caracterizando a formação dos grupos e as respectivas culturas desenvolvidas em cada região, o tipo de colonização, a condição periférica na formação do povo brasileiro, como elementos componentes de

13 Em "Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo no Brasil", o autor escreveu o seguinte sobre a ditadura positivista: "Na política, quando a evolução se faz clara e fatalmente no sentido da democracia, elles exconjuram essa tendência, a começar pelo próprio nome. D'ahi essa aspiração de uma ditadura, que possa escolher o seu sucessor, que nas suas mãos tenha o legislativo e o executivo, que possa fazer e baptisar, segundo a phrase popular" (ROMERO, 1891, p. 101).

uma sociedade comurária¹⁴, com traços absolutistas, instável e desorganizada.

Em outro texto também de 1906, “As zonas sociais e a situação do povo”, a escravidão é arrolada como motivo do afrouxamento e inibição da cultura do trabalho no país, sendo que a abolição não foi suficiente para o desenvolvimento do empreendedorismo das nações desenvolvidas:

Nós brasileiros do extremo norte ao extremo sul, desde as fronteiras das Guianas e da Venezuela e Colômbia até os limites com o Estado Oriental do Uruguai, formamos, em rigor, uma coleção de verdadeiros clãs de espécies várias, nos quais os indivíduos não possuem a mais leve sombra de iniciativa e espírito organicamente empreendedor. As tendências comurárias dos povos que nos formaram agravaram-se consideravelmente na estrutura na nova sociedade (ROMERO, 2001, p. 57-58).

O principal paradigma de Sylvio Romero de sociedade particularista são os Estados Unidos da América, onde os grupos se caracterizam pelo respeito à lei, o federalismo, o exercício da cidadania, constituição de uma opinião e de uma esfera pública. Com a instituição de uma Constituição liberal em 1891 em um país de formação comurária o resultado foi desastroso: o familismo, o empreguismo, a falta de iniciativa, a dependência do Estado, a pobreza, a instabilidade institucional são apenas alguns exemplos que Sylvio Romero aponta sobre os problemas brasileiros. Em um texto de 1908, “Nosso Maior Mal”, o autor expõe aquilo que a seu ver é o principal equívoco do Brasil, qual seja, a pretensão da nação ser aquilo que não é realmente:

Nosso maior mal, disse, é não termos a consciência positiva do que realmente somos e, muito em vez disso, dar-mos a nossos próprios olhos uma superioridade, uma grandeza, um poderio, um progresso, uma cultura, um adiantamento, uns predicados quasi sem par por ali além entre as demais nações (ROMERO, 1910, p. 105).

A crítica romeriana não é contra o liberalismo, mas sim a sua importação sem a devida consideração do contexto brasileiro, que deveria ser desenvolvida na equação das questões etnográficas, físicas e sociais.

Um autor que exerceu grande fascínio sobre Sylvio Romero foi Euclides da Cunha, pela metodologia utilizada no estudo do Brasil. Apesar de ser engenheiro, o autor de “Os Sertões” estabeleceu uma das principais críticas ao liberalismo que influenciou amplamente o debate político durante toda a Primeira República.

A composição do clássico que narrou a epopéia de Canudos se demonstrou um dos

14 Os termos comurárias e particularistas o autor recepciona do sociólogo francês Edmond Demolins: “O primeiro grupo compreende as diversas variedades que buscam resolver o problema da existência, apoiando-se na coletividade, a comunhão, quer da família, quer da tribo, seja do clã, seja do estado: são as Sociedades de formação comurária. O segundo grupo compreende as diversas variedades que procuram resolver o problema da existência, apoiando-se unicamente na energia individual, na iniciativa, na atividade, no esforço privado: são as Sociedades de formação particularista.” (DEMOLINS apud ROMERO, 2001/1895, p. 70-71)

mais completos exemplos do método objetivista. A descrição do meio físico, as características etnográficas dos sertanejos e o movimento liderado por Antonio Conselheiro fascinaram o jurista sergipano, que no discurso de recepção a Euclides da Cunha, na Academia Brasileira de Letras em 1906, expôs sua admiração, retomando no discurso a ausência de povo no Brasil (ROMERO, 2001, p. 90).

Em outro texto escrito em 1910, em que aprofunda a crítica ao liberalismo e expõe a consciência da condição periférica do Estado brasileiro, “O Brasil na Primeira Metade do Século XX”, o autor problematiza a Revolta da Chibata como consequência da formação de uma esquadra num povo sem consciência de organização militar. Nesse texto expõe ainda as encruzilhadas do imperialismo, propondo uma aproximação junto à Doutrina Monroe norte-americana. O autor enumera como principais problemas do Brasil, decorrentes do desconhecimento da índole do povo, os seguintes:

- Desconsideração da antinomia entre o Brasil Legal e o Brasil Real;
- Indiferença dos intelectuais diante da realidade brasileira;
- Ilusão brasileira de equidade em relação aos povos desenvolvidos;
- Considerar como políticos, problemas que têm constituição étnica (ROMERO, 2001, p. 109).

Em relação à ordem jurídica, as manifestações do autor estão presentes em vários textos, indicando o erro de importação do modelo norte-americano para o país e atrelando as crises da Primeira República como consequência disso, seja pelo fortalecimento das oligarquias, ou pela desconsideração da legalidade. Em texto de 1908, “Realidade e Ilusões”, o autor escreveu:

As leis e constituições ficam no papel como múmias e na prática estalam e esboram-se. O parlamentarismo imperial acabou numa espécie de ofício de máquina pneumática. Laborava no vácuo. É que o instituto estava acima de nosso estado real de civilização. Pior ainda é o que em vinte anos tem acontecido no regime federativo. Ponha cada um a mão na consciência e diga a verdade toda ao país (ROMERO, 1910, p.186).

Em relação às críticas ao liberalismo é importante notar que são desenvolvidas a partir das frustrações com a República no Brasil, ainda assim é possível denominar como liberal a sua tendência, seja pela proposta de não intervenção do Estado na abolição, pela defesa do parlamentarismo, pelas reclamações da falta de observância da legalidade no Brasil, como também pela recorrência de indicar a ausência de povo, no sentido liberal do termo, no país.

Ocorre que o resultado dos estudos de Sylvio Romero sobre o caráter nacional não é, necessariamente, positivo. O autor tem uma conclusão negativa quanto ao povo brasileiro

e vincula os problemas da nação à inferioridade da sua constituição étnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi desenvolvida no campo da História do Direito com o objetivo de registrar e organizar de forma mais fidedigna como intelectuais com formação jurídica equacionaram demandas típicas de uma organização contemporânea de Estado e Sociedade, em um contexto de país periférico com passado escravocrata.

Como resultados é possível assinalar que a condição periférica é uma constante no trabalho do autor estudado, muitas das suas críticas não são ao Estado Liberal, mas sim à sua inserção no contexto brasileiro. Entre os maiores males do país, segundo Silvio Romero, estava a constituição do seu povo, demasiadamente miscigenado, diagnóstico que mais uma vez registra o contexto periférico nas suas elaborações. Como um homem envolvido em um contexto cientificista e de modernização, o mesmo também apresenta soluções para as diagnoses reconhecidas, entre elas a busca pela cultura nacional, ideias de embranquecimento do povo brasileiro e superação do passado escravocrata e colonial.

Certamente, Silvio Romero compartilha concepções de mundo de muitos da sua época, sendo relevante evitar-se o anacronismo na pesquisa e compreensão da sua obra. A saber, a mesma apresenta sim traços que hoje são identificados como racistas, pois de fato o são, mas não se poderia identificar na figura dele o único propagador e, muito menos, o responsável original por tais conjecturas.

Se devemos ter cuidado em não julgar de forma peremptória os autores, desconsiderando os contextos nos quais se encontram inseridos, isso não pode ser impeditivo para reconhecer que os autores passam, mas muitas das suas ideias e concepções registradas e compartilhadas ficam.

Particularmente em relação às temáticas da identidade nacional e a necessidade de um povo para o Brasil em um sentido contemporâneo, a pesquisa conclui que as bases de uma concepção restritiva de nação, elitista de povo e refratária a ampliações mais inclusivas encontra no advento da república, e do autor estudado, uma fonte fértil de influências e construções.

Assim, os esforços de pesquisa sobre esses autores podem se apresentar como úteis para compreendermos a profundidade dos sentidos comuns desenvolvidos sobre a organização do Estado e da Sociedade no Brasil, restritiva quanto a identidade nacional e refratária às possíveis incorporações de partes da população brasileira como condição fundamental para a superação dessa tradição.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BONAVIDES, Paulo. ANDRADE, Paes de. **História constitucional do Brasil**. 5. ed. Brasília: OAB, 2004.

CAMPOS, Cynthia Machado. **O Imaginário nacionalista em Silvio Romero**: a questão do contestado. In: Revista de Ciências Humanas. Florianópolis: v. 16, n. 23, p. 11-34, abr. 1998.

CANDIDO, Antônio. **Silvio Romero**: teoria crítica e história literária. São Paulo: EDUSP, 1978.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ/RelumeDumará, 1996.

HOBSBAWM, Eric. J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOBSBAWM, Eric. J.; RANGER, Terence. **A Invenção das tradições**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo II: O Brasil Monárquico. Vol 1º: O Progresso De Emancipação. Livro Segundo: O movimento de independência. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

PINTO, Ricarco M. **Silvio Romero**: contribuições à formação do pensamento racial no Brasil (1870-1914). Dissertação de História. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

REIS, Elisa Pereira. O estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. **Estudos Históricos/CPDOC**. Rio de Janeiro: vol. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

ROMERO, Nelson. **Silvio Romero**: trechos escolhidos. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1959.

ROMERO, Sylvio. **A imigração e o futuro da raça portuguesa no Brasil**. Capital Federal: Casa da Moeda, 1891.

ROMERO, Sylvio. **Presidencialismo e parlamentarismo**. Brasília: Senado Federal, 1979 – 1. ed. 1893.

ROMERO, Sylvio. **Doutrina contra doutrina**: o evolucionismo e o positivismo no Brasil. 2. ed. Livraria Clássica de Alves & C: Rio de Janeiro, 1895.

ROMERO, Sylvio. **Ensaio de filosofia do direito**. São Paulo: Landy, 2001 – 1. ed 1895.

ROMERO, Sylvio. **História da literatura brasileira**. Tomo Primeiro. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949 – 1. ed. 1888.

ROMERO, Sylvio. **A pátria portuguesa: o território e a raça**. Lisboa: Teixeira, 1906.

ROMERO, Sylvio. **Provocações de debates: contribuições para o estudo do Brazil social**. Porto: Chardron, 1910.

ROMERO, Sylvio. **A união do Paraná e Santa Catarina: O Estado do Iguassú – Extractos de uma série de artigos publicados no jornal A época da Capital Federal, em novembro de 1912**. Nichteroy: Salestiana, 1916.

SANTOS, Samuel Martins dos. **Paradoxo da Primeira República no Brasil: entre a ordem jurídica e a identidade nacional** Curitiba: Juruá, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

WEHLING, Arno. **Silvio Romero e a consciência modernizadora no Brasil: pressupostos, análises e rumos**. Livre-docência. São Paulo: USP, 1979.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

TRADIÇÃO *VERSUS* MODERNIDADE: O CONFLITO ENTRE OS OFÍCIOS CAMARÁRIOS E A INTENDÊNCIA-GERAL DA POLÍCIA NA GÊNESE DO ESTADO DO BRASIL

Thiago Enes

Resumo: A conformação e a consolidação dos Estados Nacionais modernos implicaram no desenvolvimento de um programa político mais racionalizado, de inspiração iluminista. Ao longo do século XVIII as monarquias europeias levaram a termo uma renovada e abrangente noção de segurança pública, e o desenvolvimento da chamada ciência de polícia (*Polizeiwissenschaft*) garantiu a própria viabilidade administrativa de tais reinos. Além de vigiar e punir, as novas corporações passaram a gozar de importantes e alargadas atribuições, que incluíam questões de ordem econômica, de higiene e saúde, inseridas sob o genérico conceito cameralista de “felicidade pública”, pressupostos basilares de um direito cada vez mais científico. Em princípios do século XIX essa nova forma de governar se refletiu na criação da Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, instituição que – a exemplo de sua homóloga em Lisboa – se prestava ao progresso e desenvolvimento do Rio de Janeiro, elevado à condição de corte real do luso império. Entretanto, a ação de burocratas cada vez mais especializados tendeu a substituir a atuação dispersa de vários funcionários locais, e o aparelho administrativo tradicional, que repousava nas mãos da Câmara Municipal foi sendo exautorado de suas atribuições e autoridades, o que gerou imensos choques e conflitos administrativos. Através da análise de documentação primária salvaguardada no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro o presente artigo se presta a analisar os conturbados momentos iniciais da Intendência-Geral e os seus antagonismos com as instituições locais, divergências que resultaram em grandes prejuízos à população.

Palavras-chave: Intendência-Geral da Polícia; Câmara Municipal; Estado do Brasil; administração.

Resumen: La conformación y la consolidación de los Estados Nacionales modernos implicaron en el desarrollo de un programa político más racionalizado, de inspiración ilustrada. A lo largo del siglo XVIII, las monarquías europeas llevaron a cabo una renovada y amplia noción de seguridad pública, y el desarrollo de la llamada ciencia policial (*Polizeiwissenschaft*) garantizó la propia viabilidad administrativa de dichos reinos. Además de vigilar y castigar, las nuevas corporaciones empezaron a detener importantes y amplias atribuciones, que incluían cuestiones económicas, sanitarias y de salud, insertados bajo el concepto genérico cameralista de “felicidad pública”, presupuestos básicos de un derecho cada vez más científico. A principios del siglo XIX, esta nueva forma de gobernar se reflejó en la creación de la Intendencia-Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, institución que – como su homóloga de Lisboa – se prestó al progreso y desarrollo de Río de Janeiro, elevado a la categoría de corte real del imperio portugués. Sin embargo, la acción de burócratas cada vez más especializados fue reemplazando la representación dispersa de varios funcionarios locales, y el aparato administrativo tradicional, que descansaba en las manos de la Câmara Municipal, fue despojado de sus atribuciones y autoridades, lo que generaba inmensos sobresaltos y conflictos administrativos. A través del análisis de la documentación primaria resguardada en el Archivo General de la

Ciudad de Río de Janeiro, este artículo pretende analizar los conflictivos momentos iniciales de la Intendência-Geral y sus antagonismos con las instituciones locales, divergencias que resultaron en gran perjuicio para la población.

Palabras-clave: *Intendência-Geral da Polícia; Câmara Municipal; Estado de Brasil; administración.*

AS ORIGENS DO “ESTADO DE POLÍCIA”

Os alvares setecentistas irromperam no horizonte das sociedades europeias brindando-as com um período tão interessante quanto incerto. Acostumados a vivenciar e encenar os ritos e as hierarquias típicas do Antigo Regime, os principais reinos do velho continente bateram às portas da nova centúria tendo suas glórias e brilhos sombreados pelas incertezas daquele que parecia se desenhar como um novo e estranho tempo, cobrindo as tradicionais instituições monárquicas com um pesado véu de incessantes inquietações. Ao longo do século XVIII a coroa britânica diminuiu as autonomias dispensadas às suas treze colônias em solo americano. O aumento das taxações e das proibições, atendendo ao cada vez mais voraz ímpeto protecionista de salvaguardar os produtos ingleses e suas exportações constituíram-se razões inequívocas que fizeram crescer, gradualmente, a insatisfação popular. Em 1763, findada a guerra dos sete anos¹, a pauperização da Inglaterra tornou-se um fardo pesado demais para ser suportado pelos colonos alocados na outra margem atlântica. Revoltosos, eles abriram-se em conflitos armados contra o rei George III e reivindicaram, finalmente, a independência dos Estados Unidos da América.

Se a coroa britânica teve de lidar com tais intempéries, ao cruzarmos o canal da Mancha a situação da monarquia também não era das mais venturosas. Erguido durante os áureos domínios do “Rei Sol”, no majestoso palácio de Versalhes, o alarido festivo de nababescos jantares e faustosos convescotes cortesãos conseguiu, durante muito tempo, abafar os clamores mais inflamados vindos do populacho. Bem distantes dos jardins geométricos do paço, há muito que os súditos do rei da França erguiam suas vozes contra a fome e as injustiças de que eram vítimas. Famélicos e com suas vestes rotas, bradavam entre os becos sujos e as ruas mal iluminadas de uma Paris onde proliferavam tanto os ratos quanto a delinquência urbana.

Muito embora tenha sido o próprio Luís XIV o responsável por promulgar, em 1667, o instituto policial da capital francesa, alçando Gabriel Nicolas de la Reynie (1625-1709) ao proeminente cargo de “*lieutenant de police*”², foram os vacilantes desafios do

1 A Guerra dos Sete Anos foi, na verdade, uma série de conflitos que ocorreram entre 1756 e 1763, durante o reinado de Luís XV, entre a França, a monarquia de Habsburgo e seus aliados, de um lado, e a Inglaterra, Portugal, o reino da Prússia e o Eleitorado de Hanôver, de outro.

2 Bastante influenciada pelo teórico e tratadista Nicolas de La Mare (1639-1723) – por vezes designado Nicolas Delamare

século XVIII os verdadeiros responsáveis por engrandecer enormemente a instituição. A necessidade cada vez maior de vigiar e punir dos vários núcleos urbanos em desenvolvimento fizeram florescer, um pouco por toda a Europa, as chamadas ciências de polícia (*Polizeiwissenschaft*), que iam ao encontro das modernizações do aparato administrativo e judicial, ao mesmo tempo em que as noções advindas do cameralismo³ de vertente alemã se disseminavam muito além das fronteiras do reino da Prússia.⁴

Teorias absolutistas como as formuladas por Jean Bodin (1530-1596) e aprimoradas por Jacques Bossuet (1627-1704) já não gozavam do mesmo respaldo dos tempos medievais.⁵ Para além de senhor da graça e da justiça, os príncipes da Idade Moderna passaram a assumir desígnios cada vez mais claros e objetivos voltados às sociedades que governavam, traçando os melhores ordenamentos possíveis com vistas a otimizar as condições materiais da atividade produtiva (SUBTIL, 1993, p. 161). Assim, as manifestações de um incipiente programa político racionalizado, mais esclarecido, guiado pelos primeiros raios do iluminismo, tendo o desenvolvimento coletivo e a prosperidade econômica como mote, encontraram na transformação da segurança e nas ciências de polícia o seu motor e viabilidade. Apesar da expressão *polizei* ter sido frequentemente utilizada em textos jurídicos editados pelos reinos germânicos desde, pelo menos, a segunda metade do século XV (LABORIET, 2011, p. 11), segundo as precauções metodológicas de Michel Foucault (2008, p. 421), a polícia representaria, desde a sua criação o “conjunto de meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado”.

– a polícia da cidade de Paris foi instituída ainda durante o reinado de Luís XIV. Gabriel Nicolas de la Reynie foi, portanto, o primeiro “tenente” de polícia, cargo que tinha como objetivo criar um poder autônomo que pudesse velar pelo bom andamento da cidade, independente de pressões políticas. O primeiro edital de polícia foi elaborado por Jean-Baptiste Colbert (1619-1683), proeminente político francês que atuou fortemente ao lado de Luís XIV, ocupando o posto de ministro de estado e da economia do reino (MARE, 1705).

3 O conceito de cameralismo não tem definição simples e tem sido objeto de alguma controvérsia, conforme demonstram os trabalhos de Keith Tribe (1984, p. 263-284; 1988, p. 35-54) e Andre Wakefield (2009) que abordaram a sua formulação entre os séculos XVIII e XX. Em linhas gerais, o termo *kammer* ou *cammer* é derivado do latim e designa geralmente os aposentos do príncipe ou os seus domínios, surgindo de forma mais frequente nas fontes nos finais do século XV. Definia-se como um espaço cortesão, eminentemente político, diferenciando-se das esferas eclesiásticas. Progressivamente este termo alargou-se e passou a designar os funcionários do Estado, que podiam ou não ser especialistas em questões econômicas e financeiras. Desta forma, os tratados científicos ofereciam ao Estado novos meios de governar, correspondendo ainda a uma nova política de regulação econômica que incluía planificação da colonização, organização do ensino, regulação do urbanismo, fomento das artes e das ciências. Para Michel Foucault (2008), o cameralismo simbolizou a “superproblematização da polícia” alemã e através dele verificou-se um desenvolvimento não só teórico, mas também prático bastante intensificado do que deveria ser a polícia enquanto mecanismo de crescimento do Estado (GAMA, 2016, p. 181).

4 A Prússia (*Königreich Preußen*) foi um reino de 1701 a 1918 e, a partir de 1871, o principal Estado-membro do Império Alemão, compreendendo quase dois terços da sua área. Seu nome originou-se do território do Ducado da Prússia, muito embora sua base de poder tenha sido a região de Brandemburgo.

5 Fundada pelas concepções balizadas pelo cesaropapismo bizantino, o direito divino dos reis tratava-se de doutrina político-religiosa segundo a qual o poder relegado aos monarcas teria como fundamento a vontade expressa de Deus. Na França, a doutrina consolidou-se durante o Antigo Regime animada, sobretudo, pela influência calvinista de Jean Bodin. Entretanto, foi na Inglaterra protestante, regida por Jaime IV da Escócia e I da Inglaterra que a teoria encontrou grande ressonância, aplicação e fundamentação teológica e jurídico-política. A partir de 1662, tendo a controvérsia com os protestantes no horizonte, Jacques Bossuet foi nomeado para pregar para os membros da corte do rei Luís XIV, e a teoria passou, então, a ser celebrada como legítima de ser exercida por governos legalmente formados. O monarca gozaria de uma autoridade inata e sagrada, e as ponderações em contrário deveriam ser consideradas como crimes de lesa-majestade.

Vicent Milliot firmou-se como um dos estudiosos que melhor informa sobre a literatura e a jurisprudência acerca desse “estado de polícia” (SCHIERA, 1998) – que, aos poucos, foi se constituindo por toda Europa – bem como da sua prática cotidiana durante o século XVIII, especialmente para o caso francês, a quem coube realizar mais atualizada revisão da trajetória da historiografia da polícia. Caberia, portanto, tomar de empréstimo uma síntese do conceito. A crermos em Milliot (2008), esta seria a “ciência da administração geral do Estado” no sentido cameralista do termo, e tinha como objetivo regular a vida em sociedade, o que incluía a manutenção da ordem moral e pública e a mobilização das populações a favor do desenvolvimento dos reinos e, por conseguinte, do aumento do poder das monarquias (ou Estados), algo primordial especialmente num momento em que o próprio instituto monárquico era posto à prova. Corporizaria uma nova ordem política, um novo paradigma administrativo que se proporia submeter o governo aos princípios do “interesse público” e da “satisfação das populações”, princípios enunciados pela ciência de polícia (BÉRLIÈRE, 2011).⁶

Previstas desde o seu diploma de criação, as funções policiais abarcavam a promoção da abundância e do bem comum, o controle das desordens e a assistência aos pobres e desvalidos com o fito de buscar a erradicação da mendicância e da vadiagem, ligando-se intimamente ao desenvolvimento da vida urbana e sua regulamentação (FOUCAULT, 2008, p. 452-455; MILLIOT, 2003, p. 57-80). Além do seu tradicional atributo de vigilância e punição, a nova polícia ganhava maiores e mais importantes funções, que incluíam questões de ordem econômica, de higiene e de saúde, inseridas sob o alargado conceito de “felicidade pública”, pressupostos de um direito cada vez mais racionalizado e científico (ALVES, 2014, p. 20-40).⁷

Na península ibérica é mais ou menos assente a premissa de que o chamado estado de polícia teria se manifestado, um tanto forçosamente, em razão das reformas empreendidas na cidade de Lisboa (após o grande terremoto seguido de incêndio que a destruiu em 1755), coordenadas por Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário quisto em alta conta pelo rei d. José I.⁸ Instituída por Alvará régio de 25 de junho de 1760 a Intendência-Geral

6 Em 1783 o próprio Diogo Inácio de Pina Manique, intendente-geral da polícia afirmava num aviso aos provedores das comarcas do norte que “sendo o aumento da população um dos objetivos mais interessantes, e próprios de uma bem regulada Polícia por consistirem as forças e riquezas de um estado na multidão dos habitantes”. Aviso de Diogo Inácio de Pina Manique. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Intendência Geral da Polícia, maço 453 (SUBTIL, 2020, p. 18).

7 Especialmente para o caso português, António Manuel Hespanha (1970, p. 69-100) afirma que o século XVIII foi profícuo em promulgar um conjunto de leis – a exemplo da Lei da Boa Razão, de agosto de 1769 – que objetivaram debelar irregularidades verificadas nos assentos do direito subsidiário, fixando normas em relação à validade dos costumes. Esta seria uma importante viragem na ciência jurídica que inaugurava o primado do rei e da razão das fontes do direito, e buscava estabelecer a certeza na práxis judicante, fomentando uma tentativa de tornas a norma legislativa mais sólida e fácil de interpretar – algo caro à algumas correntes do direito neste período – nomeadamente a jusracionalista, que ligava-se àquilo que Hespanha chamou de “cientificização” do direito (MARCOS, 2005; SILVA, 2011, p. 407).

8 Subtil (2020, p. 18) afirma que ainda que com diversas nuances, teriam se manifestado até os princípios das discussões liberais, acompanhado a nova ciência que se alastrava pela Europa e que reunia as tecnologias de controle social.

da Polícia da Corte e do Reino, ainda que sob a tutela da Secretaria de Estado dos Negócios Interiores e do Reino, alçou os intendentess-gerais à precípua condição de magistrados dos mais poderosos, concedendo-lhes atribuições de chefia de polícia e segurança pública cuja jurisdição – ainda que virtual, dadas as dimensões territoriais – recaía sobre todo o Portugal, tornando-os uma espécie de ministros da polícia, tal como havia na França.

O século XVIII caracterizou-se, portanto, como o momento inicial de uma importante reforma da justiça levada a cabo pela coroa.⁹ Para além de proporcionar uma mutação nas políticas penais em Portugal, a monarquia almejava aumentar a eficácia da justiça ao afirmar-se como “centro único do poder e da ordenação social, esvaziando os centros políticos periféricos e pondo, com isto, fim à constituição política da monarquia pluralista”, como quer António Manuel Hespanha (1993a, p. 251-252; 1993b). Especialmente no caso português, tais conceitos estiveram consubstanciados em práticas marcadamente interventivas, traduzindo-se em novas formas de governar que incidiram em várias esferas sociais “disciplinando os corpos, as almas e os bens, criando normas, procedimentos e orientações através da via administrativa sem recurso aos tribunais”, tal como nos informa José Subtil (2007, p. 209-236).

No correr dos setecentos, inúmeros oficiais regularmente nomeados pelos poderes locais para o exercício de funções bastante tradicionais e consolidadas começaram a ser preteridos, ignorados pelo poder central ou esvaziados em suas principais atribuições. Tal fenômeno ocorreu não apenas na Câmara de Lisboa, mas disseminou-se pelas edilidades adjacentes.¹⁰ O instituto policial passou a se interpor na esfera de atuação de meirinhos, quadrilheiros, almotacés, juizes de vintena, fiscais e outros ofícios diversos.¹¹ Além da prevenção e repressão da delinquência criminal, superintendência do controle da população móvel e de estrangeiros e da fiscalização dos corregedores e ministros criminais, ainda foram acrescidas as atribuições de proteção da pessoa do soberano e de sua real família, a vigilância quanto a ação de possíveis espíões e o combate às ideias liberais, muitas delas

9 Reforma esta que envolveu, basicamente, cinco áreas distintas, sendo a criação da Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Reino em 1760, e a publicação da Lei da Boa Razão em 1769, como citado. Considere-se, ainda, a reforma dos estudos jurídicos na Universidade de Coimbra realizada em 1772, a criação da Junta do Novo Código, em 1778 e, finalmente, a reforma da organização judiciária em 1790 (HESPANHA, 1993a, p. 322).

10 Estima-se que as alterações administrativas proporcionadas pelo terremoto que se abateu sobre Portugal continental tenham servido de um novo paradigma para os poderes locais, e que a Câmara de Lisboa, mesmo com suas imensas especificidades, por sua grande centralidade na gestão do império português exerceu uma espécie de pressão centrífuga, que se disseminou, ao longo dos séculos XVIII e XIX para as demais localidades, que também implementaram mudanças no desenho organizacional e exautoraram alguns de seus tradicionais oficiais de funções voltadas para administração cidadina.

11 Em grossas linhas, os meirinhos eram os magistrados encarregados de diligências policiais e fiscalizavam a aplicação da justiça nas terras senhoriais, algo equivalente aos atuais oficiais de diligência. Normalmente os meirinhos recebiam apenas emolumentos, mas ainda havia o meirinho-mor, designação que aplicou-se a cada um dos magistrados que representava o rei e superintendia na justiça e na administração local das comarcas portuguesas (SALGADO, 1985; MAGALHÃES, 1986). Os quadrilheiros (ou fiscais de quarteirão) também estavam diretamente envolvidos na manutenção da ordem pública e no patrulhamento urbano e, originalmente, o termo “quadrilha” era representava um grupo de quatro homens que acompanhavam o pretor de Roma (antiga) nas suas rondas pela cidade (HESPANHA, 2004, p. 169-176; COTTA, 2005, p. 1-29). Já os juizes de vintena eram eleitos pelas Câmaras Municipais, normalmente, na proporção de um para cada vinte vizinhos, com competência para julgar questões de pequeno valor e, segundo Maria do Carmo Pires (2005) acabavam por ser os grandes representantes da justiça nas pequenas freguesias rurais.

consideradas altamente subversivas por, supostamente, terem incitado o cenário árido e avesso às tradicionais formas de autoridade real.

Subjacente aos franceses – convém amentar –, cuja revolução demonstrou peculiar hostilidade investida contra o próprio corpo sagrado do monarca (KANTOROWICZ, 1998; BLOCH, 1993), muito embora tal reino tenha sido uma espécie de precursor do instituto policial, colaborando enormemente para a ereção do seu edifício administrativo, jurídico e institucional, após a proclamação da primeira República, em setembro de 1792, ainda que a polícia e seu aparato repressivo tenham sido preservados, sua função precípua enquanto defensora e promotora da monarquia esvaziou-se de sentido. Situação diametralmente oposta verificou-se na península ibérica. Vaticinados contra os “terríveis equívocos” que deitaram ruína ao “sublime legado” do rei guilhotinado, Portugal e Espanha trataram de reforçar, através de suas forças policiais, a defesa da lei e da ordem, essenciais para a sobrevivência da própria monarquia.

Em fins do século XVIII a coroa espanhola já via despontar alguns movimentos que dali há poucos anos passariam a reclamar a independência dos seus territórios ultramarinos e questionar, em simultâneo, os princípios e as práticas do poder hereditário, bem como as hierarquias de *status*, cor, cultura, servidão involuntária e a posição subordinada da América no seio do império europeu. Exemplo ainda mais perturbador eram as intimidatórias notícias que chegavam da ilha de *Saint-Domingue* que, em 1791, vivendo uma “odiosa revolução” ocasionou não só a eliminação da escravidão, mas deu início a um “infame” governo formado por indivíduos de ascendência africana (JAMES, 1989). Era como se toda a civilização atlântica testemunhasse um momento crítico de sua história, marcado por um sentimento de igualdade ou, pelo menos, um profundo desconforto com a antiga situação formal assentada em cristalizada estratificação social (PALMER, 1959, p. 64). Engendrava-se, assim, uma cultura política atlântica revolucionária (HOBSBAWN, 2009).

Em Portugal, por iniciativa direta do intendente-geral, Diogo Inácio de Pina Manique (1733-1805)¹², a quem coube antecipar as decisões a fim de se evitar a contaminação insurgente que aflorava nas mentes e arrebatava corações vanguardistas, em 1780, foi criada a Real Casa Pia de Lisboa (NORTON, 2004; SANTOS, 2001), instituição voltada para integração e formação profissional de jovens pobres com atividades irregulares ou marginais e, em 1808, a Guarda Real da Polícia, força militarizada de segurança pública, que também permaneceu sob a vigilante tutela do intendente. Atestados os seus notórios

12 Formado em leis pela Universidade de Coimbra, Diogo Inácio de Pina Manique ocupou diversos cargos antes de ser designado como intendente-geral da polícia. Foi juiz do crime em diversos bairros de Lisboa, o que lhe serviu de arcabouço prático para aplicação normas teorizadas nas cátedras coimbrãs. Além disso, foi superintendente-geral de contrabandos e descaminhos, desembargador da Relação e Casa do Porto e dos agravos da Casa da Suplicação. Considerado homem da confiança de Sebastião José de Carvalho e Melo, é digna de nota a sua permanência nas funções administrativas após a ascensão de d. Maria I ao trono de Portugal em 1777. Após a sua nomeação para a Intendência, Pina Manique ainda acumulou as funções de contador da Fazenda e fiscal da Junta de Administração da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (FÉLIX, 1998; ABREU, 2013).

benefícios e eficiência voltada ao pleno desenvolvimento do reino, a Intendência-Geral de Lisboa somente seria extinta em maio de 1832.

Antes, porém, a avassaladora onda subversiva se fez presente nas plagas lusitanas, apesar do vigoroso empenho em contrário e das tentativas de resguardar a monarquia daqueles “impiedosos” tempos sediciosos. Em novembro de 1807, com o exército napoleônico em seus calcanhares, o príncipe regente d. João, sua venerável corte e vários funcionários da coroa abandonaram a sua “amada pátria” e içaram velas rumo à América numa verdadeira epopeia marítima que só terminou quase três meses depois. Pela primeira vez em trezentos anos a realeza portuguesa vislumbrava os seus domínios além-mar, e a estadia americana deu início a longos treze anos de ininterrupto exílio tropical (SANTOS, 1981; MALERBA, 2000; WILCKEN, 2005; O’NEIL, 2007).

A INTENDÊNCIA-GERAL DA POLÍCIA DA CORTE E DO ESTADO DO BRASIL

No dealbar do século XIX já se fazia patente a qualquer administrador com mínimo tino e juízo que as vantagens da chamada gestão de tipo intendencial eram efetivas, porque mais bem adaptadas aos “novos tempos”. A atuação centralizada em torno da figura do intendente-geral – que acabava por reunir atribuições tanto policiais quanto judiciais – parecia apresentar inegáveis benefícios sobre o tradicional governo sinodal (ou corporativo) que, aos poucos, deixou de ser realizado através das intromissões pessoais, informais ou demasiadamente pulverizadas entre vários e dispersos agentes. A alteração apontava para as novas tecnologias disciplinares, a começar pela instrumentalização política dos tribunais e conselhos postos a serviço da coroa, órgãos cujo modelo de decisão deixou de obedecer a critérios jurisdicionalistas para se fundar na vontade unipessoal dos secretários de Estado.¹³

Sob tal entendimento, não causa espanto a constatação de que a Intendência-Geral da Polícia, de forma quase natural e em moldes análogos aos da sua congênere lisboeta, foi a grande instada a orquestrar os hercúleos esforços devotados a transformar a cidade do Rio de Janeiro na nova corte real portuguesa. A instituição deveria responder aos numerosos anseios da monarquia em apuros que, a partir de então, não dispunha de alternativa outra que não reger seu vasto império atlântico a partir da América, numa extraordinária inversão das hierarquias políticas, econômicas e culturais que tinham guiado nada menos do que três séculos de expansão europeia (SCHULTZ, 2008, p. 45).¹⁴

¹³ De referir, entre os mais importantes, para além do intendente-geral da polícia, os superintendentes-gerais das Alfândegas (1766) um para o norte e outro para o sul (1766), superintendente do sal do Algarve (1765), inspector-geral para as fábricas do reino (1777), superintendentes dos lanifícios (1769) e superintendente-geral da Décima (SUBTIL, 2011, p. 45).

¹⁴ E como o ouro e os diamantes extraídos das Minas Gerais tinham alçado o Brasil literal e figurativamente à condição de joia maior da coroa portuguesa, os domínios orientais remanescentes acabaram por declinar. Assim, os lusitanos tiveram de

Muito anterior à transferência da corte, o Rio de Janeiro já ostentava consolidada posição como centro articulador do território centro-sul do continente e, até mesmo, do espaço aterritorial atlântico, conforme pontuaram vários analistas (BICALHO, 2013, SILVA, 2015; AZEVEDO, 2002).¹⁵ Entretanto, a presença da corte nos trópicos inaugurou, decididamente, um novo tempo. Eram capítulos inéditos não apenas para a monarquia lusitana, mas para a própria cidade, que teve seu espaço urbano alterado de forma substancial. Ainda que os governadores e vice-reis tenham, ao longo dos séculos, empreendido sucessivos esforços – e quase sempre com verbas reduzidas – para tornar o Rio de Janeiro menos insalubre, incrementando sua infraestrutura urbana através da realização de importantes obras nas áreas de saneamento, abastecimento e defesa, somente a presença da corte foi determinante a ponto de alterar o ritmo da vida que se levava às margens da Guanabara.

Às vésperas da chegada do príncipe regente o Rio ainda podia ser considerado uma cidade de pequeno porte e se dividia em quatro freguesias (Candelária, Santa Rita, São José e São Francisco Xavier). Contava com 75 logradouros, sendo 46 ruas, quatro travessas, seis becos e 19 campos ou largos. O limite extremo, em direção ao norte, era o Rossio Pequeno, hoje Praça Onze. Circundando-o achava-se o mangue, um dos muitos alagadiços que integravam o limite da cidade (CRULLS, 1952). Mesmo contando com alguns locais aprazíveis como o passeio público, via de regra, imperava a falta de asseio das ruas – nada muito diferente do que se via em Lisboa – e que deixava os viajantes estrangeiros particularmente incomodados.¹⁶ Os charcos de água parada e os braços imóveis da baía de Guanabara eram focos inesgotáveis de mosquitos. Pelas ruas e becos do centro da cidade as sujidades estavam por toda parte e atraíam cães, gatos, ratos, baratas e demais animais peçonhentos que causavam enfermidades.¹⁷

lidar com a mesma situação que Montesquieu atribuiu à Espanha. Segundo ele, os primeiros impérios modernos haviam se tornado tão esmagadoramente americanos que Madrid e Lisboa pareciam cada vez mais insignificantes. Corroborando a visão do barão de La Brède, d. Luís da Cunha (1662-1749), então embaixador em Paris e delegado nas negociações do tratado de Utrecht, em um memorando secreto enviado para Lisboa observou que enquanto o Brasil era virtualmente um continente, Portugal não passava de “uma orelha de terra” (CUNHA, 1930, p. 211-212). Propunha como solução para o problema a mudança da corte real para a América, onde d. João poderia arrogar-se o título de “imperador do Ocidente”, ainda mais quando corria-se o risco de se submeter a monarquia lusitana novamente aos domínios de um outro império, sendo preferível, portanto, a inversão de geografias e hierarquias no interior dos próprios domínios ultramarinos portugueses (SCHULTZ, 2008, p. 42-43; BICALHO, 2011; MAGALHÃES, 2004).

¹⁵ Segundo muitos estudos que se valeram do conceito de capitalidade proposto, sobretudo, por Giulio Argan (1964), desde os primórdios de sua ocupação a região do Rio de Janeiro demonstrava inata importância econômica (ainda que bastante atrelada à Europa). A posição litorânea e centro-meridional do Rio de Janeiro, proporcionou, a partir do século XVII, condições excepcionais de trânsito entre as possessões espanholas do estuário do rio da Prata e os enclaves negreiros na África, o que lhe conferiu uma dimensão atlântica, forjada, segundo Luiz Felipe de Alencastro (2000), pelo triângulo negreiro constituído por Luanda, Rio e Buenos Aires.

¹⁶ Testamento Político. Lisboa: Imprensa Régia, 1820. Castelo Branco Chaves (1989, p. 251) comenta sobre a falta de asseio da cidade de Lisboa durante o século XVIII e lembra que na Prússia, na Itália e mesmo em Paris, a sujeira das cidades seguia sendo uma constante. Logo, não se trata de discutir sobre qual a cidade potencialmente mais suja, mas lembrar que, de acordo com os estudos de Norbert Elias (1990), o processo civilizatório já ia longe em países como a França, por exemplo.

¹⁷ Num requerimento encaminhado ao Senado da Câmara, alguns moradores da “rua do lado e da Sé Nova” pediam a retirada de “imundices e a feitura de calçamento”, algo bastante comum mesmo após a transferência da corte. Ver: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (doravante abreviado AGCRJ) – Cód. 16-3-11. Requerimento enviado ao Senado da

Como ocorria por todo o reino, a Câmara Municipal empenhava o seu poder legiferante na confecção de vários códigos de etiqueta voltados à limpeza urbana,¹⁸ sem grandes sucessos. Os regulamentos concelhios eram frequentemente desrespeitados pois as instituições municipais ainda estavam longe de assumir o papel de prestadoras de serviço público nos moldes atuais, e a limpeza da cidade e o transporte de dejetos até os locais demarcados para despejo eram de exclusiva responsabilidade dos próprios moradores, já que nenhum dos ofícios municipais detinha o monopólio da limpeza urbana.¹⁹

A iluminação da cidade também constituía outra grande preocupação camarária pois, segundo um cronista atento, ao cair da noite, “a escuridão transformava-se em capa para os malfeitores” (DEL PRIORE, 2005, p. 55). Quando o sol se punha por detrás das elevações rochosas do Rio de Janeiro um cem número de larápios, bandoleiros, saltadores e facínoras lançavam-se nas ruas amedrontando os moradores. Os malfeitores, cujos delitos deveriam ser inibidos pelo reto exercício da autoridade policial, encontravam na penumbra noturna uma fértil oportunidade, dada a quase certeza de impunidade (FINA, 2018; VERDON, 2002). O cenário de elevadas tensões era coroado por uma sociedade escravista em que as relações sociais eram pautadas pela violência, permeando o *corpus* social de cima a baixo e dando a tônica da convivência cotidiana – por vezes bastante tumultuada – entre brancos proprietários, escravizados e libertos – estes últimos empobrecidos, em sua maioria (LARA, 1988). Do ponto de vista repressivo a equação parecia muito simples, linear. Quanto mais escravizados, mais violência, incidentes, desordens, rebeliões, fugas e a consequente formação de comunidades de fugitivos – os quilombos –, organizações marginalizadas e que se colocavam frontalmente contra a ordem portuguesa instaurada (AZEVEDO, 1987).

Muito mais do que conter a violência urbana e manter a cidade limpa e organizada, a preparação para receber a corte, com todos os seus rituais e representações de poder que lhe eram inerentes implicava que o Rio de Janeiro se abrisse ao mundo do progresso, assim como o seu porto abriu-se às nações amigas (CARDOSO, 2008). Seus moradores deveriam, a partir de então, fomentar a ilustração, cultuar bons hábitos e os refinamentos palacianos tipicamente europeus.²⁰ Tanto os oficiais da coroa quanto os residentes reconheciam que, como a transferência do centro do poder reinol enfraquecia as dicotomias tecidas entre os dois lados do Atlântico, subvertendo a lógica de centro e periferia, a transformação

Câmara do Rio de Janeiro de 15 de março de 1820, fls. 86-87.

18 Segundo Magnus Roberto de Mello Pereira (2005, p. 114) havia uma verdadeira “política excrementícia”, e os moradores ficavam obrigados a alertar os passantes gritando “água vai”, sempre que algum líquido fétido fosse atirado do interior dos edifícios para o meio da rua, situação verificada com frequência.

19 Muitos cativos de ganho ofertavam seus serviços de porta a porta, se oferecendo para o transporte de excrementos e lixo doméstico até o local indicado pelas autoridades ou, ainda, vendendo tonéis de água limpa, coletada nas fontes e chafarizes públicos (SILVA, 2012; MARQUES, 1988).

20 Convém lembrar, a título de exemplo, da fundação de instituições e academias de literatura que, ainda no século XVIII, foram responsáveis por desenvolver parte da intelectualidade e instituir certo academicismo em solo americano.

do Rio de Janeiro em corte real deveria envolver, necessariamente, uma marginalização da estética e das práticas que não conseguiam refletir essa mudança (SILVA, 2001). Nas palavras de Kirsten Schultz (2008b), tratava-se de um empreendimento que antecipava o paradoxo da América Latina pós-independência: não ser mais colônia significava adotar um projeto colonial, “civilizar-se”.²¹ E a implantação desse projeto civilizacional não se daria através da Câmara Municipal, tida com grandes reservas devido às suas “velhas e gastas” estruturas de administração urbana que remontavam à Idade Média, mas a partir do pulso firme e diligente da Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, única instituição capaz de adotar uma agenda de gestão urbana eficaz e condizente com àquilo que se experimentava nas principais cidades europeias.

A ação cada vez mais onisciente e resolutiva do intendente-geral passou a substituir as atividades dispersas e episódicas dos vários funcionários nomeados pela Câmara do Rio de Janeiro. As funções desses oficiais encontravam-se pulverizadas entre diversos agentes, e não raro suas esferas de atuação se chocavam e se interpunham mutuamente, incorrendo em conflitos de jurisdição e desgastando ainda mais o poder pouco incisivo da administração tradicional em dirimir conflitos e deliberar sobre as questões de ordem urbana.²² Ao menos era isso o que denunciavam – de forma renitente – os detratores das antigas instituições locais que, pouco a pouco, lançaram-se tenazes na defesa não apenas da Intendência-Geral, mas de todas as instâncias de administração centralizada chanceladas e patrocinadas, sobretudo, pelo incipiente discurso reformista de vertente liberal.²³ Desta forma, os citados almotacés, meirinhos, quadrilheiros e juizes de vintena nomeados pela Câmara foram sendo progressivamente exautorados de suas competências, e suas tradicionais atribuições passaram a ser salvaguardadas pelo amplo espectro absorvente e incorporador da Intendência-Geral da Polícia.

21 No afã da instauração de um “renovado sistema político”, durante a estadia de d. João no Rio de Janeiro foram concedidos mais títulos, honrarias, nomeações de alta patente no exército e cargos nas ordens militares e nos conselhos do governo do que no meio século precedente de domínio dos Bragança em Portugal, fazendo com que muitos dos residentes da cidade se integrassem na administração e pudessem desfrutar dos dividendos da expansão da burocracia real, bem como das concessões reais de terras. Segundo estimativas, desde a extinção da chamada união das coroas ibéricas em 1640, até o fim do terceiro quartel do século XVIII a dinastia de Bragança teria criado em Portugal 16 marqueses, 26 condes, 8 viscondes e 4 barões. Em contraposição, apenas nos seus primeiros 8 anos em solo americano o príncipe regente d. João teria sido especialmente dádivo, derramando fartamente mercês e graças sobre aqueles vassallos que puderam socorrê-lo na laboriosa tarefa de transladação da corte para o Rio de Janeiro. A lista de títulos nobiliárquicos teria incluído 28 novos marqueses, 8 condes, 16 viscondes e 20 barões, além de um extenso rol de comendas das instituições religiosas, militares e cavalaria como a Ordem de Cristo, Ordem de Santiago e São Bento de Avis. Nas palavras de Francisco José de Oliveira Viana as benesses obedeciam ao “coração generoso e ao imperativo das finanças” (MALERBA, 1999; MALERBA, 2006).

22 Numa consulta endereçada ao Senado da Câmara referente a uma possível abolição das taxas de viveres que se praticavam na cidade de Lisboa, ainda durante o século XVIII, o próprio Senado chegou a afirmar que “tem mostrado a experiência, que a taxa dos viveres que se vendem nessa cidade, e seu Termo, só é conveniente aos oficiais que servem na Casa da Almotaçaria, porque se utilizam da comodidade dos preços e recebem uma grande parte das condenações, que se fazem as pobres e humildes vendeiras de que lhes resulta um dano irreparável [...]”. Consulta do senado sobre a abolição das taxas de viveres que se praticam na cidade e seu termo de 06 de fevereiro de 1765. Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Histórico, Chancelaria Régia, Livro 14º de consultas, decretos e avisos de d. José I, fl. 61a.

23 Recorde-se que, segundo Arno e Maria José Wehling (2000, p. 148), “de antemão deve ser abandonada a ideia de que à administração colonial corresponde um organograma plenamente racional de carreiras, cargos e funções”.

A DISPUTA PELO PODER: OS ANTAGONISMOS ENTRE O ANTIGO E NOVO MODELO DE ADMINISTRAÇÃO

Não foram poucas as instituições que cruzaram o oceano juntamente com o príncipe regente. Foram duplicadas além-mar a Mesa do Desembargo do Paço,²⁴ a Casa de Suplicação,²⁵ o Real Erário²⁶ e a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.²⁷ Outras tantas foram estabelecidas no Rio de Janeiro logo após a chegada da corte, como a Imprensa Régia, a Real Biblioteca, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e o Banco Público.²⁸ Em conjunto, tais instituições facilitaram o exercício da justiça e do comércio, contribuíram para elevar o prestígio da cidade nos quadros imperial e europeu e criaram oportunidades sem precedentes para a execução do poder real na América, que anteriormente se deparava com claros limites.

Criada através de um Alvará com força de lei em 10 de maio de 1808²⁹ a Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil espelhava-se no modelo de sua homóloga, mas também se assemelhava à *Maréchaussée*³⁰ e a *Lieutenant Générale de Police* de Paris. Embora sua jurisdição se estendesse a todo o território americano, tal como ocorria em Lisboa, suas atenções permaneceram centradas principalmente na cidade do Rio de Janeiro e áreas circundantes. Já sua atuação esteve pautada, desde o princípio, em projetar uma imagem ideal e inequívoca não só do príncipe regente, mas de toda a monarquia, refletindo os intentos da coroa em implantar um ordenamento esclarecido, comprometido com o progresso do reino, cujo centro se encontrava, agora, alocado na América. A transformação do Rio de Janeiro em corte seria baseada no primeiro esforço sistemático

24 A Mesa do Desembargo do Paço era parte da estrutura do Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, órgão superior da administração judiciária que se instalou no Brasil com a vinda da corte portuguesa. Conforme registra o alvará de 12 de maio de 1808, o recém-criado tribunal encarregava-se dos negócios que, em Portugal, pertenciam a quatro secretarias: os tribunais da Mesa do Desembargo do Paço, da Mesa da Consciência e Ordens, do Conselho do Ultramar e da Chancelaria-Mor do Estado do Brasil.

25 A Casa de Suplicação do Brasil foi instituída pelo alvará de 10 de maio de 1808, por meio da transformação da Relação do Rio de Janeiro em tribunal superior de última instância, com a mesma alçada da Casa da Suplicação de Lisboa (SOUZA, 2021).

26 O Erário Régio, também chamado de Real Erário, Real Fazenda, Tesouro Público ou Tesouro Geral, foi criado no Brasil pelo decreto de 11 de março de 1808, com a nomeação de seu presidente, d. Fernando José de Portugal, que exerceu o cargo de ministro e secretário de Estado dos Negócios do Brasil e de ministro assistente do despacho do Real Gabinete (RIBEIRO, 2017).

27 A Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil e seus Domínios Ultramarinos foi estabelecida no Rio de Janeiro pelo Alvará de 23 de agosto de 1808 e teve como modelo a Junta do Comércio deste Reino e seus Domínios, criada em Portugal pelo decreto de 30 de setembro de 1755 (PEDREIRA, 1992; MADUREIRA, 1997; LOPES, 2009).

28 Trata-se do Banco do Brasil (também denominado “Banco Nacional”), conforme designação do seu alvará de instituição de 12 de outubro de 1808 (FRANCO, 1971; CARDOSO, 2010).

29 ALVARÁ, porque Vossa Alteza Real He Servido Crear no Estado do Brasil Hum Intendente Geral da Polícia, na forma acima declarada... de 10 de maio de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808.

30 A *maréchaussée* deu origem à *gendarmérie* (ou simplesmente guarda, força militar, encarregada da realização de funções de polícia) francesa. O marechal cavaleiro da *maréchaussée* foi colocado simbolicamente sob a autoridade administrativa da *gendarmérie*, o que explica porque, em 1791, a instituição foi renomeada de “*Gendarmerie nationale*”. LIVRO Oficial – *Maréchaussée et Gendarmerie: huit siècles d’histoire*. Paris: Editora do Musée de la Gendarmerie/ Hotel des Invalides, França (DELATTRE, 1879; GUIGOU, 2000).

para policiar crimes que constituíam “obstáculos à urbanidade e à cortesia”. Conforme fizeram ressoar alguns funcionários reais, esperava-se que a própria governança exibisse o decoro e a adequação “compatíveis com a residência de Sua Real Alteza nesta cidade”.³¹

Para cumprir com retidão todas as meritórias obrigações da instituição, implementando o almejado projeto de uma nova corte saneada e policiada, a coroa usou de toda prudência e tratou de designar alguém com as prerrogativas convenientes. Paulo Fernandes Viana, um nativo do Rio de Janeiro, herdeiro da tradicional família “Nascentes Pinto” – fundadora da Irmandade (e do Santuário) de Santa Rita de Cássia, uma das mais importantes da região – parecia reunir todos os predicados. Ao mesmo tempo em que era descendente direto de uma estirpe bem posicionada na América, gozava de bom trânsito em Portugal, sendo bem quisto pelos “grandes” que circulavam pelos corredores palacianos. Formado em leis pela Universidade de Coimbra, Viana seguiu carreira como magistrado, tendo ocupado os cargos de ouvidor-geral do crime, desembargador junto ao Desembargo do Paço e na Relação do Rio de Janeiro, além de intendente-geral do ouro.³² Era casado com d. Luísa Rosa da Costa Carneiro Leão, filha do destacado coronel Brás Carneiro Leão³³ e Ana Francisca Rosa Maciel da Costa, primeira e única baronesa de São Salvador de Campos, família considerada das mais abastadas da praça carioca em princípios do século XIX.³⁴

Agraciado com o privilégio de acompanhar a comitiva do príncipe regente durante a tormentosa transferência para a América, o novo intendente-geral iniciou seus trabalhos logo após o desembarque. Paulo Fernandes Viana passou a ser o grande responsável por coordenar a atuação de muitos funcionários da justiça local e a direcionar as suas ações, herdando atribuições que originalmente pertenciam à Câmara Municipal, sobretudo com relação à atividade policial, tendo para isso recebido ordens para representar o próprio rei em certas deliberações.

31 Carta do intendente-geral Paulo Fernandes Viana ao marquês de Aguiar, Fernando José de Portugal e Castro, ministro dos Negócios do reino de 6 de setembro de 1811. Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), Ministério dos Negócios do Brasil, cx. 6j78 (SCHULTZ, Kirsten. 2008b. p. 158).

32 Em 1750 a coroa portuguesa criou o cargo de intendente-geral do Ouro no Rio de Janeiro e na Bahia. O objetivo da instituição era combater o contrabando e a evasão fiscal da produção aurífera, tendo cada um deles um meirinho e um escrivão à sua disposição. Os intendentes acumulavam um dos cargos de inspetor nas mesas de inspeção da Bahia e do Rio de Janeiro e, ainda, no caso desde último o intendente-geral era também o juiz conservador do Hospital dos Lázaros, instituição de caridade que em priscas eras foi administrada pelos jesuítas.

33 Brás Carneiro Leão é considerado um dos maiores e mais influentes proprietários de terras e comerciantes de escravizados vindos da África em atuação na praça do Rio de Janeiro. Dono de uma invejável fortuna acumulada ao longo da vida, Carneiro Leão é comumente apontado como um dos mais importantes homens de negócio do mundo português, com projeção em todo o espaço Atlântico de fins do século XVIII e princípios do século XIX. Muito embora tenha falecido no mesmo ano em que a corte real aportou no Rio de Janeiro, a relação familiar tecida entre Paulo Fernandes Viana e Brás Carneiro Leão é representativa pois acabava por evidenciar que o primeiro assim designado intendente-geral da polícia do Rio de Janeiro gozava de intimidade com as elites, cultivando uma robusta rede de sociabilidade. Além disso, segundo Maria Beatriz Gomes Bellens Porto (2011, p. 21) tal vínculo familiar, na prática, se traduzia na possibilidade de Viana de levantar empréstimos com os herdeiros de Carneiro Leão para financiar a execução de obras públicas (GAMA, 1879; PIÑEIRO, 2003; CUNHA, 1969, p. 53).

34 Pais dos futuros conde de São Simão, marquesa da Cunha e Duquesa de Caxias.

Entretanto, a despeito dos seus árduos e probos desafios na construção de uma insuspeita nova sede para o luso império, a Intendência-Geral nascia sob o signo da concorrência. Replicava-se, nesse aspecto, o conturbado cenário vivido além-mar. No plano teórico seu amplo leque de atuação coincidia com atribuições de outros vários ofícios em funcionamento. Já no plano prático, tais entrecruzamentos e interferências acabavam por desaguar em sérios desalinhos institucionais, gerando relações muito mais dicotômicas do que dialéticas entre os diversos agentes do poder local.

De acordo com Marcos David Salem, a primeira organização policial do Rio de Janeiro data de 1566 com a nomeação de Francisco Fernandes para o cargo de alcaide-carcereiro por Estácio de Sá, fundador da cidade e primeiro governador-geral da Capitania (SALEM, 2007, p. 7-8). Repressivamente, também atuavam os quadrilheiros, cargo criado em Portugal em 1382, durante o reinado de d. Fernando I (1367-1383).³⁵ De certa forma, a transferência da corte acabou por imprimir à antiga administração concelhia uma dose de organização nunca antes vista em terras americanas, do que foi consequência inexorável o surgimento imediato da força policial institucionalizada. Referindo-se especificamente aos órgãos voltados ao patrulhamento urbano Jurandir Freire Costa aduz que, anterior a 1808 apresentava-se um quadro meramente “pseudopolicial” e que até o momento de criação da Intendência-Geral: “as autoridades policiais continuavam pulverizadas em chefes de quadrilheiros, alcaldes-mores e menores, capitães-mores de estrada e assaltos, todas com o legítimo direito de prender” (COSTA, 2004, p. 22).

Coexistiam ainda outras instituições policiais, paramilitares e militares, a saber: o exército regular, cuja guarnição se perfilava no Rio de Janeiro e constituía a tropa da 1ª linha, os terços auxiliares de milícias, tropas de 2ª linha, seguidos, finalmente, pelas ordenanças, que compunham as tropas de 3ª linha (SILVA, 1981, p. 11; CASTRO, 2004). Esse desenho institucional somente se modificou com o advento da figura do intendente-geral, do que advieram a consequente centralização da força repressiva e o fortalecimento da polícia propriamente dita, algo que Marcos Araguari de Abreu (2019, p. 41) observou como sendo o “início da burocratização das forças policiais no Brasil”.

Assim, acompanhando as muitas medidas voltadas ao incentivo do comércio, o exponencial desenvolvimento econômico dinamizado com a vinda da corte e o consequente aumento populacional, os desafios de se impor ordem à cidade do Rio de Janeiro só fizeram crescer ao longo do primeiro quartel do século XIX. Houve um substancial

³⁵ Embora se desconheça em que época surgiram os primeiros homens encarregados exclusivamente da segurança em Portugal, sabe-se que foi d. Fernando I quem, influenciado pelos ingleses introduziu na hoste portuguesa várias inovações, entre as quais a criação dos postos de condestável e de marechal. O condestável era a maior posição em termos hierárquicos e de honra. A ele incumbia a disciplina, a segurança e a administração. Competia-lhe, com o acordo do rei ou do senhor da hoste, nomear alguns quadrilheiros, com funções de polícia militar (COTTA, 2007, p. 1). Segundo Fortunato de Almeida (1989, p. 324-326) os quadrilheiros atuavam inicialmente como “polícia militar” e, a partir de 1383, perderam a característica militar e passaram a atuar no policiamento de vilas e cidades.

incremento do número de lojas, vendas e outros estabelecimentos, com os registros de sociedades comerciais feitos pela Câmara Municipal saltando de 599 em 1790 para 2.461 em 1822 (SALEM, 2007, p. 15-17). Quanto mais pontos comerciais e negociantes em atuação na praça do Rio de Janeiro, maiores as responsabilidades que recaíam sobre os oficiais da Câmara, sobretudo os almotacés, que continuavam os mesmos em número, sem qualquer alteração em seus provimentos, vendo-se diante de jurisdições que davam claros sinais de esgotamento. E os indicativos de falência institucional se agravariam ainda mais.

Na esteira do acentuado incremento populacional em 1818 o Rio de Janeiro viveu um período de desabastecimento de carnes verdes,³⁶ o que gerou pequenos protestos e “tumultos” de moradores que manifestavam seu desagrado com a escassez dos víveres.³⁷ O fato não era exatamente novo. Após um século XVIII marcado pelo abastecimento irregular,³⁸ em 1815 a cidade havia passado por maus momentos devido à falta de farinha e, naquele ano, os almotacés foram convenientemente “lembrados” de que deveriam “obedecer[em] às posturas”.³⁹ Com as carnes, no entanto, coube ao Senado⁴⁰ da Câmara adotar atitude mais enérgica, advertindo seus almotacés eleitos sobre a sua conveniência e responsabilidade na resolução da carestia que os castigava.⁴¹

Em 1820 foi a vez dos contratadores das carnes verdes enviarem uma reclamação formal endereçada à Sua Alteza Real contra as posturas dos almotacés da Câmara, acusados de obstar os negócios e prejudicar o já deficitário abastecimento do gênero.⁴² As alterações acaloraram-se a tal ponto que os contratadores entraram com uma representação coletiva no Senado da Câmara solicitando a intercessão de um juiz privativo, que deveria

36 Uma das mais antigas e importantes rendas administradas pelo poder local provinha da comercialização dos talhos, ou seja, a venda de carne dos açougues e matadouros públicos. O abastecimento e o comércio das chamadas carnes verdes ocupavam um lugar estratégico por se tratar de um produto que compunha a base da dieta da população. Ao analisar o caso do Rio de Janeiro, Maria de Fátima Gouvêa constatou que este era o ramo de abastecimento que mais entrelaçava grupos mercantis situados nas regiões fluminense, paulista, na Capitania mineira e até mesmo no Rio Grande, articulando uma complexa teia de interesses e outras atividades a ela relacionadas. Mais do que isso, esta foi, na verdade, área em torno da qual se pode observar, de forma mais intensa, a tessitura das disputas travadas entre a Câmara Municipal e os demais órgãos governativos (GOUVÊA, 2002, p. 135).

37 Segundo Edite Moraes da Costa (2017, p. 2) “as causas da escassez são quase sempre as mesmas – as distâncias, a longa e penosa travessia feita pelos animais, as estradas, os transportes, os impostos, os açambarcadores, os marchantes, o monopólio, a indiferença ou convivência do poder público”.

38 Às portas da última década do século XVIII o Rio de Janeiro vivia um quadro preocupante de desabastecimento, que foi abordado numa carta do Vice-Rei do Brasil, em agosto de 1798. Na missiva, o Senado da Câmara recebeu livre arbítrio para decidir as medidas que seriam melhor aplicadas à falta de mantimentos e solução da crise para o consumo da cidade. AGCRJ – Cód. 16-1-4. Carta registrada de 22 de agosto de 1788 (GOUVÊA, 2002, p. 114).

39 AGCRJ – Cód. 16-3-24. Ofício do Senado da Câmara do Rio de Janeiro sobre o abastecimento do trigo de 20 de fevereiro de 1815, fl. 177.

40 Tais ofícios eram compostos por um juiz-presidente, que podia tanto ser ordinário, se eleito localmente, quanto um juiz de fora, versado em leis e nomeado diretamente pelo rei, a julgar pela situação específica de cada região. Além do presidente, as Câmaras contavam com um procurador e de dois a quatro vereadores, número que variava conforme a população de cada localidade. Esses ofícios configuravam o que, efetivamente, se entendia por oficial camarário e, ao menos em tese, deveriam congregiar exclusivamente os chamados gentis-homens ou homens bons locais, compondo o Senado das Câmaras.

41 AGCRJ – Cód. 16-3-11. Ofício do juiz almotacé ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro de 18 de julho de 1818, fl. 05. Em outro ofício o Senado estipulou regras mais claras sobre a “forma como o gado é distribuído entre a cidade e Santa Cruz. AGCRJ – Cód. 16-3-12. Ofício do Senado da Câmara do Rio de Janeiro aos juizes almotacés de 14 de novembro de 1821, fl. 28.

42 AGCRJ – Cód. 16-3-11. Informação sobre queixa de contratador contra o almotacé de 19 de abril de 1820, fl. 88.

substituir os almotacés na fiscalização das normas dos contratos firmados e, consequentemente, na execução das possíveis penalidades.⁴³ Engrossando o coro contra as práticas da almotaçaria, naquele mesmo ano “os homens de armazéns” que atuavam na praia dos Mineiros levantaram-se contra as condenações dos mesmos almotacés e a questão, por fim, acabou por subir à instância da Intendência-Geral da Polícia,⁴⁴ sendo deliberada pelo próprio Paulo Fernandes Viana, a quem coube tomar a palavra final sobre o imbróglho.

Com as diuturnas reprimendas relativas ao funcionamento deficitário do comércio, a mácula na reputação dos juízes almotacés se agigantou, transbordando para as demais esferas sob sua jurisdição. Naquele mesmo ano de 1820 alguns moradores da região de Matacavalos se reuniram para solicitar providências à Câmara sobre a abertura de uma vala que, segundo os relatos, causava inúmeros transtornos aos transeuntes. Embora não se saiba exatamente o que teria motivado o embate, os moradores, os almotacés e o Senado da Câmara se viram mergulhados numa troca de farpas e acusações mútuas que postergavam a resolução do problema em via pública. A solução encontrada pelos camaristas (e diante do seu próprio envolvimento) foi, mais uma vez, encaminhar a diligência para a resolução da Intendência-Geral da Polícia, naquele momento instada de fato e de direito como fiel da balança.⁴⁵

Se antes o Senado da Câmara atuava como uma espécie de tribunal recursal, dispondo sobre as questões municipais e exercendo seu poder concelhio grandemente fundado na matriz lusitana de uma administração cujo ordenamento era – em larga medida – sinodal, após o advento da Intendência-Geral o que se viu foi o esvaziamento de parte do poder decisório desse órgão coletivo. O Senado acabou cedendo cada vez mais poderes aos vereditos monocráticos tomados por segmentos teoricamente melhor instruídos e especializados, que passaram a deter o controle sobre o governo da cidade. Assim, a chamada administração intencional solapava os poderes camarários desde os seus graus mais inferiores, representado por seus diversos agentes eletivos, até o nível do presidente do Senado, ocupação mais acimada e importante na hierarquia municipal.

Em 1821, um ofício remetido pelos almotacés ao Senado da Câmara dava conta de que os problemas com os negociantes de carnes verdes persistiam.⁴⁶ Os oficiais da Câmara reclamavam da enorme quantidade de fraudes verificadas nas medidas e pesos praticados nos mercados, o que gerava incalculáveis transtornos à população.⁴⁷ A resposta do Senado

43 AGCRJ – Cód. 16-3-11. Solicitação dos contratadores das carnes verdes remetida ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro de 19 de abril de 1820, fls. 88-91.

44 AGCRJ – Cód. 16-3-11. Requerimento enviado ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro de 02 de dezembro de 1820, fls. 100-101.

45 AGCRJ – Cód. 16-3-11. Requerimento dos moradores de Matacavalos ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro de 07 de fevereiro de 1820, fls. 95-96.

46 AGCRJ – Cód. 16-3-12. Reclamações remetidas ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro sobre abusos cometidos pelos juízes almotacés, p. 117.

47 AGCRJ – Cód. 16-3-12. Ofício do Senado da Câmara do Rio de Janeiro sobre as competências e atribuições dos

da Câmara acabou por evidenciar uma mudança de mentalidade que, naquela altura, já demonstrava menoscar os próprios oficiais nomeados pela municipalidade. Desde a Idade Média tanto os dignitários do trono quanto os governos municipais de norte a sul do império português travaram uma verdadeira guerra incessante contra os negociantes inescrupulosos e os chamados atravessadores⁴⁸, sempre vistos como abomináveis e ardilosos, inimigos do próprio conceito de *Res publica*, devendo por isso serem veementemente combatidos. Nesse episódio, porém, ao invés de culpar os vendedores desonestos por praticarem as fraudes que lesavam o consumidor, segundo o ofício encaminhado pelo Senado a origem das desavenças residiria no fato de que os almotacés “mudam de 3 em 3 meses, sendo facilmente iludidos”, além do fato de que “o almotacé da semana não informa direito ao da semana seguinte”.⁴⁹

Surpreende o fato de que, naquele momento, a própria Câmara Municipal já admitia – sem muitas reservas – que havia limites na prática de seus oficiais, e que as sucessivas nomeações e provimentos poderiam atuar em desfavor do requerido controle mais rígido e efetivo sobre o comércio praticado na cidade. Implicitamente a própria instituição também dava por aceite que a centralização das funções num único ofício, como a Intendência-Geral, poderia ser mais bem sucedida em coibir e punir tais infratores. Mesmo diante da iminência de ver seus poderes tolhidos, novamente, e diante de fatos quase incontestes, a Câmara acabava por assumir que uma alteração na forma de policiar os mercados seria não apenas plausível, mas recomendável.

Em outro ofício, também datado de 1821, além de reconhecer que em certas ocasiões os seus oficiais atuavam de forma negligente, reforçando que os infratores das disposições deveriam ser punidos nos rigores da lei, o Senado da Câmara também se resignava de que havia claros problemas de organização e comunicação entre esses diversos agentes. O mesmo ofício determinava que “se registre tudo e se faça relatório todo sábado” para que assim se possa “imputar a falta do [não] cumprimento [das ordens]”.⁵⁰ De fato, a administração através da abundante produção de registros escritos foi outra característica do trabalho racionalizado que a Intendência-Geral da Polícia tentava implementar. Paulo Fernandes Viana publicou editais, expediu alvarás, baixou decretos, proclamou diretrizes e estatuiu um cem número de leis, ordens e mandados que além de tornar públicas as ações restritivas e punitivas perpetradas pelo órgão sob seu comando serviam para que se tivesse amplo domínio das informações reunidas numa única instância, com grande

almotacés de 14 de julho de 1821, fl. 07.

⁴⁸ Negociantes que “atravessavam” mercadorias, ou seja, adentravam às vilas e cidades com produtos, normalmente gêneros alimentícios, sem arcar com os devidos impostos que eram recolhidos ao erário municipal, de gerência das Câmaras.

⁴⁹ AGCRJ – Cód. 16-3-12. Ofício dos almotacés ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro de 14 de julho de 1821, fls. 07-08.

⁵⁰ AGCRJ – Cód. 16-3-12. Ofício do Senado da Câmara do Rio de Janeiro ao escrivão da almoçaria de 14 de novembro de 1821, fl. 27.

poder decisório.

A instituição assumiu tantas funções que anteriormente pertenciam à Câmara, produzindo documentação tão profusa – fruto das novas concepções administrativas centralizadas – que os registros dos tradicionais ofícios camarários praticamente desapareceram. Almotacés, alcaides, meirinhos, quadrilheiros, juízes dos bairros e outros cargos passaram a deter funções praticamente executivas, sem deliberar grandes árbitros, cumprindo ordens e determinações promulgadas por alçadas superiores e instituições que orbitavam à Intendência-Geral. Com o desgaste cada vez maior da administração tradicional, o intendente Viana passou a atuar como uma espécie de ministro da segurança pública, controlando todos os órgãos policiais, inclusive os ouvidores gerais, os alcaides maiores e menores, corregedores, inquiridores, meirinhos e, ainda, capitães de estrada e assaltos.

À guisa de conclusão, cumpre salientar, por um lado, que além de reunir predicados de outras instituições que já atuavam no Rio de Janeiro, o intendente-geral também passou a reunir poderes legislativos, executivos e judiciários, uma vez que podia deliberar sobre quais comportamentos seriam efetivamente considerados crimes, punir os referidos desvios, prender e fiscalizar a execução das sentenças. O próprio decreto real que criou a Intendência-Geral concedia à polícia a autoridade judicial para julgar delitos menores. Por outro lado, porém, ainda que a polícia se mantivesse intimamente ligada à justiça, o novo instituto colocou-se num plano de atuação distinto da justiça contenciosa e, assim, delineava-se uma lenta separação entre os domínios político e administrativo que se consumaria na criação de instituições vocacionadas para promover “não só a ordem e tranquilidade pública, mas também a prosperidade do Estado”, dando vazão ao sonho imperial de ordem que marcou o nascedouro do Império do Brasil em princípios do século XIX.

REFERÊNCIAS

ABREU, Laurinda. **Pina Manique**: um reformador no Portugal das Luzes. Lisboa: Gradiva, 2013.

ABREU, Marcos Araguari de. **Da Intendência às polícias**: uma genealogia do modelo policial brasileiro. Tese (doutorado em história). Foz do Iguaçu: Unioeste, 2019.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Fortunato de. Organização político-administrativa portuguesa dos séculos XVII e XVIII. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). **Poder e Instituições políticas na Europa de Antigo Regime**. Coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. p. 324-326.

ALVES, Sílvia. **Punir e humanizar**: o direito penal setecentista. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

ARGAN, Giulio C. **L'Europe des capitales**. Genebra: Albert Skiras, 1964.

AZEVEDO, André Nunes. A capitalidade do Rio de Janeiro: um exercício de reflexão histórica. In: **Rio de Janeiro: capital e capitalidade**. Rio de Janeiro: UERJ/SR-3/Depext, 2002.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites (século XIX). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BÉRLIÈRE, Jean-Marc; LÉVY, René. **Histoire des polices en France**: de l'Ancien Régime à nos jours. Paris: Nouveau Monde, 2011.

BICALHO, Maria Fernanda. A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de D. Luís da Cunha à sede do vice-reinado (1736-1763). **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 37-55, 2011.

BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: a transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. **Urbana**: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, v.1, n.1, p, 01-20, 2013.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos**. O caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

CARDOSO, José Luís. Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1808-1829): crônica de um fracasso anunciado. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 167-192, 2010.

CARDOSO, José Luís. A abertura dos portos do Brasil em 1808: dos factos à doutrina. **Ler História**, v. 1, n. 54, p. 9-31, maio 2008.

CHAVES, Castelo Branco. **Portugal de D. João V visto por três forasteiros**. 2. ed. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1989.

COSTA, Edite Morais da. O comércio das carnes verdes e a transformação social e econômica de Santa Cruz com a construção do matadouro industrial. In: **Anais do XII Encontro Regional da Anpuh Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Anpuh, 2017. p. 02.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COTTA, Francis Albert. O sistema militar corporativo na América portuguesa. In: **Congresso Internacional Espaço Atlântico do Antigo Regime**: poderes e sociedades. Lisboa: Actas, 2005. p. 01-29.

COTTA, Francis Albert. Os quadrilheiros no caleidoscópio: um exercício de história comparada – Portugal, Brasil e Peru. **PAE/**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CRULLS, Gastão. **A aparência do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

CUNHA, Luiz da. **Instruções inéditas de D. Luiz da Cunha a Marco Antônio de**

Azevedo Coutinho, 1736. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

CUNHA, Rui Vieira da. A vida no Rio de Janeiro através dos testamentos: 1815-1822. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 1, n. 282, p. 53, 1969.

DELATTRE, Hippolyte. **Historique de la Gendarmerie Française**: origine, organisation, dénominations diverses, attributions, services rendus. Paris: Leuaty Imprimeur-libraire, 1879.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

FÉLIX, Patrícia. **Diogo Inácio de Pina Manique, Intendant Général de la Police de la Cour et du Royaume de Portugal (1780–1805)**: Pouvoir et actions face à la criminalité. Dissertation (Master in History) – Université de Marne La Vallée, Paris, 1998.

FINA, Rosa Maria (Org.). **Estudos em torno da noite**. Lisboa: Clepul/ Universidade de Lisboa, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. **História do Banco do Brasil**: 1ª fase (1808-1829). 2. ed., Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 1971.

GAMA, Braz Carneiro Nogueira da (conde de Baependi). Apontamentos biográficos da família Brás Carneiro Leão. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 61, t. 43, p. 365-384, 1879.

GAMA, Maria Luísa. As ciências de polícia em Portugal: teoria, reformismo e prática nos finais do Antigo Regime. *In*: POLÓNIA, Amélia; BRACHT, Fabiano; CONCEIÇÃO, Gisele Cristina da; PALMA, Monique (Org.). **História e ciência**: ciência e poder na primeira idade global. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. p. 181.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder, autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro (ca. 1780-1820). **Tempo**: Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 7, n. 13, p. 111-155, 2002.

GUIGOU, Élisabeth *et al.* **La Gendarmerie Nationale**: une institution républicaine auservice du citoyen. Paris: Editions Odile Jacob, 2000.

HESPANHA, António Manuel. A administração militar. *In*: HESPANHA, António Manuel (Org.). **Nova História Militar de Portugal**. vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p.169-176.

HESPANHA, António Manuel. A punição e a graça. *In*: MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal**: quarto volume - O Antigo Regime (1620-1807) - Dir. António Manuel Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

HESPANHA, António Manuel. **Apontamentos de história do direito português**:

complemento às lições de história do direito português do Dr. Guilherme Braga da Cruz. Coimbra: Abrantes, 1970. p. 69-100.

HESPANHA, António Manuel. **Justiça e Litigiosidade**: história e prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

HOBBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções** (1789-1848). 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

JAMES, C. L. R. **The Black Jacobins**: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution. New York: Vintage Books, 1989.

KANTOROWICZ, Ernest. H. **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LABORIET, Pascale et al. Les sciences camérales, prolégomènes à toute bureaucratie future ou parades pour gibiers de potence? *In*: **Les sciences camérales**: activités pratiques et histoire des dispositifs publics. Paris: Presses Universitaires De France, 2011.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**. escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LOPES, Walter de Mattos. A “**Real Junta do Commercio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brazil e Seus Domínios Ultramarinos**”: um tribunal de Antigo Regime na corte de dom João (1808-1821). Dissertação (mestrado em história). Niterói: UFF, 2009.

MADUREIRA, Nuno Luís. **Mercados e Privilégios**: a indústria portuguesa entre 1750 e 1834. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. O projecto de D. Luís da Cunha para o império português. Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos - **História**: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 653-659, 2004.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. As origens. *In*: COELHO, Maria Helena da Cruz; MAGALHÃES, Joaquim Romero (Orgs.). **Poder Concelhio**: das origens às Cortes Constituintes. Notas da História Social. Coimbra: CEFA, 1986.

MALERBA, Jurandir. De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da Independência. *In*: MALERBA, Jurandir (Org.). **A Independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MALERBA, Jurandir. Instituições da monarquia portuguesa decisivas na fundação do império brasileiro. **Luso-Brazilian Review**, v. 36, n. 1, p. 33-48, 1999.

MALERBA, Jurandir. **A corte no exílio**: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARCOS, Rui. O Jusracionalismo Setecentista em Portugal. **Actas do II Colóquio de Direito Natural do IJI** – Faculdade de Direito da Universidade do Porto - Direito

Natural, Justiça e Política. Coimbra, Portugal: Coimbra Editora, 2005.

MARE, Nicolas de La. **Traité de la police, où l'on trouvera l'histoire de son établissement, les fonctions et les prerogatives de ses Magistrats; toutes les loix et tous les reglemens qui la concernent.** Paris: J. Et. P. Cot, 1705.

MARQUES, Eduardo César. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. **História, Ciências, Saúde** – Mangueiras, v. 2, n. 51-67, p. 51-67, 1995.

MILLIOT, Vincent. Mais qui font les historiens de la police? In: BERLIÈRE, Jean-Marc *et al.* **Métiers de police: être police em Europe (XVIII-XX siècles).** Rennes: PUR, 2008.

MILLIOT, Vincent. Saisir l'espace urbain: mobilité des commissaires et contrôle des quartiers de police à Paris au XVIIIe siècle. **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine.** v. 1, n 50, p. 57-80, 2003.

NORTON, José. **Pina Manique:** fundador da Casa Pia. Lisboa: Bertrand, 2004.

O'NEIL, Thomas. **A vinda da família portuguesa para o Brasil.** 3. ed. São Paulo: José Olympio, 2007.

PALMER, R. R. **The age of democratic revolution: a political history of Europe and America (1760-1800).** Princeton: Princeton University Press, 1959.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais. **Análise Social,** v. 27, n. 2, p. 407-440, 1992.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência de salubridade iluminista. **Topoi: Revista de história,** v. 06, n. 10, p. 99-142, 2005.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. A construção da autonomia: o corpo de commercio do Rio de Janeiro. **Anais da Conferência Internacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.** São Paulo: FEA/USP, 2003.

PIRES, Maria do Carmo. **Em Testemunho de Verdade:** juízes de vintena e o poder local na Comarca de Vila Rica (1736-1808). Tese (doutorado em história). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

PORTO, Maria Beatriz Gomes Bellens. **Nobres poderes:** a atuação do Senado da Câmara fluminense na economia e nos privilégios e deveres dos homens bons (1790-1807). Dissertação (mestrado em história). Niterói: UFF, 2011.

RIBEIRO, Eder da Silva. **Nas tramas da política, nos bastidores das instituições:** o Conselho da Fazenda e a construção do império luso-brasileiro nos trópicos (1808-1821). Tese (doutorado em história). Niterói: UFF, 2017.

SALEM, Marcos David. **História da polícia no Rio de Janeiro (1808-1930):** uma

instituição a serviço das classes dominantes. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007. p. 15-17.

SALGADO, Graça. **Fiscais e Meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos. **Memórias para servir à História do Reino do Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia, Edusp, 1981.

SANTOS, Maria José Moutinho. A Real Casa Pia de Correção e Educação do Porto (1792-1804). Revista da Faculdade de Letras: **História**, n. 02, p. 129-144, 2001.

SCHIERA, Pierangelo. Estado de Polícia. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1998.

SCHULTZ, Kirsten. Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821. **Tempo**: Revista de história, Niterói, v. 12, n. 24, p. 5-27, 2008.

SCHULTZ, Kirsten. **Versalhes tropical**: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, José Luiz Werneck da. A polícia no município da corte. *In*: NEDER, Gizlene (Org.). **A polícia na Corte e no Distrito Federal, 1831-1930**: estudo das características histórico-sociais das instituições policiais brasileiras. Rio de Janeiro: Departamento de história/PUC, 1981.

SILVA, Lúcia. **Memórias do urbanismo na cidade do Rio de Janeiro 1778/1878**: Estado, administração e práticas de poder. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2012.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. O aformoseamento da cidade do Rio de Janeiro durante o período joanino. *In*: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **De Cabral a Pedro I**: aspectos da colonização portuguesa no Brasil. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2001. p. 59-68.

SILVA, Mauro Osório da; VERSIANI, Maria Helena. História da capitalidade do Rio de Janeiro. **Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, vol. 1, nº 07. Rio de Janeiro: CEPERJ, 2015. p. 75-90. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/cdf.2015.19711>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SILVA, Nuno Espinosa Gomes da. **História do direito português**: fontes de direito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

SOUZA, Elizabeth Santos de. **Dos litígios da obrigação de crédito**: a ação judiciária do Tribunal da Suplicação do Brasil (1808-1821). Tese (doutorado em história). Niterói: UFF, 2021.

SUBTIL, José. Estado de Polícia, Revolução e Estado Liberal (1760-1865): Em homenagem a António Manuel Hespanha. **Cadernos do Arquivo Municipal**, Lisboa, v. 2, n. 14, p. 15-40, julho-dezembro, 2020.

SUBTIL, José. Memória e poder: o terramoto de 1755. *In*: ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, Luís José; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter; SERRÃO, José Vicente (Orgs.). **O terremoto de 1755: Impactos Históricos**. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

SUBTIL, José. Os Poderes do Centro. *In*: MATTOSO, José (Org.). **História de Portugal**: quarto volume - O Antigo Regime (1620-1807) - Dir. António Manuel Hespanha. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. p. 157-162.

TRIBE, Keith. Cameralism and the science of government. **The Journal of Modern History**, Chicago, v. 56, n. 2, p. 263-284, 1984.

TRIBE, Keith. **Governing economy**: the reformation of German economic discourse (1750-1840). Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 35-54.

VERDON, Jean. **Night in the Middle Ages**. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 2002.

WAKEFIELD, Andre. **The Disordered Police State**. Chicago: University of Chicago Press, 2009.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sombra e o rei. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **Revisão do paraíso**: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva**: a corte portuguesa no Rio de Janeiro. São Paulo: Objetiva, 2005.

DESENVOLVIMENTO E CULTURA: JOÃO APOLINÁRIO ENTRE OS DEBATES DO ISEB, DA CEPAL E DAS TEORIAS DA DEPENDÊNCIA DURANTE O REGIME MILITAR BRASILEIRO (1964-1974)

Tânia da Costa Garcia
Thales Reis Alecrim

Resumo: Em 1963, quando João Apolinário, poeta e crítico teatral português, chegou ao Brasil, existiam diversos debates e interpretações sobre a condição histórica do Brasil e da América Latina. Nessas contendas, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento estavam em questão, seja na cultura e na política, seja na economia e na sociedade. À medida que Apolinário leu e entrou em contato com esses problemas, ele inseriu-se nas discussões e propôs intervenções. Levando em conta essa aproximação, analisamos a inserção de Apolinário nos debates que pautavam a cultura e o subdesenvolvimento, em especial as propostas do ISEB, da Cepal e das Teorias da Dependência. Cruzamos as ideias dele com a dos eminentes teóricos que discutiam esses conceitos. Nosso personagem acreditava que a superação do subdesenvolvimento não se daria pela economia, mas pela cultura que emergiria como verdadeiramente nacional. Por esse motivo, apontamos alguns marcos e ideias que consideravam a cultura como um campo de batalha contra essa situação histórica, permitindo, dessa forma, o desenvolvimento. Assim, afinados com a História Cultural, partimos do conceito de representação, dada a nossa preocupação com as maneiras pelas quais determinados atores sociais concebiam e relacionavam-se com as ideias do seu tempo. Por meio desse instrumental, situamos o nosso personagem em meio a esses debates e mapeamos as propostas com as quais ele se alinhava, demonstrando a historicidade desses repertórios de ideias em torno dos papéis interpretados pela cultura e pelo desenvolvimento.

Palavras-chave: história; desenvolvimento; cultura; Brasil.

Abstract: In 1963, when João Apolinário, Portuguese poet and theater critic, arrived in Brazil, there were several debates and interpretations about the historical condition of Brazil and Latin America. In these disputes, development and underdevelopment were at issue, whether in culture and politics, or in the economy and society. As Apolinário read and came into contact with these problems, he inserted himself into the discussions and proposed interventions. Taking this approach into account, we analyzed the insertion of Apolinário in the debates that guided culture and underdevelopment, in particular the proposals of ISEB, Eclac and the Dependency Theories. We cross-referenced his ideas with those of eminent theorists who discussed these concepts. Our character believed that overcoming underdevelopment would not be achieved through the economy, but through the culture that would emerge as truly national. For this reason, we pointed out some milestones and ideas that considered culture as a battleground against this historical situation, thus allowing development. Thus, in tune with Cultural History, we started from the concept of representation, given our concern with the ways in which certain social actors conceived and related to the ideas of their time. Through this instrument, we placed our character in the midst of these debates and mapped the proposals with which he was aligned, demonstrating the historicity of these repertoires of

ideas around the roles played by history, culture and development.

Keywords: *history; development; culture; Brazil.*

INTRODUÇÃO

A América Latina está longe de ser um continente homogêneo, mas está unida pela geografia e, em certa medida, pela história (SINGER, 2009, p. 111).

João Apolinário Teixeira Pinto (1924-1988) construiu uma trajetória transnacional como poeta, jornalista e crítico teatral. Na juventude, cursou Direito na Universidade de Coimbra e, aos 21 anos de idade, participou do final da Segunda Guerra Mundial na França. Após concluídos os deveres militares, estudou Artes Gráficas na Universidade de Paris *Sorbonne*, entre 1945 e 1949. Em seguida, retornou para Portugal, onde exerceu a atividade de jurista, jornalista e poeta com evidente verve política e contestatória. Devido à perseguição conduzida pelo Estado Novo (1926-1974), o nosso personagem exilou-se das terras lusas. Assim, ele desembarcou no Brasil em 1963 e iniciou uma carreira de crítico teatral, sendo a ditadura militar (1964-1985) o pano de fundo de sua produção.

Apolinário produziu seus escritos em meio aos regimes ditatoriais tanto em Portugal (Estado Novo 1926-74) como no Brasil (Regime Militar 1964-85). Apesar dessas conjunturas, a sua obra esteve calcada no engajamento e, conseqüentemente, marcada pela expectativa revolucionária. Entretanto, essas representações foram evocadas com nuances específicas, dialogando com aspectos particulares de cada país.

Músicos dos dois lados do Atlântico apropriaram-se dos poemas de nosso personagem. Luís Cília e Francisco Fanhais musicalizaram seus versos em Portugal durante os anos 1960, sendo que ambos os cantores estavam inseridos no movimento do Canto de Intervenção. João Ricardo (filho de Apolinário) e o seu conjunto, os Secos & Molhados, compuseram canções a partir dos poemas, durante os anos 1970 no Brasil. Por conseguinte, as musicalizações lá e cá eram marcadas por constelações culturais específicas e dialogavam-nas com outras produções musicais do período, seja em âmbito nacional ou internacional.

Por conta da proficuidade e da ampla difusão da obra desse autor, dedicamos uma dissertação de mestrado à sua produção escrita e às musicalizações de seus poemas no Brasil e em Portugal (ALECRIM, 2020). Porém, aqui focaremos em algumas críticas teatrais de Apolinário publicadas no jornal “Última Hora” de São Paulo durante a década de 1960. Nesses textos, Apolinário argumentava que o Brasil precisava inserir-se na ordem da grande cultura universal, pois havia um estágio histórico que deveria ser superado. Tal superação se daria sobretudo no teatro, uma vez que, segundo ele, essa arte era a mais suscetível de

concretizar um projeto didático que propiciava as condições necessárias para que os brasileiros tomassem consciência da sua nacionalidade e ascendessem o país à alta cultura.

Essa perspectiva sobre a situação cultural brasileira não era uma especulação exclusiva de Apolinário. Havia um repertório de ideias que se alinhava com tal concepção, era uma obsessão da agenda cultural brasileira que mobilizava, contundentemente, os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento para postular esses debates. Dessa forma, tencionamos analisar o estado dessas categorias conceituais no Brasil por meio das provocações levantadas por esse crítico português. A partir disso, podemos historicizar os cruzamentos de ideias que mobilizavam esses conceitos que tanto inflaram discursos e manifestações políticas no Brasil contemporâneo.

Afinal, em 1963, quando Apolinário chegou ao Brasil, já existiam diversos debates e interpretações sobre a condição histórica das Américas. Nessas contendas, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento estavam no centro dos debates políticos, culturais, sociais e, sobretudo, econômicos. Tão logo que Apolinário leu e entrou em contato com esses problemas, ele propôs intervenções ao mobilizar instância conceituais alinhadas com os pensamentos propostos pelo ISEB (Instituto de Estudos Brasileiros), pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e pelas Teorias da Dependência.

Levando em conta essa aproximação, analisamos a inserção de Apolinário nos debates que pautavam a cultura e o subdesenvolvimento. Cruzamos as ideias dele com a dos eminentes teóricos que discutiam esses conceitos com o intuito de traçar paralelos e capturar as tensões de ideias. Além disso, nosso personagem acreditava que a superação do subdesenvolvimento não se daria pela economia, mas pela cultura que emergiria como verdadeiramente nacional. Por esse motivo, apontamos alguns marcos e ideias que consideravam a cultura como um campo de batalha contra essa situação histórica, permitindo, assim, o desenvolvimento.

Por esse motivo, afinamos nossa proposta de análise com os pressupostos teóricos da História Cultural, em particular com o conceito de representação, dada a nossa preocupação com as maneiras pelas quais determinados atores sociais concebiam e relacionavam-se com as ideias do seu tempo. Da mesma forma que Roger Chartier (2016, p. 7), compreendemos que as representações “(individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais ou iconográficas) não como simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social”. Portanto, elas se constituem em categorias que mediam a relação dos humanos com seu tempo, criam formas de agir e pensar, logo, são compartilhadas.

Nesse caso, os debates sobre o subdesenvolvimento eram questões efervescentes dentro do nosso recorte (1963-1974) e constituíam matéria de discussão entre diversos intelectuais que os manuseavam de acordo com seus interesses. Contudo, assim como

podemos observar com as palavras de Paul Singer (2009) na epígrafe, existe um consenso em afirmar que as explicações sobre a situação latino-americana se encontram na história.

Na perspectiva de Apolinário, essas interpretações sobre a cultura e o subdesenvolvimento também estavam alicerçadas sob uma consciência temporal linear e acumulativa. As medidas e soluções propostas por ele em relação a esse debate seguem o mote de constatação, conscientização, ação e revolução. Em consonância com Benoît Denis, compreendemos a produção escrita de Apolinário como engajada, isto é, trata-se de uma forma do artista/autor colocar o seu trabalho a serviço do processo revolucionário, pautando-se pelo presente/futuro.

Denis (2002, p. 24-25) historiciza a relação entre literatura e engajamento, demonstrando algumas teorias que uniam esses dois conceitos:

Não se trata para ele [o autor engajado] de abdicar daquela autonomia, sem a qual ele faria literatura de propaganda; é antes uma questão de se modificar-lhe o sentido, deixando de fazer disso um fim em si para tentar fazê-la servir (à revolução, às lutas políticas e sociais em geral etc.) [...]. Para dizê-lo esquematicamente, permanecendo integralmente literatura, a literatura engajada não se pensa mais exatamente como um fim em si, mas como suscetível de tornar-se um meio ao serviço de uma causa que ultrapassa largamente a literatura, possibilidade que o artista modernista ou vanguardista recusará sempre.

Tratava-se de colocar a palavra a serviço de determinada causa social ou política, assim, alinhada ideologicamente à esquerda. Destarte, não seja uma arte que dialoga com a eternidade, mas uma arte historicamente situada que atende aspectos de seu tempo. Dessa maneira, consideramos o empreendimento de Apolinário como engajado, pois os escritos desse autor estavam em profunda relação com o pano de fundo histórico e cultural do Regime Militar Brasileiro (1964-1985) e, ao mesmo tempo, propunha críticas e soluções que visavam modificar as condições políticas desse período. Em todos os momentos a obra de Apolinário apresentava-se como um fim para um meio, palavras que estavam, nomeadamente, comprometidas com a revolução social de esquerda.

Antes de iniciar a exposição, consideramos pertinente esclarecer que não estamos inferindo qualquer relação de causa e efeito, ou que os autores aqui citados mantinham relações de contato e eram leitores uns dos outros. Por mais que tenhamos plena consciência de que Apolinário era um leitor e que se preocupava em compreender a realidade brasileira, não possuímos material para constatar o que ele lia ou deixava de ler. Portanto, torna-se mais interessante compreender o movimento das ideias dentro do nosso recorte.

Um último esclarecimento refere-se às referências das fontes. Os escritos do nosso personagem podem ser consultados em três lugares diferentes: nos dois volumes organizados pela viúva de Apolinário, Maria Luiza Teixeira Vasconcelos (2013); no Arquivo Público do Estado de São Paulo, isto é, nas páginas do jornal “Última Hora” de São

Paulo; e, por fim, no Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde pode-se encontrar o seu espólio de programas de teatro e recortes de suas críticas. Prezando pela limpeza do texto, optamos por somente realizar a citação das compilações realizadas por Vasconcelos e das páginas do jornal, pois, dessa maneira, facilitamos o acesso e eventual busca para todos os interessados.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DEBATES EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO E DO SUBDESENVOLVIMENTO: CEPAL, TEORIAS DA DEPENDÊNCIA E ISEB

Com efeito, o debate sobre o lugar do Brasil e da América Latina no mundo não é recente. Podemos datar essas contendas desde os processos de independência. Vale destacar que essas discussões sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento assumem diversos matizes e foram apropriadas por instâncias políticas e culturais que as manuseavam de acordo com interesses específicos. Além do mais:

O discurso sociopolítico latino-americano é impregnado por termos como nacionalismo, colonialismo, imperialismo, desenvolvimentismo e outros. Muitos regimes se apropriam desses termos para legitimar suas ações. Em muitos momentos de nossa história, é difícil divisar os agentes políticos dos intelectuais em cujos pensamentos estejam baseados. Muitos associaram suas teorias ao ideal emancipatório e fizeram de sua trajetória uma luta real pela superação das deficiências da região. Alguns intelectuais fizeram uma tentativa genuína de acomodar o pensamento europeu aos problemas regionais, outros não conseguiram perder seu caráter eurocêntrico (PINTO, 2012, p. 345).

De todo modo, em finais do século XIX e na aurora do XX, certos pensadores e políticos colocaram uma ênfase insistente na questão do desenvolvimento. Sobretudo a partir de meados dos anos 1930, quando os Estados latino-americanos assumiram uma postura diferente e buscaram romper com o modelo econômico anterior baseado na exportação de matéria prima e na importação de produtos. Essa postura negociou um novo significado para o desenvolvimento e propiciou uma reflexão sobre o lugar da América Latina no capitalismo mundial.

Tanto que não é gratuito o aparecimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em 1948. Sinteticamente, o objetivo histórico dessa comissão era a superação da dependência através de um capitalismo autônomo, via industrialização. Para concluir esse objetivo, os intelectuais do grupo, dentre eles, Celso Furtado e Raul Prebisch, buscavam diagnosticar alguns problemas históricos que moldavam as economias dos países da região.

Assim, no seio da Cepal, nasceram abordagens e ramificações que visavam explicar as razões do subdesenvolvimento latino-americano a partir do lugar ocupado pelos países da

região na periferia do sistema capitalista internacional, como exportador de matéria prima e consumidor de produtos industrializados (DEVÉS-VALDÉS, 2003). Esse diagnóstico alimentaria o nacional-desenvolvimentismo nos anos de 1950. Era preciso romper com essa lógica considerada perversa e alcançar a autonomia econômica via industrialização e impulsionada pelo Estado, trilhando, portanto, o caminho para uma autêntica soberania político-nacional.

Nos anos de 1960, tais reflexões desdobraram-se nas Teorias da Dependência que questionavam alguns postulados dos cepalinos. Os teóricos dessa corrente afirmavam que existiam interesses manifestos em manter a região confinada no atraso econômico. Nas palavras de um eminente intelectual de origem germânica, Andre Gunder Frank (1967), os países desenvolvidos criavam os subdesenvolvidos, sendo o inverso também verdade, os desenvolvidos somente existiam porque existiam subdesenvolvidos. Portanto, diferentemente do que a Cepal propunha, não existia forma de superar o subdesenvolvimento por meio do capitalismo, pois esse modo de produção se alimentava dessa desigualdade.

Em livro conjunto, Andre Gunder Frank, James Cockcolt e Dale L. Johnson (1970, p. 44) observaram que a experiência histórica dos países coloniais e subdesenvolvidos era muito diferente da dos países desenvolvidos. As etapas primitivas dos últimos não se assemelhavam em nada com a atual situação dos primeiros. Assim, os autores afirmam que: “Os países desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, embora possam ter sido pouco desenvolvidos”, pois, “o subdesenvolvimento contemporâneo [dos países de herança colonial] é em grande parte o produto histórico da economia passada”.¹

Em suma, a dependência era uma condição de subordinação das economias em contexto internacional, marcada por intercâmbios desiguais e dívidas externas. Para agravar esse quadro, os teóricos diagnosticavam a presença de um intenso imperialismo. Os territórios que compõem a América Latina, desde os primórdios da Era Moderna, foram alvos da exploração colonial e, no momento em que os teóricos empreenderam essa análise, estavam na mira das potências internacionais, em especial dos Estados Unidos. O país norte-americano expandia sua influência sobre os países latino-americanos, pois, em contexto de Guerra Fria, era necessário mantê-los distantes das ameaças comunistas, sobretudo após a Revolução Cubana (1959).

Por conseguinte, por mais que existissem similaridades entre os cepalinos e os teóricos da dependência, as discrepâncias entre essas interpretações também se destacavam. Por um lado, a Cepal propunha o avanço da industrialização e da burguesia nacional como uma forma de superar o subdesenvolvimento, emancipando a América Latina e colocando-a em um lugar equivalente ao das nações centrais do capitalismo. Por outro,

¹ “Los países desarrollados nunca tuvieron subdesarrollo, aunque pueden haber estado poco desarrollados [...] el subdesarrollo contemporáneo es, en gran parte el producto histórico de la economía pasada” (tradução de nossa autoria).

as teorias da dependência, mais alinhadas à esquerda, propunham a saída, a negação do modo de produção capitalista, considerando-a a melhor forma de superar as contradições do subdesenvolvimento.

Dessa maneira, os pressupostos das Teorias da Dependência alinhavam-se aos autores anticolonialistas da segunda metade do século XX, negando, assim, a industrialização e o desenvolvimento capitalista enquanto solução. Por exemplo, existem similaridades entre as obras de Franz Fanon (1968), de Ernesto Che Guevara (1999) e dos teóricos da dependência. Esses autores apontam para a inevitável superação do capitalismo pelas nações colonizadas, pois nessas ainda existiam possibilidades de ação que não esbarravam nas contradições capitalistas.

Contudo, ao passo que a Cepal e as Teorias da Dependência propunham soluções e análises econômicas para o problema da dependência, a partir dos anos 50, o Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB) colocava a cultura no centro do debate. Partindo de uma leitura filosófica da cultura, os intelectuais desse grupo, como Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto, estavam menos preocupados com a história e mais com o “vir a ser”, isto é, a cultura como o principal motor para a transformação social.

Em um livro centrado nas articulações entre a identidade nacional e as reflexões sobre a cultura brasileira, Renato Ortiz (1985, p. 47-48) afirma que no seio do ISEB nasceram reflexões que marcaram o debate sobre a questão cultural no país. Assim, vale a longa passagem em que o autor situa historicamente as conexões do ISEB com outras reflexões culturais.

Na esfera cultural a influência do ISEB foi profunda. Ao me referir a este pensamento como matriz, o que procurava descrever é que toda uma série de conceitos políticos e filosóficos que são elaborados no final dos anos 50 se difundem pela sociedade e passam a constituir categorias de apreensão e compreensão da realidade brasileira. No início dos anos 60 dois movimentos realizam, de maneira diferenciada, é claro, os ideais políticos tratados teoricamente pelo ISEB. Refiro-me ao Movimento de Cultura Popular no Recife e ao CPC da UNE. [...] creio que se pode genericamente afirmar que os dois movimentos se construíram em grande parte como base no conceito de alienação cultural.

Ao longo desse livro, Ortiz continua demonstrando como esses movimentos vale-ram-se da conceptualização isebiana, sendo que as teorias desse grupo se insinuaram tanto à esquerda quanto à direita, na cultura popular e nas obras intelectuais, no teatro e na música. Os conceitos de “cultura alienada”, de “nacional” e de “popular” marcaram os debates culturais e converteram-se em lugar comum para as análises acadêmicas.

Diante do exposto, está claro que os debates em torno do desenvolvimento e do subdesenvolvimento do Brasil e da América Latina foram, em um primeiro momento, pautados em torno de tensões econômicas e sociais. Por um lado, a Cepal propunha a superação da condição histórica por meio da industrialização conduzida pelo Estado,

por outro, as Teorias da Dependência apontavam que a única solução possível era a ruptura com o modelo capitalista. Por fim, os teóricos isebianos postulavam que o fim do subdesenvolvimento se daria por meio da libertação cultural, pois, ao afirmar-se como verdadeiramente nacional, romperia com o ciclo e incitaria o desenvolvimento tanto humano como econômico do Brasil.

Não à toa, essas propostas do ISEB alinhavam-se aos paradigmas culturais da Semana de Arte Moderna de 1922. De acordo com Marcos Napolitano (2014, p. XV-XVI), no Brasil as artes e as propostas intelectuais no século XX brasileiro foram pautadas pelo longo modernismo. Dessa forma, os ideais de libertação nacional passavam, necessariamente, pela representação do povo como material privilegiado produção artística e pela afirmação constante da cultura brasileira em oposição às contaminações estrangeiras. Em seguida, veremos como Apolinário se relacionou com esse ciclo de ideias e quais foram suas contribuições para o debate.

A CULTURA EM NOME DO DESENVOLVIMENTO: AS PROPOSTAS DE APOLINÁRIO

Pelo que detectamos, João Apolinário adentrou nesse debate em 1968 com a série “Revolução no Teatro”. Tanto que os artigos “O teatro é uma revolução em marcha e “A revolução no teatro: generalidades sobre o que é popular” postulam claramente o papel do teatro na luta pelo que se denominava “independência nacional”, considerando-se que, do ponto de vista daqueles alinhados à esquerda do espectro político-ideológico, o Brasil estava subordinado ao capitalismo internacional comandado pelas grandes potências, sobretudo pelo Estados Unidos. Em sua concepção, o teatro contribuía para o “desenvolvimento sociológico brasileiro” e correspondia “muito mais a uma necessidade de ação, do que propriamente uma necessidade cultural” (APOLINÁRIO, 1968, p. 7; VASCONCELOS, 2013a, p. 32).

Tal ação só podia ser proposta através da cultura e contribuía para a consolidação de um país onde:

[...] a independência depende muito mais do desenvolvimento ideológico do que de soluções para o seu subdesenvolvimento crônico, asfixiado na sua economia política por um colonialismo secular, mais grave depois dos conquistadores de 1500, aos quais sucederam os exploradores europeus ou americanos – ainda hoje (APOLINÁRIO, 1968, p. 7; VASCONCELOS, 2013a, p. 32).

Nesse parágrafo, Apolinário dialogou, concomitantemente, com as Teorias da Dependência, com a Cepal e com o ISEB. Por um lado, emergiam as teorias de que o Brasil estava preso por uma corrente histórica que o prendia ao subdesenvolvimento econômico

e, conseqüentemente, suprimia seu pleno desenvolvimento político, pois estava sempre atado às potências capitalistas. Por outro, a libertação dessa situação histórica somente se daria a partir da cultura, visto que uma tomada de consciência em cadeia assolaria o país, ocasionando a quebra desse sistema de dominação.

Ainda no mesmo texto ele continua afirmando que o teatro luta “contra todas as formas de alienação do povo brasileiro” (APOLINÁRIO, 1968a, p. 7; VASCONCELOS, 2013, p. 33). A ênfase colocada por Apolinário nessa questão sugere que a cultura era o campo de batalha privilegiado para enfrentar esse problema. Com efeito, na perspectiva de alguns intelectuais brasileiros, a alienação era considerada um grande empecilho para a consolidação da nação. Tal como Renato Ortiz (1985, p. 54) demonstra, a ideia de alienação no Brasil foi difundida principalmente através dos intelectuais do ISEB. Esse conceito foi retomado para compreender e propor “a superação da dominação capitalista”. De acordo com uma das vozes do ISEB, Roland Corsibier (1958), o Brasil era um país alienado, não conhecia a si mesmo e, por esse motivo, mantinha-se preso no complexo colonial.

Para superar esse problema, Apolinário sustenta que era necessária uma tomada de consciência que seria concretizada pelo teatro. A partir das ideias vocalizadas nos palcos, seria possível realizar a ação necessária, isto é, “revelação, denúncia [...], desmistificação, protesto, revolução de ideias” (APOLINÁRIO, 1968, p. 7; VASCONCELOS, 2013a, p. 32) que levariam à conscientização. Aliás, “consciência” e “conscientização” eram conceitos importantes para os intelectuais do ISEB. Tanto que Álvaro Vieira Pinto (1960) escreveu “Consciência e Realidade Nacional”, no qual enfatizava a existência de uma consciência colonial, alienada, e a sua superação pela libertação nacional.

Não por acaso, o sociólogo e membro do ISEB, Carlos Estevão Martins, autor do “Anteprojeto do Manifesto do Centro Popular de Cultura” (1962), balizou grande parte da arte engajada dos anos de 1960. Neste sentido, Apolinário estava afinado com as ideias do ISEB, mas também não ignorava as análises sociais e econômicas das Teorias da Dependência e da Cepal. O nosso personagem valeu-se do conceito de “subdesenvolvimento” inúmeras vezes. Junto com esse conceito, existiam implicações e justificativas culturais e socioeconômicas. Por exemplo, ao analisar o público de teatro no Brasil, ele constatou um “jogo de classes em fusão”, assim:

[...] não se sabe mais onde começam as classes trabalhadoras, operárias, economicamente débeis, e onde acaba a classe média, descendo e subindo as escadas da concorrência social que o capitalismo torna fatal e iníqua através do lucro ou do feudo hierárquico das profissões liberais [...]. Diremos que há uma imensa massa de analfabetos [...] jovens e velhos apenas precariamente alfabetizados [...]. Diremos ainda que há uma não menor massa de jovens e velhos precariamente alfabetizados [...] (APOLINÁRIO, 1968, p. 6; VASCONCELOS, 2013a, p. 461).

Apesar de o nosso personagem realizar uma ligação direta entre a situação econômica, os problemas da dependência no capitalismo e a alfabetização, o ponto fundamental dessa passagem é a constatação de que no Brasil existia uma contradição entre crescimento econômico e manutenção de certas estruturas subdesenvolvidas. Isso pode ser inferido a partir do modo como ele descreve as classes médias que, de certa maneira, não estavam estabilizadas economicamente, pois também eram vítimas das contradições do capitalismo. A partir disso, ele colocou em tensão a própria existência das classes populares compostas por “uma imensa massa de analfabetos”, ou seja, evidenciando a permanência dos aspectos de subdesenvolvimento.

Em um ensaio publicado originalmente em 1974, o economista Celso Furtado (1985, p. 97) constatou o mesmo problema no capitalismo brasileiro.

A economia brasileira constitui exemplo interessante do quanto um país pode avançar no processo de industrialização sem abandonar suas principais características de subdesenvolvimento: grande disparidade na produtividade entre áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológico, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas, etc.

Por conseguinte, as grandes tensões da dependência e do subdesenvolvimento manifestavam-se com a exploração da maioria mais pobre em benefício da minoria mais rica. Em outras palavras, no Brasil, estava em voga “uma política de ‘desenvolvimento’ orientada para satisfazer os altos níveis de consumo de uma pequena minoria da população” (FURTADO, 1985, p. 97). As conseqüências disso eram, principalmente, o agravamento das desigualdades sociais e o aumento do custo social do desenvolvimento.

Dessa maneira, Apolinário fazia eco com os diagnósticos de Celso Furtado. Essas premissas econômicas fundamentavam a sua posição em relação ao papel da cultura na sociedade. Tanto que as contradições do capitalismo e do subdesenvolvimento, em sua concepção, eram combustíveis para impulsionar os jovens – “ávidos de se identificarem com um Brasil liberto do colonialismo oligarca, plutocrata e feudal” (APOLINÁRIO, 1968, p. 6; VASCONCELOS, 2013a, p. 461) – realizarem as ações que quebrariam com essa situação histórica.

A partir de 1970, Apolinário passou a realizar balanços sistemáticos da produção teatral, configurando classificações e pertinências de cada apresentação em relação ao momento histórico. Uma dessas classificações, que, aliás, ele considerava a de maior importância, era: “Teatro realizado em 1970 de acordo com o nosso subdesenvolvimento” (APOLINÁRIO, 1970, p. 8; VASCONCELOS, 2013b, p. 374). Com essas categorias, o nosso personagem manifestava uma preocupação com o anacronismo, isto é, obras que não dialogavam com o público nem com a situação histórica no Brasil. Em suas palavras, era necessário o “encontro com as nossas tradições [...] do teatro e a promoção de uma

atividade consciente segundo as nossas realidades sociais e as nossas necessidades culturais” (APOLINÁRIO, 1970, p. 7; VASCONCELOS, 2013b, p. 369).

Neste sentido, o “teatro realizado de acordo com nosso subdesenvolvimento” era aquele que agia de acordo com as demandas culturais do Brasil visando, assim, superar o colonialismo e a alienação através da tomada de consciência. O diagnóstico partia de críticas e constatações da Cepal e das Teorias da Dependência, mas as soluções eram mais afeitas aos apontamentos do ISEB. Isso significa que, para o nosso personagem, a arte e a cultura exerciam um “papel ativo na promoção da atividade consciente das massas populares no sentido da transformação social” (APOLINÁRIO, 1970, p. 7; VASCONCELOS, 2013b, p. 369). Portanto, a superação do subdesenvolvimento somente se daria através das premissas do engajamento que ele desenvolveu desde a sua obra poética em Portugal: constatação, conscientização, ação e revolução (ALECRIM, 2020, p. 30-50).

O subdesenvolvimento era um estágio histórico que poderia ser superado pela ação humana. O “teatro necessário ao nosso subdesenvolvimento” era aquele que demonstrava as contradições dessas correntes seculares que mantinham o país em uma situação colonial (APOLINÁRIO, 1970, p. 8; VASCONCELOS, 2013b, p. 378-379). Ao mesmo tempo, também impulsionava a conscientização e a ação com o intuito de atingir a revolução.

Os artigos que abrem o ano de 1971, como “Qual é, afinal, essa minoria para quem se produz teatro?”, são marcados por citações de Nelson Werneck Sobré. Esse historiador fez parte do ISEB desde os seus primórdios até a sua extinção em 1964. Ele produziu uma vasta bibliografia pautando os problemas levantados por esse grupo de intelectuais, sendo que um ponto insistente de sua obra era o da “presença do imperialismo estadunidense interessado no desmonte da Nação e sua associação com setores das elites agrárias brasileiras que representavam, segundo Sodré, o que havia de mais arcaico na estrutura política, econômica e social no Brasil” (MORAIS, 2015, p. 11).

Dessa maneira, não é gratuita a concordância de Apolinário com certos preceitos do ISEB, visto que temos conhecimento de que o nosso personagem citou “Síntese de uma História da Cultura Brasileira”, livro em que Werneck Sodré (1970) insiste nos conceitos de alienação e no papel da cultura para tomada de consciência em prol da superação do estágio colonial. A superação do colonialismo foi algo bem trabalhado por esse historiador, tanto que em “Formação Histórica do Brasil” ele atentou para o fato de que o desenvolvimento brasileiro foi desigual, privilegiou a exploração colonial, o que beneficiou somente uma pequena parcela da população (SODRÉ, 1990). Tal situação histórica perpetuou-se e não se encerrou com a independência, pois as grandes potências industriais continuaram cravando seus interesses no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando por esse prisma, percebemos que esse era um debate profícuo no período e, de certa maneira, mantém-se contundente até os dias atuais. Compreender as razões do desenvolvimento e do subdesenvolvimento foi uma obsessão intelectual do período, levada a cabo por diversos pensadores. Assim como afirmou Caio Prado Júnior (1978, p. 17) no livro “História e Desenvolvimento” – fruto da sua tese de livre docência apresentada à Universidade de São Paulo em 1968 –, a “problemática brasileira de nosso tempo se centraliza essencialmente em torno do ‘desenvolvimento’”.

Além disso, colocando essas contendas em perspectiva continental, de acordo com Jorge Castañeda (1994, p. 234), a representação de que existia uma continuidade histórica é uma importante premissa do pensamento latino-americano. Neste sentido, a América Latina sempre sofreu com a presença estrangeira, sendo que as elites locais eram os avatares das vontades coloniais e, posteriormente, imperialistas. Assim, a “noção de neocolonialismo e, mais tarde, as teorias da dependência encontraram sua origem nesse sentimento de continuidade”.

Portanto, as discussões conduzidas por Apolinário referentes ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento faziam parte de um conjunto de tensões que marcaram os debates intelectuais no Brasil e, mais amplamente, na América Latina. No caso do nosso personagem, os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento foram apropriados e utilizados de acordo com os moldes do seu engajamento, o que envolvia os passos de constatação, conscientização, ação e revolução. Para ele, o subdesenvolvimento era uma etapa que precisava ser superada, através da arte e da cultura, após isso, a consolidação do projeto nacional e a revolução seriam as consequências seguintes.

Dessa maneira, os passos que envolviam o engajamento de Apolinário eram estruturados a partir de uma percepção temporal linear, isto é, um tempo constituído por etapas e acumulações (CHAKRABARTY, 2000). Diante disso, podemos perceber que o subdesenvolvimento aparecia em seus textos como uma situação histórica nascida do acúmulo de experiências passadas. Ao mesmo tempo, esse presente vivido poderia ser transformado a partir da ação humana (no caso, através da arte e da cultura), criando, assim, um futuro inédito e revolucionário.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, João. A revolução no teatro: generalidades sobre o que é popular. **Última Hora**, 24 jul. 1968.

APOLINÁRIO, João. As contradições da temporada entre a produção e o consumo. **Última Hora**, 24 dez. 1970. p. 8.

APOLINÁRIO, João. O teatro é uma revolução em marcha. **Última Hora**, 10 out. 1968.

p 7.

APOLINÁRIO, João. Qual é o teatro necessário ao nosso subdesenvolvimento? **Última Hora**, 31 dez. 1970.

APOLINÁRIO, João. Uma pausa no meio dos nossos (deles) anacronismo teatrais. **Última Hora**, 17 dez. 1970. p. 7.

CASTAÑEDA, Jorge. **Utopia desarmada**: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

CHARTIER, Roger. Á beira da falésia: entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CORSIBIER, Roland. **Formação e Problema da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

DENIS, Benoît. **Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre**. Bauru: Edusc, 2002.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **El pensamiento Latinoamericano en siglo XX**. Del Ariel de Rodo a CEPAL 1900-1950. Buenos Aires: Biblos, 2003. Tomo I.

FANON, Franz. **Os Condenados da Terra**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1968.

FRANK, A. Gunder; COCKCOLT, James; JOHNSON, Dale L. **Economía Política del subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and underdevelopment in Latin America**: historical studies of Chile and Brazil. Nova York: Monthly Review Press, 1967.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

GUEVARA, Ernesto Che. On Development Speech delivered March 25, 1964 at the plenary session of the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). **Marxists Internet Archive**. 1999. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/guevara/1964>. Acesso em: 18 jan. 2022.

PRADO JUNIOR, Caio. **História e Desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

MORAIS, Rodrigo de Paulo. **Nelson Werneck Sodr e: um estudo da narrativa como instrumento na disputa política. 1955-1964**. Franca: Disserta o (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita

Filho”, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. Arte e Política no Brasil: História e Historiografia. *In*: EGG, André; FREITAS, Artur; KAMINSKI, Rosane. **Arte e Política no Brasil: modernidades**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e Realidade Nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

PINTO, Simone Rodrigues. O pensamento social e político Latino-Americano: etapas de seu desenvolvimento. **Soc. estado**. v.27, n.2, 2012.

SINGER, Paul. Perspectivas de desenvolvimento da América Latina. *In*: MONTEIRO, Paula; COMIN, Álvaro. **Mão e contramão e outros ensaios contemporâneos**. São Paulo: Globo, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

VASCONCELOS, Maria Luiza Teixeira. **A Crítica de João Apolinário: memória do teatro paulista de 1964 a 1971**. São Paulo: Imagens, 2013. v. 1 e 2.

FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO EM CONTEXTO INTERNACIONAL: O CONSULADO BRASILEIRO EM NOVA IORQUE (1840-1860)

Ilana de Macedo Vaz
Cláudia Maria das Gracias Chaves

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar os discursos internacionalistas dos dirigentes políticos do governo imperial brasileiro em meio à construção do Estado enquanto nação. A perspectiva principal é a do Consulado Geral brasileiro em Nova Iorque, locus de discussões acerca das relações exteriores do império do Brasil com os Estados Unidos, cujos cónsules e funcionários se correspondiam com os ministros brasileiros da Secretaria de Negócios Estrangeiros, no Rio de Janeiro. A primeira seção trata da discussão sobre a formação do Estado-nação em meio a fatores externos. Na segunda, discute-se a relação brasileira com os Estados Unidos, adentrando seus interesses mútuos comerciais e escravocratas. A terceira aponta a visão de alguns dirigentes políticos brasileiros sobre o lugar que o Brasil ocupava na América. A intenção é a de demonstrar fatores externos que contribuíram ou afetaram o processo de construção do Estado brasileiro em meados do XIX e evidenciar esse vínculo através dos discursos dos cónsules e dos parlamentares enquanto agentes encarregados de cumprir um projeto político conservador que, por serem influenciados pela conjuntura internacional, auxiliam a compreensão do processo de construção do Estado brasileiro.

Palavras-Chave: Consulado brasileiro; Estado-nação; Estados Unidos.

Abstract: The aim of the paper is to analyze the internationalist speeches of the political leaders of the Brazilian imperial government in the construction of the State as a nation. The perspective is that of the Brazilian Consulate General in New York, locus of discussions on the foreign relations of the Brazilian empire with the United States, whose consuls and officials communicated with the Brazilian ministers of the Foreign Affairs Secretariat, in Rio de Janeiro. The first section deals with the discussion of the formation of the nation-state amid external factors in these consular correspondences. The second part discusses the Brazilian relationship with the United States, exploring their mutual commercial and slave interests. The third points out the vision of some Brazilian political leaders about the place Brazil occupied in America. The intention is to demonstrate external factors that contributed to or affected the process of construction of the Brazilian State in the mid-19th century through the speeches of consuls and parliamentarians as agents in charge of fulfilling a conservative political project that, being influenced by the international conjuncture, helps understanding the construction of the Brazilian State.

Keywords: Brazilian consulate; Nation-state; United States.

INTRODUÇÃO

A independência de 1822 marcou o início de um processo que a historiografia chamou de construção do Estado-nação, apontando os esforços dos construtores desse processo em demarcar os fundamentos político-ideológicos, formar um aparato estatal capaz de administrar o território, criar uma legislação e definir critérios de cidadania para sua população (OLIVEIRA; VIEIRA, 2020, p. 122). Alguns autores consideram que já havia um movimento anterior à independência no sentido de construir o Brasil, adentrando conceitos como “nação”, “pátria” e “país” para explicar a construção nacional¹.

Wilma Peres Costa (1996) considera que a peculiaridade da experiência brasileira na construção do Estado é compartilhada pelas outras nações latino-americanas, pois todas emergiram no panorama mundial a partir da crise do Antigo Sistema Colonial. Os contextos do Atlântico Sul foram distintos do contexto europeu ocidental, pois, até certo ponto, foram resultados de seus processos.

As nações americanas que se tornaram independentes nas primeiras décadas do XIX se originaram da ruptura com suas metrópoles ibéricas, e surgiam dentro de um sistema mundial de Estados consolidados “cuja hierarquia interna estava sendo revolucionada pelos acontecimentos capitais que marcaram o fim do Antigo Regime: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa” (COSTA, 1996, p. 151).

Nesse sentido, com essa desintegração, houve uma alteração das posições hierárquicas no sistema mundial de Estados, com a Inglaterra passando a ter uma hegemonia e os Estados Unidos emergindo como potência. Portanto, a construção dos Estados latino-americanos esteve inserida nesse processo mais amplo de reorganização político-econômica mundial.

Esse processo de formação do Estado se deu em conjunto à criação de uma classe dirigente cujo objetivo era manter a ordem promovendo uma civilização. Mas, ao mesmo tempo em que havia uma expansão para dentro, buscando centralizar o poder sobre as regiões, havia uma expansão para fora, buscando colocar o Brasil no rol das nações civilizadas (OLIVEIRA; VIEIRA, 2020, p. 123).

Algumas pesquisas já relacionaram a política externa do império do Brasil com os Estados Unidos em meados do século XIX² considerando a importância do reconhecimento da independência brasileira pelo país do atlântico norte, para além da clássica relação comercial do café. Esse elo entre as nações pode, também, ser evidenciado em

1 Ver: JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta 1500-2000 - A experiências Brasileira**. São Paulo: SENAC São Paulo Editora, 2000; COSTA, Wilma Peres. *A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850)*. História econômica da independência e do império. São Paulo, Hucitec, 1996.

2 Ver, principalmente: RABELO, Pedro Henrique de Mello. **Amizade, comércio e navegação: o Tratado de 1829 e as relações político-mercantis entre o Brasil e os Estados Unidos na formação do Império brasileiro (1808-1831)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. 2017.

diversos outros aspectos políticos, tanto nas esferas parlamentares quanto consulares.

Dessa forma, essa pesquisa teve o propósito de evidenciar esse vínculo através dos discursos dos cônsules e dos parlamentares enquanto agentes encarregados de cumprir um projeto político conservador que, por serem influenciados pela conjuntura internacional, auxiliam a compreensão do processo de construção do Estado brasileiro. Assim, há aqui o entendimento de que as questões acerca das relações consulares entre os países são oriundas do estudo da construção do Estado nacional brasileiro, cujas autoridades políticas e senhoriais se preocupavam com os rumos de suas formas de lucro, mas que não se fecham nisso, pois são consideradas as ligações externas que influenciaram as tomadas de decisões internas. A consolidação nacional não teria sido apenas um fruto de um processo interno, mas de alcance regional, continental e mesmo atlântico, que é tomado aqui como base para se compreender as relações entre os países de uma forma mais ampla. Trata-se de uma tentativa de especificar historicamente relações particulares no tempo e no espaço enquanto parte de um todo em transformação, sem características estáticas.

O principal *corpus* documental aqui usado foram os relatórios consulares do Consulado Geral brasileiro de Nova Iorque e os Relatórios do Ministério das Relações Exteriores, entre as décadas de 1840 e 1860. É necessário um breve esclarecimento sobre o funcionamento do Ministério: em 1840, foi decretado o primeiro regulamento do órgão e sua primeira divisão administrativa formal. A pasta foi assumida por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, que conduziu um processo de reforma administrativa em 1842, dividindo a pasta em quatro seções e um arquivo. A primeira seção era responsável pelos negócios tratados pelas legações e consulados brasileiros na Inglaterra e França, a segunda pelos demais países europeus e a terceira pelas nações americanas. A quarta cuidava das correspondências, orçamentos, escrituração sobre vencimento e outras atribuições. A permanência de Oliveira Coutinho no cargo durou até 1843, quando Honório Hermeto Carneiro Leão, figura já conhecida pela historiografia pelos seus cargos políticos, passou a ocupá-lo. Nos anos seguintes, o cargo passa a Ernesto Ferreira França, Bento da Silva Lisboa (Barão de Cairu) em 1846, Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho em 1847 e Paulino José Soares de Souza de 1849 a 1853. Estes são alguns dos remetentes/destinatários dos relatórios consulares.

As repartições consulares no exterior, por sua vez, estavam vinculadas à Secretaria dos Negócios Estrangeiros, que fazia parte do Ministério, mas que possuíam estruturas próprias cuja organização variava nos países de acordo com o grau de interesse e parceria do governo brasileiro com a nação estrangeira. A elas competia a função de assistência aos cidadãos brasileiros no exterior como a emissão de documentos, passaportes, vistos, repatriação, etc., mas também desempenhavam funções a promover as relações comerciais, econômicas, culturais e científicas do Brasil com o país onde estivessem sediadas

(GABLER, 2013). Portanto, ambas as esferas políticas faziam parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros. As correspondências consulares eram feitas pelo cônsul-geral, enviadas ao ministro e vice-versa.

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO

O império do Brasil, na década de 1840, passava por uma fase de preparação e organização burocrática de sua máquina estatal para garantir o projeto político almejado pelos seus dirigentes, os Saquaremas. Segundo Ilmar de Mattos (2004), o discurso desses dirigentes estava em consonância com o da classe senhorial que, com interesses próprios, apropriavam-se do Estado para cumprir seu projeto, formando um modelo de dominação política escolhido pelos dirigentes Saquaremas que abarcava um modelo de dominação econômica, cujo objetivo seria a manutenção de interesses agroexportadores, assentados na escravidão e no predomínio de latifúndios.

A instituição da escravidão fazia parte do processo da construção do Estado nacional brasileiro, ocupando uma grande parcela enquanto questão política, embora ela não sobrevivesse por muito tempo na fase final da consolidação da nação. Para Bárbara Weinstein (2006), o processo de declínio da escravidão esteve intricado com o processo de formação da nação e com a questão da identidade nacional, com alguns casos históricos sintonizando com os discursos pró-escravidão (sul dos EUA e Brasil) e outros com o fim dela.

Importante ressaltar que a manutenção da ordem como objetivo fundamental desses dirigentes, de acordo com Mattos (2004), não se restringia apenas à prevenção e à repressão de insurreições escravas, à eliminação de conflitos abertos, às tentativas de pôr fim às lutas pela posse da terra. Manter a ordem significava, principalmente, garantir a continuidade das relações entre senhores e escravos, do monopólio da terra pela minoria privilegiada, além de garantir “a reprodução das relações com o mundo exterior, capitalista e civilizado, por meio da prevalência da Coroa, propiciadora da associação estreita entre negócios e política e da dominância do capital mercantil” (MATTOS, 2004, p. 268). Portanto, as relações internacionais faziam parte do esforço de inserção do Brasil no rol das nações civilizadas.

Após a independência do Brasil, com o fim do exclusivo colonial, os mercados se ampliaram e, com eles, a lucratividade com os diversos negócios iniciados. As estruturas pelas quais esses mercados transpassavam sofreram modificações para que se adequassem ao novo momento, e as mercadorias passaram a ser produzidas pelas demandas das economias internacionais, que influenciavam a adequação dos meios de produção para dar conta do alto consumo, envolvendo a competição e a capacidade de produção e distribuição nas ex-colônias europeias.

Dale Tomich e Rafael Marquese (2009) consideram o século XIX como o palco em que surgiram diferentes regimes de trabalho no mundo, tanto de mão de obra escravizada quanto livre e assalariada, impulsionando o capitalismo industrial, liderado pelos interesses do governo e do empresariado industrial inglês. Além disso, dão um exemplo de que a montagem da cafeicultura escravista brasileira não foi montada unicamente em razão das ações locais, mas também por uma demanda do mercado externo, pois “dependeu de ações políticas concertadas, no plano da esfera nacional, para criar as condições institucionais necessárias para o arranque da atividade e o consequente controle do mercado mundial do artigo” (MARQUESE; TOMICH, 2009, p. 25).

Trata-se de um momento importante de reflexão sobre questões fundamentais referentes à estrutura política, administrativa e jurídica do Estado imperial, mas também de crescimento da economia mundial, que chegou a duplicar entre 1840 e 1850 e crescer 260% de 1850 a 1870, compondo um novo cenário que influía nos preços dos artigos tropicais (PARRON, 2009). Com isso, parlamentares e proprietários percebiam que o Império brasileiro se beneficiava de uma conjuntura internacional extremamente favorável, pois a arrecadação crescia em valor, embora fosse feita sobre a mesma base material anterior (PARRON, 2009, p. 204).

Para Tamis Parron (2009, p. 213), 1850 foi também um marco em que foi deixada uma grande massa de capitais que se empregavam nas especulações na Costa da África, cujos efeitos refletiram na política imperial concorrendo para o desenvolvimento industrial e comercial das praças. Segundo José Murilo de Carvalho (2012), a unidade política do Brasil no período de 1831 a 1850 esteve seriamente ameaçada, tendo 1850 como grande marco divisório graças às reformas introduzidas no governo. Na década seguinte, tanto o Estado brasileiro quanto o norte-americano se consolidariam a partir das guerras do Paraguai (1864-1870) e da Secessão (1861-1865), sendo o conflito um elemento constitutivo para a formação dos Estados nacionais modernos (OLIVEIRA, 2017). Para Vitor Izecksohn (2005), as guerras foram fundamentais para a definição das fronteiras e para o estabelecimento efetivo dos Estados criados no período pós-independências no continente americano.

ESTADO-NAÇÃO BRASILEIRO E SUA CONEXÃO COM OS ESTADOS UNIDOS

Segundo José Honório Rodrigues (1966, p. 26), a década de 1840 se mostrou como ponto crucial em que a política externa brasileira se livrava das amarras de outros países. Em suas discussões sobre as pressões das grandes potências mundiais e os fundamentos e flutuações da política externa brasileira diante delas, mostrou que o Brasil foi

um protetorado britânico até 1844, quando foram expirados os tratados de amizade e comércio e recusadas as renovações. A política internacional com os Estados Unidos, em particular, ora se expandia, ora se contraía, com o governo brasileiro sempre se cercado à procura de uma posição de equilíbrio entre as dezoito Repúblicas hispanoamericanas. Ainda, aliar-se aos Estados Unidos era importante porque metade do território estadunidense era escravista, e isso fazia parte dos interesses do projeto imperial (RABELO, 2017, p. 23).

O alinhamento externo das políticas da escravidão, cunhado de “internacional escravista” (PARRON, 2015), foi um esforço em prol da manutenção dos privilégios e espaços de poder remanescente da colônia portuguesa. Nesse sentido, o primeiro registro oficial na história do Brasil desse esforço foi o de José Gaspar Lisboa, em 1843, ao dizer ao ministro dos Negócios Estrangeiros que “entre as duas nações os interesses se acham entrelaçados até certo ponto”, dando a ideia de que a escravidão dava ao Brasil e aos Estados Unidos a base de uma geopolítica comum (PARRON, 2015, p. 430).

É importante apontar aqui a construção de narrativas sobre os Estados Unidos nos espaços de deliberação política no Brasil. A partir de 1860, tais narrativas foram marcadas por certa condição de desconfiança por parte dos políticos brasileiros, pontuando que o movimento imperialista norteamericano tinha sido “*agressive and haughty*” (FERRIS, 1941, p. 51). Antes disso, durante as décadas de 1840 e 1850, a interpretação dos diálogos consulares demonstrava a vontade do governo brasileiro em manter relações com os Estados Unidos por ser o único país na América com condições de oferecer política e economicamente caminhos para a construção do Estado brasileiro como nação.

Nas narrativas a partir de 1860 marcadas pela desconfiança, os Estados Unidos eram vistos por alguns sul-americanos como uma ameaça às suas soberanias, senão às suas próprias existências enquanto nações. Nathan Ferris (1941, p. 51) ilustra tal sentimento através da conferência ocorrida já em 1856 com representantes do Chile, Equador e Peru, em que foi assinado um tratado para promover laços mais próximos entre as repúblicas, mas que demonstraram hostilidade para os Estados Unidos. Na iminência da Guerra Civil, o presidente norteamericano, Lincoln, se viu numa posição delicada perante a América Latina, pois não obtinha deles o apoio necessário para afastar o reconhecimento da Confederação. Houve a estratégia, por parte dos confederados, de enviar diplomatas a alguns países, esperando que, como defensores da independência nacional e apoiadores de guerras internas por esse propósito, eles veriam na luta dos confederados um paralelo com seus próprios conflitos e ofereceriam apoio. Ao fim, então, só foi enviado um diplomata ao México com esse propósito.

Por parte do governo de Lincoln, houve também a intenção de enviar homens ao

sul do continente para restabelecer relações, com a missão de convencer essas nações de que o bem-estar deles se ligava à causa da União norte-americana. Foram enviados representantes do governo ao Chile, Peru, Argentina, Venezuela, Bolívia e Brasil, começando uma campanha de estabelecimento de interesses entre os Estados Unidos e esses países (FERRIS, 1941, p. 52). No Brasil, os Confederados pareciam ter mais apoio mesmo não tendo se esforçado para tal, pois a escravidão já era justificativa suficiente para o fortalecimento desse laço, o que levou Gerald Horne (2010) a se referir ao Brasil como “o sul mais distante” em seu estudo sobre a escravidão no continente americano.

Não apenas pelo lado brasileiro, mas principalmente pelo estadunidense, houve um esforço significativo de se manter as relações comerciais, de paz e de amizade no período de 1840 a 1860. Em setembro de 1849, foi enviado do Rio de Janeiro para os Estados Unidos um ofício, sem remetente, ao Visconde de Olinda³, transmitindo cópias do ofício de Mr. Todd, ministro norte americano no Brasil, que tratava de um projeto de Tratado para regular de forma permanente as relações comerciais entre os dois países e recomendando que, se lhe perguntassem qual a posição do governo brasileiro, que assegurasse as intenções (do remetente) de estreitar cada vez mais as boas relações com os Estados Unidos, mas sem que fosse expresso um sentido de afirmação de adoção do projeto. Isso demonstra a estratégia usada pelo governo imperial de não aceitação imediata das imposições do governo norteamericano, mas com a cautela de que não fosse criada uma desarmonia. A intenção brasileira não era a de assinar um “contrato” a mais com os Estados Unidos, mas sim manter a relação de aliança, principalmente comercial, sem que sua autonomia no setor econômico fosse ferida, sem que houvesse mais pontos em que o Brasil saísse prejudicado, sem a garantia de reciprocidade, o que tinha acontecido quando foram assinados os tratados anteriores. Além disso, o término do tratado significava a possibilidade de aumento da arrecadação fiscal com o imposto às importações, que era o instrumento comum com o qual os governos dos países da economia primário-exportadores arrecadavam suas receitas básicas (FURTADO, 2003, p.97).

Havia também uma crescente representatividade dos Estados Unidos no Brasil desde pelo menos o período da Independência, explicitada por Antonia Wright (1978) em seu estudo sobre a preponderância britânica no Brasil. Segundo ela, havia uma disputa no Brasil entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos no que tangia à fiscalização antiescravista nas embarcações, principalmente nas de bandeiras norte-americanas. O progresso da construção naval nos Estados Unidos estava diretamente ligado à sua participação no tráfico negreiro, o que marcou a posição norteamericana no Brasil, principalmente por

³ Pedro de Araujo Lima, o Visconde de Olinda, presidiu o Conselho de ministros por mais tempo durante o Segundo Reinado. Foi também ministro dos Negócios Estrangeiros de 1848 a 1849, Senador do Império, Conselheiro de Estado, oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro e Comendador da Ordem de Cristo.

existir na década de 1840 um “antibritanismo [...] bastante aceso” (WRIGHT, 1978, p. 237). Para a autora, a atitude oficial de Washington era a de aproveitar os atritos causados pelo combate ao tráfico nas relações entre Brasil e Grã-Bretanha, dando ênfase ao principal ponto de contato entre Brasil e Estados Unidos: o sistema escravista. O secretário de Estado dos EUA, John Calhoun, ao escrever para o ministro norte americano no Rio de Janeiro em 1844, esclarece:

Destruir a escravidão, em qualquer das duas nações, facilitaria a destruição (do mesmo instituto) na outra. Eis o porquê do nosso interesse mútuo em resistir à interferência britânica em quaisquer dos dois países, e eis também por que é importante que, tanto o Brasil como os Estados Unidos, se oponham firmemente a qualquer tentativa britânica para perturbar as relações raciais em nossos respectivos países (CALHOUN, 1844 *apud* WRIGHT, 1978, p. 240).

Havia necessidade de se manter os laços com outra nação também escravista para que fossem garantidos os lucros e privilégios provenientes da escravidão. A atitude oficial dos Estados Unidos, presente no trecho destacado, partia da defesa da escravidão em seu território assim como no brasileiro, sob o pressuposto de que havia um interesse mútuo e, assim, demonstrava a necessidade da união entre eles em prol da instituição escravista - a base geopolítica comum.

Ainda na carta de Calhoun, que mais tarde teve seu teor aprovado pelo ministro brasileiro das Relações Exteriores, foi recomendado que o ministro norteamericano congratulasse o governo brasileiro por não aceitar a abolição da escravidão como condição para que a Grã-Bretanha comprasse o açúcar brasileiro, demonstrando o apoio dos Estados Unidos nas pautas antiabolicionistas brasileiras (WRIGHT, 1978, p. 240).

Até o início dos rumores sobre a Guerra da Secessão, os Estados Unidos eram o modelo de mundo civilizado que sabia como lidar com as questões escravistas, pois não tinham alterado, ainda, sua legislação sobre elas, dando o “testemunho mais autêntico de condescendência que o legislador deve guardar para com as ideias e os interesses dos governados” (PARRON, 2009, p. 226). Portanto, a justiça estadunidense, assim como a brasileira, se fundava na preservação da propriedade privada já adquirida, mantendo os esforços para dissuadi-la ineficazes. Segundo Tamis Parron (2009, p. 236), “todas as instâncias decisórias máximas do império deviam seguir aquelas da república americana no período pré-Guerra Civil”. O período que antecede a Guerra Civil marcou o debate político sobre a conveniência do estado nacional nos Estados Unidos, num contexto de lutas que levariam à separação dos estados do Sul e a formação de um novo país de curta duração: os Estados Confederados da América, de 1861 a 1865 (IZECKSOHN, 2003).

AS CONEXÕES INTERNACIONAIS DO ESTADO NACIONAL: O LUGAR DO BRASIL NA AMÉRICA

Considerando que as medidas tomadas na esfera política nacional brasileira fazem parte de uma esfera maior e internacional, há de se levar em conta as narrativas e as relações criadas com o mundo externo, para além da relação Brasil-Estados Unidos. Em 1847, por exemplo, houve uma crise monetária que afetou a Europa (MARX, 2009) com desdobramentos nos Estados Unidos, prejudicando as exportações de café brasileiro. A partir disso, os dirigentes políticos junto ao consulado ou às Câmaras dos Deputados articularam estratégias que determinassem características do momento político-econômico seguinte, da mesma forma que o avanço cafeeiro desde a década de 1830 dependeu de acordos políticos internos para dar garantia aos investidores desse ramo (MARQUESE, TOMICH, 2009). A intenção é a de notar que o plano macro não se torna causa determinante do micro, mas contextualiza ações tomadas na conjuntura de construção do Estado nacional brasileiro.

A historiografia sobre o comércio brasileiro do século XIX há muito destaca a preeminência da Inglaterra na economia do Brasil, o país europeu que assumira posição de grande potência mundial no período, fornecendo bens industrializados para todo o mundo. É inegável a forte presença de capital britânico nas casas comerciais brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro, fomentando inclusive os negócios do tráfico negreiro. Porém, não há um consenso historiográfico sobre esse predomínio; há autores que o relativizam até meados dos oitocentos. D. C. M. Platt, em 1972, assim como Robert Greenhill cinco anos depois, considerou a influência britânica pouco significativa por conta dos problemas internos do continente sul-americano, como as guerras civis, e das limitações dos mercados de toda essa região (GUIMARÃES, 2010, p. 22). Por outro lado, há os que enfatizam a presença inglesa associada ao capitalismo moderno em detrimento da forma arcaica de os negociantes portugueses controlarem o comércio importador e exportador brasileiro (FREYRE, 1977), e outros, ainda, que demonstram o gradual crescimento da atuação comercial inglesa no comércio exportador brasileiro já no início do século XIX (GUENTHER, 2004).

Apesar da divergência em relação ao peso representado pelo comércio britânico nas primeiras décadas do século XIX, o certo é que outras potências, como os Estados Unidos, começavam a se firmar como parceiros representativos. Segundo Pedro Rabelo (2018, p. 187), em meados da década de 1820 a aliança com o Império britânico era repudiada pelos luso-brasileiros, o que incentivou a aproximação com o governo dos EUA para equilibrar os ânimos entre os grupos sócio-políticos contrários à abolição do tráfico de escravos.

É indispensável se pensar no tema do café brasileiro como matéria de exportação que nos oferece dados significativos, sobretudo porque atestam um crescimento notável das relações econômicas entre o Brasil e os Estados Unidos. A exportação deste gênero é um tema importante para todo o século XIX pelos seus números

elevados: entre 1812 e 1816, a média anual de produção de café foi de 1.500 toneladas; em 1830, tal montante chega a 67 mil toneladas, fazendo com que o Brasil liderasse o ranking de produção mundial do produto. Em meados da década de 1840, mais de 50% da produção mundial de café era brasileira. A partir de 1842, os números da produção de café brasileiro totalizavam 84.221 toneladas, aumentando para 89.550t no ano seguinte, chegando a 141.819t em 1847 (RIBEIRO, 2014, p. 40). Esse avanço cafeeiro dependeu de acordos políticos internos para dar garantia aos investidores desse ramo, mas também para suprir a demanda mundial.

Um fator que explica a alta demanda estadunidense, em particular, tem a ver com o aumento da renda de seus cidadãos. Harber e Klein (1992, p. 242) destacaram que cerca de metade do aumento de 2400% das importações de café nos Estados Unidos, por todo século XIX, teve relação com o crescimento da renda dos estadunidenses. Esse fator também explica o crescimento comercial no fluxo contrário, EUA-Brasil. De acordo com Maria Eulália Lobo, no período de 1820 a 1850 houve de modo geral uma tendência de elevação dos salários dos cariocas, apesar dos períodos de inflação. Além disso, entre 1838 e 1849 houve um alto crescimento populacional na cidade, o que contribuiu para o aumento da circulação monetária (LOBO, 1978, p. 86). Com essas tendências, o comércio norte americano com o Brasil duplicou em valores dolarizados entre a década de 1820 e a de 1830, e em seguida deu um salto na década de 1850, alcançando em 1857 um valor seis vezes maior do que o registrado em 1821 (RIBEIRO, 2014, p. 40).

A existência de uma guerra fiscal entre a Grã-Bretanha e os Estados Unidos após a reorganização mundial do comércio, causada pelo Congresso de Viena, também é um fator de destaque (PARRON; YOUSSEF; ESTEFANES, 2014, p. 146). Na década de 1820, os grupos manufatureiros do Norte dos Estados Unidos desejavam fechar o mercado doméstico à Grã-Bretanha, se opondo ao desejo do Sul de reduzir os direitos de entrada sobre a libra do café. Tal disputa tarifária ocasionou, no início da década seguinte, a redução destes direitos de cinco centavos de dólar para dois, de dois para um, chegando a zerar em 1833, “a abertura irrestrita das aduanas tornaria os Estados Unidos o maior mercado consumidor de café na economia global, o que teve efeito imediato sobre a atuação dos produtores e negociantes do Vale do Paraíba” (PARRON, YOUSSEF, ESTEFANES, 2014, p. 146).

De qualquer forma, o maior parceiro comercial tanto do Brasil quanto dos Estados Unidos ainda era a Grã-Bretanha, origem e destino da maior parte das mercadorias compradas e vendidas, além de a moeda britânica controlar a política cambial. Este era um vínculo imprescindível às duas economias durante o século XIX, o que não diminui a relevância das parcerias comerciais do Brasil com outros Estados.

Sobre a posição dos Estados Unidos no mercado global, alguns dados quantitativos

se mostram expressivos: para o ano de 1841, o maior comprador de algodão estadunidense era o Brasil, seguido do Chile, que comprou US\$584.503, e China, que comprou US\$188.019 (AHI, 259/21). Esses dados sobre a exportação norte americana foram registrados pelo consulado brasileiro em Nova Iorque com a intenção de determinar a posição do mercado brasileiro nessa economia, mas acabam por também expor a diversidade de países latino-americanos compradores da manufatura estadunidense: Cuba, Haiti, México, República Federal da América Central, Venezuela, Repúblicas Cisplatina, Argentina e Chile, o que aponta para certo interesse por parte dos Estados Unidos em manter relações comerciais dentro do continente, principalmente para que sua produção fosse escoada.

No caso do Brasil, Sérgio Teixeira de Macedo⁴, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário brasileiro nos EUA no ano de 1849, elucidou alguns pontos sobre a posição que o Brasil ocupava na América em ofício destinado a Pedro de Araújo Lima, o Visconde de Olinda, presidente do conselho de ministros e ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Ele havia se reunido em Washington com ministros do México, Chile e Nova Granada para que fossem estreitados laços de união e se discutissem os regulamentos consulares de cada governo. Segundo ele, o assunto da reunião girou em torno da desorganização em que se achavam tais países, principalmente o México após a guerra com os Estados Unidos, e que era unânime a opinião de que o “espírito militar” havia sido o causador de tanta desordem. A regulamentação consular em comum entre os Estados serviria para aperfeiçoar as transações comerciais e evitar possíveis desavenças entre seus agentes.

Todos reconheceram a política liberal do governo brasileiro, e os favores que podem dela esperar os governos americanos por ser o Brasil a potência da América mais bem representada e em maior número de cortes e de estados. Emprestei ao ministro da Nova Granada, que o deve depois passar ao do México, o único exemplar do regimento consular que achei nesta legação (AHI, 233/35).

O ministro chileno propôs que estudassem o regulamento consular brasileiro por ser este um exemplo de norma bem redigida que antecipava medidas para evitar transtornos e que, na conferência seguinte, discutissem sobre a adoção de regulamentos semelhantes. Foi também proposto que fosse repassado a cada cônsul de seu Estado a necessidade de dar proteção a cada indivíduo estrangeiro de qualquer país americano que não tivesse, em seu distrito, uma representação de seu Estado. Tal recomendação visava fortalecer

⁴ Sérgio Teixeira de Macedo foi primeiramente nomeado secretário de legação para Paris em 1833, promovido a encarregado de negócios em Lisboa em 1834, removido para Turim e Roma e depois Paris três anos depois. Foi então promovido a ministro residente em Turim em 1842, passou com o mesmo caráter para Paris e dali para Viena em 1844. Foi promovido a enviado extraordinário em Viena e removido, com o mesmo caráter, para os Estados Unidos pelo decreto de 26 de julho de 1848. Tinha o salário de 7:000\$000 (sete contos de réis). BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Ministro Paulino José Soares de Souza. Relatório do ano de 1850 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão ordinária da 8ª Legislatura, p. 17. Disponível para consulta em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>.

também seus vínculos migratórios. Por parte do governo brasileiro, não havia a intenção de modificar seu regulamento por já o ter sido feito em 1842 e 1845 durante as reformas administrativas, e, sobretudo, por já existir uma política de expedição de passaporte e legalização de documentos de estrangeiros americanos nas legações e consulados brasileiros. Esta política era uma característica das sociedades de mercado que ascenderam no final do século XVIII e primeiras décadas do XIX, ligadas a uma forma alternativa de organização social na qual a violência era substituída pela paz, salvaguardando a liberdade de comércio. Nesse tipo de sociedade, ser cidadão de uma República ou súdito de um Príncipe correspondia a ter direitos de comércio e navegação sobre determinados territórios, e de passagem e residência sobre outros (RABELO, 2018).

A opinião de Sérgio Macedo sobre a conferência entre os ministros era a de ser inútil, naquele momento, estabelecer algum tipo de aliança com os países da América que não fossem os Estados Unidos. Segundo ele, estes países tinham “governos efêmeros, sem força, sem prestígio, sem princípios, sem norte fixo” e, por isso, o Brasil não se beneficiaria com nenhum desses vínculos e, pelo contrário, poderia envolvê-lo em “contestações desagradáveis com outros governos”. Portanto, não havia o esforço de fortalecer os laços com esses Estados da mesma forma que havia com os Estados Unidos, mas havia a pretensão de mostrar o Brasil como nação amigável e prestativa de apoio e proteção aos seus vizinhos dentro de uma América fragilizada. Para ele, só havia duas potências no continente, e como os Estados Unidos eram vistos como uma potência opressora pelas repúblicas sul-americanas, estas sentiam a necessidade de ter um laço de amizade com o Brasil. Por outro lado, estes laços de amizade poderiam significar uma perda no vínculo Estados Unidos-Brasil:

Com estes [países americanos] é essencial manter a paz e as boas relações ora existentes, não lhes dar motivos de suspeitar nossa amizade, de desconfiar de nós; deve pois, quanto a mim, haver o maior cuidado em evitar que eles imaginem que, aproveitando a irritação dos hispano-americanos provocada pela opressão do México e por outros de prepotência, estamos à testa de projetos de ligas e de combinações contra eles [Estados Unidos]. Não devemos sacrificar a amizade de uma potencia considerável e cujas relações comerciais nos são vantajosas a um porvir de alianças que nem uma importância atual tem (AHI, 26 de abril de 1849, pasta 23335).

A relação comercial seria o ponto-chave para a manutenção de laços de paz e amizade com outros Estados. Se o estabelecimento do comércio com a República norte americana era lucrativo ao Brasil, não seria coerente colocar em risco esta relação em função de outra que não tivesse a expectativa de trazer um retorno à altura. Esta era uma das formas de manter a soberania do projeto político imperial fortalecido, cujo objetivo era conservar a nação, se baseando em relações comerciais estáveis para que não houvesse prejuízo financeiro no sistema exportador.

Os Estados Unidos, nesse período, já tinham uma atuação expressiva enquanto exportadores no mercado global - para o ano de 1841, por exemplo, o maior destino do algodão estadunidense era o Brasil, seguido do Chile e da China (AHI, 259/21). Dentro da América, é relevante a diversidade de países compradores da manufatura estadunidense: Cuba, Haiti, México, República Federal da América Central⁵, Venezuela, Argentina e Chile, o que aponta certo interesse por parte dos Estados Unidos em manter relações comerciais dentro do continente, principalmente para que sua produção fosse escoada (AHI 258/35). Segundo Sven Beckert (2014), em meados do XIX havia uma rede global de agricultura, comércio e produção industrial, em que mercadores compravam algodão cru ao redor do mundo e levavam para as indústrias britânicas, destino de 2/3 de manufatura de algodão do mundo inteiro. Era um complexo manufatureiro integrado mundialmente, cuja origem principal do algodão eram as *plantations* escravistas na América, e cujos produtos escoavam para os mercados do mundo todo.

O envolvimento do Império do Brasil nesse mercado também foi significativo do ponto de vista da política externa. Tamis Parron (2020) apontou que, em 1851, iniciou-se um “alinhamento sul-sul que teria fôlego na diplomacia brasileira” a partir da ratificação de um tratado de comércio, navegação, limites e extradição de foragidos (inclusive escravos) com a Corte com o Peru. O Brasil estaria então cada vez mais envolvido nas tensões regionais que foram remodeladas pelo movimento de auto expansão da economia-mundo capitalista. Como ilustrativo desse envolvimento, não foi só assinado o tratado de comércio, limites e extradição de escravos com Peru, mas também com o Uruguai no ano seguinte, com a Confederação da Argentina em 1856, e com o Paraguai em 1855 e 1856 (PARRON, 2020, p. 463).

A visão oficial de que só havia duas potências dentro da América não era a que prevalecia em décadas anteriores. Desde pelo menos 1826, o tema de união entre nações latino-americanas foi pauta constante nas reuniões entre os representantes das nações e nos ofícios entre os representantes do Império. O Congresso do Panamá, neste ano, aludia a uma ideia de criação de uma liga entre os países americanos e de um órgão destinado à sua articulação, o que não aconteceu, mas que deu um pontapé inicial para que essa união se mantivesse em constante discussão nas próximas duas décadas. Há uma série de documentos escritos pelo Encarregado de Negócios do Império no Chile em que ele destaca a importância de manterem laços de amizade e de estarem presentes nas reuniões entre representantes, principalmente nos congressos internacionais (Congresso do Panamá – 1826, Congresso Americano de Lima – 1847, Congresso de Santiago do Chile – 1856,

5 A República Federal da América Central foi um país constituído em 1823 como uma república federal situada na América Central, seguindo o modelo federativo dos Estados Unidos. Ela teve a duração de dezessete anos e seu território correspondia aos atuais países da Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica.

Reunião de Representantes Latino-americanos em Washington - 1856) (AHI 2310101).

Em ofício de 08 de março de 1839, o encarregado de Negócios do Império do Brasil no Chile, Miguel Maria Lisboa, relatou ao Sr. Antônio Peregrino Maciel Monteiro, ministro dos Negócios Estrangeiros naquele ano, que havia se reunido com o ministro chileno para tratar de “pretensões da Europa para com a América do Sul”, situando o ataque da França contra o México, Buenos Aires e Oiapoque, além das ameaças contra o Chile. O ministro chileno então o questionou sobre a união dos Estados da América do Sul e qual era o posicionamento do império nesse quesito, se estariam organizados ou não, obtendo a resposta de que o Brasil não deixaria de contribuir para sustentar os interesses comuns da América do Sul e que poderiam fazer um “serviço valoroso á América, dando força moral às decisões razoáveis de seu congresso, e corrigindo as idéias exageradas (...)” (AHI, 231/01/01).

No mês seguinte, Maria Lisboa tratou em seu ofício sobre o Congresso que aconteceria anos depois no México e havia um questionamento entre os Estados americanos se os Estados Unidos deveriam ser admitidos ou não no Congresso. Ou seja, as pretensões da Europa dentro da América não eram as únicas a serem questionáveis, mas também as dos EUA.

O Jornal *El Mercurio* de 16 de agosto de 1834 publicou um decreto do Governo do Equador, que determinava que a nenhuma nação europeia se concederia os mesmos favores que aos Estados hispano e anglo-americanos. Segundo Miguel Maria Lisboa, esse decreto era insustentável, por ser diretamente oposto ao Tratado entre a Colômbia e a Inglaterra, ao qual estaria submetido o Equador. Mas que, ainda assim, seria válido que fosse mostrado ao Ministro no Brasil uma cópia do decreto, porque era uma “prova de que as Nações que nos cercam não contam conosco para sua política” (AHI, 2310101).

No decreto se dizia, no artigo “2º: *Los Estados Unidos del Norte deben ser considerados como una República hermana con opción a los mismos favores y privilegios, que las Hispano-Americanas*”. Ou seja, o artigo incluía os Estados Unidos, e segundo Maria Lisboa, seria conveniente que eles tentassem incluir também o Brasil, visto que não existia comércio entre o império e o Equador, o que seria facilitado com essa inserção no decreto e, depois, quando esse princípio fosse generalizado, seria possível tirar vantagens nas relações com outras potências Americanas (AHI, 2310101).

Em maio de 1839, Maria Lisboa reiterou o interesse do império em entrar na liga em união aos outros Estados da América:

(...) tanto mais quanto em um Congresso em que entre as Repúblicas de Bolívia, Perú, e da antiga Columbia, melhor poderemos reclamar o direito de entrada pelo Paraná, direito que igualmente interessa a primeira, e em cujo apoio será possível ganhar a coadjuvação das mais, em troca da não mais desejada entrada do Amasonas (AHI, 2300315).

Convinha ao Brasil entrar nessa união, pois teriam uma oportunidade de abrir uma navegação com o interior de São Paulo e com Mato Grosso, além de a Fazenda Pública ganhar com os direitos de trânsito e ancoragem do comércio peruano e colombiano pelo Amazonas. O ministro ainda sugere a antecipação da demonstração de interesse em se aliar aos Estados americanos:

E também permita V. Ex^a que exponha minha humilde convicção de que, si quisermos ser admitidos, devemos, quanto antes, dar passos para isso: porque as repúblicas hespanholas por certo nos não convidarão: e porque, para que sejamos admitidos com menos desconfiança, é mister que mostremos algum empenho pela reunião do Congresso, tomando a dianteira; e não aguardemos o momento em que nossos desejos de concorrer, poderão ser interpretados como efeito da necessidade (AHI, 2310101).

O projeto conservador de centralização também esteve ligado às percepções dos governantes brasileiros sobre como o império era visto de fora. O ministro chileno expôs, ao continuar debatendo a necessidade de se formar alianças com as nações americanas, que era possível supor o interesse delas em promover a “desmembração do colossal Império”:

E si demais, tomando esse ajuste por base de aliança, assegurassemos os meios de tornar-o efetivo, por Convenções especiais, adaptadas á posição dos diferentes países, alguma cousa se obteria em favor da união do Brasil, considerada com relação aos perigos que lhe apresentam os ciúmes, e intrigas de nossos confinantes. É verdade que o próprio interesse, que se pode supor que estes tem, em promover a desmembração do colossal Império, deverá tornar [o] difícil a sua aquiescência a este ajuste; mas estudando e fazendo valer interesses iguais aos nossos, que eles também tem por outros lados, talvez desaparecesse essa dificuldade (AHI, 2310101).

A narrativa geral desses ofícios do Encarregado de Negócios no Chile era a de que o Império não deveria ficar para trás nem excluído dessas reuniões entre Estados da hispano-americanos. A principal razão para isso se referia às fronteiras, para que fossem fixadas as bases para decidir as questões de limite de território. Sua vontade era a de que o Brasil firmasse tratados, fosse com Chile ou com Nova Granada e Equador, sendo esses dois últimos fronteiros com o território imperial.

Mais de dez anos depois, em janeiro de 1850, Maria Lisboa ainda discutia a necessidade da presença imperial nas reuniões de Estados americanos, dizendo que “um Congresso Geral Americano [seria] infalivelmente tam fatal á America e ao Brasil se nelle entrarmos”. Segundo ele, essa reunião fazia parte de um projeto que caminhava e tomava vulto e que, superado o obstáculo da localidade, motivo de grande discussão durante todos esses anos sobre onde aconteceria o encontro, seria adotada a ideia de negociações secretas e parciais, “conforme o plano que tive a honra de fazer subir á presença do Governo Imperial em meu officio reservado n^o 6 de 1839; e nesse caso o Brasil não deve dormir” (AHI, 2310101).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos entre Estados Unidos e Brasil discutidos nas esferas oficiais do governo sugerem uma ampliação do olhar para além de vontades internas. Ambos os países estavam inseridos numa América conflituosa por disputas de legitimação de poder e com interesses imperialistas vindos da Europa. Negar tais ligações seria caracterizar a formação do Estado nacional brasileiro *in vitro*, observada fora de um organismo totalizante das relações internacionais que consideraria a construção da nação circunscrita apenas ao contexto nacional.

Do ponto de vista das relações internacionais mantidas pelo Estado brasileiro, conservar a nação se baseava em manter relações político-econômicas estáveis e, especificamente na relação comercial com os Estados Unidos, preservar o vínculo de amizade para garantir os interesses agroexportadores mesmo após o fim do tratado entre os países. Com os Estados americanos vizinhos, é possível perceber uma disposição em criar e manter laços amigáveis, ao mesmo tempo em que havia um receio de perder o vínculo comercial com os Estados Unidos, que já eram vistos com desconfiança pelos outros Estados americanos.

A documentação do Itamaraty nos mostra que o Brasil sempre esteve acompanhando o assunto de união latino-americana e nunca excluiu a possibilidade de associar-se às tentativas de articulação regional com esses países. Em 1842, o Brasil chegou a cogitar ser sede de uma reunião entre os Estados, “numa disposição possivelmente aguçada pelas já difíceis relações com a Grã-Bretanha por causa do tráfico de escravos”(CHDD, 2003, p. 8).

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1840 apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão de 1841**. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1842 apresentado à Assembleia Legislativa na 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura em 1843**.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1846 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão ordinária da 5ª Legislatura em 1847**. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Relatório do ano de 1846 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão ordinária da 5ª Legislatura em 1847**. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Ministro Paulino José Soares de Souza**.

Relatório do ano de 1850 apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão ordinária da 8ª Legislatura. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/relatorios-do-ministerio>.

Cadernos do CHDD – Centro de História e Documentação Diplomática – Ano I – número 2 – 1º semestre de 2003.

ARQUIVOS

Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro, RJ, pastas:

Embaixadas Washington Ofícios 233/3/5

New York Despachos 259/2/2

New York Mapas Estatísticos 259/2/1

New York Ofícios de 258/3/4 até 258/3/6

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKERT, Sven. **Empire of the Cotton: A global history.** New York: Alfred A. Knoff, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. A Vida Política. *In*: CARVALHO, José Murilo de; SCHWARCZ, Lília (Coord.). **A construção nacional: 1830-1889.** Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: Fundación MAPFRE, 2012.

COSTA, Wilma Peres. A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850). *In*: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs). **História econômica da independência e do império.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRIS, Nathan. The Relations of the United States with South America during the American Civil War. **The Hispanic American Historical Review**, v. 21, n. 1, Feb., 1941. Published by: Duke University Press.

FREYRE, Gilberto. **Inglese no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL 1977.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GABLER, Louise. **A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e a consolidação das relações exteriores do Brasil (1823 – 1891).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

GUENTHER, Louise H. **British merchants in 19th century Brazil: business, culture and identity in Bahia, 1808-1850.** Oxford: Centre for Brazilian Studies, 2004.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Finanças e comércio no Brasil da primeira metade do século XIX: a atuação da firma inglesa Samuel Philips & Co – 1808 -1831. **Revista Navigator.** Dossiê v. 6, n. 12, 2010.

GREENHILL, Robert. Merchants and the Latin American Trades: an Introduction. *In*: PLATT, D. C. M. (ed.). **Business Imperialism, 1840-1930**. An Inquiry based on British Experience in Latin America. Oxford: Oxford University Press, 1977.

HARBER, Stephen; KLEIN, Hebert As consequências econômicas da Independência brasileira. **NOVOS ESTUDOS**, n. 33, jul. 1992.

HORNE, Gerald. **O Sul mais Distante – Os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IZECKSOHN, Vitor, Escravidão, federalismo e democracia: a luta pelo controle do Estado nacional norte-americano antes da Secessão. **Topoi**, v. 6, p.47-81, mar. 2003.

IZECKSOHN, Vitor. O Processo de Formação dos Estados Nacionais no Rio da Prata: Comércio, navegação e guerra, 1810-1864. *In*: **Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática – Ano IV**, número especial. Brasília, DF: A Fundação, 2005. 208p.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Viagem Incompleta 1500-2000 - A experiências Brasileira**. São Paulo: SENAC São Paulo Editora, 2000.

LOBO, Eulália Maria. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC. 1978. 2 volumes.

MARQUES, Leonardo; PARRON, Tâmis. História relacional: uma entrevista com Dale Tomich. **Tempo**, Niterói, v. 25, n. 3, p. 764-773, Dec. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042019000300764&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 ago. 2020.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.). **O Brasil Imperial - Vol. II: 1831-1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 339-383

MARX, Karl. A Crise Monetária na Europa. Dossiê: Artigos de Marx, **Lutas Sociais**, São Paulo, n.23, p.133-136, 2o sem. 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

OLIVEIRA, Juliana Jardim de Oliveira. **A Guerra Civil no espaço Atlântico: a secessão norte-americana nos debates parlamentares brasileiros (1861-1865)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História, 2017.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PARRON, Tâmis. **A política da escravidão na era da liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787 – 1846**. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, 2015.

PARRON, Tâmis. Tratados de comércio e de tráfico negreiro. *In*: SLEMIAN, Andréa; AIDAR, Bruno; LOPES, José Reinaldo de Lima. (Org.). **Dicionário histórico de conceitos jurídico-econômicos (Brasil, séculos 18-19)**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2020. v. 2, p. 429-477.

PARRON, Tamis; YOUSSEF, Alain El; ESTEFANES, Bruno Fabris. Vale Expandido: contrabando negreiro e a construção de uma dinâmica política nacional no Império do Brasil. **Almanack**. Guarulhos, 2014.

PLATT, D. C. M. **Latin America and business trade, 1806-1914**. London: A. & C. Limited, 1972.

RABELO, Pedro Henrique de Mello. Soberania da nação ao Estado: a invasão napoleônica da península ibérica nas páginas do Correio Braziliense (1897-1810). **Revista Faces da História**, v. 5, n 1, 2018.

RABELO, Pedro Henrique de Mello. **Amizade, comércio e navegação: o Tratado de 1829 e as relações político-mercantis entre o Brasil e os Estados Unidos na formação do Império brasileiro (1808-1831)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. 2017.

RIBEIRO, Alan. “**The leading comission-house of Rio de Janeiro**”: a firma Maxwell, Wright & Co. no comércio do Império do Brasil (c.1827 – c.1850). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, 2014.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

VIEIRA, Renata; OLIVEIRA, Paulo. A Construção da Nação no Brasil Imperial: uma análise sob a luz dos estudos decoloniais. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, p. 123-144, 2020.

WEINSTEIN, Barbara. Slavery, Citizenship and National Identity in Brazil and the U.S. South. *In*: DOYLE, Don H.; PAMPLONA, Marco Antonio (Org). **Nationalism in the New World**. University of Georgia Press, 2006.

WRIGHT, Antonia. **Desafio americano à preponderância britânica no Brasil. 1808-1850**. São Paulo: Ed. Nacional; INL, 1978.

LAS SERIES AUDIOVISUALES COMO EXPERIENCIA CULTURAL: ENTRE ENTRETENIMIENTO Y NARRATIVA DE IDENTIDADES NACIONALES LATINOAMERICANAS EN LA SERIE LOS ARCHIVOS DEL CARDENAL (2011)

Cesar Reina
Rosangela de Jesús Silva

Resumen: La actividad cultural constituye un mecanismo donde los sentidos, las mediaciones y las experiencias se transforman según las épocas y los contextos sociales, y no posee una esencia invariable. El presente artículo propone una aproximación teórica sobre cómo las series audiovisuales han dejado de ser un simple producto de entretenimiento, para convertirse en una experiencia cultural capaz de construir narrativas sobre las identidades nacionales en Latinoamérica. De esta manera, con el fin de comprender cómo se manifiesta esta relación, tomamos como fuente de estudio la serie chilena *Los Archivos del Cardenal* (2011), donde abordamos de manera seccionada algunos de sus capítulos a lo largo de la primera temporada. Lo que permite conducir la reflexión desde dos momentos notables: la configuración histórica de las series como vehículo de representación simbólica y visual, así como su diseminación por las sociedades latinoamericanas; y en la secuencia, las características técnicas y narrativas que posibilitan expresar los relatos identitarios nacionales.

Palabras-claves: Narrativa audiovisual; series; Latinoamérica; identidad; cultura.

Abstract: Cultural activity constitutes a mechanism where the senses, mediations and experiences are transformed according to the times and social contexts, an invariable essence. This article proposes a theoretical approach on how audiovisual series have ceased to be a simple entertainment product, to become a cultural experience capable of building narratives about national identities in Latin America. Therefore, in order to understand how this relationship manifests itself, we take as an object of study the Chilean series *Los Archivos del Cardenal* (2011), where we approach some of its chapters throughout the first season in a sectioned manner. What allows reflection to be conducted from two notable moments: the historical configuration of the series as a vehicle of symbolic and visual representation, as well as its dissemination throughout Latin American society; and in the sequence, the technical and narrative characteristics that make it possible to express national identity stories.

Keywords: Audiovisual narrative; series; Latin America; identity; culture.

INTRODUCCIÓN

La ampliación de los objetos de estudio histórico hacia el campo de las imágenes audiovisuales no es un hecho reciente, ya desde el siglo XX el cine venía presentando cierto atractivo como importante dispositivo cultural, lo que según Acosta (2018) hizo que historiadores en la década 1960 como Marc Ferro, Pierre Sorlin y Robert Rosenstone, se hayan preocupado por teorizar y metodizar la relación entre historia y cine. Es así, que

el pundonor de la imagen audiovisual con la historia se convierte en parte central de este artículo cuando pensamos en el cambio cultural, pero también tecnológico y de montaje, que hicieron posible un proceso histórico donde las series audiovisuales se alejaron del recorrido cinematográfico para resituarse en consorcios cualificados de producción y distribución, transformando su estética, su manera de representar, narrar y reflexionando crítica y académicamente a cerca de aquellas producciones que manifiestan una lectura e interpretación de las realidades sociales. No simplemente como objeto de entretenimiento, sino convirtiéndose en enunciadoras culturales del siglo XX y alcanzando su cenit productivo en el siglo XXI.

Pero ¿cuál es el artificio de la narrativa de identidades nacionales manifestadas en estas producciones? Pues bien, el “nacionalismo como uma das elebrações ideológicas da idea de nação” (POUTIGNAT et al., 2011, p. 54). Parece haber representado un aspecto importante dentro de lo que Oscar Oszlak (1978, p. 11) llamó “un complejo de atributos” en el proceso de formación estatal en América Latina; argumentando una vez más, que debido a sus luchas emancipadoras los países en Latinoamérica tuvieron como primer atributo en su carácter de Estados nacionales, el reconocimiento de su soberanía, y como advenir de esto la creación de unas cualidades que fortalecieran los atributos planteados, como por ejemplo “la capacidad de emitir desde el estado los símbolos que refuercen los sentimientos de pertenencia y solidaridad social que señalaba como componentes ideales de la nacionalidad” (OSZLAK, 1978, p. 12). Es justamente esta construcción de símbolos que los Estados nacionales aparentemente no han parado de emitir, porque quizá después de haber experimentado uno de los siglos más aterradores de la humanidad como fue el siglo XX, las guerras desatadas por las naciones más fuertes del mundo nos cuestionan sobre “cómo es que nos encontramos otra vez con esta vuelta al nacionalismo o a la revalorización de las fronteras” (BARICCO, 2019, p. 179).

De esta manera, el área de investigación histórico-cultural y artística que procuramos abordar en el presente texto, es la eclosión de las series audiovisuales como experiencia cultural capaz de transformarse en un importante vehículo del lenguaje para la narrativa de las identidades nacionales en Latinoamérica. De modo que la reflexión se centra en dos momentos notables: su configuración histórica como método de representatividad simbólica y visual, así como su aparición en las sociedades latinoamericanas; donde examinamos como fuente principal la serie chilena *Los Archivos del Cardenal* (2011), observando de forma seccionada algunos de sus capítulos durante la primera temporada. Enseguida, las características técnicas en la narrativa serial, esto es, los componentes narrativos que posibilitan expresar los relatos. Lo que nos permite avanzar en la exploración de nuestro estudio, las formas de una nación al construir un discurso nacional y de manera más exacta, cómo la serie audiovisual han ido ocupando un lugar en esta tarea como instrumento

cultural moderno, proveedor de las:

teorias que procuram levar em conta, por um lado, processos de institucionalização da identidade nacional e, por outro, processos de identificação propriamente dito: aqueles que são pressupostos pela criação de uma comunidade nacional que o Estado-nação como forma histórica de instituição política representa e na qual apoia sua legitimidade (POUTIGNAT et al., 2011, p. 50).

Es de esperarse entonces, que el resurgimiento del nacionalismo, junto a la globalización y la revolución digital protagonicen sucesos inesperados que hagan que las identidades nacionales tiendan a marchar al frente en sus mecanismos de identificación cultural. Esta tendencia refuerza el argumento de Renato Ortiz, una vez que plantea que “o processo de construção da identidade nacional se fundamenta sempre numa interpretação” (ORTIZ, 1997, p. 139). Son las series audiovisuales que intentan presentarse como valiosas mediadoras simbólicas gracias a la sus capacidad de componer e interpretar hechos tanto particulares como universales, resultando esto en un acercamiento académico relevante para el quehacer histórico, que se interesa por los cambios registrados en las sociedades, además, de permitirnos profundizar en la forma que se han estructurado hasta conseguir trascender culturalmente.

EL FENÓMENO DE LAS SERIES AUDIOVISUALES

El campo del audiovisual se ha extendido, una insurgencia narrativa, nuevos formatos y una nueva experiencia cultural. Existe un nuevo portento y se llama serie audiovisual; pero esta no surgió por generación espontánea, sino que hace parte de un proceso histórico de cambios entre la relación de la imagen, el sonido y la sociedad. Un tipo de concomitancia que podríamos traducir así: por un lado; está la parte tecnológica que ha sido el artefacto por el cual se ha intentado reproducir la realidad que nos rodea. Por otro lado, la parte humana que se ha encargado de dotar de expresividades y sentidos la reproducción técnica. Así pues, tenemos como uno de los vestigios del cine la invención de la imagen en movimiento hacia finales del siglo XIX, más exactamente con la aparición del cinematógrafo de los hermanos Lumière en la Francia de 1895. Posteriormente la adición del sonido a la imagen en el siglo XX, con una de las películas más representativas de la época *The Jazz Singer* (1927), logrando así por fin consagrar el sueño del “arte total al que, desde siempre han tendido todas las artes” (CANUDO, 1911, p. 12).

Un manifiesto de las artes que dejó por sentado que “el cine cristaliza y alcanza toda voluntad de verdad en otras artes” (MOURLET, 2017, p. 11). Pero que también era capaz de moldearse desde un cine de atracciones para uno que podía “transmitir ricos e frecuentemente inquietantes significados: ideas relativas ao imperialismo, à superioridade

cultural e racial, ao sexismo e ao darwinismo como concepção da sociedade” (MUSSER, 1984, apud COSTA, 2005, p. 58). Lo que nos enseña que efectivamente el cine pasó por transiciones, desde un periodo de industrialización y de aculturación hasta su institucionalización como actividad narrativa que conocemos hoy día. En esta misma lógica temporal, no tuvo que pasar ni siquiera un siglo para que presenciáramos el surgimiento de la televisión, quizás inspirada en el cine, pero que en definitiva parece haber representado una forma cultural dinámica que de acuerdo con lo expresado por Raymond Williams (2016, p. 25) Primeramente “foi inventada como resultado de pesquisas científicas e técnicas. Suas propriedades inerentes como meio de comunicação eletrônico alteraram nossa percepção básica da realidade” y con el pasar del tiempo se dispuso para “atender às necessidades de um novo tipo de sociedade, especialmente no provimento de entretenimento e na formação de opiniões e estilos de comportamento”. A partir de entonces, la revolución tecnológica no intentó detenerse, sino que buscó cambiar radicalmente el mundo audiovisual, así como su manera de concebir la experiencia en la pantalla por los sujetos, he aquí la llamada de atención hacia la reinención de la narración audiovisual:

Si uno se fija en el efecto extraordinario que tuvo la ópera durante 300 años, era el entretenimiento audiovisual principal. Al principio de la Primera Guerra Mundial dejó de satisfacer las expectativas de la gente y apareció una nueva tecnología llamada cine que sí lo hizo. Se le pronosticaba una vida larga, quizá de unas veinte generaciones, pero hoy ya no satisface la imaginación humana y tenemos que buscar algo nuevo. Si uno mira los libros de historia, verá que en los últimos 200 años siempre pasó lo mismo (GREENAWAY, 2011, p. 29).

Este autor audiovisual propone, que es precisamente bajo esta causa que vemos cómo las series audiovisuales vienen al mundo, como trasgresora de los paradigmas propuestos por el cine y la televisión, y que por eso se posicionan ágilmente y se amplifican. Son estas las que van a condensar todas las transformaciones de las narrativas, las temáticas, las agendas de lo que está aconteciendo en la sociedad, es decir, el virtuosismo de su configuración como agente simbólico y visual consiste en que agrupa todo el laboratorio de ideas del siglo XX y desde atrás, la literatura, la televisión, el cine, la música y las junta; se vuelve casi que una manera citacional de poner en conjunto una gran cantidad de racionamientos. Arrastrándolos desde varias partes y los coloca en sintonía, y a partir de esto construye relatos. No es extraño que percibamos que cualquier persona que se dice ser culta en el sentido moderno también goce de estas series:

Y todo se concreta en que estas series producen una experiencia audiovisual otra: una en el que la goza se siente inteligente por reconocer las citas que aparecen de la cultura Mainstream, por atreverse a explorar nuevos y extravagantes mundo morales, por sentirse único al develar los artefactos estético-narrativos que se proponen en cada capítulo, por ser parte de algo al ingresar en un club gueto-mundo con estilo propio que lo aleja de esos que ven la “televisión vieja” o “todavía” van al cine (MARTEL, 2011 apud RINCÓN, 2013, p. 42).

Son las series audiovisuales responsables por crear movimientos sociales, guetos culturales, comunidades de serie-espectadores, pero a su vez traen filosofía, historia, política contemporánea y termina siendo el lugar donde la sociedad se encuentra. Por tal motivo, la estimativa de por qué las series giraron en fenómeno consistiría en exponer: primero, son una nueva forma de entretenimiento que se relaciona con el concepto de estilo de vida que habitamos, esto es, funcionan como lo que el sociólogo francés Pierre Bourdieu (1996, p.71) denominó de “capital cultural” puesto que las mismas están llenas de “bienes culturales que transmiten los diferentes AP¹”, códigos y símbolos culturales que hacen que la personas que las asisten cuestionen “la arbitrariedad cultural impuesta por AP dominante”. Convirtiéndose así el tema de discusión, de reflexión, el lugar desde dónde mirarnos; que si no sabemos de series pareciera que nos estuviéramos relegando del universo, es la “acrópolis de las pantallas audiovisuales” y de quién se conecta con estas:

¿Cómo son estos neo espectadores? Encuestas argentinas, españolas y mexicanas indican que alrededor del 60% de cliente de video clubes es menos de 30 años. Son jóvenes que crecieron con los videos, tienen una relación natural con la pantalla televisiva y extrañan menos la espectacularidad de las salas (CANCLINI, 2007, p. 36).

Es esto lo que al final resulta fundamental, que llegamos a una experiencia cultural otra que despierta deseos de vislumbra. Ya en un segundo aspecto encontramos que:

Las series no son cine, tampoco televisión, son una experiencia audiovisual transversal que entra en secuencia con saberes-practicas-referencias Mainstream para producir nuevas vivencias de lo popular. Una experiencia mundializada y transpantalla que pone en secuencia todas las usanzas del audiovisual a la manera televisiva: abierta: repetitiva: sentimental: popular: relajante: mundo (RINCÓN, 2013, p. 42).

Considerando lo expuesto anteriormente por el investigador audiovisual colombiano, sería interesante cotejar la premisa desde otra perspectiva, donde las series sí son cine, sí son televisión y también vídeo, pero ¿Por qué? Pues son cine porque poseen una belleza estética, el poder que tiene las imágenes en la narración cinematográfica, pero son más televisión porque son obras abiertas, sin finales, de construcción narrativa dramática hilada o escalonada, por eso los asistentes pueden ver un capítulo y después dejarla de ver; y son video porque militan bajo el manejo de cámara, de narrativa mediática y de estructura estética de edición que viene del video. En otras palabras, es una innovación híbrida que se asocia con las formas atávicas y contemporáneas de gozar y compartir la pantalla “nuevas

1 AP: Acción Pedagógica, es una convención grafica utilizada en el texto por Bourdieu, para referirse a un sistema de relaciones lógicas que hacen parte del concepto citado. Desde donde se puede entender cómo funciona la reproducción cultural arbitraria de una clase o clases dominantes. Esto lo hace con la intención de generar facilidad en la lectura del texto.

audiovisualidades que se juegan en las redes sociales y se extienden en otros relatos en las pantallas: un audiovisual extendido, un audiovisual integrado” (RINCÓN, 2013, p. 42). Es posible que esta variedad de tácticas de la serie audiovisual y su multilateralidad mediática hayan permitido aventajar al cine y la televisión, lo que nos lleva a la presentación del tercer aspecto; la series audiovisuales hacen parte también de un proceso de autoproclamación apadrinada por los mismos oligopólicos que crearon y han dirigido la institucionalización del lenguaje cinematográfico estadounidense, del cual todos en algún momento en la historia de América Latina hemos bebido como la famosa receta de lo que el cineasta chileno Raúl Ruiz (2000, p. 30) ha titulado “Teoría del Conflicto Central” que básicamente representa la base de la ley narrativa cinematográfica de Hollywood, donde no hay historia sin conflicto central del personaje, agregando consecuentemente que “Estados Unidos es el único país del mundo en el que el cine haya desarrollado desde temprano una teoría narrativa y dramática global”, es decir, el lenguaje audiovisual de los Estados Unidos no solo consistía en una manera artística de mostrar el “*American Way of Life*”, sino también una fórmula para exteriorizar su idea de nación absoluta. Lo que nos presupone pensar que el declive relativo de la narrativa hollywoodense hacia finales de los años noventa va más allá de la peripecia de un clúster cultural, dado que:

Las series son el penúltimo intento de los Estados Unidos por seguir siendo el centro de la geopolítica mundial. Como económicamente ya no es posible, los esfuerzos se canalizan hacia la dimensión militar y hacia la dimensión simbólica del imperio en decadencia. La teleficción documenta, autocrítica, esa deriva doble: geopolítica y representacional (CARRIÓN, 2011, p. 15).

Ahora bien, es interesante ver cómo este teórico nos sugiere que las series audiovisuales como fenómeno anglosajón se pueden comprender como una forma de insistencia del imaginario y el simbolismo estadounidense dentro de la misma sociedad global. Un objeto cultural ideológico transmisor de un discurso nacional, lo que se traduce en que las series estadounidenses defienden el modelo estadounidense, pero también desde un punto de vista autoreflexivo están criticándolo, esto entendido como una forma parcial de asegurar su supervivencia. Entonces, efectivamente la identidad nacional, la narrativa audiovisual y la representación a través de las series son una arenga trascendental para regiones como Latinoamérica:

En un sincronismo tal entre la teoría artística y el sistema político de una nación dominante representan un caso histórico raro, y lo que es más raro aún, su aceptación por la mayor parte de los países del mundo. Las razones de esta sincronización han sido ya objeto de abundante discusión: entre los políticos y los actores existen lazos de intercambiabilidad, puesto que los unos y los otros se sirven del mismo médium, tratan de dominar las mismas técnicas de representación y practican la misma lógica narrativa (RUIZ, 2000, p. 31).

Lo observado anteriormente, nos permite abrir un camino para pensar que las series audiovisuales son una experiencia cultural que ayuda a cada nación a crear un discurso nacional, los Estados Unidos crean un discurso nacional con sus series, *ergo*, las naciones latinoamericanas crean un discurso nacional con las suyas. Pero aquí existe un factor particular, y es que gracias al hecho de que Hollywood hizo que estuviéramos familiarizados con su paisaje y sus referencias, es el único tipo de serie fácilmente exportable por decirlo de forma arbitraria. Por medio de una concisa sinopsis histórica de las series estadounidenses, es donde podemos ver el registro de la patentación de su triunfo y su inclinación hacia la narrativa de identidad nacional “la primera de todas, 8 del abril de 1990, y que inculcó la semilla fue *Twin Peaks* de David Lynch” (VALENCIA, 2006 apud RINCÓN, 2013, p. 41). En ese mismo orden hay quienes aseguran (LA REALIDAD..., 2012) que el umbral como flujo de masas y comunidades “se ubica a partir del éxito de *Los Sopranos* (1999) y *Six Feet Under* (2001)” y tal vez en el ápice de la poética globalizada “*Lost* (2004) fue un hito: una serie que multiplicó el fanatismo viralmente en la medida en que se podía acceder a ella y volver y enriquecerla con mini videos para la Web cuando uno quisiera”.

En consecuencia, la autocritica mencionada anteriormente por el teórico español, de las mismas series estadounidense a su gobierno, la podemos entender así sea exiguamente, porque todos ya sabemos que en Estados Unidos las fuerzas policiales y armadas funcionan de un modo, la salubridad de otro modo o los políticos de este otro modo. “Las teleseries norteamericanas han ocupado, durante la década del siglo XXI, el espacio de representación que durante la segunda mitad del siglo XX fue monopolizado por el cine de Hollywood” (CARRIÓN, 2011, p. 16). Pero quizás lo que puede parecer aún más llamativo, es por ejemplo el hecho de que la narrativa estadounidense haya convertido a los presidentes de Estados Unidos en un tipo de personaje recurrente en las series “durante la primera década de siglo XXI los presidentes reales y ficticios de los Estados Unidos se han convertido en presencias constantes en las series” (CARRIÓN, 2011, p. 21). Porque de algún modo esto por metonimia significa que el presidente de los Estados Unidos es el presidente del mundo.

Esta manifestación podría ser entendida por medio de una de las series estadounidenses de mayor éxito creada y producida originalmente por la proforma de video *streaming* *NETFLIX: House of Cards* (2013). Ella representa una forma de visualización ficcional de la vida política contemporánea de los Estados Unidos, donde el personaje de Frank Underwood (Kevin Spacey), un político con ansias de poder recurre a estrategias para llegar a la presidencia. Entonces, escenas de relaciones ilícitas, corrupción, sobornos, asesinatos, drogas y todo lo que puede llegar a cuestionar la tan reputada estructura democrática de EE. UU, son narradas a través de la idea de superioridad nacionalista, de un país que sufre transformaciones políticas y requiere de un mesías salvador. En este caso, podría

decirse que la realidad termina superando a la ficción, y es así como presenciamos en el 2020 unos de los discursos nacionales más simbólicos y visuales de los últimos tiempos de la política estadounidense “*Make America Great Again*”.

Figura 1. Frank Underwood



Fuente: MGE Estudios,[2021].

Figura 2. Donald Trump



Fuente: Tumulty, 2017.

Esta serie tuvo tanta repercusión a nivel mundial, que desde el contexto latinoamericano nos permite comprenderla de la siguiente manera. El intro o introducción de *House Of Cards*, es una perfecta composición videográfica y musical que se encarga de situar al espectador espacialmente, con grandes planos abiertos y generales que muestran los monolitos, los monumentos y lugares más icónicos de Washington D.C, así como También en la introducción de la serie, los símbolos patrios que identifican a la nación estadounidense son visualizados de forma imponente, representan la imagen de una nación poderosa, pero también oscura y enigmática. Esta narrativa audiovisual contó con tanta viralización, que en muchos países terminaron circulando por internet versiones de aficionados que transpusieron visualmente la idea de cómo serie *House Of Cards* haciendo apología a sus propios países. Brasil fue uno de los países en hacer una transposición del intro relativamente fotocopiada, pues presentaba de forma similar sus símbolos y códigos identitarios de la nación, con imágenes sobresalientes de su ciudad planifica, Brasilia. Mientras que en *House Of Cards* USA termina con una imagen impetuosa del capitolio nacional, en Brasil se finaliza con la imagen sagaz del palacio del congreso nacional.

Figura 3. *House of Cards* - Estados Unidos



Fuente: HOUSE OF..., 2015, captura de pantalla.

Figura 4. *House of Cards* - Brasil



Fuente: HOUSE OF..., 2016, captura de pantalla.

La intención de esta observación es abrir el camino para exponer la naturaleza de cómo las series audiovisuales entran en el panorama latinoamericano bajo una búsqueda

por relatos que cuenten sus historias desde una mirada más subjetiva, elemento con el que Stuart Hall (2011, p. 48) indica “*sem um sentimento de identificação nacional o sujeito moderno experimenta um profundo sentimento de perda subjetiva*”, es así como vemos en el anterior ejemplo que existe un intento por hacer que la narrativa de identidad nacional sea extendida a un sistema de experiencia cultural más próximo. Considerando este fenómeno de las series desde Latinoamérica, podemos ubicar algunas producciones relevantes como *Yo soy Betty, la fea* (1999) en Colombia, *Los Simuladores* (2002) en Argentina, *Avenida Brasil*² (2012) en Brasil y, en gran medida, *Los Archivos del Cardenal* (2011) en Chile, la cual observaremos a continuación. Todas estas obras audiovisuales tuvieron como asunto la obsesión de contenidos que exploraron códigos culturales, referentes estéticos, históricos y narrativas propias presentes en la multiculturalidad de los territorios latinoamericanos.

LOS ARCHIVOS DEL CARDENAL, IDENTIDAD Y DISCURSO NACIONAL

Nicholas Mirzoeff (2003, p.17), está convencido que “La vida moderna se desarrolla en la pantalla”, lo que nos permite pensar que es trascendental reconocer la imagen audiovisual contemporánea que se expresa en la figura de las series. De ahí, que cuando hablamos de series audiovisuales, estamos hablando de una experiencia cultural que hacia finales del siglo pasado y en lo que va del actual se ha transformado en un espacio para el conocimiento social, científico e histórico, a tal punto de ser un elemento central en la construcción de identidades nacionales. Por eso es importante principalmente, que si admitimos que la “constitución de una nación supone, desde un plano ideal, la creación de símbolos y valores generadores de sentimiento de pertenencia” (OSZLAK, 1978, p. 10). Estamos comprendiendo entonces que una “*Nação é uma comunidade simbólica e é isso o que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade*” (SCHWARZ, 1986, apud HALL, 2011 p. 49). Lo que según el mismo Hall (2011) va a hacer que la nación no sea simplemente vista como una institución socialmente política, sino como una productora de sentidos – un sistema de representación cultural. Es a partir de esta perspectiva que en cuanto manifestaciones culturales del imaginario colectivo como lo son las “artes audiovisuales, importan principalmente por su contribución al desarrollo de la cultura de cada comunidad y a los intercambios entre las diversas culturas” (GETINO, 1998, p. 5).

En América Latina las series han ido perfilándose como un proceso de creación de contenidos simbólicos, estructurado por medio de un conjunto de significados que apuestan a la representación de aspectos relevantes de la cultura y por ende a la identificación nacional; y esto se debe precisamente a que las “*identidades nacionais não são coisas com*

2. *Avenida Brasil* concebida inicialmente como un producto tele-novelístico, después de algún tiempo los productores ejecutivos de la Globo toman la decisión de relanzarla y venderla en el exterior como formato serie debido a la demanda del mercado con el éxito de las plataformas de video streaming. Quedando concebida a partir de 3 temporadas y 40 capítulos.

as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2011, p. 49). Por tal razón, en esa exigencia por crear una experiencia de representatividad cultural, que referencie las vivencias y recuerdos de una sociedad en su conjunto, surgen textos audiovisuales como *Los Archivos del Cardenal* (2011). Esta es una serie ficcional chilena producida por la Televisión Nacional de Chile TVN, que narra el conflicto político y social atravesado por este país durante la dictadura del militar Augusto Pinochet (1915-2006), su argumento se desarrolla entre los años 1973 y 1990, basándose en los casos de violación estatal y de Derechos humanos reportados al interior de las oficinas de la Vicaría de la Solidaridad. Esta fue una “institución fundada por el cardenal Raúl Silva Henríquez, cuya misión consistía en asesorar y apoyar familias de las víctimas en la defensa de los Derechos Humanos” (ANTEZANA et al., 2017, p. 111). La serie tiene como componente de acción dramática el vínculo amoroso y político entre los personajes principales de la trabajadora social Laura Pedregal, hija de Carlos Pedregal abogado jefe de la Vicaría, y Ramón Sarmiento, abogado hijo de un importante funcionario de la dictadura; ambos personajes militan bajo la causa de periodistas policiaos, que desean sacar a la luz las investigaciones de los procedimientos irregulares por los cuales los opositores del gobiernos fueron muchas veces secuestrados, desaparecidos o asesinados, siendo sus cuerpos incinerados y lanzados a fosas comunes. En efecto, este texto audiovisual en sus tres primeros capítulos giran en torno a la representatividad de “dos hitos históricos fácilmente reconocibles: el descubrimientos de restos en Lonquén (1978) y el asesinato de José Manuel Parada³, quien es hallado sin vida, junto a los cuerpo de Manuel Guerrero⁴ y Santiago Nattino⁵, caso conocido bajo el rótulo de “Caso Degollados” (1985)” (ANTEZANA et al., 2017, p. 111). Podemos ver así, que la escena de apertura del primer capítulo se inicia con la denuncia de un campesino que dice haber encontrado una fosa con osamentas en un municipio cerca de la ciudad de Santiago, a lo que el vicario y Carlos Pedregal se aventuran para poder realizar un registro dada su sospecha de que los huesos pueden pertenecer a detenidos desaparecidos por agentes secretos de la Central Nacional de Informaciones CNI, aliados a la dictadura. Estas primeras imágenes representativas, resultan ser una forma concreta donde la audiencia consigue posicionarse antípodamente frente alguno de los dos hechos sociales e ideológicos narrados como lo son la dictadura y la lucha opositora, en este caso, representada en la serie por una especie de movimiento político comunista del cual hace parte la expareja de Laura Pedregal.

3 José Manuel Parada fue un sociólogo jefe de análisis de la Vicaría de la Solidaridad. Militante de los derechos humanos en Chile. Detenido y secuestrado el 27 de marzo de 1985, tres días después su cuerpo es encontrado degollado. hubo una serie de investigaciones judiciales controversiales que al final determinaron que había sido asesinado por agentes del Estado.

4 Manuel Guerra Ceballos fue un profesor de la Asociación de Educadores de Chile asesinado. Ejercicio militancia política investigado los métodos de torturaras y abusos llevados a cabo por agentes del estado.

5 Santiago Nattino Allende era un publicista y diseñador gráfico militante del comunismo, al igual que Prada fue secuestrado en una vía publica y asesinado por agentes del estado.

Hemos mencionado con anterioridad a la serie *Los Archivos del Cardenal* como un texto audiovisual, con la intención de destacar precisamente su propuesta de recopilación visual que representa y argumenta un marco social y cultural de la época de la dictadura chilena, es decir, independientemente de su matriz de creación ficcional, no deja de considerarse una experiencia cultural nacional que se constituye como vivencia histórica. En virtud de esto, cuando la serie en su capacidad para combinar lenguajes audiovisuales nos muestra los personajes frente a las pantallas de televisión asistiendo las imágenes y recreaciones del golpe de estado o las fotografías que analiza Carlos Pedregal en su acervo sobre los casos investigados; donde afirma “Mandaremos estas fotografías a los medios nacionales de confianza y al extranjero. Ya no podrán seguir diciendo que en este país no pasa nada” (T1 ARCHIVOS DEL CARDENAL E3, 2020, Capítulo 1, primera temporada. Minutos 4:30 – 4:56); en realidad, nos muestra también a nosotros asistiendo la pantalla en medio de un recurso metanarrativo que configura una cultura nacional la cual produce sentidos sobre la nación, pues es así como el espectador chileno estructura una narración de sentidos con la que se identifica, por lo tanto, construye identidad, sitúa un discurso nacional “*Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencie e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos*” (HALL, 2011, p. 51).

Figura 5: Vicaría de la Solidaridad Acervo, proyección de imágenes de archivo de Carlos Pedregal, junto a Laura y Ramón



Queremos llamar la atención sobre la gran virtud que tiene *Los Archivos del Cardenal* por ser capaz también de un relato en el cual Chile intenta encontrarse como nación. Esto quiere decir que la conciencia de identidad nacional es el desarrollo de un aspecto un poco más profundo que de acuerdo con Benedict Ardenson (1993), se vincula a la idea de una comunidad políticamente imaginada, y adjunta a la percepción de soberanía, donde la construcción de vínculos entre individuos hipotéticamente distantes hace que estos creen un sentimiento de imagen en comunión. Es así como en la serie se resalta, es así como en la serie se resalta la noción de que la identidad nacional recae también en la identificación de mitos fundadores como símbolo:

Fundamentalmente, um mito fundador remete a um momento crucial do passado em algum gesto, algum acontecimento, em geral heróico, épico, monumental, em geral iniciado o executado por alguma figura “providencial”, inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional. Pouco importa se os fatos assim narrados são “verdadeiros” ou não; o que importa é que a narrativa fundadora funciona para dar à identidade nacional a liga sentimental e efetiva que lhe garante uma certa estabilidade e fixação, sem as quais ela não teria a mesma e necessária eficácia” (SILVA, 2000, p. 85).

Dado que la “conformación y el desarrollo de la actividad cinematográfica y audiovisual solo puede llevarse a cabo con el firme apoyo del Estado” (GONZÁLEZ, 2015, p. 194). Entendemos entonces que esta forma de experiencia cultural debe proceder del estado mismo para que actúe como eje narrativo, que propone que las “*identidades nacionais estão sujeitas a uma historicização radical*” (HALL, 2000, p. 108). Así pues, que en este proceso de producción de identidad se necesita una eficiencia discursiva desde lo local debido a que estas “*são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas*” (HALL, 2000, p.109). Ya la película *El Húsar de la Muerte* (1925) que cuenta las acciones heroicas de Manuel Rodríguez contra el ejército español, en 1814, nos reveló en su momento un intento de construcción de una narrativa fundacional:

La cinta está hecha en forma de una sucesión de anécdotas tejidas en torno a un personaje, el héroe, elemento que articula todos los sucesos. Como para subrayar que el énfasis es deliberado, la película se cierra con una leyenda impresa que dice: HAN PASADO 150 AÑOS Y EL RECUERDO DE ESTE GRAN GUERRILLERO VIVE EN EL CORAZÓN DE TODOS LOS CHILENOS” (MOUESCA, 2010, p. 12).

Podemos ver, que lo que se sitúa aquí es una historia que intenta responder a los orígenes de una nación, un personaje héroe y la representación de unas acciones basadas en hechos reales. El discurso nacional en aquel entonces fue la lucha por la libertad del yugo español, la unión entorno a esa idea, hizo que hubiese una imaginación de comunidad, un

deseo compartido como nación chilena. Ahora pues, al igual que *El Húsar de la Muerte*, *Los Archivos del Cardenal* cuentan con sus propias situaciones y personajes épicos, de manera que cuando Carlos Pedregal es asesinado por la dictadura esto representa un dolor patrio, una pérdida que une a la nación. Consecuentemente, tenemos el discurso del cardenal en el funeral rindiendo homenaje al abogado asesinado:

Querido amigo quiero contarte que hoy junto a tu familia, junto a muchos y grandes amigos estamos despidiendo tus restos. Me comprometo, y estoy seguro junto a todos los presentes implorarle a nuestro señor para que nos ilumine en este tiempo de tanta oscuridad. Al igual que tu luchaste todos los días de tu vida, quiero que sepas que nosotros como **pueblo de Chile** vamos a exigir justicia por todos los hombres y mujeres de este país. Seguiremos luchando para que en esta tierra no haya más violencia, no haya más muertes y podamos vivir en paz (PARLAMENTO, 2018)

Queda expuesto así, que esta idea casi chovinista del héroe que muere por la patria y exacerba la idea nacionalista en su pueblo, es la que se configura en esta narrativa audiovisual. Sin embargo, hay algo más que redime a la serie *Los Archivos del Cardenal* frente al *Húsar de la Muerte* como obra cinematográfica silente, y es que su lógica y técnica de narrativa serial involucra un aspecto polivalente de las expresiones artísticas audiovisuales, que conforme indica Omar Rincón (2011) propone todo un nuevo formato para narrar el sujeto y el colectivo, desde distintos lenguajes y temporalidades de naturaleza propia; así como diferentes criterios de género, imagen, sonido, formato y duración. Esto representa un período de tiempo que hace perceptible un cambio de narrativa que intenta alejarse del entretenimiento meramente *kitsch*, para una narrativa de mirada holística:

Es cierto que asistimos hoy a un desplazamiento que nos ha llevado desde una tradición apoyada en el “valor estético” de la obra hacia un nuevo contexto de apreciación del arte como discurso social y como intervención cultural. Retomando con otras palabras el desafío planteado por B. Sarlo. (“¿cómo juzgar [el arte] después del relativismo [de los valores]!”) deberíamos preguntarnos: ¿cómo acoger la pluralidad de significados culturales que emerge de la diversidad de contextos locales y de sus nuevos procesos de descanonización artística, sin tener que renegar por ello de la preocupación crítica hacia los modelajes simbólico-expresivos del arte que les dan a las obras su espesor retórico y figurativo? (RICHARD, 2007, p. 91-92).

Pertinentemente *Los Archivos del Cardenal* no pretende ver la identidad nacional como una esfera que se aísla, sino que procura la diversidad cultural presente en Chile, donde entiende que el norte es distinto al sur, el centro sur con costumbres de la cultura mapuche, mientras por otro lado se vivencia el norte con los carnavales andinos de aimara; sino más bien, la serie constituye una narrativa que procura recoger un sentimiento colectivo al máximo, para decirle a esa comunidad: hay un relato de nación, y con ese vamos a defenderla, donde el pueblo está por encima de todo, y la chilenidad consiste fundamentalmente en vivir sin dictadura, pero sin olvidar que hubo una:

La televisión de calidad persigue diferenciarse de las fórmulas televisivas implantadas. En este sentido, la creadora de la serie *“Los archivos del cardenal”* afirmaba que “se está diciendo cosas que ya se han dicho en otros programas periodísticos, pero desde la ficción” y que estaba segura que sería “una serie que no dejará a nadie indiferente”. Tanto por tratarse de una serie policial, género que ha escaseado en la ficción televisiva chilena, como por la intención de cierta complejidad narrativa y la profundidad en la caracterización psicológica de los personajes, como por su búsqueda de representar un momento pasado de enorme trascendencia en la configuración de la actual sociedad chilena. Por todos estos motivos, la serie se posicionó como un producto diferente en la programación televisiva nacional (ANTEZANA et al., 2015, p. 8).

Asimismo, es menester que observemos estos aspectos que dan vida a este tipo de narrativas seriales, dado su afán por intentar concertarse como una modalidad de comunicación de tipo democrática, bilateral, con objetivos de establecer una conversación horizontal, donde producto de esta horizontalidad y de la tensión hacia el interlocutor surja una verdad. Es así como, otro ejemplo se encuentra en el capítulo uno llamado “Un joven abogado comienza a abrir los ojos”, donde nos deparamos con la escena de la familia Sarmiento desayunando. En la mesa se encuentran sentados la madre, padre y hermano de Ramón, este último entra en la cocina y la cámara en un plano cerrado nos muestra un pequeño televisor-radio con un programa donde un político se dispone a dar un discurso sobre la situación del país, a lo que Marco Sarmiento, padre de Ramón reacciona apagándola. Inmediatamente, en otro plano la cámara nos muestra a Ramón que toma un periódico y se sienta en la mesa, lo lee entre páginas y comenta el titular que se refiere al hallazgo de un “Cementerio Clandestino en la Isla de Maipo” donde posiblemente se encuentran cuerpos de los opositores, lo que provoca una discusión entre Ramón, su padre y hermano, puesto que estos dos últimos niegan los actos de represión por parte del régimen. La escena finaliza con la interrupción abrupta de la madre que dice “¡Perdón, no, insisto. Política NO ¡” intentado detener la discusión, a lo que Ramón mirando una foto en el periódico dice “Aquí no había ningún cementerio” (T1 ARCHIVOS DEL CARDENAL E1, 2020, Minutos 6:29-7:10).

Hay por lo menos dos posibles interpretaciones metafóricas que creemos que la serie logra proponer: la primera es la alerta sobre la censura, el silenciamiento y la desinformación de los medios de comunicación representada en la acción del padre cuando apaga la televisión, pero también cuando lee la noticia en el periódico y niega la veracidad de los hechos comunicados por un medio alternativo. La segunda, la idea de que no es correcto hablar de política, de ahí que el pronunciamiento de la madre se transforma en una manera de polarización de las relaciones familiares y públicas. La narrativa de esta escena evidencia un diálogo con el pasado histórico y el contexto actual de Chile en la medida que manifiesta la continuidad de la crisis de derechos humanos, la búsqueda de la democracia y la represión político-militar; o como expresa Luciana Panke (2020, p. 10) la perdurabilidad de “un recurso de comunicación política que violenta el espacio de

construcción colectiva”. Efectivamente, lo que plantea la serie es un soporte para comenzar a hablar, a conversar, porque funciona “como factor constitutivo de la mentalidad del presente y enriquece el imaginario colectivo” (ANTEZANA et al., 2015, p. 2).

No es casualidad, que el 2019 haya sido uno de los años más movidos en asuntos gubernamentales e institucionales de la historia reciente de Chile, pues la cleptocracia y el desangre a los recursos del erario provocaron una insatisfacción generalizada en el pueblo que se tradujo en dinámicas contestatarias de gran relevancia “El proceso constituyente fue tomado por las fuerzas políticas como el mejor camino para apaciguar el estallido social de 2019. Más de 30 personas fallecieron, miles resultaron heridos y las unidades de seguridad quedaron apuntadas por violar los derechos humanos” (BARBERENA, 2022). La renuncia a la constitución creada por la dictadura de Pinochet entre 1973 y 1990 estaba presente en la memoria histórica de lucha, porque eliminarla significaba la derrota del régimen y el fortalecimiento de la identidad nacional chilena con toda la pluralidad que implica esta:

Finalmente, la elegida para encabezar la primera mitad del proceso de la convención fue Loncón, una académica mapuche –la etnia mayoritaria en Chile-. Su figura se convirtió en histórica luego de dar su discurso de asunción en idioma mapadungún y portando las ropas tradicionales. “Quiero agradecerle a todo el pueblo de Chile por votar a una persona mapuche y mujer para cambiar la historia del país”, afirmó (BARBERENA, 2022).

Las cuestiones que aparecen en el escenario de la serie *Los Archivos del Cardenal* resignifican la posición de la experiencias culturales que intentan indicarnos que “*deveríamos pensá-las como constituyendo un dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade*” (HALL, 2011, p. 62). Bajo esta perspectiva, no cabe duda de que lo que buscamos con este artículo es indagar sobre la forma conspicua de las series ya que según Rincón (2017, p. 65) son estas “nuestro mejor relato de época: ahí están todas las claves para crear, pensar, imaginar y comunicar en nuestro tiempo”. No obstante, expresa el mismo investigador se hace necesario observar aquí la funcionalidad de estas como un catálogo de textos audiovisuales de variadas técnicas narrativas.

NARRATIVA TRANSVERSAL-EXPERIMENTAL

La narratividad es una forma de dar sentido a nuestras experiencias tanto del pasado como del presente, en virtud de eso “habitamos las culturas de la narración como estrategia para sobrevivir, resistir e imaginar la vida” (RINCÓN, 2006, p. 87). Es través de la narración que desarrollamos nuestra formación moral, emocional, cultural y hasta política del mundo, de ahí expresa Hayden White (2003, p. 134) lo interesante de que “una narración consistiría en la deconstrucción de un conjunto de acontecimientos (reales o imaginarios)

originalmente codificados en un modo tropológico y la progresiva reconstrucción del conjunto en otro modo tropológico”, por ende, cuando la narrativa en la serie *Los Archivos del Cardenal* se despliega, se nos presenta como un mecanismo con diferentes características técnicas como por ejemplo: transversal y experimental. Esto quiere decir, que involucra una yuxtaposición heterogénea de otros elementos narrativos de la contemporaneidad como lo son la música, la política, la literatura, la historia, el cine, la gramática, el teatro etc. Una narrativa oblicua que va tomando de todas partes y casi que ilegítimamente las va fundiendo para experimentar y construir un relato totalmente inédito.

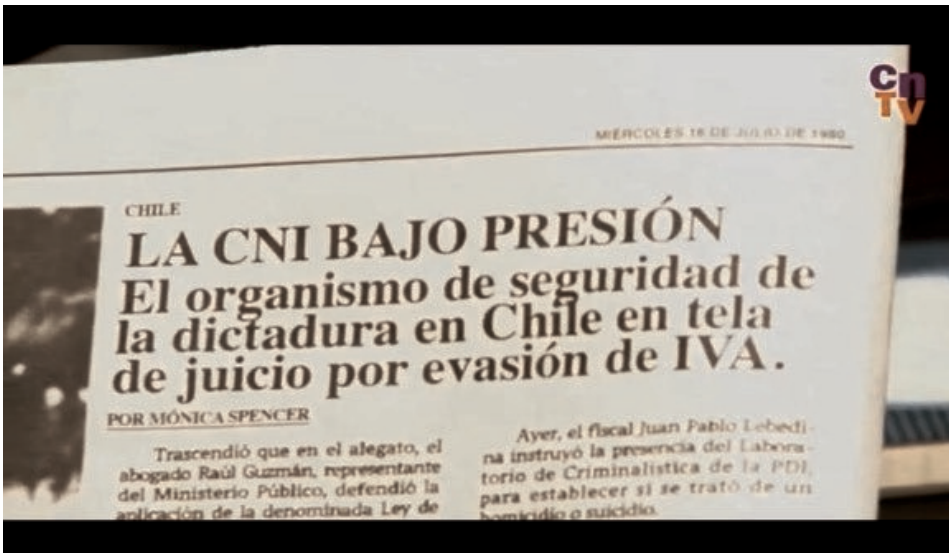
Este eje narrativo lo podemos percibir en la serie con la conjunción de medios, la utilización de una *mise en Scène* de tipo realista, una descentralización de los planos morfológicos; el uso vehemente de la cámara en mano que acompaña cada movimiento de los personajes nos da una sensación de *verité*. Además, el desarrollo de la trama que mezcla lugares-sucesos, históricos y ficticios que hacen cuestionar a la audiencia sobre la realidad de la experiencia. Esto se presenta según Rincón (2007, p. 93) en una “narrativización de la sociedad” donde las series interactúan con sentidos múltiples, pues Vilches (2001) cree que el sonido, la imagen y el texto son creados y empleados a través de un dialogo flexible del individuo con la obra. *Los Archivos del Cardenal* se apaña en el uso agudo y asociado de los artefactos audiovisuales, donde por ejemplo, la presencia de la identidad sonora se evidencia con el *intro*, la canción de género balada *Santiago de Chile*, compuesta en 1975 por el cantante Silvio Rodríguez, y que la serie invierte por una versión en rock contemporánea del grupo musical chileno *Los Bunkers* (2010), una banda sonora-videograma que se presenta al inicio de cada capítulo, pero que además, se mezcla con imágenes de la serie, acompañada de noticias y extractos de televisión de la época, así como imágenes de aficionados captadas en las manifestaciones presentadas por diferente lugares icónicos de la capital chilena (LOS BUNKERS, 2011). Una forma de narrar que visibiliza rituales, escenarios, panoramas, símbolos y eventos nacionales que representan a Chile, como la identificación de la emisora radial *Radio Cooperativa* y su principal locutor, que se encontraban al aire desde el 21 de abril de 1921 “la presencia sonora constante de los medios de comunicación de la época dando noticias, como las narraciones radiofónicas de Sergio Campos⁶” (ANTEZANA, 2017, p. 118).

Este tipo narrativa transmedia permite al público entrar en sinergia con una habilidad para crear conexión entre sonidos endógenos y exógenos de la serie. Inclusive, las imágenes de artículos periodísticos de los medios alternativos publicados en el extranjero, y que se muestran en la serie a través del personaje de Mónica Spencer, periodista esposa

⁶ Sergio Campos fue uno de los más importantes periodistas y locutores de radio durante los años del golpe de estado y la dictadura en Chile. Trabajó como locutor de Radio Cooperativa hasta que fue amenazado de muerte por agentes del Estado, por lo cual se tuvo que exiliar en Argentina. Debido a su amplio recorrido y trabajo periodístico durante la dictadura le fue reconocido en 2011 el Premio Nacional de Periodismo.

de Carlos Pedregal, son posibles de leer como una interacción imagética de las relaciones entre la experiencia personal y criterios artísticos, o códigos ideológicos y activismo político. De esto resulta, que hacia el final de este capítulo Mónica sea secuestrada junto a otros reporteros por órdenes del director de la CNI, ya que este ve los artículos como pasquines que socavan la imagen de la dictadura. Situación comparable a la actual donde aún continuamos atestiguando la coerción de los medios.

Figura 6. Artículo que llega a manos del director de la CNI



Fuente: LOS BUNKERS, 2011, Capítulo 3, minutos 4:30-4:40, captura de pantalla.

NARRATIVA INTERTEXTUAL

Los Archivos del Cardenal como producto serial establece una relación intertextual debido a que nos lleva hacia diferentes tendencias, esto es, no solo experimenta transversalmente entre muchos elementos narrativos, sino que interpela y conecta al asistente con nuevas subjetividades expresivas. Podría decirse que se adentra en un ejercicio de prolongación, ya que su concepto de representación toma como base lo transposicional, lo citacionista o como se le conoce técnicamente, apropiación crítica:

La práctica apropiacionista del ámbito de lo artístico asume un especial papel, pues ella es especialmente adecuada para permitir un análisis político de toda representación, no sólo de la imagen o del signo representacional sino también de las instituciones culturales y la historia del arte como instrumentos del poder (PRADA, 2001, p. 18).

En este caso, la serie se constituye por medio de una relación polifónica que establece momentos dialógicos con obras previas o posteriores. El paso por este plano narrativo desvela esa dimensión simbólica que nos permite observar conexiones con diferentes géneros cinematográficos y textuales más allá del policíaco que es el preponderante en la serie “*Los Archivos del Cardenal* está estructurada en formato de docudrama, género híbrido que se encuentra entre los documentales y películas dramáticas, y que combina el registro ficcional con el histórico en distintas proporciones” (LIPKIN, 2011, apud ANTEZANA, 2017, p. 115). Así tenemos, que *Los Archivos del Cardenal* también cita a un tipo de películas y series que habían comenzado a hacer muy popular en el panorama audiovisual estadounidense, una generación de producción audiovisuales que encarnaban la narrativa de Hollywood. En el capítulo seis Ramón es secuestrado por agentes de la CNI, dado que fue descubierto investigando a un estadounidense llamado Thomas Parker que trabaja en conjunto para la CIA y la dictadura, torturando presos políticos realizando experimentos biológicos e inyectando droga para que confiesen sus secretos. Finalmente, Ramón es liberado gracias a la influencia de su padre dentro del gobierno militar. Entonces, lo que vemos aquí es toda una referencia de esa narrativa urbana de corrupción policial, de crimen organizado, de agentes espías e incursiones en clanes de mafias urbanas, además, de tener el componente de thriller conspirativo sobre la intervención estadounidense en varios sucesos políticos de gran relevancia ocurridos en el periodo del régimen. De modo que los personajes principales como Ramón o Laura son investigadores, agentes que transitan entre la violencia y la ciudadanía, se manifiestan contra el gobierno por medio de una crítica social y política, son luchadores que sintetizan el ideario del ciudadano moderno, un estereotipo que también junta aspectos relevantes de otros contextos, como los mismos héroes de las series estadounidenses. Así mismo con la aparición del personaje de Thomas Parker podría decirse que hay una intertextualidad con todo lo estadounidense, en el sentido que comienza a pensarse a lo gringo como lo perverso, lo imperialista, lo capitalista, entonces aparecen los políticos como los culpables, luego los militares y policías. *La Calles de San Francisco* (1972), *Silk Stalkings* (1991), *48 horas* (1982), inclusive desde una perspectiva psicológica y de suspenso *X Files* (1993) o recientes como *Mindhunter* (2017), son series que también se reescriben hasta cierto punto en un intertextualidad con *Los Archivos del Cardenal*.

Hay un factor importante a resaltar aquí, y es el hecho de que la intertextualidad en la construcción de las series audiovisuales latinoamericanas, no lleva a que se presente una interrupción narrativa de identidad y discurso nacional propio, sino que al contrario cuando lo que se intenta codificar es lo local, ese problema o cuestión parece no interesarle a un público más amplio fuera de esas fronteras “Como en el apogeo de Hollywood, la tendencia es que una sola producción sea vista como universal y difundida realmente como

tal, mientras las demás son expresiones locales, más o menos extensas, pero locales al fin y al cabo” (PARANAGUÁ, 2003, p. 9). Por eso nos topamos que la codificación de lo local consiste en que “*O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la*” (SILVA, 2000, p. 84). Ahora bien, en el caso de Estados Unidos el hecho de que sus grandes noticias tengan un impacto global, inclusive, los escándalos políticos, que están muchas veces detrás de algunas series, hacen que nuestro interés sea involuntario por este tipo de productos. Lo que nos lleva a pensar, que la naturaleza histórica nacida de la industria de Hollywood mencionada anteriormente en el texto, intenta reforzar una vez más ese bloque de conceptos de carácter hegemónico que hacen que “*As identidades nacionais estão desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural*” (HALL, 2011, 69). La cuestión recae en que desde la perspectiva anglosajona las series pretenden totalizar el relato, moldeando de cierta forma las otras manifestaciones locales, por eso vemos en las series estadounidenses que:

La representación de los personajes latinos en las teleficciones estadounidenses se polariza entre la violencia (a menudo extrema) y la ambición (nunca implacable), con una gradación de matices que tiene que ver con la defensa a ultranza de la familia y con las pasiones y el instinto. Permanecen en un mundo radicalmente separado del blanco anglosajón (CARRIÓN, 2011, p. 32).

Debe comprenderse que la intertextualidad es una especificidad de la narrativa que trae consigo una opulencia discursiva dentro de las series, que le permite a las expresiones diversificarse, pero sin abandonar las comprensiones y sensibilidades que lo aprontan hacia la identificación de su localidad específica. Por eso el nacionalismo toma posición frente al imperialismo o políticas como las del *Buen Vecino*⁷. Y con ello, una narrativa intertextual como la presente en *Los Archivos del Cardenal* con su dramática y personajes, es el citacionismo y la apropiación crítica que posibilita la resignificación de su valor social y cultural, un cambio en su representación que conduce a significancias comunes y particulares para las distintas audiencias.

NARRATIVA DE OPINIÓN PÚBLICA

Las series se han convertido en la opinión pública contemporánea en términos globales, si alguien quisiera comprender que es lo que sucede en la agenda mundial, tendría que ver series, pues es allí donde se encuentran las audiencias tertuliano, ofrecen un soporte sobre el cual se comienza a conversar, reflexionar, pero también genera discusiones,

⁷ Expresa John King (1994, p. 55) La política del *buen vecino* fue la estrategia de la administración norteamericana para disipar lo que percibía como nacionalismo revolucionario en América Latina.

emociones, desacuerdos y recuerdos, se comparten referencias y temas controvertidos; es esta la opinión pública, es como si no necesitarnos ver los noticieros, no existe la BBC o CNN cuando es esta la dinámica política y comunicativa de nuestro momento:

Las series son esa niebla de subjetividad que habita nuestro mundo, ese nuevo espacio de opinión pública sobre este mundo hecho en USA, esa reflexión acerca de la pesadilla del sueño americano, ese gozo de nuestra cultura pop como referente de lo culto, esa manera de ser todos hijos de gringos y no querer serlos: esa niebla del sentido que aparece y desplaza en la mundialización de la cultura (RINCÓN, 2017, p. 65).

Ciertamente, en este tipo de narrativa no solo se refleje una sociedad y su historia, sino que también sintoniza cautivamente al asistente. Mauro Pastena en *Los Archivos del Cardenal* es el agente de la CNI que trabaja para la dictadura y responsable de todos los secuestros a lo largo de la primera temporada, es un hombre aparentemente malvado, pero cuando es detenido y obligado a confesar los crímenes cometidos por el gobierno se rompe completamente por dentro. Demostrándonos que en realidad no quería ser cruel, sino que hace parte de esos muchos a los cuales el sistema no les respondió y se vio obligado actuar como lo hizo. Al final, este termina siendo perseguido por los mismos compañeros de la CNI que ahora lo buscan para asesinarlo, dada su declaración jurada sobre la manera que operaba el régimen, la identidad de los desaparecidos y los lugares utilizados en los crímenes. A lo que este pide que por favor se le ayude para salir del país. Esto nos demuestra que es la experiencia cultural reflexiva y sentida a través de lo histórico reconocible, que cuestionan el funcionamiento de nuestras maneras de correlación:

Gran parte del impacto público generado se puede explicar por dos razones: la primera, porque a pesar del gran número de libros, artículos y testimonios que han sido escritos acerca del quiebre de la democracia y los años de represión, la circulación y lectura de los mismos es bastante reducida, por precio y por capital cultural y, la segunda, por sus repercusiones mediáticas, puesto que los comentarios y reacciones de la audiencia reflejados en blogs y en otras redes sociales, generaron respuestas y coberturas especiales en los medios de comunicación tradicionales. Así, mientras unos fueron convocados por las propias series otros participaron de las discusiones sin necesariamente haberlas visto. Informados o no, todas estas discusiones generaron un clima social donde las tensiones se hicieron más evidentes que en años y conmemoraciones anteriores (ANTEZANA, 2015, p. 3).

Como apuntamos anteriormente, son estos tipos de relatos que las audiencias toman como contenidos que deben ser social, cultural e históricamente compartidos, ya que desde la esfera pública “El título «opinión pública» tiene que ver con tareas de crítica y de control, que el público de los ciudadanos de un estado ejercen de manera informal (y también de manera formal en las elecciones periódicas) frente al dominio estatalmente organizado” (HABERMAS, 1962, apud CUCURELLA, 2001, p. 54). La opinión pública obtenida de experiencias como la serie *Los Archivos de Cardenal*, colocaron en interés

común un diálogo para preguntarse sobre la realidad de la sociedad chilena y la conformación de su identidad.

CONSIDERACIONES FINALES

El fenómeno de las series audiovisuales nos apunta hacia la historia de un cambio de experiencia cultural que ha revolucionado nuestra concepción tecnológica, comunicativa, social y política del mundo que habitamos. Por tal razón, tratar de estudiar sus flujos por las diferentes sociedades, en especial por la latinoamericana, presupone entender el gesto narrativo que le ha concedido su existencia, pues la narrativa audiovisual de una comunidad cercada desde el territorio simbólico y visual donde se representa establece los nexos, costumbres y fábulas que conceptualizan la obra de una nación. Esta nueva experiencia cultural con la que se narra la vida es, en consecuencia, la que se adentra en los deseos y temores no solo del pasado, sino del presente y el futuro; produce reconocimiento en las audiencias, promueve los saberes y gustos, construye la idea de justicia y éxito, en fin, origina la visualización de una identidad.

El presente artículo procura también comprender desde una perspectiva latinoamericana qué significa ese contarnos cómo somos. Entonces, tal vez sea indispensable en este sentido, entender que se debe promover un tipo de soberanía cultural audiovisual, que significaría comunicar desde nuestros territorios, en nuestros formatos, estéticas y formas de narrar. A fin de recalcar que vivimos en la época de las series audiovisuales y que eso nos propone reconocerlas dentro de lo que Alessandro Baricco (2019) ve como una capacidad para generar una nueva idea de humanidad, con un carácter diletante que insistimos como esa experiencia cultural que al mezclarse con el sistema capitalista y la sociedad de consumo nos hace reflexionar que precisamente consumimos cultura para armar nuestro estilo de vida, definiéndonos así como sociedad contemporánea que de alguna manera nos marca una época con la cual nos constituimos, es decir, existimos en la medida que narro y soy narrado en concordancia con los modos de referencia, es el encuentro con las lógicas culturales reveladas en estas que me llevan a la identificación. “*Dime qué serie ves y te diré quién eres*”⁸.

REFERENCIAS

ACOSTA, Wilson A. El Cine como objeto de estudio de la historia: apuestas conceptuales y metodológicas. **Folios**, Bogotá, n. 47, p. 51-68, jul. 2017.

⁸ Esta expresión se encuentra ampliamente difundida de forma generalizada en diferentes medios comunicativos en internet, ha surgido de parafrasear el famoso refrán dime con quién andas y te diré quién eres. Sin embargo, para este artículo se ha tomado como referencia la publicación hecha por la página de Netflix Latinoamérica en su cuenta oficial de Twitter. Disponible en: <https://twitter.com/netflixlat/status/760281490580049920>.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexiones sobre el origen y difusión del nacionalismo. Traducción Eduardo L. Suárez. México, DF. Fondo de Cultura Económico S.A. 1993.

ANTEZANA, BARRIOS, L. PEREZ, MATEOS, J. Construcción de memoria: la dictadura a través de la ficción televisiva en Chile (2011). **Historia Crítica**, n. 66, p. 109-128, oct.-dic. 2017.

ANTEZANA, BARRIOS, LORENA. PEREZ, MATEOS, JAVIER. Ficción televisiva e historia reciente: el caso de "Los Archivos del Cardenal". **XI Jordanas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, UBA**. Buenos Aires 2015. pp. 1-23.

BARBERENA, Ramiro C. La convención institucional de Chile comienza su segunda etapa con nuevas autoridades. **France 24**, 4 ene. 2022. Artículo de nota pública. Disponible en: <https://www.france24.com/es/américa-latina/20220104-chile-convencion-constitucional-elisa-loncon-constitucion-politica-augusto-pinochet>. Acceso en: 24 mar. 2022.

BARICCO, Alessandro. **The Game**. Traducción Xavier González Rovira. Barcelona, España: Editorial Anagrama S.A. 2019.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **La reproducción**. Teorías para un sistema de enseñanzas. Barcelona, España: Editorial Laila S.A. 1996.

CANCLINI, Nestor. **Lectores, espectadores e internautas**. Barcelona, España: Editorial Gedisa, S.A. 2007.

CARRIÓN, Jorge. **Teleshakespeare**. San José, Costa Rica. Editorial digital: Titivillus. 2011.

COSTA, Flávia Cesarino. **O primeiro cinema**. Espetáculo, narração e domesticação. Rio de Janeiro, Brasil: Azougue Editorial. 2005.

CUCURELLA, Margarita B. La opinión pública en Habermas. **Universitat de Barcelona, Facultad de Filosofía. Anàlisi**, Barcelona, n. 26, p. 51-70, 2001.

GETINO, Octavio. **Cine y Televisión en América Latina**. Producción y Mercados. Santiago, Chile: LOM ediciones Ltda. 1998.

GONZALEZ, Roque. *Políticas Públicas Cinematográficas en América Latina*. In: VILLARROEL, Mónica *et al.* **Nuevas Travesías por el cine chileno y latinoamericano**. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2015. p. 191-199.

GREENAWAY, Peter. **El cine ya no satisface la imaginación**. Entrevista, Página 12, p. 28-29, junio 6, 2011. Disponible en: <https://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/espectaculos/5-21924-2011-06-06.html>. Acceso en: 3 mar. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pos-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP-A Editora, 2011.

HOUSE OF cards Brasil. Arthur Antunes. 22 mar. 2016. Disponible: <https://www.youtube.com/watch?v=9IPICIWGtcl>.

HOUSE OF cards. Simon. 27 feb. 2015. Disponible: <https://www.youtube.com/watch?v=9w-O60x1bYk>.

KING, Jhon. **El carrete mágico**. Una Historia del Cine Latinoamericano. Traducción Gilberto Bello. Bogotá, Colombia: Tercer Mundo Editores, 1994.

LA REALIDAD pasa por la pantalla de la tevé. **Clarín**, 30 oct. 2012. Artículo de nota pública. 2012. Disponible en: https://www.clarin.com/rn/escenarios/television/realidad-pasa-pantalla-teve_0_HJOWSRjPmg.html. Acceso en: 15 mar. 2022.

LOS ARCHIVOS DEL CARDENAL. Dirección: Josefina Fernández. Producción: Nicolás Santigo de Chile, Chile: Televisión Nacional de Chile TVN: 21 de Julio de 2011. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=I29I0NIYZuI&list=PLxme8DjcRYT36EcY-MqcL7GbtQyUfFAfb&index=1>.

LOS BUNKERS – Santiago de Chile. Los Bunkers. 21 jun. 2011. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=iUmHU157mRs>.

MGE STUDIOS. **House of cards**. [2021]. Disponible: <https://www.mgestudios.com/en/portfolio-posts/house-of-cards/>.

MIRZOEFF, Nicholas. **Una introducción a la cultura visual**. Traducción Paula García Segura. Barcelona, España: Editorial Paidós, 2003.

MOUESCA, Jacqueline. El cine chileno y la historia nacional. **Cinemas d'Amérique latine**. n.18, p. 17-22, 1 dic. 2010.

MOURLET, Michel. Sobre un arte ignorado. **Cahiers du cinéma**, n. 98, agosto, 1959. Traducción al español. **Revista Lumière**. p. 23-37, jul. 2017.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Brasileira Ltda., 2012.

OSZLAK, Oscar. **Formación histórica del estado en América Latina**. Elementos teórico-metodológicos para su estudio. 2. ed. Buenos Aires: Estudios Cedes. 1978.

PARANAGUÁ, Paulo. **Tradición y Modernidad en el Cine de América Latina**. México, DF: Fondo de Cultura Económica. 2003.

PARLAMENTO DEL personaje del Cardenal en el funeral de su amigo y abogado jefe de la Vicaría Carlos Pedregal, asesinado por agentes de la CNI. Capítulo 12, primera temporada. Minutos 41:03 – 42:11. 26 jun. 2018. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=gR4Abe0QqFk&t=2560s>.

PONCE, MATIAS. RINCÓN, OMAR. PANKE, LUCIANA. MLA, DÉBORA. ARANTE, ERIVELTO. TARULLO, RAQUEL. AMADO, ADRIANA. KANASHIRO, LILIAN **Fakecracia**. Buenos Aires, Argentina. Editorial Biblios. 2020.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorías da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras. Tradução Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp. 2011.

PRADA, Martin J. **La Apropiación Posmoderna**. Arte, práctica apropiacionista y Teoría de la Posmodernidad. Madrid, España: Editorial Fundamentos, 2001.

PRIMERA TEMPORADA de “Los Archivos del Cardenal” vuelve a TVN. **Tele Series.CL**, 29 may 2015. Disponible: <https://teleseries.cl/2015/05/29/primera-temporada-de-los-archivos-del-cardenal-vuelve-a-tvn/>.

RICCIOTO, Canudo. **Manifiesto de las siete artes**. Artículo de nota pública. 1911. Disponible en: <https://proyectoidis.org/manifiesto-de-las-siete-artes/>. Acceso en: 12 feb. 2022.

RICHARD, Nelly. **Fracturas de la memoria: Arte y pensamiento crítico**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina S.A. 2007.

RINCÓN, Omar. La audiovisualidad de la niebla: Vídeo Cliff vs. Vídeo Clips. **Revista de historia, teoría y crítica de arte H-ART**. n. 1., p. 55-72, jul.dic. 2017.

RINCÓN, Omar; LA FERLA, Jorge *et al.* **Zapping TV**. El Paisaje de la Tele Latina. Bogotá: Colombia. Fundación Freidrich Ebert. Graficas Gilpor S.A.S. 2013.

RINCÓN, Omar. **Narrativas Mediáticas**: o cómo se cuenta las sociedad del entretenimiento. Barcelona, España: Editora Gedisa S.A. 2006.

RINCÓN, Omar. Narrativas Televisivas: Relajar, entretener, contar, ciudadanizar, experimentar. **Revista Comunicar**, Bogotá, v. XVIII, n. 36, p. 43-50, mar. 2011.

RUIZ, Raúl. **Poética del cine**. Santiago de Chile, Chile: Editorial Suramericana, 2000.

SILVA, Tomaz; HALL, Stuart; WOODWAR, Kathryn. **Identidade e Diferença: A perspectivas dos Estudos Culturais**. SP, Brasil. Editora Vozes, Câmara Brasileira do Livro, 2000.

T1 ARCHIVOS del cardenal e1. Lili Stuardo. 10 jul. 2020. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=g93dUATtTbk&t=444s>.

T1 ARCHIVOS del cardenal e3. Lili Stuardo. 10 jul. 2020. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=pMNUsIL_ysU&t=12s.

TUMULTY, Karen. How Donald Trump came up with ‘Make America Great Again’. **The Washington Post**, 18 jan. 2017. Disponible: https://www.washingtonpost.com/politics/how-donald-trump-came-up-with-make-america-great-again/2017/01/17/fb6acf5e-dbf7-11e6-ad42-f3375f271c9c_story.html.

VILCHES, Lorenzo. **La migración Digital**. Barcelona, España: Editora Gedisa S.A. 2001.

WHITE, Hayden. **El texto histórico como artefacto literario**. Traducción Verónica Tozzi y Nicolás Lavagnino. Barcelona España: Editorial Paidós Ibérica S.A. 2003.

WILLIAMS, Reymond. **Televisão**. Tecnologia e Forma Cultural. São Paulo, Brasil: Boitempo Editorial, Jinkings Editores Associados Ltda., 2016.

parte II

INSURGÊNCIAS

MEMÓRIAS FEMININAS DAS REVOLUÇÕES CENTRO-AMERICANAS: EL SALVADOR DE ANA MARÍA GASTEAZORO E A NICARÁGUA DE GIOCONDA BELLI

Luiz Felipe Viel Moreira
Marcela Cristina Quinteros

Resumo: A partir das memórias de duas mulheres que participaram dos processos revolucionários em seus respectivos países, Ana Margarita Gasteazoro (El Salvador, 1950-1993) e Gioconda Belli (Nicarágua, 1948), se buscará indagar as percepções que tinham de seus países, dos processos transformadores das décadas de 1970 e 1980 na América Central e das questões de gênero, ao mesmo tempo que examinar como lidavam com suas origens nas elites salvadorenha e nicaraguense em relação à sua participação nas guerras civis e à impressão da utopia que perseguiam. Belli é uma escritora de prestígio internacional que, em 2001, publicou *El país bajo mi piel* onde, entre outros aspectos, relata sua visão da revolução sandinista. Ana Margarita Gasteazoro participou na guerra civil em El Salvador, sendo presa, libertada e exilada na Costa Rica. Ali, gravou entrevistas no final da década de 1980 – em inglês – e que lograram ser traduzidas e publicadas apenas em 2019, com o título *Díganle a mi madre que estoy en el paraíso*, 26 anos depois de seu falecimento. Apesar dos diferentes contextos de produção de ambos os textos, tentaremos expor as percepções de cada uma delas plasmadas nessas memórias ‘insurgentes’ que se debruçam sobre a guerra, a nação e a luta de classes desde uma perspectiva de gênero.

Palavras-Chave: Ana Margarita Gasteazoro; Gioconda Belli; escrita de si; história de gênero; revoluções centro-americanas

Resumen: *A partir de las memorias de dos mujeres que participaron en los procesos revolucionarios de sus respectivos países, Ana Margarita Gasteazoro (El Salvador, 1950-1993) y Gioconda Belli (Nicaragua, 1948), se buscará indagar sobre las percepciones que tenían de sus países, de los procesos transformadores de las décadas de 1970 y 1980 en América Central y de las cuestiones de género, al mismo tiempo que examinar cómo lidiaban con sus propios orígenes en las elites salvadoreña y nicaragüense con relación a su participación en las guerras civiles y a la impresión de la utopía que perseguían. Belli es una escritora de prestigio internacional que, en 2001, publicó *El país bajo mi piel* donde relata su visión de la revolución sandinista. Ana Margarita Gasteazoro participó en la guerra civil de El Salvador, siendo detenida, liberada y exiliada en Costa Rica donde grabó una serie de entrevistas a fines de los años '80 (en inglés) y que fueron traducidas y publicada en 2019, con el título *Díganle a mi madre que estoy en el paraíso*, 26 años después de su fallecimiento. A pesar de los diferentes contextos de producción de los dos textos, buscaremos exponer las percepciones de cada una de ellas, plasmadas en esas memorias “insurgentes”, que hablan de la guerra, la nación y la lucha de clases desde una perspectiva de género.*

Palabras Clave: Ana Margarita Gasteazoro; Gioconda Belli; escritura autorreferencial; historia de género; revoluciones centro-americanas

INTRODUÇÃO

A América Central foi uma panela – ou melhor, muitas panelas – em constante ebulição durante a segunda metade do século XX. Guerras civis, revoluções, contrarrevoluções, golpes de Estado, terrorismo de Estado, ocupações estadunidenses, Guerra Fria, perseguição de opositores, dizimação de populações indígenas, exílios, migrações maciças, tudo isso aditivado com movimentos sísmicos e vulcânicos. O resto dos latino-americanos guarda na memória retalhos de alguns desses acontecimentos – alimentados por uma imprensa que pouco informava sobre temas centro-americanos. Até não muito tempo atrás, apenas dispúnhamos de uma bibliografia escassa sobre o assunto. Porém, hoje contamos, além das pesquisas acadêmicas, com uma vasta produção memorialística e literária que fala daquele passado, principalmente da luta armada nas décadas de 1970 e 1980. Assim, converteram-se em autores para narrar – em primeira pessoa – aquele passado desde os respectivos lugares que ocuparam na sociedade... Cabe aos historiadores a paciente tarefa de tentar reconstruir o quebra-cabeça dessa história controversa, em parte, a partir desses relatos autobiográficos.

Aqui consideraremos as memórias de duas mulheres, uma carimbada na escrita e a outra não, que, pertencendo às elites locais, optaram por participar nos movimentos revolucionários de seus países. Ao analisar comparativamente os relatos autobiográficos/memorialísticos da salvadorenha Ana Margarita Gasteazoro (1950-1993) e da nicaraguense Gioconda Belli (1948), procuraremos recuperar os olhares particulares sobre as questões de classe e de gênero.

Belli é uma escritora de prestígio internacional que, até pouco tempo atrás, residia entre dois mundos, os EUA e a Nicarágua¹. Ainda em plena atividade, levou sua produção literária às prateleiras do mundo todo com obras como *La mujer habitada* (1988). Militante sandinista nos anos 70, atuou na clandestinidade e no exílio para derrubar a ditadura dos Somoza. Em 2001, publicou *El país bajo mi piel*, autobiografia que consideraremos neste capítulo. Já Ana Margarita Gasteazoro foi uma militante do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), que tomou parte na guerra civil em El Salvador, sendo presa, libertada e exilada na Costa Rica. Ali, gravou entrevistas no final da década de 1980 – em inglês – e que lograram ser traduzidas e publicadas apenas em 2019, com o título *Díganle a mi madre que estoy en el paraíso*, 26 anos depois de seu falecimento. Enquanto a nicaraguense cuidou ela mesma da produção e publicação de suas memórias, a salvadorenha não teve igual sorte ao morrer jovem, vítima do câncer. Apesar das diferenças na produção,

¹ Em fevereiro de 2023, o Poder Judicial da Nicarágua retirou a cidadania a Gioconda Belli e outros intelectuais nicaraguenses, além da confiscação de seus bens, por serem considerados “traidores da pátria”. Com isso, a prática de morar entre os EUA e a Nicarágua, viu-se interrompida.

organização e publicação de suas memórias, ambas tiveram a clara intencionalidade de deixar um registro autobiográfico de suas histórias de vida vinculadas aos processos políticos e sociais desses anos de chumbo. E as duas o fizeram a partir de uma perspectiva de gênero e de consciência de classe.

A escrita de si – ou seja, os chamados gêneros confessionais (cartas, diários, -auto-biografias, memórias) –, ao longo do século XX, era vista com desconfiança pelos historiadores e foi apenas com o ressurgimento da história política, em diálogo com a história cultural, na segunda metade da centúria, que ela começou a ser recuperada como “documento” (LEVILLAIN, 2004). Não obstante os olhares desconfiados dos pesquisadores, esse estilo de escrita esteve longe de perder vigor, mantendo uma constante produção que revela que “desde os tempos remotos até a atualidade, é comum ao ser humano o temor pelo silêncio do esquecimento por parte daqueles com quem um dia conviveu” (MOTTA, 2010, p. 7). Na atualidade, é possível afirmar que os avanços nas pesquisas sobre o gênero autorreferencial facilitam o estudo deste tipo de fontes ao identificarem suas vantagens bem como suas limitações.

François Dosse (2009, p. 11) salienta que “escrever a vida... sempre estimula o desejo de narrar e compreender”, mas que, como a história, “escreve-se primeiro no presente”, advertindo que cabe ao pesquisador tomar os cuidados necessários sobre as implicações do lugar e do momento a partir dos quais o autor escreve. Assim, Dosse observa que a antiga controversa em torno das (auto) biografias, em relação a serem “autênticas” ou apenas narrativas ficcionais, permanece, pelo que é necessário identificar as preocupações e os interesses do autor que se projetam no passado narrado, na tentativa “de dar sentido, de refletir a heterogeneidade e a contingência de uma vida para criar uma unidade significativa e coerente” (DOSSE, 2009, p. 14).

Sem perder de vista a dimensão subjetiva presente na escrita de si, ela é considerada uma fonte que pode ser abordada criticamente e que permite indagar sobre as práticas identitárias (desde as percepções estritamente individuais até as sociais e políticas) dos sujeitos históricos transformados em autores. Assim, embora seja um documento em que a subjetividade se impõe ao leitor, é possível – e necessária – uma análise crítica. Nesse mesmo sentido, Ângela de Castro Gomes (2004, p. 15) coincide ao problematizar a subjetividade do autor, mas destaca que o que passa “a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa”.

Embora “autobiografia” seja um termo polissêmico, aqui faremos a distinção entre autobiografia e memórias, duas formas de escrita de si cujos limites são difusos e que muitas vezes se confundem e superpõem devido à fluidez de suas fronteiras. Segundo Philippe Lejeune (2001, p. 50), a autobiografia é “uma narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza especialmente sua história

individual, em particular a história de sua personalidade”. Já as memórias podem versar sobre a história de um indivíduo, mas não obrigatoriamente. Elas retratam um passado que involucra outras pessoas, segundo o “testemunho pessoal do autor personagem sobre um fato histórico, alheio à sua vida pessoal” (MOTTA, 2010, p. 30). Apesar da proximidade entre as duas narrativas, diferenciá-las permitirá identificar que tanto Ana Margarita quanto Gioconda teceram seus relatos de forma dialética entre autobiografia e memórias.

Os dois textos selecionados pertencem a duas mulheres centro-americanas, provenientes da burguesia, brancas, que adotam a bandeira da libertação nacional e da justiça social. A escolha não é fortuita. As autoras tiveram a clara intencionalidade de registrar suas memórias, destacando-se elas mesmas como protagonistas, mas lembrando o papel que coube ao coletivo feminino durante os processos revolucionários. Uma de suas pretensões era abandonar e questionar o papel tradicionalmente atribuído às mulheres em geral e às mulheres burguesas em particular. O objetivo aqui é visualizar como estas mulheres interpretaram o discurso patriarcal hegemônico e como ressignificaram e introduziram práticas e interpretações vinculadas ao discurso “feminista” dos anos 60 e 70 (SCATENA FRANCO, 2008, p. 141).

A possibilidade de uma história comparada a partir desses dois textos, próximos no tempo e no espaço, mas diferenciados em suas histórias nacionais, permitirá indagar sobre os espaços (ideológicos, geográficos, sociais, econômicos, geracionais, familiares, de gênero) de contato, superando as restrições impostas pelas histórias nacionais e pelo diálogo entre historiadores “surdos” (PRADO, 2005, p. 16).

As memórias de Ana Margarita Gasteazoro e Gioconda Belli abarcam os anos da última grande utopia revolucionária continental, que deixaram marcas em toda uma geração de latino-americanos, tanto pelos caminhos que esta tomou quanto pela nova ordem mundial que efetivamente se consolidou – sua antítese. Ambas nasceram em um período no qual novos ventos proporcionaram para a América Central uma relativa abertura democrática que se acentuou após a Segunda Guerra Mundial. Entre as décadas de 1940 e 1960, foram extraídas, das elites oligárquicas locais, reformas sociais que ampliaram direitos e que buscaram construir regimes de bem-estar. Se na prática acabaram sendo apenas parcialmente implementadas, aí incluída a reforma agrária, foram importantes bandeiras nas lutas das classes trabalhadoras e de mobilização política. A modernização e a diversificação dos cultivos de exportação, e o nascente processo de industrialização mudaram o panorama econômico e social da região. Já no clima de Guerra Fria em sua última década, a entrega do poder aos militares voltou a ser a garantia de ordem, tanto para as classes dominantes como para os EUA – país cujos interesses geopolíticos sempre se fizeram sentir com muito peso em todo o istmo.

As nuvens negras, no entanto, foram se acumulando na década de 1970. As indústrias

substitutivas às importações de bens de consumo não durável, que haviam se desenvolvido no período anterior, se viram limitadas pelo tamanho do mercado local e pelo baixo poder de consumo. Ao final, os deserdados da terra continuavam sem as reformas sociais necessárias para romper a cadeia da miséria, ao passo que a vitória da Revolução Cubana em 1959 marcava os novos horizontes das lutas sociais que se acentuaram ao longo dos anos 70. Assim, a chegada dos sandinistas ao poder na Nicarágua foi a gota d'água numa tempestade que veio com enxurrada. A vitória pelas armas, em 1979, e sua derrota eleitoral, em 1990, marcaram os limites do período de maior violência política em toda região. A última grande utopia revolucionária latino-americana exacerbou as contradições dessas sociedades tão desiguais e arrastou a região, direta ou indiretamente, para a guerra civil nos anos 80. As dificuldades atingiram não apenas camponeses sem terras, mas também setores urbanos, que começaram a migrar para outros países. Foi uma tragédia humanitária não tão nova para os salvadorenhos e que marcará os aspectos sociais da vida centro-americana nas décadas seguintes. Quando a paz finalmente chegou no início dos anos 90, isto se deu no contexto de um novo processo civilizador global, a que nenhum país escapou (MOREIRA, 2021).

Gasteazoro e Belli são originárias de suas elites nacionais, foram contemporâneas no tempo e no exíguo espaço do istmo, e tiveram suas respectivas transformações – de *niñas de bien* a subversivas. Porém, exprimem diferenças que se refletem na forma em como tratam temas similares em suas memórias e que, em grande medida, tem a ver com a reticência de Ana Margarita e a eloquência de Gioconda ao elaborarem suas autobiografias, e que comporão o mosaico revolucionário onde ambas pisaram.

CADA LUGARES UNA TRINCHERA

Ana Margarita Gasteazoro participou na guerra civil em El Salvador, sendo presa entre 1981 e 1983, libertada e exilada na Costa Rica após 1985. Trabalhando em San José, começou a narrar em inglês, a partir de 1987, para a fotógrafa e documentarista Judy Blankenship e o escritor Andrew Wilson, ambos norte-americanos, os testemunhos de sua vida.² Passados 26 anos de seu falecimento, em em 1993, publicou-se em San Salvador sua autobiografia.

Gasteazoro relata os sucessos que considera marcantes em sua vida. A memória fotográfica toma a palavra para criar uma autobiografia em ordem cronológica que parte

² A própria história do livro é toda uma sobrevivência. Após 25 anos de sua morte, em 2018, em um congresso de História em Austin (EUA), Carlos Henríquez Consalvi, Diretor do Museo de la Palabra y la Imagen (MUPI), de San Salvador, encontrou-se com Judy, vindo a saber das gravações, que se interromperam em 1989, quando Ana decidiu ir viver no litoral caribenho costa-riquenho, abrindo um pequeno restaurante de comida natural – o Soda Coral. Imediatamente se formou uma equipe editorial, participando Judy, Carlos Henríquez, Andrew e Eva Gasteazoro, prima de Ana Margarita que vive em Nova York. A tradução oral ao espanhol foi feita por Dagoberto Flores e sua transcrição e correção por Tania Primavera (2019).

da infância e chega à vida adulta, linearmente. Um período que vai de 1950 até 1983, quando sai da cadeia e vai para o exílio. Aqui cabe lembrar a Bourdieu (2002, p. 188-189 - grifos nossos), para quem a biografia está no senso comum que a descreve como um caminho, um “trajeto”, uma viagem, uma passagem, um deslocamento linear, percorrido unidirecionalmente, desde “o” começo até “o” fim – no duplo sentido de término e de finalidade –, definindo-se como uma biografia exemplar. Neste sentido, a história de vida “conduz à construção da noção de trajetória” ou “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente”. Tais “posições” são os acontecimentos biográficos – “colocações e deslocamentos no espaço social” –, sujeitos a múltiplas transformações, não necessariamente coerentes. A variável que permanece é o nome próprio.

O título do livro, *Díganle a mi madre que estoy en el paraíso*, foi apenas a resposta à pergunta feita pela secretária da penitenciária, quando da sua entrada, sobre informações que gostaria de serem repassadas à família. O texto finaliza com uma Ana Margarita afetuosamente, sem ironias, resgatando a positividade de ter saído viva do inferno. Com seu relato oral, tardiamente transformado em escrita autobiográfica, abria-se um novo capítulo em seu caminhar, transportando a consigna revolucionária que utilizara em sua dupla vida, doméstica/pública (como Ana Margarita Gasteazoro) e clandestina (sob o nome fictício “Mónica Pancho”) porque “*cada momento, cada situación, es tu trincheira*” (GASTEAZORO, 2019, p. 11).

O livro começa com um parágrafo que coloca logo de entrada o conflito familiar, que é ao mesmo tempo social e de gênero:

En cualquier parte del mundo las madres se preguntan ¿Qué fue lo malo que hicieron con sus hijos?, pero apuesto a que la mía se lo ha preguntado más que las demás. Cuatro de sus cinco hijos salieron razonablemente normales para el estándar de la clase alta salvadoreña. Javier, el hermano mayor, es hoy un exitoso hombre de negocios; José Francisco (conocido como Chico) se hizo sacerdote, Eva María, monja, y Ricardo Antonio es ingeniero químico. Con toda esa respetabilidad y logros en la familia, ¿Por qué uno de ellos –y una niña– se ha dejado arrestar por subversiva, exponiendo el nombre de la familia en los titulares de los periódicos para que todo el mundo se entere? (GASTEAZORO, 2019, p. 13).

O texto resume não apenas sua origem social, mas indiretamente traz os elementos que conformaram seu passado até 1976, quando, depois de voltar da Alemanha para viver em El Salvador, começa um ativismo político. Tinha então 26 anos, mas já contava com um acúmulo de experiências que moldaram sua visão de mundo. Ela assumia que, na realidade, provinha de uma família de 14 membros, pois sete eram serventes, entre eles, a *nana* que a criara. A família nuclear não pertencia à oligarquia salvadorenha, mas era parte da cúspide da pirâmide social entanto eram profissionais liberais com formação no exterior e sucesso econômico. Enquanto o avô tinha se formado na Europa, o pai e os irmãos estudaram em universidades norte-americanas.

Segundo a autobiografada, as tensões estiveram presentes desde o início de sua vida, pelo fato de crescer com “*ideas opuestas en mi vida, una muy liberal y antirreligiosa por influencia de mi padre y otra, muy estrecha y dogmática de parte de mi madre*” (GASTEAZORO, 2019, p. 18). Enquanto o pai era um exitoso engenheiro, a mãe, dona de uma loja de antiguidades, estava estreitamente vinculada ao Opus Dei. Essa dupla vertente teria se refletido na educação dos filhos que frequentaram a Escola Americana de San Salvador – a mais cara do país –, pois o pai queria que a prole crescesse em um ambiente liberal e que falasse inglês. Não obstante, a mãe os teria involucrado em todas as atividades do Opus Dei para compensar a ausência do ensino católico na escola cujas alunas eram vistas como “perdidas” por parte dos setores mais conservadores da capital salvadorenha. Ana Margarita esteve na Escola Americana do jardim de infância até o final do segundo grau, com exceção de dois anos em que se dividiu entre os EUA e a Guatemala.

Morar nos EUA, na casa de uma tia, quando tinha 11 anos, teve como finalidade aprimorar o seu inglês. Mas, a experiência de ir a uma escola pública por conta própria a fez sentir importante e independente, sendo ali a primeira vez que convivia com afrodescendentes: “*Cuando tenía quince años, mi mamá no sabía qué hacer conmigo. Yo siempre andaba metida en problemas. Fumaba. Salía con chicos. Regresaba a la una de la madrugada...*” (GASTEAZORO, 2019, p. 21). Por isso, os pais teriam acordado mandá-la para uma escola de elite na Guatemala, chamada Monte María e dirigida pelas freiras Maryknoll, com aulas em inglês. Ela viveria numa residência do Opus Dei, na Universidade da Guatemala (USAC), enquanto estudava na escola. A autobiografada confirma que, ao contrário do que imaginava a sua mãe, teve mais liberdade e contacto com as lutas sociais daquele país, despertando sua consciência política. A amizade com a psicóloga e assistente social Maria Cristina Arathon, com quem convivia na casa universitária, bem como com a irmã Maryknoll Marian Peter, aproximou-a dos trabalhos nas comunidades pobres da cidade da Guatemala, bem como das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Para culminar, começou o namoro com um estudante de veterinária, 10 anos mais velho que ela.

Dado o quadro, a família interveio obrigando-a a retornar a San Salvador e ao clima “descontraído” do antigo colégio. Assim, entre questões sociais e a vivência da contra-cultura do final dos anos 60, através dos jovens professores da Escola Americana, terminava sua formação básica. E iniciava, como titulóu em um dos capítulos, as andanças de uma “ovelha negra”. Em 1967, por decisão de seu pai foi enviada para Boston, para estudar secretariado, que não concluiu. Em 1969, tendo viajado durante as férias de verão a San Salvador, comunicou à família haver se transferido para o curso de Arquitetura, como ter decidido se casar com Jack, um norte-americano com o dobro de sua idade e que havia trabalhado como contador na *Fruit Company* em Honduras e Colômbia.

Porém, a guerra de 1969, entre El Salvador e Honduras, teria mudado os planos. A família teria perdido recursos e não poderia manter mais outro membro estudando nos EUA, onde já estava Javier, o irmão mais velho, e aonde iria Ricardo Antonio, o filho mais novo. A “boa” educação era prioridade dos filhos homens, pelo que a “decisão” de Ana Margarita foi abortada, desistindo do casamento e tendo que ficar em San Salvador para frequentar a jesuíta *Universidad Centroamericana* (UCA), supostamente distinta da *Universidad Nacional* (UES), considerada ninho das esquerdas.

Através do pai, engenheiro de manutenção na legação norte-americana, conheceu Jerry, integrante da Marinha na Embaixada com quem começou a namorar. Segundo o relato autobiográfico, foi o novo escândalo da família devido à origem afrodescendente do namorado, o que demandou uma nova intervenção urgente em sua vida, organizada pela mãe com seus contatos dentro da Igreja. Assim, foi enviada para a Universidade de Navarra, na Espanha, administrada pelo Opus Dei, para formar-se como professora de Jardim de Infância – profissão que, no retorno, lhe asseguraria um casamento no circuito social da família, além de estar inscrita dentro das expectativas que cabiam às mulheres burguesas.

O que se supunha uma estadia planejada curta, se converteu em anos vivendo na Europa. Ana Margarita diz ter sido expulsa da universidade por seu comportamento mais liberal, em uma Espanha franquista e conservadora. Para sobreviver e não retornar a El Salvador, inicialmente trabalhou em Madrid como secretária de um contador húngaro e, mais tarde, foi para Ibiza, onde por três anos auxiliou a um construtor alemão.³

Em meados de 1973, foi estudar alemão em Munique, reencontrando-se com seu pai que, ao final, a convenceu de voltar a El Salvador. Com sua experiência logo assumiu um cargo de gerência em um hotel, onde conheceu a Anthony Abrahams, diretor de Turismo da Jamaica, e que tinha sido o primeiro repórter afrodescendente da BBC de Londres. Começava uma relação estável, com um homem mais maduro e em processo de divórcio litigioso, o que para sua família era inaceitável em todos os aspectos. Sua longa estadia em Kingston, em distintos momentos, entre 1974 e 1975, se deu num contexto de aumento da violência política e racial na ilha, afetando-lhe pessoalmente devido a que ser branca equivalia a ser opressora. Anthony fazia parte do governo do Partido Nacional do Povo, de Michael Manley, de esquerda e com o qual Margarida se identificara, tendo conhecido a suas principais autoridades. Porém, dadas as disputas políticas locais e as redefinições políticas de seu companheiro rumando para o campo da direita, a relação teria se desgastado e terminado definitivamente.

A narrativa que mais espaço ocupa na autobiografia da Ana Margarita corresponde

³ Segundo Gasteazoro (2019, p. 36), o construtor lhe facilitou enxergar o “mundo” desde o ar porque na “época en que yo trabajaba para él, le había comprado un avión a John Wayne. Era un DC-6 modificado para dieciséis personas. Viajamos mucho en ese DC-6 buscando tierras alrededor de Europa, África, el Medio Oriente, Seychelles, Mauricio...”

justamente à etapa de vida que se iniciou com o fim dessa relação e que pode ser dividida em três momentos, ao longo de 19 capítulos: o período de seu efetivo ativismo público (1977-1979), a fase da clandestinidade (1979-1981) e principalmente o tempo na prisão de mulheres de Llopango (05/1981-05/1983). Para a época, El Salvador viu agravada a violência política com o golpe de estado de outubro de 1979, pouco depois do triunfo da Revolução Sandinista na Nicarágua. O grupo dominante de direita que governava o país há décadas se tornou ainda mais radical. A aposta foi pelo fim das reformas econômicas e políticas, pelo financiamento dos grupos paramilitares e pela reestruturação dos órgãos de segurança. Como resposta, as esquerdas finalmente costuravam uma aliança de todas as organizações político-militares, unificando a guerrilha na FMLN, bem como fundindo-se em uma Frente Democrática Revolucionária (FDR) – uma coordenação para as atividades urbanas, juntando sindicatos e associações diversas.⁴

Na fase da clandestinidade, Ana Margarita iniciava a sua dupla identidade. Ao seu ativismo político público, que sempre se deu no Movimento Nacional Revolucionário (MNR), um dos poucos partidos legais de oposição permitidos, somava-se a atividade guerrilheira. Em 1981, a chamada “ofensiva final” das esquerdas não teve os resultados esperados como acontecera com o sandinismo, e ela acabou na prisão. Em grande medida, a guerra se deslocou para as áreas rurais, origem de boa parte da militância e onde vivia a maioria da população. A almejada busca pelo “novo” por parte da autora, que a fórceps romperia o “passado”, também teve uma narrativa no campo literário retratada pela chamada Geração Comprometida, que remonta à década de 1950. Entre alguns de seus representantes estavam Álvaro Menéndez ‘Desleal’ (1931-2000), Roque Dalton (1935-1975) e Manlio Argueta (1935).

Na cadeia feminina de Llopango, a leitura de Ana Margarita de *Un día en la vida* (1980), de Manlio Argueta, escrito no ano anterior à sua detenção, para as demais prisioneiras políticas, resumia um sentimento compartilhado por todas as prisioneiras: era a luta das mulheres contra o patriarcado salvadoreño. Sua recepção tocava uma realidade que envolvia a todo o país, retratando as histórias particulares das detentas, incluída a da própria Ana Margarita que, tão urbana e viajada, e enxergada pelas demais companheiras de forma diferente por ser a mais refinada e culta, não escapava a essa realidade histórica.

Como o título diz, trata de um dia na vida da principal narradora, Lupe, uma camponesa do departamento de Chalatenango – no norte, fronteira com Honduras, onde a guerra civil foi mais intensa. A estória rememora os acontecimentos de três gerações: a da escritora e seu marido (José), a dos filhos (principalmente os dois mais velhos, Maria Pia e Justino) e a dos netos (basicamente na figura de Adolfiná, filha de Maria Pia), numa

⁴ A Coordenadora Político-Militar (CPM) se organizou definitivamente em dezembro de 1979 e uma Coordenadora Revolucionária de Massas (CRM) passou a atuar a partir de janeiro de 1980 (LÓPEZ BERNAL, 2021).

temporalidade que vai dos massacres do levante indígena-comunista de 1932 à guerra civil vivenciada pelas prisioneiras (ARGUETA, 2019).

Num linguajar simples, o relato remete à fala diária dos camponeses salvadorenhos, narrando a brutalidade e a opressão das elites e das autoridades guardiãs da sacralidade da propriedade, na figura dos militares. O livro também descreve o papel da Igreja Católica (o outro pilar da ordem), sem deixar de mostrar suas contradições quando da entrada da Teologia da Libertação (a nova Igreja) no meio rural.

Assim, entre os personagens e os conhecidos da comunidade, todos com suas pobreza e com total ausência de uma cidadania, é contada a memória de uma família que experimenta o assassinato de José, Justino e Helio (marido de Maria Pia) por parte da Guarda Nacional. São três gerações que não moram juntas, pelo que devem percorrer diversos espaços ao longo do país, incluída a capital, onde se darão os grandes movimentos de reivindicações coletivas e que deflagrarão a repressão. Mortes brutais vinculadas ao ganho de uma consciência e à busca de uma organização como forma de confronto.

A escolha da autobiografada tem a mesma intenção do livro: ser didática. Com ele consegue explicar outra contradição que é a formação e a entrada no cenário rural da Guarda Nacional – a autoridade. Seus membros são camponeses mestiços que saíram desse mesmo meio rural e que, ao entrar nessa corporação, ganham uma nova consciência. Havendo até mesmo crianças vivendo nos quartéis, como mascotes, futuros torturadores – caso de William, com 12 anos, que vive na cadeia da cidade de Llobasco, onde estaria preso Helio. Uma situação que Gosteazoro também conheceu no período em que foi torturada no quartel da Guarda Nacional.

Segundo a autora, a leitura do livro cativava às suas companheiras em Llopingo, justamente por retratar essa realidade que se transformava rapidamente com a guerra dos anos 80, levando a um deslocamento do mundo rural, com migrações até para o exterior e uma urbanização crescente de San Salvador. Suas ouvintes identificavam-se com todo o drama e com seu linguajar. Por sua vez, em suas memórias, Ana Margarita foi além da percepção do significado da exploração e reprodução do patriarcado salvadorenho. Sinalizou a compreensão, até por experiência própria, do quanto o modelo era transpassado pelas próprias mulheres – de todos os setores sociais.

As *Andanzas de una oveja negra* a teriam convertido numa mulher livre de preconceitos sociais e raciais. A crescente atividade política – que a levou ao enfrentamento com a ordem estabelecida – e a opção pela luta armada – que também mobilizou a muitos outros membros das elites de sua própria geração – teriam sido os passos decisivos para transformar-se nessa ovelha descarrilada. Um caminhar que a fez deparar-se com outras discriminações e a buscar outras solidariedades. A narrativa de todos estes acontecimentos, quando da volta a El Salvador, não foi tão linear e simples, expondo suas vulnerabilidades,

medos e mesmo contradições, e isto em todas as trincheiras que ocupou em sua curta vida.

Independente, morando sozinha, estudava Psicologia na UCA e teria dependido apenas de inúmeros trabalhos a meio período: em escolas de língua, na televisão e no Ministério de Assuntos Exteriores, a cargo de mostras artesanais em feiras internacionais. Com este último emprego passou meses viajando a exposições comerciais na Alemanha, Estados Unidos, Panamá e Guatemala. Em 1977, o assassinato do padre jesuíta Rutilio Grande foi decisivo para seu maior engajamento político. Ainda não acreditava na luta armada, nem se sentia cômoda atuando junto às organizações de massas já existentes, apesar de considerar ao Che e a Fidel seus heróis. Por isso, optou pela militância no Movimento Nacional Revolucionário (MNR) – uma das poucas agremiações legais da oposição. Ciente da falta de maiores bases sociais do partido e mesmo considerando-o elitista e extremamente intelectual,

Yo trataba de ser tomada en serio dentro del partido, con todos esos hombres que me tomaban, mitad como objeto sexual, mitad como colega política. Si yo hubiera comenzado a dormir con colegas políticos, hubiera perdido mi estatus dentro del trabajo político. Eso es parte del machismo. Sólo una semana después de haberme unido ya había sido electa secretaria de la juventud, y me había convertido en algo así como secretaria política... (GASTEAZORO, 2019, p. 36).

Em 1978, o MNR se uniu à Internacional Socialista, conectando-se com os partidos sociais-democratas de todo o mundo. Devido a que Gasteazoro falava fluentemente o inglês, foi enviada como representante e tradutora para as convenções e conferências internacionais. Nesse ano, viajou para Costa Rica, Inglaterra, Cuba e Canadá, para participar em eventos nos quais teria feito mais política do que tradução. Foi sua experiência em La Habana que alterou sua forma de pensar sobre o papel das organizações de massa. Sempre havia apoiado uma linha política reformista, mas após sua viagem para Cuba teria retornado a El Salvador com uma posição pela luta armada. A estas alturas, já tinha uma conexão adicional com o MNR, por causa de um namorado que também ali militava. Era um canadense, Richard, professor de uma escola Montessori, que acabou ficando no país e com quem convivia há quase dois anos, em sua casa no bairro Las Delicias:

Me dije a mí misma 'bien, Ana. Deja de andar de arriba para abajo, vete a casa y cástate'. Sentí que ya era tiempo y que, si yo tenía un gran compromiso hacia un hombre, me protegería a mí misma en ese mundo machista. Richard fue muy feliz cuando le dije que quería que nos casáramos, y él comenzó a preparar todo para la boda. Mis padres estaban felices también, porque ellos querían a Richard. Pero al final no nos casamos. No pude. Yo tenía algo contra el matrimonio (GASTEAZORO, 2019, p. 68).

No ano seguinte, se intensificaram as viagens e todos os contatos que elas promoviam, mas também a radicalização das posições, alimentadas pelo permanente assassinato de lideranças de esquerda pelos esquadrões da morte. Para a época, trabalhava em tempo

integral para o MNR, administrando os recursos recebidos da Social Democracia alemã para o treinamento de sindicatos. Ao mesmo tempo, ensinava inglês onde era possível, para melhorar suas economias. Com a vitória da revolução sandinista em julho de 1979, duas semanas depois estava em Manágua, com a missão da Internacional Socialista. Porém, o golpe de Estado em El Salvador, em outubro daquele ano, com seus rápidos desdobramentos, colocou o país à borda da guerra civil. Ainda estando com Richard, Ana Margarita teria entrado para a clandestinidade, tomado decisões por separado e se unido a grupos diferentes, enquanto seu pai começava uma campanha para enviá-la para a Nicarágua:

Él solía decir sarcásticamente que si yo quería jugar a ser ‘La Pasionaria’ en Nicaragua, él me pagaría el pasaje. A decir verdad, yo no tenía idea de quién era ‘La Pasionaria’ cuando él lo mencionó por primera vez. Tuve que investigar, y me orgullecí cuando me di cuenta que había sido una heroína de la guerra civil española. Pero me sentí insultada en la forma como él me lo dijo: ‘mi hijita, si quieres jugar con fuego, ve y enciéndelo en otro lugar donde no salgas perjudicada’. Él pensaba realmente que yo estaría más segura allí (GASTEAZORO, 2019, p. 73).

O estopim da guerra foi o impacto pelo assassinato do Arcebispo de San Salvador, Óscar Romero, em 24 de março de 1980. A partir de então, as organizações de massa começaram a se mobilizar e a se armar, mas não com a mesma intensidade e nível organizativo que se movia a guerrilha. Enquanto a oposição legal dizia ter um governo no exílio, Ana teria entrado mais plenamente nas atividades clandestinas, passando a trabalhar como apoio das lideranças da Frente Democrática Revolucionária (FDR). Assim, no início de novembro, “Mónica Pancho” era enviada pelo partido a Madrid, para o Congresso da Internacional Socialista. De regresso a El Salvador, em 27 de novembro, foram sequestrados e assassinados os cinco membros do comando da FDR, entre eles Enrique Barrera, seu grande amigo e representante pelo MNR:

Nunca supe realmente quién era Sebastián, tampoco su nombre verdadero, hasta que nos arrestaron juntos en 1981. A esa altura, él había estado compartiendo mi casa desde hacia un año. No saber mucho de tu amante puede sonar a locura, pero alguien involucrado en la lucha armada contra un sistema como el de El Salvador, tenía sentido. Ya que una de las reglas básicas de la clandestinidad es la compartimentación (GASTEAZORO, 2019, p. 91).

“Sebastián” teria sido peça chave, pois lhe mostrou a disciplina e a rigidez “revolucionária”, bem como a treinou para a luta urbana. Ele era membro importante das *Fuerzas Populares de Liberación* (FPL), a mais antiga guerrilha, liderada por Cayetano Carpio e um dos cinco grupos militares que conformaram, no vasto leque das esquerdas salvadorenhas, a FMLN. Mesmo com uma vida dupla, Gasteazoro pode seguir em San Salvador. Já havia abandonado a universidade, mas mantinha suas aulas de inglês e os encontros familiares na casa dos pais no bairro La Mascota:

Cuando Sebastián llegó, toda mi vida social casi se detuvo. Las demandas de mi tiempo no me dejaban ni un minuto. Dejé de ver muchas personas, incluso a muchos de mis amigos norteamericanos. Pero veía a mi familia, pasaba por donde mi mamá a almorzar, y le revisaba el refrigerador. Ella compraba carne una vez al mes y en esos días yo ponía pedazos de carne en bolsas plásticas mientras ella tomaba la siesta. Mi nana sólo me decía: ‘ella me va a acusar de que yo me las llevé’, y yo le decía: ‘no, no, sólo dile que fui yo’ (GASTEAZORO, 2019, p. 107).

Seguindo o relato cronologicamente ordenado, o dia a dia dessa nova fase passou a ser mais perigoso. Era o aumento generalizado da violência, os cuidados rígidos com a rotina das “casas de segurança” que tinha a seu encargo, as mudanças de endereço diante de qualquer suspeita, os companheiros que chegavam um tempo até vir a ordem de serem enviados para a montanha... Mas, Ana Margarita não seria uma “guerrilheira”. Com esta decisão da “organização”, Sebastião não seria mais o seu responsável superior. Ela ficaria encarregada de fortalecer e se infiltrar, em todos os setores democráticos de El Salvador. Para isso resultava importante pertencer ao MNR, mesmo existindo no exílio, o que brindava segurança pessoal e no trabalho. Havia uma consideração estratégica, que também lhe permitia participar na tomada de decisões e continuar fazendo seu trabalho internacional.

Em realidade, a autora teria levado uma tripla vida: meio clandestina, mas legal com o MNR; totalmente clandestina com a “organização”; e a normal almoçando com sua família quase todos os dias, apesar das disputas que inevitavelmente ocorriam – ao final a “comunista” poderia colocar a todos em perigo.

A vida com o novo companheiro não teria sido um romance fácil, com discussões sobre o machismo que Ana Margarita não deixaria passar facilmente. Ambos trabalhavam largas horas, fazendo idênticas tarefas; mas, por ele ser homem, sempre obtinha alguns “privilégios”. “Naturalmente”, caberia a ela manter a *olla de frijoles* cheia, como em toda casa salvadorenha, para que os *compas* pudessem comer. Aos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres (como o trabalho doméstico), somava-se o que era tida como conduta apropriada de uma revolucionária, muito distante do universo “burguês” do qual provinha Ana Margarita e do qual não poderia se desvencilhar tão facilmente:

Y seguramente, yo contribuía con mi forma de hablar. Comenzaba a darme cuenta de que – en lo más profundo – la decisión de elegir a Sebastián como mi compañero, era incorrecta; a pesar de la atracción y el respeto, no éramos uno para el otro. Todas nuestras contradicciones estaban saliendo a la luz, y no había forma de resolverlas (GASTEAZORO, 2019, p. 133).

Nunca teria sabido seu nome verdadeiro, até que foram presos. Pouco tempo teria passado desde que a “organização” permitiu que Sebastião se juntasse a Ana como casal. Contudo, o ano de 1981 iniciava com uma grande expectativa para a militância. Era a tão esperada ofensiva final que uniria as atividades militares no campo e na cidade. Decretada pelo FMLN para inícios de janeiro, foi uma derrota política para a guerrilha, pois não

teve na capital uma adesão significativa, como se esperava para uma insurreição popular de massa, que pudesse levar a uma vitória como ocorreu com os sandinistas em Manágua. As grandes lideranças urbanas haviam sido mortas no ano anterior e o movimento popular estava enfraquecido. Assim, a guerra prolongada passou a ser a nova estratégia, travada principalmente a partir do espaço rural. E Ana teve suas viagens restringidas ao México e à Guatemala, para uma avaliação da situação com os exilados do MNR. Em abril, seu pai vinha a falecer de um ataque cardíaco.

Algunos amigos de mi padre – que yo conocía pero que mi madre y hermanos no conocían – estaban ahí. Mucha gente se me acercó para darme el pésame, condolencias, y muchos de ellos dijeron, ‘tu padre estaba tan orgulloso de ti,’ y cosas así. Me alegra saber que su muerte ocurrió antes de que me arrestaran. No me imagino lo que hubiera sido si él hubiera estado vivo entonces (GASTEAZORO, 2019, p. 154).

A detenção por 11 dias na “Guardia Nacional” ocorreu no mês seguinte. Após as torturas, rechaçou a oferta de um passaporte e a ida para o exterior. Contraditoriamente, Gasteazoro sentiu que a situação a aproximou da família. Seu irmão mais velho teria se mobilizado e usado de sua influência e contatos para salvá-la – Vides Casanova, Ministro da Defesa, era seu amigo. No quartel, o fato de ter tido contato com seu irmão e com sua mãe teria garantido sua vida. Até Judy, a cunhada com quem estava brigada, havia lhe enviado um par de pijamas. No final, teria assinado uma confissão de culpa para poder ir para a cadeia. Mas antes, o governo, como triunfo pela prisão de mais uma terrorista, a obrigou a participar de uma convocatória com jornalistas:

Dentro del público vi a un ex novio que yo había tenido en la universidad y que ahora era un fotógrafo para la France Press. Llevaba puesto un gorro egipcio que una vez le di como regalo. Me dio fuerza verlo usando mi regalo y sin esperar más tiempo comencé la conferencia de prensa hablándole directamente a él. Es curioso. La Guardia había hecho todos estos esfuerzos para doblegarme y, a decir la verdad, tuvieron éxito. Pero ahora habían deshecho todo ese trabajo al ponerme en esta conferencia de prensa... Los periodistas eran muy agresivos. Los habían escogido cuidadosamente, y les habían dado un comunicado acerca de mí. Pero yo también era agresiva (GASTEAZORO, 2019, p. 185).

Ana revertia, em parte, o que considerou ter sido sua grande claudicação. E teria sido em Llopanto, na “Seção A” destinada a prisioneiras políticas, que começou sua nova trincheira. Quando chegou, foi a 11ª detenta e quando partiu já eram 96, todas arrestadas sob a Lei n. 507, criada em 1980, para serem julgadas por um tribunal militar. Juízes que podiam deter por até 6 meses, enquanto tratavam de provar a existência de um mérito, e que, depois disso, podiam permanecer presas outros dois anos sem a necessidade de juízo algum. O Comitê de Presas Políticas de El Salvador (COPPE) havia se formado pouco antes de ela chegar e era um microcosmos das divisões existentes na esquerda, o que se

refletia na disputa por sua representação ao longo de toda sua estadia. As atividades da COPPES se restringiam à Seção A. Com a intermediação da Cruz Vermelha junto às autoridades carcerárias, teriam logrado a melhoria nas condições de vida (acesso à água, qualidade da comida, presença mais constante de profissionais de saúde e aumento do tempo para as visitas).

Quando das greves de fome, como forma de pressão, recebeu de Judy e sua mãe orientações para manter-se viva, como Gandhi. Também teriam logrado estabelecer uma disciplina na organização e divisão das tarefas, e mesmo uma cooperativa. Ana Margarita teria criado seus próprios projetos e, em muitos deles, teria logrado envolver as demais seções, onde estavam as presas comuns. Assim, outras relações puderam ser estabelecidas, bem como solidariedades com um mundo mais amplo que o da estrita política, com a narrativa ganhando um peso humano na descrição das múltiplas experiências de vida. Teria criado uma biblioteca com os livros que recebia da família e os distribuía. E tendo logrado permissão, criou e envolveu a muitas detentas nas hortas de vegetais e na criação de abelhas, através das colmeias doadas pela mãe de Mabel – uma das detentas com quem travou amizade. Ana destaca que sua *mamá* foi maravilhosa, pois nunca a deixou de visitar duas vezes por semana, como era permitido, numa penitenciária distante da capital.

Cada jueves se tomaba las tardes fuera de su trabajo para venir a verme, y volvía a la visita de los domingos. Los domingos venía con Javier. Mi nana también me visitaba, a veces venía con mi mamá y otras veces, sola, en bus. Mi hermano Tono también me visitó varias veces... Cuando Javier me trajo el radio, me lo dio cuando estábamos en el patio, a pesar de que era ilegal hacerlo (GASTEAZORO, 2019, p. 215).

Ana reconhecia que as visitas não eram fáceis para sua mãe. E em contraste com outras famílias que podiam permanecer muito mais tempo, ela ficava apenas 20 minutos. Mas vinha e isso é o que importava. Sua *nana* fazia um esforço ainda maior quando se trasladava em ônibus, como a maioria absoluta das outras mães de detentas. Ao final, em sua seção, apenas ela e Vida Cuadra, jornalista e proprietária de *La Crónica del Pueblo* – o periódico mais progressista do país – eram mulheres de classe média alta. Uma seção que, apesar de ser de presas políticas, também exigia disciplina por causa das discussões políticas e mesmo da violência, ou bem das questões sexuais, quer entre prisioneiras e guardas ou entre detentas. Os problemas eram decididos pela COPPES e ela, como membro da direção e responsável de sua cela, tinha que implantá-los:

Yo soy abierta y liberal en lo que concierne a las cosas personales, en parte porque viví en Europa durante varios años. Tengo muchos amigos gays y amigas lesbianas, y en lo que a mí concierne es su derecho. Pero la mentalidad salvadoreña es muy conservadora cuando se trata de valores y principios. Desde antes de que me arrestaran ya había decidido que había ciertos temas que yo no iba a defender tan abiertamente. El aborto y la homosexualidad son puntos muy importantes en Europa y Estados Unidos, pero en el contexto de la lucha en El Salvador por los derechos humanos

básicos y justicia económica, eso era una parte secundaria (GASTEAZORO, 2019, p. 255).

Contudo, a justificativa para suas ações vindas da disciplina revolucionária, na qual se mantinha firme, se estilhou em 1983. Em abril, um mês antes de sair da prisão, divisões internas dentro do FPL levaram primeiro ao assassinato da comandante Ana María, mulher e segunda em mando da principal força militar que compunha o FMNL. Cinco dias depois se suicidava o primeiro no comando, Cayetano Carpio [Marcial]. Ficou claro nos dias seguintes que houve divisões profundas internas sobre assuntos estratégicos e ocorreram purgas similares às que levaram ao assassinato do poeta Roque Dalton, em 1975. Sentia como se o mundo inteiro tivesse vindo abaixo.

Las muertes de Marcial y Ana María me abrieron los ojos a la desobediencia. En un instante, pasé de ser obediente – en el sentido religioso de la palabra – a convertirme en una persona crítica con los ojos abiertos... Sus muertes me llevaron a entender que ningún ser humano es perfecto. La obediencia tiene que estar basada en el respeto, en la confianza, en el conocimiento; es un proceso de aprendizaje, no se puede pensar en que alguien está correcto siempre. Las organizaciones no son infalibles (GASTEAZORO, 2019, p. 269).

Para maio, muitos presos políticos foram anistiados, entre eles Ana Margarita e Sebastião. Como corriam risco de vida, o MNR e Javier combinaram levá-los para a Embaixada da Espanha. Desta representação decidiram ir para o México, pois ali o FMLN tinha muita estrutura e era onde estava a oficina principal do seu partido. A partir deste momento, os caminhos se bifurcaram. Sem questionar o informe “neutro” que dava a linha oficial do FPL sobre os acontecimentos de abril, Sebastião recebeu uma ordem para ir a Manágua. E Ana Margarita, como vice-presidente da Internacional Socialista, retomava seu trabalho em viagens internacionais, que, em junho, a levaram a Londres e, em julho, a La Habana, onde esteve com Fidel Castro. O regresso ao México via Nicarágua selou o fim da relação afetiva – Sebastião já tinha outra companheira, a quem considerava mais disciplinada.

As memórias de Ana Margarita, melancolicamente, terminam aqui. Através de algumas informações de Judy Blankenship, que estão no Epílogo do livro, se informa que Ana Margarita se trasladou como refugiada política para Costa Rica, em 1985, mas aparentemente se vinculando a outras atividades. O granito havia se partido, mas não seu ativismo social. Em 1989, deixou San José e abriu um restaurante em Puerto Viejo, na costa caribenha, e começou uma nova relação afetiva com um pescador local – Adolfo Stewart (Smockey). Converteu-se na presidente da organização comunitária de Puerto Viejo e trabalhou em questões ecológicas da zona. Judy Blankenship ainda viu o casal em 1992, quando a foram visitar em Cuenca, no Equador, onde então morava. Ainda havia planos para ela, pois, com os Acordos de Paz assinados em janeiro de 1992, o MNR

oferecia a Ana uma candidatura no Congresso para as eleições que logo ocorreriam. Não obstante, o câncer acabou dando as cartas finais do jogo. E as memórias não puderam chegar a novas trincheiras.

¡FELIZ DE SER MUJER!

Completando-se 20 anos da Revolução Sandinista, não foram raros os nicaraguenses que publicaram suas memórias para contar – e tentar explicar – a revolução, a contrarrevolução e a guerra, e a dispersão do sandinismo. Entre os mais conhecidos, além da autora que nos ocupa aqui, Sergio Ramírez (1999) publicou *Adiós muchachos*. Esta referência nos permite enfatizar a importância de Belli ao trazer um texto autobiográfico desde a perspectiva de uma mulher. Embora ambos os autores tratem de praticamente os mesmos fatos, os estilos divergem completamente. Assim como diverge o contexto de produção em relação à autobiografia da salvadorenha Gasteazoro, que dependeu do “destino” para que suas declarações adotassem o formato de um livro. Pelo contrário, o texto de Gioconda teve grande circulação e sua obra literária também vem sendo objeto de estudo acadêmico há algum tempo, principalmente desde a literatura (GONTIJO, 2019). O nosso objetivo difere dos estudos literários porque nos ocupa pesquisar a autobiografia como um documento histórico.

Amplamente, em *El país bajo mi piel, Memorias de amor y guerra* (2001), a autora apresenta uma trajetória similar à de sua par salvadorenha. Nascida no final dos anos 40, de uma família burguesa que morava em um dos bairros residenciais mais requintados de Managua, frequentou as melhores escolas da capital e estudou no estrangeiro – como seus irmãos. E igualmente tão viajada como Gasteazoro, o que também a levou a ser embaixadora do sandinismo, antes e depois de seu triunfo. Manteve alguns costumes/privilégios de classe como o emprego de babás, mulheres que eram “praticamente” da família. Descreve-se como uma mulher que progressivamente foi se sensibilizando com a realidade social e política de seu país até assumir condutas favoráveis aos setores mais desfavorecidos e contrárias à ditadura da família Somoza, para logo militar no sandinismo desde a clandestinidade como desde o exílio.

Objetivamente, o que diferencia as duas centro-americanas é que, enquanto uma foi para a prisão e depois para o exílio, a outra foi para o exílio para voltar a Nicarágua após o triunfo da Revolução, assumindo diferentes funções no flamante governo. Mas, além de desenlaces políticos distintos, o grande diferenciador que nos interessa aqui tem a ver com a subjetividade exposta nas autobiografias e que, no caso da consagrada poeta e romancista Gioconda Belli, surge de modo histriônico, facilitada pelo domínio da palavra escrita. Hoje, seu nome remete automaticamente a seu país, do mesmo modo que

o faz um Sergio Ramírez. A qualidade desta escritora profissional é ter adotado em seus manuscritos uma posição militante a favor das personagens femininas, o que acaba fazendo também em suas memórias, nas quais ela é a personagem principal, mas não a única. Isso acontece em diversas instâncias que vão da crítica do papel das mulheres burguesas ao questionamento da permanência do machismo após o sandinismo conquistar o poder; mas principalmente porque ela provoca o/a leitor/a ao reivindicar o direito das mulheres a terem a mesma liberdade sexual e afetiva que a sociedade reconhecera/reconhece aos homens. Ela mesma se coloca nessa tensão entre o que se espera das mulheres e o que elas podem e decidem fazer, em um histórico de suas relações com outras mulheres (a mãe, as irmãs, as primas, as amigas, as filhas, as companheiras da militância e da clandestinidade) e os homens (parceiros afetivos, de trabalho ou da militância).

O texto divide-se em quatro partes que, pelos títulos, sugerem uma ordem cronológica. Porém, cada parte está subdividida em capítulos breves (58 ao total), que alternam lugares e momentos diferentes de sua vida. Em cada um deles, a autora diz o local e o ano em que a ação se desenvolve. Embora não siga o modelo autobiográfico clássico, do princípio ao fim em uma sequência cronológica rígida, não deixa de ser um texto muito bem elaborado para outorgar-lhe uma coerência. Ao evitar a tentação cronológica, Belli considera suas diferentes identidades (políticas, sociais, nacionais, paisagísticas, profissionais) para explicar sua adesão ao sandinismo e posterior ruptura e mudança para os EUA. Em definitivo, procura explicar como tudo começou (desde sua infância) e como acabou (chegando até o momento da escrita).

O primeiro capítulo trata de sua passagem por Cuba, em 1979, e o último corresponde ao ano de 1999, quando dividia sua moradia entre Managua e Santa Mónica, na Califórnia. Entre ambos, 56 capítulos tratam alternadamente de acontecimentos que vão de 1952 a 1998 e que transitam pelos mais diversos lugares, principalmente da América Central, dos EUA e da Europa. Sem dúvida, a Nicarágua surge como a primeira personagem feminina, o barro a partir do qual todas as demais existem. É a terra mãe que pariu esse povo sofrido, mas inquebrantável; é a que outorga a identidade que fica impressa na memória dos nicaraguenses através de suas cores e cheiros; é a que recebe os filhos que retornam a ela após a tortura, os combates na floresta e/ou o exílio. Simultaneamente, ela carrega santos e demônios: enquanto vulcões e terremotos podem destruir tudo em poucos minutos, convertendo-se “em uma serpente” mortal (BELLI, 2001, p. 11), eles constituem a paisagem que apazigua as angústias de seus filhos:

Nada más contemplar los volcanes y el lago vuelve mi alma a mi cuerpo, gozo de la sensualidad conocida y familiar, del aire y los sonidos del trópico de mis pasiones. Mi ser social se reconoce en los demás por la historia común que compartimos, por las experiencias colectivas que no han dejado de ser; hoy como ayer, fuente de fuerza y satisfacción. Mis raíces absorben nutrientes en el calor; en los atardeceres fogosos (BELLI, 2001, p. 186).

A História, também uma personagem feminina, aparece como pano de fundo que permite compreender o presente remontando-se, às vezes, a um passado mais distante que explicaria a situação geopolítica peculiar da Nicarágua que provoca a inveja estrangeira e que, desde o século XIX, com a descoberta do ouro californiano, ativou “*el fantasma del canal aquel*”, ameaçando transformar a nação em “*una estrella más de la bandera norteamericana*” (BELLI, 2001, p. 7). Em 1988, Gioconda tinha publicado o romance *La mujer habitada*, onde uniu duas dimensões: uma “mágica” e outra “real”. Ambas entram em contato através da protagonista que, “habitada” pelo sangue ancestral que vem dos frutos da terra, recupera o passado indígena do país, com suas resistências ao invasor, sua rebelião feminina e sua luta pelos direitos humanos (LORENTE-MURPHY, 2001). Temos, assim, um relato autobiográfico que, como tantos outros, se refugia no vernáculo para explicar uma dita idiosincrasia nacional ancestral. A terra é a que inspira os poemas de Gioconda, “*sin Nicaragua me secaba*” (BELLI, 2001, p. 88).

Apesar de ficcional, o romance não deixa de ser uma autobiografia anterior à publicada em 2001. Trata de uma jovem arquiteta, Lavínia, que volta para a Nicarágua após estudar na Europa e passa a morar sozinha na casa da tia solteirona recém falecida, quem a criara no lugar da mãe. No trabalho, conhece Felipe, com quem se envolve afetivamente e através do qual acaba entrando em contacto com o movimento de resistência de seu país fictício. Porém, este país é a descrição exata da Nicarágua; Lavínia é o nome de uma das irmãs de Gioconda e o percurso da protagonista e os acontecimentos seguem muito de perto a trajetória da autora e os sucessos pré-revolucionários de 1977 a 1979. Assim como no romance, a autora se debruça ao longo de toda a autobiografia sobre a figura de sua mãe, de quem se distancia e aproxima segundo as circunstâncias de cada fase de sua vida. Como a mãe terra, a progenitora carrega elementos positivos que a autora tenta transmitir a suas filhas; mas também, esta procura reformular/ressignificar/suprimir os aspectos negativos, em especial, aqueles vinculados ao “papel” das mulheres na sociedade. Belli acerta contas com sua mãe após sua morte:

Un día fui con mi amiga Sofía a visitar su tumba. Sería 1995. Nos sentamos las dos sobre la lápida y nos pusimos a conversar sobre las pasiones que daban sentido a nuestras vidas y a las que jurábamos no renunciar jamás. La conversación se prolongó. Esa tarde nos tiramos la una a la otra la manzana del conocimiento, el bien y el mal acumulado. Imaginé las palabras cayendo sin ruido en la tierra, bajando en el calor de la tarde como leves mensajeras que mi madre recibiría en morada oscura. Sofía y yo fumamos, nos reímos. Así compartimos con ella las cuitas y exaltaciones jubilosas de esa difícil profesión que es ser mujer. Fue como visitar una amiga dormida que por alguna bendija del sueño nos escuchara. Ese fue mi homenaje. Mi pipa de la paz (BELLI, 2001, p. 177).

Através das trocas com outras mulheres, a autora vai se mostrando em permanente autodescoberta e crescimento. O processo está longe de ser indolor. Um dos temas

transversais de seu texto autorreflexivo vincula-se a suas relações afetivas. Casa-se nova e tem duas filhas, na tentativa de responder às expectativas familiares e sociais; mantém um namorico no trabalho que, quando descoberto pelos pais e pelo marido, desata o escândalo; conhece o sandinista “Marcos”, seu grande amor que lhe ensina a usar armas e a vida na clandestinidade; separa-se do marido legal; aceita uma nova relação estável no exílio com o brasileiro Sérgio, “um homem bom” que se ajusta às exigências familiares, com quem teve seu terceiro filho; mantém uma relação tortuosa com o sandinista Modesto, um dos grandes comandantes da revolução, pelo qual se separa de Sergio e, finalmente nos anos 80, conhece Carlos/Charles, um jornalista estadunidense que cobria os conflitos na América Central. Entre todos estes amores aos quais Gioconda teria se entregado em corpo e alma, houve outras relações passageiras que, na maioria das vezes, parecem surgir como pinceladas “coloridas” do relato, mas que podem ser enxergadas como recursos para expor o comportamento patriarcal dos diferentes sujeitos mencionados nas memórias. Tal o caso de Jimmy, um namorado da adolescência que reencontrou durante seu exílio na Costa Rica:

Por esos días regresó Jimmy, el bueno de Jimmy que sólo ternura y mimo me ofrecía, y para colmo se le ocurrió proponer que me fuera con él a Estados Unidos. Cómo nos íbamos a permitir otro desencuentro, me dijo. Desde quién sabe qué hondura emergió de mí una medusa furibunda. Fui dura. Hiriente. ¿Cómo se atrevía siquiera a proponerme que dejara mi compromiso político?... ¿Dejar lo que me hacía ser quien era para convertirme en la esposa anodina, incolora e insípida de un profesor universitario?... Después, sola en la habitación, me burgaba el pecho buscándome el corazón, preguntándome si no estaría hecha polvo. No me dolía nada. ¿Sería que sólo busqué en él un consuelo?, me interrogaba. Eso sería quizá. Y aquella furia era la constatación de que ningún consuelo era posible, de que el otro seguía plantado, inamovible, en el mismo lugar (BELLI, 2001, p. 88).

Entretanto, a relação mais duradoura de Gioconda, Carlos, foi questionada pelas autoridades sandinistas. Próximo do quinto aniversário da Revolução e das eleições, em 1984, o ministro do Interior, Tomás Borge, outro dos comandantes e fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), a teria indagado sobre o assunto e expressaria suas suspeitas de que Charles Castaldi fosse informante dos serviços de inteligência dos EUA. Assim, teria manifestado-lhe que “*sería preferible que dejaras de verlo*” (BELLI, 2001, p. 53). Para a época, a autora era responsável pelo processo eleitoral, o primeiro a ser celebrado após o triunfo da Revolução. Segundo ela, apesar da dor pelas suspeitas, teria seguido a orientação. Durante a celebração do quinto aniversário, Gioconda avistou “Carlos” de longe e, entristecida, foi visitar sua prima Pía, a quem:

Le conté del episodio con Tomás. Fue como darle cuerda. Habló sin parar. ¿Cómo aceptaba yo con mansedumbre esos argumentos? ¿Acaso no me había percatado de que a ningún compañero le ponían trabas sobre sus compañeras femeninas? ¿No me daba cuenta que ellos se permitían acostarse con extranjeras, con periodistas, con quienes se les venía en gana, aún teniendo cargos más

sensibles que el mío? ¿Qué acaso el jefe de no sé qué organismo de inteligencia no estaba casado con una gringa, y fulanito, y zulanito? ¿Me vas a decir que después de tantos años de andar en esto, vas a aceptar mansamente que desconfíen de vos, que crean que porque sos mujer no podés distinguir la cola de la cabeza? Lo que pasa es que son unos machistas empedernidos. Ellos pueden hacer lo que quieran, pero que Dios nos guarde si nos atrevemos a hacer lo mismo (BELLI, 2001, p. 60).

Envergonhada por não ter percebido a armadilha, Gioconda valoriza a importância da solidariedade feminina, que timidamente aparecia na mãe, mas que, com o passar do tempo, vai sendo cultivada pelas sucessivas gerações, vendo que suas filhas dispõem de mais elementos para lutar contra o patriarcado. Exilada na Costa Rica, em 1976, Gioconda consegue finalmente recuperar suas filhinhas, cujo pai negava-se a entregá-las. Sua chegada ao apartamento recém alugado transformou o lugar “*en una casa llena de mujeres*”: ela, as duas meninas e a babá, também recentemente chegada da Nicarágua. Sentiu a necessidade de explicar a elas a razão de morarem fora de seu país:

La confianza de los demás me había hecho crecer a mí. Confiaba en que la mía las haría crecer a ellas. Supieron que estábamos en el exilio, que su mamá era perseguida, que yo y muchos como yo trabajábamos para que ellas crecieran en un país donde todos los niños pudieran comer, vestirse, ir a la escuela. Un país sin dictadura, sin Somoza. Desarrollaron un asombroso sentido de la discreción. Nunca me pusieron en aprietos. Fueron mis diminutas y más fieles compañeras (BELLI, 2001, p. 88).

Muitas outras variáveis poderiam ser consideradas na análise da autobiografia de Gioconda Belli, em particular, sua participação e percepção dos acontecimentos que levaram ao triunfo do sandinismo e à perda das eleições em 1990. Mas, a questão de gênero e a de classe se impõem por serem comuns às duas autoras. Ainda assim, a forma em que expõem esses temas é diferente. Enquanto a salvadorenha fez um balanço de sua vida pouco tempo depois de ser obrigada a sair de El Salvador, a nicaraguense teve um lapso de duas décadas para refletir sobre os fatos mais distantes no tempo e no espaço, já que ela escreveu desde um “autoexílio” no país que tinha colaborado com os Somoza e com os Contras. Sua reflexão é uma revalorização das decisões adotadas, apesar dos erros e vaivéns próprios de uma história de vida. Ela olha para o passado e se orgulha de ser quem foi e quem é:

Salí a la calle más alta, más fuerte, poderosa, como una diosa antigua, torva, vengativa, que defiende a sus hijos con las armas que sean. Me sentí feliz de ser mujer, de mi instinto, de ser quien era (BELLI, 2001, p. 86).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura destas duas autobiografias permite uma análise desde uma perspectiva que não prioriza os acontecimentos políticos que levaram à formação das guerrilhas na América

Central. Pelo contrário, se busca dar espaço a histórias individuais de protagonistas centrais nas histórias revolucionárias de El Salvador e da Nicarágua, que tradicionalmente tinham sido “omitidas”, como é o caso das mulheres que lutaram contra a opressão. Resgatar essas histórias de vida, contadas por elas mesmas, permitiu entender que diante de processos históricos similares, as respostas das pessoas envolvidas podem ser diferentes.

Em comum tinham que eram *niñas de bien*, burguesas, estudantes dos colégios mais caros e de universidades no exterior, viajadas, brancas, criadas por babás, familiaridade com os espaços sociais das elites nacionais e estrangeiras, e por terem escandalizado seus círculos sociais pelas suas escolhas afetivas e sexuais, além das políticas. Diferenciavam-se pelas trincheiras nas quais lutavam: uma decidiu ficar na cadeia, onde assumiu o papel de docente com as colegas, enquanto a outra se manteve próxima do poder, tanto no exílio como na Nicarágua após 1979. Ana Margarita partiu para o desterro para nunca mais voltar a seu país, adotando um perfil baixo, mesmo para quem chegou a ser a vice-presidente da Internacional Socialista: trabalhar na área de turismo no caribe costarricense e ter como parceiro um pescador afrodescendente. Gioconda participou em diferentes instâncias do poder: primeiro como embaixadora do governo conformado no exílio e, depois, em Manágua, transitou por diversas funções, algumas das quais a levaram a continuar frequentando os altos círculos políticos do mundo afora.

Esse perfil manifestado por cada uma, seja reservado como o da Ana Margarita, ou histriônico como o da Gioconda, é o que surge da leitura de ambos os textos. A primeira procurou se apresentar como uma militante que continuava com suas lutas, em novas trincheiras, mas sempre num contexto de paridade. Pelo contrário, Gioconda é o centro das reuniões, assumindo um protagonismo que vai do âmbito doméstico ao cultural e político. Teve a capacidade de construir um nome e um prestígio em torno dos quais os outros personagens giram, incluído os masculinos.

Por fim, o que nos interessou foi a recuperação das autobiografias dessas duas mulheres como fonte histórica, de maneira que, após uma análise crítica que identificara algumas de suas “armadilhas” (SCATENA FRANCO, 2008, p. 63), fosse possível tanto desconstruir as personagens construídas pela escrita de si quanto reconstruir os caminhos percorridos pelas personagens e estabelecer seu papel dentro de determinados espaços sociais, culturais, econômicos e/ou políticos. Não foi possível fazê-lo em todas estas dimensões, mas foi um passo inicial para a análise de cada texto e para sua comparação.

REFERÊNCIAS

- ARGUETA, Manlio. **Un día en la vida**. 28. ed. San Salvador: UCA, 2019. (1. ed. 1980).
- BELLI, Gioconda. **La mujer habitada**. México: Booket, 2015. (1. ed. 1988).

BELLI, Gioconda. **El país bajo mi piel**. Memorias de amor y guerra. Barcelona: Plaza & Janes, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico**. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

GASTEAZORO, Ana M. **Díganle a mi madre que estoy en el paraíso**. San Salvador: MUPI, 2019.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONTIJO, Stella Ferreira. **“Hasta que seamos libres”**: feminismo e Revolução Sandinista nas obras de Gioconda Belli (1972 – 1993). Niterói: UFF, 2019. (Dissertação de Mestrado).

LEJEUNE, Philippe. **O Pacto Autobiográfico**. De Rousseau à Internet. Belo Horizonte: EUFMG, 2008.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. *In*: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LÓPEZ BERNAL, Carlos G. Autoritarismo modernizante, utopias revolucionárias y post-guerra: El Salvador 1950 – 2018. *In*: VIALES-HURTADO, Ronny J. (Ed.). **Labi-rintos y bifurcaciones**. Historia inmediata de México y América Central, 1940-2020. San José: CIHAC, 2021.

LORENTE-MURPHY, Silvia. De las ideas a la práctica: la complejidad de las propuestas éticas en *La mujer habitada* de Gioconda Belli. *In*: **CiberLetras**: revista de crítica literaria y de cultura, n. 5, 2002. Disponível em: <https://www.lehman.cuny.edu/ciberletras/v05/lorente.html>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MOREIRA, Luiz F.V. Utopias e neoliberalismo na América Central. *In*: PRADO, Maria Lígia (org.). **Utopias Latino-Americanas, política, sociedade, cultura**. São Paulo: Contexto, 2021.

MOTTA, Romilda C. **José Vasconcelos**: as Memórias de um “profeta rejeitado”. São Paulo: USP, 2010. (Dissertação de Mestrado).

PRADO, Maria L. C. Repensando a História Comparada da América Latina. **Revista de História**, São Paulo, v. 153, p. 11-33, 2º 2005.

PRIMAVERA, Tania. **Transcribiendo las memorias de Ana Margarita Gasteazoro “Mónica Pancho”**. 01/11/2019. Disponível em: <https://www.diariocolatino.com/transcribiendo-las-memorias-de-ana-margarita-gasteazoro-monica-pancho/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

RAMÍREZ, Sergio. **Adiós Muchachos**. Barcelona: Debolsillo, 2018. (1. ed. 1999).

SCATENA FRANCO, Stella M. **Peregrinas de Outrora**. Viajantes latino-americanas no século XIX. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EUNISC, 2008.

SEBRIAN, Raphael N. N. Pela pátria e pela liberdade: A Nicarágua e o sandinismo no século XX. *In*: QUINTEROS, Marcela Cristina; MOREIRA, Luiz Felipe Viel (Orgs.). **As revoluções na América Latina Contemporânea**. Maringá: UEM, 2016.

SUE-MONTGOMERY, Tommie; WADE, Christine. **A revolução salvadorenha**. São Paulo: Unesp, 2006.

VANNINI, Margarita. **Política y memoria en Nicaragua**. Resignificaciones y borraduras en el espacio público. Guatemala: F&G, 2020.

ZIMMERMANN, Matilde. **A revolução nicaraguense**. São Paulo: Unesp, 2006.

MULHERES NA ARTE BRASILEIRA: AS MEMÓRIAS DE HELENA PEREIRA DA SILVA OHASHI E O CENÁRIO ARTÍSTICO NO SÉCULO XX

Martinho Alves da Costa Júnior
Paula Nathaiane de Jesus da Silva

Resumo: Este artigo objetiva analisar as obras de Helena Pereira da Silva Ohashi a partir de suas memórias. Helena foi pintora e filha de Oscar Pereira da Silva e foi casada com o artista japonês Riokai Ohashi. A trajetória da artista se entrelaça com as artes plásticas por seus vínculos familiares, e também por se apresentar enquanto uma mulher e pintora que conquista seu espaço enquanto tal na arte brasileira por volta dos anos 1950 - 1960. Para este artigo, o cenário artístico brasileiro e suas convenções em relação às mulheres artistas são analisados a partir dos registros deixados por Helena em sua autobiografia (1969), considerando questões como: O que era ser mulher e artista na metade do século XX? Os espaços de arte eram compartilhados em igual tanto por artistas homens quanto por mulheres? Havia alguma distinção entre os sexos masculino e feminino no cenário artístico brasileiro deste período? A partir dessas memórias pode-se descortinar e suscitar questões inerentes à história das mulheres dentro da historiografia recente que englobam estudos de gênero no campo investigativo da História e em especial da História da Arte e da Cultura.

Palavras-chave: Mulher; Arte; Brasil; Século XX; Gênero.

Abstract: This article aims to analyze the works of Helena Pereira da Silva Ohashi from her memories. Helena was a painter and daughter of Oscar Pereira da Silva and was married to the Japanese artist Riokai Ohashi. The artist's trajectory intertwines with the visual arts due to her family ties, and for presenting herself as a woman and painter who conquers her space as such in Brazilian art around the 1950s - 1960s. For this article, the Brazilian art scene and its conventions in relation to women artists are analyzed from the records left by Helena in her autobiography (1969), considering questions such as: What was it to be a woman and an artist in the mid-twentieth century? Were art spaces shared equally by both male and female artists? Was there any distinction between males and females in the Brazilian art scene of this period? From these memories, it is possible to uncover and raise questions inherent to the history of women within the recent historiography that encompass gender studies in the investigative field of History and, in particular, of the History of Art and Culture.

Keywords: Woman; Art; Brazil; 20th century; Gender.

INTRODUÇÃO

Helena Ohashi foi filha do importante artista brasileiro Oscar Pereira da Silva¹ (1867

¹ Pintor carioca, foi o último artista a lograr a bolsa de pensionato do Imperador, aprimorando os estudos na França com os pintores Gérôme e Bonnat. Ao regressar para o Brasil, fixou residência em São Paulo e ministrou aulas particulares em seu ateliê e no Liceu de Artes e Ofício, qual foi um dos fundadores. Cf. TARASANTCHI, Ruth Sprung. Oscar Pereira

– 1939) e casada com o pintor japonês, Riokai Ohashi (1895 – 1943). Estes aspectos de sua vida denotam o modo íntimo e constante que as artes tiveram em sua vida. A trajetória artística de sua vida e suas relações com a França ou Japão são pontos incontornáveis na análise de sua produção. Helena nasceu no Brasil, mas no ano de 1911 partiu para a França a fim de aprofundar os estudos artísticos que havia iniciado com o pai, em casa. Durante este tempo, Helena fez idas e vindas entre o Brasil e a França até o enlace com Riokai no ano de 1933, quando se mudou para o Japão e regressou ao Brasil após 16 anos (OHASHI, 1969).

Como mencionado, o artigo se concentra a partir das memórias de Helena, e uma pequena digressão é necessária para a compreensão do ponto no qual este estudo parte. O que a memória de um indivíduo pode suscitar e contribuir para o campo histórico? O que é possível depreender a partir da existência de um sujeito? Estas questões perpassam o campo da História. De acordo com Le Goff (1990, p. 250): “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (...)”.

Portanto, depreendemos que a memória retoma a história de uma comunidade, seja através de um grupo ou indivíduo. E o que ela diz sobre determinado (s) sujeito (s) contribuiu para a escrita da História e análise do passado, pois: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro (...)” (LE GOFF, 1990, p. 250).

Conseqüentemente, esta busca analítica pela memória tem suas próprias fontes. A retomada do passado através da rememoração pode se apoderar tal como da biografia e da autobiografia – esta última será nosso objeto de análise neste presente texto. Carla Pinsky (2008) nos indica que o trabalho específico com autobiografias/biografias foi alvo de debate dentro do campo histórico pela possível ocorrência de imprecisão que estas obras literárias podem conter ao tratar da verdade histórica.

Apesar das oscilações que estas obras podem conter, no caso específico da autobiografia Philippe Levillain (2003) destacou que o emprego destas na pesquisa histórica agrega conhecimento ao se aproximar das memórias e ter como qualidade a “identidade do autor”, pois o personagem também faz o papel de autor. Portanto, Levillain (2003) indica que na história social, por mais que estivesse absorvida de coletivo, as autobiografias permitiram a análise histórica uma dimensão nova “buscando-a como rastro expressivo dos meios sociais silenciosos no indivíduo, “para devolver a palavra aqueles que foram privados dela” quando o “Eu” tinha chance de não ser mais ninguém” (LEVILLAIN, 2003, p. 166). Conseqüentemente, o emprego de autobiografias na pesquisa histórica contribui:

Melhor que um modelo teórico, a autobiografia como testemunho dessa espécie podia efetivamente revelar as realidades socioeconômicas de uma época, contribuir para apurar a descrição das categorias profissionais, informar sobre a vida quotidiana e os costumes (LEVILLAIN, 2003, p. 166-167).

É a partir deste escopo que nossa análise irá centrar-se: realizar um estudo investigativo através da autobiografia de Helena Pereira da Silva Ohashi buscando compreender como se constituiu o cenário artístico brasileiro para mulheres artistas no final do século XX. Este exame se dará a partir das memórias individuais da artista e por consequente, suas próprias vivências e experiências enquanto uma artista mulher que tenta se estabelecer enquanto profissional no âmbito artístico brasileiro. Este olhar microscópico:

(...) é um procedimento que toma o particular como seu ponto de partida (um particular que com frequência é altamente específico e individual, e seria impossível descrever como um caso típico) e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico (LEVI, 1992, p. 154).

Portanto, a micro-história pode ofertar à análise histórica a percepção de fatos que porventura não são inteligíveis quando se esquadrinha amplamente, com um olhar macroscópico determinados eventos históricos. E é através da micro-história que pretendemos descortinar um pouco mais sobre a história das mulheres artistas no cenário artístico brasileiro entre os anos 1950 – 1960.

Mesmo após algumas conquistas e contribuições² seja no campo da arte, seja no campo histórico com pesquisas que abordam a importância da atuação das mulheres enquanto sujeito histórico, é necessário retomar o tema que está se desenvolvendo, mas claramente com personalidades ou artistas ainda pouco exploradas. Estas e demais pesquisas não findaram o problema de diferenciação entre os sexos masculino e feminino na esfera política, cultural, econômica e tantas outras que abrangem o nosso cotidiano e também não foram suficientes para responder ao silenciamento de mulheres na história, principalmente quando delas tratamos na arte. Entretanto, estas discussões abriram caminhos para que se possa debater e discutir eventos históricos a partir de novas perspectivas, uma vez que as ciências:

[...] são produzidas a partir de determinada perspectiva, que está relacionada à posicionalidade do sujeito que produz ciências. Esse sujeito tradicionalmente era o sujeito do colonialismo, o colonizador: o homem branco (europeu ou descendente), pertencente via de regra às classes sociais privilegiadas – o sujeito hegemônico. Nunca era a/o colonizada/o, nem as mulheres. O androcentrismo, nesse quadro, pode ser definido como a prática de considerar a experiência dos homens como universal, valendo para toda a humanidade, inclusas as mulheres, que são mais da metade da população mundial e que vivem, historicamente, de maneiras muito diferentes dos homens (MELLO, 2019).

² Podemos citar os trabalhos de Linda Nochlin, Patrícia Mayayo, Mary Del Priore, Judith Butler, entre tantos outros.

Consequentemente, este texto enfoca a carreira e atuação de uma mulher artista brasileira “a fim” de evidenciar a atuação das mulheres no campo artístico brasileiro. Poderíamos elaborar tal discussão a partir de tantas outras mulheres artistas, porém, nossa pesquisa baliza-se a partir da atuação e da produção de Helena Pereira da Silva Ohashi descritas em sua autobiografia (1969). Helena Ohashi se destaca das demais artistas brasileiras ao nosso olhar pela sua própria trajetória pessoal e artística.

Portanto, esses escritos de Helena Pereira da Silva Ohashi são memórias que se fazem ricas e consideráveis de uma mulher artista que teve como berço de nascimento e falecimento a arte. A vida de Helena foi em prol da cultura e é exatamente neste ponto que nós enfatizamos. É preciso indicar a ausência de estudos mais densos sobre a artista³, permanecendo, portanto, seu nome no ostracismo das ciências e pesquisas.

Centramo-nos aqui na capital paulistana, pois corresponde ao local de atuação de Helena Ohashi, uma vez que este texto decorre de questões a partir da carreira, atuação e trajetória da artista que foram preservadas em sua autobiografia.

Procuraremos investigar o cenário artístico brasileiro a partir das seguintes questões: Como era a cultura artística brasileira para mulheres? Como eram os espaços de arte e igualmente como eram referenciadas pelas críticas especializadas? Havia distinção entre homens e mulheres? Estas e outras questões são o que procuraremos responder ao longo deste texto e, assim, apresentar contribuições não somente no campo historiográfico, mas especialmente na História da Arte e da Cultura, imergindo os olhares investigativos por uma perspectiva que procura romper com o silenciamento existente neste campo do saber.

O AMBIENTE ARTÍSTICO PAULISTA NA DÉCADA DE 1950 E 1960

É década de 50 no Brasil e Helena acabou de regressar de uma viagem ao Japão onde morou por 16 anos. Além de peças de vestuários e outros artigos pessoais, a artista trouxe na bagagem pinturas de sua autoria, do pai⁴ e do esposo – ambos falecidos⁵. Neste momento, Helena tenta se estabelecer procurando uma residência para se fixar e exercer sua profissão de pintora. O primeiro destino escolhido pela artista foi a capital paulista e,

3 Constatamos essa escassez de pesquisas que abarquem a artista Helena Pereira da Silva Ohashi enquanto objeto analítico, ao realizar pesquisas sobre a mesma. O que foi encontrado na produção brasileira são poucos artigos que versam sobre a pintora, contudo, estes textos a referenciam em conjunto com demais artistas brasileiras. Assim, estudos que voltam-se o olhar de forma concreta e completa tendo como enfoque somente Helena, são inexistentes até o presente momento. Executando a recente exposição ocorrida no ano de 2021-2022 na Galeria de Arte 132, em São Paulo que teve como fulcro, a artista e seu esposo Riokai. Outras informações acerca da exposição acesse o site da instituição: <https://arte132.com.br/artista/helena-e-riokai-ohashi/>.

4 Gostaríamos de evidenciar que durante o mestrado, realizamos uma pesquisa sobre Oscar Pereira da Silva com enfoque na obra *A noite*, do museu Mariano Procópio e o uso da pintura alegórica como construção de um símbolo nacional, no período do final do século XIX e início do XX. Durante a realização desta pesquisa, nos anos de 2018 – 2021, encontramos não somente informes sobre Oscar, mas de sua filha também – Helena Ohashi e foi durante este percurso que os primeiros passos para efetuar uma pesquisa sobre a artista despontou. Cf. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11951>.

5 Cf. OHASHI, Helena Pereira da Silva. *Minha vida*: Brasil, Paris, Japão. São Paulo: Indústria Gráfica Saraiva, 1969. 61 p.

logo no início de suas vivências no Brasil, Helena descreveu as dificuldades encontradas para realizar sua exposição:

Comecei a ver quanto era difícil arranjar sala para fazer exposição. Como eu tinha a boneca que trouxe para o prefeito de São Paulo, procurei o vereador dr. Yukishigue Tamura, que devido à boneca, se interessou em arranjar o saguão do Teatro Municipal; foi devido a ele que pude ter para a quinzena do mês de dezembro este local muito cobiçado, onde tinham-se seguido exposições de arte comercial dos pintores tchecoslovacos. Minha exposição foi a última; o teatro foi depois fechado por muito tempo devido aos reparos⁶ (OHASHI, 1969, p. 50).

Consequentemente, percebemos que Helena para efetuar sua mostra teve que recorrer ao auxílio do vereador Tamura para que pudesse, através de contatos, conseguir um local para sua mostra. E as dificuldades que a artista enfrentou nesse período não se deveu somente ao fato de arranjar um espaço para sua mostra, mas também deixa claro em sua autobiografia (OHASHI 1969) que não obteve os resultados que esperava com as vendas das telas:

O diretor desse jornal, sr. Mizumoto, queria saber como andava o lado financeiro da exposição. “Muito mal” – respondi. Esse jornal se encarregou de fazer uma rifa “ação entre amigos” de dois quadros meus e um de Riokai. Foi o que me valeu, que me cobriu as despesas da exposição mas ficou longe de dar o que se esperava. Os bilhetes foram comprados pela colônia japonesa de São Paulo e interior. Assim terminou essa mostra de arte, onde eu tinha posto minhas esperanças, pelo menos de achar amadores para os quadros de meu pai... Fiquei definitivamente sabendo que era impossível para mim viver de pintura (OHASHI, 1969, p. 50).

Percebe-se que Helena Ohashi não executou uma exibição apenas com suas telas, mas com obras de autoria de seu esposo Riokai Ohashi (1895 – 1943) e de seu pai, Oscar Pereira da Silva (1867 - 1939), onde neste último depositou suas expectativas para lograr êxito com obtenção de lucro. Esta é uma remarca interessante no percurso que indicamos neste trabalho, Helena de certa maneira concentra-se na produção do pai, de seu nome e do esposo para conseguir subsídios a fim de garantir sua sobrevivência por meio da arte – tentativa mal lograda pois a resposta obtida foi negativa.

Para melhor compreender a dificuldade de Helena Ohashi em conseguir um espaço para organizar sua exposição e vender suas telas, necessitamos analisar como foi construído e consolidado o comércio artístico na capital paulista neste período.

Bueno (2005) explica que, no início da década de 1950, o comércio de arte não somente em São Paulo mas também no Rio de Janeiro era concebido como moderno e contemporâneo. Este mercado de arte foi consolidado no que tange a colecionadores e

⁶ Todos os excertos transcritos neste texto que contemplam as memórias da artista Helena Pereira da Silva Ohashi presentes em sua autobiografia (1969), foram trasladas para este texto com correção e atualização da norma atual da língua portuguesa para melhor adequação e compreensão. Entretanto, foram mantidos os destaques próprios das palavras conforme aparecem na obra original.

galeristas de arte moderna no Brasil por estrangeiros que se estabilizaram no país após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), vez que, segundo a autora, “o pré-guerra e pós-guerra acionaram uma desterritorialização de pessoas, ideias, imagens e modos de vida, numa dimensão até então inédita” (BUENO, 2005, p. 382).

Com a chegada destes estrangeiros e o surgimento das bienais⁷, Bueno (2005) indica que o mecenato privado artístico das décadas anteriores na capital paulista foi logo contido de certa maneira pelos novos espaços artísticos: museus, escolas e teatros que também atuavam na difusão da arte de maneira mais ampla. A autora explicita que há neste período uma busca pela democratização da arte – concepção conflitante com o mecenato privado que concedia uma característica elitista para as obras de arte. É a década do gosto concreto, do prêmio de escultura estrangeira da I Bienal de São Paulo ofertado a Max Bill e a sua *Unidade Tripartida* de 1951, o estabelecimento dos grupos Frente (1954) e Ruptura (1952), do Noigandres (1952), que de certa forma modelaram o gosto às abstrações concretas e o desprezo pelo figurativo ou o “não-figurativismo hedonista”, para retomar as palavras no manifesto do grupo Ruptura.

Bueno (2005) indica que os espaços de arte já no final da década de 1950, especialmente os anos 1958-1959, apresentavam uma organização distinta, onde nas exposições comerciais os objetos artísticos compartilhavam o espaço com outros, sendo móveis e uma arquitetura que também denotava outro sentido para estes espaços artísticos. Todos estes elementos privilegiavam a produção moderna do período tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro.

Desta forma, é possível constatar que quando Helena Ohashi regressou ao Brasil, à capital paulista que deixou para trás definitivamente no ano de 1933, o cenário artístico brasileiro havia sofrido profundas modificações.

O tempo e espaço já não eram mais os mesmos, como bem foi explanado por Bueno (2005). O gosto do público consumidor de arte havia se modificado, os espaços de arte para exposições também sofreram alterações – estas, que Helena Ohashi não estava habituada ou informada. Como destaca Bueno (2005), o cenário artístico paulista comercial foi coordenado por estrangeiros que fixaram residência no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. O olhar destes envolvidos miravam uma arte concebida como moderna, que precisava acompanhar o desenvolvimento econômico da capital paulista.

Bueno (2005) destaca que em São Paulo não existia, nos primórdios da década de 1950 e início de 1960, uma ordenação para a exposição de obras de arte. Não havia

⁷ São exposições que ocorrem na cidade de São Paulo, gerada pelo empresário Francisco Matarazzo Sobrinho no ano de 1951 e permanece até os dias atuais e conserva-se uma mostra de arte moderna. Para saber mais, Cf: BIENAL Internacional de São Paulo. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo905/bienal-internacional-de-sao-paulo>. Acesso em: 10 fev. 2022. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

nenhum ponto que norteasse as escolhas das telas para serem vendidas e apreciadas nas galerias. O que realmente levava um artista para dentro destes espaços era o seu renome na sociedade.

Não temos relatos de Helena Ohashi enviando suas telas para estas galerias de arte. A artista empenhou-se em executar mostras individuais, onde declara que não alcançou o resultado que desejava:

Mesmo os empreendimentos mais modestos são cheios de obstáculos. Exposição individual a um público indiferente é verdadeira amargura. Tira todo o entusiasmo do artista. Na parte comercial, nada se vende. Material caro, custoso, molduras, transportes, convites para ninguém se interessar. Os que pintam, vem só para criticar. São maldosos. Os jornais se esquivam de escrever (OHASHI, 1969, p. 58).

Neste excerto da autobiografia de Helena Ohashi (1969) podemos inferir que a artista, além de não conseguir um público para suas telas, também queixa-se dos custos com os materiais para não somente produzir as telas, mas para deixar o espaço da mostra agradável. Se faz relevante igualmente o comentário da artista sobre os demais pintores: segundo ela, só visitam a exposição para criticá-la. Helena Ohashi não nomeia quais artistas visitaram sua mostra e não sabemos qual o tamanho da importância deles para o cenário nacional, no entanto, nos parece claro o desconforto com seus pares. A artista também não deixa de fora a crítica especializada, onde menciona não redigirem nada de agregador sobre sua exposição.

Este trecho da autobiografia de Helena Ohashi (1969) é revelador no sentido em que demonstra todos ou quase todos os corpos que compõem o ambiente artístico, desde o espaço, o público, colegas ou concorrentes de profissão até a crítica especializada, onde não encontra nenhum suporte positivo a sua arte. Refletindo sob a ótica de Bueno (2005), que indica o sucesso da artista como porta de entrada para o comércio de arte paulistano, como uma pintora que passou grande parte da vida fora do Brasil conseguiria obter êxito artístico vendendo suas telas se ela não era conhecida em sua terra natal?

É válido indicar que grande parte das obras que Helena Ohashi apresentou em suas exposições individuais e enviou para salões e exposições coletivas, foram as mesmas obras que também exibiu nos salões franceses. Helena Ohashi (1969) indica que aprendeu pintura em casa com o pai e anos depois foi para a França aprimorar seus estudos. Desta maneira, a arte que produziu neste período até meados dos anos 1930 – momento no qual se desposa com o artista Riokai Ohashi e experimenta outras vertentes artísticas –, sua arte aproximava-se do que era esperado dentro das academias oficiais de ensino, ou seja, uma arte tradicional.

Consequentemente, era esperado que quando Helena reapresentasse estas obras em um cenário artístico completamente distinto do francês e anos após, com um público

consumidor com gosto diverso. O desejo da modernização e progresso que imperava na capital paulista do período (BUENO, 2005) refletia-se na arte com ensejo de acompanhar este espírito de modernidade. É possível compreender como se deu essa recusa da artista na capital paulistana. Mas somente esta questão tratada de forma isolada não é o suficiente para remontar o cenário artístico paulistano para mulheres artistas na década de 1950 e 1960, apenas desencadeia uma série de problemáticas e reflexões que devem ser trazidas à luz na discussão.

Quando Helena Ohashi regressou para o Brasil, ela tinha muitos amigos e conhecidos, nomes importantes como o da jornalista de *A noite*, Maria Paula; o casal de pintores Manuel e Haydeá Santiago; o pintor e então diretor da Pinacoteca de São Paulo e Tullio Mugnaini, além do vereador Tamura como vimos acima, entre outros.

E evidentemente Helena deixa claro em sua autobiografia (1969) como ela recorre a estes nomes para tentar se firmar na arte paulista. Mas, como observado, a artista continua obtendo dificuldades para se fazer conhecida neste ambiente. A presença do pai e do esposo nas suas exposições nem a rede de sociabilidades da artista foram suficientes para que Helena Ohashi conseguisse lograr sua posição e inserir seu nome no ambiente artístico brasileiro.

Devemos evidenciar que é possível encontrar o nome de Helena Ohashi sendo abordado pela crítica de arte não somente em São Paulo, mas igualmente em periódicos do Rio de Janeiro no período compreendido por este texto. Em nossa pesquisa⁸, foi possível verificar uma grande lacuna acerca de textos críticos sobre as obras de Helena Ohashi. Entretanto, o volume de documentação com o qual tivemos contato contribuiu de forma significativa para o estudo da carreira da pintora. São textos que de maneira geral, concedem elogios à artista, mas estas críticas devem ser analisadas em tempo e espaço próprios e como o objetivo deste texto não é uma análise de tais periódicos, sigamos a nossa finalidade: compreender o cenário artístico paulistano na década de 1950 e 1960 para mulheres artistas.

O CENÁRIO ARTÍSTICO PAULISTANO: A ARTE TEM SEXO?

Não encontramos nas memórias de Helena Ohashi apenas queixas sobre o ambiente econômico e artístico de São Paulo como uma das dificuldades encontradas pela artista para se impor no meio. Ao longo de seus escritos presentes em sua autobiografia (1969), Ohashi indica que o fato de ser mulher foi uma das razões que comprometerem sua posição de artista na capital paulistana:

⁸ Pesquisa de doutorado atualmente em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, intitulada: Helena Pereira da Silva Ohashi no âmbito Brasil e Japão: reflexões de arte, gênero e política no século XX.

Mando para o Salão de Campinas algumas telas, outra vez recusadas. Até parece anedota, custo a crer! Não há dúvida, sofro perseguição desses cabotinos, porque sou mulher. E também porque sou filha de um grande pintor. E apesar de não ter vivido à sombra de um grande nome... (OHASHI, 1969, p. 53).

Neste trecho das memórias de Helena Ohashi (1969), podemos perceber que a artista não somente passa a figurar em mostras individuais, mas também tenta ambientes coletivos, como as exposições em salões que aconteciam em São Paulo na década de 1950 e 1960. Contudo, a artista não tem suas obras aceitas, como fica evidente no excerto acima, e encontra justificativa da recusa no fato de ser filha de um artista de importância ímpar no cenário não só paulista⁹, mas do Brasil, e no fato de ser mulher.

Aqui temos duas situações interessantes que nos leva a uma única questão: o gênero na arte. Helena queixa-se de ter o nome do pai sempre atravessando a sua carreira, como se somente o nome fosse suficiente para obter êxito na profissão e logo esclarece que não se sujeitou a notoriedade do pai para erguer-se na arte brasileira.

Quando olhamos para o cenário artístico brasileiro para mulheres artistas, Ana Paula Cavalcanti Simioni (2008) indica que desde o século XIX elas eram concebidas no Brasil como inferiores aos artistas homens. E essa distinção se dá simplesmente a partir da diferenciação do sexo, que se materializava como indica Simioni, nas práticas do cotidiano:

A própria linguagem empregada no dia-a-dia, nos textos, contos e crônicas era sexuada. Isso se evidencia pelo uso de adjetivos como feminina, graciosa, leve, delicada como sendo “naturalmente”, apropriados às obras feitas por mulheres enquanto termos vigoroso, forte, másculo, viril, potente eram aplicados às produções masculinas (SIMIONI, 2008, p. 55).

Essa percepção da arte feminina descrita do trecho acima vai perdurar na arte brasileira pelo menos até ao que indica Simioni (2008), no início da década do século XX, por volta dos anos 1920 – 1930, período final da pesquisa da autora na obra referenciada. O trabalho de Simioni é relevante para nossa análise na medida em que nos apresenta um histórico do cenário artístico brasileiro para mulheres do qual Helena Ohashi viveu no início de sua carreira, nos anos 1911 até meados de 1930, excetuando o período em que habitou a França para aprimorar os estudos. E que anos mais tarde, teria como herança este cenário excludente as décadas de 1950 e 1960 quando Ohashi regressou novamente ao Brasil.

Não temos acesso até o momento, a estudos profundos e de fôlego sobre o cenário artístico brasileiro nas décadas de 1950 e 1960 para mulheres artistas. Mas através dos registros de Helena Ohashi em sua autobiografia (1969) e o confronto com a trajetória de outras artistas brasileiras, será possível compreender em parte esta querela.

⁹ Cf. nota 2.

Vejamos este trecho instigante das lembranças da pintora:

Aqui, quem vai fazer paisagem, são homens; ainda se continua segunda a velha rotina – uma mulher é uma mulher, o que é notado não são suas capacidades nem seu talento, é seu SEXO. Não há coleguismo como nas cidades evoluídas. Muitas vezes me queixei disso; então me convidaram a ir com eles mas isso ficou em palavras (OHASHI, 1969, p. 57).

Neste excerto, Helena Ohashi (1969) nos revela não somente o fato de ser mulher e a dificuldade de inserir-se em um grupo de artistas, mas traz para o jogo de exclusão os gêneros de pintura. Aqui, Helena deixa claro que o “fazer paisagem” em São Paulo está restrito para artistas homens. Helena também enuncia uma volta “a velha rotina”, que poderíamos indicar significar um retorno na concepção da arte produzida por mulheres que Simioni (2008) enunciou estar presente no cenário artístico brasileiro desde o século XIX até primórdios do XX?

Certamente podemos inferir que há uma probabilidade da resposta ser positiva. E, nos escritos de Helena Ohashi (1969), a queixa de uma exclusão no ambiente artístico permanece centrada na questão do gênero:

Sempre o artista se estimula pintando com o fim de expor; muitas vezes me pergunto com que fim pinto; não exponho, sou recusada mesmo no salão de Campinas! Os jornais não se interessam, os grupos de homens que pintam são meus inimigos porque sou mulher, como se a arte tivesse sexo! (OHASHI, 1969, p. 58).

Aqui fica evidente que Helena atribui sua recusa não somente para inserir-se em grupo coletivo de artistas para executar pinturas, mas também em exposições. Além das organizações, exposições e artistas, Helena também indica o desapareço da crítica de Campinas em examinar sua arte. A fúria e o descontentamento da artista com o cenário artístico com o qual se depara é tão grande que chega a denominar os artistas homens de seus inimigos. E ainda indaga se o fazer arte prioriza um sexo.

Os pensamentos e reflexões que Helena Ohashi vai construindo e tecendo em suas memórias acerca de suas vivências em sua autobiografia (1969) não se reduz somente as mulheres artistas, mas também as mulheres comuns da sociedade paulistana:

Não dão o mínimo valor à mulher pintora ou intelectual. Os homens fogem. Às vezes, há um ou outro, muito raro, um pouco melhor que as mulheres. Mas não se pode travar conhecimento com eles, porque pensam logo ser de natureza diversa. As mulheres não gostam e se afastam de uma mulher evoluída. É inveja no seu subconsciente atrasado (OHASHI, 1969, p. 58).

Percebemos que Helena nos apresenta um olhar que não parte somente da perspectiva masculina. Helena relata aqui uma posição negativa da sociedade à mulher que não se ocupava estritamente dos filhos e da casa, relacionada a alguma profissão que no seu

caso, era de artista. Para Helena, o ataque vem direto de mulheres que conhecia no seu dia-a-dia e que nos apresenta um pouco do cotidiano que a elas eram conferido:

As mulheres que conheço são muito femininas. Como mães de família, ocupam-se da casa, do marido e dos filhos. É da moda, dos penteados, do trato das unhas e da beleza. Nada de cultura do espírito. O sistema patriarcal perdura e não está prestes a se acabar (OHASHI, 1969, p. 53).

Este trecho das memórias de Helena Ohashi (1969) é revelador não somente porque apresenta uma certa posição crítica da tradicional mulher dona de casa para com a mulher que tem uma carreira, profissão e ofício. A artista também diz em claras letras a presença do sistema patriarcal na sociedade paulistana nas décadas de 1950 e 1960.

Em respeito ao cenário histórico brasileiro das mulheres na década de 1950, Carla Bassanezi Pinsky (2004) menciona que apesar do contexto político permitir acesso mais democrático a educação e uma vida esperançosamente melhor fornecida pelo processo de industrialização:

As distinções entre os papéis femininos e masculinos, entretanto, continuaram nítidas; a moral sexual diferenciada permanecia forte e o trabalho da mulher, ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao trabalho do homem, o “chefe da casa” (PINSKY, 2004, p. 639).

A autora explicita que apesar de o Brasil ter vivenciado os esforços feministas e a participação das mulheres na Segunda Guerra Mundial, o país foi influenciado pela cultura estrangeira que propagava informações favoráveis ao regresso das mulheres na dedicação exclusiva do lar e dos filhos. A concepção de mulher ideal permanece, portanto, pautada na aquela que se ocupava das tarefas do lar, do marido, dos filhos e apresentava características concebidas como tipicamente femininas.

Mesmo com a profissionalização e oportunidades que a industrialização permitiu ao campo profissional para as mulheres, a discriminação permeava a classe trabalhadora feminina pautada no conceito de que trabalhando fora do lar deixariam de fazer as atividades domésticas – fruto de sua natureza biológica.

Através do consumo cultural de revistas e televisão, Pinsky (2004) informa que estes veículos de comunicação acabavam por ter finalidade de demonstrar um padrão social existente no Brasil no período: a típica família classe média e branca – estimulando uma projeção de moralidade, classe e raça da época.

O auge das mulheres neste período consistia em se preparar desde novas para lograr um bom casamento. Aquelas que escolhiam um caminho diferente para si, eram concebidas como mulheres levianas, traduzidas muitas vezes nas ações de não casar, buscar uma qualificação profissional, praticar o consumo de fumo, perscrutar a sexualidade através

de roupas e indagar a moralidade sexual.

Já a década de 1960, Ana Scot (2013) nos relata que foi marcada por diversas conquistas na esfera política e social para as mulheres, como o Estatuto da Mulher Casada, qual concedeu um reconhecimento da mulher distinto daquele concebido nos anos anteriores que percebiam as mulheres como incapazes; o acesso a outras medidas contraceptivas, como a pílula anticoncepcional e o acesso ao ensino superior através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB).

Apesar da Ditadura Militar no Brasil em 1964, Scot (2013) assinala que nesse período de privações de vozes, as mulheres ganharam força com o feminismo. Contudo, mesmo com estas mudanças e direitos conquistados, a autora relata que a década de 1960 foi marcada pelo pensamento de que a mulher que cuidasse da casa, tivesse filhos e se dedicasse a estas tarefas, era uma mulher concebida como ideal e mantinha certo prestígio na sociedade. Aquelas mulheres que não cumpriam este dever “natural” ou se desviavam dele, faziam a ação de “trair a essência feminina” (SCOT, 2013, p. 13).

Certamente ao analisarmos a posição de Helena Ohashi na sociedade brasileira na década de 1950 e 1960, fica claro que ela se enquadra com características diversas daquelas dos padrões esperados da época. Helena era viúva, ou seja, estava sozinha sem uma presença masculina interferindo nas suas escolhas e modo de vida; não havia tido filhos, que mesmo com a difusão de métodos contraceptivos que eclodiam no período ainda sim, conceber era percebido na sociedade brasileira como uma missão quase obrigatória da mulher; tinha um trabalho, ou seja, era a própria provedora. Helena Ohashi não necessitava de uma imagem masculina que representasse poder e sucesso econômico ou social em sua vida. Ela própria era esta imagem para si mesma.

Destarte, ao olhar para as memórias de Helena Ohashi (1969) é possível com clareza constatar que mulheres artistas não foram concebidas positivamente pela sociedade. Apesar dos esforços de movimentos feministas e o discurso de democracia que imperava na política brasileira do período, as mulheres ainda eram encaradas como inferiores aos homens e este pensamento se estendia também para o ambiente artístico.

O AMBIENTE ARTÍSTICO PAULISTANO ERA SIMILAR PARA TODAS AS MULHERES ARTISTAS?

É preciso comparar a condição de Helena Ohashi com outras pintoras que também atuaram na cidade paulistana na década de 1950 - 1960. Quando buscamos por nomes de artistas mulheres que atuaram na década de 1950 - 1960 na cidade paulistana, é impossível não passar pelos nomes de Tarsila do Amaral (1866 – 1973) e Anita Malfatti (1889 – 1964). Outras também aparecem, sem dúvidas, no entanto, para contrapor a

presença de Helena Ohashi esses nomes são chaves importantes para a análise que estamos empreendendo.

Miceli (2003) ao falar sobre a pintora Tarsila do Amaral, indica que a artista juntamente ao seu esposo – o escritor Oswald de Andrade –, se enquadravam num campo de artistas que não necessitavam do comércio artístico paulistano para sobreviver:

Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral são casos emblemáticos dessas figuras da elite que atuavam nas duas frentes do processo de fabricação e fruição de bens culturais. Na qualidade de consumidores qualificados da elite abastada, culta e sofisticada, com os olhos voltados para os últimos lançamentos das modas parisienses, para os espetáculos de arromba da vanguarda europeia nos domínios da música, da dança, das artes visuais, eles cuidaram de administrar a dilapidação planejada de um patrimônio a ser liquidado, se possível a longo prazo, inclusive para fazer frente aos custos elevados de aprendizagem e deslanchem suas carreiras solo de escritor e artista plástica. Em contrapartida, no tempo remanescente de seus compromissos e lazeres mundanos, eles agiam como artistas diletantes, consagrando-se aos afazeres de uma atividade de produção cultural da qual não dependiam para sua reprodução social (MICELLI, 2003, p. 27).

Ou seja, Tarsila foi uma artista que contava com um capital de herança herdado pela família, sendo assim, não precisava do mecenato paulista para se sustentar e produzir sua arte, muito menos para se fazer conhecida. Diferentemente de Helena Ohashi, que não contava com uma herança familiar ou parentes próximos para conceder algum tipo de auxílio.

A artista Anita Malfatti apesar de ter sofrido duras críticas em sua exposição no ano de 1917 por Monteiro Lobato¹⁰, suas obras são encaradas praticamente como fundadoras do espírito moderno na capital paulista. É neste momento que a artista se aproxima de Tarsila do Amaral e seu esposo Oswald de Andrade, de Mário de Andrade e de Menotti Del Picchia. Portanto, Anita ao fazer parte dessa rede de sociabilidade conseguiu alcançar certa estabilidade no cenário artístico paulistano.

Desse modo, o cenário vivido por Tarsila e Anita são distintos do de Helena, especialmente pela trajetória e relações sociais efetivadas por elas. Tarsila e Anita eram partícipes do ambiente modernista e antropofágico brasileiro, juntamente com outros nomes de artistas, que florescia em São Paulo nas primeiras décadas do século XX e que se estendeu até meados da década de 1960, e preservava uma rede de sociabilidade agitada e renomada, marcando seus nomes na arte brasileira até os dias atuais. Já Helena, regressou ao Brasil estando distante desse ambiente e sem contatos no próprio cenário artístico brasileiro, o que pode ser interpretado dentro desta análise, como um dos obstáculos que a artista encontrou para se firmar na arte paulistana.

10 Cf. CARDOSO, Renata Gomes. Algumas considerações sobre a pintura de Anita Malfatti do início do século XX. In: **XXIV Colóquio CBHA**, 2004, 7 p. Disponível em: [Http://www.cbha.art.br/coloquios/2004/anais/textos/92_renata_gomes_cardoso.pdf](http://www.cbha.art.br/coloquios/2004/anais/textos/92_renata_gomes_cardoso.pdf). Acesso em: 17 fev. 2022.

Não estamos afirmando que as artistas Tarsila e Anita não sofreram nenhum tipo de preconceito durante suas carreiras. Até porque, este espaço não seria suficiente para elaborar tal investigação. Mas indicamos que a rede de sociabilidade e a arte produzida foram pontuais para artistas se firmarem também no cenário brasileiro paulistano. E Helena Ohashi além de ser mulher e pintora, também contou com estes entraves para se firmar como tal, pois teve seu aperfeiçoamento dos estudos em instituições acadêmicas concebidas como oficiais de arte que privilegiavam uma estética tradicional e uma longa estadia em um país estrangeiro – distanciando-se por anos de sua pátria.

Quando Helena regressou para o Brasil, o gosto, a crítica artística e o próprio arranjo do comércio de arte estavam completamente distintos de quando partiu para a França entre os anos 1911-1930. O que Helena encontrou na capital paulistana foi não somente o campo artístico modificado pelo tempo e espaço, mas também uma cidade distinta, que se projetava para o progresso e a modernidade. E as demais esferas, inclusive a arte, deveriam acompanhar esta concepção. Estando assim possivelmente, portanto, o imaginário de Helena Ohashi em uma concepção que havia construído anos antes sobre o espaço artístico brasileiro poderia estar atrelado ao passado, sem se dar conta das possíveis transformações que poderiam ocorrer.

Através da autobiografia de Helena Ohashi (1969), conseqüentemente a sua trajetória no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, é perceptível que a artista sentiu-se e teve certo acolhimento na comunidade nipo-brasileira residente em São Paulo. Já indicamos aqui que a artista buscou o vereador Tamura para lhe auxiliar no arranjo de um local para sua exposição logo quando chegou à capital paulista nos anos 1950.

Helena relata que, após diversas recusas nos salões de São Paulo, decidiu enviar seus trabalhos para a exposição do Grupo Seibi¹¹ no ano de 1958, onde foi aceita e premiada. Anos mais tarde, é a comunidade nipo-brasileira que vai lhe prestar uma homenagem após seu falecimento no ano de 1966, realizando uma exposição póstuma¹².

Se Helena Ohashi não conseguiu ser “aceita” dentro dos salões concebidos como brasileiros organizados na capital paulistana, neste mesmo espaço a artista conseguiu construir seu próprio caminho por outros percursos: se aproximando de um grupo e uma comunidade que também procurava seu reconhecimento na capital de São Paulo no que diz respeito a arte, os japoneses e nipo-brasileiros. Que em nada eram estranhos ou distantes para a pintora, devido a sua trajetória e vida pessoal.

11 Grupo de Artistas Plásticos de São Paulo foi um grupo de pintores que se reuniram em 1935 para promover um espaço de arte para artistas nipo-brasileiros em São Paulo. Após o contato com participantes do Grupo Santa Helena, outros artistas aderem o grupo como: Mario Zanini, Clóvis Graciano, Francisco Rebolo entre outros. Para saber mais, consulte: GRUPO Seibi. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo460323/grupo-seibi>. Acesso em: 17 fev. 2022. Verbetes da Enciclopédia.

12 C.f. TARASANTCHI, Ruth Sprung. **Pintores paisagistas**. São Paulo: Edusp, 2016. 392 p.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que através das análises dos excertos das memórias utilizados e lembranças da artista Helena Pereira da Silva Ohashi (1969), foi possível explorar o cenário artístico brasileiro para mulheres artistas na década de 1950 e 1960 na capital paulista e, além, como era o contexto brasileiro em igual período para a mulher na sociedade.

Vimos que ainda assim nas décadas de 1950 e 1960 na sociedade brasileira estava vívido o sistema patriarcal – qual Helena Ohashi era uma mulher totalmente contrária para estes padrões de mulher ideal da época: não era casada, não tinha filhos e ela mesma era a própria provedora financeira e tinha uma carreira profissional.

Percebemos que a trajetória da artista foi marcada por diversos percalços na arte enquanto tentava se firmar como tal no cenário paulistano de arte. E as queixas de Helena traduzidas em suas memórias apontaram principalmente como justificativa o sexo, fundamentando em ser mulher. Tivemos a oportunidade de averiguar o contexto social da época de atuação da artista que subsidiaram seus discursos sobre gênero na arte nas décadas de 1950 e 1960.

É relevante ressaltar que quando temos uma perspectiva comparativa entre a trajetória profissional de Helena Ohashi com outras mulheres artistas com atuação em igual período, cada caso deve ser analisado à luz da atuação do seu próprio sujeito. Ou seja, apesar de termos outras mulheres atuando em São Paulo em período similar de atuação de Helena, a história e experiências de vida não são as mesmas. Entretanto, o cenário geral que englobava estas mulheres sim, era compartilhado por elas e o que podemos perceber foi que elas atuaram em uma conjuntura cultural e política que não as acolhia justamente por não representarem o modelo considerado sublime de ser mulher no período e mesmo tendo sido algumas delas mães, esposas e mulheres que apesar do trabalho, também cuidavam da casa e da família.

Seria considerável trazer para este texto uma discussão que abarcasse a trajetória de mais mulheres artistas e, se possível, suas memórias de atuação especificamente no cenário artístico paulistano, compreendendo as décadas de 1950 e 1960. Entretanto, estas linhas e parágrafos não dariam conta da amplitude da pesquisa e análise.

O que podemos considerar é que Helena Pereira da Silva Ohashi assim como muitas mulheres em nossa sociedade atual, enfrentou dificuldades para ter afirmação e respeito na profissão que escolheu seguir. Infelizmente não podemos dizer que questões que passam pelo gênero já foram superadas em nossa sociedade, elas existiam no passado e nos alcançaram até os dias atuais.

É certo que grande parte das escolhas que Helena Ohashi fez para sua rede de sociabilidades partiu de uma definição pessoal sua, como a aproximação com a comunidade

nipo-brasileira. Entretanto, quando olhamos para o cenário do Brasil no período, Rodrigo Luis Santos (2019) relata que havia no pós-Segunda Guerra Mundial um ambiente de extremo preconceito dos brasileiros para com os japoneses e nipo-brasileiros no país que foi intensificada com a aliança do Brasil aos Estados Unidos por motivações do conflito. E estes preconceitos eram manifestos sobretudo na esfera cultural, como, por exemplo, na revista *Ofensa Japonesa no Brasil* – criada no ano de 1937 pelo advogado Carlos de Souza Moraes, que também era integrante da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a qual anos mais tarde, teve como novo membro Plínio Salgado, e o Estado Novo acabou por aderir os princípios anti-nipônicos na política brasileira que se estendeu até meados do século XX.

Destarte, podemos inferir que apesar de Helena Ohashi ser brasileira nata, ela foi casada com um artista japonês e tomou o Japão como pátria por 16 anos e por fazer um esforço como ressaltou em sua autobiografia (1969) de manter a imagem do falecido esposo viva através de exposições com suas obras, Helena pode ter sido concebida pela sociedade brasileira com olhar similar discriminatório com que os nipo-brasileiros eram recebidos. Justamente devido a relação da artista sendo mais intensa em São Paulo com integrantes pertencentes a comunidade nipônica do que com brasileiros natos.

E é por meio da investigação no campo da História da Arte e da Cultura que foi possível descortinar, mesmo que de maneira fragmentada, um pouco sobre o panorama artístico para as mulheres artistas brasileiras residentes em São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Prova deste silenciamento que ocorreu não somente neste período citado, mas durante a carreira de Helena Ohashi é que seu nome permanece ainda no ostracismo da arte brasileira, não sendo reconhecida com a potência e fôlego que sua atuação, trajetória e produção para a arte brasileira mereceriam.

REFERÊNCIAS

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. *In*: PISNKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008. p.203-234.

BUENO, Maria Lúcia. O mercado de galerias e o comércio de arte moderna: São Paulo e Rio de Janeiro nos anos 1950 – 1960. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 377-402, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/ThgHyCfN5cyHx-cF6DsKgj5f/?lang=pt#>. Acesso em: 01 fev. 2022.

LE GOFF Jacques. **História e memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990. 293 p.

LEVI, Geovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.133-161.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª edição, Dora Rocha tradução, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 141-184.

MELLO, Soraia Carolina de. Por que os estudos feministas são importantes? **Café História – história feita com cliques**. Publicado em 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/por-que-os-estudos-feministas-sao-importantes/>. Acesso em 25 jan. 2022.

MICELI, Sérgio. **Nacional estrangeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 211 p.

OHASHI, Helena Pereira da Silva. **Minha vida**: Brasil, Paris, Japão. São Paulo: Indústria Gráfica Saraiva, 1969. 61 p.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres nos anos dourados. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7ª edição. São Paulo: Contexto, 2004. 715 p. 638 – 671.

SANTOS, Rodrigues Luis dos. “Livrai-nos do maléfico perigo amarelo”: a sociedade dos amigos de Alberto Torres e a campanha contra a imigração japonesa no Brasil (1932-1946). **Faces Da História**, Assis-SP, v.6, nº1, p.364-384, jan.-jun., 2019. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1279>. Acesso em: 17 fev. 2022.

SCOT, Ana Silva. Família: o caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana (Orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9 – 22.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão artista**: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008. 360 p.

INTERLOCUÇÕES DE GÊNERO NOS NACIONALISMOS NA AMÉRICA LATINA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Tânia Regina Zimmermann
Ilsyane do Rocio Kmitta

Resumo: Ao indagar sobre as incursões das relações de gênero nos debates sobre nação e nacionalidade nos deparamos com estudos ínfimos na academia. Essa escassez estaria vinculada aos silêncios nas representações históricas? Walby, Segato, Curiel e Perrot assinalam que sim. Nações e nacionalismos enquanto um tema demasiadamente circunscrito ao masculino estabelece que a integração nacional pouco ou nada se relaciona com as questões de gênero e sexualidade. No entanto, escritos como os de Stoelcke e de Walby têm demonstrado a visibilidade da presença feminina nos projetos nacionais ainda que de forma sexuada, ou seja, como reprodutoras biológicas e transmissoras de suas culturas bem como como significantes de diferenças étnicas/nacionais e participantes de lutas nacionais, políticas, econômicas e militares. Girando o olhar, Curiel e Segato observam que os nacionalismos estão intrinsecamente permeados pela diversidade e não na construção de identidades superficiais e desvinculadas da territorialidade.

Palavras-chave: feminino; nação; nacionalidade; relações de gênero.

Resumen: *Al indagar sobre las incursiones de las relaciones de género en los debates sobre nación y nacionalidad, nos damos cuenta que existen pocos estudios en el ámbito académico. ¿Estará esta escasez ligada a los silencios en las representaciones históricas? Walby, Segato, Curiel y Perrot dicen que sí. Naciones y nacionalismos, como tema demasiado limitado a los hombres, establece que la integración nacional poco o nada tiene que ver con temas de género y sexualidad. Sin embargo, investigaciones como los de Stoelcke y Walby han demostrado la visibilidad de la presencia femenina en los proyectos nacionales, aunque de manera sexual, es decir, como reproductoras y transmisoras biológicas de sus culturas, así como significantes de las diferencias étnicas/nacionales y participantes. en las luchas nacionales, políticas, económicas y militares. A partir de otra mirada, Curiel y Segato observan que los nacionalismos están intrínsecamente permeados por la diversidad y no en la construcción de identidades superficiales desconectadas de la territorialidad.*

Palabras-clave: *feminino; nación; nacionalidade; relaciones de género.*

INTRODUÇÃO

*El pensamiento dominante se niega a analizarse a sí mismo
para comprender aquello que lo pone en cuestión*

Monique Wittig

Ao articular a construção de projetos nacionalistas em relação ao feminino afe-re-se alguns dispositivos que tateiam a imposição de diferenças nas relações de gênero

que resultam em participações específicas para as mulheres. Estudos acadêmicos pouco têm se debruçado sobre a integração diferencial entre mulheres e homens em projetos nacionais. Projetos esses que também instituem um modelo idealizado para homens, outro para as mulheres e nas demais relações que se estabelecem nessas configurações de poder, incluindo raça e etnicidade. Mas como ocorrem algumas articulações da questão nacional com as relações de gênero?

Conforme Foucault (1996), no não discursivo estão contidos os símbolos, os sinais fabricados, utilizados como disciplinadores e que por sua vez, modelam os sujeitos, através de mecanismos que os envolvem como uma teia na sociedade em que atuam. É necessário, portanto, entender como essa estrutura disciplinar é contemplada pelos discursos nacionalistas e de que forma são legitimadores e classificadores das diferenças. Sylvia Walby (2000, p. 249) entende que os movimentos nacionalistas recorrem de maneiras desiguais nas interseções entre sexo/gênero¹, etnia, raça, religião. A literatura sobre nacionalismo e nação raramente aufere grande peso para as questões de gênero. Embora reconheçam sua existência, muitos entendem que a questão não afeta as demais relações. Porém, Stolcke, ao se referir aos mecanismos da colonialidade na América Latina, observa como a construção de uma nação articulava expressivamente a sexualidade ao controle feminino:

A sexualidade feminina se tornou tão valiosa porque as circunstâncias sócio-ideológicas permitiram às mulheres o papel crucial de transmissora dos atributos de família de geração a geração. Os homens, como guardiães das mulheres da família, assumiam a função de cuidar da transferência socialmente satisfatória desses atributos, através do controle estrito da sexualidade das mulheres. O confinamento doméstico das mulheres e sua subordinação geral em outras esferas sociais eram conseqüências de sua centralidade reprodutiva (2006, p. 39).

Outras contribuições importantes que inserem as questões de sexo/gênero são sugeridas por Walby em textos de Yuval-Davis e Anthias bem como de Jayawardena e Enloe. Walby observa que Yuval-Davis e Anthias apontam para vários processos nos quais as mulheres se envolvem com a questão nacional e étnica, ou seja, como reprodutoras biológicas e de fronteiras dos diferentes grupos; na reprodução ideológica e transmissoras de suas culturas; como significantes de diferenças étnicas/nacionais; como participantes de lutas nacionais, políticas, econômicas e militares (2000, p. 251).

Esses/as autores/as ainda advogam que as questões de gênero são significativas nas questões nacionais com pressões e opressões específicas na vida das mulheres. Sob a perspectiva de gênero e de suas interseccionalidades², a discussão sobre nação cria dobras diante das possibilidades de a nacionalidade ser apenas compreendida como uma comunidade

1 A autora não discute a categoria gênero, mas sexo. A inserção aqui se dará por conta da historicidade e imbricações de ambas as categorias a partir da discussão de Judith Butler na obra "Problemas de Gênero."

2 Por interseccionalidades entendemos como uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (BILGE; COLLINS, 2021, p. 16-17), através de várias linhas de opressões não verticalizadas.

de similares, mas deixa entrever hierarquias a partir da produção de diferenças instituinte de desigualdades. Nessa perspectiva Curiel (2013) observa que o controle do corpo das mulheres sob a égide do patriarcado nacionalista se dá na hegemonia do padrão heterossexual. A soberania nacional é assegurada com o controle e submissão das mulheres. A compulsoriedade heterossexual firmada em instituições torna-se a pedagogia da opressão sob a construção de identidades superficiais e desvinculadas.

A QUESTÃO NACIONAL E OS NACIONALISMOS: APONTAMENTOS

Entre os artefatos constituidores da nação observa-se que a língua, a religião ou costume não indicam e/ou identificam uma nação e seu sentimento de nacionalismo, pois esta é fundamentada em uma égide de elementos básicos comuns a uma sociedade, mesmo que precariamente constituída. Segundo Hobsbawm, além de aspectos culturais, a organização política e territorial é crucial para a constituição e hegemonia de uma nação (HOBSBAWM, 1990). Como então podemos observar as ingerências de gênero nessa questão?

Devido a importância da linguagem, do folclore, da literatura, dos impressos religiosos as mulheres estariam ligadas a uma memória legitimadora da nação? Segundo Anderson (1989), o advento da imprensa como mercadoria vinculada ao capitalismo está entre os fatores que influenciaram no surgimento da consciência nacional. O mercado editorial passou a publicar edições baratas em língua vulgar e não mais somente em latim, atingindo assim um público maior. Com a Reforma Protestante de Lutero, popularizaram-se as publicações em alemão e, aos poucos, e não de maneira igual e uniforme, foram se disseminando e falando outras línguas. Além da oralidade, os escritos disseminavam uma comunidade imaginada também e as mulheres figuravam aí como transmissoras de suas culturas, como guardiãs da memória de suas comunidades.

Anderson ainda observa que no século XVIII a comunidade religiosa e o reino dinástico se fixavam como verdadeiros referenciais possibilitando erigir a nacionalidade por meio de sistemas culturais que funcionavam como uma base para tal propósito. A utilização de signos permitia a criação de uma comunidade imaginada. A imprensa possibilitou a utilização da linguagem como um instrumento de cooptação e a arbitrariedade do sistema de signos como elemento agregador (ANDERSON, 2008).

A ampliação dos mercados e a vitalidade do nacionalismo permite o aumento do número de Estados que alimentavam o processo de desenvolvimento do capitalismo moderno, priorizando a expansão do capital e o lucro, que por outro lado fragmentam as diversas formas de economia mundial. As transformações operadas pelo sistema capitalista alteram as condições de ensino na qual a educação atua como um instrumento

necessário ao desenvolvimento econômico e aos projetos nacionalistas. Nesse sentido, a língua atua como um elemento de fundamental importância na construção do sentimento de nação e na coesão. Para Otto Bauer (2000), a língua é o instrumento da educação e de toda a comunicação econômica e intelectual, pois atua como transmissora da cultura, no entanto, não é um elemento suficiente e garantidor da unidade nacional. Dado o papel de educadoras/cuidadoras em seus ambientes privados ou públicos, as mulheres seriam transmissoras dessa nacionalidade? O pouco espaço na cena pública da política e da guerra nas representações históricas nos dificulta a sua importância. Perrot pontua que:

Tornar visível, acumular dados, instituir lugares de memória (arquivos de mulheres, dicionários...) foram preocupações de uma história das mulheres em pleno desenvolvimento, por cerca de quinze anos. (...) Interrogou-se sobre o papel das mulheres nos acontecimentos públicos, por exemplo, a Resistência onde a ação das mulheres, dissimulada na trama do cotidiano (...) foi muitas vezes considerável (...) (2005, p. 42).

Nesse sentido, apagar da narrativa histórica essas ações femininas leva a entender que a nação foi um produto de um processo histórico possibilitou a integração de elementos díspares, de grupos sociais diferentes que combinavam entre si elementos que norteavam suas relações como a economia, a cultura, a língua, a religião, a geografia e a própria consciência histórica de seu tempo.

Ao questionar a combinação desses elementos sem considerar as relações de gênero, indagamos se os mesmos são passíveis de substituições, pois a combinação de três elementos essenciais para a manutenção e a constante (re)construção da nação perpassam dobras para o feminino. São eles: a lembrança de um passado comum; laços linguísticos e culturais que permitam a comunicação dentro e fora do grupo; e a concepção de igualdade norteando as relações do grupo. Embora o silêncio delas e sobre elas não pautasse a prioridade na discussão nacional muitas se apropriaram progressivamente de todos os campos fomentadores dessa questão incluindo os de comunicação e Perrot assevera que: “Debates e combates balizam estas travessias de uma fronteira que tende a se reconstituir, mudando de lugar” (2005, p. 13). Os laços linguísticos e culturais constituem fortemente atribuições para o feminino e desse modo as questões de gênero perpassam os elementos comuns e agregadores de uma comunidade imaginada?

Para Benedict Anderson, a nação é uma comunidade imaginada pois “(...)nem mesmo os membros das menores nações, jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de uma comunhão”. Pondera que além de imaginada ela é também limitada “porque até mesmo a maior delas [...] possui fronteiras finitas ainda, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações” (2008, p. 14). Partindo de tal pressuposto, é possível afirmar que os limites são desfeitos, com o propósito de uma maior

abrangência tanto geográfica quanto cultural, reordenando e elaborando as concepções de mundo e os juízos de valores oriundos dessa “elasticidade”.

Conforme nos afere Benedict Anderson, é preciso considerar que o conceito de “nação” é construído a partir de três paradoxos: a modernidade objetiva do historiador x antiguidade subjetiva dos nacionalistas; universalidade nacionalidade como conceito sociocultural x particularidade de manifestações concretas; poder político x pobreza. Definições erroneamente formuladas que levam a práticas e análises equivocadas.

Pela óptica de uma análise antropológica podemos pensar a nação como uma comunidade política imaginada e limitada, formada por elementos imaginados que comungam sua soberania. Ela é imaginada no sentido de que nem todos os seus elementos se conhecem, mas reconhecem a existência uns dos outros; é limitada porque possui fronteiras finitas, mesmo que essas sejam elásticas; e soberana porque o conceito nasceu de uma época de legitimidade dinástica. O símbolo do pluralismo estava centrado na fé e no território cujo símbolo e penhor da liberdade era o Estado.

Em conformidade com Benedict Anderson, a ideia de nação enquanto limitada, está respaldada no fato de que por mais habitantes que esta possua o seu espaço territorial é limitado, e por mais que alguns países possuam afinidades, estas não conseguem sobrepor o imaginário de nacionalismo. Outro ponto de enfoque é a necessidade do esquecimento para lembrar, que ocorre tanto no âmbito individual como no coletivo, dando a nação uma identidade nacional, temos aqui como fato, as situações pós-guerras que fazem com que as pessoas esqueçam para retomar o caminho do desenvolvimento da nação, mas que podem ser lembrados, se necessário.

Também se observa que para que um movimento nacional ser bem-sucedido o papel intelectual é um fator fundamental que favorece tais reivindicações na qual os novos nacionalismos buscam recapitular os modelos antigos possibilitando reflexões históricas norteadoras de ações reivindicatórias do Estado. O chamado etnonacionalismo contemporâneo se configura como um movimento de pequenos grupos étnicos configurando como um fator de instabilidade que atualmente tem repercutido amplamente na economia e constantes conflitos geradores de instabilidade social e política. Nestas questões, as mulheres novamente atuam com protagonismo na produção de significantes de diferenças étnicas/nacionais?

Na conceituação de nacionalismo, Guibernau o entende como um sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida e têm a vontade de decidir sobre seu destino político comum. Mas, o Estado Nacional, além de possuir o monopólio do uso da força dentro de um território, procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, reforçando e inventando tradições. Estado nacional e

nação nem sempre coincidem (HOBSBAWM, 1990). No entanto, “o nacionalismo faria pouco sentido num mundo em que a boa confraternização entre as culturas fosse possível e onde os estados poderosos não sentissem nenhuma tentação de absorver os pequenos” (GUIBERNAU, 1997, p.73). Aqui também inquerimos pela visibilidade das mulheres como participantes de lutas nacionais, políticas, econômicas e militares.

A QUESTÃO NACIONAL, DEMANDAS FEMINISTAS E EMBATES DE GÊNERO

Demandas feministas tiveram em países do Terceiro Mundo contribuições importantes na pressão pela emancipação de mulheres nos movimentos nacionalistas, sobretudo no século XX. Em várias lutas anti-imperialistas e movimentos nacionalistas o feminismo perspectivou a resistência. Esse feminismo não é reduzido a uma mera imitação do ocidente? Para Jayawardena, o feminismo tem raízes endógenas nos países de Terceiro Mundo:

Realizaram-se debates sobre os direitos e a educação das mulheres na China do século XVIII, e houve movimentos em prol da emancipação social da mulher na Índia no início do século XIX; estudos sobre outros países mostram que as lutas feministas originaram-se entre sessenta e oitenta anos atrás em muitos países da Ásia (WALBY, 2000, p. 253).

Esses movimentos de mulheres e feministas terceiro mundistas articularam suas demandas com os movimentos nacionalistas. Walby destaca que em muitos países do Terceiro Mundo, os movimentos nacionalistas pela independência agregaram direitos políticos como o voto concomitante tanto para as mulheres como para os homens. Destarte, a cidadania (grau de integração nacional), nacionalismo e gênero possuem uma relação estreita.

Outrossim, as relações hierárquicas entre as nações estão relacionadas com as formas culturais sexualizadas. Como exemplo observa-se a imagem que o colonizador construiu de mulheres indígenas idosas decadentes, de mulheres negras erotizadas para justificar que elas necessitavam da proteção e controle masculino ocidental. A teoria da degenerescência enquanto parte da domesticidade das mulheres e seus outros também desistoricizava países na sua virgindade quase pré-discursiva e conduzia pelo alto a construção da nação pelas elites. As terras, as mulheres e o “populacho” eram sexual e racialmente contagiosos (MCCLINTOCK, 2010).

Para Walby, “a imagem da muçulmana, tentadoramente envolta em véus foi uma pedra angular dessa ideologia orientalista e da estrutura imperial que ela sustentava” (2000, p. 254). Em conformidade com Said (2007) o Ocidente construiu sua diferença quando classificou o Oriente como o diferente, no entanto, para que isso fosse possível, teve que

partir da descoberta do próprio Oriente como construído da diferença. A gestar assim os “marcos” diferenciadores e produtores de uma “verdade” através dos discursos, gerando resistências perante o outro e estabelecendo fronteiras de poder com base nas diferenças. Desse modo, o orientalismo é um discurso com intenção autoritária projetando o fato de “que a Europa ganhou em força e identidade comparando-se com o Oriente como uma espécie de identidade substituída e até mesmo subterrânea, clandestina.”

Quando nos reportamos a América pouco se problematizou a relação entre gênero, raça e colonialismo nas Américas. Melo Rosa observa que essas relações permearam grande parte dos nacionalismos latino-americanos. Um dos exemplos está na figura de Malinche, a qual é representada como inimiga da nação devido sua relação com o conquistador espanhol Cortez. Sobre o malinchismo a autora reforça que:

Tão forte é esta categoria na memória colonial mexicana que o termo malinchismo é usado para designar os traidores da pátria. A referência a este imaginário indica que a relação amorosa com o colonizador é sinônimo de antipatriotismo e, possivelmente um forte motivo para a perda de nacionalidade da mulher, ou traduzindo para as palavras de Anderson, para a perda do “companheirismo profundo e horizontal” (MELO ROSA, 2005, p. 18-19).

Na discussão sobre Malinche, Melo Rosa observa um capítulo da obra de Octavio Paz “O Labirinto da Solidão” no qual dedica um capítulo sobre o significado do termo “Os filhos da Malinche” para os mexicanos. A figura representa “(...) uma alteridade enigmática, ininteligível, rodeada de mistérios, um ser que ‘à semelhança do homem de raça ou nacionalidade estranha, atrai e repele’”. Ao correlacionar Malinche com o estrangeiro, Paz os aproxima em sua alteridade. No entanto, o que os diferencia é o fato de Malinche representar a alteridade inscrita na nação e o estrangeiro a alteridade fora dos limites da nação. Melo Rosa ainda pontua as palavras de Octávio Paz sobre a representação feminina: “Cifra viva da estranheza do universo e de sua radical heterogeneidade, a mulher: oculta a morte ou a vida? Em que pensa? Por acaso pensa? Sente, de fato? É igual a nós?” (MELO ROSA, 2005, p. 19).

A representação de Malinche como prostituta denota que a noção de civilização ocidental estava saturada de imperativos sobre os sexos e as formas de relações sexuais. Outrossim, os comportamentos femininos respeitáveis de senhoras eram uma prova de que a colonização era necessária para impor um modo de vida para as mulheres. Como impor isso? Com um regime político da heterossexualidade compulsória como um regime político que atravessa todas as relações sociais afetando fundamentalmente as mulheres. Sob a ideologia da diferença sexual, os homens se apropriam da força de trabalho material, sexual e emocional das mulheres. Um suposto contrato social modela a nação heterossexual. “*Todo ello es legitimado y promovido por distintos mecanismos como la familia, la ciencia, las leyes, los discursos*” (CURIEL, 2013, p. 28-29).

A questão da feminilidade e masculinidade eram importantes para o imperialismo e consequentemente para o nacionalismo, pois seus modelos hegemônicos deveriam assegurar uma espécie de controle interno e externo nos países colonizadores e colonizados. Muitas guerras e pós-guerras também geraram iniciativas para melhorar as formas de masculinidade, a exemplo, a criação de personagens como Rambo. O escotismo criado em 1908 tinha por função erguer o império britânico da decadência contendo assim as doenças venéreas, os casamentos inter-raciais e as baixas taxas de natalidade (WALBY, 2000)

Walby também sugere que os projetos nacionais estão entrecruzados com os projetos sexuais. No entanto, o sexo, a etnia e a classe têm relações diferentes com a nação (WALBY, p. 264). Também observa que as projeções nacionais de movimento de mulheres não são sempre idênticas as reivindicações dos homens e que pode haver um entendimento de gênero diferenciado a respeito da definição por exemplo das fronteiras e do militarismo. Esse entendimento está relacionado aos interesses em disputa por diferentes grupos e projetos e a marginalidade do feminino em relação ao poder hegemônico que releva a sua voz.

As dinâmicas nas relações de gênero, raça e Estado são importantes para a própria definição do projeto nacional, pois segundo nos afere Melo Rosa:

[...] o reconhecimento dos “envolvimentos diferenciados” de acordo com o gênero frente à nação e o nacionalismo abrange também a discussão acerca dos direitos diferenciados de homens e mulheres, dos acessos diferenciados à cidadania e da maneira diferenciada que os gêneros são percebidos face à idéia de liberdade sexual. Nesse sentido, é possível perceber que a reprovação da união de mulheres com estrangeiros está, ela mesma, no cerne da formação do nacionalismo moderno (2005, p. 15).

O nacionalismo também se apropriou da masculinidade hegemônica (CONNEL; MESSERSCHMIDT, 2013), pois muitos movimentos valeram-se de uma memória, da humilhação e da esperança masculinizada (WALBY, 2000, p. 255). No entanto, movimentos de mulheres e feministas podem compartilhar um mesmo projeto nacional³ com os homens? Para Walby, mulheres podem apoiar projetos diferentes dos homens, mas acredita que na luta pela definição de um projeto nacional as mulheres são menos ouvidas. Essas relações de gênero são muito importantes para definir um projeto nacional cujo apoio depende da afirmação dos interesses femininos. “Os tipos de exigência feitos pelas feministas não são especificamente nacionais” (WALBY, 2000, p. 266). Esta autora se reporta a lutas pacifistas e ecológicas as quais tem alcance global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

³ Walby entende como projeto nacional um conjunto de estratégias coletivas, voltadas para as necessidades percebidas de uma nação, que incluem o nacionalismo, mas podem incluir outras (2000, p. 256).

As relações de gênero estão permeadas nos projetos de construção da nação e dos nacionalismos, porém permanecem à margem como se não afetasse as dinâmicas próprias de cada modelo que se pretende implantar. É difícil mensurar com dados o grau de integração de mulheres nos projetos nacionais e transnacionais. O militarismo tem sido a base dessa integração cujos homens têm relação diferenciada com a guerra. Para Walby (2000, p. 267) as mulheres têm se engajado menos que os homens nos planos da nação. No entanto, esta autora alega que o projeto nacional tem que ser disputado por forças sociais diferenciadas sob muitos aspectos, sobretudo pela classe, pelo gênero e sexualidade.

Vários projetos de nação e de nacionalismo tendem a instituir a ideia do feminino como guardiãs ou símbolos da nação. Mas, o modelo idealizado desse feminino perpassa principalmente a esfera da reprodução, a exclusividade de cuidado e da educação para a reprodução de valores da família tradicional e de um modelo ideal de nação. Estariam elas aptas a propor uma integração diferenciada? Suas incursões na política estatal poderiam significar projetos alternativos às formas de comunidades imaginadas contemporâneas baseadas na solidariedade e na cooperação? Seriam elas instrumentalizadas para instaurar novas identidades políticas fundadas na diferença cuja força implicaria em novas dinâmicas políticas na nação? Os novos movimentos identitários e de reivindicação de direitos femininos e de não-normativos podem espelhar a complexidade das relações históricas a ponto de revelar a densidade histórica da diferença? Creio que as respostas estão na contramão da pasteurização das diferenças ou como um problema a ser resolvido e não como algo a ser celebrado.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUER, Otto. A Nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 249-270.

BILGE, Sirma; COLLINS, Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNEL, Robert; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n.1, p. 241-282, 2013.

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual**: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Impresol, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. L. F. de A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

GUIBERNAU, Montserrat. O Caráter Político do Nacionalismo. *In*: GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. p. 55-74.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Trad. Plínio Dentzien. Campinas, Editora da Unicamp, 2010.

MELO ROSA, Renata de. Nação, Nacionalismo e Diferenças de Gênero e na Raça na República Dominicana e no Haiti. **Revista Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 1-30, 2005.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo : EDUSC, 2005.

SEGATO, Rita Laura. **La Nación y sus Otros: raza, etnicidad e diversidad religiosa en tiempos de políticas de la identidad**. Buenos Aires: Prometeo, 2007.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STOLCKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 15-42, janeiro-abril 2006.

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1993.

WALBY, Sylvia. A mulher e a Nação. *In*: BALAKRISHNAN, Gopal (org.) **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro : Contraponto, 2000, p. 249-270.

A LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO FEMININO ENTRE AS KAINGANG DO TOLDO CHIMBANGUE (1970-2020)

Andreza Bazzi
Humberto José da Rocha

Resumo: Este trabalho discute a questão indígena com foco sobre o protagonismo das mulheres, tendo como referencial espaço-temporal, a Terra Indígena (TI) Toldo Chimbangue entre as décadas de 1970 e 2020. A TI Toldo Chimbangue está localizada no município de Chapecó-SC e, desde a década de 1970, quando da intensificação da mobilização indígena no Sul do Brasil através das Assembleias, destaca-se um processo de luta marcado pela articulação terra-educação como forma de empoderamento dessas mulheres e, conseqüentemente, da própria cultura indígena. O texto está estruturado da seguinte forma: na introdução, apresentamos o arcabouço teórico-metodológico e a proposta fundamental do conjunto do trabalho considerando as suas partes. Na primeira sessão, retomamos o processo histórico de luta pela terra, contextualizando o trabalho no espaço-tempo. Na segunda seção, discutimos o protagonismo feminino – de gênero –, destacando o papel da liderança feminina Fen'Nó sob a perspectiva teórica da inflexão decolonial. Na terceira seção, voltamos a atenção para a discussão sobre a Educação no sentido da continuidade da luta, articulando ideias de memória e empoderamento indígena como desdobramento do processo histórico. Nas considerações finais, retomamos alguns pontos e corroboramos a ideia geral do caso da TI Toldo Chimbangue como um exemplo de mobilização social, em que a articulação terra-educação é compreendida segundo um processo histórico de luta pelos direitos desses indígenas sob o protagonismo das mulheres.

Palavras-Chave: Indígenas; Mulheres; Luta pela Terra; Educação; Toldo Chimbangue.

Resumen: Este trabajo reflexiona sobre la temática indígena enfocando en el papel de la mujer, teniendo como referencia espacio-temporal la Tierra Indígena (TI) Toldo Chimbangue, entre las décadas de 1970 y 2020. La TI Toldo Chimbangue está ubicada en el municipio de Chapecó-SC y, desde la década de 1970, cuando se intensificó la movilización indígena en el sur de Brasil a través de las Asambleas, proceso de lucha marcado por la articulación tierra-educación como forma de empoderamiento de estas mujeres y, en consecuencia, de la propia cultura indígena. El texto está estructurado de la siguiente manera: en la introducción, presentamos el marco teórico-metodológico y la propuesta fundamental del trabajo en su conjunto, considerando sus partes. En la primera sección, retomamos el proceso histórico de la lucha por la tierra, contextualizando la obra en el espacio-tiempo. En la segunda sección, discutimos el protagonismo femenino –de género–, destacando el papel del liderazgo femenino Fen'Nó desde la perspectiva teórica de la inflexión decolonial. En el tercer apartado, dirigimos nuestra atención a la discusión sobre la Educación en el sentido de la continuidad de la lucha, articulando ideas de memoria y empoderamiento indígena como desdoblamiento del proceso histórico. En las consideraciones finales, retomamos algunos puntos y corroboramos la idea general del caso de la Tierra Indígena Toldo Chimbangue como ejemplo de movilización social, en el que la articulación tierra-educación se entiende como

un proceso histórico de lucha por los derechos de los indígenas bajo el liderazgo de las mujeres.

Palabras claves: *Indígenas; Mujeres; Lucha por la Tierra, Educación; Toldo Chimbangu.*

INTRODUÇÃO

A iniciativa dos colegas pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGHIS-UNILA) de organização de uma coletânea sobre História, Nação e Memória, antes, durante e depois da conformação dos Estados Nacionais na América Latina, Central e Caribe, aparece em momento oportuno. Os pressupostos estabelecidos indicam uma contraposição a interpretações de matrizes eurocêntricas excludentes em favor da memória de um passado de lutas das populações ancestrais, fundamentais para a reflexão tanto sobre o processo histórico quanto sobre as formas como são interpretadas e elaboradas as narrativas acerca desse processo, quando se aproxima o bicentenário da independência do Brasil. Nessa orientação geral, este artigo apresenta o caso de uma comunidade indígena localizada onde, atualmente, é o município de Chapecó, no oeste do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil.

Nossa fundamentação teórica retoma o pioneirismo de uma análise sobre a América Latina que busca articular três elementos fundamentais: o índio, a terra e a educação. José Carlos Mariátegui (1894-1930) desenvolve essas premissas naquela que é considerada a sua obra prima, “Sete ensaios de interpretação da realidade peruana”, publicada em 1928, em que autor articula esses elementos assinalando que a situação miserável – moral e material – dos indígenas é reflexo de um regime historicamente estabelecido (*gamonalismo*), segundo o qual a terra está no epicentro da questão por alterar drasticamente a cultura comunal ancestral indígena impondo um problema econômico e social. A educação, por sua vez, embora reconhecida como elemento fundamental da consciência, só tem potência insurgente se compreendida sob a mesma luz socioeconômica, do contrário, os indígenas, alfabetizados sob preceitos arraigados desse regime, apenas reforçariam a exploração sobre o próprio povo (MARIÁTEGUI, 2010).

Em outro trabalho publicado em 1924, sob o título de “As reivindicações feministas”, o autor distingue as variações dessas reivindicações sob as perspectivas burguesa, pequeno-burguesa e proletária. Novamente se referindo ao seu país, o *Amauta*¹ destaca um feminismo peruano espontâneo e orgânico, que se desenvolve, conseqüentemente, entre as mulheres que trabalham e estudam. Compreendendo as diferenças entre mulheres em suas respectivas classes, o autor reconhece a possibilidade de feminismos que se distinguem

¹ O termo originário da linguagem *quechua* – a língua do povo Inca – e significa “sábio”, “mestre”, “sacerdote”. Para além da qualificação e admiração pelo autor, a alcunha lhe foi atribuída em função da revista que ele fundou em 1926 sob esse título.

desde o conservador, centrista, até o revolucionário, a partir do que ele chama a atenção para a ideia de que as mulheres – e também os homens – que se orientam pela luta de classes são aquelas identificadas com a “fé das multidões revolucionárias na sociedade futura”, de forma que, tão importante quanto a orientação de gênero é a condição social dessas mulheres (MARIÁTEGUI, 2020).

Desde as análises empreendidas por Mariátegui, a América Latina completa mais um século sob um processo que se mantém em curso, alterando suas formas e sofisticando estratégias. As ideias do autor também apresentam pontos passíveis de contestações (a questão do feudalismo na América, ou sua perspectiva internacionalista, por exemplo) e requerem atenção quando se pretende transplantar afirmativas que o autor fez em relação ao Peru para compreender países e temporalidades distintas, como no caso do sul do Brasil entre os anos de 1970 e 2020, como fazemos neste trabalho. Para além dos elementos fundamentais da análise de Mariátegui, a autonomia do pensamento do *Amauta* é-nos ainda mais inspirador. Socialista assumido e reconhecido, o autor distingue-se de escritores contemporâneos seus filiados à Terceira Internacional. A perspectiva europeia – ou eurocêntrica – de pensadores como Lenin, Stalin e Kautsky é desviada nas análises de Mariátegui, primeiro, pela peculiaridade latino-americana que engendrava os elementos indígena e periférico, mas também pela originalidade do *Amauta* que se inspirou na ideia de “mito” de Georges Sorel para propor uma análise insurgente que se fundamentaria na ancestralidade incaica, segundo o autor, com fortes e peculiares elementos comunitários, comunistas.

A passo em que estabelece uma variante da análise marxista, Mariátegui também pode ser tomado, com base na sua análise crítica da modernidade colonial, como um antecipador daquilo que, mais tarde, seria estabelecido teoricamente como pensamento “decolonial”. Estabelecido na década de 1990, este pensamento reúne estudiosos com diferentes perspectivas analíticas mas que têm em comum a crítica à modernidade, ao eurocentrismo, à colonialidade e à marginalização, como elementos fundamentais na configuração de um “projeto decolonial” (RESTREPO; ROJAS, 2010). Sobre essa relação do *Amauta* com a perspectiva decolonial, Deni Rubbo (2020) destaca essa pluralidade de autores e orientações intelectuais para assinalar proximidades (Enrique Dussel e Aníbal Quijano) e distanciamentos (Walter Dignolo, Edgardo Lander) entre Mariátegui e alguns dos principais autores decoloniais, sobretudo, em relação aos posicionamentos deles ante à tradição marxista. Nessa relação, concordamos com Rubbo quando o autor entende que Mariátegui seria “duas vezes heterodoxo: um “decolonial” atípico, pois tem como referência o marxismo, e um marxista dissidente, pois incorpora a crítica da modernidade europeia ocidental” (RUBBO, 2020, p. 134). Corroborando o entendimento do autor, é importante o destaque de que “para uma reflexão crítica marxista e decolonial,

não se trata, portanto, de dois elementos opostos, mas, ao contrário, que se enriquecem reciprocamente (RUBBO, 2020, p. 142).

Então, essa relação entre marxismo e decolonialidade, diferente de ser um problema teórico, apresenta-se, neste trabalho, como um alinhamento que ajuda na relação entre os elementos fundamentais da nossa análise – a terra, o indígena e a educação – aos quais podemos agora incluir outro, não menos importante, o gênero. O alinhamento teórico que empreendemos até aqui, mesmo que sucinto, é importante para colocar a questão de gênero, neste trabalho, sob uma perspectiva historiográfica que se articula com os outros elementos indo ao encontro do que propõe María Lugones, ao lembrar que “diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (LUGONES, 2014, p. 939). Além de ajudar na articulação de categorias analíticas, a autora defende que “descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis” e, neste sentido, implica “em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir/resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão”, que, tomado dessa forma, permite, ao estudar e compreender a opressão de mulheres, aprender também sobre a opressão dos povos (LUGONES, 2014, p. 940).

A questão de gênero, neste estudo, enfatizando a mulher indígena, retoma tanto a perspectiva de trabalho e educação proposta por Mariátegui quanto a síntese feita por Lugones ao referir-se à práxis. O que pretendemos é analisar um processo de luta das mulheres indígenas que articula terra e educação sob a luz de teorias de classe, raça e gênero no sentido de um processo de “empoderamento” dessas mulheres e, conseqüentemente, do seu povo. Para tal, faz-se necessário um delineamento conceitual mínimo em função de que a simplificação ou mesmo a ambigüidade do termo tendem a limitar ou mesmo distorcer a análise. Neste sentido, seguimos o que propõe Rute Baquero (2012), ao oferecer importante orientação sobre essa questão a partir do diálogo entre autores e perspectivas distintas. Inicialmente, a autora distingue significados do termo com base no tempo verbal, podendo ser utilizado na forma transitiva ou intransitiva. Considera-o na forma transitiva – que, na gramática, implica a necessidade de complemento para estabelecimento de sentido –, “empoderar significa dar poder a outro”, destacando um sentido que “reforça a ação de um indivíduo/grupo sobre outro indivíduo/grupo, considerado incapaz de sua própria ação de poder”; já na forma intransitiva – que gramaticalmente dispensa o uso de complemento para estabelecimento de sentido –, “empoderar se refere a um processo através do qual pessoas ganham influência e controle sobre suas vidas e, conseqüentemente, se tornam empoderadas” (BAQUERO, 2012, p. 179).

Mesmo que se compreenda que ninguém aprende, evolui ou mesmo se empodera alheamente, a perspectiva aqui considerada é a forma intransitiva, que se aproxima das

ideias de espontaneísmo, organicidade e práxis, mencionadas pelos autores anteriormente citados. Na mesma linha, retomando as ideias de Rute Baquero, é importante destacar que, dentre os diferentes níveis de empoderamento mencionados pela autora, a dizer, os empoderamentos individual, organizacional e comunitário, ao passo em que o primeiro “se refere às variáveis intrafísicas e comportamentais” e o segundo “se refere à mobilização participativa de recursos e oportunidades em determinada organização”, o último concerne à “estrutura das mudanças sociais e a estrutura sociopolítica em foco” (BAQUERO, 2012, p. 176). Avançando sobre esse nível comunitário – interessante para a nossa discussão –, a autora explica tratar-se do “processo pelo qual os sujeitos – atores individuais ou coletivos – de uma comunidade, por meio de processos participativos, desenvolvem ações para atingir seus objetivos, coletivamente definidos” (BAQUERO, 2012, p. 178).

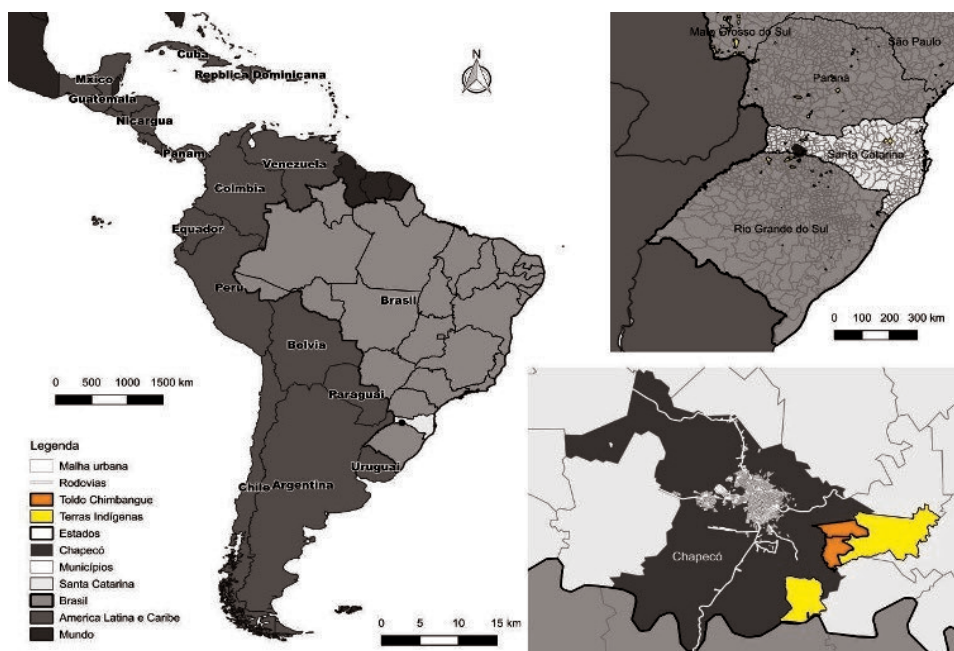
Com base nessa confluência de autores e ideias, este trabalho aborda a questão da ancestralidade latino-americana a partir do caso da Terra Indígena (TI) Toldo Chimbangué, articulando categorias tais como terra, gênero e educação. A luta pela terra na comunidade é estudada sob a perspectiva de gênero em que se destaca o protagonismo feminino, primeiramente, sob a figura da liderança feminina de Fen’Nó, que, na sequência do processo, registra participações de outras mulheres, sobretudo, sob a perspectiva da educação. Para o desenvolvimento do argumento, o trabalho está estruturado da seguinte forma: nessa introdução, apresentamos o arcabouço teórico-metodológico e a proposta fundamental do conjunto do trabalho considerando as partes. Na primeira seção, retomamos o processo histórico de luta pela terra, contextualizando o trabalho no espaço-tempo. Na segunda seção, discutimos o protagonismo feminino – de gênero –, destacando o papel da liderança feminina Fen’Nó, sob a perspectiva teórica da inflexão decolonial. Na terceira seção, centramos a atenção para a discussão sobre a Educação no sentido da continuidade da luta, articulando ideias de memória e empoderamento indígena como desdobramento do processo histórico. Nas considerações finais, retomamos os principais pontos e corroboramos a ideia geral do caso da TI Toldo Chimbangué como um exemplo de mobilização social, em que a articulação terra-educação é compreendida segundo um processo histórico de luta pelos direitos desses indígenas sob o protagonismo das mulheres.

A LUTA PELA TERRA INDÍGENA TOLDO CHIMBANGUE

A Terra Indígena Toldo Chimbangué localiza-se em Chapecó-SC, entre o Rio Irani e o Lajeado Lambedor, distante aproximadamente 18 quilômetros do centro urbano do município. De acordo com D’Angelis (1984), a ocupação Kaingang das matas próximas ao Rio Irani encontra suas referências em conflitos agrários entre indígenas Kaingang e fazendeiros do Norte do Rio Grande do Sul. Neste sentido, as fontes históricas e oralidade

do grupo indicam a data de março de 1856 como a entrada dos Kaingang liderados pelo Cacique Chimbangue na região ainda inexplorada do Rio Irani. De acordo com Tomazino e Almeida (2014), são características fundamentais dos grupos caçadores-coletores – inclui-se aqui os Kaingang – a grande mobilidade e a exploração de vasto espaço geográfico, com fronteiras territoriais fluídas, em constante movimento. No entanto, o encontro com as frentes de expansão do Estado produziu um novo tipo de mobilidade em decorrência principalmente da redução de seus territórios.

Mapa 1: Mapa de Localização do Toldo Chimbangue



Fonte: Andreza Bazzi (2019).

Ao final do século XIX, o território do Toldo Chimbangue foi atingido pela titulação da Fazenda Barra Grande (1893). Em 1919, o imóvel foi vendido para a Empresa Colonizadora Luce & Rosa & Cia, mas foi somente a partir de 1940 que a empresa se ocupou da colonização das proximidades do rio Irani (D'ANGELIS, 1984). Em 1948, a Luce & Rosa vendeu o restante do território sob seu domínio aos irmãos Severino e Giocundo Trentim, o que incluía o espaço ocupado pelos Kaingang (BRIGHENTI, 2012).

Nesse contexto, ocorreu um gradativo processo de expropriação do grupo Kaingang e a ocupação do espaço por imigrantes, em sua maioria, descendentes de alemães e italianos, vindos das colônias velhas do Rio Grande do Sul. O contexto de avanço da colonização pode ser interpretado como reflexo de um novo movimento migratório que atingiu o

Oeste de Santa Catarina, impulsionado, sobretudo, pelas políticas nacionalistas de Vargas, em sua “Marcha para o Oeste”, a partir da década de 1930, visando incorporar o interior do Brasil à economia nacional. Esse avanço aconteceu em diferentes partes do Brasil, mas, no que diz respeito aos indígenas sulinos, a mobilização acompanhou o movimento apoiado por setores progressistas da Igreja Católica, culminando com o estabelecimento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) estabelecido em nível nacional em 23 de abril de 1972. Na diocese de Chapecó, a temática indígena foi sendo gradualmente introduzida através de ações destacadas dos padres Egydio Schwade, Lothário Thiel, Egon Dionísio Heck e do bispo Dom José Gomes, que foram desde os questionamentos sobre a questão indígena, às articulações de atividades do CIMI regional e o consequente afastamento em relação às ações da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (BRIGHENTI, 2021).

Essa mobilização, ao final de 1970, corresponde a um tempo em que os Kaingang perdiam os últimos lotes de terra sob suas posses. O Toldo Chimbangue corrobora esse processo, de modo que, ao final da década de 1970, apenas cinco famílias ainda permaneceram no local. Em função disso, as lideranças do movimento Kaingang tiveram que se mobilizar no sentido de reunir o grupo que estava disperso. Considera-se como marco dessa reação o episódio de queima do rancho do Cacique Rókâg (Francisco Marcelino) em julho de 1979. Esse episódio representa um marco dessa organização de um movimento indígena pela recuperação das terras, conforme sugere D’Angelis (1984).

O processo de reorganização indígena representa também um momento de ressignificação da identidade étnica. Conforme Barth (1995), a etnicidade “não pode ser reduzida a conteúdos culturais homoganeamente distribuídos nos grupos e transmitidos entre as gerações” (BARTH, 1995, p. 15). Neste sentido, para o caso do Toldo Chimbangue, as fronteiras étnicas são demarcadas através do valor e significado que o grupo Kaingang estabelece com seu território, é através da terra que se processa a identidade étnica.

O conflito fundiário no Toldo Chimbangue registrou inúmeros momentos de tensão e de violência: moradias incendiadas, derrubadas, roças e plantações destruídas, espancamento e atentados foram registrados (D’ANGELIS, 1984). A luta entre colonos e agricultores inaugurou um movimento de oposição não somente entre indígenas e brancos, mas também entre setores da sociedade regional, que configuraram as redes de apoio a ambos os lados. Brighenti (2012) afirma que a rede de apoio aos Kaingang do Toldo Chimbangue foi determinante para a conquista da terra e foi articulada entre “pessoas e entidades não indígenas e de indígenas de outras comunidades e povos [...] [que] buscaram apoio do movimento indígena regional e nacional” (BRIGHENTI, 2012, p. 488). Os agricultores, por sua vez, contavam com apoio de políticos locais e setores empresariais.

Conforme laudo antropológico de identificação do Toldo Chimbangue, “o que

fica explícito é que as relações entre índios e brancos nunca foram relações simétricas ou igualitárias, mas relações que se caracterizam pela dominação do colonizador” (LANGE; NACKE; BLOEMER, 1984, p. 54). Diante dos fatos, percebemos que o conflito pela terra evidenciou dicotomias severas entre visões de mundo opostas e interesses múltiplos e pôs, de um lado, os índios Kaingang que passaram por um longo período de expropriação. Estes reivindicavam aquele local específico por se tratar do local onde seus antepassados estabeleceram-se e encontraram prosperidade por certo tempo, portanto, uma referência importante para o grupo. No lado oposto, estavam os colonos agricultores que compraram as terras e tinham títulos de propriedade. Contudo, foram oposições declaradas devido ao contexto de disputa.

A luta pela terra no Toldo Chimbangue ocorreu em paralelo à formação do movimento indígena em nível nacional. O processo ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro diz respeito ao início do processo de retomada do território, ao final da década de 1970, intensificado, de fato, no início da década de 1980. Esse processo resultou na demarcação de 988 ha em 1986 – Toldo Chimbangue I. Nos anos que se seguiram à demarcação da primeira parte do Território, os Kaingang deram sequência à luta judicial para recuperar o restante da área que já havia sido identificada como território indígena. Essa segunda fase da luta pela terra arrastou-se até 2002 com a declaração de mais 954 ha, que foram demarcados em 2006 – Toldo Chimbangue II.

A Luta pela Terra no Toldo Chimbangue inaugurou um novo modelo de demarcação de terras indígenas no Brasil, conforme Brighenti (2012), visto que se trata da primeira comunidade indígena no Brasil que conseguiu recuperar as terras que estavam completamente perdidas, sob a posse de agricultores munidos de títulos de propriedade. Retomando a orientação central deste trabalho, consideramos que essa conquista representa uma das faces do processo de resistência e empoderamento dessa comunidade indígena. Sob a perspectiva da articulação terra/classe/raça, outra importante particularidade desse processo foi a atuação de algumas mulheres Kaingang na dimensão sócio-política de constituição, organização/instrução e suporte do grupo, durante a luta pela terra e após a conquista do território.

O PROTAGONISMO DAS MULHERES

O Toldo Chimbangue teve, como uma das principais lideranças e como responsável pela conquista do território, uma mulher Kaingang, Fen’Nó, em torno da qual se articulou o movimento de reivindicação territorial. Em outros termos, o Toldo Chimbangue é um exemplo claro de liderança feminina que possibilitou a reivindicação fundiária, identificação das terras Kaingang, constituição e fixação geopolítica do grupo, pois foi em torno

das memórias e da trajetória dessa mulher que se respaldaram os agentes envolvidos em prol da demarcação da terra indígena.

Conforme Brighenti (2012, p. 464), a recuperação do território pelos Kaingang do Toldo Chimbangue “mobilizou o país, deixou marcas na sociedade e na igreja diocesana, modificou o conceito de indígena e de Terra Indígena no oeste catarinense”. Contudo, até que se chegasse à decisão favorável aos Kaingang, foi necessário um período de muita luta e resistência. Para a discussão que estabelecemos neste trabalho, trata-se também de um momento em que se verifica um grande indicativo de protagonismo feminino, em vista de que, entre os principais protagonistas, Fen’Nó junto ao seu irmão Clemente Fortes do Nascimento Xeyuya liderou o movimento pela recuperação territorial.

Fen’Nó, nome Kaingang que significa Arma, Flecha em pé (SAVOLDI, 2017), foi registrada em português como Ana da Luz Fortes do Nascimento. Fen’Nó nasceu em 08 de setembro de 1898 e faleceu dia 06 de março de 2014, aos 116 anos de idade. Cultivava a fé católica, o catolicismo popular, o rústico; era devota de São João Maria; ao redor do fogo, contava sobre os causos e os milagres do santo, em suas passagens pelas bandas do rio Irani. Mulher centenária, presenciou as transformações ocorridas ao longo dos séculos XIX e XXI, nasceu e morreu nas terras do Chimbangue e, mesmo com o avanço da frente colonizadora, permaneceu em seu lugar de origem, tornando-se um grande símbolo da resistência Kaingang na região do rio Irani.

Segundo as informações fornecidas pelos Kaingang entrevistados nesta pesquisa, Fen’Nó era a principal liderança no primeiro processo de luta pela terra: “todas as viagens que fizeram, lá para o Rio Grande do Sul, para Florianópolis, para Brasília, sempre ela ia junto, ela era a principal figura, o pessoal vinha conversar e ela ajudava a organizar, ela escolhia quem eram as pessoas que iam junto” (VEIGA, 2018). O respeito à liderança de Fen’Nó é mencionado também em um relatório de viagem ao Toldo Chimbangue nos dias 10 e 11 de agosto de 1985, quando foi feito um levantamento da situação. O relatório destaca que: “os índios através de suas lideranças (Angelin Gandão, Gentil, Dona Ana – a liderança mais respeitada [grifo nosso]) não aceitam qualquer outra solução que não seja a demarcação da área, estando dispostos a morrer por isso”². Em outros termos, a liderança de Fen’Nó era reconhecida não somente pelo grupo Kaingang, mas pelos demais agentes envolvidos no processo de identificação do território Kaingang.

As memórias de Fen’Nó quanto a esse processo foram expressas no documentário de Penna Filho (2000), que foi feito em homenagem à sua história de vida e de luta, intitulado *Fendô tributo a uma guerreira*. No documentário, Fen’Nó conta sobre o tempo em

² Relatório de viagem ao Toldo Chimbangue entre os dias 10 e 11/08/1985, elaborado pelo advogado da FUNAI, Alvaro Reinaldo de Souza, e recebido pela FUNAI dia 10/09/1985, que coloca em destaque a liderança de Fen’Nó como sendo “a liderança mais respeitada”.

Brasília, “fiquei uma semana dentro do prédio da FUNAI, eu dizia: eu não saio daqui. E dormia em cima do sofá, com os meus filhos, eu não saí, eles queriam mudar nós de lugar, eu disse: não, eu vim para dormir aqui” (FILHO, 2000). De acordo com o documentário, as idas à Brasília tratavam-se de momentos em que os Kaingang cobravam das autoridades agilidade para a resolução do conflito, pois a situação ficava cada vez mais precária.

É fato também que Fen’Nó sempre demonstrou uma liderança assertiva, talvez por sempre ter tido a necessidade de lutar pela sobrevivência, ação comum aos Kaingang, desde os tempos antigos. Tomazino e Almeida (2014), sobre as tentativas de incorporação dos Kaingang à sociedade nacional, afirmam que “ao longo de uma história como tutelados do estado nacional, sofreram todas as formas de violência, individuais e coletivas” (TOMAZINO; ALMEIDA, 2014, p. 21). Sobre o período da expropriação territorial, Fen’Nó conta que:

Tenho dois filhos homens e cinco filhas mulher, criei tudo por aí, porque nós não tinha paragem, depois que foi vendido para um, para outro, não tinha paragem. Nós tinha que morar até em pé de serra com os filhos, quando nós saímos daqui para desocupar a terra para quem comprou. Ninguém sabe, só Deus que sabe o meu passado. Eu sofri bastante, desde pequena (FILHO, 2000).

De acordo com Paulina Antunes, durante a luta pela terra, todas as decisões passavam por Fen’Nó: “todos respeitavam muito ela [...] ela que dizia o que tinha que fazer” (ANTUNES, 2018). Esses relatos evidenciam a força da liderança da Fen’Nó, uma história que ultrapassou os limites do Toldo Chimbanguê e tem inspirado outras atuações, tanto de mulheres e homens indígenas, quanto de pessoas da sociedade não indígena.

Dona de grande sabedoria, tanto na memória de Paulina Antunes³, quanto na memória de Janete da Veiga⁴, Fen’Nó era uma grande liderança para os Kaingang: “ela cobrava bastante a questão de organização, de reunir o pessoal para conversar, ela estava sempre junto, e quando faziam as reuniões ela sempre estava ali dizendo como era para fazer as coisas” (VEIGA, 2018). Essa liderança foi-lhe confiada pelos Kaingang, muito provavelmente por ela ser, no momento da luta pela terra, uma das mais velhas (*Kofá*⁵), o que, no universo indígena, também representa sabedoria. Conforme as narrativas de Paulina e Janete, fica evidente que, no passado, conversar com os mais “velhos” era a melhor forma de aprender.

De acordo com Brighenti (2012), ouvir essas histórias também se constituiu em uma estratégia do grupo de trabalho da pastoral, “que desejava buscar informações empíricas,

³ Sobrinha de Fen’Nó.

⁴ Janete da Veiga é neta de Fen’Nó, conviveu com a avó desde seu nascimento até a morte de Fen’Nó em 2014, atualmente Janete é professora de História na Escola Indígena que leva o nome de sua avó. Concedeu-nos entrevista nos dias 03/08/2018 e 07/06/2019.

⁵ Termo Kaingang utilizado para referir-se aos anciãos, aos sábios.

reconstruir historicamente, pela memória do grupo”. Essa reconstituição através das histórias seria, então, meios “capazes de sustentar a existência da comunidade indígena e demonstrar como teria ocorrido o processo da perda da terra. As informações empíricas eram encontradas, geralmente, entre os moradores mais velhos do grupo” (BRIGHENTI, 2012, p. 476). Neste sentido, Fen’Nó era fundamental.

Segundo Janete da Veiga, sua avó transmitia diversos conhecimentos à família e, em inúmeros momentos, estendia esses conhecimentos aos demais que faziam parte da comunidade, recordando que Fen’Nó desenvolvia várias atividades, desde trabalhar na roça, fazer artesanato (que seu avô depois vendia entre os colonos), além disso, era a parteira da comunidade e manipulava e receitava ervas medicinais.

No contexto da disputa fundiária, as mulheres Kaingang do Toldo Chimbangue, lideradas pela Fen’Nó, estiveram na linha de frente das batalhas que foram travadas por direitos e autonomia. Conforme Paulina Antunes, não houve, na luta, inferiorização de gênero. Sobre a participação das mulheres, ela relata:

Sim, participávamos também. Porque no passado as mulheres não podiam participar. Mas depois sim, as mulheres participavam. Os homens achavam que as mulher também tinham direito de enfrentar as coisas, de se envolver. Com as mulheres o movimento era mais forte, nós podíamos conquistar mais votos, então a gente enfrentou muito, nós tínhamos só os ranchinhos, enfrentamos a polícia, tudo (ANTUNES, 2018).

Contou-nos ainda que eram tempos difíceis e que passavam muitas dificuldades, elemento também presente na memória de Janete da Veiga e Laudelina da Veiga, que comentam que, com o passar do tempo, os agricultores foram dificultando a vida e os meios de sobrevivência dos Kaingang. Elas contam que não permitiam mais que plantassem, de modo que “tínhamos que esperar pelas cestas básicas que a FUNAI trazia” (VEIGA, 2019), fato que nem sempre era fácil, já que, conforme nos contou, os agricultores também fechavam as estradas, impedindo a passagem dos Kaingang. Dessa forma, tinham urgência na resolução do conflito.

Paulina menciona que foi à Brasília, junto com Fen’Nó, três vezes e, nesses momentos, contavam com uma rede de apoio, articulada principalmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e por indígenas de outros povos, que organizavam a hospedagem e contribuía nas reuniões com os parlamentares. Paulina recorda-se que eram os integrantes do cimi que redigiam as atas das reuniões. Menciona também que, nas primeiras idas ao Distrito Federal, ela e Fen’Nó eram as únicas mulheres presentes. Com o tempo, outras mulheres foram integrando esse grupo: “depois foi mais outras 3, 4 mulheres também, que eram as mais velhas, irmãs da Dona Ana e outras parentes dela também” (ANTUNES, 2018).

No decorrer do processo, Fen’Nó consolidou-se como liderança entre os indígenas

e entre as mulheres na região do oeste catarinense. “Em 1999, no dia Internacional da Mulher, Fen’Nó foi homenageada na Câmara Municipal de Chapecó. O reconhecimento foi justificado pela contribuição desta na construção do município” (SAVOLDI, 2017, p. 9). Uma homenagem no Dia Internacional da Mulher a uma mulher Kaingang, protagonista de um dos mais emblemáticos conflitos fundiários do município de Chapecó, é, de fato, um momento extremamente relevante, que demarca a força de Fen’Nó. Outro fator que denota o reconhecimento à história de Fen’Nó é a existência, no município de Chapecó – SC, de um Coletivo Feminista, que, em homenagem a ela, denomina-se *Coletivo Feminista Fen’Nó*. De acordo com Liége Santin e Aline Ogliari, integrantes do Coletivo “Dona Ana Fen’Nó é um ícone da luta indígena, não só do oeste catarinense, mas do Brasil” (SANTIN; OGLIARI, 2018).

Imagem 1: Homenagem a Fen’Nó na Câmara de Vereadores de Chapecó-SC em 11 de março de 1999



Fonte: CIMI Regional Sul.

A liderança de Fen’Nó e o envolvimento de outras mulheres no primeiro processo possibilita-nos argumentar que, nesse contexto, no Toldo Chimbangue, o processo político de “luta pela terra” forneceu a oportunidade para o desenvolvimento do protagonismo feminino. Esse fato manteve-se após a conquista do Território, a exemplo da atuação

política de Paulina Antunes, que, em meados da década de 2000, foi Vice Cacique da Terra Indígena, e de Vanisse Domingos, que é uma importante liderança e a primeira indígena a ser diretora na Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'Nó⁶, com efetiva militância no Movimento Indígena Regional, em especial, na luta pela educação indígena. É possível perceber a articulação entre diferentes perspectivas de luta social, a dizer, gênero e raça nesse processo de luta pela terra. Avançando nessa proposta, abordamos a temática da educação para discutir a continuidade desse processo na direção do empoderamento dessas mulheres Kaingang.

A LUTA PELA EDUCAÇÃO

Na sequência do processo, o protagonismo feminino no Toldo Chimbangue tem sido exercido por mulheres da nova geração. Se, na década de 1980, a ação política envolvia a retomada do território, fato que ocorreu até a concretização do pleito em 2006, a partir daquele período, verifica-se um maior engajamento em pautas como a educação indígena diferenciada, o acesso à educação superior, a continuidade do acesso à saúde gestada no âmbito da Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI/Ministério da Saúde, além da inclusão de pautas ambientais e de manifestações contrárias à Tese do Marco Temporal.

As atuais lideranças do Toldo Chimbangue têm priorizado e incentivado a educação das crianças e dos jovens da comunidade. Acreditam que a educação pode fornecer importantes instrumentos para fortalecer a luta por direitos. Assim, o papel desempenhado pela Escola de Educação Fundamental Fen'Nó mostra-se extremamente relevante na comunidade indígena. A escola Fen'Nó propicia, além dos conteúdos previstos na Base Curricular Nacional, o aprendizado de saberes tradicionais no ambiente escolar, entendendo que esses saberes são também ciência e, portanto, devem ser constantemente acionados e preservados.

A educação escolar indígena esteve no centro de debates políticos em diversos momentos e contextos na História do Brasil. De acordo com Henriques, Gesteira e Grillo (2007), até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação escolar indígena esteve focada na assimilação e integração dos povos indígenas à sociedade nacional. Dessa forma, o modelo educacional incentivava a adaptação dos indígenas a uma nova língua, novas tradições, costumes, religião e crenças, ou seja, apresentava ao indígena um novo mundo, muito distante de suas cosmologias e de suas organizações sociais.

Os preceitos da nova Constituição Federal permitiram mudanças significativas na forma de se fazer políticas para os povos indígenas. Em 1991, a responsabilidade da

⁶ De acordo com Savoldi (2017, p. 9), em 2004, os moradores da T.I. Toldo Chimbangue solicitaram a mudança do nome da “Escola Indígena de Ensino Fundamental Irani” para “Escola Indígena de Ensino Fundamental Fen'Nó”. O nome da escola foi uma forma de perpetuar o seu legado para as próximas gerações.

educação indígena ficou a cargo do Ministério da Educação (MEC). Assim, o eixo orientador passou a ser o respeito aos costumes, tradições e conhecimentos específicos de cada comunidade indígena, o fortalecimento das identidades étnicas e a valorização da diversidade linguística. A partir da LDB de 1996, o caráter da educação indígena passou a ser intercultural. Conforme Paladino e Almeida (2012), a abordagem intercultural representa um avanço em relação às políticas anteriores. Neste sentido, os professores da Escola de Ensino Fundamental Fen'Nó estão fortemente compromissados com a educação escolar indígena diferenciada, orientada pelo princípio da interculturalidade, sendo que esse modelo passa a ser entendido como um direito e reivindicado com maior insistência a partir da década de 1990.

Outro aspecto relevante tem sido a possibilidade de ingresso em cursos superiores. De acordo com Paladino e Almeida (2012), a questão do ensino superior para povos indígenas esteve, até o final da década de 1990, ausente da agenda governamental (PALADINO; ALMEIDA, 2012, p. 107). Neste sentido, os debates sobre ensino superior dentro dos movimentos indígenas é uma pauta recente. As autoras afirmam que “as estratégias para ingressar e conseguir se manter na universidade eram sobretudo individuais e familiares” (PALADINO; ALMEIDA, 2012, p. 107), e ainda a FUNAI era o único órgão federal que prestava assistência parcial em relação a auxílios para estudantes no ensino superior. Foi nesse cenário que algumas mulheres da T.I. Toldo Chimbangue iniciaram suas trajetórias no ensino superior.

Cleusa Rodrigues (Entrevista), formada em nutrição e, atualmente, funcionária da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), relata inúmeras dificuldades enfrentadas em seu percurso como estudante. Em idade escolar, só pôde cursar até a quarta série em uma escola mista que recebia alunos indígenas e não indígenas, sem um currículo específico para os indígenas. Informa que só pôde retomar os estudos e concluir o ensino fundamental com 17 anos. Para ingressar no ensino médio, teve que buscar uma escola distante de casa, na área urbana do município, já que, à época, a escola indígena oferecia apenas o ensino fundamental. Para concluir o ensino médio, precisou contar com ajuda familiar para hospedagem. Relata ainda que, sem opções, teve que cursar o magistério, embora não fosse o que gostaria, nem fosse a principal carência da comunidade em termos profissionais, que, naquela época, necessitava mais de profissionais da área da saúde.

Para Cleusa, a oportunidade de ingressar nos estudos na área da saúde surgiu concomitante aos debates e primeiras assembleias sobre saúde indígena, em que as principais demandas identificadas eram relacionadas à grande necessidade de formar e capacitar profissionais indígenas para atuarem junto às comunidades. Assim, Cleusa pode participar de um curso realizado no Rio Grande do Sul, que formaria auxiliares de enfermagem que atuassem na saúde indígena. Para realizar essa jornada, Cleusa contou com apoio familiar,

auxílio de funcionários da FUNAI e de missionários do CIMI. O curso teve duração de um ano e três meses, entre aulas e estágios. Em 1994, Cleusa formou-se como auxiliar de enfermagem e, no mesmo momento, regressou para sua comunidade, onde prestava serviço voluntário de assistência à saúde junto a uma repartição da FUNAI na Terra Indígena, até que foi contratada pelo órgão para auxiliar nos serviços de saúde.

Em 2010, Cleusa ingressou no ensino superior, por meio de um processo seletivo, na Universidade Comunitária Regional de Chapecó, cursou nutrição e formou-se em 2014. Desde 2015, é funcionária da SESAI e atua como nutricionista em quatro terras indígenas – Aldeia Kondá, Toldo Chimbangue, onde atua também na aldeia Guarani, e Toldo Pinhal. Sobre a importância da educação, em especial, para as mulheres indígenas, Cleusa afirma que:

Hoje como mulher Kaingang a gente percebe que as pessoas que não conhecem a nossa história, que para eles o papel da mulher Kaingang é: criar filho, fazer artesanato e ficar lá na aldeia. Mas não. Eu acredito que a gente pode algo mais [...] a gente consegue e tem capacidade, é o que eu sempre digo para os jovens, hoje para você mostrar que é capaz, você tem que buscar o conhecimento, buscar conhecimento através de estudo (RODRIGUES, 2021).

Cleusa destaca ainda a importância dos jovens retornarem para suas comunidades após a conclusão de seus cursos. A entrevistada chama a atenção para o papel da educação no processo de empoderamento ao defender que “a gente pode sim estudar, se aperfeiçoar, mas não deixar nossas raízes de lado, a gente tem que fortalecer a questão da nossa tradição, tem que fortalecer e não deixar de lado”. Neste sentido, percebemos o valor conferido aos saberes e tradições, o que, muitas vezes, não é contemplado nos currículos acadêmicos, o que tem sido uma das principais críticas dos povos indígenas com relação ao ensino superior. Quando chegam nas universidades, os indígenas encontram matrizes curriculares totalmente descoladas de seus modos de vida, de suas compreensões acerca da natureza e mesmo avessas às suas temporalidades, que são distintas e diversas.

Assim como Cleusa, Vanisse Domingos (Entrevista) também iniciou sua trajetória como estudante em um momento em que a educação escolar indígena existia enquanto projeto, no entanto, não alcançava todas as comunidades indígenas. Vanisse frequentou o primário em uma escola não indígena. Quando foi morar no Toldo Chimbangue, a escola em que hoje é diretora, ainda era uma escola sem currículo específico para indígenas. Ela relata que, em toda sua formação escolar, conviveu com um “apagamento” da história do seu povo, realidade que, agora, como professora indígena e diretora da escola da sua comunidade, ela tem transformado. É possível verificar, nas falas de Vanisse Domingos, o valor conferido à educação, em especial em sua formação acadêmica. Sobre a importância da educação, Vanisse afirma que:

Ela te empodera! Eu sempre falo que estudei em uma escola que nunca me ensinou a minha cultura, era uma escola indígena, a única coisa que ensinava era a língua Kaingang, eu nunca estudei cultura dentro da minha escola, você cresce vivendo e aprendendo uma outra cultura, então por isso essa negação, você aprende que a outra cultura é boa, é bonita e até então você não conhece nada da tua, e então você se nega. E eu vejo hoje na educação toda essa questão da nossa cultura, a questão de empoderamento, de luta, de povo, de valorizar, de conhecer, de estar aqui, de ser o que a gente é, de valorizar as nossa lideranças, os nossos mais velhos - a luta deles. Tudo isso tem que estar presente na escola, e usar o conhecimento como forma de defender o povo, buscar os direitos do povo, lutar pelo povo. Valorizar aquilo que você é, valorizar a História da onde você vem, tudo isso (DOMINGOS, 2019).

A oportunidade de uma educação básica própria para os grupos indígenas incentiva a possibilidade do ingresso aos bancos universitários. E, apesar das dificuldades enfrentadas em distintos cenários políticos, os povos indígenas têm feito uso de diplomas para fortalecer suas lutas históricas. De acordo com Souza Lima (2012):

Esses povos pensam e reagem a tais imagens com indignação e com a clareza de que precisam se fazer presentes na esfera pública brasileira. Sabem que para isso precisam estar preparados, como dizem muitas vezes, substituindo arcos e flechas, bordunas ou enxadas e machados por canetas, computadores e diplomas (SOUZA LIMA, 2012, p. 171).

Neste sentido, a educação tem representado um potente instrumento de luta por direitos e, para as mulheres indígenas, um instrumento de empoderamento e positividade das suas etnias, conforme relata Vanisse sobre sua experiência durante a formação acadêmica:

O conhecimento ele muda o teu jeito de olhar para as coisas, de tu perceber, tira um pouco essa ignorância que as pessoas têm. Quando eu entrei na universidade eu era uma pessoa, eu ficava muito com aquilo que as pessoas pensavam de mim, as pessoas pensavam aquilo de mim e eu deixava. O fato de eu ser índia para mim não era grande coisa, entende. Eu tinha até uma certa vergonha, sabe, por causa de todo esse preconceito, você esconde um pouco o que tu é. Aquilo foi mudando e eu comecei a ter noção daquilo que eu era. Hoje eu me auto afirmo Kaingang, coisa que eu não fazia quando eu entrei na universidade. [...] Ser indígena é você fazer parte de um povo, é você fazer parte de uma comunidade. [...] Você fazendo parte de um povo, você não estuda só pra você, [...] você vai ajudar na tua comunidade. Hoje eu consigo me defender, e defender o meu povo! (A ÍNDIA..., 2018).

Esse depoimento demonstra a relação que algumas mulheres Kaingang, ligadas à Escola Indígena, ao CEIM do Toldo Chimbangue e à SESAI, têm estabelecido com a educação, em especial na sua formação acadêmica, tomando a educação indígena como um direito conquistado e tornando a educação superior um importante instrumento não só para o empoderamento feminino como também para a autodeterminação indígena.

Neste sentido, reportamo-nos à análise de Simonian (2009) e percebemos também, no Toldo Chimbangue, que, “na medida que cresce o número de jovens indígenas nos cursos superiores, aumentam suas possibilidades enquanto lideranças políticas”

(SIMONIAN, 2009, p. 22). Esse foi o caso de Vanisse, Cleusa, de outras Kaingang no Toldo Chimbangué, as mulheres Kaingang consideram a formação superior como um importante instrumento, tanto para o seu desenvolvimento profissional, quanto para a valorização de sua identidade étnica e da História de luta e de resistência empreendida por seus ancestrais. Assim, elas recorrem à educação como um direito que confere poder, espaço e visibilidade, através da educação, reafirmam de forma positiva suas identidades étnicas, os saberes ancestrais e se fortalecem para a luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos, nas seções anteriores, a articulação entre gênero e classe num processo de luta envolvendo desde a terra até a educação pelos indígenas. Separamos os elementos para conseguirmos demonstrar o conjunto, mas, ao final, esses elementos precisam ser considerados de forma articulada para que a luta convirja no sentido do empoderamento nessas comunidades.

A conquista da terra e da educação por homens e mulheres indígenas precisa acontecer sob a luz de uma profunda reflexão sobre a práxis. No momento em que escrevemos este trabalho, acompanhamos o desenrolar de sangrentas disputas entre os próprios indígenas em função do uso das terras de Reservas Indígenas no Sul do Brasil, por exemplo os casos de Serrinha e Guarita, no norte do Rio Grande do Sul.

Ocorre que o sistema capitalista corresponde a uma intrincada rede que não atua apenas no estímulo à concorrência e à busca pelo atendimento das necessidades como também no estabelecimento dessas mesmas necessidades, num processo que se retroalimenta com incrível capilaridade e do qual os indígenas, apesar de sua ancestralidade comunal, não estão alheios. Daí, compreendemos a advertência feita pelo *Amauta* acerca dos peruanos daquele período ao perceber a possibilidade de “o índio alfabetizado se transformar em explorador de sua própria raça porque se coloca a serviço do *gamonalismo*” (MARIÁTEGUI, 2010, p. 54).

No caso que analisamos trata-se da TI Toldo Chimbangué, o protagonismo das mulheres, especialmente de Fen’Nó, mas que segue com as mulheres na contemporaneidade. Nas falas das entrevistadas que enfatizam a necessidade do estudo e o retorno à comunidade, percebemos sinais daquilo que María Lugones defende: que “não se resiste sozinha à colonialidade do gênero”, mas que, ao contrário, “comunidades, mais que indivíduos, tornam possível o fazer; alguém faz com mais alguém, não em isolamento individualista (LUGONES, 2014, p. 494). Dessa forma, mais do que um movimento de mulheres indígenas, trata-se de compreender o movimento de um povo não apenas contra a opressão de gênero, mas de um movimento de desintegração e degradação cultural tão

ou mais estruturado quanto.

No conjunto terra, gênero, classe e educação, retomamos a ressalva feita por Baquero (2012, p. 178) quando a autora relativiza a ideia do *empowerment* dizendo que este não tem um caráter universal, definitivo, podendo tanto significar emancipação dessas comunidades, mas também podendo resumir-se em ações isoladas de integração desses excluídos ao sistema no sentido de acesso a alguns serviços de natureza individual e assistencialista que, em muito pouco, contribuem para sua organização e, conseqüentemente, autonomia enquanto comunidade e cidadania.

O processo está em curso. As mulheres Kaingang do Toldo Chimbangue seguem buscando a afirmação territorial e o fortalecimento também através da educação. Os desdobramentos desse processo serão frutos das ações desses homens e mulheres e novos estudos poderão revelar os rumos tomados por essas comunidades.

REFERÊNCIAS

A ÍNDIA – Histórias inspiradoras. **Unochapecó – Universidade Comunitária da Região de Chapecó**. 19 abr. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BAKaG83TB8o>.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: Instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e conceito de cultura. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política**, Niterói, n. 1, 2. sem. 95 1995.

BAZZI, Andreza. **As Mulheres Kaingang não saíram de uma costela de Adão**: protagonismo feminino na Terra Indígena Toldo Chimbangue da luta pela terra aos dias atuais (1980-2019). Dissertação de Mestrado. Chapecó: UFFS, 2019.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **O movimento indígena no Oeste Catarinense e sua relação com a Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980**. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC, 2012.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Uma experiência de conversão: A ação indigenista de Dom José Gomes nos anos 1970 nos primórdios do Conselho Indigenista Missionário. In: ROCHA, Humberto José da; TEDESCO, João Carlos; MYSKIW, Antonio Marcos (Orgs.). **História dos Movimentos Sociais de Luta pela Terra no Sul do Brasil (1940-1980)**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2021. v. 1. p. 387-412.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Toldo Chimbangue História e Luta Kaingang em Santa Catarina**. Conselho Indigenista Missionário CIMI- Regional Sul, 1984.

FILHO, Penna. **Fendô - Tributo à Uma guerreira**. Documentário Produzido em parceria entre Unoesc, Unisul e Rede Rua Comunicação. 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oac2mpcUdJM>.

HENRIQUES, Ricardo; GESTEIRA, Kleber; GRILLO, Suzana; Chamusca Adelaide. **Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola.** Cadernos SECAD. Brasília, 2007.

LANGE, Ana Maria C.R; NACKE, Anelise; BLOEMER, Neusa M. Sens. **Relatório Antropológico sobre a área indígena do Toldo Chimbangue.** FUNAI, 1984.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-102, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?>.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez. 2014.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.** São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2010.

MARIÁTEGUI, José Carlos. As reivindicações feministas. *In*: **MARIÁTEGUI.** Tradução de Aline Piva; Revisão de Lia Urbini. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

PALADINO, Mariana; ALMEIDA, Nina Paiva. **Entre a diversidade e a desigualdade: uma análise das políticas públicas para a educação escolar indígena no Brasil dos governos Lula.** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; LACED/Museu Nacional/UFRJ, 2012.

PAREDES, Julieta. **Hilando Fino** (Desde el feminismo comunitario). La Paz: CEDEC, 2008.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. Introducción Inflexión decolonial: características e história. *In*: **Inflexion Decolonial: fuentes, conceptos, cuestionamientos.** Popayan: Universidad del Cauca, 2010. p. 13-36.

RUBBO, Deni Alfaro. Por uma esquerda marxista decolonial: Mariátegui e a crítica da modernidade ocidental. **Crítica Marxista**, n. 51, p. 131-145, 2020.

SAVOLDI, Adiles. A Força da Fen'Nó: uma dádiva aos Kaingang da Terra Indígena Toldo Chimbangue. **Seminário Internacional Fazendo Gênero (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Re-alidade.** Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1989.

SEGATO, Rita. Colonialidad y Patriarcado Moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. *In*: **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala.** Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2011.

SIMONIAN, Ligia T. L. Mulheres enquanto políticas: desafios, possibilidades e experiência entre as indígenas. **Papers do NAEA** n. 254, 2009.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Apresentação. Dossiê Fazendo Estado. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v.55, n. 2, 2012.

TOMMAZINO, Kimye; ALMEIDA, Ledson Kurtz de. Territórios e Territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**. v. 19, n. 2, 2014.

ENTREVISTAS

ANTUNES, Paulina. **Entrevista concedida à Andreza Bazzi**. TI Toldo Chimbangue, Chapecó-SC, 26/07/2018.

DOMINGOS, Vanisse. **Entrevista concedida à Andreza Bazzi**. TI Toldo Chimbangue, Chapecó-SC, 28/05/2019.

OGLIARI, Aline; SANTIN, Liege. **Entrevista concedida à Andreza Bazzi**. Chapecó-SC, julho de 2018.

RODRIGUES, Cleusa. **Entrevista concedida para o documentário “Mulheres Kaingang na Frente de Batalha: Protagonismo Feminino na Terra Indígena Toldo Chimbangue”**. Fundação Catarinense de Cultura, 2021.

VEIGA, Janete da. **Entrevista concedida à Andreza Bazzi**. TI Toldo Chimbangue, Chapecó-SC, 03/08/2018.

“O BÁRBARO MAIS BÁRBARO QUE O BÁRBARO”: A “INVENÇÃO” DO TAPUIA, DO SERTÃO E A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Paulo Robério Ferreira Silva
João Batista de Almeida Costa

Resumo: A colonização da América realizada por portugueses e por espanhóis resultou na invenção do “índio” como o Outro da colonização. Ora como elemento necessário para efetivá-la, ora como o inimigo a ser conquistado ou eliminado. No Brasil, além dessa identidade arbitrária, o tapuia foi destacado como uma particularidade. Entre um e outro – o primeiro reconhecido preferencialmente nos povos do tronco étnico-linguístico Tupi-Guarani e o segundo nos povos do tronco étnico-linguístico Macro-Jê –, as diferenças resultaram numa hierarquização feita pelos colonizadores que deslocou os tapuias para uma condição análoga a radicalização da animalidade. Na perspectiva da genealogia decolonial, o objetivo deste estudo é analisar, por meio de documentos dos séculos XVI e XVII, a emergência da ideia de que os tapuias eram “os bárbaros mais bárbaros”, como constatou Gabriel Soares de Souza (1851), na segunda metade do século XVI e como isto impactou os processos de formação da sociedade colonizadora. Tal percepção reverberou, mais de um século depois, na constatação, feita por um cronista anônimo, de que no Sertão os tapuias caracterizavam o “muro do demônio”, portanto, um impedimento ao avanço colonizador. Tomando os tapuias e o Sertão como constituintes da sociedade brasileira, sobretudo a partir da segunda metade do século XVII, buscar-se-á apreender a “invenção do tapuia”, na perspectiva do avanço colonizador sobre o Sertão, a partir da lógica de invenção do inimigo, importante instrumento de realização da colonialidade/modernidade; substrato de formação da sociedade brasileira e das sociedades deste continente.

Palavras-chave: Colonização; Índio; Tapuia; Sertão; Sociedade brasileira.

Abstract: *The colonization of America carried out by the Portuguese and the Spaniards resulted in the invention of the “Indian” as the Other of colonization. Sometimes as a necessary element to make it effective, sometimes as the enemy to be conquered or eliminated. In Brazil, in addition to this arbitrary identity, the tapuia was highlighted as a particularity. Between one and the other – the first recognized preferentially in the peoples of the Tupi-Guarani ethnic-linguistic trunk and the second in the peoples of the Macro-Jê ethnic-linguistic trunk –, the differences resulted in a hierarchy made by the colonizers that displaced the Tapuias to an analogous condition. the radicalization of animality. From the perspective of decolonial genealogy, the objective of this study is to analyze, through documents from the 16th and 17th centuries, the emergence of the idea that the Tapuias were “the barbarians more barbaric than the barbarians”, as observed by Gabriel Soares de Souza (1851), in the second half of the 16th century and how this impacted the formation processes of the colonizing society. This perception reverberated, more than a century later, in the observation, made by an anonymous chronicler, that in the hinterland the Tapuias characterized the “demon’s wall”, therefore, an impediment to the colonization advance. Taking the Tapuias and the hinterland as constituents of Brazilian society, especially from the second half of the 17th*

century onwards, we will seek to apprehend the “invention of the Tapuia”, in the perspective of the colonizing advance on the hinterland, from the logic of invention of the enemy, an important instrument for the realization of coloniality/modernity; substrate for the formation of Brazilian society and the societies of this continent.

Keywords: *Colonization; Indian; Tapuia; Hinterland; Brazilian society.*

INTRODUÇÃO

Em 1832, o alemão Carl Friedric Philipp von Martius sentenciou que os povos nativos do Brasil estavam prestes a desaparecer, pois a “raça vermelha” traz em si “já vizível o germén do desaparecimento rápido, como si apenas estivesse destinada a representar um papel automatico na grande engrenagem do mundo” (MARTIUS, 1906, p. 65). Poucos anos depois, em 1840, Francisco Adolfo de Varnhagen afirmava, ao reproduzir as ideias que circulavam no Pará, conforme o “energico João Daniel”, que “tempo virá em que se não hade conhecer que côr tinham os Índios: muito menos, acrescentamos, se conheceráó as suas línguas, usos e costumes, se d’isso não se cuidar quanto antes” (VARNHAGEN, 1841, p. 55). Ao se aproximar de dois séculos depois de tais postulados, não apenas os povos nativos não sucumbiram totalmente aos violentos movimentos de extermínio, como tem avançado os estudos que confirmam o que defendeu Capistrano de Abreu em 1876: que a principal base da sociedade brasileira é formada pelos povos nativos (ABREU, 1876, p. 18).

Capistrano de Abreu foi ainda mais incisivo. Em uma carta a João Lúcio de Azevedo, em 16 de setembro de 1916, destacou que “Não há questão mais importante para a História do Brasil do que a ruptura da grande curva do São Francisco, a passagem dos Cariris e da Borborema, a entrada no Parnaíba, o caminho terrestre do Maranhão à Bahia” (ABREU, 1916, p. 2). Ou seja, Abreu chamava a atenção para a importância do Sertão e dos povos que ali habitavam para a formação da sociedade brasileira. Tratava-se, como acentuou Gontijo (2010, p. 29), de divergir da lógica da unidade da raça, como pregava Varnhagen e também Martius, e da ênfase na diversidade étnica de constituição do povo brasileiro.

Manoel Bomfim, também por perspectiva semelhante a de Capistrano de Abreu, enfatiza que mesmo tendo havido muitos ataques aos povos nativos do Sertão, não teria havido o extermínio destes povos, como comumente se evidenciou pela historiografia. Como constata Bomfim (2013, p. 121) predominou a escravização, afinal, “cativeiro é injustiça, mas não é eliminação”. Sua argumentação é que os povos nativos foram poupados dado a sua indispensabilidade para a colonização, pois se os paulistas, entre outros, conduziram às guerras, “o ânimo inteligente das empresas; o trabalho, a massa dos guerreiros,

eram dados pelo esforço do caboclo. [...] foi nas costas do índio que elas (as gentes da colonização) desbravaram e conquistaram os sertões” (BOMFIM, 2013, p. 121-122, destaque nosso).

Monteiro (2001, p. 2), ao afirmar que surge em meados do século XIX “o isolamento dos índios do pensamento brasileiro”, enfatiza também que os posicionamentos de Martius e Varnhagen estariam em consonância com visões que circulavam na Europa no século XIX. Em linhas gerais, estas não apenas desqualificavam os povos nativos enquanto participantes da história, em relação à civilização europeia, como também os reduziam a objetos da ciência destinados, quando muito, a revelarem as origens da história da humanidade, “como fósseis vivos de uma época muito remota” (MONTEIRO, 2001, p. 3).

O “isolamento” dos povos nativos, ou mais especificamente, o “encobrimento” (DUSSEL, 1993) destes povos dos processos de formação e significação da sociedade brasileira, embora não condissesse com o mundo concreto, foi desde os primeiros momentos da colonização um importante instrumento de domínio. Seja na perspectiva da retórica, como vem se evidenciando pela historiografia desde o século XIX, seja como resultado das classificações e hierarquizações estabelecidas pelo vocabulário da colonização (QUIJANO, 2010; SEGATO, 2021), tais estratégias vêm sendo questionadas. Nas últimas décadas inúmeros estudos, a exemplo dos feitos por Pires (1990), Monteiro (1991), Pompa (2001), Puntoni (2002), Almeida (2010), Bicalho (2010), Cruz (2018), entre outros, têm trazido à luz significativos aspectos e compreensões que caracterizam os povos nativos como o substrato da sociedade brasileira.

Neste estudo, considerando as suas limitações, a pretensão é destacar como os tapuias e o Sertão foram tornando-se, ao longo dos séculos XVI e XVII, realidades na formação da sociedade colonizadora brasileira.

Os tapuias, conforme publicado no dicionário do padre D. Raphael Bluteau no início do século XVIII, eram tidos como os mais bárbaros entre os nativos.

O mais bravo, & barbaro Gentio do Brasil, na Capitania do Espirito Santo, & entre as Capitánias de Pernambuco, & do Rio de Janeyro. Chamaõ lhe Tapuyas, que na sua lingua val o mesmo, que Nação contraria; porque a todas as naçoens tem esta feyto insultos secretos, ou publicos, & he tida de todos por inimiga. Comprehendem os Tapuyas debaixo de si perto de hum cento de línguas diferentes, & por consequente outras tranas especies, a saber, Aimores, Potentús, Guaitacàs, Guaramomís, Guarehoares, & c. seria cansar, contar todas. Dizem, que no meyo de tanta barbaridade reconhecem os Tapuyas dous Numes, hum bom, a que não fazem culto algu, por entenderem, que de sua própria natureza he taõ benefico, que não pôde fazer mal a ninguém; & outro mau, (q he como entre nós o demonio) a q dedicaõ sacrificos, & offerecem victimas. & não emprendem cousa alguma importante, sem primeyro o consultarem com supersticiosas veneraçõens (BLUTEAU, 1721, p. 47).

Já o Sertão, também no dicionário de Bluteau (1720, p. 613), significava “Região, apartada do mar, & por todas as partes, metida entre terras”. Se para os colonizadores o

Sertão foi uma incógnita nos primeiros séculos de ocupação, dado terem permanecido por um longo período apenas arranhando o Litoral como caranguejos, como observou o frei Vicente do Salvador (SALVADOR, 2013, p. 13), para os povos nativos tal distinção não correspondia aos significados por eles produzidos. Tratava-se de um extenso território de ocupação milenar em que a existência destes povos era inerente ao próprio ambiente natural. Cultura e natureza não se distinguiam.

O Sertão dos tapuias foi fundamental para a consolidação do domínio luso-brasileiro sobre o vasto território em que vem se realizando a sociedade brasileira. Como mostra Capistrano de Abreu (1998, p. 106), o povoamento do Sertão diferiu sobremaneira do que houve no Litoral. Foi “[...] iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo”.

No que se segue, na primeira parte se evidencia como os povos nativos deste continente foram classificados como “povos bestiais”, desprovidos, para os colonizadores, da condição humana. No Brasil, os tapuias foram reduzidos aos “bárbaros mais bárbaros que os bárbaros”. Em desdobramento, na segunda parte, a abordagem é quanto às idealizações dos povos nativos do Brasil feitas por Nóbrega, no século XVI, e por Vieira, no século XVII. Em razão da cristianização aqueles povos foram colocados entre a cruz e a espada. Na prática, como se enfatiza na terceira parte, o Sertão foi o palco em que os tapuias se tornaram realidade na formação da sociedade brasileira. Por fim, a pretensão apreender a “invenção do tapuia”, na perspectiva do avanço colonizador sobre o Sertão, a partir da lógica de invenção do inimigo, importante instrumento de realização da colonialidade/modernidade; substrato de formação da sociedade brasileira e das sociedades deste continente.

A INVENÇÃO DO INIMIGO

Os povos nativos que foram reduzidos, primeiro pelos povos do tronco étnico-linguístico Tupi-Guarani¹, em face das disputas territoriais e depois também pelos colonizadores, à classificação genérica de tapuias² foram os ocupantes originários do que hoje conhecemos como Brasil, exceto parte da região amazônica ocupada pelos Tupi-Guarani e outros povos, dentre eles os Aruak e os Karib. Este território originário foi invadido primeiramente pelos povos Tupi-Guarani, em um longo movimento iniciado a cerca

1 Optou-se por grafar os etnônimos conforme a Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais de 1956: com inicial maiúscula e não flexionados quanto ao gênero e ao número (MELATTI, 1999, p. 1).

2 O termo tapuia, (tapuya, tapuza) compôs também outros sentidos: tapuy tînga (tapuytinga) foi utilizado em referência aos franceses, no sentido de homem branco (DICCIONARIO PORTUGUÊZ, E BRASILIANO, 1795, p. 42); já tapuytâma foi empregado como sertão, em referência a terra dos tapuias (DICCIONARIO PORTUGUÊZ, E BRASILIANO, 1795, p. 23).

de 3.000 a 5.000 A.P.³ (URBAN, 1992, p. 92) e consolidado cerca de 1.000 anos A.P., e pelos colonizadores europeus, primeiro em ocupação do Litoral e a partir de meados do século XVII, sobremaneira com o avanço colonizador luso-brasileiro sobre o Sertão, durante o período que ficou conhecido como Guerra dos Bárbaros, a partir de meados do século XVII.

No primeiro caso, como assinala Martin (2013, p. 202), foi possível identificar tal movimento, em relação ao Norte, pela ocorrência de cerâmicas tupi-guarani daquele período em estratos superiores em sítios até então ocupados pelos povos da tradição Aratu na Bahia e em aldeias e acampamentos Papeba no Rio Grande do Norte, ambos pertencentes ao tronco étnico-linguístico Macro-Jê⁴. No segundo caso, conforme Urban (1992, p. 92), outro movimento migratório dos povos Tupi-Guarani teria ocorrido no mesmo período pelo Sul.

Destes movimentos migratórios dos povos Tupi-Guarani, em suas diferentes sociedades, resultou em uma série de conflitos com as também diferentes sociedades Macro-Jê. Gabriel Soares de Souza, na segunda metade do século XVI, constatou que “Os primeiros povoadores que viveram na Bahia de Todos os Santos e sua comarca, segundo informações que se tem tomado dos índios muito antigos, foram os Tapuias, que é uma casta de gentio muito antigo” (SOUZA, 1851, p. 305).

Ainda conforme Souza (1851, p. 305-306),

Estes Tapuias foram lançados fóra da terra da Bahia e da vizinhança do mar d'ella, por outro gentio seu contrario, que desceu do sertão, á fama da fartura da terra e mar d'esta provincia, que se chamam Tupinaês, e fizeram guerra um gentio a outro, tanto tempo quanto gastou para os Tupinaês vencerem e desbaratarem aos Tapuias, e lh'os fazerem despejar a ribeira do mar, e irem-se para o sertão, sem poderem tornar a possuir mais esta terra de quem eram senhores.

Também segundo Souza (1851, p. 306), na época da chegada dos portugueses, tais informações continuavam na memória dos povos nativos, sendo passadas de geração em geração.

Os primeiros registros dos portugueses sobre os tapuias que se tem notícia foram os feitos pelo padre João de Aspilcueta Navarro⁵, um dos primeiros seis jesuítas que veio ao

³ Antes do presente.

⁴ Para efeitos deste estudo os povos que receberam o epíteto de tapuias serão apreendidos como pertencentes ao tronco étnico-linguístico Macro-Jê. Trata-se de uma classificação em certa medida arbitrária, dado que, conforme Jolkesky (2016, p. 193), ter havido intercâmbios deste tronco com os Tupi-Guarani e outros povos, tanto quanto não caracteriza necessariamente uma origem comum a todas as línguas atribuídas a este tronco. Neste caso, tomar os tapuias como pertencentes ao tronco étnico-linguístico Macro-Jê visa facilitar a compreensão dos processos históricos de formação das representações dos tapuias.

⁵ Puntoni (2002, p. 61) atribui, equivocadamente, a Gândavo a primeira referência aos tapuias ao informar que os mesmos no Maranhão seriam parentes dos Aymoré, pelo menos em arma (GÂNDAVO, 1858, p. 62). A obra “História da Província de Santa Cruz”, de Gândavo, foi publicada pela primeira vez em 1576 em Lisboa, portanto mais de duas décadas depois da referência registrada sobre os tapuias pelo padre João de Aspilcueta Navarro.

Brasil na comitiva de Tomé de Souza, então o primeiro Governador Geral das possessões lusitanas nos trópicos e que teve a incumbência de construir a primeira capital, a “Cidade do Salvador” (PUBLICAÇÕES DA ACADEMIA BRASILEIRA, 1931, p. 88-89).

O padre Aspilcueta foi o capelão da entrada feita ao Sertão, a partir de Porto Seguro, entre 1553 e 1554. Participaram daquela expedição, outros doze europeus, comandados pelo espanhol, Francisco Bruza de Espinosa e Megero. Esse pequeno grupo de colonizadores foi acompanhado de algumas dezenas de nativos. Alcançaram o curso médio do Rio Opará, batizado pelos portugueses de São Francisco, na foz do Rio Monayl (atualmente Mangai), entre os atuais municípios de São Francisco e Pedras de Maria da Cruz, no Norte de Minas Gerais. Dado as recorrentes ameaças que sofreram dos povos nativos da região, como relatou o padre Aspilcueta (NAVARRO, 1931, 149), a permanência não pode ser prolongada, obrigando-os a retornar ao litoral.

Não houve naquela entrada o contato direto com os povos tapuias, exceto em uma ocasião quanto o padre Aspilcueta diz ter encontrado uma menina tapuia que seria sacrificada pelos seus rivais: “pois tinha na praça uma menina pequena atada com umas cordas para a matar, ao que se havia juntado muita gente das outras aldeias: cheguei-me a ella, falei-lhe na língua dos nossos indios, mas não me entendeu, porque era filha de Tapuzas”⁶ (NAVARRO, 1931a, p. 148-149). No entanto, o padre Aspilcueta, em sua carta de 24 de junho de 1555, assinalou que os tapuias eram “[...] uma geração de Indios bestial e feroz; porque andam pelos bosques como manadas de veados, nús, com os cabellos compridos como mulheres: a sua falla é mui barbara e ellles mui carniceiros e trazem frechas ervadas e dão cabo de um homem n’um momento” (NAVARRO, 1931a, p. 148). E mais, em um momento de aproximação destacou que:

Para passar por entre elles, juntamos muitos dos que estão em paz comnosco, e passamos com espias adiante, com grande perigo. Um Indio que vinha comnosco e era para muito, passou adiante um tiro de bésta dos Brancos, e de subito veio uma manada dos Tapuzas, que, despedaçando-o, o levaram em quartos (NAVARRO, 1931a, p. 148).

Embora não tivesse explicitado, Aspilcueta Navarro evidenciou as representações por ele destacadas dos tapuias em contraponto aos povos Tupi-Guarani. A “*falla é mui barbara*”, por exemplo, caracterizava uma explícita contraposição à língua **tupi-guarani**, uma língua geral predominante no litoral do Brasil naquele período. A imagem de bestialidade e ferocidade atribuída aos tapuias, pois os tapuias agiam como manadas e “despedaçavam” seus inimigos, lhes empurravam para uma condição de barbaridade extrema, à semelhança da condição de animalidade, já que “andavam pelos bosques como manadas de veados”.

Este aspecto do universo representativo e discursivo, a negação da condição humana

6 Tapuias.

dos povos nativos deste continente, não se restringia apenas aos tapuias. Desde os primeiros cronistas, a exemplo de Pero Vaz de Caminha, foi recorrente a representação destes povos como seres bestiais, ou seja, bárbaros⁷. Caminha (1500, p. 15 [f. 2V]), em convivência com os povos nativos destacou, entre outras coisas, que possuíam comportamentos arredios e contrários aos dos cristãos, “[...] do que tiro ser gente bestial e de pouco saber e por isso são esquivos”. Américo Vespúcio, ao interpretar como os povos nativos faziam guerra, concluiu que agiam como se estivessem “entregues ao vento” (VESPÚCIO, 2013, p. 82), orientados apenas pelos mais velhos, agindo, dessa forma, “semelhantes à bestas” (VESPÚCIO, 2013, p. 8).

Essa questão sobre a natureza humana ou não dos povos nativos deste continente, dado a sua relevância naquelas primeiras décadas de colonização, foi discutida oficialmente pela igreja católica e as autoridades espanholas no Conselho de Valladolid, iniciado em 1550 e até então não concluído. Em pauta estavam as teses do frei Bartolomé de las Casas, defensor da condição humana dos povos nativos do Novo Mundo, e as de Ginés de Sepúlveda, contrárias às de las Casas e, portanto, favorável a “guerra justa” e a escravização destes povos (MIRES, 1986).

Quanto aos tapuias, além de serem apreendidos por meio destas classificações e sentidos genéricos produzidos pelos colonizadores, considerando serem estes importantes instrumentos ideológicos utilizados para justificar a colonização, como mostram Silva e Costa (2021), foram também rebaixados à condição de serem mais bárbaros que os bárbaros. Ao comentar sobre os Aymoré, habitantes de um vasto território localizado, principalmente, no litoral das capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santos, Gabriel Soares de Souza afirmou serem estes descendentes dos tapuias (sic) “[...] tão selvagens que dos outros barbaros são havidos por mais que barbaros” (SOUZA, 1851, p. 58).

No mesmo período, Pero de Magalhães Gândavo, fez uma longa descrição sobre os Aymoré⁸ que, segundo ele, andavam a saltar o litoral das Capitânicas de Ilhéus e Porto Seguro, desde aproximadamente 1555, vindos do Sertão (GÂNDAVO, 1858, p. 60).

Estes Aymorès sam mais alvos e de maior estatura que os outros Indios da terra, com a lingoa dos quaes nam tem a destes nenhuma semelhança nem parentesco. Vivem todos entre os matos como brutos animaes, sem terem povoações, nem casas em que se recolham. Sam muy forçozos em extremo, e trazem huns arcos muy compridos e grossos conformes a suas forças, e a frechas da mesma maneira. Estes alarves tem feito muito damno nestas Capitanias depois que deceram a esta costa e mortos alguns Portugueze e escravos, porque sam muy barbaros, e toda a ente da terra lhes he odioza: nam pelejam em campo nem tem animo pera isso: poemse entre o mato junto de algum caminho, e tanto que alguem passa atiramlhe ao coraçam ou a

7 No dicionário de Bluteau (1712, p. 110), besta significa “animal irracional”. O termo foi utilizado primeiramente por um filósofo cínico do século IV antes da era cristã. Atribuído ao homem passou a designar o ignorante, o tolo (BLUTEAU, 1712, p. 111). Já Bárbaro, termo originário do mundo grego, se referia a “**todos os que não eraõ de sua nação, & que não fallavaõ a sua lingoa**”. Bárbaro era o cruel, a fera (BLUTEAU, 1712, p. 46).

8 Grafado por Gândavo (1858, p. 60) como Aymorès.

parte onde o matem, e nam despedem frecha que nam na empreguem. As mulheres trazem huns pãos grossos à maneira de maçãs, com que os ajudam a matar algumas pessoas quando se offerece occasiaõ. Atè agora nam se pode achar nenhum remedio para destruir esta perfida gente, porque tanto que vem tempo opportuno fazem seus saltos, e logo se recolhem ao mato muy depressa, onde sam tam ligeiros e manhosos, que quando cuidamos de vaõ fogindo ante quem os persegue, entam ficam atraz escondidos atirando aos que passam descuidados: e desta maneira matam muita gente. Pela qual razaõ todos quantos Portuguezes e Indios há na terra, os temem muito, e assi onde os ha nenhum morador vay a sua fazenda por terra, que não leve consigo quinze vinte escravos de arcos e frechas para sua defensam (GÂNDAVO, 1858, p. 60-61).

O que se dizia dos Aymoré confundia-se como as representações dos tapuias de uma forma genérica. O próprio Gândavo (1858, p. 62) fez referência aos tapuias do Maranhão como parentes dos Aymoré: “Os quaes dizem que sam da mesma nação destes Aiororés ou pelo menos irmãos em armas, porque ainda que se encontrem, nam offendem huns a outros”.

Já naquele primeiro século de colonização, os tapuias passaram a ser tratados como um empecilho, ainda mais evidente do que os povos Tupi-Guarani, para o avanço de ocupação do território pelos colonizadores luso-brasileiros. A invenção dos inimigos, reduzidos a povos bestiais, ganhou contornos ainda mais radicais em se tratando dos povos nativos classificados como tapuias. Os Aymoré foram apenas uma das primeiras referências tomadas pelos colonizadores para justificar a “guerra justa” e a consequente escravização ou extermínio dos povos nativos, sobretudo aqueles que habitavam o Sertão.

Os tapuias e o Sertão desafiavam as estruturas materiais e simbólicas da colonização. Os padrões estabelecidos pelos colonizadores, em face das hierarquias produzidas entre os dominadores e aqueles que deveriam ser subjugados e subalternizados, ou eliminados, ou seja, os inimigos, na lógica da civilização cristã/capitalista esbarrou em uma realidade em grande medida diferente daquela que se verificava no litoral, que paulatinamente ia sendo ocupado pelos colonizadores. Demandava, com isso, outras e complexas respostas, pois os tapuias e o Sertão precisavam serem também submetidos às forças da Coroa portuguesa em nome de Deus.

ENTRE A CRUZ E A ESPADA

Já na década de 1550, quando dos primeiros investimentos dos padres jesuítas na cristianização dos povos nativos, condição determinante para a colonização, a questão da representação destes como povos bestiais foi tratada numa perspectiva religiosa. Este foi um tema dos mais pertinentes no sentido de viabilizar a ocupação e exploração do território, como deixou claro o padre Aspilcueta Navarro depois de alcançar o curso médio do Rio Opará (São Francisco): “O fructo solido desta terra parece que será quando se fôr

povoando de Christãos. Deus Nosso Senhor por sua misericórdia saque estes miseráveis das abominações em que estão, e a nós outros dê sua graça, para que sempre façamos sua santa vontade" (NAVARRO, 1931, p. 150).

padre Manoel da Nóbrega, primeiro superior dos jesuítas no Brasil, elaborou os primeiros fundamentos doutrinários católicos para lidar com os povos nativos destas plagas. Em uma obra literária em que dialogam Gonçalo Alves e Matheus Nogueira sobre a conversão do Gentio, se discutem as possibilidades e os desafios a serem enfrentados pelos religiosos cristãos para realizarem a cristianização daqueles povos. Não por acaso, o discurso cristão/colonizador partiu da premissa de que todos os seres humanos são semelhantes às bestas:

depois que nosso pae Adão peccou, como diz o psalmista, não conhecendo a honra, que tinha, foi tornado semelhante á besta, de maneira que todos, assim portuguezes, como castelhanos, como Tamoios, como Aimurés, ficamos semelhantes a bestas, por natureza corrupta, e nisto todos somos iguais... (NÓBREGA, 1931d, p. 238).

Esta igualdade primária logo se converte, no diálogo entre os dois, em um esforço para distinguir os europeus daqueles povos. A estes últimos só resta uma condição para serem aceitos como humanos: sua plena conversão ao cristianismo; o que significa a aceitação da existência do Deus cristão como redentor e salvador da humanidade. Daí, então, a constatação da existência de uma espécie de empecilho primário, pois os povos nativos desta terra "[...] são tão bestiais, que não lhes entra no coração cousa de Deus; estão tão encarniçados em tratar e comer, que nenhuma outra bemaventurança sabem desejar; prégar a estes, é prégar em deserto ás pedras" (NÓBREGA, 1931, p. 229).

E mais:

Se tiveram rei, poderão se converter, ou se adorarão alguma coisa; mas como não sabem, que cousa é crêr, nem adorar, não podem entender a prégação do Evangelho, pois ella se funda em fazer crêr, e adorar a um só Deus, e a este só servir; e como este gentio não adora a cousa alguma, nem crê em nada, tudo o que lhe dizeis se fica em nada (NÓBREGA, 1931, p. 229).

A tensão entre o mundo concreto e o idealizado pelos cristãos europeus mostrou-se algo de difícil encaminhamento. Para Nóbrega (1931, p. 233), "todo homem é uma mesma natureza, e todo póde conhecer a Deus, e salvar sua alma". A fundamentação de seu pensamento estava alicerçada na lógica do direito natural. Conforme Herdada (2000, p. 535), o direito natural ao demandar da dignidade humana é, por natureza, universal, não sendo, portanto, possível particularizá-lo. Por ser um direito comum universal é reduzido a enunciados racionais universais. No entendimento dos cristãos colonizadores, portanto, o "homem de direito" é aquele que possui a "natureza" que permite conhecer o Deus cristão e tudo aquilo determinado pelo cristianismo.

Este ser abstrato, no entanto, não encontrava referência material entre os povos nativos, resultado de outras experiências sócio-históricas. Daí a recorrente “frustração” dos missionários cristãos com a catequização:

Da parte do gentio, digo, que uns e outros tudo são ferro fio e duro, e que quando os Deus quiser metter na forja, logo se converterão esse, estes na fragoa de Deus, ficaram para se metterem no fogo por derradeiro; o verdadeiro ferreiro senhor do ferro, o sabe o porque, mas do aparelho de sua parte, tão máu o têm estes, como o tinham todas as outas gerações (NÓBREGA, 1931, p. 244).

Desse modo, estavam os povos nativos entregues à cruz e à espada. Por um lado, a submissão ao cristianismo era condição para serem reconhecidos pelos colonizadores; por outro, a não aceitação da cristianização poderia resultar, como foi, de fato, recorrente, nas atrocidades das “guerras justas”⁹ ou em outros tipos de violência praticadas em nome da civilização promovida pelos colonizadores.

A centralidade e relevância desta tensão entre serem ou não os povos chamados de bestiais passíveis de “tornarem-se” humanos reverberou durante os séculos seguintes. Na segunda metade dos seiscentos, em um momento em que a colonização luso-brasileira avançava sobre territórios tapuias e outros no Sertão, o padre Antônio Vieira dedicou-se, em sua última obra escrita, *Clavis Prophetarum*, as questões dos povos tapuias. O interesse de Vieira ia em direção semelhante ao que motivou as reflexões do padre Manoel da Nóbrega em meados do século XVI, porém Vieira apresentou uma alternativa, até então inédita, para “incorporar” os povos tapuias ao “Quinto Império”, a conjunção entre o império português e o império divino (MANDUCO, 2005). Tratava-se de admitir que, mesmo padecendo de uma ignorância praticamente insuperável tanto da lei natural como de Deus, aqueles povos também teriam “direito” à salvação.

O entendimento de Vieira é que os povos tapuias padeciam do pecado filosófico, ou seja, de “[...] um acto que disconvém à natureza racional” (CASNEDI, 1953, p. 177). Este era contrário ao pecado teológico, portanto mortal, que significava a “[...] transgressão livre da divina Lei” (CASNEDI, 1953, p. 177). A justificativa apresentada por Vieira refere-se a dificuldade e mesmo a impossibilidade de missionar junto aos tapuias. As experiências relatadas pelo jesuíta revelavam uma situação de constante tensão entre aqueles nativos e os colonizadores, “pois a educação que dão os pais aos filhos, ainda na mais tenra idade, é induzi-los para os furtos, homicídios e tomarem vingança, e se nutrirem da carne humana, e a se exercitarem em tudo quanto é obscenidade”, escreveu Casnedi (1953, p. 181) sobre as conclusões de Vieira sobre os tapuias.

Restava, desse modo, a diligência dos homens da fé. Só o esforço de cristianização,

⁹ Sobre este tema ver MARQUES (2014) e Darke & Khan (2021).

no entendimento Vieira, poderia afastar aqueles povos de seus costumes e práticas tradicionais e históricas e, com isso, levá-los a serem incorporados à colonização:

Quando, contudo, quisermos falar dos Tapuias americanos como verdadeira e realmente são, devemos afastar deles toda a espécie de deus e de ídolos que os teólogos reconhecem em todos os homens geralmente, e substituir em seu lugar outras espécies muito diversas, como próprias e acomodadas à incomparável estupidez de que são possuídos. Porque muito há que não só não conhecem o verdadeiro Deus, porém também não se ocupam com religião alguma, nem ainda falsa como seja cultivando ídolos, invocando-os, sacrificando-lhe e pedindo-lhes vénia (CASNEDI, 1953, p. 180).

Disso Vieira (1951, p. 75) conclui: [...] “quanta importância seria para a conservação e aumento desta nova conquista de Cristo ter pacificadas e quietas as nações bárbaras de Tapuias”.

O que propôs o padre Antônio Vieira longe estava de condizer com o que ocorria nos conflitos em que os povos nativos lutavam para defender os seus territórios e as suas próprias existências ante o avanço da colonização, tanto quanto como os próprios colonizadores representavam estes povos. A “imagem” dos tapuias estava preponderantemente associada ao que de pior poderia existir no comportamento humano, pois eram representados como os “bárbaros mais bárbaros que os bárbaros”.

O padre Simão de Vasconcelos, em um livro publicado em 1663, *Chonica da Companhia de Jesu*, em meio a exposição de uma série de aspectos que seriam próprios dos tapuias, afirmou: “He esta gente dos Tapuyas a mais vagabunda de entre todas” (VASCONCELOS, 1895, p. 87), pois não têm residência fixa. Possuíam cerca de cem línguas diversas e uma população superior à da Europa no período. “São inimigos conhecidos de todas as mais nações de Índios: com estas, e ainda com algumas das suas, trazem guerras continuas” (VASCONCELOS, 1895, p. 88).

Mesmo entre os holandeses, muitas vezes auxiliados pelos tapuias em suas contendas, sobretudo contra os portugueses (BARLÉU, 1940, p. 260), as representações feitas daqueles povos se assemelhavam às produzidas pelos colonizadores portugueses. O holandês Gaspar Barléu (1940, p. 60-61) descreveu vários aspectos que seriam peculiares aos tapuias. Destacou, entre outros, o permanente estado de guerra em que viviam com os portugueses e com outros povos nativos, o que resultava, por serem antropófagos, aterrorizarem aos outros bárbaros e também aos portugueses, “pela sua fama de crueldade” (BARLÉUS, 1940, p. 260). Destacou ainda que “Mostram uns aos outros inimizades encarniçadas, acima do que permite a humanidade ou o ódio: nada é vergonhoso ou feio para aquele que deleita a vista com os males dos adversários” (BARLÉUS, 1940, p. 261).

As diferentes proposições e formas tanto dos agentes da colonização, sobretudo dos colonizadores em nome da Coroa lusitana ou por interesses privados e dos religiosos

cristãos para “incorporar” os tapuias e o Sertão à sociedade colonizadora que se formava, esbarravam na vigorosidade como os povos tapuias e outros agiam e reagiam para defenderem os seus territórios e suas formas de organização social. Embora a escravização e o extermínio daqueles povos tenham ocorrido em grande escala, também é evidente que os tapuias não foram plenamente submetidos aos colonizadores e suas participações na composição da sociedade brasileira foram sendo feita paulatinamente em processos ainda pouco conhecidos.

OS TAPUAIS E O SERTÃO

A partir de meados do século XVII, quando o Sertão foi devassado pelo avanço colonizador, já estavam, em grande medida, consolidados as imagens, as representações e os discursos sobre os tapuias. Tais constructos fomentaram a violência provocada pelos colonizadores luso-brasileiros assentada na intensificação da busca por metais preciosos, na expansão das atividades pecuárias e outras, na avidez de potentados em ocupar territórios para exploração econômica e consolidação do poder político, na busca por novas almas para a cristianização, na necessidade de consolidação do domínio lusitano no interior do Brasil (SILVA, 2021), entre outros. Tratava-se de um segundo momento, em larga escala, em que os povos denominados de tapuias tiveram seus territórios invadidos, com todas as suas consequências, por forças estrangeiras. O primeiro foi a ocupação, sobretudo do litoral do que hoje são as regiões Nordeste e Sudeste pelos povos do tronco étnico-linguístico Tupi-Guarani.

O projeto colonizador de ocupação sistemática do Sertão eclodiu a pretexto das contraofensivas militares feitas às invasões dos povos nativos denominados tapuias ao Recôncavo Baiano e áreas litorâneas próximas. Ironicamente tal empreitada foi subvertida pelo colonizador e denominada de Guerra dos Bárbaros. Teve início em 1651 e foi encerrada no último ano da segunda década do século XVIII. A interpretação feita pelo colonizador resultava, grosso modo, do entendimento de que aquela guerra significava uma ação deliberada dos povos nativos do Sertão contra a colonização. Na perspectiva dos povos nativos, guardadas as suas singularidades e particularidades, considerando que foram diferentes sociedades nativas por diferentes interesses que participaram daquele conflito, significava a luta pelo território e, conseqüentemente, pela existência.

O estopim daquela guerra foi o apelo por socorro feito por moradores de vilas e de povoações em contenda com os povos nativos. Dado a recorrência foram organizadas as Jornadas do Sertão. Para isso, mobilizou-se tropas e recursos tanto do Estado colonial como de particulares. Na guerra contra os tapuias que “oprimiam” as freguesias do

Sertão, como informou o Conde de Caltelmelhor¹⁰, então Governador Geral do Brasil, destacou-se, como era recorrente durante o período colonial, a significativa presença de contingentes de nativos guerreiros, os denominados flecheiros. Para aquela jornada, Pedro Gomes, então sargento-mor da Bahia, deveria fornecer seiscentos nativos¹¹; Garcia D’Ávila, da Casa da Torre, deveria empregar “[...] todos os índios e mestiços das aldeias desta capitania”. E que “[...] os arme de frecharia e tenha prompts para todas as horas que lhe for aviso...”¹²

A conflagração daqueles conflitos entre os povos nativos tapuias e os colonizadores, desde o primeiro ano da sexta década do século XVII, pode ser apreendido como um dos eventos decisivos da formação da sociedade brasileira. Decisivo, porque além do extermínio de sociedades nativas, a Guerra dos Bárbaros, em seu conjunto, modificou significativamente as dinâmicas sócio-históricas do Sertão. Os povos sobreviventes foram sendo incorporados, voluntária e/ou involuntariamente, à sociedade colonizadora brasileira. Tratou-se, enfim, de uma expressiva campanha de colonização do Sertão. Puntoni (2002, p. 13) afirma que a Guerra dos Bárbaros, “marcou o destino da América portuguesa e das civilizações indígenas que resistiram à sua expansão”

No Recôncavo Baiano, além das Jornadas do Sertão, ocorridas entre 1651 e 1656, também houve a Guerra do Orobó, entre 1657 e 1659 e a Guerra do Aporá, esta de 1669 a 1673. Um segundo ciclo de conflitos ocorreu nas Guerras do São Francisco, a primeira entre 1674 e 1679, na região do Rio Salitre, e a segunda entre 1684 e 1689, no curso médio daquele rio, próximo ao Rio Verde (SILVA, 2021, p. 278-279)¹³. E o terceiro ciclo foi a Guerra do Açú, entre 1687 e 1720.

Entre as diferentes sociedades nativas que participaram estavam os Maracá, os Tupin e os Paiaias nas Guerras do Recôncavo; os Anaió nas Guerras do São Francisco e os Cariri e os Tarairiú, estes subdivididos em: Janduí, Ariú, Corema, Panati, Genipapo, Icó, Caboré, Caratiú, Pega, Paiacú, entre outros, nas Guerras do Açú¹⁴. Em comum carregavam, em suma, os estigmas resultados dos conflitos e tensões tanto como os povos Tupi-Guarani

10 Carta para o capitão Garcia D’Ávila em 22 de maio de 1651. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional (doravante: DHBN), v. 3, p. 108-109, 1928.

11 Carta do Conde de Attouguia para o sargento maior, Pedro Gomes, em 1654 (dia e mês não registrado) (DHBN, v. 3, p. 225-227).

12 Carta do Conde de Attouguia para o capitão Garcia D’Ávila em 19 de outubro de 1654 (DHBN, v. 3, p. 228).

13 Puntoni (2002) e outros autores tomam a Guerra no São Francisco, ou mais especificamente a Guerra do Salitre (1674 a 1679) como parte das Guerras do Recôncavo. Não faz menção aos conflitos entre Anaió e colonizadores, entre 1684 e 1689, em outro trecho do Rio São Francisco.

14 É importante destacar a dificuldade em se definir exatamente quais foram estas sociedades nativas que participaram da Guerra dos Bárbaros dado a falta de precisão das fontes primárias. O padre Miguel de Carvalho, em 1697, identificou trinta e sete sociedades tapuias distintas em luta contra os colonizadores no Sertão do Piauí: Araoquize, Carapotanga, Aroquanguira, Nongazé, Precati, Acuruá, Bocoreima, Cupequacá, Cupicheré, Gutamé, Goiá, Anicuás, Aranhê, Goará, Corerá, Aititeteu, Abetirá, Beirté, Macamasus, Tramambé, Anassú, Alongás, Aruá, Ubate, Meatá, Janduí, Icó, Ariú, Corsia, Araiê, Acumê, Coaratize, Jaicó e Cupinharó. Outros apelidados de rodeleiros, beíquidos e lanceiros (ENNES, 1938, p. 387-389).

como com os colonizadores luso-brasileiros.

Essa “imagem” de inimigos da colonização, de condição extrema de barbárie, ou seja, de “bárbaros mais bárbaros que os bárbaros”, foi amplamente utilizada para justificar não apenas a guerra contra as diferentes sociedades classificadas de tapuias, como também para respaldar todo tipo de violência contra aqueles povos, inclusive a morte por degola. Em fevereiro de 1662, o então Governador Geral do Brasil, Francisco Barretto, ordenou ao Capitão-mor da “entrada” ao Sertão, Thomé Dias Laços, para “castigar o Gentio Barbaro que desce a offender os moradores do Reconcavo desta cidade, e Villas da Capitania dos Ilheus”, que

usará de todos os meios que o tempo, a occasião, e a providencia dispuzer mais uteis, a prisional-os quando não queiram resistir a nossas armas; porque resistindo os degollarão a todos, e captivarão as mulheres, e filhos e queimará as Aldeias. Mas quando a sua sagacidade os obrigue a dissimular quererem antes paz comnosco, nesse caso, conhecendo-se pela informação que tirar secretamente de serem elles os que descem ao Reconcavo (de que fará juridicamente um assento pelo escrivão que leva, em que se firmem todos os Capitães e Officiaes, e mais pessoas que tiverem noticia dos ditos Barbaros) os segurarão com toda a cautela, e benevolencia e se poderá matar-lhe os principaes, e prisionar todos com mulheres, e filhos o fará. E não podendo degollará todos, excepto os meninos e mulheres, que prisionará, e trará a esta praça¹⁵.

Ao que tudo indica essa foi uma orientação comum, seja ela oficial, ou não, quanto às ações das tropas que invadiram o Sertão naquele período. Na década seguinte, mais especificamente em 1674, o frei francês, Martinho de Nantes, testemunhou um desses atos bárbaros realizados pelos colonizadores luso-brasileiros. Depois de alguns dias de perseguição aos Anaió, as tropas lideradas por Francisco Dias D’Ávila os alcançaram em um lago próximo aos Rios São Francisco e Salitre¹⁶. Conforme Nantes (1979, p. 53),

Estava quase sem armas e morto de fome. Renderam-se todos, sob condição de que lhes poupasssem a vida. Mas os portugueses, obrigando-os a entregar as armas, os amarraram e dois dias depois mataram, a sangue frio, todos os homens de arma, em número de quase quinhentos, e fizeram escravos seus filhos e mulheres.

Em outro momento, em março de 1688, o Governador Geral do Brasil, Mathias da Cunha, ordenou ao Capitão-mor da guerra contra os Gentios na Capitania do Rio Grande, Manuel de Abreu Soares, que

Vossa Mercê dirija a entrada e guerra que ha de fazer aos Barbaros como entender que possa ser mais offensiva degollando-os, e seguindo-os até os extinguir, de maneira que fique exemplo deste castigo a todas as mais nações que confederadas com elles não temiam as armas de Sua Magestade que considero victoriosas indo a cargo de Vossa Mercê. [...] que os prisioneiros

¹⁵ Regimento que levou o Capitão Thomé Dias Laços na jornada a que é enviado ao Sertão em 14 de fevereiro de 1662 (DHBN, v. 5, p. 338-341, 1928).

¹⁶ Grafado “Desalitré” por Nantes (1979, p. 52).

nesta guerra seriam escravos daquelles que os captivassem, assim como este é um grande estímulo para o gosto dos soldados, é muito importante o reparo que Vossa Mercê deve fazer em não consentir que deixem de degollar os Barbaros grande só por os captivarem, o que principalmente farão aos pequenos, e as mulheres de quem não pode haver perigo, que ou fujam, ou se levantem¹⁷.

A campanha das forças colonizadoras contra os povos nativos reduzidos à condição de tapuias, ou seja, de inimigos que não se rendiam à cristianização e, em consequência, à colonização, mobilizou tanto recursos materiais como simbólicos. Embora tenha ocorrido de forma localizada e por diferentes motivos em várias partes do Norte do Estado do Brasil e também no Estado do Maranhão-Grão Pará, pode ser atribuída a aquela empresa belicosa a lógica de uma campanha sistematizada dos colonizadores luso-brasileiros contra os povos nativos. Primeiro, por ser promovida por iniciativa dos Estados coloniais luso-brasileiros nos trópicos em parceria com forças particulares e religiosas. Os conselhos de guerra, por exemplo, foram recorrentemente utilizados para oficializar as práticas a serem empregadas pelas tropas colonizadoras contra os povos nativos. Segundo, a reprodução do imaginário negativo dos tapuias, os bárbaros mais bárbaros que os bárbaros, foi tomado como aspecto “legitimador”, na perspectiva dos colonizadores, para se promover as campanhas valendo-se de extrema violência, como se manifestava na autorização para a prática de degola daqueles que lutavam para proteção de seus territórios, de suas culturas e de suas próprias existências.

O Sertão foi revolvido. A partir daquelas cerca de sete décadas de conflagrações extremamente violentas, a colonização luso-brasileira penderia para o interior do Brasil para não mais retornar. A custa de dezenas de milhares de vidas, o Sertão foi sendo incorporado à colonização. As tensões entre aqueles povos nativos, ocupantes milenares daquelas plagas, e os invasores foi sintetizada, em 1691, por um cronista anônimo. Para ele,

[...] esta nação dos tapuias é como um muro com que o demônio impede a entrada dos pregadores evangélicos no interior do sertão, em que os mais gentios da América, quietos, vivem aldeados em seus territórios, de suas sementes e lavouras, [com] própria disposição para a recepção do Evangelho e [para] serem instruídos na doutrina da fé (PUNTONI, 2002, p. 71).

A percepção deste “cronista anônimo” estava alinhada com o imaginário construído até aquele momento sobre os povos denominados de tapuias:

Praticamente esta nação dos tapuias, em todos os tempos e idades, como consta da tradição do mesmo gentio, foi sempre o inimigo comum e adversário de todas as outras nações da América, qual lobo entre as ovelhas, e com a mesma sede insaciável de estragar e beber-lhe o sangue, e horrível monstro da natureza humana, como o descreve o pe. Vasconcellos no Livro 2, §8 (*hic*

¹⁷ Carta para o Capitão-mor, Manuel de Abreu Soares, sobre a guerra do Gentio do Rio Grande em 14 de março de 1688 (DHBN, v. 10, p. 275-276, 1929).

verbis), um tapuia, corpo nu, couros e cabelos tostados de injúrias do tempo, habitador das brenhas, companheiro das feras, tragador de gente humana, armador de ciladas, um selvagem, enfim, cruel, desumano, e comedor de seus próprios filhos, sem Deus, sem Lei, sem Rei, sem pátria, sem república, e sem razão. Isto posto, quem dirá que está privado dos privilégios da lei, e que não está incurso em todas as posturas que condenam um homem injusto a perpétuo cativo? (PUNTONI, 2002, p. 71).

O “muro do demônio” foi (ou ainda é) um lugar de fronteira. Nele, tensionavam, por um lado, a força dos povos nativos em defesa de seus territórios e de suas culturas milenares, por outro, o avanço colonizador em busca da unificação do território e da instituição de uma sociedade dominada pelo Estado colonial e por forças privadas sob o manto do cristianismo católico. Na prática caracterizava o impasse que já se ensaiava desde o início da colonização: a realização de uma sociedade colonizadora unificada em um território milenarmente marcado pela diversidade de formas de organizar as sociedades.

Se as campanhas dos colonizadores, na Guerra dos Bárbaros, cessaram no final da segunda década do século XVIII, ao menos quanto às dinâmicas que envolviam os pactos entre os Estados coloniais, a igreja e as forças colonizadoras particulares, as tensões próprias dos conflitos envolvendo os diferentes povos nativos tapuias que sobreviveram a sanha colonizadora e estes perduraram ainda por um longo período, ou possivelmente ainda perdure. Há questões ainda não respondidas e seguramente outras tantas ainda não identificadas sobre a participação dos povos nativos tapuias na formação da sociedade brasileira. Desvelar estas histórias é também desvelar quem efetivamente nós somos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A invenção do inimigo foi uma das mais, senão a mais eficiente tecnologia produzida pelos colonizadores europeus para ocupar o continente denominado América. Não apenas determinou clara e explicitamente quem deveria ser aceito ou não pela colonização, definindo os que seriam combatidos e, no mais das vezes, eliminados, como também foi um dos instrumentos mais eficientes para impor a cultura ocidental/europeia no mesmo movimento em que as culturas dos povos nativos eram não apenas negadas, como seus modos de conhecer, de produzir conhecimento, de criar imagens, símbolos, perspectivas e significações, bem como seus recursos e instrumentos de expressão foram violentamente reprimidos (QUIJANO, 1992, p. 12). Tratava-se, na prática, da colonização do imaginário como condição para também realizar o domínio material.

Seus efeitos perpassaram estes mais de cinco séculos de colonização. Se é possível afirmar, como atesta Quijano (1992, 2005a, 2010), que o colonialismo, como um sistema de domínio político-administrativo, em que países europeus dominaram territórios e

gentes e estabeleceram instituições neste continente, foi superado em quase todos os países da América Latina no século XIX, outros tipos de domínio foram instituídos e continuam em voga e em certa medida vigorosos. Trata-se da colonialidade, padrão de classificação e hierarquização social, e da modernidade, padrão de poder que legitima o mundo e a racionalidade ocidentocêntricos (Europa ocidental, primeiramente, e depois também os Estados Unidos da América) como centros de um poder de alcance mundial, considerando que aquele universo ocidental significa “[...] o momento e o nível mais avançados no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie” (QUIJANO, 2010, p. 86).

A sociedade brasileira tanto quanto as outras deste continente que surgiram com a colonização foram inventadas no âmbito da colonialidade/modernidade, tomadas como as duas faces de uma mesma moeda (MIGNOLO, 2002, p. 80; QUIJANO, 2005b, p. 26). Ou seja, como um padrão de poder em que as elites brancas de alguns poucos países europeus e depois também os seus descendentes dominaram vastos territórios e inúmeras sociedades a partir de uma pseudo-superioridade civilizacional.

A invenção dos inimigos tanto assentava-se na lógica da colonialidade, como na lógica da modernidade. Primeiro, se evidenciava no bojo das classificações e hierarquizações sociais a partir do estabelecimento de uma radical distinção entre os europeus e os demais povos, fundado no dualismo cristão/bárbaros (povos bestiais), e depois por inúmeros outras estruturas ideológicas, sempre na perspectiva do primitivo/selvagem ao “civilizado” e do universalismo, um padrão de sociedade de alcance planetário referenciado na civilização cristã/capitalista europeia.

Quanto Capistrano de Abreu na década de 1870 e Manoel Bomfim, em meados da primeira metade do século XX trouxeram à baila, diferentemente do que era hegemônico naquele momento, a centralidade dos povos nativos na formação da sociedade brasileira, lançava-se luzes na necessidade de também questionar esta estrutura de poder que criou nossa sociedade, o que inclui fundamentalmente as tecnologias de invenção do inimigo. Como insistiu Abreu (1916), o Sertão, a partir de meados do século XVII, e os tapuias possibilitavam não apenas a elaboração de novas perguntas, como fundamentalmente novas respostas que nos ajudariam a melhor compreender quem nós somos e como nos organizamos como sociedade.

A reprodução acrítica do vocabulário colonial/moderno, aquele (re)inventado a partir da colonização deste continente seguramente não é suficiente para lidar com a pluralidade que nos caracteriza como sociedade. Se a cruz e a espada materializaram as visões e ideologias sobre os povos nativos produzidas pelos colonizadores, a ponto de transformarem os povos apelidados de tapuias em os “bárbaros mais bárbaros que os bárbaros”, capazes de erguer o “muro dos demônios”, o que pulsava no Sertão e que efetivamente nos trouxe até aqui também vibrava em histórias milenares, em modos próprios

de estar no mundo, em cosmopercepções próprias deste gigantesco caldeirão de culturas e formas complexas de lidar com a vida.

A pretexto de se voltar para os horizontes abertos pela perspectiva de recuperação da importância dos povos nativos tapuias e outros para a formação da sociedade brasileira, germe da decolonialidade, concordaríamos, enfim, como Walter Mignolo (2016, p. 168) quando afirma que “[...] compreender o passado incide na forma como falamos o presente. Falar o presente implica intervenção política e epistemológica no passado”. Isto demanda tanto a necessidade de genealogias que superem os reducionismos das “histórias dos vencedores”, como novos lócus de enunciação elaborados por um vocabulário pluriversal em que os sentidos de “bárbaro”, por exemplo, estejam efetivamente referenciados em vestígios históricos e nas múltiplas perspectivas dos diferentes sujeitos da história.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos da história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, João Capistrano de. Carta a João Lúcio de Azevedo, comunicando haver encontrado na Biblioteca Nacional alguns manuscritos sobre Vieira e sobre os sertões de S. Francisco, e pedindo-lhe uma lista dos documentos perdidos no naufrágio de Gonçalves Dias. **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**: [s.n.], 14/09/1916. 4 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1298751/mss1298751.pdf. Acesso em: 27 fev. 2020.

ABREU, João Capistrano de. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro II. *In*: ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e estudos; crítica e história**: 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 17-24.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício conde de Nassau etc.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil**: movimento, cidadania e direitos (1970-2009). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação do Departamento de História. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2010. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6959/1/2010_PolienesSoaresdosSantosBicalho.pdf. Acesso em: 14 jun. 2020.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... V. II. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... V. VII. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... V. VIII. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1721.

BOMFIM, Manoel. **O Brasil na América Latina**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. 1º de maio de 1500. Portugal, Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 15, mç. 8, n.º 2, p. 1-14.

CASNEDI, Carlos Antônio. Resumo de Clavis Prophetarum. In: VIEIRA, Antônio. **Obras escolhidas**. Lisboa: Sá da Costa, 1953. v. IX.

CRUZ, Carlos Henrique Alves. **Tapuias e mestiços nas aldeias e sertões do Norte**: conflitos, contatos e práticas "religiosas" nas fronteiras coloniais (1680-1761). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/13356/Tese-carlos-henrique-alves-cruz.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 set. 2020.

DICCIONARIO PORTUGUEZ, E BRASILIANO: obra necessaria aos ministros do altar. Primeira parte. Lisboa: Officina Patriarcal, 1795.

DRAKE, Sacha; KHAN, Omar Phoenix. Coloniality, just war & carceral injustice in Brazil. **Punishment & Society**. v. 23, n. 5, p. 723-740, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/146247452111041849>. Acesso em: 10 jan. 2022.

DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ENNES, Ernesto. **As guerras dos Palmares**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Historia da Provincia Santa Cruz**: a que vulgarmente chamamos Brasil. Lisboa: Typographia da Academia real das Sciencias, 1858.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 15-36, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/gP7XnKYmBv9NTK49zHP35Yn/?format=pdf>.

JOLKESKY, Marcelo Pinho De Valhery. **Estudo arqueo-ecolinguístico** das terras tropicais Sul-Americanas. Tese (doutorado). Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21671>. Acesso em 12 out. 2020.

HERDADA, Javier. **Lecciones propedéuticas de Filosofía del Derecho**. 3. ed. Pamplona, Es: Ediciones Universidad de Navarra, S.A., 2000.

MANDUCO, Alessando. História e Quinto Império em Antônio Vieira. **Topoi**, v. 6, n. 11, p. 246-260, jul-dez./2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/MbBD-ZZx3ZG6BtkVMYsf4HXN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2021.

MARQUES, Gilda. Do índio gentil ao gentio bárbaro: usos e deslizes da guerra justa na Bahia seiscentista. **Revista de História**. n. 17, p. 15-48, jul.-dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/QGsHwtHMwvMXg3hhhvb5wfw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do nordeste do Brasil**. 5. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

MARTIUS, Carlos Frederico Pilippe. O estado do Direito entre os Autochtones do Brazil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. XI, p. 20-82, 1906.

MELATTI, Júlio. **Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais**. 1999. Disponível em: <http://www.julielatti.pro.br/notas/n-cgnt.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MIGNOLO, Walter. **El lado más oscuro del renacimiento**: alfabetización, territorialidad y colonización. Popayán: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. 1. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIRES, Fernando. **En nombre de la cruz**: discusiones teológicas y políticas frente al holocausto de los indios (periodo de conquista). Imprenta San Jose: DEI, 1986.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livres Docência). Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2001.

NANTES, Martinho de. **Relação de uma missão no Rio São Francisco**: relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. 2. ed. São Paulo. Ed. Nacional, 1979.

NAVARRO, João de Aspilcueta. Carta do padre João de Aspilcueta escripta de Porto Seguro a 24 de junho de 1555. *In*: PUBLICAÇÕES DA ACADEMIA BRASILEIRA. **Cartas Jesuíticas II** – cartas avulsas (1550-1568). Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931a, p. 146-151.

NÓBREGA, Manoel da. Diálogo do padre Nóbrega sobre a conversão do gentio. *In*: PUBLICAÇÕES DA ACADEMIA BRASILEIRA. **Cartas Jesuíticas I** – cartas do Brasil (1549-1560). Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931, p. 229-245.

POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Tese (Doutorado em Antropologia), Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2001. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280432/1/Pompa_MariaCristina_D.pdf. Acesso em: 29 jan. 2020.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros**: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

PUBLICAÇÕES DA ACADEMIA BRASILEIRA. **Cartas Jesuíticas I** – cartas do Brasil (1549-1560). Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-201992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 2 out. 2019.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**. v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005b. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/01.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil** (1500-1627). 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SILVA, Paulo Robério Ferreira; COSTA, João Batista de Almeida. Invenção da subalternidade: o não colonizado em representações dos tapuias produzidos por padres e cronistas do século XVI no Brasil. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**. v. 7, n. 1, p. 1-22, jan.-abr., 2021. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2177/1449>. Acesso em: 27 set. 2021.

SILVA, Paulo Robério Ferreira. A guerra esquecida: os Anaió e os colonizadores na Guerra dos Bárbaros, no Sertão do Rio Francisco, entre 1684 e 1688. **Faces da História**. Assis, SP, v. 8, n. 1, p. 264-284, jan./jun., 2021a. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1938/1794>. Acesso em 27 jul. 2021.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

URBAN, Greg. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro (Org.). **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras/FAPESP/SMC, 1992. p. 87-102.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brazil. **Revista do IHGB** (Revista Trimensal de Historia e Geografia), tomo III, p. 53-63, 1841.

VASCONCELOS, Simão de. **Chonica da Companhia de Jesu**: do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do Novo Mundo... Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1895. v. 1.

VESPÚCIO, Américo. **Novo mundo**: as cartas que batizaram a América. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

VIEIRA, Antônio. **Obras escolhidas**. Lisboa: Sã da Costa, 1951. v. V.

A HISTÓRIA INDÍGENA COMO ALTERNATIVA DE REELABORAÇÃO DAS HISTÓRIAS NACIONAIS

Liana Rayssa Mota Amorim
Soraia Sales Dornelles

Resumo: A relação entre povos indígenas e Estados-nacionais da América Latina vem passando nos últimos anos por momentos de muita tensão. Cotidianamente vemos em diversos canais de notícias reivindicação de movimentos originários por maior participação nas decisões coletivas, pelo respeito e conservação de seus territórios e, sobretudo, pela reformulação da história. Os povos indígenas pressionam a renovação não apenas da operação historiográfica, mas, principalmente, das memórias históricas resultantes dessa operação que muitas vezes lhes relegaram lugares subalternos, isto é, quando não foram totalmente invisibilizados. Perante a essas exigências que os movimentos de povos originários, dos Andes ao Cone Sul, fazem é que considerarmos que a História Indígena como um campo marcado pela interdisciplinaridade e compromisso com a visibilidade indígena potencializa o processo de reescrita das histórias nacionais do continente latino-americano. Especialmente quando através dela retomamos substituir por “os” processos de territorialização e estabelecimento de fronteiras étnicas. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é refletir sobre como uma produção historiográfica recente oferece subsídios para a reformulação das memórias nacionais, promovendo a historicização das atuações indígenas nos processos de construção nacional visto que, a fim de garantir unidade e coesão a sua existência, buscaram a homogeneização do espaço-tempo, deixando muitas vezes as noções espaciais e temporais originárias marginalizadas. Para tanto, selecionamos artigos de pesquisadores como Raul Contreras, João Paulo Peixoto, Mariana Dantas e Ingrid de Jong que se dedicam em seus respectivos trabalhos a pensarem a atuação dos povos nativos nos processos de construção das fronteiras, de guerras e contatos interétnicos.

Palavras-chave: História Indígena; Povos Indígenas; Estados-nacionais; América Latina.

Resumen: La relación entre los pueblos indígenas y los estados-nación en América Latina atraviesa momentos de gran tensión en los últimos años. Diariamente vemos demandas de movimientos originarios en varios canales de noticias por una mayor participación en las decisiones colectivas, por el respeto y conservación de sus territorios y, sobre todo, por la reformulación de la historia. Los pueblos indígenas presionan por la renovación no sólo de la operación historiográfica, sino, principalmente, de las memorias históricas resultantes de esta operación que muchas veces los relegó a lugares subalternos, es decir, cuando no eran totalmente invisibles. Ante estas demandas que hacen los movimientos de los pueblos originarios, desde los Andes hasta el Cono Sur, es que consideramos que la Historia Indígena como un campo marcado por la interdisciplinariedad y el compromiso con la visibilización indígena potencia el proceso de reescritura de las historias nacionales de la América Latina. continente americano. Sobre todo cuando a través de ella volvemos a los procesos de territorialización y establecimiento de fronteras étnicas. En ese sentido, el objetivo de este artículo es reflexionar sobre cómo una producción historiográfica reciente ofrece subsidios para la reformulación de las memorias nacionales, promoviendo la historización del accionar indígena en los procesos

de construcción nacional ya que, para garantizar unidad y cohesión a sus existencia, buscaban la homogeneización del espacio-tiempo, muchas veces dejando marginadas las nociones espaciales y temporales originales. Para ello, seleccionamos artículos de investigadores como Raul Contreras, João Paulo Peixoto, Mariana Dantas e Ingrid de Jong que se dedican en sus respectivos trabajos a pensar el papel de los pueblos originarios en los procesos de construcción de fronteras, guerras y contactos interétnicos.

Palabras-clave: *Historia Indígena; Pueblos Indígenas; Estados nacionales; América Latina.*

INTRODUÇÃO

Parafraseando John Manuel Monteiro (1995), as principais e mais enfáticas vozes, que gritam contra a negação do desaparecimento indígena no continente latino-americano, pertencem aos próprios indígenas. Através de novas formas de expressão política, os movimentos indígenas organizados reivindicam e lutam em prol da reconquista de direitos históricos.

O trecho parafraseado é datado do fim do século passado, naquela conjuntura já era necessário reconhecer a relevância das movimentações indígenas no cenário nacional, sendo possível perceber movimentos semelhantes em vários países do continente, além do Brasil. Fato que nos ficou ainda mais evidente na época em que estamos vivendo e que é o ponto de partida da reflexão pretendida aqui.

Atualmente, quando constantemente podemos acessar nas mídias - com maior frequência nas alternativas - notícias de contínuas mobilizações indígenas em todo continente, e também podemos contar com um maior número de pesquisadores interessados na temática indígena, a quantidade e a diversidade de questionamentos que têm como preocupação entender a relação das populações originárias e a formação dos Estados-nacionais aumenta significativamente.

Há pelo menos três explicações para esse fenômeno: o aumento demográfico das populações indígenas; o ativismo e organização política indígenas e, por último, a renovação e ampliação dos objetos e métodos da História e da Antropologia. A combinação desses elementos condiciona uma renovação de debates sobre os processos de construção de fronteiras, guerras e contatos interétnicos.

Identificando tal tendência de renovação é que selecionamos trabalhos das áreas da História e da Antropologia, a fim de entender as motivações e para quais potenciais caminhos esse momento histórico está conduzindo a produção científica.

Para tanto, dividiremos este texto em três partes, sendo a primeira responsável em explicar aquelas que indicamos como as duas primeiras razões para o fenômeno que sugerimos: o aumento demográfico, o ativismo e a organização das populações indígenas. A

segunda parte pretende explicar como funcionou a renovação e a ampliação dos objetos e métodos da História, promovida pela sua aproximação da Antropologia. Enquanto a última e terceira parte apresentará a seleção de alguns artigos científicos a fim de “ilustrar” o nosso debate. Sigamos!

RAZÕES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA

Por muito tempo acreditou-se que os indígenas estavam condenados ao desaparecimento. No tempo da conquista colonial as razões proeminentes para tal crença eram a vulnerabilidade desses indivíduos às inúmeras doenças trazidas pelos colonizadores e a superioridade bélica destes últimos. Com o processo de formação dos Estados-nacionais é possível acrescentar mais um elemento aos chamados mecanismos da conquista (ROMANO, 1995), a assimilação. Aqueles índios que não morreram por doença ou pela guerra, precisavam ser assimilados pelas emergentes sociedades nacionais.

A crença da possibilidade de assimilação foi fruto das ideias ocidentais que defendiam a humanidade como constituída por raças, sendo dividida entre raças superiores e inferiores. Sendo os europeus os representantes da raça superior, a branca. E, embora o processo de independências e de construção dos Estados-nacionais latino-americanos previsse, em uma dimensão ideal, alguma espécie de ruptura definitiva com as noções coloniais e opressoras representadas pelas suas antigas metrópoles europeias, a sobrevivência da colonialidade do poder relegou os indígenas a uma realidade desfavorável que perdura até os dias atuais.

Os contínuos processos de expansão territorial dos recém-formados Estados latino-americanos, quando não previam a destruição total, desejavam a transfiguração dos indígenas - que eles deixassem de ser índios. O processo civilizatório era considerado inevitável e também defendido por ciências, inclusive, a histórica.

Entretanto, apesar da condenação à extinção, nos discursos (científicos e religiosos) ou na realidade, quando os números indicavam decréscimo demográfico, o que se vê hoje em todo continente latino-americano é o crescente número de populações indígenas. Segundo documento produzido pela Cepal, em 2015, é possível contar mais de 826 povos indígenas na América Latina, sendo no Brasil mais de 305 povos, o que representa um crescimento demográfico significativo dessas populações nas últimas décadas.¹

O crescimento em um país como o Brasil significa muito e está intimamente ligada à melhora das condições de vida das populações indígenas, promovidas por políticas

¹ De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, no período de 1991/2000, o crescimento da população que se declarou indígena foi 10,8% ao ano, principalmente nas áreas urbanas do país. Além disso, a região Nordeste, muitas vezes lida como sem indígenas, pela ideia da miscigenação, também cresceu em número de povos indígenas, explicado pela emergência do processo da etnogênese. IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2012. Disponível: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf

públicas resultadas diretamente da luta e resistência indígena no país. O exemplo mais emblemático é a Constituição Federal de 1988, cujo processo de elaboração foi marcado pela presença de lideranças indígenas, resultando em um capítulo específico sobre os direitos indígenas no Brasil.

No contexto de reabertura política e de luta contra a ditadura, os indígenas vociferaram que apenas o restabelecimento democrático não era suficiente a nível individual, deveria ser coletivo e de respeito à pluralidade étnico-racial do país. Era necessário, portanto, o direito à autonomia e do reconhecimento dos indígenas como seres emancipados.

As décadas de 1960 e 1970 foram cruciais para a organização de movimentos indígenas ou de apoio aos indígenas no momento de reabertura política. Isso porque tais décadas representaram uma espécie de crise política, inclusive da que se dispunha a proteger a vida dos indígenas. A intensificação do regime de exceção que vivia o Brasil deixou mais evidente a ineficiência das agências indigenistas que existiam desde o início da República.

O Serviço de Proteção aos Índios, criado em 1910, sob a premissa rondoniana de “morrer se for preciso, matar nunca”, foi amplamente acusado de promover a fome, o espalhamento de doenças, tortura e escravidão indígena. No início da década 1960, instalou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os postos indígenas, que acabou por diluir o órgão indigenista, dando lugar à FUNAI (1967).

O conhecimento dessas irregularidades promovidas pelo SPI também foi mobilizador de diversos atores na luta em favor da pauta indígena. Além da participação óbvia dos indígenas, a participação de entidades, antropólogos e missionários também foi de extrema importância. Segundo Deparis (2007), as ações empreendidas por esses outros atores em conjunto com as populações indígenas condicionaram a emergência de lideranças indígenas, a exemplo de Ailton Krenak, um dos líderes da denominada UNI (União das Nações Indígenas).

A principal motivação da UNI era a organização e promoção de um movimento massivo capaz de fazer frente às dificuldades enfrentadas pelos interesses indígenas, ao promover seus interesses e a sua autonomia em harmonia com os anseios das comunidades indígenas do país.

Na década de 80, momento de grande atuação da instituição, em nível nacional e internacional, as suas ações em parceria a entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pró-Índio e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) foram de suma importância para o reconhecimento da legitimidade da representação indígena pela sociedade brasileira e os poderes constituídos. Um dos eventos significativos desse momento foi a eleição do primeiro deputado indígena, Mário Juruna, em 1982.

A ocupação de indígenas no Congresso Nacional e a visibilidade nos meios

mediáticos, apesar da má vontade do Governo Federal que era resistente ao reconhecimento de qualquer tipo de representação indígena que não fosse feita pelo seu órgão oficial (a FUNAI) foram importantíssimas para os direitos que hoje estão garantidos na Carta Magna brasileira.

Os debates promovidos por organizações como a UNI, às vésperas da Constituinte, foram fundamentais para reforçar entre os indígenas e a sociedade o compromisso de fazer daquele período um momento histórico. Vide o documento endereçado às comunidades indígenas de Domingos Veríssimo Marcos:

Companheiros indígenas do Brasil, muitos foram os desafios nacionais antes do dia 15 de março do ano que findou, a partir daí, iniciou-se uma nova fase da história do país. No momento, em todo o Brasil, toma corpo o debate sobre a próxima convocação da Assembleia Nacional Constituinte, prevista no corrente ano, requer-se do povo uma maior participação cívica. Espero que os companheiros indígenas reflitam sobre isso e se disponham a uma militância política cada vez mais intensa (MARCOS apud DEPARIS, 2007, p.110).

A conclamação da participação indígena, o conhecimento de experiências constitucionais anteriores e o suporte de muitas organizações, condicionou o funcionamento de movimentos habilidosos que possibilitaram, no Brasil, e em outros lugares da América Latina, a transformação das necessidades indígenas em temáticas constitucionais.

Simultaneamente às transformações ocorridas na Constituição brasileira de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, a mobilização global de povos nativos resultou no Convênio nº 169 sobre os Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o que fez com que as reformas constitucionais de vários países do continente latino-americano fossem impactadas por reivindicações indígenas, a exemplo da Nicarágua, Honduras, México, Peru, Paraguai, Panamá e outros.

Entretanto, apesar das inúmeras conquistas e avanços em prol das populações indígenas no continente, não podemos dizer que a luta acabou. Mesmo tendo seus direitos previstos por lei, os indígenas dos mais diversos países ainda enfrentam o peso da burocracia de Estados-nacionais que se estruturaram a partir da hierarquização social-política e da dependência econômica.

A dependência econômica resultado da conformação desigual do sistema capitalista, que entende a América Latina como seu “celeiro” particular e que faz com que o continente seja o principal fornecedor de commodities para as principais potências capitalistas, frequentemente pressionaram e pressionam as burguesias dirigentes para o atendimento de suas demandas.

As contínuas pressões das potências capitalistas, quase sempre desembocam em processos de expansão das fronteiras produtivas, incorrendo no arrochamento das fronteiras de territórios ocupados tipicamente por populações quilombolas, tradicionais e indígenas.

Esse arrojamento geralmente se evidencia a partir da criação de dispositivos legais, como foi o caso da PEC 215/2000, que pretendia transferir da União para o Legislativo a responsabilidade da demarcação de terras indígenas.²

Mesmo não se efetivando, a PEC 215 é imprescindível para compreender a tese do Marco Temporal. Uma das inúmeras propostas da PEC 215, a tese que voltou a ser rediscutida nos últimos tempos prevê que só teriam direito à demarcação os povos indígenas que pudessem comprovar a sua presença desde 1988 no território pretendido. De caráter inconstitucional, a tese reapareceu no ano de 2019, a partir da apresentação do Recurso Extraordinário 1.017.365, como manobra de ruralistas do estado de Santa Catarina, que entraram com um pedido de reintegração de posse por meio do Instituto do Meio Ambiente do estado. O pedido apresentado contra a FUNAI e o povo Xokleng, reivindica a área integrante da T.I. Ibirama-Laklãnõ.

Além de um atentado aos direitos previstos pela Constituição, os requerentes e defensores, pretendem que o recurso seja de repercussão geral, o que significa dizer que todos os processos de homologação futuros se baseariam, caso aprovada, na tese do Marco Temporal, que desconsidera os inúmeros deslocamentos forçados, perseguições, promovidas pelos poderes coloniais e pelo próprio Estado brasileiro.

Interessante notar é que a rediscussão reapareceu com tamanha intensidade apenas um ano após a eleição do governo Bolsonaro. Sem lhe atribuir a culpa exclusiva, os anos de seu governo são marcados por nenhuma demarcação em favor dos indígenas, o que está de acordo com a sua campanha eleitoral que constantemente dizia que não demarcaria nenhum centímetro a mais, operando por uma premissa que ainda é vigente, a de que no Brasil há “muita terra pra pouco índio”.

Não acreditando que a História simplesmente se repita, é curioso perceber como semelhante ao que foi no período anterior à Constituinte, o aumento e a constante ameaça aos direitos indígenas parece ter servido para deixar mais visível a articulação dos povos indígenas brasileiros, um sintoma disso foi a candidatura da atual líder da APIB, Sônia Guajajara à vice-presidência do país.

Junto ao candidato do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), Guilherme Boulos, Sônia Guajajara, em 2018, integrou a chapa “VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL”. No programa de governo da coligação é interessante notar o tratamento de alguns problemas do país como estruturais. Evocando memórias de momentos chaves da história do país, como o período colonial e o momento de repressão promovido pelo período de ditadura empresarial-militar. Como sugere o trecho a seguir:

² Os principais impactos da PEC 215, caso tivesse sido aprovada, seria a paralisação dos processos de demarcação de terras indígenas, além do aumento dos problemas ambientais. Já que a ocupação por empreendimentos como a mineração, hidrelétricas, oleodutos, gasodutos sem a consulta dos povos indígenas e a desconsideração às preocupações ambientais, intensificaram problemas como o desmatamento e a poluição das águas.

O que o Brasil precisa é de uma modificação estrutural de sua forma de governo que permita uma verdadeira incorporação dos povos aos processos de decisão e gestão. O aparato institucional criado após a ditadura não foi capaz de consolidar uma democracia entre nós. Superar esse fracasso histórico exige radicalizar a democracia. Precisamos defender as conquistas democráticas da Constituição 1988 e ir além. Uma revolução democrática feita por aquelas e aqueles contra os quais ergueram-se as cercas e as armas da Casa Grande.

O Brasil clama por uma revolução democrática que possa, enfim, saldar nossas dívidas históricas com o etnocídio e a escravidão. O poder da Casa Grande e seus privilégios só poderão ser derrotado por uma outra política, aquela que já é praticada e intuída nas ocupações de sem-teto e suas cozinhas coletivas nas aldeias indígenas com seu rico universo de saberes sobre a vida compartilhada; nas práticas de cuidado, na luta dos trabalhadores e trabalhadoras, na cooperação e autonomia que ligam ocupações, florestas, periferias - uma política vinculada aos saberes práticos da vida cotidiana, com o desejo de tempo livre, de festa e prazer (BOULOS; GUAJAJARA, 2018, p. 23 - grifo nosso).

A dívida histórica sugerida no trecho anterior sinaliza o entendimento da compreensão da importância da atuação política indígena, ao reconhecer uma noção que é muito cara às populações indígenas e que frequentemente é acionada como dispositivo em seus discursos contra as frequentes práticas arbitrárias e desrespeitosas dos Estados-nacionais frente aos seus direitos. A noção de etnocídio então se constitui como reveladora das inúmeras injustiças e violências que os povos indígenas sofreram em nome da homogeneidade da Nação. Eduardo Viveiros de Castro chama de “comissão de etnocídio” todas as práticas que funcionam junto a essa intenção deliberada da tentativa de destruição do espírito (a moral) de um povo.

Pelo peso dessa noção é que o acolhimento oficial do conceito etnocídio ainda caminha a passos lentos, já que os Estados nacionais resistem em admitir a sua parcela de culpa nas ocasiões em que as suas inações ou a abundância de políticas desembocaram em ações inequivocamente etnocidas. Tal relutância é especialmente óbvia no caso de países que foram antigas colônias europeias:

Aqueles países onde as populações indígenas pré-coloniais foram reduzidas à condição de minorias étnicas marginalizadas, definidas explicitamente como elementos residuais e vestigiais que *devem* (nos sentidos preditivo e prescritivo) ir-se dissolvendo no corpo homogêneo da “Nação”, têm-se mostrado particularmente recalcitrantes em admitir sua responsabilidade por ações etnocidas que não só balizam sinistramente sua história (ações muitas vezes transmutadas em feitos e momentos épicos da construção nacional, como são, em larga medida, inteiramente consubstanciais a ela (CASTRO, p.04).

Por isso a combinação de experiências, consciência histórica e política funcionam como importantes avultadoras de mobilizações indígenas em todo continente latino-americano. O Chile que desde 2019 passava por protestos contra o governo de Sebastian Piñera e tinha como objetivos a derrubada do modelo neoliberal e, sobretudo, a feitura de uma Nova Constituição, no segundo semestre do ano passado formou a Convenção Constitucional, que além de sinalizar um momento importante para o campo progressista,

significa uma vitória dos povos indígenas do Chile.

A Convenção que tem como liderança a professora Mapuche, Elisa Lincón, representa mais que nunca a importância da organização política indígena contra os desmandos recorrentes promovidos pela colonialidade de poder. As demandas indígenas que hoje são interpretadas como parte do processo de renovação da sociedade chilena são resultado de uma batalha que dura séculos, mas que no fim do século passado toma contornos imprescindíveis para o momento atual que vive o país.

Depois do golpe sofrido por Salvador Allende (1973), a implantação da ditadura Pinochet (1973-1990) significou muitos retrocessos aos direitos indígenas reconquistados até essa época, a exemplo da anulação da Lei Indígena nº 17. 729 e a promulgação do Decreto Lei 2.568 de 1979, que permitiu a divisão das comunidades indígenas em propriedades individuais.

Esta última permitiu a compra de territórios indígenas, favorecendo o avanço do projeto neoliberal de Pinochet, mas segundo Caroline Gomes (2017) também foi o cenário em que nasceu muitos militantes do movimento Mapuche, já que nesse momento estavam em perigo os últimos redutos de sociabilidade desde a Ocupação de Araucanía, sendo possível a destruição do tecido social comunitário Mapuche.

Além da tentativa de expropriação territorial e destruição, o Estado Chileno também foi responsável pela construção de uma imagem negativa dos povos originários, vide a aplicação da Lei Antiterrorista nº 18. 314/1984 aplicada contra integrantes e autoridades do povo Mapuche, em momentos reivindicação, como os ocorridos nos anos de 2001 e 2002, que foram realizados para reconhecimento de suas terras espoliadas.

A intenção de qualificar movimentos sociais indígenas como terroristas foi uma forma do Estado chileno silenciá-los, desobedecendo pela sua arbitrariedade os princípios de legalidade e de outros direitos e garantias fundamentais. Evidenciando que os principais, talvez os únicos, interessados em uma autonomia Mapuche são eles próprios que através de suas lutas podem continuar exercendo as suas liberdades e seus modos de vida.

Ou seja, as lutas indígenas, sejam no passado recente ou no presente, sempre funcionaram como alternativa de superação da colonialidade de poder. Além de possibilidade à superação do mito da nação hegemônica, fruto da modernidade ocidental, que como se sabe influenciou os processos de elaboração das historiografias nacionais.

A RENOVAÇÃO HISTORIOGRÁFICA E O CAMPO DA HISTÓRIA INDÍGENA

Não é novidade para ninguém a imprescindibilidade da História na formação dos Estados-nacionais modernos, ficou a ela a função de fornecer coesão e coerência a essas comunidades imaginadas, sob a percepção de que o tempo das nações do aqui e agora não

era mais um simples vínculo em uma corrente terrena, mas simultaneamente algo que sempre existiu e cujo cumprimento estaria no futuro (ANDERSON, 2008).

Desse modo, a História não cuidava apenas do passado, mas, sobretudo, da possibilidade de um futuro. Em uma época na qual as ideias de civilização e progresso eram as diretrizes, as raízes responsáveis por sustentar as comunidades imaginadas deveriam ser profundas e, principalmente, fortes. A força dessas raízes estariam conectadas diretamente a memórias, mas não quaisquer memórias, sendo por isso a seleção de eventos e indivíduos como monumentos da memória uma etapa importante para escrita historiográfica que se pretendia nacional e também científica, o que muitas vezes deixou turva algumas relações e as histórias de indivíduos que foram desconsiderados como sujeitos históricos.

Os povos indígenas, assim como boa parte dos povos não-ocidentais e outros grupos considerados minorias, como as mulheres, por muito tempo foram considerados sujeitos “a-históricos”, cabendo a eles lugares secundários, quando não simplesmente ignorados pelas narrativas históricas. O que como vimos não faz sentido algum, vide as razões apresentadas no tópico anterior.

Mas, a despeito de fazer sentido ou não, nos cabe aqui entender como o processo de formação dos campos científicos da História, a partir da identificação de conceitos e metodologias explicam o “apagamento” intencional das complexidades existenciais, sociais e culturais indígenas.

No caso da História, uma das primeiras concepções da qual podemos falar é a de fonte histórica. Desde que a modernidade exigiu do conhecimento histórico cientificidade, as fontes escritas foram eleitas como idôneas testemunhas da realidade, o que resultou na desconsideração de outros vestígios da existência humana como fontes. Desse modo, os povos originários do continente hoje conhecido como América Latina foram considerados como sem história, pois boa parte deles não tinham registros escritos. O que condicionou os “começos” das histórias desses povos à chegada dos homens ocidentais no continente, implicando na submissão de suas existências históricas à colonialidade.

O primeiro movimento em direção a isso foi a construção de uma alteridade genérica, os povos originários para os homens ocidentais que pretendiam colonizar o “Novo Mundo” foram denominados índios, tendo desconsiderada suas especificidades etnônimas, sociais, culturais e políticas. Na maioria das vezes, foram apreendidos a partir de dualismos que os dividiram entre: mansos e bravos; bons e maus. Todas suas relações foram submetidas às formas como se comportavam diante das estruturas coloniais, metodologicamente falando. Tendo suas relações de contato reduzidas ora às noções de uma eterna resistência - entendida exclusivamente a partir dos conflitos -, ora a um suposto primitivismo que desembocava inevitavelmente na sua assimilação.

O que endossou o famigerado pensamento de que “para os povos da infância não há

história: há só etnografia”. Levando que as culturas, identidades étnicas, relações culturais e várias outras temáticas relacionadas aos povos indígenas fossem analisadas deslocadas dos processos de mudanças históricas (ALMEIDA, 2010, p.15).

Entretanto com a atuação dos fatores comentados no tópico anterior e com a aproximação dos campos da História e Antropologia, num contexto de renovação historiográfica, isso se modificou, implicando no surgimento da atualmente denominada História Indígena que tem como objetivo principal a inclusão dos indígenas como sujeitos históricos.

A aproximação dos dois campos científicos tem a ver com o desenvolvimento do processo de elaboração da Nova História, no século XX, que foi marcada pela “guinada antropológica”. Segundo Antonio Paulo Benatte (2007), foi a chamada história das mentalidades que forneceu mais visibilidade para essa aproximação, já que tinha como tendência crescente o estudo de fenômenos culturais, estimulando assim a transmigração de métodos e modelos explicativos da antropologia.

O que desembocou em um processo de ampliação de fontes e temáticas no campo histórico. Mesmo que a Antropologia um dia tenha estado envolta nos princípios estruturalistas que dificultavam análises dos povos não ocidentais, já que eram sempre tidos com objeto de observação e estudo dentro de situações coloniais, o que dificultava a compreensão do protagonismo desses atores e suas coletividades (OLIVEIRA; QUINTERO, 2020).

Dessa forma, as mudanças no campo da Antropologia (das quais não entraremos em detalhes aqui, por não ser nosso campo de estudo e, principalmente, por não ser o nosso objetivo), juntamente com a abertura da História para as abordagens antropológicas possibilitou que no fim do século XX, surgisse um interesse emergente pela história das populações indígenas, configurando um desafio duplo para História.

Tal desafio implica em parte recuperar o papel histórico de atores nativos na formação das sociedades e culturas do continente, exigindo que se fosse além de uma atitude simpática aos índios - que os compreende como eternas vítimas que precisam ser protegidas. Sendo a outra parte, o repensar do significado da história a partir da experiência e da memória de populações que não registraram - ou registraram pouco - seu passado através da escrita.

É importante ressaltar que é possível estabelecer relação entre esse interesse com um outro também existente na década de 90, que foi o de repensar a História do período colonial, buscando superar o dualismo Metrópole *versus* Colônias que desconsiderava muitas vezes as complexidades das dinâmicas internas. Isso porque se limitava a entender o Brasil exclusivamente por meio das relações econômicas mercantilistas com a Europa, fosse pela acentuação de sua posição periférica, como pela ênfase do caráter único, singular e irredutível da sociedade colonial escravista.

Essa iniciativa de rediscussão da História Colonial fez com que surgisse a organização daquilo que ficou conhecido como a “Escola do Rio”, identificação que foi dada a geração de historiadores dos Anos 90, localizados no Rio de Janeiro que tinham como propósito uma nova leitura historiográfica sobre o Brasil Colônia.

Movimento que possivelmente influencia no desenvolvimento dos principais temas e problemáticas do campo da História Indígena no fim do século XX. Assim muitos historiadores especializados em História Indígena centralizaram a “recuperação” das agências indígenas no passado colonial, como tentativa de superar a ideia de que os povos indígenas eram somente “anteriores ao Brasil” e que a colonização significou os seus extermínios.

Porém, devemos assinalar que, mesmo longe de desprezar os avanços dessas produções, o esforço centralizado nos tempos da colônia resultou que outros períodos da história nacional “ficassem despovoadas” de indígenas, provocando um hiato histórico, dando às vezes a impressão de que a História Indígena estivesse localizada apenas em dois momentos principais: o passado pré-cabralino e a colonização do Brasil (séc.XVI - XVIII). Muitas vezes dificultando o interesse pelas agências indígenas em outros momentos históricos, como nos períodos imperial e republicano.

Felizmente, a centralização no passado colonial não impediu a elaboração de produções que têm como recorte temporal esses outros períodos. A exemplo de trabalhos datados do início da primeira e da segunda década do século XXI, como “Espelhos Partidos: Etnia, Legislação e Desigualdade na Colônia - Sertões do Grão-Pará (c. 1755 - c.1823)”, de Patrícia Melo (2000) e “A questão indígena e o Império: índios, terra, trabalho e violência na província paulista (1845-1891)”, de Soraia Dornelles (2017), assim como aqueles artigos por nós selecionados, que também exemplificam a extensão do recorte temporal e espacial no campo da História Indígena.³

Depois dessas observações, consideramos pertinente mais uma breve pontuação sobre o desafio duplo da História Indígena. Como já dito anteriormente, a inserção das noções antropológicas foram cruciais para o surgimento de novas temáticas na História. Antropologia e História se influenciaram mutuamente se dispondo a pensar sobre processos de mudança social e percebendo que seus objetos não eram imutáveis e nem rígidos.

Tal fato esteve intimamente ligado à ampliação da noção de cultura, promovida inclusive pela contribuição de historiadores como E.P. Thompson que julgava importante a consideração da historicidade da cultura, tendo a cultura produto histórico e dinâmico que está intimamente ligado com as experiências temporais.

³ Chamamos atenção que boa parte dessas produções responsáveis pelo alargamento espacial e temporal do campo da História Indígena foram inspirados e orientados, de forma direta e indireta, pelos autores e produções que centralizaram suas análises no período colonial. Portanto, o nosso interesse ao pontuar tal centralização não foi de desmerecer a produção, mas de alguma forma incentivar que futuros pesquisadores da temática indígena levem em consideração outros recortes temporais e espaciais.

Além disso, considerações antropológicas que chamavam atenção para a variabilidade de interações dos indivíduos com o sistema cultural, permitiu o entrosamento dialético entre a sociedade e cultura (ALMEIDA, 2010). Contribuindo isso, portanto, com o enriquecimento das fontes e das observações analíticas de ambos os campos.

AS PRODUÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Depois do exposto, cabe agora o que foi prometido, a apresentação da seleção de artigos exercida por nós. A partir deles nos interessa demonstrar como os trabalhos empreendidos por esses pesquisadores, que combinam métodos históricos e antropológicos, colaboram com a (re)elaboração do conhecimento sobre a atuação dos povos nativos nos processos de construção das fronteiras nacionais, de guerras e contatos interétnicos.

O primeiro artigo é de autoria do antropólogo chileno Raul Ortiz Contreras, intitulado “*Procesos de territorialización Guarani-Kaiowá y Mapuche: antecedentes histórico-descriptivos para una investigación comparativa*”. Nesse o autor tem como interesse ressaltar a relação entre os eventos históricos e a memória, comparando os processos de formação dos estados do Chile e do Brasil. Compreendendo que a relação dos eventos históricos e a elaboração de suas memórias influenciou diretamente nos processos de territorialização dos respectivos grupos (Mapuche e Kaiowá-Guarani).

Para tanto aciona o conceito de territorialização de João Pacheco de Oliveira Filho, entendido como uma intervenção da esfera política hegemônica que prescreve um território determinado a um conjunto de indivíduos e grupos sociais. O que não implica processos de modalidades unilaterais e cabalmente impositivos, já que tanto os Mapuches, quanto os Guarani-Kaiowá manifestaram suas identificações com os territórios. Manifestações identitárias encaradas por Ortiz como consequência de suas intensas relações interétnicas e intersocietárias.

Situando sua investigação no processo de formação do Estado, busca ressaltar o estabelecimento dos papéis formais permanentes de mediação das populações indígenas com o Estado e a reelaboração mútua da memória do passado. Não é à toa que no caso dos Guarani-Kaiowá repensa o processo de territorialização do grupo a partir da ideia de sua participação dentre um dos conflitos mais importantes da história brasileira, a Guerra do Paraguai.

A sua motivação em fazer isso está na identificação das primeiras fontes etnográficas produzidas, que que não os entendiam como grupo indígena propriamente dito ou distinto, muitos estudiosos apelaram à justificativa de que o etnônimo Kaiowá era somente um produto direto da dominação colonial, desconsiderando a identificação do povo com esta denominação.

O fato de não serem compreendidos como grupo distinto implicou que eventos importantes como o conflito entre Brasil e Paraguai, não fossem relacionados com os processos de territorialização desses povos, mesmo quando um número significativo de documentos da década de 1850 indicam que vários processos de demarcação de territórios destinados aos Kaiowá estavam em curso, sendo abruptamente interrompidos nos anos do conflito bélico entre os dois países.

Portanto, a Guerra do Paraguai podendo ser facilmente interpretada como um dos fatores que interferiu no processo de territorialização dos Kaiowá não foi lida assim, antes a historiografia brasileira quase não mencionou a participação de povos indígenas que viviam nas áreas de litígio do conflito, como os Kaiowá. Pouco considerando os possíveis impactos - passivo e ativos - que o conflito teve sobre este grupo que tinha consciência da brasilidade incipiente como observa Contreras:

La presencia de un ejército numeroso, por ejemplo debe haber sido una de las primeras representaciones concretas de un otro, llamado brasileiro, diferente al otro colonial, con la capacidad de movilizar un sistema complejo y jerarquizado para defender un objetivo específico hacia una identidad nacional (CONTRERAS, 2008, p. 123).

Fato que fica evidente pela disputa que envolvia a delimitação de fronteiras, pelas iniciativas de radicar o elemento brancos nas regiões entre o Brasil e o Paraguai, como forma de estabelecer postos militares para impedir a infiltração de estrangeiros. Tais aglomerados urbanos e militares, fomentados pelo estado brasileiro, tiveram implicações diretas na organização dos Kaiowá. Principalmente pela implantação do regime agroeconômico que explorava a erva-mate nativa da região, interferindo no Tekoha - forma de unidade territorial guarani.

É preciso ressaltar que para o autor essa interferência não significa necessariamente uma perda para os indígenas. Segundo ele, esses processos de transformação devem ser entendidos a partir do seu potencial de produzirem reinterpretações sobre o uso do espaço material e social. Claro, sem perder de vista que muitas dessas transformações ocorreram a partir de relações assimétricas.

É por essa assimetria também que o autor aproxima as vivências dos Kaiowá e dos Mapuche, ao notar que os grupos hegemônicos que pensavam a organização territorial, fator determinante para consolidação nacional, se ocuparam não só de alcançar os territórios de fronteiras - mormente ocupados por indígenas - economicamente, pelo alargamento, mas também de forma simbólica.

É o que evidencia o caso Mapuche. A imprensa foi substancialmente atuante em gerar o consenso sobre a necessidade de avanço para a região da Araucanía. Fazendo isso por meio da barbarização dos Mapuches, que antes da expansão do Estado chileno foram

importantíssimos para o imaginário da independência, conhecidos como os Heróis Araucanos. Deixando aparente que as identidades étnicas desses povos e a articulação delas não são imóveis e fixas, mas estão intimamente conectadas com os contextos históricos.

Inclusive os de guerra, eventos que muitas vezes foram interpretados como o fim de muitos grupos indígenas, se complexificados e analisados além de uma visão fatalista, podem colaborar com a compreensão de várias práticas, vivências que não foram simplesmente imputadas, mas sim originadas das dinâmicas desse tipo de contato.

É o que se observa no artigo “Não deixam de suspirar pela sua liberdade: motins de índios no Ceará e a formação do estado no Brasil”, João Paulo Peixoto (2019) chama atenção do leitor para a atuação indígena em um contexto superimportante para o Brasil, o da independência. Baseado em João Paulo Pimenta o autor (re)afirma que a independência do Brasil ainda nos é praticamente desconhecida em muitas partes.

Ao afirmar isso o autor não apenas critica a marginalização dos indígenas, promovida pela historiografia, mas também a desconsideração de espaços além do eixo Rio-São Paulo que são tão importantes quanto para a construção da História do Brasil, como o Ceará. Na época da independência, o estado se constituía como um lugar de disputas das ideias liberais- das Cortes portuguesas- e antilusitanas - fiéis ao projeto de D. Pedro I. Sendo uma província que buscava legitimar muitos projetos políticos próprios, mas não desconectados do debate nacional. Nesse trabalho João Paulo Peixoto busca tratar os dois problemas de uma vez só.

A relevância dos debates ocorridos no Ceará na conjuntura instável das primeiras duas décadas do século XIX e a relevante atuação indígena. A relevância da atuação política indígena sinaliza a necessidade de reconhecer que os povos indígenas nunca estiveram alheios às conjunturas história e neste momento em específico tinham consciência de como os debates da época envolviam o que entendiam como liberdade. Não sendo de nenhuma forma alheios aos debates da época que giravam em torno daquilo que entendiam como liberdade.

Segundo o autor, no início do século XIX, boa parte do contingente indígena habitava as povoações e vilas de índios pombalinas. A exemplo de Soure (atual Caucaia), Arronches (atual bairro da Parangaba, em Fortaleza), Messejana (bairro de Fortaleza), Monte-Mor Novo (atual Baturité) e Vila Viçosa (atual Viçosa do Ceará), os grupos que viviam nessas vilas e mais tantas povoações.

Após 30 anos de revogação do Diretório Pombalino - ainda atuante no Ceará - os indígenas de tais locais se encontravam na emergência de serem enquadrados em uma nova legislação, lhes levando a muitas incertezas acerca de suas liberdades, já que também tinham notícias que a Nova Constituição também levaria o rei de volta à Portugal, o que poderia significar mais violência contra suas vidas - considerando que eram aldeados.

O clima de tensão àquela altura implicou muitas vezes que os indígenas pegassem em armas, como em setembro de 1821, momento em que participaram de um levante de negros da povoação de Almofala. A participação indígena nesse levante teve pelo menos duas versões e apesar de não as detalharmos aqui, como modo de incentivar também a leitura do artigo, é preciso dizer que ambas as versões tinham em comum o receio de uma reação indígena.

Principalmente considerando que os indígenas da referida povoação se posicionariam de maneira firme diante da nova Constituição e de eventos políticos que ameaçavam a soberania de seu rei e sua própria segurança (COSTA, 2019, p. 492), servindo dessa maneira como mais um fator agravante da instabilidade política vivida pela província do Ceará.

Um outro levante indígena importante foi o de Maranguape. O conhecimento de seu acontecimento fornece mais força à observação já sublinhada por Maria Regina Celestino de Almeida, da necessidade de compreender as posições dos grupos indígenas ao longo da História, como intimamente ligados à compreensão de seus próprios passados e conforme as necessidades de seu presente. Entre outubro e novembro de 1821 houve alguns conflitos entre os moradores naturais [índios e outros que desempenhavam negócios de lavoura] de Maranguape, pelas razões da já mencionada instabilidade política e porque os moradores daquela região estavam tendo suas lavouras e terras invadidas por animais soltos dos extranaturais.

Em 27 de novembro, o governo dá algumas ordens para que os conflitos fossem evitados. As ordens eram para que os extranaturais respeitassem as propriedades indígenas, cabendo a esses últimos apenas o comunicado de qualquer infortúnio ao governo que tinha como objetivo “promover tudo quanto for a bem dos índios”. Entretanto, as ordens do governo não conseguiram dirimir os conflitos, as relações tensas entre os indígenas e não-indígenas deflagraram muitos eventos de encarceramento, principalmente dos primeiros. Fato que nos permite inferir que os índios de Maranguape tinham suas existências alocadas em fronteiras étnicas. Sendo em alguns momentos eram considerados elementos perigosos, em outros cidadãos - de segunda categoria, pela contínua hierarquização da sociedade.

A exemplo disso está o fato que, em 1823, quando na província do Ceará assumiu um novo governo, adepto da independência, o motivo que teria servido para prender os revoltosos de Maranguape - serem opositores aos portugueses - foi os que fizeram naquele ano serem soltos. O próprio governo cearense produziu um relato ao monarca contando como tinha sido injusta a prisão dos índios. O que terminou com a sua soltura e o atrelamento de suas lutas ao sentimento anti-lusitano daquela nova administração.

Demonstrando a importância das identidades étnicas e da análise sobre elas que permitem o entendimento de dimensões políticas e históricas em que se deram e se dão as

ações políticas indígenas, e como elas operam na formação das coletividades, promovendo dinâmicas de identificação e de diferenciação em momentos de contato.

No mesmo rumo, Mariana Dantas (2018), em seu artigo “Do aldeamento do Riacho do Mato à Colônia Socorro: defesa de terras e aprendizados políticos dos indígenas de Pernambuco (1860-1880)”, analisa o processo de formação de Riacho do Mato, na década de 1860, como resultado das reivindicações de populações indígenas que habitavam a região e que, desde o início do século XIX, tiveram participação intensa nas revoltas ocorrida na província de Pernambuco.

Segundo a autora, as revoltas da Insurreição de 1817, a Confederação do Equador (1824), a Guerra dos Cabanos ou Cabanada (1832-1835) e a Insurreição Praieira (1848-1849) contaram com atuação indígena. Seu argumento é que os indígenas notaram nesses conflitos uma oportunidade para defender seus anseios e necessidades, mesmo que parte deles tenham surgido no seio das elites.

Para exemplificar tal hipótese, a autora analisa o processo de criação do aldeamento de Riacho do Mato, acontecido no contexto das políticas imperiais do Regulamento das Missões de 1845 e a Regulamentação de Terras 1850. Nesse contexto salienta que ser identificado e se identificar como índio na segunda metade do século XIX ainda significava ter um lugar social e político diferenciado na hierarquia da sociedade imperial que implicava o acesso a direitos específicos, sendo o principal deles a manutenção das terras dos aldeamentos.

A proposta de formação do aldeamento tinha como objetivo a ocupação da Zona da Mata Sul, região que durante as revoltas armadas citadas acima serviu como refúgio para diversos grupos como os cabanos, praiheiros, pessoas escravizadas, mestiços e indígenas. A criação do aldeamento, em 1860, teve como líder o indígena Manuel Valentim, interpretado por Dantas como resultado dos aprendizados políticos que a sua comunidade adquiriu ao participar dos conflitos. Mostrando como a consciência política indígena foi importante para contrapor a política de extinção dos aldeamentos - a partir do questionamento da indianidade - instrumentalizada pelo Regulamento de Missões e a Lei de Terras:

Essa aparente contradição (oficialização de um aldeamento enquanto outros eram extintos contribui para o entendimento de que a situação das aldeias em Pernambuco variava a depender das dinâmicas locais vivenciadas entre índios e não índios e também da aplicação das leis do período relativas às questões fundiária e indígena (DANTAS, 2018, p.84).

Os indígenas da aldeia Escada que posteriormente, também integraram o aldeamento de Riacho do Mato, demonstraram habilidade em manobrar a legislação imperial que assim como a Pombalina tinha como objetivo a assimilação da indianidade pelo incentivo dos contatos interétnicos. Contestando a suposta assimilação inevitável - usada como

prerrogativa para expropriação de seus territórios naquele tempo e nos dias atuais - a partir da resposta criativa de defender um espaço coletivo.

Evidenciando a importância da ação política para a validação de seus interesses, e como agente primordial para criação e reafirmação do sentimento de comunhão étnica e da criação de identidades coletivas, questionando e desqualificando qualquer interpretação simplista que reduza os processos vividos pelas populações indígenas como “perda cultural”.

No mesmo compasso, a pesquisadora argentina Ingrid de Jong (2018) produziu o artigo de título “Guerra, genocídio y resistencia: apuntes para discutir el fin de las fronteras en Pampa y NorPatagonia”, no qual pretende discutir a agência indígena, a partir do entendimento que a ação indígena possui um fundo social e político, que conduz a interrogação como os indígenas se articulavam ou não com o Estado. Buscando a “*reconstrucción de la agencia indígena*” que não se reduz à condição de vítima diante as práticas genocidas, nem unicamente a um colaboracionismo deliberado.

Para tanto, Ingrid de Jong (2018) faz um levantamento conceitual e realiza alguns apontamentos explicando a implicação do uso dos conceitos de guerra e etnocídio nas análises sobre a expansão do Estado argentino sobre os territórios indígenas de Pampa, demonstrando os principais argumentos que favoreceram a sua utilização nas produções acadêmicas. Tais produções acadêmicas, vale ressaltar, estão inseridas num momento de reavaliação dos contextos de expansão e de colonização e podem ser divididas em grandes grupos de tendências.

A primeira tendência é marcada por uma reavaliação das práticas do Estado durante o desenvolvimento das campanhas do deserto e que atribui a máquina estatal a responsabilidade pelas práticas genocidas cometidas contra os povos indígenas. A segunda tendência discute as estratégias indígenas frente aos processos de submissão e ocupação territorial, centrando suas análises nas práticas de alinhamento indígena às forças do Estado argentino.

Esta última em particular pouco se deu a falar da resistência indígena, como modo de evitar as imagens de violência e ameaça que sempre foram relacionadas com as populações indígenas e que funcionaram (ou funcionam) como justificativa de práticas genocidas. Tal posicionamento acarretou que dentro das análises dessa segunda tendência não houvesse lugar para o indígena além do de vítima e fortaleceu a essencialização da separação entre “indígenas” e “civilizados”.

Mesmo essas duas tendências resultando em avanços para a historiografia argentina, uma nova agenda de trabalhos, da qual De Jong faz parte, surge como modo de “recuperar” a agência do sujeito indígena nos contextos coloniais - do século XV até as chamadas Campanhas do Deserto. Desse modo, problematizando as categorias conceituais de guerra e genocídio, a autora justifica a viabilidade de se pensar em “guerras assimétricas”,

permitindo a análise tanto o papel das políticas empreendidas pelos Estados-nacionais quanto a agência indígena, de maneira complexificada e conectada com os fundos sociais e políticos do contexto das “conquistas”. A partir de Feierstein (2007) compreende que:

las prácticas sociales genocidas son aquella tecnología de poder cuyo objetivo radica en la destrucción de las relaciones sociales de autonomía y cooperación y de la identidad de una sociedad, por medio del aniquilamiento, para el establecimiento de nuevas relaciones sociales y modelos identitarios (apud DE JONG, 2018.)

Mediante a essa concepção de genocídio é que ao analisar o contexto político-social da Conquista, De Jong nos permite averiguar a complexidade das relações entre os atores estatais e as populações indígenas, demonstrando as diversas modalidades de contato e interação entre esses contingentes.

Mesmo assumindo que as guerras coloniais promovidas pelos estados do Chile e da Argentina tenham dado fim ao controle territorial indígena e também aos vínculos políticos que desde os séculos XVII e XVIII garantiam respeito às autonomias indígenas. Dando como exemplo o caso de Calfucurá nos oferece a possibilidade de compreender as relações interétnicas, proporcionando uma visão panorâmica para além dos “términos”. Pois, ao contrário do que se pensa, nas décadas centrais do século XIX, a diplomacia fronteiriça se consolidou como principal laço político entre os cacicados dos Pampas y Norpatagonia e o Estado Argentino.

Foi o caso de Calfucurá, um dos mais importantes diplomáticos indígenas no século XIX, não só por conseguir estabelecer um tratado de paz com o governo de Juan Manuel de Rosas, mediante o benefício da proteção da fronteira de contra as incursões dos Ranqueles e de refugiados políticos opositores, mas também pela habilidade que teve de projetar a localização política de sua comunidade no campo indígena durante anos depois.

Calfucurá desenvolveu uma aliança ofensiva e defensiva que lhe permitiu sustentar a territorialidade de seu grupo no centro pampeano em função da expansão de alianças de amizade e reciprocidade que se estendiam desde as cordilheiras até a região da Araucania, que favoreciam no recebimento de alimentos, trocas comerciais, desde suas relações com o governo provincial, como também de outros grupos, inclusive indígenas. O que implicou na redução de conflitos intra-indígenas e no alargamento das relações pacíficas nas décadas centrais do século XIX.

Tipo de relação que favoreceu aos caciques, como o caso de Calfucurá fortalecer seu prestígio e manter alianças comerciais em grande escala, mostrando que as décadas antes da Conquista do Deserto foram marcadas por uma estrutura social indígena que lutava por relações de autonomia e também reciprocidade, que apesar de não se conformarem na ordem verticalista e clientelista do Estado, tinham capacidade de se articular com ele.

Entretanto, essa articulação que foi benéfica e possibilitou o respeito de suas autonomias nas décadas centrais do XIX, nas décadas de 60 e 70 foram instrumentalizadas pelo Estado, que a partir da seleção de lógicas da geopolítica indígena possibilitaram a sua expansão. Análises assim nos permitem superar o paradigma do Estado-nacional, que o percebe como um corpo apartado da sociedade e autossuficiente, e possibilitam ir além da simetria como horizonte explicativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos através dessa exposição e como temos observado como testemunhas oculares, a atuação indígena no contexto de formação dos Estados-nacionais latino-americanos e continuidade da atuação indígena no contexto de tentativa de avanço do neoliberalismo no continente latino-americano, tem exigido que as relações entre o Estado e essas populações sejam repensadas, a fim de evitar o que alguns denominam como “historicídio” dos povos indígenas.

O repensar, portanto, implicou e continua a implicar a renovação da escrita da História e o seu papel. Se antes tinha como responsabilidade se debruçar sobre a história de grandes homens e a construção de um passado comum para construção de uma sociedade homogênea, atualmente indivíduos marginalizados, como foram os indígenas, bradam por um lugar histórico, com o objetivo não mais de chegar a um progresso produzido pela homogeneidade, mas produto do convívio e da existência da diversidade.

Portanto o entendimento e, sobretudo, o reconhecimento da História Indígena, seja como campo histórico ou ações dos sujeitos indígenas ao longo do tempo - objeto do campo científico -, pode ser e deve ser encarado como uma alternativa de reelaboração das histórias dos Estados-nacionais, porque dinamiza as relações de indivíduos por muito tempo encarados como incompatíveis à História, além de favorecer a identificação de fluxos históricos em espaços geográficos dificilmente ou nunca mencionados. Promovendo renovação das histórias nacionais e do continente latino-americano.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria R. C. de. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Censo, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf.

BENATTE, Antonio P. História e antropologia no campo da Nova História. **Revista História em reflexão**, Dourados, v.1, n.1, p. 2-25, jan/jun 2007.

BOULOS, Guilherme; GUAJAJARA, Sônia. **Vamos sem medo de mudar o Brasil**. Programa de Coligação, 2018. Disponível em: <https://eleicoes.poder360.com.br/media/planos/guilherme-boulos.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CASTRO, Eduardo V. **Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro**. Parecer. Disponível em: https://www.academia.edu/25782893/Sobre_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_etnoc%C3%ADdio_com_especial_aten%C3%A7%C3%A3o_ao_caso_brasileiro?source=swp_share. Acesso em: 14 fev. 2022.

COSTA, João P. P. Não deixam de suspirar pela sua liberdade: motins de índios no Ceará e a Formação do Estado do Brasil. **Almanack**, Guarulhos, n. 21, p. 484-528, abr. 2019.

DANTAS, Mariana A. Do aldeamento do Riacho do Mato à Colônia do Socorro: defesa de terras e aprendizado político dos indígenas de Pernambuco (1860-1880). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 77, p. 81-102, 2018.

DEPARIS, Sidiclei R. **União das Nações Indígenas (UNI): Contribuição ao Movimento Indígena no Brasil (1980-1988)**. Dissertação: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Orientador: Osvaldo Zorzato. Dourados, out. 2007.

DE JONG, Ingrid. Guerra, Geoncidio y Resistencia: apuntes para discutir el fin de las fronteras en Pampa y Norpatagonia, siglo XIX. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 229-254, jul./dez. 2018.

GOMES, Caroline F. **As propostas acerca da autonomia indígena mapuche no Chile do pós-ditadura (1997-2014)**. In: Anais de eventos: 29º Simpósio Nacional de História, 2017.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy L. da; GRUPIONI, Luís D. B. **A temática indígena na escola - novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília, 1995. p. 221-228.

OLIVEIRA, João P. de; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 26, n. 58, set./dez. 2020.

ROMANO, Ruggiero. **Os mecanismos da conquista colonial**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

HISTÓRIAS A CONTRAPELO DA REVOLUÇÃO HAITIANA¹

Loudmia Amicia Pierre-Louis
Hernán Venegas Marcelo

Resumo: O presente texto faz um balanço geral dos estudos históricos contemporâneos produzidos fora e dentro do Haiti relacionados à Revolução Haitiana. Para esse propósito, tem sido fundamental uma das teses sobre a escrita da história de Walter Benjamin, a de escovar a história a contrapelo. Outros estudos oriundos do campo da memória também foram importantes para analisar a história haitiana como sendo uma memória silenciada, fraca dentro da denominada Era das Revoluções. Assim, um espírito da história da historiografia, da história atlântica e dos estudos decoloniais norteiam o relato deste capítulo. Autores como Michel-Rolph Trouillot, Roberto Breña, Juan Antonio Hernández, Élizabéth Grou, Alejandro Enrique Gomez, Enzo Traverso, Carlo A. Célius e Hector Michel são as principais referências deste capítulo. Espera-se que esse relato subalterno e insurgente desperte o interesse dos leitores por uma outra história do Haiti, revelando a polifonia da sua história e a universalidade dos seus atores.

Palavras-Chave: Haiti; Historiografia; Revolução Haitiana.

Resumen: Este texto hace un balance general de los estudios históricos contemporáneos producidos fuera y dentro de Haití relacionados con la Revolución Haitiana. Para ello ha sido fundamental una de las tesis de Walter Benjamin sobre la escritura de la historia, la de cepillar la historia a contrapelo. Otros estudios del campo de la memoria también fueron importantes para analizar la historia haitiana como una memoria silenciada, débil dentro de la denominada “Era de las Revoluciones”. Así, un espíritu de historia de la historiografía, historia atlántica y los estudios decoloniales guían este capítulo. Autores como Michel-Rolph Trouillot, Roberto Breña, Juan Antonio Hernández, Élizabéth Grou, Alejandro Enrique Gomez, Enzo Traverso, Carlo A. Célius y Hector Michel son las principales referencias de este capítulo. Se espera que este relato subalterno e insurgente despierte el interés de los lectores por otra historia de Haití, revelando la polifonía de su historia y la universalidad de sus actores.

Palabras-clave: Haití; Historiografía; Revolución Haitiana.

“[...] Haiti onde a negritude pôs-se de pé pela primeira vez e disse que acreditava na sua humanidade [...]”

Aimé Césaire, Diário de um retorno ao país natal.

INTRODUÇÃO

A Revolução Haitiana de 1791 tem como marco uma reunião no *Bois Caïman*, na

¹ Esse trabalho é resultado de reflexões prévias presentes na nossa dissertação. Cf. PIERRE-LOUIS, Loudmia A. A **patrimonialização no Haiti**: O Parc National Historique e a Comunidade de Milot (1990-2020). Orientador: Hernán Venegas Marcelo. 2022. 176f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, PR, 2022.

região norte de *Saint-Domingue*, em 14 de agosto. Nesse encontro, os escravizados da colônia discutiam, sobretudo, as estratégias para garantir a sua libertação, mas a experiência colonial trouxera novas demandas: a inevitável independência do território da França. Na noite de 22 a 23 de agosto de 1791², as Planícies do Norte, região mais próspera da colônia, se puseram em chamas, levando a revolta, mais tarde, para a colônia inteira e culminando com a abolição da escravidão e a independência nacional em 1804.

Pode-se dizer que a apresentação da Revolução Haitiana feita no parágrafo anterior não revela toda a complexidade do evento. Aproveitamos esta parte introdutória para sublinhar que fazemos uso da noção de evento entendendo-a como Michel-Rolph Trouillot a apresenta, com fronteiras indefiníveis. Ou seja, é quase impossível definir com exatidão quando e onde começa e termina um evento, mas se trata de um acontecimento que rompe com uma ordem pré-estabelecida trazendo novas verdades (ALAIN BADIOU, apud HERNÁNDEZ, 2005). Fica aqui nossa *mea culpa*, pois, não caberia dentro dos objetivos deste trabalho revelar tal complexidade. Tampouco pretendemos descrever detalhadamente os acontecimentos que caracterizam a Revolução de 1791, mas apontar como esse evento, apesar da sua tamanha importância simbólica, política e econômica, foi silenciado, e apontar as tentativas de reverter tal silenciamento.

Nos seus “Conceitos de História”, o filósofo Walter Benjamin ([1940] 1987), apresenta o historiador como aquele que se deixa seduzir pela história dos da classe dominante. Se bem que o texto é antigo, sua sétima tese aponta para uma realidade historiográfica historicista que prevaleceu por muito tempo e que ainda nos tempos de hoje é possível observar alguns de seus resquícios. Já que os que ainda dominam são aqueles “herdeiros de todos os que venceram antes”, desde o materialismo histórico, da luta de classes, o filósofo analisa a história escrita como a história dos vencedores (BENJAMIN, 1987, p. 225). Mas como a história não é feita somente de vencedores é necessário “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1987, p. 225). Ou seja, buscar as contranarrativas das classes subalternas que padeceram da violência da classe dominante, mas que também a ela resistiram.

Como aponta Michael Löwy (2011, p. 26), estudioso das obras de Walter Benjamin, “Escovar a história a contrapelo é recusar toda identificação com os heróis oficiais [...]”. É privilegiar o ponto de vista dos “condenados da terra” - noção que ele utiliza emprestado de Frantz Fanon - em oposição à história oficial da civilização, do “progresso”, em prol da “celebração dos vencidos e não dos vencedores” (GALEANO, 1991 apud LÖWY, 2011, p. 27). Tal exercício leva a enxergar os vencidos como protagonistas da sua própria história e permite, inclusive, entender as várias formas de resistência atuais empregadas por eles frente a cada nova tática da classe dominante. Sendo assim, o conceito de história a contrapelo de Walter Benjamin nos permite nos aprofundar na análise da Revolução Haitiana.

A Revolução Haitiana causou estragos militares e econômicos, sobretudo, à França e à Inglaterra; levou à França a reconfigurar suas pretensões imperialistas nas Américas; com a venda da Luisiana por parte da França, os Estados Unidos expandiram seu território

2 A UNESCO escolheu o dia 23 de agosto como Dia Internacional de Lembrança do Tráfico Negroiro e sua Abolição em reconhecimento do marco da Revolução Haitiana.

e a economia de plantation (CASIMIR, 2018; GOMES, 2010; HERNANDEZ, 2005; GROU, 2013; TROUILLOT, 2016). Inclusive colônias como Cuba, Jamaica, Porto Rico e Brasil, beneficiaram-se da decadência da sua maior concorrência, *Saint-Domingue*, e posicionaram-se no mercado mundial, posições essas que se explicam com o aumento da mão de obra escrava. Os casos de Brasil, Cuba e o sul dos Estados Unidos são bem característicos e ilustram a denominada Segunda Escravidão (MARQUESE, 2009; MARQUESE, SALLES, 2011; NASCIMENTO, 2008). Essa revolução, apesar de ter sido amplamente conhecida e discutida para além-mar, causando medo e pânico nas sociedades escravocratas devido a sua apropriação pelos demais escravizados, foi silenciada. Afinal, apesar de ter sido uma revolução vitoriosa, continua sendo concebida como uma história subalterna em relação à história do Ocidente.

“A liberdade para os negros é uma quimera” (DORSINVILLE, 1965 apud TROUILLOT, 2016, p. 121). Essas foram as palavras de um colono referente a possibilidade dos escravizados se rebelarem contra o sistema colonial, e representavam como o Ocidente, de forma geral, concebia as revoltas dos escravizados. O antropólogo e historiador Michel-Rolph Trouillot, importante intelectual haitiano, no seu livro “Silenciando o passado: poder e a produção da história” ([1995] 2016), apresenta a sua tese de que a Revolução de 1791 foi por muito tempo vista como sendo impossível. Os escravizados eram vistos como incapazes de levar a cabo uma revolta vitoriosa tanto pelos escravocratas como pelos abolicionistas, e é nesse sentido que o autor explora a Revolução como um evento impensável.

A impossibilidade da resistência era uma retórica usada pela sociedade colonial para não reconhecer a humanidade dos escravizados e manter uma certa ordem social. Pois, ao mesmo tempo que as sublevações eram negadas, os colonos se armavam de medidas punitivas cada vez mais violentas para contê-las e de táticas discursivas para minimizá-las (TROUILLOT, 2016, p. 137). A Revolução Haitiana era impensável porque colocava em questão a escravidão e o racismo da forma mais radical jamais concebida pelo Ocidente³. A revolução moderna de escravizados realizada na colônia europeia do Novo Mundo, que era no final do século XVIII a mais lucrativa e cobiçada, um dos maiores centros científicos do hemisfério ocidental (MC CLELLAND, 1992 apud MARQUESE, 2009, p. 858), que rompeu com o sistema escravista e colonial foi tão inconcebível pelo Ocidente que ela acabou sendo silenciada pela historiografia que trata da Era das Revoluções (TROUILLOT, 2016; BREÑA, 2021).

O historiador e cientista político Roberto Breña, especialista no estudo das revoluções atlânticas, nos ajuda a trilhar caminho para entender a presença do Haiti no mundo revolucionário. Apesar de não trabalhar exatamente com a Revolução Haitiana, suas contribuições são caras para nosso estudo. No seu artigo “*Los movimientos de independencia en*

3 Para uma leitura crítica da Revolução Haitiana e do período pós-revolucionário cf. Jean Casimir (2005) que faz uma análise, entre outras, da implantação do Estado Moderno Haitiano e critica os aspectos coloniais reconfigurados presentes no novo Estado-nação e as várias formas de resistência da população camponesa. Jean Alix René (2019) trata da cultura política popular, apontando as várias revoltas camponesas que propõem um modelo de Estado diferente ao imposto pela elite e a violenta repressão desta última. O segundo capítulo do livro de Trouillot (2016) também pode ser lido nesse sentido. O autor faz uso de “Guerra dentro da guerra” para tratar sobre as divergências entre os revolucionários durante a guerra da independência no Haiti.

el continente americano durante la Era de la Revolución”, de 2021, o pesquisador mexicano esclarece que os movimentos de independência dos países do continente americano são estudados dentro do período histórico chamado pelos historiadores contemporâneos de Era das Revoluções. E, apesar de caber nesse período diversos recortes temporais, para estudar as independências americanas, o recorte que se estende de 1775 a 1825 é o preferível⁴.

Conforme o autor, das revoluções americanas a das Treze Colônias tem sido a mais estudada na academia. As Revoluções Haitiana, da América espanhola e Brasileira foram, até recentemente, pouquíssimo estudadas, ficando de certa maneira à sombra da Revolução Americana - e ainda continuam. No entanto, no caso haitiano, uma tentativa de “escovar a história a contrapelo” se dá no final da década de 1980, mas com muito mais ênfase nos anos de 1990 e 2000 e segue evoluindo com passos firmes, sobretudo no mundo anglófono (CÉLIUS, 2019). Esta situação se deve, entre outros, aos importantes aportes da história atlântica, ou como enfatiza Breña (2021, p. 5), devido à importância “[d]el abordaje atlántico de la Era de la Revolución⁵”. A história atlântica, nos diz Breña (2021, p. 6), vem contribuindo para dinamizar os estudos da Era da Revolução, incentivando a inclusão de novos conteúdos, focando nas continuidades, coincidências e semelhanças dos eventos, estimulou seu alcance e implicações. “*La historia atlántica ha hecho contribuciones fundamentales en temas como los intercambios comerciales, las migraciones y la esclavitud, entre otros*” (BREÑA, 2021, p. 6). Segundo o autor, as quatro revoluções atlânticas por excelência são a Americana, a Haitiana, a da América espanhola (1810-1825) e a Revolução Francesa.

Para traçar um ponto de partida dos estudos atlânticos é preciso pensar nos historiadores Jacques Godechot (1907-1989), Michael Kraus (1901-1990) e Robert Palmer (1909-2002). Eles publicaram respectivamente: “*Histoire de L’Atlantique*” (1947); “*The Atlantic Civilization: Eighteenth-Century Origins*” (1949); e “*Age of the Democratic Revolution (A Political History of Europe and America 1760-1800)*” (1959-1963) (ARMITAGE, 2014). Esses primeiros estudos sobre as revoluções atlânticas - que se iniciam com o nome de Revoluções democráticas - deixavam de lado o que Breña (2021, p. 6) reconhece como “*la mitad de las grandes revoluciones atlánticas*”, ou seja, a Revolução Haitiana e as Revoluções Hispânicas, pois, estas sociedades não eram enquadradas como parte das civilizações atlânticas. Aliás, o que realmente fugia do alcance desses autores, segundo David Armitage (2014), era a história da escravidão, da África e dos africanos em diáspora. Tratava-se da “história do Atlântico Norte, e não do Atlântico Sul, a história anglo-americana mais do que latino-americana, e a das conexões entre a América e a Europa mais do que daquelas entre as Américas e a África” (ARMITAGE, 2014, p. 208).

Dentro do mundo inglês, historiadores como Eric Hobsbawm, prestigiado por suas

⁴ Isso porque a independência das Treze Colônias ocorreu entre 1775 e 1783; o movimento revolucionário haitiano entre 1791 e 1804; as Revoluções Hispânicas, entre 1808 e 1825, incluído a revolução política em Espanha metropolitana entre 1808 e 1814, e entre 1820 e 1823; e o processo independentista brasileiro entre 1808 até 1822.

⁵ O historiador Carlos Célius (2019) aponta para a mudança nos estudos sobre o Haiti a importância da nova história imperial, da história global e conectada, dos *subaltern studies*, das abordagens pós-coloniais e decoloniais, das questões sobre a(s) modernidade(s). Nas palavras de Roberto Breña (2021), a tendência dos estudiosos de evitarem cada vez mais o eurocentrismo ou o ocidente-centrismo, se interessando por temas outrora relegados ao esquecimento, situação que conversa com os novos aportes dos estudos multiculturais nesse processo, favoreceu novos estudos sobre o Haiti e a América espanhola.

importantes contribuições à historiografia, no seu livro “A Era das Revoluções - 1789-1848”, de 1962, um clássico no tema, o Haiti não é relevante nas transformações operadas no mundo da “dupla revolução”, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Deve-se dizer, sem ânimos de justificar, senão de uma crítica a tal ausência, que o livro estuda um mundo a partir de uma perspectiva primordialmente europeia, mais especificamente, franco-britânica. Dessa forma, é possível dizer que a ausência da Revolução Haitiana nessa obra não reflete simplesmente as posições políticas assumidas pelo autor senão também reflete o poder arquivístico do historiador de definir temas de pesquisas que considera relevantes (TROUILLOT, 2016, p. 160-161). Ainda no âmbito da academia inglesa, Blackburn tem chamado a atenção para o papel da Revolução Haitiana no mundo atlântico, para o fato dela raramente ser estudada e para a pouca presença desta revolução nos trabalhos de Eric Hobsbawm (BLACKBURN, 2006).

No caso da França, por exemplo, nem as celebrações do Centenário da Emancipação dos escravos em 1948, nem a comemoração do Bicentenário da Revolução Francesa, nos anos de 1980, trouxeram muita novidade a respeito do Haiti na historiografia do país. Por exemplo, no “Dicionário Crítico da Revolução Francesa” organizado por dois importantes historiadores, François Furet e Mona Ozouf, em 1988, temas como a escravidão, o colonialismo e, conseqüentemente, a Revolução Haitiana não são destacados⁶ (TROUILLOT, 2016, p. 160-161 e 166). Nos Estados Unidos, Bernard Bailyn (1922-2020), autor que contribuiu muito para a história atlântica, considerado por Breña (2009) como um dos mais importantes que trata da questão, no seu livro “*Atlantic History (Concept and Contours)*” de 2005, também não faz referência à Revolução Haitiana. A historiografia latino-americana tampouco reservou muito espaço para a história e a revolução do Haiti (TROUILLOT, 2016, p. 160), apesar de seu valor para os países da região.

Segundo Trouillot (2016), silenciamentos estão no próprio exercício do fazer historiográfico, se dão desde a escolha do tema até as fontes e arquivos, como também na elaboração da narrativa. No entanto, certos silenciamentos são produzidos não pela inviabilidade de contar os fatos como o faria Funes, o memorioso⁷, mas são escolhas do historiador referente à relevância do objeto para a pesquisa. Esse poder arquivístico, nos diz Trouillot (2016, p. 172), leva a escolhas que podem ser tanto conscientes como inconscientes, já que “um silenciamento eficaz não requer uma conspiração, nem mesmo um consenso político. Suas raízes são estruturais”. No seu livro, muito mais que discutir “o que é a história”, o autor se propõe entender “como a história funciona”; entender o “processo de produção histórica”; entender a “condição de produção das narrativas” de modo a enxergar melhor a distinção e a interposição das duas formas de historicidade - o processo sócio-histórico (fato) e o conhecimento desse processo (narrativas sobre esses

6 Trouillot (2016) faz um excelente levantamento dessa produção. No caso da historiografia francesa muitas das fontes sobre o período colonial e também referente ao Haiti estão na França, produzidas pela própria administração colonial. Logo, a “inacessibilidade” de fontes - um problema sério quando se trata da Revolução Haitiana, mas sobretudo para os historiadores no Haiti - não “pode explicar o considerável desprezo que a historiografia francesa dispensa à questão colonial e, por extensão, à Revolução Haitiana” (TROUILLOT, 2016, 164).

7 Nos referimos a Irineu Funes, personagem do conto “Funes, o memorioso” de Jorge Luis Borges (1942). Nesse conto, Funes, cuja memória infalível o levava a se lembrar minuciosamente de cada coisa, conseguia reconstruir dias inteiros, tarefa que demandava, portanto, dias inteiros.

fatos) (TROUILLOT, 2016, p. 55).

Uma vez que esses dois “lados” da historicidade são direcionados pelo poder, sua análise o permite “descobrir o exercício diferencial de poder que viabiliza certas narrativas e silencia outras” (TROUILLOT, 2016, p. 55); pois, a existência dos fatos não garante a sua transformação em história e isso diz muito sobre a presença da Revolução Haitiana na historiografia. No capítulo três de seu livro, o autor analisa os eventos entre 1791 e 1804, na colônia de *Saint-Domingue* como sendo acontecimentos impensáveis⁸ e sendo impensáveis, o silêncio estaria já impregnado nas fontes e na própria narrativa da história, já que incapazes de registrar aquilo que fugia da “realidade”. Como bem lembra Trouillot (2016, p. 61), “na história, o poder começa na fonte”, uma vez que, constitui a “materialidade do processo sócio-histórico a qual define o cenário para futuras narrativas históricas”.

Nesse sentido, os silêncios acerca da Revolução do Haiti na historiografia se dão de duas formas: 1) por rasuras - narrativas que tendem a apagar diretamente o fato da revolução; 2) e por banalização - narrativas que tendem a esvaziar uma série de eventos singulares de seu conteúdo revolucionário, ao ponto do conjunto dos fatos acabar por se tornar banal. As narrativas de rasura tendem a rejeitar ou a negar, pela generalização, os fatos para atingir a sua relevância, já a banalização foca em detalhes para extirpar os fatos da sua singularidade. Se bem que essas fórmulas de silenciamento podem se dar de forma independente, quando se juntam o resultado é um “poderoso silenciamento” (TROUILLOT, 2016, p. 157). E a Revolução Haitiana sucumbe à junção delas, o que torna a situação bem mais complexa. Pois, alguns dos fatos que não foram apagados pelas generalizações acabam sucumbindo à irrelevância de um conjunto de detalhes jogado no meio da narrativa.

No sentido apontado por Trouillot, latências dessa prática de banalização da Revolução Haitiana estão presentes na leitura do texto de Roberto Breña (2021). Além de tratar, entre outras, da questão das revoluções atlânticas propriamente ditas, de discorrer sobre a noção de revolução como sendo movediça, o autor estabelece relações, semelhanças e dessemelhanças entre as Revoluções Americana, Haitiana, Hispânica e Brasileira, o que torna o texto bastante relevante⁹. Para o autor, “*Todos estos movimientos tuvieron como su más importante consecuencia la adquisición de la independencia política*”; todos buscaram alcançar uma série de princípios como “*soberanía nacional, derechos y libertades individuales*”, e de forma geral, tiveram, a maioria, características muito mais políticas que sociais (BREÑA, 2021, p. 23). Mas referente à Revolução Haitiana, o autor tenta desfazer certos comentários historiográficos, segundo ele, excessivos, que tentam ver nesta revolução o principal motor para a explosão dos demais movimentos revolucionários do continente.

8 Fazendo uso do trabalho de Pierre Bourdieu (1980), Trouillot (2016, p. 136) nos diz que o impensável é aquilo para cuja conceituação não se dispõe de instrumentos adequados como a falta de inclinações éticas ou políticas propensas a levá-lo em conta, como por falta de instrumentos de pensamento, tais como problemáticas, conceitos, métodos e técnicas. Logo, a Revolução Haitiana era impensável pelas sociedades coloniais escravocratas, pois fugia do quadro referencial dela.

9 As relações que o autor estabelece são entre as Revoluções Hispânicas, Americana e Brasileira. A Revolução Haitiana figura como um evento singular demais, suas relações com os outros movimentos revolucionários são pouco exploradas no artigo. Trouillot (2020) trata dos riscos dessas leituras que analisam o Haiti como uma exceção histórica e sociocultural. Esse excepcionalismo haitiano corrobora a marginalização do país, pois de tão único se torna estranho, inexplicável e sem possibilidade de comparação ou de estabelecer reais relações com os demais países do mundo, mas também dificulta estudos empiricamente sérios da realidade haitiana. Cf. TROUILLOT, M.-R. O estranho e o ordinário: o Haiti, o Caribe e o mundo. **Vibrant**. Brasil, n. 17, p. 1-8, 2020.

No caso das independências hispânicas, a Revolução do Haiti apenas serviu, segundo o autor, quase sempre, como um contraexemplo para os líderes políticos das independências - voltaremos a isso mais adiante - a ser evitado para impedir um profundo abalo das hierarquias sociais.

O pesquisador reconhece a importância da Revolução Haitiana para a luta contra a escravidão, sendo nesse sentido, *“la más revolucionária de todas”* (BREÑA, 2021, p. 11). E alega: *“Si hubo una etapa de la historia durante la que nació lo que con frecuencia se denomina ‘modernidad política’, esa fue sin duda la Era de las Revoluciones”* (BREÑA, 2021, p. 6). Pois, foi com as revoluções atlânticas que *“se colocaron las bases de los sistemas modernos”* (KIPPERMAN, 2012, p. 121 apud BREÑA, 2021, p. 6). Sem embargo, para o autor, essa revolução, a haitiana, estaria longe de ser um dos precursores da modernidade política, pois os principais líderes, Toussaint Louverture, Jean-Jacques Dessalines e Henry Christophe, foram no entendimento do cientista político, um *“descaradamente dictatoriales en sus políticas, como lo muestran cada una de sus constituciones”* (GEGGUS, 2011, p. 547 apud BREÑA, 2021, p. 12). Sendo assim, segundo o cientista político, um trabalho historiográfico rigoroso precisaria ter cuidado em querer apresentar a Revolução Haitiana como um símbolo da modernidade política das revoluções atlânticas. É oportuno dizer que tendências ditatoriais e autoritárias estão presentes em vários Estados após as independências da América espanhola¹⁰.

Roberto Breña (2021) comenta no seu artigo que a continuidade e estabilidade criada entre o período revolucionário e as primeiras décadas nos Estados Unidos não se aplica ao caso da América espanhola. As Treze Colônias tiveram instituições representativas por cerca de um século e meio, à diferença da América espanhola. A esta faltou instituições políticas modernas, o que explica sua deficiência de experiência política. Aliás, essa falta de experiência política levou os hispano-americanos a improvisar depois das independências (BREÑA, 2021, p. 16-17). No entanto, no artigo de Breña não encontramos argumentos que pudessem explicar a falta de instituições políticas modernas no caso haitiano e, conseqüentemente, seus líderes ditatoriais.

Apesar de Breña (2021) enfatizar a importância do movimento revolucionário na colônia de *Saint-Domingue*, que rompe com o sistema escravista, o relato do pesquisador também traz como efeito a diminuição do evento. Argumentamos isso ao analisar a ênfase que faz o autor sobre, por exemplo, o papel que tiveram os mosquitos e a febre amarela nesta revolução. Supostamente facilitou a luta dos escravizados, pois *“Con la ayuda invaluable de los mosquitos y de la fiebre amarilla, el ejército napoleónico fue derrotado y la independencia fue finalmente declarada el 1° de enero de 1804”* (BREÑA, 2021, p. 9 e 11). Talvez esse fato não seja desprovido de relevância, já que o próprio C.V. E. Leclerc, cunhado de Napoleão Bonaparte e General-chefe do exército francês em *Saint-Domingue*, faleceu da febre.

10 O historiador Jean Alix René (2019, p. 248), cita a obra: *Democratic and Revolutionary Traditions in Latin America* (2001) do historiador inglês Alan Knight. Nessa obra o pesquisador da América Latina, apesar de supor uma certa inevitabilidade da evolução histórica das sociedades, aponta a democracia como um processo não linear na história da região, tendo altas e baixas como, por vezes, aberturas liberais e, por outras, conservadoras. Ou seja, esse estudo foge da uma suposta tendência própria à sociedade haitiana de ser autoritária, violenta ou ditatorial, mas atesta para realidades semelhantes tanto na Europa como na América Latina baseadas em teorias sociais conservadoras e do liberalismo.

Mas qual seria exatamente sua importância no texto do autor para o entendimento da complexidade da Revolução Haitiana? Inclusive, nos perguntamos se existem estudos que comprovam o efeito dessa epidemia e de outras na população escravizada da colônia e seus impactos na Revolução¹¹. Pois, seria importante apontar, num caminho para uma história a contrapelo da Revolução Haitiana, se os soldados do exército metropolitano foram os únicos que padeceram da febre amarela. Sempre lembrando que se tratava do maior exército da época contra uma população de escravizados. Não falta dizer o que isso por si só significa, uma vez que a situação na qual viviam os escravizados, seja no Caribe, nos Estados Unidos ou no Brasil já foi bem documentada.

Norteados pela leitura de Trouillot, pode-se dizer que à medida que a Revolução Haitiana se dá, uma historiografia que pode ser classificada de tradicional e cujas fronteiras vão da rasura à banalização atribui como consequências diretas ao levante dos escravizados a sua apropriação dos ideais. Neste sentido, é interessante aprofundar num exercício de crítica historiográfica cuja interpretação possa acrescentar às condicionantes externas, as internas - por exemplo: a cultura africana e o histórico de resistência dos escravizados que se dá desde os barcos negreiros. Assim abre-se espaço a outras leituras sobre o passado que evitem afirmações como a de Breña (2021, p. 24) de que *“la Revolución Haitiana es inconcebible sin la Revolución Francesa”*. Esse exercício de crítica historiográfica a levar em consideração poderia contribuir para não deslegitimar a Revolução de 1791 e evitar a interpretação de que os escravizados precisavam ouvir dos brancos o conceito de liberdade para tomar consciência da sua condição de escravizados e se rebelar. A tendência dos historiadores de explicar a Revolução Haitiana no prisma da Francesa pode ser explicada, conforme Trouillot (2016), pelo poder arquivístico. Pois, segundo ele, são muitos os que relutam contra as próprias fontes que trazem conclusões diferentes.

Acerca das influências africanas, Juan Antonio Hernández (2005) aponta suas importâncias, oferecendo, na sua tese, uma discussão dos debates contemporâneos sobre a Revolução Haitiana e sua relação com a modernidade ocidental e suas consequências imediatas no Caribe do início do século XIX. Para tanto, ele usa como referência o texto *“I am a subject of the King of Congo: african political ideology and Haitian revolution”*, de 1993 do historiador John Kelly Thornton. O especialista em história da África, da diáspora africana e do mundo atlântico enfatiza que em *Saint-Domingue* os escravizados nascidos na África (boçais) eram numericamente superiores aos nascidos na colônia (crioulos) e a maioria vinha do Reino do Congo.

Nas décadas que antecederam à revolução, o Reino do Congo passava por guerras civis e as principais demandas eram referentes às reformas políticas e à delimitação do poder do soberano. Boa parte dos escravizados boçais participaram dessas guerras e trouxeram com eles táticas de guerrilhas, ideias de política, Estado, modo de governar essenciais à revolução. Thornton ressalta que a presença dos Congos em *Saint-Domingue*

11 Não conhecemos nenhum estudo que faça tal análise no caso da colônia de *Saint-Domingue* ou no Haiti pós-independência, mas alguns trabalhos importantes estudam essa realidade em outras colônias do Caribe insular e na América Latina como o Peru, Brasil e México. Nesse sentido, cf. Casa de Oswaldo Cruz Sobre febre amarela em História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Disponível em: <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/ideias-de-raca-influenciaram-diagnostico-da-febre-amarela-no-caribe-no-comeco-do-seculo-20/>. Acesso em: 09 mar. 2022.

pode ser vista como uma fonte de ideias revolucionárias tanto quanto a França. Ele parte do pressuposto de que as questões que moldaram as guerras civis no Congo podem muito bem ter moldado uma guerra civil diferente no Caribe (THORNTON, 1993, p. 186 apud HERNÁNDEZ, 2005, p. 44-45).

Na sua dissertação de história defendida na Universidade de Montreal, no Canadá, Élizabéth Grou (2013) faz uma análise dos principais autores estrangeiros contemporâneos que discutem sobre perspectivas diferentes a Revolução Haitiana. Os historiadores que ela estudou são Carolyn Fick - que inclusive participou da sua banca -, Laurent Dubois, David Geggus, Robin Blackburn, João Pedro Marques e Jeremy Popkin. O principal aspecto que ela estuda é a análise que faz cada autor das circunstâncias que levaram à revolução e o papel desempenhado pelos diversos grupos sociais de *Saint-Domingue* no evento, tendo como pano de fundo a participação dos escravizados como agentes históricos principais ou não da revolução (GROU, 2013, p. 9-38).

Segundo a autora, Marques e Popkin, por exemplo, apontam fatores externos à colônia para explicar a abolição da escravidão e a transformação das estruturas sociais e políticas da colônia. Em contrapartida, Dubois reconhece um desejo de transformação da ordem política entre todos os protagonistas envolvidos, enquanto Fick afirma que apenas os escravizados insurgentes alimentavam o desejo de liberdade. Marques, Geggus, Popkin e Blackburn apontam que os líderes da rebelião, pelo menos até a mudança de posição de Toussaint Louverture, negociaram ganhos limitados como sua própria emancipação e melhores condições de vida nas plantações para os escravizados. Fick nega tal tese, pois conclui que apesar dos escravizados não terem tido um projeto político formalmente teorizado, eles procuraram abalar o sistema da escravidão e obter sua liberdade, buscavam mais do que apenas reformas no sistema.

Blackburn, também, admite a importância de fatores exógenos na decisão francesa de proclamar a emancipação em 1794 - a qual é restabelecida em 1802 -, ao mesmo tempo que reconhece a importância das ações insurgentes nessa decisão. Geggus afirma que a apropriação dos ideais revolucionários franceses pelo movimento de *Saint-Domingue*, sob a liderança de Toussaint Louverture, está na origem da evolução do movimento revolucionário. A posição dos autores sobre as causas da progressão do movimento de protesto em um movimento revolucionário os leva a se posicionarem direta ou indiretamente sobre a participação dos escravizados como principais agentes do movimento. Desta forma, aqueles que enfatizam a contribuição dos escravizados para a transformação da colônia, reconhecem neles homens e mulheres capazes de agir e transformar o mundo no qual vivem. Já, para os autores que defendem somente causas externas para explicar a abolição da escravidão, parece evidente que os escravizados não são os responsáveis pela grande transformação que se deu no sistema político e social de *Saint-Domingue* (GROU, 2013, p. 09-36).

É importante que apontemos algumas regras de exceção, que se dão no Caribe insular a partir dos anos de 1940, às leituras que silenciam, de uma forma ou outra, a Revolução Haitiana. Podemos citar a título de exemplo, os historiadores C.R.L. James (1901-89), de Trinidad e José Luciano Franco (1891-1988), de Cuba. C.R.L. James, considerado como pioneiro do marxismo negro, no “Os Jacobinos Negros”, publicado originalmente

em inglês em 1938, ao resgatar a Revolução Haitiana, trouxe para o debate marxista a questão racial. A escravidão foi, por ele, pela primeira vez analisada como fundamental na Revolução Industrial e os escravizados lidos como trabalhadores (TRAVERSO, 1989; RENAULT, 2018). Na sua obra mais célebre, ele analisou a Revolução Haitiana com sua complexidade de evento histórico, apontando as divergências entre os revolucionários; escreveu uma história atlântica, conectando eventos da Europa, África e das Américas; reconheceu na Revolução um importante modelo político tanto para o Caribe como para África - no contexto neocolonial -, visando sempre a agência das massas populares na sua emancipação (CADET, 2016; RENAULT, 2018; MARQUESE; PIMENTA, 2015).

Por outro lado, em 1954 foi publicada, sob a direção do historiador cubano José Luciano Franco: “*Documentos para a história de Haiti existentes en el Archivo Nacional*”, em comemoração ao 150º aniversário da independência do Haiti. Os documentos compilados reforçam a importância da Revolução Haitiana e sua influência sobre Cuba e o Caribe. Dois aspectos gostaríamos de sublinhar nas palavras introdutórias de Franco à obra. O primeiro deles trata sobre a ajuda haitiana na contenda separatista. Comenta que:

los haitianos - los mejores y más bravos marinos de las Antillas - nuclearon las tripulaciones de los barcos que, guiados por Bolívar, partieron de Jacmel en diciembre de 1816. Figuraron por centenares en las escuadras de Padilla, Brian, Mac Gregor y Aury que tanto contribuyeron a la independencia de las colonias hispanoamericanas (FRANCO, 1954, p. 6).

Também destacamos na relação dos documentos desta obra o alarme que despertou nos *negreros caribeños*, e especialmente nos cubanos, os progressos da Revolução Haitiana. Apoia-se para tal reflexão na correspondência mantida entre o Governador Militar de Santiago de Cuba e as autoridades coloniais de Santo Domingo (FRANCO, 1954, p. 8).

Outra análise que traz a historiadora Élizabeth Grou (2013) na sua dissertação que dialoga com aspectos trazidos por C.R.L. James e José Luciano Franco é sobre a apropriação da Revolução de 1791 pelos escravizados de outras colônias e o seu uso como contraexemplo pelas sociedades escravocratas, como menciona Breña (2021). Esta questão é tratada na historiografia a partir das noções de “medo haitiano” ou “medo do Haiti” ou ainda “haitianismo” e referem-se ao temor que as elites escravocratas tinham de padecer nas mãos dos escravizados como aconteceu em *Saint-Domingue* (MOREL, 2017). Na sua tese de doutorado, o historiador Alejandro Enrique Gomez (2010) propôs as noções de síndrome coletivo, traumatismo coletivo para analisar em âmbito supranacional a relação da elite escravocrata branca europeia e crioula com a Revolução Haitiana. E trabalha tanto com noções como angústia, medo, pânico, horror e outras manifestações do âmbito ideológico. Um espírito de inquietação tomava conta dos brancos, nos faz saber ele, no dia seguinte às queimadas das plantações nas Planícies do Norte em 1791 (Figura 1). O “medo haitiano” se manifestara durante todo o século XIX e mesmo após a abolição da escravidão na região que ele analisa (Jamaica, Cuba¹², Venezuela e o Estado da Virgínia no sul dos Estados-Unidos).

12 Para um estudo de como o “medo haitiano” em Cuba tem sido estudado pela historiografia cubana, cf. DELGADO, H. M. V. El fantasma de la revolución haitiana y la independencia de Cuba (1820-1829). *Projeto História* (PUCSP), v. 1, p. 25-54, 2005.

Figura 1: Vue de l'incendie de la ville du Cap-Français (Vista do incêndio da cidade de Cabo Francês)



Fonte: Jean-Baptiste Chapuy, *Vue de l'incendie de la ville du ap-Français. Arrivée le 21 juin 1793*. Paris, vers 1795. Coll. Archives départementales de la Martinique. In: GOMEZ, 2010, p. 97

Esse medo se reforçava com o aumento das revoltas violentas locais das populações negras escravizadas e livres. “[O levante em *Saint-Domingue*] foi interpretado por muitos escravos e homens mestiços livres de outros territórios como o sucesso de seus pares nesta colônia francesa, e motivara novas manifestações de resistência violenta” (GOMEZ, 2010, p. 187. Tradução nossa¹³). Em Cuba, José Antonio Aponte foi acusado de ser o autor por trás de uma conspiração contra a escravidão e o colonialismo na ilha. Esse artesão, negro livre, possuía um livro de pintura, onde se encontrava, entre outros retratos de protagonistas negros africanos, importantes personagens da Revolução Haitiana. Segundo as autoridades, tal livro servia como endoutrinamento às rebeldias dos negros (HERNÁNDEZ, 2005 p. 172-249). Também na Venezuela como na Jamaica, músicas fazendo referências às principais figuras da revolução incentivavam as rebeliões (GOMEZ, 2010). Na distante colônia do Brasil se observou, igualmente, fenômenos parecidos (NASCIMENTO, 2008; REIS, 2018, MOREL, 2017).

Como bem demonstra Gomez (2010), a angústia dos escravocratas se alimentava de outros acontecimentos, como da radicalização da Revolução Francesa; dos movimentos abolicionistas na França e Inglaterra; dos conflitos, sobretudo, em outras colônias francesas do Caribe insular. Mas a abolição da escravidão e independência do Haiti, o “medo

¹³ *Cela fut interprété par beaucoup d'esclaves et des hommes libres de couleur d'autres territoires comme une réussite de leurs pairs dans cette colonie française, et motiva des nouvelles manifestations de résistance violente* (Texto original em francês).

haitiano”, foi o recurso retórico argumentativo mais recorrido pelas sociedades escravocratas locais e das metrópoles tanto para refutar quanto para apoiar o abolicionismo. Ou seja, os eventos em *Saint-Domingue* intensificaram os debates acerca das questões relacionadas à suspensão ou não do comércio negreiro e, de certa forma, à abolição - progressiva - da escravidão. É, portanto, concludente o impacto da Revolução do Haiti nessas questões. No entanto, essa outra influência, o “mal exemplo”, na concepção dos escravocratas, não tem sido um tema de estudo recorrente na historiografia. Esse pode ser um outro caminho no exercício de escovar a história a contrapelo.

É possível observar, pelas questões postas até aqui, a tese de Trouillot (2016), de que a Revolução Haitiana foi inconcebível enquanto acontecia, e mais de 200 anos não foram suficientes para romper essa com lógica. Ela foi impensável pela radicalidade com a qual questionou e rompeu com a escravidão, o racismo e o colonialismo. Portanto, o seu silenciamento também condiz com o lugar modesto reservado a esses temas na historiografia ocidental. Logo, “quanto menos importante para a história mundial parecerem o colonialismo e o racismo, tanto menos importante também parecerá a Revolução Haitiana” (TROUILLOT, 2016, p.159). Pois, a história do Haiti e da sua revolução diz muito mais respeito às práticas desumanas da civilização ocidental do que ao Haiti. Com a Revolução Haitiana o mito da modernidade (DUSSEL, 1994, 2005) não se sustenta mais, porque ao falar dessa revolução, necessariamente, haverá de falar de questões caras para o Ocidente, questionar a violência da modernidade/colonialidade, a universalidade das Revoluções Francesa e Americana.

[...] a Revolução Haitiana era o teste decisivo para as pretensões universalistas tanto da Revolução Americana como da Revolução Francesa. E ambas falharam. **Em 1791, não havia registro de debate público, nem na França, nem na Inglaterra, nem nos Estados Unidos, a respeito do direito dos escravos negros a obter autodeterminação e do direito de fazê-lo por meio da resistência armada** (TROUILLOT, 2016, p. 145. Destaques do autor).

No seu livro “O passado, modos de usar: História, memória e política”, Enzo Traverso (2012) explora as relações entre história e memória e analisa alguns aspectos do uso público do passado. Apesar de realizar um exercício, sobretudo, a partir da memória do Holocausto, algumas discussões trazidas pelo autor podem nos ajudar a pensar a relação entre memória e história haitiana. O autor, no seu segundo capítulo, trata das noções de “memórias fortes” e “memórias fracas”. Segundo ele, as memórias que conseguiram se tornar oficiais, consagradas por importantes instituições como o Estado obtêm a visibilidade necessária para se tornarem memórias fortes. No caso contrário, estamos falando das memórias silenciadas, fracas.

Mas, a “força” ou a “fraqueza” de uma memória, enfatiza o autor, depende da influência dos portadores de tal memória no âmbito político e econômico nacional e internacional. E, acertadamente, lembra o historiador italiano: que toda “memória forte” expõe-se ao risco de esmagar as memórias mais “fracas” (TRAVERSO, 2012, p. 83), uma vez que são privilegiadas pela escrita histórica que as torna palpáveis pelo seu uso político. “Quanto mais forte é a memória - em termos de reconhecimento público e institucional - mais o passado de que é vector se torna susceptível de ser explorado e historicizado”

(TRAVERSO, 2012, p. 84).

As reflexões de Enzo Traverso (2012) e de Walter Benjamin (1987) conversam com as aproximações de Trouillot (2016), pois, nos levam ao pressuposto de que a história haitiana, notadamente, sua Revolução constitui-se em memória “fraca”, esmagada como resultado da ênfase que a historiografia tem dado às demais Revoluções Modernas, pela história dos vencedores. Mas, sobretudo, pela pouca importância do Haiti no âmbito político e econômico do mundo globalizado. Ou melhor dizendo, pelo pouco espaço reservado a ele pelos demais países, se considerarmos que fora, desde o movimento revolucionário, antes mesmo da independência, marginalizado diplomaticamente e economicamente. Não isentamos, no entanto, ao Estado e à elite haitiana das suas responsabilidades nessa questão.

O Haiti e os Haitianos, principais portadores da memória da Revolução de 1791 são lembrados internacionalmente sob o prisma da miséria e do caos político. Qual foi a importância de tamanho movimento se a desigualdade reina no país? De *Perles des Antilles* ao país mais pobre das Américas, a revolução é desdenhada, servindo para retificar discursos racistas da incapacidade dos negros de se autogovernar. O Haiti é ainda relacionado às tragédias. É “como se o empobrecimento fosse a única chave de leitura para entender as estruturas sociais e as relações de poder e de dominação no país” (JOSEPH, 2021). A revolução que foi durante todo o século XVIII e XIX impensável, tornou-se um não evento (TROUILLOT, 2016, p. 159), um suposto evento que não trouxera nenhuma verdade nova.

Se uma parte considerável da historiografia produzida fora do Haiti tem contribuído para silenciar sua Revolução, seja por suas narrativas de rasura ou de banalização, a história produzida no Haiti logo após a independência fez sua a missão de ir contra esses silenciamentos, de “escovar a história a contrapelo” e de criar um lugar para o Haiti entre as nações. Organizados em torno do *Cercle littéraire*, os intelectuais haitianos publicaram, nas décadas de 1830, no jornal científico e literário *Le Républicain* - depois *L'Union* -, seus projetos políticos, culturais e nacionais para o país. O *Cercle littéraire* pretendia definir a haitianidade e era preciso que os haitianos escrevessem sua história e contasse suas próprias “verdades”. O secretário do *Cercle littéraire*, Émile Nau, mediante um manifesto evidenciava tal preocupação:

[...] são os estrangeiros que ainda escrevem a nossa história: ela será sempre defeituosa enquanto não for nacional. Contudo, as melhores histórias dos povos são aquelas que nasceram deles mesmos e que, conseqüentemente, deram o sentido de sua nacionalidade. Somente o haitiano é chamado a cumprir tal encargo para o Haiti (ARDOUIN, 1865: III apud DÉLIDE, 2020, p. 70-71. Tradução nossa¹⁴).

Os historiadores Carlo A. Célius (2019) e Joseph Délide (2020) elaboraram estudos sobre os discursos históricos produzidos no Haiti após a revolução e as condições que caracterizaram o surgimento desta historiografia. Segundo eles, o campo historiográfico haitiano tem sido abastecido por escritos desde os primeiros momentos da colonização

14 «[...] ce sont encore les étrangers qui écrivent notre histoire: elle sera toujours défectueuse tant qu'elle ne sera pas nationale. Or les meilleures histoires des peuples sont celles qui sont nées d'eux-mêmes et qui ont, par conséquent, donné le sens de leur nationalité. L'Haitien seul est appelé à remplir un tel mandat pour Haïti» (texto original em francês).

por ocidentais com interesses variados, produções que constituem uma “biblioteca colonial”¹⁵. E os haitianos têm tido um papel importante na área ao elaborar contradiscursos a essas produções da “biblioteca colonial”, provocando uma crise do discurso colonial (CÉLIUS, 2019).

A historiografia haitiana escrita por haitianos tem como momento de fundação, portanto, a revolução e independência, mitos fundadores da nação haitiana. Com a independência uma série de documentos oficiais foram produzidos para pensar e fundamentar o novo Estado-nação em construção, mas não somente. Obras literárias¹⁶ também se multiplicaram com viés bastante nacionalistas, e a necessidade de um discurso propriamente historiográfico fez-se presente. O discurso épico da revolução que traz no seu seio a valorização da negritude, pontua Trouillot (2016), serve tanto como meio para enfrentar os discursos racistas vindos do exterior, quanto como um meio para a elite se afirmar no poder¹⁷.

Nesse primeiro momento do surgimento da historiografia no Haiti, as fontes orais cumpriram um papel proeminente. Pois, além de que boa parte dos historiadores tratavam de questões recentes relacionadas à independência, tendo os testemunhos oculares se tornado essenciais para seus trabalhos, o acesso às fontes escritas era complicado. Esta historiografia que pretende elaborar uma história panorâmica do país se enfrenta com o sério problema da inexistência de arquivos públicos organizados no país e a dispersão de importantes arquivos em mãos particulares. Inclusive, muitas vezes as únicas fontes disponíveis são textos produzidos por europeus, sem contar que boa parte das fontes existentes de caráter oficial encontram-se no exterior, notadamente na França. Portanto, o historiador haitiano precisa ir à França para realizar suas pesquisas, traslado que dificulta ainda mais seus trabalhos (CÉLIUS, 2019).

Esses trabalhos, segundo Célius (2019), que se propõem trazer novas análises e conclusões a partir do Haiti, se caracterizam por um exercício crítico aprofundado das fontes, tanto oral como escrita e de alta responsabilidade científica. “A nova historiografia [haitiana] parte de uma concepção aberta da prática histórica quanto às fontes em que se baseia, sua disponibilidade, suas descobertas e os limites das interpretações que possibilitam” (CÉLIUS, 2019, p. 79. Tradução nossa¹⁸). Mas segundo Trouillot (2016, p. 172), os discursos épicos dos historiadores haitianos são limitantes, uma vez que se “destacam na hora de colocar os fatos em perspectiva, mas seus fatos são fracos, às vezes errados [...]”.

Entre alguns autores desse período, Carlos A. Célius (2019) apresenta os trabalhos

15 Traduzimos a expressão “*bibliothèque coloniale*” que Carlo A. Célius, (2019) emprestou de Valentin Yves Mudimbe para referir-se ao conjunto de produções elaboradas pelo Ocidente colonial acerca da África, com forte conotação racista. Apesar de ter sido pensada para o continente africano serve muito bem para o nosso fim.

16 Para uma aproximação com a literatura haitiana de viés nacionalista do século XIX e XX, cf. HOFFMANN, Léon-François. *Histoire littéraire de la Francophonie: Littérature d’Haïti*. Université de Princeton. EDICEF, 1995.

17 Para um estudo do uso épico da Revolução do Haiti e da negritude como forma de manter o poder no Haiti, sobretudo durante os Duvalier [1957-1986] Cf. RENÉ, 2019; CASIMIR, 2018; HURBON Laënnec. *Culture et dictature en Haïti. L’imaginaire sous contrôle*. Paris: Les Éditions L’Harmattan, 1979; _____. *Comprendre Haïti*. Essai sur l’État, la Nation, la Culture. Paris: Les Éditions Karthala, 1987, 174 p.

18 *La nouvelle historiographie démarre sur une conception ouverte de la pratique historique en ce qui concerne les sources sur lesquelles elle repose, leur disponibilité, leurs découvertes et les limites des interprétations qu’elles rendent possibles.* (Texto original em francês).

de Jean-Louis Vastey (1781-1820), barão no reino de Henry Christophe, no norte do país¹⁹. Esse político, um dos primeiros teóricos do anti-imperialismo e antirracismo do Caribe, realiza uma leitura crítica do sistema colonial escravista, dedicando uma notável atenção aos aportes do continente africano e dos negros para a humanidade, para o Haiti (NICHOLLS, 1991 apud MIDDELANIS, 2006; BALBUENA; BRUSCHETTI, 2020). O trabalho dele consiste em um dos primeiros discursos historiográficos haitianos de desconstrução do racismo colonial ao se contrapor abertamente às ideias de inferioridade racial do Ocidente, marcando o que seria a grande diferença entre a leitura ocidental da revolução e a leitura dos haitianos desse evento²⁰.

Só é, então, possível falar de uma historiografia nacional a partir dos anos de 1830, quando os estudos acabam tendo uma maior consistência, sendo publicados por meio de vários periódicos de obras literárias e historiográficas (CÉLIUS, 2019; DÉLIDE, 2020). Esse primeiro momento da historiografia é constituído por obras que podem ser classificadas em três tipos: *mémoires*, *études* e *compilations*. Os *études* e *compilations* são histórias que se estendem sobre um período de tempo mais ou menos longo enfatizando elementos políticos e jurídicos. Já os *mémoires*, de forma geral, se caracterizam por dois pontos específicos: o recorte temporal recente e o envolvimento do autor nos fatos relatados (CÉLIUS, 2019, p. 72-73 e 78).

Entre os vários historiadores destacados nesse período, estão: Thomas Madiou (1814-1884), Beaubrun Ardouin (1796-1865), Joseph Saint-Rémy (1815-1858)²¹. Esses intelectuais, principais membros do *Cercle littéraire*, mestiços, oriundos de famílias abastadas, acabam por ocupar postos políticos e diplomáticos importantes. Esta condição possibilitou-lhes, conforme Célius (2019), melhores condições de deslocamento dentro e fora do país, tendo assim, maior facilidade de acesso às fontes arquivísticas e contato com relatos de importantes testemunhas dos eventos pesquisados. Esses nomes marcaram o primeiro momento da historiografia nacional, que se estende até as décadas de 1950 quando esta historiografia que se qualifica por ser uma escrita política, altamente patriota e nacionalista, inclinando-se para os fatos e os grandes personagens, sofre importantes mudanças. Segundo o historiador haitiano Hector Michel (1993), o principal ponto desse novo momento historiográfico que se inicia nas décadas de 1950, é a introdução, cada vez mais destacada, de aspectos sociais tanto do período colonial e da revolução - que continuam sendo temas centrais - como do período pós-revolucionário recente.

O movimento historiográfico no Haiti acompanha a evolução do saber histórico no mundo. Se observamos no primeiro momento, que se estende da independência a 1950,

19 Em 1807 o Haiti foi dividido entre o Sul e o Norte. E em 1811 Henri Christophe se autoproclamou rei do Reino no Norte que durou até 1820.

20 Na bibliografia do texto de Célius, vários textos do Vastey são referenciados. Mas deixamos aqui o título: Vastey, baron de, 1814, *Le système colonial dévoilé, Cap-Henry, P. Roux Imprimerie du Roi* que tem uma versão em inglês: "The Colonial System Unveiled" e uma também em espanhol "El sistema colonial develado".

21 Outros historiadores importantes contribuíram para essa historiografia como Joseph Balthazar Inginac (1773-1847); Linstant Pradine (1812-1883); Beauvais Lespinasse (1811-1863); Edmond Bonnet (? -1873); Émile Nau (1812-1860); Justin Bouzon (1850-1928); Louis-Joseph Janvier (1855-1911) (CÉLIUS, 2019, p. 77-79). Entre as obras destacam-se "Histoire d'Haïti, de 1492 à 1848" - 8 tomos - de Thomas Madiou; "Études sur l'histoire d'Haïti; suivies de la vie du général J.-M. Borgella (1853-1860)" - 11 tomos - de Beaubrun Ardouin; "Pétion et Haïti, étude monographique et historique" entre 1854 et 1857 - 5 tomos - e "Essai sur Henri-Christophe, général haïtien", et "La Vie de Toussaint-L'Ouverture", em 1850 de Joseph Saint-Rémy.

as tendências historicistas e positivistas, a partir desta década os novos aportes da Escola dos Annales, as influências marxistas e da história social inglesa, e as próprias demandas sociais do povo haitiano trazem um novo olhar para a história do Haiti²². A datar dos anos de 1950 - até os anos de 1990 - observa-se, portanto, segundo Hector Michel (1993), uma renovação dos estudos históricos, desde as fontes, temáticas e análises. As reivindicações camponesas, a questão da terra, o estudo da vida social e cultural durante o período colonial e do lugar dos quilombolas na resistência contra a escravidão, crítica às formas violentas do Estado se tornam proeminentes²³.

Entre os historiadores dessa nova fase destacamos Jean Fouchard que estudou a dinâmica da vida nos quilombos e a vida cultural do período colonial por meio da imprensa. No entanto, essa segunda fase da historiografia nacional é também marcada pelo pouco acesso às fontes arquivísticas, o que tem como principal consequência a fixação e a repetição do conhecimento produzido sobre a revolução e a independência, limitando o saber historiográfico produzido no Haiti²⁴ (HECTOR, 1993). Essa desigualdade de acesso às fontes é analisada por Trouillot (2016) como resultado da dominação neocolonial e torna mais complexa a produção de conhecimento histórico acerca do Haiti.

A historiografia de um país permite entender as diversas facetas dessa nação e as diversas formas como seu passado foi e está sendo analisado e entendido. Pois, o trabalho historiográfico está profundamente inserido no seu tempo. Portanto, muito além de enumerar as obras escritas e seus respectivos autores com a exatidão das datas, a historiografia precisa analisar o lugar social de produção, os procedimentos de análise científicos e a construção da escrita do texto, conforme orientado por Michel Certeau (1982). O exercício que propomos está longe disso, uma vez que ultrapassa a capacidade desse trabalho. Mas pontuamos que, independentemente das perspectivas utilizadas e a especificidade de cada autor e época, a escrita da história do Haiti, no país, tem lugar a partir do mito de origem que gira em torno da defesa da Revolução de 1791 e da proclamação da Independência²⁵ (DÉLIDE, 2020).

22 Na década de 1920 foi criada a *Société d'Histoire et de Géographie Haïtienne* – hoje *Société Haïtienne d'Histoire, de Géographie et de Géologie* - que seria o lugar principal de produção histórica no país, e juntamente com o *Bureau d'Ethnologie*, criado nas décadas de 1940, influenciaram as principais mudanças nas produções acadêmicas nacionais.

23 Vários são os estudos que analisam as produções historiográficas no Haiti, a maioria analisa até o final do século XX. Mas todos estão inacessíveis na Web e nas bibliotecas brasileiras - pelo menos em Foz do Iguaçu. Cf. Hector Michel (1993) e CAUNA Jacques. *Bibliographie historique haïtienne 1980-1986 (période coloniale et révolutionnaire)* [note bibliographique]. *Outre-Mers. Revue d'histoire*, n. 276, Paris, 1987. p. 333-350. Os dois fazem um importante levantamento da história da historiografia haitiana. Citam as principais produções historiográficas que estudam o Haiti e sua Revolução, tanto por haitianos no Haiti e no estrangeiro, como por estrangeiros até as décadas de 1990 mais ou menos. Entre os trabalhos citados está o trabalho pioneiro de Pressoir Catts, Trouillot Ernst, Trouillot Hénock. *Historiographie d'Haïti*. Instituto Panamericano de Geografia e Historia, México, 1953.

24 Uma importante coleção de fontes sobre a história haitiana, por exemplo, é totalmente ignorada em notáveis estudos tanto haitianos como estrangeiros. Trata-se da coleção de Alfred Nemours, intelectual haitiano que escreveu a partir dos anos de 1940. Sua coleção possui centenas de livros e de documentos, ilustrações, anotações manuscritas, artigos de revista etc., do século XVII, XVIII e XX, disponíveis na *Biblioteca Regional del Caribe da Universidad de Puerto Rico*. Cf. MUÑIZ, García Humberto et al. La colección Alfred Nemours de historia haitiana, una fuente olvidada, en el Bicentenario de la Independencia de Haití. *Caribbean Studies*, Puerto Rico, v. 32, n. 2, p. 180-241, Jul-Dez, 2004.

25 Apesar da inovação trazida pelos intelectuais haitianos acerca da história do país, constata-se que eram homens que produziam no contexto científico do evolucionismo científico próprio da sua época. A revolução era exaltada, o homem negro também, ele não era racialmente, intelectualmente inferior, inclusive algumas produções culturais do mesmo eram apreciáveis, no entanto, ele precisava culturalmente, se aproximar mais do Ocidente, ainda visto como modelo, pela instrução. O Estado moderno é afinal produto da modernidade/colonialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado a historiografia internacional, de forma geral, tem silenciado a história do Haiti e a sua Revolução - com a exceção de importantes trabalhos mencionados aqui e com os quais este capítulo dialoga - por outro lado a historiografia nacional, com todas as suas dificuldades e sua especificidade conforme o tempo, colocou-se como contradiscurso a esta produção. Mas, uma vez que o Haiti ocupa um lugar marginal no mundo ocidental, os seus intelectuais e a história escrita por eles acabam também por ser marginais na historiografia ocidental.

Embora Trouillot reconheça que a história produzida fora do país seja “cada vez mais sofisticada e empiricamente rica”, segundo ele, ainda o seu “cabedal discursivo restauram assustadoramente a terminologia do século XVIII”. Seus discursos continuam sendo altamente estereotipados e estigmatizantes, quando não abertamente racistas, pois, “as estruturas narrativas da historiografia ocidental não chegaram a romper com a ordem ontológica da Renascença” (TROUILLOT, 2016, p. 171-172). Sendo assim, o historiador e antropólogo propõe, para superar o silenciamento em torno da história do Haiti e da sua revolução, uma fusão das tradições historiográficas nacionais com a historiografia que se escreve fora do país.

Se bem que o autor escreve desde 1995, muitas das questões levantadas por ele são ainda perceptíveis hoje, apesar de observarmos mudanças importantes sobre a Revolução Haitiana nos trabalhos de Carolyn Fick, Claude B. Auguste e Marcel B. Auguste, e David Geggus. Eles, segundo Trouillot, estão indo nessa direção de superar o silenciamento secular acerca da história do Haiti e da sua Revolução. Podemos citar outros trabalhos pioneiros como os de C.L.R James que produziu em 1938 e de José Luciano Franco que escreveu nos anos de 1950, que reivindicam a importância da Revolução do Haiti para as populações afrodescendentes e africanos. As pesquisas do historiador brasileiro Marco Morel desde as décadas de 1980 também são importantes. Ainda no Brasil, muitas pesquisas na Pós-graduação em História vêm sendo produzidas desde final dos anos de 1990²⁶, a análise dessas produções é relevante para averiguar como apreendem a Revolução Haitiana. Também, nos últimos 20 anos, importantes trabalhos acadêmicos foram produzidos em universidades da Europa e da América do Norte como os de Juan Antonio Hernández (2005), Élizabéth Grou (2013) e Alejandro Enrique Gómez (2010).

Mas, ainda, podemos nos perguntar sobre o real lugar da história do Haiti e da sua Revolução fora do Haiti. O acadêmico haitiano ficou cético referente a uma superação total desse silenciamento. Pois, mesmo com um maior interesse pelos estudos da resistência dos escravizados na academia o silenciamento acerca da Revolução Haitiana não será totalmente revertido, uma vez que, como vimos, esse silenciamento tem menos a ver com o Haiti do que com o Ocidente. Sendo assim, tal como Trouillot (2016, p. 173) indagamos: “como poderão o Haiti ou a escravidão ou o racismo ser mais do que meras notas descabidas no rodapé dessa ordem narrativa [no qual o Haiti e o seu simbolismo

26 CAPES. Painel de informações quantitativas (teses e dissertações). Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 20 jan. 2022.

entram para contradizer o mito da modernidade que o Ocidente criou de si, para si e para os outros]?:”. Um possível caminho pode ser trilhado por meio das propostas das teorias decoloniais.

Embora as teorias decoloniais tenham como marco de análise a América Latina, e bem que suas análises podem ser aplicadas a todos os lugares que sofreram e sofrem do colonialismo, tendo em conta suas especificidades, percebemos que essa América Latina faz alusão, fundamentalmente, aos países de língua espanhola. O Caribe insular, sobretudo, não faz parte. Mas, apesar de trazerem poucas vezes nos seus estudos o Haiti, entendemos que as propostas das teorias decoloniais podem ser adaptadas e aplicadas para entender e superar esse silenciamento, uma vez que elas atuam como contrapartida da modernidade/colonialidade.

Os pensadores decoloniais propõem uma “crítica descolonial [...] do eurocentrismo por meio dos saberes silenciados e subalternizados, [...] descolonizando a epistemologia e os cânones ocidentais” (GROSFOGUEL, 2008, p.116-117). Assim, a leitura decolonial busca romper com a construção hegemônica e eurocêntrica do conhecimento e, pela decolonialidade, uma heterarquia entre as várias relações raciais, étnicas, sexuais, epistêmicas, econômicas e de gênero (CASTRO-GÓMEZ 2005; GROSFOGUEL, 2007; MIGNOLO, 2017). É, portanto, possível, no longo prazo, bem que seja utópica - afinal as utopias são necessárias para dar sentido à vida -, superar a dominação do Ocidente. Uma forma disso ocorrer é precisamente “escovando a história a contrapelo”, num exercício historiográfico dialógico, renovado e crítico, mas sobretudo, pela análise e interpretação de novas fontes, enfatizando sempre a importância desta revolução para os Direitos Humanos, para população negra daquele período e para as sociedades atuais que sofrem ainda as sequelas da dominação colonial e escravista. Eis uma via de alterar os efeitos violentos da modernidade/colonialidade, reivindicando outras leituras e narrativas sobre o passado e revertendo os silenciamentos da historiografia acerca do Haiti e de outros tantos subalternos.

REFERÊNCIAS

- ARMITAGE, David. **Três conceitos de História Atlântica**. História UNISINOS, São Leopoldo v.18, n. 2, p. 206-207, maio-agosto de 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/7035>. Acesso em: 16 jan. 2023.
- BALBUENA, Y.; BRUSCHETTI, L. Jean Louis Vastey y la revolución epistemológica haitiana. **Anuario de la Escuela de Historia**, n. 33, 2020. Disponível em: <https://anuariodehistoria.unr.edu.ar/index.php/Anuario/article/view/303>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. *In*: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre a literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Sérgio Paulo Rouanet (Trad.). 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. v. 1. 3ra ed. ,p. 222-232. Disponível em: <https://psicanalisespolitica.files.wordpress.com/2014/10/obras-escolhidas-vol-1-magia-e-tc3a9cnica-arte-e-polc3adtica.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- BLACKBURN, R. Haiti, Slavery, and the Age of the Democratic Revolution. **The William and Mary Quarterly**, v. 63, no. 4, p. 643–674, 2006. Disponível em: <http://www>

jstor.org/stable/4491574. Acesso em: 15 mar. 2022.

BREÑA, R. Los movimientos de independencia en el continente americano durante la Era de la Revolución. **Investigaciones y Ensayos**, n. 71, p. 139–172, 2021. Disponível em: <https://www.iye.anh.org.ar/index.php/iy/article/view/254>. Acesso em: 30 out. 2021.

BREÑA, Roberto; PORTILLO, Txema. **Revolución hispánica vs. Revoluciones atlánticas**. LÓPEZ DURÁN, Fernando (mediador). In: V Congreso Internacional Doceañista Liberty, Libertad, 19 mar. 2013. Cádiz/Espanha: Universidade de Cádiz, 09 mar. 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DBg0dVoN4xY>. Acesso em: 15 out. 2021.

CADET, J.-J. C.L.R. «James, pionnier du «marxisme noir»: une réponse à l'eurocentrisme ? **Sens public**, Montréal, p. 2-5, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/1043382ar>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CASIMIR, J. **Une Lecture décoloniale de L'histoire des Haïtiens**: Du traité de Ryswick à l'occupation américaine 1697-1915. Port-au-Prince: L'imprimeur, 2018.

CASTRO-GÓMEZ, S. **Ciências sociais, Violência Epistêmica e o Problema da "Invenção do Outro"**. CLACSO, Buenos aires, 2005.

CÉLIUS, C. A. Crise du discours colonial et apparition de l'historiographie haïtienne. **Revue d'histoire des sciences humaines**, Paris, n. 34, p. 67-93, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rhsh/3053#bodyftn42>. Acesso em: 30 out. 2021.

CERTEAU, M. "A Operação Historiográfica". In: CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982

DÉLIDE, J. Genèse du nationalisme culturel haïtien. Le Cercle littéraire de 1836-1839 **Cahiers d'études africaines**, Paris, n. 237, p. 63-88, 2020. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cahiers-d-etudes-africaines-2020-1-page-63.htm>. Acesso em 07 abr. 2022.

DUSSEL, E. 1492. **El Encubrimiento del Otro. Hacia el origen del mito de la modernidad**. La Paz: Plural Editores, 1994

DUSSEL, E. **Europa, Modernidade e Eurocentrismo**. Buenos Aires: CLASCO, 2005.

FICK, C. La Révolution haïtienne dans l'Atlantique révolutionnaire: Les enjeux contradictoires de la liberté, de la citoyenneté et de l'indépendance nationale. **Revue d'Histoire Haïtienne**, Québec, n 1, p. 151-188, 2019. Disponível em: <https://www.revuehh.org/index.php/rhh/issue/archive>. Acesso em: 30 out. 2021.

GOMEZ, E. A. **Le Syndrome de Saint-Domingue**: perceptions et représentations de la révolution haïtienne dans le monde atlantique, 1790-1886. Thèse (Doctorat en Histoire) - ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES, Paris, 2010.

GROSGOUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-145, 2008. Disponível em: <https://>

journals.openedition.org/rccs/697. Acesso em: 12 jul. 2022.

GROSGOUEL, R. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (compiladores). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

GROU, É. **Débats contemporains dans l'historiographie de la Révolution haïtienne**. Mémoire (Maîtrise en histoire) - Département d'histoire, Faculté des arts et sciences, Université de Montréal, Montréal, 2013. Disponível em: <https://papyrus.bib.umontreal.ca/xmlui/handle/1866/10684> Acesso em: 03 nov. 2021.

HECTOR, M. L'historiographie haïtienne après 1946 sur la révolution de Saint-Domingue. **Annales historiques de la Révolution française**. Révolutions aux colonies, Paris, n°293-294, p. 545-553, 1993. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahrf_0003-4436_1993_num_293_1_3395. Acesso em 15 out. 2021.

HERNÁNDEZ, J. A. **Hacia una historia de lo imposible: La revolución Haitiana y el "Libro de pinturas" de José Antonio Aponte**. 2005. 285 f. Tese (Doutorado) - Curso de Philosophy, Arts and Sciences, University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2005.

JOSEPH, H. A morte do presidente do Haiti e o neocolonialismo. **Instituto Humanitas Unisinos**, 12 jul. 2021. Disponível em: A morte do presidente do Haiti e o neocolonialismo - Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Acesso em: 11 set. 2021.

LÖWY, M. "A contrapelo". A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). **Lutas Sociais**, São Paulo, n.25/26, p.20-28, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18578>. Acesso em 22 mar. 2022.

MADIOU FILS, T. **Histoire d'Haïti**. Tome Troisième. imp. J. Courtois, 1989. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.32044074319252&view=1up&seq=9>. Acessado em: 10 ago. 2019.

MARQUESE, R. B. A Ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, n.4, out.-dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.fiocruz.br/en/publicacao/18645>. Acesso em: 16 out. 2021.

MARQUESE, R.; SALLES, R. (Orgs). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARQUESE, R.; PIMENTA, J. P. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 8, n. 17, 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/775>. Acesso em: 15 jan. 2023

MIDDELANIS, C. H. Les mémoires fleurissent dans les lieux ruinés: Le voyage dans le Nord d'Hayti ou les paradoxes de l'historiographie d'une jeune nation. **Ethnologues**, volume 28, n. 1, v. 28, p. 99-118, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/014150ar>. Acesso em: 31 out. 2021.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **PUC-Rio**, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2017.

MOREL, M. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravocrata**: O que não deve ser dito. 1. Ed. Jundiaí/SP: Paco, 2017.

NASCIMENTO, W. S. São Domingos, o grande São Domingos: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista. **Dimensões**, Vitória, v. 21, p. 125-142, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2486>. Acesso em: 29 out. 2021.

REIS, J. J. Revoltas escravas. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Org.). **Dicionário da Escavidão e Liberdade**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 392-399.

RENAULT, M. Retour sur Les Jacobins noirs de C. L. R. James. **Contretemps Revue De Critique Communiste** (Revue web). França, 6 abr. 2018. Disponível em: <https://www.contretemps.eu/jacobins-noirs-clr-james/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

RENÉ, J. A. **Formation de l'État et culture politique populaire (1804-1846)**. Haïti: Le Natal S.A., 2019.

TRAVERSO, E. **O passado, modos de usar**: História, Memória e Política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

TRAVERSO, E. C.L.R. James (1901-1989): Hommage à l'auteur des Jacobins noirs. **L'Homme et la société**, Paris, n. 93, p. 115-121, 1989. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1989_num_93_3_2422. Acesso em 28 fev. 2022.

TROUILLOT, M. R. **Silenciando o Passado**: Poder e a Produção da História. Curitiba: Huya, 2016, [1995] 263p.

ENTREVISTA

LA INSURGENCIA MEMORIAL Y MONUMENTAL EN AMÉRICA LATINA

POR HERNÁN VENEGAS MARCELO
CON CAROLINA VANEGAS CARRASCO

En diciembre de 2020 tuve el placer de conocer a la investigadora colombiana Carolina Vanegas Carrasco. En aquella ocasión la invité a participar como conferencista en la disciplina “Independencia en la Iberoamérica Colonial - Hechos, Narrativas y Estudios Históricos”, que impartía en el ámbito del Posgrado en Historia de la Unila (PPGHIS/UNILA). El título de la conferencia impartida por ella fue “Monumenta Bolivariana” y contó con la mediación de la profesora Ana Rita Uhle.

Aquella experiencia con Vanegas fue fructífera y enriquecedora. También fue remota, para usar una palabra de moda; de hecho una modalidad de la enseñanza en Brasil implementada durante la pandemia de la Covid-19. Mis primeros contactos con las investigaciones de Carolina Vanegas se dieron entre 2014 y 2018, cuando yo enseñaba la materia “Historia, Patrimonio y Memoria” para los cursos de Historia de la Unila. Utilicé como base para mis reflexiones sobre los monumentos históricos, la disertación de maestría “Disputas simbólicas en la celebración del Centenario de la Independencia de Colombia en Bogotá (1910). Los monumentos a Simón Bolívar y a Policarpa Salavarrieta” y la tesis doctoral “Disputas monumentales. La celebración del Centenario de la Independencia a través de sus monumentos conmemorativos (Bogotá, 1910)”, ambos de la autoría de Carolina Vanegas Carrasco.

Aquellos tiempos de la disciplina que impartía para los alumnos de Historia, la conferencia referida en la Maestría en Historia de la Unila y el motivo de este libro son las causas remotas, no solo en sentido digital, sino en sentido temporal, de la presente entrevista. Actualmente, Carolina Vanegas Carrasco es docente de la Licenciatura en Conservación y Restauración del Patrimonio Cultural, en la Escuela de Arte y Patrimonio de la Universidad Nacional de San Martín, Argentina. Investigadora y coordinadora del Centro de Investigaciones Arte y Patrimonio CIAP (CONICET – UNSAM). También es coordinadora del Grupo de Estudios sobre Arte Público en América Latina, GEAP-Latinoamérica, de la Universidad de Buenos Aires.

En esta ocasión, dos años después de aquella remota experiencia, entrevistamos a Carolina Vanegas Carrasco como parte de las reflexiones de un libro organizado por PPGHIS/UNILA cuyo título hace que nuestros caminos se crucen nuevamente. Y es que el título del libro: “Historia, naciones y memorias insurgentes” también nos hace pensar en una insurgencia memorial y monumental - más específicamente, en el derribo de estatuas en diversas geografías de América Latina - que ha fracturado los otrora rígidas fronteras

culturales del Estado-nación. Con eso en mente, y luego de esta demorada introducción, entrevistamos a una de las especialistas más destacadas en el tema.

Hernán Venegas Marcelo: Comenzamos agradeciéndole por aceptar nuestra invitación a ser parte del libro “Historias, Naciones y Memorias Insurgentes”, una iniciativa del Programa de Posgrado en Historia (PPGHIS/UNILA). ¿Podría comentar, brevemente, sobre sus estudios relacionados con el arte público y, más específicamente, sobre los monumentos públicos alegóricos a las independencias y sus héroes en América Latina?

Carolina Vanegas Carrasco: Muchas gracias por la invitación a este espacio, es un gusto que renovemos nuestro vínculo con esta entrevista. Para responder tu pregunta, paso a comentar que inicié mis estudios sobre arte público desde mis años de formación en la Universidad Nacional de Colombia, en donde cursé la carrera de Artes Plásticas con profundización en historia y teoría del arte. Es así que en mi tesis de grado exploré los procesos de incorporación de la escultura moderna en Bogotá. Más adelante, mientras me desempeñaba como investigadora de la curaduría de arte e historia del Museo Nacional de Colombia, trasladé estas inquietudes a sus orígenes en el siglo XIX. Desde una serie de artículos en la revista digital *Cuadernos de curaduría* me interesé por documentar algunos de los principales monumentos de la ciudad en relación con sus fuentes iconográficas, sus maquetas y otros indicios de la cultura material que se encuentran en colecciones públicas y contribuyen a complejizar este universo de los monumentos conmemorativos en el que me estaba sumergiendo.

Imagen 1: Inauguración de la estatua ecuestre a Simón Bolívar en Bogotá, 1910.



Tomada de Marroquín, Lorenzo y Emiliano Isaza (1911) Primer centenario de la independencia de Colombia, 1810-1910. Bogotá: Escuela Tipográfica Salesiana, p. 293.

Posteriormente, y ya trasladada a la Argentina en mi investigación para la Maestría en Arte Argentino y Latinoamericano, así como en el Doctorado en Historia que realicé en el Instituto de Altos Estudios Sociales (IDAES) de la Universidad Nacional de San Martín me dediqué a profundizar en los procesos históricos y a desentrañar las relaciones entre escultura y política en el marco de la celebración del Primer Centenario de la Independencia de Colombia en Bogotá en 1910. En esta investigación¹ enfatice en la cuestión de los monumentos como lugar de disputa y no necesariamente de consenso como suele pensarse por su carácter mayoritariamente oficial. Lo que nos muestra la historia es que desde su surgimiento, los monumentos fueron combatidos por sus contemporáneos y sus sentidos cambiantes y resignificados a lo largo de la historia.

Hernán Venegas Marcelo: Históricamente, sobre todo en los países de América Latina con los cuales tiene una relación más próxima, ¿cómo se podría caracterizar la relación existente entre la población y los monumentos públicos, en particular, los relacionados a la conquista-colonización y a las independencias?

Carolina Vanegas Carrasco: Los monumentos conmemorativos forman parte de una trama urbana que estuvo estrechamente relacionada con las nociones de progreso y civilización que extendieron las élites de fines de siglo XIX y comienzos del XX. En ese sentido, puede verse que esa inversión en monumentos, que tuvo su punto culminante en los Centenarios de las independencias en las dos primeras décadas del siglo XX, tuvo un marcado énfasis en las capitales. Ese fenómeno, que se llamó peyorativamente como “estatuomanía”, o una fiebre por hacer monumentos en cada ciudad respondió también a las posibilidades de cada país de costear onerosos encargos y concursos internacionales. Muchos de ellos, también fueron obsequios de otros países, con lo cual se establecían también relaciones diplomáticas y resultaban ser formas de sellar los vínculos políticos y económicos entre países.

Este origen de la mayoría de las obras implicaba para los habitantes de las ciudades, el reconocimiento de un panteón monumental, que acompañando las elocuentemente llamadas “historias de bronce” -procesadas en manuales escolares a cada ciudadano en formación- contribuyeron a forjar las identidades nacionales. Es muy importante recordar que erigir un monumento tiene menos que ver con el personaje representado que con su comitente. Es decir, la memoria de referentes históricos de la conquista, la colonia y la independencia fue utilizada por las elites decimonónicas para establecer su propio poder. Las disputas sobre cómo representarlos son prueba de la multiplicidad de sentidos que puede tener un mismo personaje. La movilidad de ese discurso, adicionalmente, tiene que ver con las distintas recepciones de las obras a lo largo del tiempo.

¹ *Disputas monumentales. Escultura y política en el Centenario de la Independencia*. Bogotá: Instituto Distrital de Patrimonio Cultural, 2019. Disponible en https://issuu.com/patrimoniobogota/docs/disputas_monumentales_web

Es así que, la relación jerárquica que establecían estos monumentos conmemorativos fue modificándose con el tiempo, debido en buena parte a que la ritualidad que los rodeó en un inicio se fue diluyendo. En ese sentido se evidencia que los monumentos, como otros objetos que pueden considerarse patrimoniales, no lo son intrínsecamente. Es decir, que son las relaciones que se establecen con esos objetos como articuladores de valores comunes lo que los mantiene vigentes. Es así que podríamos decir que poco antes de ese momento de inflexión que conformaron los estallidos sociales en algunas capitales latinoamericanas, los monumentos conmemorativos habían perdido buena parte de su poder dada la carencia de esta relación con los ciudadanos y más bien se sostenían, en buena parte, en su calidad de hitos urbanos.

Hernán Venegas Marcelo: ¿Podría darnos su valoración sobre las protestas sociales de los últimos años, su impacto en diversos países de América Latina y el lugar que ocupan en tales protestas los monumentos públicos?

Carolina Vanegas Carrasco: Considero que las protestas sociales contemporáneas en América Latina son el resultado de la necesidad imperiosa de modificar un estado de cosas impuesto por modelos neoliberales, extractivistas y basados en la violencia, la desigualdad y la pobreza. Por ello, a la vez que fueron reprimidas con mucha violencia policial, mostraron la potencia del ejercicio del derecho a la protesta y al espacio público. También, en el caso de Colombia y Chile, mostraron que la democracia requiere el compromiso de participación de la ciudadanía. Este aspecto considero que será clave, volviendo al tema que nos convoca, en la manera en que los espacios y obras conmemorativas son susceptibles de convertirse en espacios para repensar el pasado y construir nuevas narrativas, de dar cabida a las voces que no han sido escuchadas.

Lo sucedido con algunos monumentos conmemorativos en el marco de las protestas sociales en países como Chile, Colombia y México, constituye un nuevo capítulo de las tramas múltiples y superpuestas que constituyen la historia de los monumentos. Así, como venía comentando en la pregunta anterior, cuando parecía que los monumentos habían perdido buena parte de su poder, su nueva centralidad en el marco de las protestas demostraría que su poder estaba en un estado de latencia.

Imagen 2: Protesta popular en el Monumento a Baquedano en Plaza Dignidad, 2019



Tomada de <http://inventarioiconoclastadelainsurreccionchilena.com/>

Las acciones iconoclastas evidencian este poder y lo disputan. Pero esa disputa, si bien está fundada en una lectura de su significado -representan a los grandes hombres del siglo XIX como comentamos antes- en el momento de las coyunturas sociales actuales encarnaron las disputas contemporáneas. Quiero decir que lo que cambió fue que la potencia de la protesta social que buscaba un cambio profundo en el presente llevó a las últimas consecuencias esta disputa derribando la estatua -equestre preferiblemente más allá del personaje concreto en cada caso- como una forma de menoscabar el poder mismo, como afirma Freedberg².

Hernán Venegas Marcelo: En el ámbito universitario al que Ud. se relaciona y tomando en cuenta su experiencia profesional, ¿podría comentarnos cómo ha respondido

² David Freedberg, *Iconoclasia. Historia y psicología de la violencia contra las imágenes*. Buenos Aires: Sans Soleil, 2017, pp. 37-90.

la academia a este momento de insurgencia memorial y derribo de estatuas en países latinoamericanos?

Carolina Vanegas Carrasco: Creo que este proceso sacudió de alguna manera a algunos sectores de la academia, debido a que nos vimos obligados a tomar una posición respecto de lo que estaba sucediendo, no solo frente a nuestros alumnos sino frente a la sociedad. En el caso colombiano que es el que mejor conozco, académica/os de diferentes disciplinas fuimos convocada/os a participar en mesas redondas públicas, escribimos en medios de comunicación masivos y en las redes sociales, y alguna/os están participando en repensar los procesos de resignificación de espacios y monumentos en disputa³.



Intervención “Plaza de la chola globalizada” del colectivo Mujeres Creando en el Monumento de Isabel La Católica en La Paz, Bolivia, el 12 de octubre de 2020. Disponible en: <http://mujerescreando.org/nuestros-suenos-no-caben-en-sus-urnas-la-plaza-de-la-chola-globalizada/>

Es interesante que en estos espacios de diálogo se dieron algunos desencuentros

³ El Ministerio de Cultura solicitó a la Universidad Nacional de Colombia, el diseño de los términos de referencia y la organización de un concurso para determinar qué hacer con el monumento. En este marco se organizaron una serie de encuentros y un ciclo de conferencias con especialistas de diferentes disciplinas que se puede ver en este enlace: https://www.youtube.com/playlist?list=PLUmzokvLcW7_UspU7bW0UxnQRwTv8OPFB Mechtild Widrich, *Performative monuments. The rematerialisation of public art* Manchester University Press, 2014, p. 34.

respecto de los significados de algunas de estas acciones iconoclastas o respecto de qué hacer. En ese sentido considero que la coyuntura contribuyó a generar encuentros inéditos entre disciplinas académicas y su posible injerencia en la definición de lo que es o debería ser considerado patrimonio, si es este un concepto susceptible también de ser repensado a partir de las relaciones que se establecen a su alrededor en términos de representatividad.

Hernán Venegas Marcelo: A su juicio, ¿cuáles son los principales desafíos que enfrentan los sistemas educativos y/o la educación, en general, para resignificar las relaciones entre las personas y los monumentos públicos en países de la América Latina?

Carolina Vanegas Carrasco: Considero que el principal desafío consiste en la formación de nueva/os ciudadana/os que comprendan que lo público les pertenece. Eso significa que existen muchos mecanismos para repensar el pasado a través de objetos conmemorativos de otras épocas, así como la necesidad de crear nuevos lugares de conmemoración con estrategias propias. Pienso que no se trata de reemplazar unos personajes por otros, sino que es preciso encontrar en conjunto con los artistas y las comunidades otras formas, tanto de intervenir las obras existentes como de crear nuevos monumentos. Tanto unos como otros -desde mi perspectiva-, deberían ser acciones efímeras que posibiliten nuevas resignificaciones y nuevas lecturas del pasado y de sus significados. Si bien considero la iconoclasia monumental como un procedimiento legítimo en momentos de coyuntura, pienso que hay una potencia mucho mayor en la intervención de las obras existentes, en convertirlas en espacios para entender cómo fue escrita nuestra historia y cómo debe ser repensada.

Esto sería lo que la investigadora austriaca Mechtild Widrich llama “monumentos performativos”, obras que “provocan actos públicos de conmemoración”⁴. Considero que así como los nuevos monumentos deberían generar esta participación, los que ya fueron erigidos podrían ser convertidos en espacios de intercambio y pensamiento colectivo sobre los sentidos del pasado que representan, lugares de intercambio en el espacio público donde se ejerza efectivamente la democracia y el derecho a la ciudad. Y esto implica, justamente entender el espacio público como el espacio que posibilita el disenso. En ese sentido resulta fundamental considerar la importancia de la pluralidad de las memorias en las formas públicas del recuerdo.

Hernán Venegas Marcelo: Muchas gracias por su aporte al libro, estamos seguros que las respuestas a las preguntas planteadas serán un momento de reflexión singular (e insurgente) sobre nuestras historias, naciones y memorias para los lectores de este libro.

⁴ Mechtild Widrich, *Performative monuments. The rematerialisation of public art* Manchester University Press, 2014, p. 34.

BIOGRAFIAS DAS AUTORAS E DOS AUTORES

SAMUEL OLIVEROS CALDERÓN

Doctor en Ciencias Históricas. Profesor Titular de la Universidad de Holguín, Cuba. Miembro del Centro de Estudios sobre Cultura e Identidad. Publicaciones: El Estado- Nación Iberoamericano, reflexiones sobre sus desafíos idenditarios, en Interculturalidades: Visiones multilaterales desde la UNILA, Boavista Press, New Jersey; ISBN:13-978-1944676032; Reflexiones sobre las perspectivas de la historia social desde la historia regional, en Historia regional ensayos holguineros, Conciencia Ediciones, ISBN 978-959-7237-01-3. Aproximación a El Caribe en la modernidad atlántica, identidad e integración en: Histórias Transnacionais: El Sur Global en perspectiva / Editorial Aranduká, ISBN 978-65-994270-1-5. Endereço eletrônico: samuelson715@gmail.com

YOLANDA MEXICALXÓCHITL GARCÍA BELTRÁN

Postdoctorante del Programa de Energía del Centro de Estudios Internacionales de El Colegio de México (COLMEX) donde lleva a cabo la investigación “La implementación de proyectos de energía eólica y solar en territorio indígena: marcos para su aceptación social”. Ha trabajado en distintas comunidades documentando reacciones sociales ante proyectos de energía renovable en Baja California, Oaxaca, Yucatán y Tlaxcala. Doctora en Ciencias Sociales con especialidad en Sociedad y Territorio por la Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco (UAM -X). Maestra en Ciencias Sociales por la Universidad Autónoma del Estado de Morelos (UAEM) y Licenciada en Estudios Latinoamericanos por la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Endereço eletrônico: regina_290@hotmail.com

SAMUEL MARTINS DOS SANTOS

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestre em Direito pela mesma instituição, graduado em Direito pela UNESP. Membro do Grupo de Pesquisa Política e Direito da UNICAMP, e do grupo Constitucionalismo e conflito político da UFSC. Professor Substituto de Direito na UDESC. Pesquisador das instituições jurídicas na Primeira República e da separação dos poderes nos Estados contemporâneos. Advogado. Endereço eletrônico: samuelmartinsdossantos.1977@gmail.com

THIAGO ENES

Doutor em história moderna pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio doutoral no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Empreende investigações sobre o poder e a administração, culturas, ideias, práticas e economias políticas dos impérios ibéricos de Antigo Regime, suas elites, instituições locais e seus modos de governar através das Câmaras Municipais. É autor do livro “De Como Administrar Cidades e Governar Impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808)”, publicado pela Editora Prismas em 2017. Endereço eletrônico: enes.thiago@gmail.com

THALES REIS ALECRIM

Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, campus de Franca (2017), mestrado (2020) e é doutorando pela mesma instituição em História e Cultura Social. Com o financiamento da CAPES, realizou a dissertação intitulada “Envolto em Tempestade: João Apolinário e as musicalizações de seus poemas no Brasil e em Portugal (1949-1974)”. Atualmente pesquisa a trajetória da banda Sepultura, analisando tanto a produção sonora como a recepção na mídia impressa em âmbito transnacional. Seus interesses de pesquisa estão voltados para as relações entre História e Música. Endereço eletrônico: thales.alecrim@gmail.com

TÂNIA DA COSTA GARCIA

Professora livre docente em História da América do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista e do curso de Pós graduação em História da mesma Instituição. É coordenadora do grupo de pesquisa História e Música, filiado ao CNPq. Autora dos livros *The Latin American Songbook in the Twentieth Century: From Folklore to Militancy*, Lexington Books/Fapesp, 2019 e *O it verde e amarelo de Carmen Miranda (1930-1945)* Annablume/FAPESP, 2005, além de outros trabalhos publicados no Brasil e no exterior. Endereço eletrônico: tan.costa.garcia@gmail.com

ILANA DE MACEDO VAZ

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2017) e mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2020). Doutoranda no Programa de História da Universidade Federal de Ouro Preto, vinculada à linha de pesquisa Poder, Espaço e Sociedade, ao núcleo de pesquisa Impérios e Lugares no Brasil - UFOP e ao grupo de pesquisa Mídias, Tecnologias e História - Universidade Federal do Tocantins. Endereço eletrônico: ilanamvaz@gmail.com

CLÁUDIA MARIA DAS GRAÇAS CHAVES

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992), mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2001) e Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009-10) e pela Universidad del País Vasco. Atualmente é professora de História do Brasil na Universidade Federal de Ouro Preto e do Programa de Pós-Graduação em História da UFOP. Endereço eletrônico: claudiachavesmg@gmail.com

CESAR STEVE REINA RODRÍGUEZ

Licenciado em Arte Dramático pela Universidad del Valle, Cali, Colômbia. Atualmente é estudante de Cinema e Audiovisual na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) Foz do Iguaçu, Brasil. Mestrando em História pela mesma Universidade. Faz parte também do conselho editorial da Revista Universitária Tekoa do PPGHIS/ UNILA. Tem como interesse os estudos culturais, a cultura digital, a história da arte com foco na cultura visual e audiovisual. Endereço eletrônico: cesar.reina@correounivalle.edu.co

ROSANGELA DE JESUS SILVA

É Bacharel (2001) e Licenciada (2004) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Mestre (2005) e Doutora (2010) em História da Arte pela mesma universidade. Em 2009 desenvolveu estágio na Université Paris I (Panthéon-Sorbonne) com bolsa sanduíche da CAPES. Foi pesquisadora colaboradora no Instituto de Artes da UNICAMP, onde desenvolveu um pós-doutorado com financiamento da FAPESP entre 2012 e 2014. Em 2013 desenvolveu estágio de pesquisa em Buenos Aires, Argentina, junto à Universidad Nacional de Tres de Febrero. Desde 2014 é professora do curso de História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Endereço eletrônico: rosangela.silva@unila.edu.br

LUIZ FELIPE VIEL MOREIRA

Formado em História pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul, com mestrado e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor no Departamento de História e no Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (PR). Endereço eletrônico: lfvmoreira@uem.br

MARCELA CRISTINA QUINTEROS

Formada em História pela Universidade Nacional de Córdoba (Argentina), com mestrado e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (PR). Endereço eletrônico: marcelacristinaquinteros@gmail.com

MARTINHO ALVES DA COSTA JUNIOR

É professor de História da Arte e da Cultura do departamento e da pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutor em História da Arte pelo IFCH/UNICAMP (com período sanduíche no INHA-Paris), realizou o pós-doutoramento no IFCH/UNICAMP (2014) e na Université de Bruxelles (2021-2022). Pesquisador do CHAA – Centro de História da Arte e Arqueologia e do LAHA – Laboratório de História da Arte da UFJF. É editor associado da RHAC – Revista de História da Arte e da Cultura do IFCH/Unicamp. Autor do livro “Identidades Cruzadas: CCBB, Claraluz de Regina Silveira e seus espectadores”, São José do Rio Preto: Bluecom, 2009 e Benedito Calixto: Folha de São Paulo/Itaú Cultural, 2013. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4779060520616984>. Endereço eletrônico: martinhoacjunior@gmail.com

PAULA NATHAIANE DE JESUS DA SILVA

É professora de História na rede Estadual de Educação em Minas Gerais e Tutora presencial nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Geografia, Matemática, Física, Biologia e Química pelo Consórcio CEDERJ atuando na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora e pesquisadora voluntária no Laboratório de História da Arte – LAHA/UFJF na mesma instituição. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7265870290421779>. Endereço eletrônico: paula_nathaiane@yahoo.com.br

TÂNIA REGINA ZIMMERMANN

Professora associada na UEMS. Possui graduação em História pela UNIOESTE (1992), mestrado em História pela UFSC (2001), doutorado em História pela UFSC (2010) com créditos concluídos pela Universidade de Heidelberg (Alemanha) e estágios de pós-doutorado pela UFPR e atualmente pela UNIOESTE. É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH-UFSC). Tem experiência na área de História e Educação atuando principalmente nos seguintes temas: pedagogias da crueldade, história das mulheres, relações de gênero, ensino de história, intersubjetividades, literatura e ecofeminismos. Endereço eletrônico: taniazimmermann@gmail.com

LSYANE DO ROCIO KMITTA

Possui graduação em História pela UFGD (2007), Mestrado em História pela UFGD (2010) e Doutorado em História pela UFGD (2016). Integrou o grupo de pesquisa “Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ensino de História - GEPEH/UFMS”; (2017-2019). Atua como docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS. Atualmente integra a coordenação do GT de História Ambiental da ANPUH Nacional (gestão 2021-2023). Tem experiência na área de História Regional e do Brasil, com ênfase em História Cultural e Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: memória; sociedade e ambiente; natureza e cultura. Endereço eletrônico: kmitta.sy@gmail.com

ANDREZA BAZZI

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz – COC/Fiocruz. Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFSS (2019) e Graduada em História Licenciatura Plena pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó (2008). Tem experiência de pesquisa em História indígena com ênfase na etnia Kaingang. Atualmente estuda os impactos de políticas de Etnodesenvolvimento em comunidades Kaingang da região Sul do Brasil, com escopo para as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural. Endereço eletrônico: andreza_bazzi@hotmail.com

HUMBERTO JOSÉ DA ROCHA

Licenciado em Estudos Sociais e História pela PUC-RS, Mestre em História Regional pela UPF, Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp. Professor Associado nos Cursos de Licenciatura em Ciências Sociais e Educação do Campo e no Mestrado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Líder do Grupo de Pesquisa “Movimentos Sociais na Fronteira Sul” (UFFS/CNPq). Endereço eletrônico: humberto.rocha@uffs.edu.br

PAULO ROBÉRIO FERREIRA SILVA

Professor Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) (2019-2023). Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Especialista em História e Cultura Afro-brasileira pela Pontifícia Universidade

Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Graduado em História pela FABEJA, Belo Jardim, PE. Também tem especialização em Qualidade da Educação Básica pelo EDUCOAS/OEA, Washington, EUA e Gestão Escolar (PROGESTÃO - SEE/MG). Experiência em docência, pesquisa e extensão desde 1994. Área de concentração em Humanidades: Sociologia, História, Antropologia, Ciência Política, Educação, Metodologia Científica, Decolonialidade e áreas afins. Endereço eletrônico: terradecontato@gmail.com

JOÃO BATISTA DE ALMEIDA COSTA

Graduado em Ciências Sociais pela UFMG (1983), mestrado em Antropologia pela UnB (1999) e doutorado em Antropologia UnB (2003). Professor-pesquisador sobre temáticas culturais vinculadas às populações tradicionais, Sertão, Identidade Regional e formação disciplinar em Antropologia Social. Desenvolve estudos e orientação de pesquisas sobre povos e comunidades tradicionais no Norte de Minas, bem como realiza perícias para elaboração de relatórios antropológicos para organismos estatais ou para entidades de povos e comunidades tradicionais. Também atende à demanda de Terreiros de Candomblé e de Umbanda para elaboração de pareceres dos bens patrimoniais e imateriais. Endereço eletrônico: joba@unb.br

LIANA RAYSSA MOTA AMORIM

Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR - UFRRJ). Mestra em História pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2022). Licenciada pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Foi bolsista CAPES do Programa de Demanda Social. Atualmente desenvolve pesquisa em História do Brasil, História Indígena e do Indigenismo e Mundos do Trabalho na transição dos séculos XIX e XX, além de atuar como pesquisadora no Grupo de Pesquisa Indígena na História do Maranhão. Endereço eletrônico: lianaramorim@gmail.com

SORAIA SALES DORNELLES

Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (2017) com estágio sânduíche na Universidade de Chicago (2013). Dedicar-se à pesquisa em História dos Indígenas no Brasil. Atualmente é Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS - UFMA). Endereço eletrônico: ss.dornelles@ufma.br

LOUDMIA AMICIA PIERRE-LOUIS

Formada em História - América Latina (Bacharel); Especialista em Ensino de História e América Latina; Mestra em História pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e doutoranda em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisa a história da América Latina e do Caribe; história do Haiti; patrimônio cultural; memória social; história oral, a partir das perspectivas das teorias decoloniais. Endereço eletrônico: loudmia09@gmail.com

CAROLINA VANEGAS CARRASCO

Docente da Licenciatura em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural, da Escola de Arte e Patrimônio da Universidad Nacional de San Martín, Argentina. Investigadora e coordenadora do Centro de Investigações e Patrimônio CIAP (CONICET – UNSAM). Também é coordenadora do Grupo de Estudos sobre Arte Pública na América Latina, GEAP-Latinoamérica, da Universidade de Buenos Aires, Argentina. Endereço eletrônico: vanegascarrasco@yahoo.com

HERNÁN VENEGAS MARCELO

Docente da área de História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF, 2011). Membro do corpo docente da Pós-graduação em História (PPGHIS/UNILA) e da Especialização em Ensino de História e América Latina (EHAL/UNILA). Os resultados das suas pesquisas têm sido publicados em artigos e capítulos de livros de Cuba, Brasil, México e Espanha. Endereço eletrônico: hernan.venegas@unila.edu.br

CLOVIS ANTONIO BRIGHENTI

Professor no Programa de Pós-graduação em História e na graduação História América latina, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Mestre em Integração da América Latina pelo Prolam/USP; Doutor em História Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2012) com Pós-doutorado na Universidade Estadual de Londrina. Tem experiência em História Indígena e nas políticas públicas em Educação Escolar Indígena. Coordena o Observatório da Temática Indígena na América Latina (OBIAL) e o Laboratório da Temática Indígena, ambos na UNILA. Atualmente desenvolve pesquisa e extensão junto ao povo Guarani. Endereço eletrônico: Endereço eletrônico: clovis.brighenti@unila.edu.br

Publicação elaborada por

Aranduká

www.aranduka.com.br

Selo Editorial da

Ipuvaíva - Editora & Laboratório de Textos

www.ipuvaiva.com.br

Revisão técnica, normalização e editoração

Amanda Ferraz da Silveira

Formato 17x24cm

Garamond Premier Pro

“Histórias, Nações e Memórias Insurgentes” é o segundo livro organizado pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila).

Ao igual que o primeiro livro organizado pelo PPGHIS o Sul Global continuou sendo objeto de atenção deste livro de uma rebeldia explícita diante de interpretações parciais, distorcidas e excludentes do passado presente em histórias ensinadas e pesquisadas de matriz eurocêntrica.

Organizado em tempos de pandemia e pandemônio, os capítulos do livro dão continuidade aos trabalhos do corpo docente e discente do PPGHIS, desta vez ampliando e diversificando suas geografias, autorias e atores(as) ao incorporar questões e vozes negligenciadas na história e cultura de países como Brasil, Cuba, Haiti, Nicarágua e México.

